

A PRODUÇÃO SOCIAL DA SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

O CASO DE ESTUDO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (1890-1910)

Tese de Doutoramento em História

SETEMBRO DE 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de
Professor Fernando Rosas

Para o Vasco e a Vera

AGRADECIMENTOS

Não é possível resumir em breves linhas os agradecimentos que, em quatro anos de pesquisa, me merecem todos os que me ajudaram a construir esta tese.

No plano académico, devo destacar a disponibilidade permanente do meu orientador, o professor Fernando Rosas, mas também os incentivos e opiniões dos variados colegas com os quais fui partilhando os meus resultados em congressos e publicações.

No plano da minha investigação empírica, é da mais elementar justiça reconhecer o papel fundamental de todos os técnicos e activistas que gerem os fundos documentais locais, quer em arquivos municipais quer em arquivos privados de associações voluntárias.

Finalmente, tenho de agradecer à minha família e amigos, sobretudo à minha mãe e ao Gustavo, pelo apoio incondicional.

**A PRODUÇÃO SOCIAL DA SOLIDARIEDADE OPERÁRIA: O CASO DE ESTUDO DA
PENÍNSULA DE SETÚBAL (1890-1930)**

**THE SOCIAL PRODUCTION OF WORKERS SOLIDARITY: PENINSULA DE
SETÚBAL CASE STUDY (1890-1930)**

JOANA DIAS PEREIRA

RESUMO

ABSTRACT

PALAVRAS-CHAVE: Espaço industrial, Comunidades operárias, Estratégias dos trabalhadores, Associativismo, Acção colectiva

KEYWORDS: Industrial Space, Working-class communities, workers strategies, associations, collective action

A opção de analisar o desenvolvimento das relações sociais industriais através dos processos espaciais e demográficos co-implicados parte do pressuposto de que o espaço industrial e a população operária são socialmente produzidos, ou seja, resultam da agência conflitual de variados agentes, entre os quais se destacam os industriais, o Estado e as classes trabalhadoras. Os processos de industrialização e urbanização, intensificados a partir de 1890, foram observados numa perspectiva integrada, tendo em consideração as tendências meridionais dominantes.

Não obstante, o objecto de investigação privilegiado nesta dissertação foi o repertório estratégico dos trabalhadores e a sua acção colectiva. A concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável a prossecução de estratégias de sobrevivência diversificadas, que analisamos recorrendo aos mais actuais modelos teóricos. Foram consideradas as estratégias individuais do grupo doméstico – a migração, a poupança ou a diversificação de fontes de rendimentos -, as estratégias recorrendo à ajuda externa – integração de redes de entreajuda informais -, e, finalmente, a participação em associações e movimentos sociais. Estas últimas, por sua vez, subdividiram-se entre as estratégias centradas na economia doméstica – o mutualismo e o cooperativismo de consumo; as centradas nos locais de trabalho – as cooperativas de produção e os sindicatos; e as centradas na pressão sobre o Estado – pela estruturação nacional do associativismo e a acção colectiva.

O principal objectivo desta análise foi compreender a base material e os recursos organizacionais que possibilitaram o processo de mobilização massivo das classes

trabalhadoras na segunda década do século XX. A crise revolucionária europeia de 1917-1920 tem vindo a ser alvo de inúmeras interpretações e estudos empíricos, a minha abordagem filiou-se na tradição historiográfica que privilegia uma análise monográfica e comparativa do processo de longo termo que antecede este ciclo de agitação social, permitindo relacionar a evolução da estrutura e da acção colectiva dos trabalhadores.

The option to analyze the development of industrial social relations through the co-implicated spatial and demographic processes, it's based on assumption that the industrial space and the working-class populations are socially produced, ie, the result of different actors conflicting agency, among which stand out industrialists, the state and the workers. The processes of industrialization and urbanization, intensified after 1890, were observed in an integrated perspective, taking into account the southern dominant trends.

Nevertheless, the privileged object of research in this dissertation was the workers strategic repertoire and their collective action. Industry concentration, but also speculation urban equipment deficiency, induced diversified livelihood strategies, which were analyzed using the most recent theoretical models. Were considered household individual strategies - migration, savings or diversification of income sources; strategies using foreign-aid - integration of informal networks of mutual aid; and, finally, the participation in associations and social movements. The latter, in turn, were subdivided among household-centered strategies - mutualism and consumer cooperatives; enterprise-centered - production cooperatives and unions; and state-centered strategies - structuring national associations and collective action.

The main objective of this analysis was to understand the material basis and organizational resources that enabled the process of working-class mass mobilization in the second decade of the twentieth century. The European revolutionary crisis of 1917-1920 has been the target of numerous interpretations and empirical studies, my approach joined the historiographical tradition that favors a monographic and comparative analysis of the long-term process that proceeds this cycle of social unrest, allowing to relate the structure and the workers collective action evolution.

ÍNDICE

1. Introdução	10
1.1 Definição do modelo teórico	10
1.2 O Estado da questão.....	15
1.2.1 A produção social do espaço e a construção social das populações	15
1.2.2 O investimento no associativismo voluntário e a evolução do reportório da acção colectiva	23
1.3. Fontes, método e argumento.....	33
2. A produção social do espaço e das populações.....	43
2.1 As tendências meridionais.....	43
2.1.1 Os espaços industriais: periferalização, concentração e disciplina	43
2.1.2 Os espaços residenciais: segregação, especulação e insalubridade	58
2.1.3 As famílias trabalhadoras: fixação, integração e divisão sexual do trabalho ..	70
2.1.4 As comunidades operárias: redes e espaços de reciprocidade	79
2.2 O caso de estudo na Península de Setúbal.....	94
2.2.1 A produção social do espaço	94
2.2.2 A divisão social do espaço	129
2.2.3 A evolução das mobilidades e hierarquias	154
2.2.4 A evolução das proximidades e distâncias sociais	185
2.5 Os espaços dos trabalhadores.....	208
2.2.5 A apropriação social do Espaço.....	208
2.3 Conclusão da primeira parte.....	244
3. O repertório estratégico dos trabalhadores	249
3.1 As tendências meridionais.....	249
3.1.1 Mutualidade e cooperação: a evolução de solidariedades ancestrais	249
3.1.2 «Novo sindicalismo»: a articulação das organizações e o alargamento das bases.....	263

3.1.3 A ingerência do Estado: condicionamento e tutela.....	273
3.1.4 A evolução do repertório acção colectiva	284
3.1.4 O papel do Estado na modelação do movimento	295
3.2. O caso de estudo da Península de Setúbal.....	306
3.2.1 As estratégias centradas na economia doméstica	306
3.2.2 As estratégias centradas nas <i>Relações Sociais Industriais</i>	340
3.2.3 As estratégias centradas no Estado	410
3.3 Conclusão da segunda parte	470
4. Conclusão Final.....	478
5. Fontes.....	485
5.1 Fundos documentais de instituições públicas	485
5.2 Fundos documentais de instituições Privadas	487
5.3 Fontes publicadas.....	488
5.3 Imprensa	491
6. Bibliografia	502

1. INTRODUÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO MODELO TEÓRICO

Tendo como objectivo principal compreender o processo histórico que induziu o ciclo de agitação social que marcou o primeiro pós-guerra, elegi como objecto de estudo a experiência e as estratégias dos trabalhadores da Península de Setúbal durante um período de longo termo marcado por três fenómenos interdependentes: a segunda revolução industrial, a germinação de áreas metropolitanas e a construção do Estado Moderno.

Debrucei-me prioritariamente nos dois primeiros fenómenos, observando os processos espaciais e demográficos co-implicados nos mesmos. A pertinência do Espaço enquanto conceito operatório tem vindo a ser largamente discutida pela sociologia urbana e pela geografia humana¹, tornando-se a *produção social do espaço* e a *apropriação social do espaço* categorias analíticas incontornáveis. Para os historiadores, os quadros interpretativos desenvolvidos nesta área tornaram-se particularmente úteis quando as abordagens se distanciaram das estruturas para avaliar os processos. A abordagem espacial dos *processos sociais* parte do princípio teórico de que o Espaço não expressa apenas uma relação de poderes mas um processo de relações e lutas entre forças desigualmente colocadas na hierarquia social. O Espaço é assim analisado não só no sentido em que contribui para instituir posições de desigualdade mas também novas relações sociais. A vila ou o bairro surgem como áreas geográficas em que se territorializa um tecido de relações sociais, cimentado pela vivência e apropriação social do Espaço².

Do pressuposto teórico de que os espaços são socialmente produzidos derivou um quadro interpretativo que permitiu compreender a formação histórica de comunidades locais como um processo no qual agem mecanismos de *construção social de populações*. Segundo este modelo, a repartição dos grupos sociais no espaço urbano não se reduz à conjugação de decisões individuais e independentes umas das outras. O processo de industrialização e urbanização induziu a produção de novos espaços mas

¹ Henri Lefebvre, La production de l'espace.

² António Teixeira Fernandes, «Espaço Social e suas representações». Separata da Revista da Faculdade de Letras, I Série, vol. II (1992) p61-62

também a mutação das características morfológicas da população, cujo exame é essencial para compreender a transformação das relações sociais. Se em períodos posteriores a sua distribuição resultou em primeiro lugar de mecanismos institucionais (através de planos de urbanização, por exemplo), no período em análise a organização sócio-espacial das populações operou-se de forma complexa e pela agência de variados autores, com interesses distintos³.

A adopção destes dois conceitos analíticos - *produção social do espaço* e *construção social de populações* - na análise histórica tem permitido observar os diferentes agentes individuais e colectivos e as repercussões das suas acções conflituais na transformação do território e dos movimentos demográficos⁴. Recusando a abordagem tradicional - segundo a qual os detentores dos meios de produção e o Estado constroem um espaço industrial e as camadas subalternas da população, impotentes para resistir à progressiva perda de controlo sobre o processo produtivo, são envolvidas involuntariamente em correntes migratórias massivas e sujeitas à arbitragem do mercado de trabalho industrial -, os estudos mais recentes analisam os indivíduos e os grupos que participaram neste processo e as estratégias colectivas que gizaram⁵.

Os trabalhadores, e em primeiro lugar o seu recurso organizacional primário, o grupo doméstico, não se encontram impotentes perante este processo. Os estudos sociológicos clássicos interpretavam as transformações operadas nas vidas dos indivíduos e grupos envolvidos, quer na conversão da economia quer nos ciclos migratórios do campo para a cidade, como uma ruptura radical. Segundo este modelo, a integração em redes alargadas de parentes e vizinhos perdiam-se na cidade cimentando um novo modelo de relação. As famílias perdiam ainda as suas funções produtivas, ficando o homem responsável pelo salário e a mulher pela gestão da vida doméstica. Os estudos históricos e socio-históricos, porém, permitiram observar fenómenos de continuidade entre as sociedades rurais e urbanas, surgindo a família como «uma instituição capaz de preservar e reproduzir estratégias adquiridas, de resistir a essas

³ Marcel Roncayolo, «Construction sociale des populations». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Vol. V, p441-443

⁴ Espaços socialmente e populações socialmente produzidos são conceitos analíticos emprestados da geografia humana e da demografia que têm vindo a ser largamente utilizadas pela historiografia europeia para reconstruir o processo de industrialização e urbanização. Ver por exemplo Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine* ou Michael Savage, «Space, networks and class formation». In: *Social Class and Marxism*, p58-86.

⁵ Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*.

pressões externas, ou mesmo até capaz de agir sobre a própria mudança»⁶.

O conceito de *estratégia* tem vindo a ser largamente utilizado e reelaborado para analisar a agência humana nos processos de transformação com os quais são confrontadas as classes trabalhadoras durante o período em análise. Segundo Michael Savage, a sociedade capitalista, retirando os meios de subsistência das mãos dos trabalhadores, tê-los-á constrangido a formular estratégias para lidar com a incerteza da vida quotidiana, dando origem a relevantes resultados culturais e políticos⁷, um processo que se eternizou designar como a formação da *classe em si e para si*⁸.

Esta ideia está implícita ou explicitamente presente nos mais significativos e citados ensaios teóricos sobre esta temática. Ira Katznelson definiu quatro ângulos de observação do fenómeno – «a estruturação de relações de classe a um nível macro-económico; a experiência de classe vivida nos locais de trabalho e nas comunidades de residência; os grupos de pessoas dispostos a agir em termos de classe; a acção colectiva baseada na classe»⁹. Michael Hanagan, adaptando este modelo, define os fenómenos implicados na formação da classe operária como *interesses*, *organização social*, *interacção* e *arena*. Os interesses referem-se em primeiro lugar à satisfação das necessidades vitais de um grupo na estrutura económica, ou seja à obtenção de recursos – capacidades, informação, conhecimentos – no mercado de trabalho. Para isso, os indivíduos são obrigados a fazer parte de redes sociais, mais ou menos formais – redes de migração, sindicatos, entre outras. Em determinados contextos e conjunturas, estes recursos são apropriados nos processos de mobilização para a acção colectiva¹⁰.

Os historiadores que adoptam estes modelos têm vindo a analisar o que Savage sintetizou como estratégias *mutualistas* – através da associação autónoma destinada ao provisionamento de empregos e serviços; *economicistas* – lutando por maior segurança laboral através do movimento sindical e da negociação colectiva; ou *estatistas* –

⁶ Ana Nunes de Almeida, «Trabalho feminino e estratégias familiares». *Análise Social*, Vol. XXI/85 (1985-1.º) p8

⁷ Michael Savage, «Space, networks and class formation». In: *Social Class and Marxism*, p58-86

⁸ Karl Marx, O 18 brumário de Louis Bonaparte, p145

⁹ Ira Katznelson, «Constructing Cases and Comparisons». In: *Working Class Formation: Nineteenth-Century patterns in Western Europe and United States*, p21

¹⁰ Michael Hanagan e Charles Stephenson, *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*, p1-2

exigindo a intervenção do Estado como garante da segurança material e *bem-estar*¹¹. Mais recentemente, os investigadores têm vindo a incluir nas suas pesquisas, as estratégias familiares informais, procurando relacioná-las com a acção colectiva. Marcel Van der Linden integra no *repertório estratégico* das famílias trabalhadoras as estratégias individuais do grupo doméstico – a migração, a poupança ou a diversificação de fontes de rendimentos; as estratégias recorrendo à ajuda externa – integração de redes de entreajuda informais; e, finalmente, a participação em associações e movimentos sociais. Estas últimas, por sua vez, subdividiu entre as estratégias *household-centred* – o mutualismo e o cooperativismo de consumo; as *enterprise-centred* – as cooperativas de produção e os sindicatos; e as *state-centred* – formação de partidos políticos e acção colectiva¹².

Integrando neste quadro interpretativo a noção de produção social, os estudos monográficos sobre o processo em análise nesta dissertação têm incluído, finalmente, o exame da acção de outros protagonistas históricos. Angel Smith, analisando o mundo do trabalho catalão, defende que a agitação social que marcou as primeiras décadas do século XX, é antes de tudo um movimento marcado pela experiência no local de trabalho e pela evolução das relações sociais nas comunidades de residência, mas que as estratégias levadas a cabo pelos empregadores, as políticas do Estado e os novos *inputs* ideológicos, neste caso de carácter classista, tiveram também um impacte fundamental nas suas cosmografias, no tipo de organizações que construíram e nos movimentos de protesto que levaram a cabo¹³.

Como se pode verificar, os traços comuns a todas estas propostas teóricas destacam por um lado a evolução das relações face-a-face dos trabalhadores, induzidas por fenómenos espaciais e demográficos co-implicados nos processos de industrialização e urbanização que marcam este período e por outro as estratégias dos trabalhadores interagindo com a acção de outros agentes sociais, nomeadamente os industriais e o Estado.

¹¹ Michael Savage, *The Dynamics of Working-class Politics: The Labour Movement in Preston, 1880-1940*, p19

¹² Marcel Van der Linden, «Introduction». In: Jan Kok (ed) – *Rebellious Families: household strategies and collective action in the nineteenth and twentieth centuries*, p7-9

¹³ Angel Smith, *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan labour and the crisis of the spanish State, 1898-1923*, p5

A agência dos industriais é indissociável da evolução das *relações sociais industriais* - relações entre trabalhadores e o processo de produção, entre os trabalhadores e os empregadores e entre os trabalhadores entre si¹⁴. A agência do Estado é inextrincável da evolução do repertório de acção colectiva. O modelo teórico avançado por Charles Tilly demonstra como a crescente intervenção governamental nas esferas económica e social induziu a articulação translocal e a politização dos movimentos sociais¹⁵.

De facto, se parte do reportório estratégico das famílias laboriosas tem vindo a ser observado no quadro do processo global de produção social do espaço e das populações, as estratégias centradas na acção colectiva são comumente analisadas em relação com a emergência do Estado moderno. A proposta teórica de Charles Tilly, actualizada recentemente com o novo programa de investigação, *dinâmica de conflito*, ilustra sobretudo que é quando a contestação se dirige ao Estado que é possível entrever a complexificação da arena política por via da expansão e articulação das instituições e movimentos sociais¹⁶.

Os historiadores, baseando-se nestes modelos, procuram compreender não só a evolução do repertório de acção colectiva durante períodos de longo termo mas também analisar as conjunturas excepcionais que estiveram na base dos grandes ciclos de agitação social como a crise revolucionária de 1917-1920. Para isso avaliam a *estrutura de oportunidade política* - relativa abertura ou fechamento do sistema político, a estabilidade ou instabilidade de alianças entre as elites, a presença ou ausência de aliados entre as elites, a capacidade do Estado e a propensão para a repressão e os programas políticos¹⁷.

¹⁴ Michael Hanagan e Charles Stephenson, Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation, p1-2

¹⁵ Charles Tilly, La France conteste de 1600 à nos jours.

¹⁶ Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow, Dynamics of Contention.

¹⁷ Keith Mann - Forging political identity. Silk and metal workers in Lyon France 1900-1939, p6-11

1.2 O ESTADO DA QUESTÃO

1.2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES

Poder-se-ia enunciar um dos mecanismos conceptualizados pelos teóricos da *dinâmica de conflito*¹⁸ – a competição – para interpretar o espantoso progresso do campo historiográfico que se debruça sobre o operariado e o movimento operário. Não obstante as motivações ideológicas de cada corrente e a relação entre modas historiográficas e conjunturas políticas, o que é facto é que a persistente polémica em torno das classes trabalhadoras e das suas práticas sociais e políticas foi um poderoso motor de desenvolvimento desta linha de investigação nos últimos cinquenta anos.

A historiografia ocidental referente a este período, quer no que respeita aos inquéritos empíricos quer no que concerne aos quadros interpretativos, é profundamente marcada pelo conceito de *classe*. Mesmo as reacções críticas à validade analítica do mesmo – destacando a mobilidade geográfica e social dos trabalhadores, a sua estratificação e multiplicidade de identidades - vieram a fornecer ferramentas extremamente úteis à análise histórica da produção social da solidariedade e da evolução do repertório de acção colectiva no mundo do trabalho industrial¹⁹.

As propostas teórico-metodológicas que me orientaram são largamente tributárias da ruptura com a abordagem clássica da história das organizações em favor da inquirição histórica à experiência dos *de baixo*. No entanto, tendo em consideração os limites e contradições dos estudos que compartimentam a experiência e a prática política dos trabalhadores, integrei igualmente na minha análise os novos programas de investigação que atentam ao papel das instituições e os quadros interpretativos que destacam a agência do Estado moderno em formação na progressiva politização das estratégias dos trabalhadores.

A minha análise é devedora de um longo e árduo percurso historiográfico. Não tenho a pretensão de levar a cabo a tarefa colossal de o resumir. Procurarei apenas enunciar os contributos das diferentes correntes e tendências que orientaram a minha

¹⁸ Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow, *Dynamics of Contention*.

¹⁹ Maurizio Gribaudi, Susana Magri, Christian Topalov, entre outros.

investigação e me ajudaram a delinear um quadro interpretativo adequado ao meu objecto de estudo.

E. P. Thompson, ao inaugurar uma *nova história social* exactamente há meio século, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de entreajuda e previdência. A profusão de estudos monográficos analisando o período de intenso crescimento industrial e urbano iniciado em finais do século XIX permitiu certificar a afirmação do autor, segundo a qual «a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise se tentarmos imobilizá-la num determinado momento e dissecar a sua estrutura (...). Se detivermos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um conjunto de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais observaremos padrões nas suas relações, nas suas ideias e instituições»²⁰.

Em reacção à perspectiva *culturalista*, desenvolveu-se uma contracorrente que centrou a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, pondo em causa a crescente homogeneidade e estabilidade do mundo operário. Os mais significativos dados empíricos recolhidos com estas abordagens no contexto meridional apresentaram-se em seminários como *La mobilità del lavoro operaio in Italia tra Ottocento e prima metà de novecento* em Itália ou *Villes Ouvriers* em França. Este tipo de análises foram imprescindíveis para realçar a diversidade dos grupos operários, a sua estreita ligação com a restante realidade social e a distinção dos seus percursos. As temáticas abordadas por estes autores relacionaram-se ainda com a mobilidade residencial e profissional, as formas de emprego, a evolução da organização do trabalho, a política de alojamento, as políticas patronais e dos poderes públicos, bem como a margem de manobra e a resistência operária a estes constrangimentos²¹.

Foi à escala do lugar que se observou com maior nitidez a estratificação dos mercados de trabalho, a diversidade dos itinerários individuais e a consequente heterogeneidade das classes trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência. Foram

²⁰ E. P. Thompson – A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da Liberdade. Tomo I, p9-12

²¹ Susanna Magri e Christian Topalov (ed.), *Villes Ouvriers 1900-1950*.

igualmente os estudos monográficos que ilustraram com eloquência os elos de solidariedade formal e informal que trespassavam as comunidades onde se fixaram fábricas, oficinas, estações ferroviárias, portos marítimos e fluviais e se concentraram largos contingentes de trabalhadores assalariados. Paralelamente, os estudos como o de Roger Gould sobre a Comuna de Paris vieram demonstrar como as redes implicadas na mobilização popular se enraizaram não só nas relações nos locais de trabalho mas também nas de vizinhança, induzindo a proliferação de estudos concentrados nos espaços fora da fábrica²².

Recentemente, porém, os investigadores tendem a recusar a compartimentação dos estudos sobre a fábrica e o território, relacionando a realidade fora da fábrica – a cultura material, as relações familiares e sociais, os percursos migratórios, a relação com a comunidade de origem, a mobilidade residencial, ocupacional e social com as relações de produção e particularmente com o mercado de trabalho. Os resultados destas múltiplas investigações demonstraram como o trabalho industrial, mesmo quando precário e ocasional, influíu na vida quotidiana, na organização da família, do espaço e tempo de sociabilidade, assim como a relação com a hierarquia das empresas e com os companheiros de trabalho foi condicionada pelas conexões comunitárias, começando desde logo pelo recrutamento de mão-de-obra que percorria os fios das redes sociais, pessoais, de parentesco e vicinais²³.

Estas diferentes tipologias de redes e os distintos padrões de inserção nas mesmas foram uma das problemáticas mais desenvolvidas nos estudos monográficos sobre o processo em análise. Os seus resultados empíricos demonstram como as famílias envolvidas nos ciclos de migração e integração nos mercados de trabalho industrial e urbano não foram agentes amorfos e que as suas estratégias induziram itinerários diversos, que se entrecruzaram nos sócio-espacos germinados em torno das principais cidades Sul europeias. Debruçando-se sobre um dos mais míticos bairros operários de Turim – o *Borgo de San Paolo* –, Maurizio Gribaudi observou uma grande diversidade de percursos e relações. Não deixou, todavia, de estabelecer os limites destas variações nas fronteiras da condição operária e chamar a atenção para a

²² Cit. por Mike Savage – «Classe, História do Trabalho e da Classe Trabalhadora na Europa». In: C. H. M. Batalha, F. T. da Silva e A. Fortes, *Culturas de Classe*, p25-48

²³ Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporânea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali», *Annali*, XXXIII (1999), pIX-XLVI

recomposição das classes trabalhadoras à escala do lugar: «Vimos famílias durante o ciclo de integração, diversificadas por situações e identidades, se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir à família e ao próprio indivíduo, a utilização de recursos emocionais e económicos que as redes locais de relação lhes forneciam (...)»²⁴. Estas necessidades e estratégias induziram uma significativa evolução das proximidades e distâncias sociais²⁵.

Ainda no quadro desta linha de investigação, a observação ampliada da evolução das sociabilidades e das associações, dos espaços de reunião formal ou informal, mostrou-se indispensável para compreender a importância da interacção quotidiana cara-a-cara na germinação da acção colectiva – seja ela na taberna, no local de trabalho, no caminho para casa ou na sede da associação²⁶.

Actualmente, para além das instituições enquanto recursos organizacionais e factores de politização, uma nova atenção tem vindo a ser dada aos espaços autónomos dos trabalhadores, às suas sedes e equipamentos. Como defendeu Charles Tilly, estes tiveram um papel fundamental na acção colectiva, uma vez que a existência de «espaços seguros», onde os trabalhadores pudessem discutir e organizar-se «seja qual for a sua forma, são condição *sine qua non* dos movimentos sociais»²⁷. A mesma relevância é atribuída por James Scott aos espaços sociais *off-stage*, considerando que é impossível uma efectiva resistência sem a comunicação e a coordenação dos grupos subordinados em espaços protegidos da perseguição e da repressão²⁸.

Os modelos de análise dos equipamentos colectivos valorizam a propriedade legal dos espaços e dos seus valores sociais, a sua apropriação sociocultural através das práticas e significados a estes associados, bem como a germinação de identidades simbólicas a partir da experiência quotidiana. Estes modelos tem como base não só o

²⁴ Maurizio Gribaudi, *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle*, p234-235.

²⁵ Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du xx^e siècle*

²⁶ Bob Edwards, Michael W. Foley and Mario Diani, *Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital debate in comparative perspective*, p17

²⁷ Charles Tilly, *Contention over space and place*, *Mobilisation*, 8/2 (2003)

²⁸ James Scott, *Domination and arts of resistance: Hidden Transcripts*.

conceito de espaço socialmente produzido mas também o de produção de espaços como produção de poderes reais ou simbólicos²⁹.

Este debate intercepta o campo dos estudos patrimoniais, e nomeadamente aqueles que se debruçam sobre os vestígios materiais da industrialização. Não obstante a «viragem contra a classe social»³⁰ que marcou as décadas de 1980 e 1990, nos últimos anos uma maior atenção tem vindo a ser dada ao património tangível e intangível dos «de baixo» - espaços e lugares mas também tradições ou expressões artísticas. Tendo uma natureza muitas vezes dissonante, relacionada com o conflito e o protesto social, este património reflecte igualmente um processo cultural marcado pela contestação e/ou negociação de valores, narrativas, memórias e significados³¹.

Ainda no quadro da crescente importância conferida ao Espaço nos processos sociais, tem-se vindo a examinar a relação o mundo operário e urbano, procurando desvendar tanto o perfil sociológico dos distintos estratos da classe operária como as orientações da vida quotidiana no Espaço. Uma vez analisados estes campos, os historiadores não deixam de os relacionar com a acção política e sindical, analisando o peso dos factores espaciais na acção colectiva e nas lutas políticas. A análise sócio-espacial abriu novos caminhos na compreensão do processo de formação da classe operária, no qual as directrizes da vida quotidiana na cidade não foram simples espectadores inertes. O espaço urbano, a cidade quotidiana, foram tomados como uma variável explicativa³².

Muito recentemente, os estudos que enfatizam o significado das lutas relacionadas com o consumo dos trabalhadores integram esta mesma corrente historiográfica. Rejeitando a oposição entre classe operária e consumidores, estes estudos consideram que as questões relacionadas com as condições de vida, nos espaços residenciais, se inter-relacionam com as relacionadas com as condições de trabalho nos espaços de produção e são fundamentais para a formação de uma identidade social de

²⁹ Henry Lefebvre, *La Production de L'Espace*; Raimond Ledrut, *Les images de la ville*; Jean-Paul Rémy, *Ville Ordre et Violence: forms spaciales et transaction sociale*.

³⁰ Michael Savage, *The remaking of the British working class: 1840-1940*, p10

³¹ Laurajane Smith, Paul A. Shkel e Gary Campbell, *Heritage, Labour and the working class*, p1-4

³² José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p123

base classista, particularmente num período em que a estratificação dos trabalhadores dentro da fábrica era muito acentuada³³.

Em Portugal, a produção científica destacando o papel do Espaço, dos movimentos demográficos e das redes de relação nos processos sociais é escassa e relativamente recente. Estas abordagens, todavia, questionam fenómenos incontornáveis para a compreensão do processo de longo termo aqui em análise, nomeadamente a evolução dos padrões de mobilidade geográfica e social, bem como de relacionamento nos bairros urbanos contemporâneos³⁴. Os resultados preliminares deste percurso historiográfico indiciam que o contexto urbano e suburbano, no qual o operariado português se concentrou a partir da última década de oitocentos terá propiciado o cadinho para a germinação de novas sociabilidades, indissociáveis das condições de vida que os seus habitantes encontraram nestes novos ambientes espaciais³⁵. Entre os estudos com esta abordagem sobre a realidade portuguesa, é necessário destacar o trabalho de Frédéric Vidal sobre o bairro de Alcântara – um dos primeiros bairros industriais de Lisboa³⁶.

O interesse dos investigadores pelas análises monográficas, bem como o reconhecimento da necessidade de confrontar os dados recolhidos nas mesmas, tem-se desenvolvido desde os anos setenta de noventa. Foram encontradas especificidades na experiência concreta de cada comunidade, mas também importantes paralelos que justificaram então a proliferação dos estudos comparativos. Reuniram-se nos mesmos volumes casos de estudo franceses, italianos, alemães, norte-americanos, etc. A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos induziu as seguintes conclusões: «a partir da última década de oitocentos, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se

³³ Tyler Stovall, *Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution*, p15-24

³⁴ Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du xx^e siècle*; António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*; Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*.

³⁵ Nomeadamente os trabalhos desenvolvidos no Âmbito da História Urbana, cujos resultados têm vindo a ser publicados na Revista *Ler História*.

³⁶ Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, p35 e 350

tornaram centros de uma intensa vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva»³⁷.

A abrangência territorial, todavia, não comprometeu uma observação aproximada. Por exemplo, no volume de 1982 da revista *Mouvement Social*, subordinado à temática *Ouvriers dans la ville* ou o editado pelos *Annali* em 1992, *Strikes, social conflict and the First World War. An international perspective*, o estudo comparativo é feito entre regiões específicas, em detrimento dos contextos nacionais. A região de Paris, de Turim, a baixa Normandia, Hanover, Petrogrado, o vale do Ruhr, a zona Este de Londres, entre outras, são postas em paralelo.

Noutros projectos semelhantes, como *Rebelious Century* de Charles, Richard e Louise Tilly ou *Working Class Formation* dirigido por Ira Katznelson e Aristide Zolberg ou *Work, Community and Power* editado por James Cronin e Carmen Siriani, a relevância dada à comunidade é central. Michelle Perrot sublinha no seu contributo que a consciência da classe trabalhadora francesa reside na aliança da cultura popular, da qual a família e a vizinhança eram uma componente essencial, com um sentimento de identidade baseado na consciência do seu destino comum, na sua relação com a produção, entre outras condicionantes. Este sentimento de identidade expressava-se e reforçava-se nos discursos, símbolos e acção dos seus membros mais activos³⁸.

Portugal raramente é tido em consideração na história comparada deste processo. No entanto, como podemos comprovar na organização de um conjunto de quatro encontros de investigadores locais que tiveram lugar em Portimão, Lisboa, Almada e Porto durante o ano de 2011, a produção científica nacional nesta área não só é rica como multidisciplinar. Nestes congressos procurou-se contribuir para uma caracterização ampliada do *Mundo do Trabalho* tendo em consideração a evolução das estruturas económico-sociais, o legado material e imaterial, as interações sociais no espaço, a densidade sociológica dos modos de vida, entre outras abordagens essenciais à compreensão desta complexa realidade social e aos processos históricos que a transformaram ao longo dos séculos XIX e XX.

³⁷ James Cronin, «Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe». In: *Work, Community and Power*, p36

³⁸ Michelle Perrot, «On the formation of the French Working Class». In: Ira Katznelson and Aristides R. Zolberg, *Working-class formation*, p105-106

As especificidades e as analogias perceptíveis entre os casos de estudo que se apresentaram fizeram sobressair algumas características transversais ao contexto em que germina o movimento autónomo dos trabalhadores – a generalidade das dificuldades materiais, a relevância das sociabilidades familiares e supra-familiares, as estratégias que estiveram na base da construção de um tecido associativo multifacetado, que conheceu um processo de politização, nomeadamente no período em análise nesta dissertação.

Em suma, os estudos monográficos são essenciais para a análise da formação das áreas industriais e das comunidades operárias e para compreensão do seu papel no processo histórico³⁹. Neste sentido, é necessário sublinhar que a minha investigação é largamente tributária do contributo dos investigadores portugueses e além-fronteiras que têm contribuído para o aprofundamento desta linha de investigação, permitindo a sua observação comparada. É necessário evidenciar as investigações que incidiram sobre a Península de Setúbal. Entre estas destaco a de Maria Alfreda da Cruz, analisando as formas de organização do espaço na margem Sul do estuário do Tejo ao longo do período em análise, importantíssima para compreender as novas relações sociais que se desenvolveram em consequência da expansão do sector industrial na região. É de destacar igualmente a tese de Maria da Conceição Quintas que atenta à evolução da economia Setubalense a partir da última década do século XIX e observa detalhadamente as práticas sociais e as manifestações culturais do operariado local. Finalmente, é de referir a obra de Alexandre Flores, incidindo num dos sectores dominantes na região, o corticeiro, ilustrando não só as transformações na organização do trabalho nesta indústria, mas também o protagonismo dos seus trabalhadores, quer no desenvolvimento do associativismo quer na evolução do repertório de acção colectiva das populações locais.

A minha tese deve ainda, e muito, aos inúmeros estudos realizados na região, referentes aos principais sectores industriais, unidades de produção, espaços urbanos, condições de vida e trabalho dos seus habitantes, relativos ao associativismo local, aos movimentos reivindicativos, etc. A preocupação do poder local com a preservação da memória colectiva das populações também permitiu a conservação de fundos

³⁹Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira, De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal.

documentais nos arquivos municipais de excepcional pertinência para a minha pesquisa. O mesmo se poderá dizer de outras instituições não oficiais, como as próprias associações.

É de sublinhar, finalmente, que os investigadores locais, muitos deles sem formação académica, estão entre os mais dedicados operários da história dos «de baixo» e sem o seu empenho na reconstrução histórica qualquer um dos estudos supracitados estaria condenado. As teses e as outras obras que resultam desta dinâmica de investigação regional serão largamente citadas ao longo do texto e sem o seu papel pioneiro o meu trabalho seria irrealizável.

1.2.2 O INVESTIMENTO NO ASSOCIATIVISMO VOLUNTÁRIO E A EVOLUÇÃO DO REPORTÓRIO DA ACÇÃO COLECTIVA

Nos estudos clássicos, o associativismo popular voluntário surge como uma ruptura com as formas de integração social tradicionais impostas à nascença – parentesco, comunidade, corporações, entre outras – destacando-se uma profunda transformação operada pela revolução liberal ao nível das sociabilidades, que ultrapassava os esquemas rígidos que enquadravam as interacções sociais tradicionais. Os estudos históricos, porém, têm sublinhado as continuidades em detrimento das rupturas, dando azo a um frutífero debate em torno da herança do corporativismo e outras formas de associação ancestrais no movimento associativo moderno⁴⁰.

No que respeita à diversidade de associações que germinaram nos séculos XIX e XX, têm sido avançadas diversas periodizações e tipologias. Alguns historiadores optaram por distinguir entre *momento social associativo* e *momento social político*, o que lhes permitiu analisar a germinação do fenómeno associativo em estreita relação com as formas de associação ancestrais e informais e a sua politização posterior sob o impacto da intervenção e construção do Estado moderno⁴¹. No que respeita às tipologias, Levasseur distingue os *grupos expressivos*, que existem para responder ou satisfazer interesses específicos que os membros têm em comum e que incluem as

⁴⁰ Luigi Trezzi, «Eredità corporativa nella cooperazione». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p97-101

⁴¹ Franco Ramela, «Aspetti della società operaia nell'Italia dell'ottocento. Analisi de un caso». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p172

associações recreativas, desportivas e afins, e os *grupos instrumentais*, que focam a suas actividades na persecução de benefícios económicos, sociais ou políticos, como as sociedades de socorros mútuos, as cooperativas ou os sindicatos⁴².

A historiografia da sociabilidade, com particular desenvolvimento no contexto francês, tem vindo a relacionar o nascimento das associações voluntárias com a evolução dos padrões de sociabilidade sob o impacte dos processos de expansão do capitalismo nos campos, industrialização e urbanização⁴³, ao passo que a italiana ou a espanhola chamam a atenção para o seu papel como componente integral da história da politização e controlo social⁴⁴.

Na sua diversidade, os estudos sobre o associativismo, incluindo a suas variadas tipologias, tornaram-se indispensáveis para apreender o processo de recomposição das classes trabalhadoras, no qual as agremiações tiveram um papel fundamental. Particularmente os estudos que se debruçaram sobre a evolução das solidariedades na Europa oitocentista, demonstraram como esta articulação se entrevê nas comunidades locais onde se concentravam os trabalhadores assalariados.

No contexto nacional, como além-fronteiras, tem vindo a ser analisada a importância do associativismo na sua vertente pedagógica, nas suas funções assistenciais e como organizador da nova sociabilidade urbana⁴⁵. As evidências empíricas demonstram que a sociedade civil criou mecanismos de identidade e pertença, transmitindo e validando modelos comportamentais, valores e uma cultura do trabalho e da cidadania, claramente expressos nos seus estatutos, mas denunciam igualmente factores de exclusão, entre os o género⁴⁶. Por outro lado, tem sido investigado o grau de participação nestas estruturas, mitigando-se a ideia de que na Europa Meridional as

⁴² R. Levasseur (ed.), *De lasociabilité: spécificitéetmutations*, p33-56

⁴³ Maurice Agulhon, «Exposé de clôture». In: Levasseur (ed.), *De lasociabilité: spécificitéetmutations*, p327-345

⁴⁴ Dora Marucco, «Iniziativa Pubblica e associazionismo operaio». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p78

⁴⁵ Teresa Mirri Larrubia, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social». *Historia Social*, n.º 26 (1996) p93-95; Graça Indias Cordeiro, *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*; António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*.

⁴⁶ Jorge Úria, «Entorno a las comunicaciones presentadas a: asociativismo». In: Santiago Castillo e José M.ª Ortiz de Orruño (coord.), *Estado, protesta y movimientos sociales*, p339-347; Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p24-41

populações eram hostis à associação formal⁴⁷.

Nos estudos monográficos que incidem em espaços de recente vocação industrial, o papel das associações não passa igualmente despercebido. Maurizio Gribaudi valoriza-as numa tripla perspectiva: como criadoras de imagens que sugerem a migração, como espaços que possibilitam e estimulam a mobilidade social e como substitutos do Estado na cobertura das necessidades assistenciais mínimas⁴⁸. O trabalho de Teresa Mirri Larrubia, centrado em Sant Martí de Provençals, el «Obrador de Barcelona», por exemplo, destaca a mútua dinâmica gerada entre os recém-chegados e o tecido social das classes populares locais⁴⁹.

O movimento organizativo do operariado destaca-se na obra de outros autores hispânicos, incidindo em outras regiões da Península. Também nas comunidades andaluzas analisadas por Manuel Morales Munõz, o papel histórico do associativismo popular evidenciou-se como extraordinariamente complexa e fecunda, no que se refere à integração dos recém-chegados, à superação de carências materiais, à organização do lazer, mas também à resistência, nomeadamente durante os surtos grevistas⁵⁰.

Com efeito, o associativismo, entendido como um movimento, reflecte uma possante dinâmica de articulação das diferentes formas de organização das classes trabalhadoras quer no plano geográfico quer no que respeita aos objectivos e conteúdos – entrelaçando a assistência e a previdência com a cultura, o recreio e o desporto, bem como com funções de tipo sindical e cooperativo. As análises monográficas ilustram de que forma este processo intercepta o percurso político do movimento operário, constituindo um período de incubação de orientações e práticas que antecedem as propriamente políticas. As evidências empíricas demonstram «que a rede de interesses e relações que se vinha criando fornecia um substrato essencial (...) para a formação de

⁴⁷Patricia R. Turner, «Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement», *The Journal of Modern History*, 71/1 (Março de 1999) p28-55; Ana Paula Rocha da Costa Saraiva, Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX, p67-79; Maria Alexandre Lousada, «Tradição e renovação nas associações profissionais». On: João Freire (org.), *Associações Profissionais em Portugal*.

⁴⁸ Maurizio Gribaudi, *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo novecento*, p35 e seguintes

⁴⁹ Teresa Mirri Larrubia, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social», *Historia Social*, 26 (1996).

⁵⁰ Manuel Morales Munõz – Un Espacio próprio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía in *História Social*, n.º 56 (2006)

recursos, experiência, quadros, de absoluta relevância para todo o movimento operário»⁵¹.

O desenvolvimento do associativismo operário e a sua impregnação nas redes sociais, particularmente nas áreas de vocação industrial, reconhece-se em diversos contextos nacionais. Danielle Jalla, ao analisar a cultura gerada nos bairros operários de Turim, defende que as doutrinas operárias não se constituem apenas como um *corpus* teórico ou linhas políticas. Nestas comunidades, as ideologias que preconizam a emancipação social formavam ainda um conjunto de comportamentos, atitudes e valores que se reflectiam nas redes sociais, nas colectividades e na acção dos activistas de bairro⁵².

É nos períodos de agitação social que se torna mais inteligível a densidade sociológica do quotidiano e se vislumbra a eficácia das redes de solidariedade germinadas. Diferentes autores, analisando distintos contextos, observam de que forma as paralisações laborais são sustentadas por campanhas organizadas pelas associações trabalhadoras, através de cotizações, colectas públicas e espectáculos benéficos⁵³. Estas abordagens não deixam de herdar o legado dos estudos clássicos que analisaram o associativismo como uma emanção da conflitualidade social, a tradição historiográfica centrada na análise das instituições sindicais e políticas que se ergueram com o propósito de representar os trabalhadores.

Como já foi referido, a *nova história social* surgiu em ruptura com esta tradição. Recentemente, contudo, vários autores têm vindo a chamar a atenção para a necessidade de uma nova síntese, reconhecendo o significativo papel dos partidos, sindicatos e outras instituições na experiência dos trabalhadores⁵⁴ - contribuindo para criar unidade entre grupos fragmentados mais do que para responder aos interesses de grupos específicos⁵⁵. De acordo com estes estudos, as instituições, longe de serem simples

⁵¹ Luigi Tomassini - «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale» in Stefano Musso - Tra Fabbrica e Società, p8-9

⁵² Danielle Jalla, «Le quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turin au début du XXe siècle», Le Mouvement Social, n.º 118 (Janeiro-Março de 1982) p79-97

⁵³ Teresa Mirri Larrubia, El proceso de formación del proletariado en un barrio industrial. El caso de San Martí de Provençals. Integração e diferenciação social. 1862-1925, Universidade de Barcelona, Setembro de 1994; Manuel Morales Muñoz, «Un Espacio propio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía». História Social, n.º 56 (2006)

⁵⁴ James Cronin, «Neither Exceptional nor peculiar: comparative study of labour in advanced society» International Review of social History, 38 (1993) p59-75

⁵⁵ Jon Lawrence, Speaking for the people: Party language and popular politics in England, 1867-1914.

consequências da formação da classe operária baseada nas relações de produção, são agentes fundamentais da criação do sentido de classe entre os seus apoiantes⁵⁶.

No que respeita especificamente ao movimento organizativo e reivindicativo dos trabalhadores, e particularmente sobre este período marcado por ciclos de agitação social massivos e globais, a produção historiográfica é abundante. A passagem do sindicalismo de ofício ao de indústria tem vindo a ser analisado como uma etapa fundamental na história do movimento operário ocidental, procurando acompanhar a metamorfose da estrutura industrial e das classes trabalhadoras ao longo dos primeiros decénios do século. Este desenvolvimento prendia-se fundamentalmente com a incapacidade dos trabalhadores qualificados preservarem o controlo do mercado de trabalho e com a consequente necessidade de integrar as massas indiferenciadas⁵⁷.

Esta adaptação foi designada de *novo sindicalismo* e analisada sobretudo numa perspectiva comparativa, sublinhando-se que foram seguidas estratégias diferenciadas em cada contexto nacional ou região e que a tendência nos países meridionais foi a local e federalista, ao contrário do que aconteceu em países como a Inglaterra ou a Alemanha, onde a opção nacional se justificou pelo maior desenvolvimento da economia e consequente possibilidade de negociação colectiva. No entanto, «a luta por uma estrutura sindical mais abrangente foi universal e dirigida primordialmente contra os ofícios e outros seccionalismos», procurando-se agregar os trabalhadores por ramo industrial. Este movimento encontrou forte resistência por parte da designada «aristocracia operária», permanecendo a maioria das estruturas sindicais mistas nos vários contextos nacionais⁵⁸.

O movimento associativo surge ainda com especial destaque nos estudos sobre a *sociedade civil*. Entre os conceitos clássicos da teoria política utilizados no discurso científico contemporâneo, este é provavelmente o que conheceu uma mais dramática ressurgência nas últimas décadas. Estas análises são profundamente marcadas pelo quadro teórico formulado por Alexis de Tocqueville, sublinhando a importância de uma

⁵⁶ Jürgen Kocka, «The New trends in labour movement historiography: a German perspective», *International Review of social history*, 42 (1997) p67-78

⁵⁷ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p89-93

⁵⁸ Eric J. Hobsbawm, «O Novo Sindicalismo em perspectiva». In: *Mundos do Trabalho*, p240-252

fremente vida associativa como garantia de democracia e protecção contra a inevitável intrusão do governo na esfera pública e privada⁵⁹.

Robert Putman importou este quadro teórico para a historiografia tendo o seu trabalho sobre a evolução da política regional italiana desde a Idade Média dominado os debates em torno do papel da sociedade civil no processo histórico. Segundo a sua análise, o actual sucesso da governação liberal no Norte de Itália face ao Sul deriva da natureza da governação medieval – as repúblicas comunais na gestão das quais os cidadãos participavam através de concelhos, guildas e irmandades. Este tecido associativo garantiu a germinação posterior de uma vibrante sociedade civil dominada por lojas maçónicas, clubes, etc., que garantiram o vigor das instituições democráticas⁶⁰. O aprofundamento da investigação histórica sobre o associativismo demonstrou, todavia, que quer as associações profissionais típicas do Antigo Regime quer as redes de solidariedade comunitárias que recuam à Idade Média acumularam *capital social* que se perpetuou no período liberal mas que foi utilizado noutras arenas que não apenas a da construção da democracia⁶¹.

Por outro lado, no campo da ciência política, para além das correntes *neotocquevillianas*, destacaram-se os precursores do *institucionalismo histórico*, preconizando a observação do papel do Estado, definido como o sistema administrativo, legal e coercivo, na estruturação das relações no seio da própria sociedade civil⁶². Nesse sentido, os historiadores têm vindo a analisar não apenas de que forma a sociedade civil influenciou na natureza dos regimes mas também como a crescente intervenção económica e social das autoridades oficiais modelou o associativismo voluntário. Tem vindo a ser verificado empiricamente que, não descurando as causas socioeconómicas que estimularam o progresso da *sociedade civil*, desde os finais do século XIX, o «giro intervencionista» da administração pública contribuiu para activar o desenvolvimento inédito do activismo popular⁶³.

⁵⁹ Alexis de Tocqueville, *Democracy in America* (1835).

⁶⁰ Robert Putman, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*.

⁶¹ Robert I. Rotberg – Patterns of social capital: stability and change in historical perspective, p5 e seguintes

⁶² Theda Skocpol, «Bringing the State back in: strategies of analysis in current research». In: Evans et al., *Bringing the State Back in*, p7-4

⁶³ R. S. Alexander, *Europe's uncertain Path: State formation and Civil Society*, p221

Actualmente, os estudos históricos sobre o período que antecedeu e sucedeu a I Grande Guerra na Europa integram sempre uma substancial reflexão sobre a emergência da política de massas, onde o debate sobre o fenómeno histórico da emergência do associativismo é central. Mais do que analisar a natureza destes regimes políticos – o fascismo, a social-democracia ou o liberalismo - estas abordagens analisam a natureza da transição para sociedades em que as massas populares se mobilizam politicamente, nomeadamente através de associações voluntárias⁶⁴.

Actualmente, o tema da emergência da participação popular na arena política foi recuperado por diferentes disciplinas e correntes. Infelizmente, em contexto nacional, no que a este período diz respeito, a historiografia não está entre os campos de produção científica mais profícua. Como foi referido na introdução, é através dos quadros teóricos da ciência política que a massificação da participação, sob a forma de associações e movimentos sociais, tem vindo a ser observada.

Segundo estes estudos, a designada *sociedade civil*, não sendo uma invenção do século XIX, conheceu neste período uma expansão inédita que alcançou o continente Europeu como um todo. O surto de finais da centúria teve como principais características: o activismo rural (organizado quer pela Igreja Católica quer pelo movimento sindical e socialista) e a organização dos trabalhadores industriais urbanos.

Ambos contribuíram para a polarização da sociedade, ameaçando compartimentá-la entre redes isoladas e autónomas. Estes movimentos tiveram um forte impacto à escala local, através de uma vasta rede associativa, mas também ameaçaram a hegemonia dos partidos tradicionais⁶⁵.

Considerando o caso português, António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida defendem que a expansão do movimento associativo está intimamente ligada ao processo de industrialização e urbanização concomitante com a ascensão de movimentos democráticos de carácter urbano – o republicanismo e o socialismo – e que as classes médias baixas e os trabalhadores industriais tiveram um papel chave neste processo, sendo as associações mutualistas, os sindicatos e as greves, a par de

⁶⁴ Benjamin Ziemann and Thomas Mergel, *European Political History, 1870-1914*; R. S. Alexander, *Europe's Uncertain Path: State formation and Civil Society*.

⁶⁵ Philip Nord, «Introduction», In: *Civil Society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe*, Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield publishers, inc, 2000, pXIII-XXII

movimentos cívicos como o anticlerical ou o nacionalista, a face mais visível da emergência da sociedade civil em Portugal.

Segundo estes autores, o Estado acolheu com simpatia o associativismo voluntário, pelo menos até à sua politização. Paralelamente, os governos republicanos esforçaram-se por aplicar uma mais progressista legislação e política social. No entanto, o sucesso muito limitado do reformismo republicano induziu o afastamento do movimento operário face ao novo regime e a preconização da acção directa contra o patronato, que por sua vez se reorganizou para resistir à ofensiva operária e para contestar as políticas económicas e sociais do regime. Em suma, «o activismo cívico intensificou-se e adensou-se, mas fê-lo num contexto de polarização política», enfraquecendo mais do que fortalecendo as instituições democráticas⁶⁶.

Gregory Lubbert, todavia, analisando esta conjuntura em diferentes países, incluindo latinos, defende que mesmo nos contextos onde o anarco-sindicalismo se tornou hegemónico, o movimento operário apelou mais para a intervenção pública do que para a destruição do Estado. A sua crescente actuação na arena política através de mobilizações massivas induziu a cedência de certos sectores do liberalismo às reivindicações reformistas, garantindo a perpetuação do Estado intervencionista⁶⁷. Esta tese filia-se noutra corrente da ciência política mais centradas nas funções sociais do Estado moderno do que na preservação do liberalismo. Theda Skocpol lidera esta tendência, sublinhando o papel dos grupos organizados na promulgação de políticas sociais nos Estados Unidos da América⁶⁸. Outros autores analisam a construção do Estado de bem-estar europeu como emanção do associativismo e da luta dos trabalhadores⁶⁹.

Não obstante a escassez de estudos históricos sobre a formação da classe operária como identidade política, algumas obras de referência têm focado o impacto deste processo, sublinhando que a «crise do liberalismo oligárquico» se deve

⁶⁶ António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, «On Liberalism and the emergence of Civil Society in Portugal», In: *Civil Society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe*, Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield publishers, inc, 2000, p3-21

⁶⁷ Gregory M. Lubbert - *Liberalism, Fascism, or Social Democracy: Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe*, p1-11

⁶⁸ Theda Skocpol, *Social policy in the United States: future possibilities in historical perspective*.

⁶⁹ Bernard Harris, *The origins of the British welfare State*, p192-195; Bernard Gibaud – *De la mutualité à la Sécurité Sociale: Conflicts et Convergences*, p13; Miriam Halpern Pereira, *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*.

fundamentalmente a «uma inédita irrupção das massas na política, ou seja, pela emergência de novas classes e grupos sociais e de novos partidos políticos, nascidos no último quartel do século XIX da vaga de industrialização, do crescimento das cidades e da explosão de um moderno sector terciário. Essas camadas eram portadoras de reivindicações sociais e políticas, de pretensões e expectativas que chocavam com a velha ordem social, com a natureza oligárquica, elitista e restritiva dos sistemas liberais instalados e que, por isso, os punham crescentemente em causa, à luz de diferentes projectos programáticos»⁷⁰.

Fernando Rosas destaca, entre os principais factores de crise, *a questão social*, quer no plano nacional quer no plano internacional, sobretudo quando uma onda de greves, ocupações e revoluções operárias varre a Europa⁷¹. Na região meridional temia-se não só a revolução mas também a reforma social, «intolerável para as oligarquias dos países periféricos e para o seu processo de acumulação e dominação do trabalho»⁷². O corporativismo surgiu como uma fórmula eficaz para evitar ambas, não deixando de integrar as massas populares na estrutura do Estado autoritário.

O que importa reter é que estes e outros estudos, procurando explicar a crise do liberalismo, destacam a «forma como milhões de pessoas comuns procuraram melhorar as suas condições materiais de vida quotidianas através da actividade política»⁷³, considerando o papel da emergência das massas na arena política como uma variável determinante no processo histórico durante o período em análise. Neste sentido, a análise da evolução do mundo do trabalho e do movimento operário são fundamentais para a compreensão da alvorada do *curto século XX*. Os estudos monográficos têm contribuído para este propósito, nomeadamente com as investigações citadas e replicadas nesta dissertação.

Segundo Charles Tilly, a participação popular na arena política prende-se sobretudo com o surgimento de movimentos sociais nacionais, ou seja formas de mobilização que se dirigem às autoridades estatais e que se caracterizam pela sua continuidade e por novas formas de acção colectiva – reuniões, manifestações, greves,

⁷⁰ Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal». In: Fernando Rosas e Fernanda Rollo – História da Primeira República Portuguesa, p16

⁷¹ Fernando Rosas, Salazar e o poder: a arte de saber durar, p25

⁷² Fernando Rosas, Salazar e o poder: a arte de saber durar, p289

⁷³ Gregory M. Luebbert - Liberalism, Fascism, or Social Democracy: Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe, p11

petições públicas, entre outras – que contrastavam com as antigas explosões repentinas de violência como os motins e as revoltas fiscais típicas do Antigo Regime.

Na sua investigação empírica, o autor demonstra como os repertórios de acção colectiva evoluem largamente de movimentos paroquiais, informais e padronizados, para mobilizações assentes na acção de massas crescentemente consciente, formal, nacional e autónoma. Explica esta evolução relacionando-a também com a emergência e concentração do poder do Estado Moderno, não descurando o rápido processo de urbanização e a expansão das relações industriais capitalistas que no seu conjunto abriram novas oportunidades e formas para as pessoas darem voz às suas reivindicações⁷⁴.

É de lembrar que a historiografia tem vindo a defender que os *velhos repertórios* se perpetuaram na Europa do Sul devido ao atraso económico e à tardia modernização das estruturas estatais. No entanto, não só as designadas *food riots* atingiram todos os países europeus e também os EUA durante a guerra e no imediato pós-guerra, como se distinguiram expressivamente das antigas *jaqueries*⁷⁵.

Segundo as mais recentes análises destes reportórios, aliás, as lutas em torno do consumo, longe de reflectirem arcaísmo, tiveram um papel incontornável na modernização e politização do movimento operário. Articularam-se com as lutas em torno da produção, que também evoluíram no sentido de garantir a progressiva integração do proletariado, contribuíram para o desenvolvimento de um multifacetado desafio à hegemonia capitalista e para a construção de uma mais alargada identidade de classe. A crescente intervenção económica e social do Estado condicionou a eleição destas estratégias e em boa medida a articulação translocal, massificação e politização das associações e movimentos, tendo em conta a oportunidade percebida para regular legalmente quer as relações laborais quer os preços dos géneros ou o inquilinato⁷⁶.

Tendo em consideração que neste período os estados-nação se tornam a principal arena política, a tensão dinâmica entre acção colectiva nas esferas nacional e local

⁷⁴ Charles Tilly, *The Contentious French and Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*

⁷⁵ Manuel Pérez Ledesma, «El Estado y la movilization social en el siglo XIX Español». In: Santiago Castillo e José M.^a Ortiz de Orruño (coords.), *Estado, protesta y movimientos sociales*, p220-227

⁷⁶ Tyler Stovall, *Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution*, p9-12

começam a marcar também os estudos históricos microscópicos. Com efeito, muitas das transformações que tiveram lugar em finais do século XIX e princípios do século XX relacionam-se com a parcial consolidação de uma cultura política, dominada por instituições nacionais, como o parlamento, os partidos políticos ou a imprensa, e as instituições dos trabalhadores que estiveram na dianteira deste processo. A *cultura política*, concebida como as lutas concretas de diferentes grupos sobre os benefícios sociais conquistáveis através da intervenção na arena política, surge sempre, todavia, enraizada em relações sociais locais⁷⁷. Desta forma, a relação entre a luta política local, enraizada nas condições materiais, e o alinhamento político na esfera nacional, entre política e sociedade, tornou-se um ângulo de observação privilegiado para a compreensão do processo histórico no período em análise⁷⁸.

Tyler Stoval, analisando a crise revolucionária do pós-guerra em Paris, defende que neste ciclo de agitação social é possível apreender o desfecho de um período de longo termo, no qual se formou uma nova classe que unia os laços seculares dos trabalhadores qualificados com as preocupações e as solidariedades informais dos indiferenciados, nomeadamente as mulheres, «numa síntese capaz de forjar um consenso nacional entre os trabalhadores»⁷⁹.

1.3. FONTES, MÉTODO E ARGUMENTO

O objectivo principal da primeira parte da minha dissertação foi compreender a evolução das estruturas e das relações sociais que estiveram na base da emergência de práticas e identidades de base classista a que convencionamos chamar movimento operário. Os pressupostos teóricos que estão na base deste estudo são essencialmente os que Thompson inaugurou, defendendo a ideia de classe como «um acontecimento»⁸⁰.

A perspectiva comparativa surgiu também como metodologia privilegiada, tendo em consideração que a confrontação de casos de estudo específicos é o mais próximo do

⁷⁷ Mary Hilson, Political change and the rise of labour in comparative perspective, p68-69

⁷⁸ Desde Richard Price, «The future of British Labour History», *International Review of Social History*, 36 (1991) p249-260 até Robert Justin Goldstein, «Political mobilization in nineteenth-century Europe», *European History Quarterly*, 32 (2002) p233-250

⁷⁹ Tyler Stovall, Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution, p290-291

⁸⁰ E. P. Thompson – A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da Liberdade. Tomo I, p9-12

teste experimental que o cientista social tem ao seu dispor. O historiador não pode recriar o contexto em que se enquadra o seu objecto de estudo, alterando as diferentes variáveis de forma a compreender quais os factores determinantes. Comparando fenómenos similares em diversos sócio-espacos, no entanto, pode verificar quais os traços comuns que caracterizam o processo histórico⁸¹.

Por outro lado, a análise exaustiva de pesquisas subordinadas às mesmas questões que coloco ao meu objecto de estudo permitiu-me aplicar na minha investigação um conjunto de ferramentas já largamente testadas, permitindo-me superar uma série de barreiras metodológicas e articular abordagens diversificadas, o que de outra forma teria sido absolutamente impossível, invalidando o tipo de observação que me propus realizar.

Introduzindo a interpretação dos dados recolhidos e desta forma enquadrando a minha investigação e análise, evoquei os principais contributos teóricos e empíricos relativos à evolução dos espacos, dos percursos e das relações laborais dos trabalhadores da Europa Meridional – elegendo-se contextos comparáveis em França, Espanha e Itália - , durante o período de intensa urbanização e industrialização, iniciado na última década de oitocentos e estabilizado entre o final da década de vinte e o início da de trinta. Entre a incomensurável vastidão de estudos relacionados com estas temáticas, debrucei-me sobretudo sobre aqueles que se relacionam directamente com a minha abordagem, ou seja, os que atentam à trama das relações sociais, nas quais os indivíduos e os grupos se inserem e com as quais interagem, adaptando as suas estratégias individuais e colectivas, nos espacos de produção e fora da produção, na fábrica, na oficina e na comunidade territorial. Processo que se relaciona essencialmente com a industrialização e a urbanização, pelo que intercepta os debates em torno da transformação das relações laborais e da organização do trabalho, da dualidade do mercado de trabalho dos ciclos migratórios e de integração. Naturalmente, não pude deixar de ter em consideração o contributo dos *estudos feministas* sobre as questões de género envolvidas nestes processos, bem como nas estratégias familiares e supra-familiares.

⁸¹ John Breuilly, *Labour and Liberalism in nineteenth Europe: essays in comparative history*, p3

Com base nestas propostas metodológicas, comecei por focar o desenvolvimento de uma nova organização espacial do trabalho, marcada pela concentração territorial e o aumento de escala das unidades de produção. Observei a agência do Estado e dos industriais mas também a resistência dos antigos artesãos e trabalhadores qualificados. Relacionei este processo com a mobilidade geográfica e social das populações, a sua concentração e segregação sócio-espaciais, a recomposição das suas redes de relação nas novas comunidades de residência e a consequente evolução das suas proximidades e distâncias sociais.

Para a análise dos processos espaciais utilizei diversas fontes complementares. Revi os *Inquéritos industriais* de 1881 e 1890 e os *Censos operários* de 1917 e 1930. No entanto, tendo em consideração o grau de incompletude destes dados, confrontei-os com outros, nomeadamente os provenientes dos *Anuários Comerciais de Portugal*, onde são elencadas anualmente e com maior rigor as unidades de produção registadas em cada concelho e freguesia, bem como com os *Recenseamentos gerais da população* que a partir de 1890 a classificam segundo grandes divisões profissionais – *Trabalhos agrícolas, Pesca e Caça, Extracção de materiais minerais da superfície do solo, Indústria, Transportes*, etc. - e em 1930 distinguem os diversos sectores de actividades no seio de cada uma destas grandes divisões. Analisei a evolução da organização espacial do trabalho recorrendo ainda a *fontes cartográficas, iconográficas e fotográficas*, com especial destaque para os primeiros levantamentos aéreos realizados no final do período em análise, transpostos para plantas à escala 1:1000.

Finalmente, procurei compreender as implicações dos processos de concentração territorial e de aumento da escala das unidades de produção. Como tem vindo a ser sublinhado além-fronteiras, a principal consequência deste processo foi a progressiva perda de controlo sobre o processo produtivo por parte dos antigos artesãos, através da introdução de maquinaria ainda que rudimentar e/ou de uma mais sofisticada divisão de tarefas, que permitiu aos industriais aumentar o ritmo e a superintendência do trabalho industrial.

Este foi um processo lento ao qual os antigos artesãos ofereceram uma relevante resistência, particularmente nos países da Europa Meridional, onde a oficina manteve um lugar de destaque em complementaridade com a emergência da Fábrica. Para avaliar a agência deste grupo social tive em consideração as fontes oficiais que a descrevem,

como o *Boletim do Trabalho Industrial* e a *correspondência dos administradores dos concelhos* para o governador civil. Confrontados com a inexorável perda de controlo sobre o processo produtivo, os artesãos tornados trabalhadores qualificados lideraram movimentos diversos contra a disciplina da fábrica e a precariedade do mercado de trabalho. Estes são igualmente referenciados na *imprensa local, regional e operária*.

O desenvolvimento industrial teve um significativo impacte nas estruturas da população. Foi possível finalmente avaliar o impacte destas transformações na composição social das populações dos aglomerados de vocação industrial que germinaram na área de estudo, recorrendo aos recenseamentos da população de 1890, 1911 e 1930, e ao exame de três recortes temporais (1890-91, 1909-1910 e 1929-1930) dos *registos de casamentos* das freguesias de São Tiago de Almada, Monte da Caparica, Barreiro, Seixal, Arrentela, Amora e Paio Pires (optei por analisar todas as freguesias do Seixal, tendo em consideração a diminuta extensão da amostragem da sede de concelho), São Sebastião, Bocage a partir de 1915 (neste caso optei por analisar os anos de 1897-1898 uma vez que os de 1890-91 não referiam a profissão do pai do noivo), e Nossa Senhora da Anunciada, depois Marquês de Pombal, em Setúbal, num total de 1894 registos. O critério de selecção destas unidades administrativas foi a percentagem de habitantes inscritos na rubrica *Indústria*, tendo como referência o censo operário de 1911, quando nas freguesias analisadas estes ultrapassam os 50% da população activa.

Para além da crescente homogeneidade destas comunidades, procurou-se avaliar as suas condições materiais de existência e as estratégias que estes puseram em prática para lidar com as mesmas. As diversas agências, dos proprietários imobiliários, das autoridades e dos inquilinos, implicadas na produção dos espaços residenciais destinados às classes trabalhadoras suburbanas foram examinadas recorrendo-se a *bibliografia especializada, a monografias locais* e mais uma vez à *imprensa regional*.

A nova organização espacial do trabalho acarretou ainda a integração na cadeia de produção de largos contingentes de mão-de-obra indiferenciada, induzindo uma profunda transformação das mobilidades e hierarquias entre os trabalhadores. A análise dos padrões de mobilidade geográfica e ocupacional das famílias trabalhadoras foi analisada recorrendo a fontes escritas – *imprensa e monografias locais* -, mas sobretudo aos registos de casamentos supracitados. Nestes movimentos, como já foi referido, agiram os próprios trabalhadores e as suas estratégias, que se reflectem com eloquência

nestas mesmas fontes, onde se destacam redes de migração, integração e ofício, que progressivamente se diluem em mais alargadas relações de entreaajuda que estruturam estas «comunidades de pobreza e lugar»⁸².

Para além destas estratégias, as famílias trabalhadoras procuraram diversificar as suas fontes de rendimentos, mantendo a ligação à terra e mobilizando todo o grupo doméstico para o trabalho assalariado. A complementaridade do trabalho nos campos também se reflecte nos *registos de casamentos* mas o feminino é invisível uma vez que as mulheres se assumem invariavelmente como *domésticas*. Para avaliar a sua extensão, recorri aos *estudos monográficos* da época, aos *recenseamentos da população* e às *propostas de admissão nos sindicatos nacionais* fundados nos anos trinta, onde finalmente as mulheres e o seu trabalho surgem com todo seu peso.

A nova organização espacial do trabalho interferiu igualmente nos padrões de mobilidade social, processo que foi observado novamente com recurso aos *registos matrimoniais* nos quais são registadas as profissões dos noivos e dos pais dos noivos. Para além de se poder verificar as taxas de ascensão, declínio ou imobilidade social, esta fonte permite observar o surgimento de novas profissões decorrentes da divisão do trabalho e da introdução de maquinaria ainda que rudimentar. A emergência do trabalho semi-qualificado foi ainda certificada a partir das *propostas de admissão nos sindicatos nacionais*, onde é distinguida a especialidade de cada trabalhador e os relatos da época que permitem enquadrar estes dados, particularmente os *relatórios dos engenheiros-chefes das circunscrições industriais* publicados no Boletim do Trabalho Industrial.

Ainda na primeira parte desta dissertação, recorrendo-se novamente aos *registos de casamento*, e nomeadamente através da comparação entre a residência e profissão dos noivos e testemunhas, foi avaliado o impacte de todo este processo na evolução das proximidades e distâncias sociais no seio destas comunidades. O principal objectivo dessa análise foi verificar até que ponto a fluidez do mercado de trabalho industrial permitiu a superação dos antigos laços corporativos e comunitários, induzindo a germinação de mais alargadas solidariedades de base classista.

⁸² Eileen Yeo, «Labour and Community, Past and Future: or why Merrie (White Male) England and Mateship are not enough». In: Labour & Community: proceedings of the sixth national conference of the ASSLH, Labour & Community, Wollongong, 1999, p3 e seguintes

O destaque que foi dado à evolução das proximidades e distâncias sociais, individuais e familiares, nas comunidades operárias, implicou a rejeição da dicotomia liberdade individual e determinismo social e a consideração das relações sociais como redes de interdependência em que o indivíduo está inscrito. Não negando o papel e intencionalidade do indivíduo, os diversos estudos que têm sido realizados sobre a temática, comprovaram que a sua margem de manobra é limitada a um conjunto de possibilidades finito⁸³. Esta margem é delimitada pela origem social do indivíduo mas também pelo espaço social em que se integra. A produção social do espaço industrial e das populações operárias emerge assim como factor condicionante das trajectórias individuais e familiares que interagem na Península de Setúbal e da estruturação das relações sociais nestas comunidades.

As redes sociais resultantes das estratégias familiares e profissionais para resistir e lidar com a difusão do trabalho assalariado e com as condições materiais de existência nos espaços industriais são aqui conceptualizadas como recursos que progressivamente se formalizam, constituindo o germe do movimento organizado dos trabalhadores. Observar-se-ão assim detalhadamente as *redes densas* – baseadas em relações face a face – na medida em que destas emanam as *redes extensivas* – redes com escalas translocais que foram fundamentais para a formação de uma identidade política de base classista⁸⁴.

Procurando relacionar a dinâmica associativa com a formação de comunidades operárias, observei as diversas agremiações no seu conjunto, como um tecido associativo inserido num contexto territorial específico. Neste sentido, tive em consideração como o enquadramento sócio-espacial induziu uma certa variação geográfica entre as associações e a influência que estas conquistaram nas comunidades onde estavam sediadas - os espaços físicos que ocupavam (concebidos como espaços de sociabilidade), os serviços que disponibilizavam (vislumbrando na multiplicidade de funções um mais amplo papel integrador) e o nível de participação das populações locais (não esquecendo os factores de exclusão como a classe, a qualificação ou o género). No fundo, procurei examinar as centenas de associações fundadas na Península

⁸³ Frédéric Vidal, Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne, p35 e 370

⁸⁴ Michael Savage, «Space, networks and class formation». In: Social Class and Marxism, p58-86

de Setúbal como parte de uma dinâmica que poderemos classificar como comunitária, não obstante a ubiquidade do conceito⁸⁵.

O meu argumento reside no facto de, tendo uma parte muito significativa da população activa residente ingressado no sistema fabril, as relações industriais terem um impacte estrutural nas sociabilidades locais, induzindo a difusão dos valores de reciprocidade e entreajuda por todo o tecido associativo. Por outro lado, as associações operárias, os seus espaços de sociabilidade e a sua presença no calendário quotidiano das comunidades, contribuíram, como é assinalado por diversos autores além-fronteiras, para a superação das divisões internas das classes trabalhadoras. Ainda antes de reflectirem a disposição colectiva para agir em termos de classe, os espaços de sociabilidade desempenharam um papel fundamental no reforço e reconfiguração das redes informais de relacionamento, herdando assim o capital social desde há séculos construído entre as classes trabalhadoras e nas comunidades locais⁸⁶. É neste sentido que a sua análise integra a primeira parte desta dissertação.

Assegurando a transição entre a parte desta dissertação que atenta à *estrutura* e a que observa a *acção*, o último subcapítulo da primeira parte analisa a acção colectiva dos trabalhadores na produção do espaço suburbano, nomeadamente através da construção e apropriação de espaços autónomos nos quais sediavam as suas associações. Esta análise foi feita sobretudo com base em *monografias locais, trabalho de campo* e recorrendo à *imprensa regional* da época, que os refere e testemunha o seu significado social e político com muita frequência.

A observação do movimento operário desde a sociabilidade proporciona-nos uma visão mais ampla e rica do objecto de estudo, permitindo-nos entender os mecanismos que conduzem à tomada de consciência de classe dos distintos grupos sociais, para além das meras referências à organização e à ideologia. No entanto, longe de serem categorias antitéticas, a sociabilidade, o mundo do trabalho e a consciência social e política formam parte de uma mesma realidade, que é a dos trabalhadores assalariados e das suas relações de classe⁸⁷.

⁸⁵ Nicole Robertson, *The co-operative movement and communities in Britain*, p210

⁸⁶ Margaret Kohn, *Radical Space: building the house of the people*, p2, 23 e 46

⁸⁷ Manuel Morales Munõz, «Un Espacio próprio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía», *História Social*, n.º 56 (2006) p69

Neste sentido, na segunda parte desta tese tive em consideração as investigações que analisam a progressiva formalização destas proximidades e redes num vasto e múltiplo tecido associativo que procurou dar resposta às novas necessidades impostas pela experiência do trabalho assalariado e da vida urbana. Muito embora tenha analisado as diferentes tipologias de associações germinadas na Península de Setúbal como parte do repertório estratégico das classes trabalhadoras, não negligenciei os contributos metodológicos da história da sociabilidade, atentando às continuidades e não apenas às rupturas. Tive ainda em conta os estudos que focam a agência das elites e do Estado, procurando controlar ou instrumentalizar o investimento popular no associativismo.

Como fontes utilizei os *processos das associações de socorros mútuos e das cooperativas*, conservados no fundo da Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), para onde tinham de enviar os estatutos, a acta da assembleia constitutiva e relatórios de actividade e financeiros anuais. Analisei ainda as *escrituras de constituição das Sociedades cooperativas* nos livros de escrituras do Cartórios Notariais da região. Estas fontes foram complementadas com as estatísticas oficiais sobre as associações publicadas no *Boletim da Previdência Social* e mais uma vez com *monografias e imprensa locais e regionais*. Os *fundos próprios* destas associações, infelizmente já raros, integrando normalmente as *listas de sócios* e as actas das *reuniões de direcção e assembleias-gerais*, forneceram dados significativos sobre a evolução das bases sociais, das práticas de gestão e de funcionamento destas estruturas.

No que respeita ao sindicalismo, analisei igualmente os processos das associações de classe, que para serem legais necessitavam de enviar o mesmo tipo de documentação para o *Ministério do Trabalho e da Previdência Social*. Porém, foi sobretudo com base na *imprensa local, regional e operária* que pude analisar o desenvolvimento do movimento organizativo das classes trabalhadoras locais. Infelizmente, apenas o Arquivo Municipal de Almada conservava os fundos próprios das antigas agremiações locais, entre os quais se destaca o da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada*, fundada em 1891 e extinta em 1934.

O *novo sindicalismo* teve um papel fundamental na evolução do repertório de acção colectiva, dirigindo os movimentos reivindicativos do operariado qualificado, integrando progressivamente os trabalhadores indiferenciados e articulando com maior

ou menor sucesso as lutas em torno das relações de produção com outras, entre as quais se destacaram as que se centravam no consumo. Para avaliar esta dinâmica de contenção, tive em consideração as propostas metodológicas de Charles Tilly e sua escola, destacando o papel da intervenção económica e social do Estado neste processo, mas também as especificidades dos movimentos sociais nos países de industrialização tardia, onde a referência principal continuou a ser a comunidade local⁸⁸.

Tendo em consideração a grave lacuna de estatísticas oficiais sobre as ondas de greves e outros movimentos sociais em Portugal, as fontes utilizadas foram sobretudo a *imprensa local, regional e operária* e as *séries de correspondência* dos fundos documentais das administrações dos concelhos de Almada, do Seixal e de Setúbal (infelizmente o do Barreiro foi destruído) e do governo civil de Lisboa.

*

* *

No seu conjunto, esta investigação empírica procurou aplicar ao caso de estudo português as propostas metodológicas desenvolvidas além-fronteiras para analisar o processo histórico que esteve na base da crise revolucionária que abalou a sociedade e europeia entre 1917 e 1920. Este ciclo de agitação social resultou de um *processo de incrementação* no qual estiveram implicados: a crescente proximidade espacial e social dos diferentes estratos da classe trabalhadora, a consequente construção de recursos organizacionais inéditos e a evolução do seu repertório de acção colectiva.

No entanto é preciso sublinhar que, como foi observado noutros contextos meridionais, na alvorada do século XX este processo estava ainda numa fase inicial, sendo sobretudo no período entre guerras que se consolidaram as comunidades operárias marcadas pela homogeneidade social, bem como as organizações sindicais e partidos de massas que se tornaram hegemónicos nos *cinturons rojos* ou *banlieue rouges*.

Neste sentido, mais do que a homogeneização e estabilização dos meios operários verificou-se que foi a fluidez do mundo do trabalho industrial em expansão e transformação que, em vez de fraqueza, conferiu unidade à classe trabalhadora. A heterogeneidade e instabilidade dos mercados de trabalho, longe de invalidarem a

⁸⁸ Eric J. Hobsbawm, «O Novo Sindicalismo em perspectiva». In: *Mundos do Trabalho*, p240-252

solidariedade intercorporativa, forneceram a base material para a articulação das lutas entre diferentes estratos sociais trabalhando em distintos sectores de actividade.

Como defende Stefano Musso, no que se refere ao caso de estudo turinense, para além da experiência profissional e dos laços sociais, a expectativa de melhores condições de trabalho em diferentes áreas profissionais a que a flutuação ciclicamente os reconduzia⁸⁹ levou os trabalhadores a solidarizar-se com interesses que não apenas os corporativos e a eleger reivindicações gerais de base classista. A crescente intervenção económica e social do Estado, acentuada durante a primeira grande guerra, quer na administração da crise de subsistências quer das relações laborais, determinou que fossem as reivindicações de carácter político – a regulamentação legal dos preços dos géneros ou das oito horas de trabalho – a mobilizar as classes trabalhadoras no seu conjunto.

O supracitado processo de mobilização, por outro lado, beneficiou dos recursos organizacionais, originadas pelo multifacetado repertório estratégico levado a cabo pelas classes trabalhadoras envolvidas nos processos de industrialização e urbanização – o denso tecido associativo construído nas décadas anteriores, bem como as redes de solidariedade formais e informais que atravessavam as áreas industriais e as comunidades operárias.

Em suma, esta dissertação pretende ilustrar que formas de interacção social permitiram aproveitar um período de excepcional expansão do mercado de trabalho industrial, potenciando a integração dos trabalhadores indiferenciados no movimento operário e conferindo um carácter massivo inédito às ondas de greves de 1910-13 e 1917-20. Nos países de industrialização tardia, porém, as estruturas sindicais nacionais construídas durante este processo não resistiram à reacção conservadora e à retracção do mercado de trabalho.

⁸⁹ Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporânea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali» in *Annali*, XXXIII (1999), pIX-XLVI

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E DAS POPULAÇÕES

2.1 AS TENDÊNCIAS MERIDIONAIS

2.1.1 OS ESPAÇOS INDUSTRIAIS: PERIFERIALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E

DISCIPLINA

Na experiência europeia, e particularmente na região meridional, a industrialização decorreu genericamente da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, criando grandes aglomerações e respectivas áreas tributárias⁹⁰. Em Itália e em Espanha o desenvolvimento industrial mostra um interesse quase exclusivo pelos principais centros urbanos, caracterizados por um certo dinamismo económico prévio, onde na viragem do século germinam as primeiras áreas metropolitanas⁹¹. No contexto nacional francês distinguem-se dois padrões: uma sobre-urbanização na região meridional e uma industrialização em zonas pouco urbanizadas, em regiões como Vosgues ou Ardenes⁹².

Antes da constituição de subúrbios industriais existiam já nos arredores das cidades europeias os designados *faubourgs*, para onde eram empurradas as actividades menos prestigiadas, dominando o artesanato, em conjunto com o comércio e a agricultura⁹³. Por outro lado, muitos dos subúrbios onde se vieram a instalar grandes complexos industriais tinham uma tradição manufactureira que recuava à medievalidade⁹⁴.

O Estado foi um importante agente no processo de periferialização da indústria. No século XIX, o impacte do desenvolvimento dos meios de comunicação, nomeadamente dos caminhos-de-ferro, sentiu-se com especial acutilância nestas áreas, eleitas para a instalação de estações e interpostos⁹⁵. Os novos espaços que começaram a

⁹⁰ Louise Tilly, *Politics and class in Milan*, p3-20

⁹¹ Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale*, p70

⁹² Marcel Roncayolo, «À la recherche des fondements économiques». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*, Vol. IV, p61 e seguintes

⁹³ Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises*, p6-15

⁹⁴ Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870-1920*, p4-5

⁹⁵ Jean-Louis Robert, «La Banlieue dans le Paris ouvriers de la Première Guerre Mondiale», In: Jacques Girault (coord.), *Ouvriers en banlieue XIX e XX siècle*, p108 e seguintes

rodear Paris e Lyon foram igualmente os locais escolhidos para a implantação das novas indústrias marcadas pelo aumento de escala das unidades de produção⁹⁶.

A partir de meados do século XIX, não sem a resistência dos industriais, as actividades mais poluentes começam a ser repelidas para a periferia. Em Paris, as licenças industriais começam a ser difíceis de conseguir nos *arrondissements* e nas *communes* mais centrais, onde os habitantes eram mais poderosos, contribuindo para a segregação da actividade secundária para as áreas mais pobres da cidade. Na alvorada do século XX, a repartição das indústrias entre centros e periferias começa a alterar-se em favor destas últimas⁹⁷. Isto não significa que o poder industrial se desloque para o subúrbio. As sedes sociais das principais empresas mantêm-se nas cidades. Do ponto de vista funcional os subúrbios permanecem assim dependentes do centro⁹⁸.

Em Turim, nas vésperas da guerra, é ainda intramuros que se localizam a maior parte das actividades industriais. Eram sobretudo os sectores mais modernos, como por exemplo as fábricas de material ferroviário, que se começavam a fixar na periferia e em particular na área do *Borgo de San Paolo*. A primeira guerra mundial correspondeu a uma sobre-industrialização fantástica dos arredores. No pós-guerra, a vocação industrial dos subúrbios afirma-se nitidamente. As cinturas agrícolas são pouco a pouco absorvidas pela expansão das fábricas numa continuidade indistinta de casas que tendem a nivelar e a unificar o território⁹⁹.

Em Barcelona, ao desencadear a conflagração mundial, as novas periferias ainda não tinham iniciado a sua expansão, eram ainda o centro e as periferias centrais os espaços industriais por excelência. A Primeira Guerra Mundial, porém, marcou o declive económico do centro industrial. A designada segunda revolução industrial induziu o estabelecimento de unidades de produção de grande dimensão no *hinterland*

⁹⁶ Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p102

⁹⁷ Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, p97

⁹⁸ Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises*, p60

⁹⁹ Danielle Jalla, «Les *Barrières* ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982), p80-84

da cidade e a germinação do famoso *cinturón rojo*, marcado pelo investimento em novas indústrias como a metalomecânica ou a química¹⁰⁰.

O *boom* de edificação e desenvolvimento urbano que marca as cidades europeias no entre guerras determina a expansão inédita do sector da construção, a par do dos transportes, das infra-estruturas de saneamento e electrificação¹⁰¹. De facto, foi durante a guerra e no ciclo construtivo de 1919-1939, que se consolidaram, nos países latinos, as áreas industriais nos espaços periféricos urbanos¹⁰².

Não obstante estas tendências genéricas, as áreas suburbanas germinadas em torno das principais cidades europeias eram compostas por diferentes complexos que podiam apresentar dinâmicas industriais e espaciais muito distintas – é o caso dos dois casos de estudo melhor conhecidos da aglomeração de Paris – *Saint-Denis* e *Bobigny*. O primeiro destaca-se sobretudo pela concentração de grandes unidades de produção, sobretudo metalúrgicas¹⁰³. O segundo constitui-se como uma cidade híbrida, subúrbio hortícola, comuna de residência popular e área industrial, composta por fábricas de média dimensão e entrepostos comerciais¹⁰⁴.

É igualmente o caso dos dois principais bairros extra-muros de Turim – o *Borgo de San Paolo* e a *Barrière de Nice-Lingotto* -, os quais têm ritmos e modalidades de crescimento claramente diferentes, quer no que diz respeito à organização do espaço quer nas funções urbanas que assumem. O primeiro distingue-se pela especialização e homogeneidade das suas fabricações ao passo que o segundo apresenta uma maior pluralidade quer no sector industrial quer nas outras funções urbanas que assume, albergando o hospital da cidade e o mercado de fruta e produtos hortícolas¹⁰⁵.

A instalação da indústria moderna em Portugal foi um processo tardio e incipiente¹⁰⁶. A partir de meados do século XIX, verifica-se um processo de

¹⁰⁰ Chris Ealham, «Una *Geografía Imaginada*: Ideología, espacio urbano y protesta en la creación del *bairro chino* de Barcelona, c.1835-1936», *Historia Social*, n.º 59 (2007) p59-60

¹⁰¹ José Luis Oyón, «La ruptura de la ciudad obrera y popular: Espacio urbano, inmigración y anarquismo en La Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p124-128

¹⁰² José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p25

¹⁰³ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p255

¹⁰⁴ Annie Fourcaut, *Bobigny: banlieue rouge*, p128

¹⁰⁵ Danielle Jalla, «Les *Barrières* ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p86-87

¹⁰⁶ Em 1834 é introduzida a máquina a vapor, o número de estabelecimentos fabris aumenta, bem como o número de operários por fábrica. Os sectores mais afectados serão o têxtil e o metalúrgico. A capital

centralização da indústria numa rede de vilas industriais em torno das duas principais cidades. No período da *Regeneração*, a intervenção estatal no desenvolvimento das vias de comunicação e na estruturação das zonas económicas do país. O largo período de prosperidade que se segue à crise dos anos sessenta reflecte-se no *Inquérito Industrial de 1881*¹⁰⁷.

A partir de finais do século XIX, a dinâmica de desenvolvimento industrial do Porto de Lisboa, incidindo nos eixos Beato-Sacavém e Alcântara-Junqueira, alastra para a margem Sul do Tejo. Nas primeiras décadas do século XX, a área de influência da capital amplia-se para Sul, integrando o porto industrial de Setúbal e concentrando quer as indústrias tradicionais da periferia central quer os novos ramos industriais em expansão nos subúrbios em formação – as indústrias corticeira, conserveira, metalúrgica, da construção naval, química, entre outras¹⁰⁸.

Na segunda cidade portuguesa as unidades fabris implantaram-se primeiramente na periferia central, mas ao longo das primeiras décadas do século XX, esmoreceu a abertura de novas grandes fábricas no tecido urbano consolidado, apostando-se progressivamente nos concelhos periféricos. Para além dos concelhos limítrofes, a área industrial do distrito do Porto prolongou-se para a bacia dos rios Ave e Vizela¹⁰⁹.

lidera o movimento, albergando em 1845 26 das 30 máquinas a vapor registadas no Inquérito Industrial. Cit. Por Joel Serrão, *Temas oitocentistas*, 69-70. Em 1852, nos eixos Alcântara-Junqueira, Beato-Olivais e os concelhos limítrofes a norte e a Sul da capital (na outra margem), registam-se 73 estabelecimentos com mais de 10 operários e uma população fabril de 5012 pessoas, da qual três quartos trabalhava em unidades de mais de 100 operários. As máquinas a vapor são agora 53, com uma potência de 776 cavalos. Pelo contrário, no Porto 82,5% da população operário trabalhava em unidades de produção com menos de 10 operários, estando apenas registadas 8 máquinas a vapor, com uma potência total de 52 cavalos. Na Covilhã são referidos 29 estabelecimentos fabris com 1350 operários, dos quais 40% trabalham em quatro grandes unidades, onde nenhuma máquina a vapor havia sido introduzida. David Justino, todavia, alerta para o facto de o *inquérito industrial de 1852* ocultar a indústria doméstica. Estas três regiões concentravam dois terços da actividade secundária nacional. David Justino, *A formação do Espaço Económico Nacional 1810-1913*, p79-138. Nesta data, o sector têxtil domina claramente no que se refere à concentração de trabalhadores, empregando 8562 pessoas em 189 unidades de produção com mais de 10 operários, seguindo-se a tinturaria (1191 em 17), o papel e cartão (1071 em 28), a cerâmica e vidro (905 em 16), a Fundição (764 em 12) os produtos químicos (70 em 3), a cortiça (164 em 4) e finalmente a saboaria (64 em 1). É de realçar ainda a mutação verificada na relação entre indústria doméstica e indústria fabril. No sector têxtil, apesar da permanência de unidades domésticas de produção, estas deixam de funcionar enquanto células produtivas autónomas, para se integrarem no novo sistema económico, onde funcionam como elementos complementares da produção fabril. Manuel Vilaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, p199

¹⁰⁷ Miriam Halpern Pereira, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, p62

¹⁰⁸ Victor Matias Ferreira, *A cidade de Lisboa de capital de império a centro da metrópole*.

¹⁰⁹ Jorge Fernandes Alves, «A Indústria Têxtil do Vale do Ave». In: José Amado Mendes; Isabel Fernandes (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, p372-382.

Nas vésperas da implantação da República, a aglomeração de Lisboa concentrava a grande indústria e os grandes serviços urbanos, mas também uma «infinidade de pequenas oficinas, até à lojeca do sapateiro ou do alfaiate». Não obstante esta diversidade, é claro o desenvolvimento das indústrias corticeira, conserveira, química, metalomecânica ou da construção naval. Na capital expandem-se ainda os sectores da construção civil e dos transportes. «Reúne assim a região toda a gama possível de estabelecimentos industriais e para-industriais, desde a oficina à fábrica com mais de 1000 operários, como a C. U. F. do Barreiro»¹¹⁰.

O *Inquérito Industrial de 1917* expressa o acentuamento destas linhas de desenvolvimento. A região de Lisboa amplia-se decididamente para Sul até Setúbal, passando a abarcar as indústrias tradicionais e os novos ramos industriais em forte expansão. A zona do Porto continua a articular o capitalismo industrial com a indústria doméstica no sector dominante, o têxtil, no qual o trabalho fabril era ainda complementado com o trabalho agrícola. Fora destas aglomerações existiam apenas pequenas bolsas, organizadas em torno de um pequeno conjunto de actividades – os lanifícios da Covilhã, a pesca, as conservas e a cortiça do Algarve, o vidro da Marinha Grande ou os têxteis o papel e a metalurgia de Tomar¹¹¹.

Em paralelo com a periferalização da indústria assiste-se ao aumento da escala das unidades de produção. Esta necessidade surgiu de imperativos técnicos, em determinados sectores como o químico, mas também do rápido aumento da procura. A

¹¹⁰ Manuel Vilaverde Cabral, «Situação do operariado nas vésperas da implantação da República» in *Análise Social*, vol. XIII/50 (1977-2º) p419-420

¹¹¹ Em 1917 são recenseados 5491 estabelecimentos industriais empregando uma energia motriz de 105642 cv, 7000 de origem hidráulica e 98642 a vapor -, que Manuel Vilaverde Cabral subdivide em unidades de pequena dimensão, com menos de 21 operários – 81% -, de média dimensão, entre 21 a 100 operários – 14,5% -, e de grande dimensão, com mais de 100 operários – apenas 4,5%. Estas últimas ainda concentravam cerca de 50.000 pessoas. Estes valores são claramente subestimados, estimando o autor que estariam empregues na indústria cerca de 500000 trabalhadores (Manuel Vilaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, p275-28 e p324-339). Sectorialmente destacam-se os sectores têxtil (36000 operários, cerca de metade em 36 fábricas), alimentar (24606 em 1017), metalúrgico (11751 em 784), corticeiro (6000 em 16) e químico (3745 em 123). Geograficamente os eixos Lisboa-Setúbal e Porto continuam a concentrar a esmagadora parte destes estabelecimentos e mão-de-obra (Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, p80 e seguintes). Os anos que se seguiram e até à crise internacional de 1921 foram de intenso crescimento (António Telo, *Decadência e Queda da I República*, Vol. I, p30-31). A partir de 1922, no entanto, começam a desenhar-se os primeiros sintomas de esgotamento do modelo de crescimento adoptado em Portugal no pós-guerra, sustentado por baixos custos de produção artificialmente gerados pela contínua desvalorização do escudo. Em 1924, no quadro de uma nova crise internacional, a crise alastra. Era «uma crise das mais tenebrosas e graves que se tem registado na história do trabalho no nosso país (...)» (*O Trabalho Nacional: órgão da Associação Industrial Portuense*, Dezembro de 1924. Cit. Por António Telo, *Decadência e Queda da I República*, Vol. I, p290).

fábrica significava disciplina, particularmente na viragem do século quando as principais alterações espaciais rumo à racionalização foram introduzidas. A nova arquitectura industrial previa uma reorganização do espaço que permitia uma mais eficaz circulação dos produtos e uma mais lógica sequência das operações para evitar a perda de tempo. Por outro lado, a fábrica abria caminho para a introdução do sistema salarial, mais adequado à regulação do tempo e da produtividade¹¹².

Os sistemas de produção foram reorganizados para manufacturar grandes quantidades de bens standardizados, com menor qualidade e a preços mais baixos para aproveitar as oportunidades abertas pela expansão dos mercados de consumo¹¹³. A progressiva concentração da produção em espaços cada vez maiores é uma das transformações mais significativas verificada nas primeiras décadas do século XX¹¹⁴.

A concentração, porém, nem sempre foi acompanhada da introdução de novas tecnologias. Mesmo nas novas unidades de produção de grande dimensão o trabalho realizado era muitas vezes ainda fundamentalmente manual¹¹⁵. Mais do que mecanização, as transformações que marcaram o sector industrial relacionaram-se com a aceleração do trabalho, novas técnicas de gestão, elaborados sistemas de pagamento, alterando progressivamente as relações de trabalho em favor do controlo por parte dos industriais. No entanto, os artesãos conseguiram frequentemente retardar este processo ou forçar o pagamento do trabalho semi-qualificado com salários equivalentes ao qualificado, logrando assim a incorporação da máquina na estrutura salarial artesanal¹¹⁶. Em determinados sectores conseguiram resistir à perda de controlo sobre o processo produtivo, passando a controlar a instalação e manutenção da maquinaria e o trabalho dos operários que as manejavam¹¹⁷.

Por outro lado, se o investimento do capital na intensificação e divisão do trabalho reduziu o papel do trabalho artesanal, a diminuição do número de oficinas em alguns sectores foi largamente compensado com o aumento noutros. As fábricas necessitavam de certos bens e serviços que estas providenciavam – componentes,

¹¹² Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p90-103

¹¹³ William H. Sewell, «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789-1948». In: Ira Katznelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p51-57

¹¹⁴ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

¹¹⁵ John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe*, p93

¹¹⁶ Rosario Spampinato, *Il movimento sindacale in una società urbana e meridionale*, p220

¹¹⁷ Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870-1920*, p12-14

manutenção, entre outros¹¹⁸. Mesmos nos complexos industriais meridionais marcados pela grande indústria, as unidades de pequena e muito pequena dimensão persistiram¹¹⁹. Segundo Brunet, em Saint-Denis, para além das grandes empresas, localizadas junto às principais vias de comunicação, as pequenas oficinas e armazéns alastravam por todas as artérias dos antigos aglomerados¹²⁰. De facto, nas zonas em processo de industrialização o trabalho artesanal expandiu-se. Particularmente nas cidades de rápido crescimento demográfico como Paris ou Lyon assistiu-se a um expressivo aumento do trabalho artesanal em pequenas oficinas¹²¹.

Nos finais do século XIX, em Milão, à excepção de algumas unidades de grandes dimensões, as companhias eram pequenas. A maioria da produção era organizada de forma arcaica, usando ferramentas manuais, e a divisão do trabalho estava ainda pouco desenvolvida. No período seguinte, o aumento da escala assinala o arranque da industrialização, acelerado a partir de 1900¹²².

No contexto nacional, o aumento da escala das unidades de produção ocorre precisamente nos sectores predominantes na região em análise. A indústria conserveira conheceu um incremento considerável no período referido, muito devido à crise da sardinha em França. É de referir que na vanguarda do desenvolvimento desta indústria encontra-se a cidade de Setúbal, que terá enviado à Exposição Universal de Paris de 1855 conservas de sardinha em Azeite. Entre 1890 e 1896, o número de estabelecimentos conserveiros subiu de 54 para 76 e o número de operários de 2515 para 4653. Em 1912 eram conhecidas 116 unidades de produção, que empregavam 9453 operários. Durante a Grande Guerra, o consumo de conservas aumentou exponencialmente, pelo que no inquérito de 1917 contam-se já 188 fábricas, nas quais laboravam permanentemente 14 679 conserveiros.

A indústria corticeira teve o seu primeiro surto na segunda metade do século XIX, a que se seguiu um período de refluxo, entre 1892 e 1900, em que o número de operários desceu de 6000 para 3500. Durante a guerra, todavia, a mecanização desta

¹¹⁸ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p82-89

¹¹⁹ Stefano Musso, «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p224-229

¹²⁰ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p1449

¹²¹ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p83-89

¹²² Louise Tilly, *The working class of Milan: 1881-1911*, p50

actividade favoreceu o seu desenvolvimento. No inquérito de 1917 estavam empregues 6634 operários neste sector, 3616 no distrito de Lisboa, uma média de 47,5 por estabelecimento, que concentrava 76 unidades de produção, num total 127 em todo o país.

Por outro lado, na última década de oitocentos e nas primeiras de novecentos surgem novas indústrias, resultantes das inovações tecnológicas que marcam a 2ª Revolução Industrial. Entre estas destaca-se a indústria cimenteira. A segunda fábrica de cimento artificial ou Portland estabeleceu-se no Outão – concelho de Setúbal – em 1906. Da mesma forma, a indústria química é característica de uma nova fase de desenvolvimento tecnológico. Como é sabido, teve o seu expoente máximo no complexo fabril da CUF no Barreiro, fundado em 1908 por Alfredo da Silva. Em 1920 a CUF do Barreiro ocupava já 20 hectares e empregava 2000 operários¹²³.

Não obstante estas transformações estruturais, como assinala Yves Lequim, «As paredes da fábrica não criam o proletário moderno». A reunião de um grande número de trabalhadores no mesmo lugar não significava obrigatoriamente uma mudança no trabalho em si, mas apenas nas qualificações e na distribuição. Segundo Lequim, os trabalhadores passam da oficina para a fábrica sem perder a sua identidade de trabalhadores de ofício. No interior destes edifícios sobrevivem as hierarquias – mestres, ajudantes, aprendizes - e as práticas – negociação, adjudicação - do trabalho artesanal. De facto, este continua a marcar o mundo do trabalho urbano, mesmo quando o salariado e a dependência reflectem a difusão de novas relações sociais na produção¹²⁴.

Segundo diversos estudos sobre o contexto francês, os antigos artesãos continuaram a trabalhar como na oficina, controlando os seus próprios horários, fazendo os intervalos que achavam adequados e exigindo ser tratados como iguais pelos seus supervisores¹²⁵. No entanto, se em determinados contextos, a pressão exercida nas fábricas para aumentar os ritmos de trabalho e a disciplina foram estrangidas pelas normas estabelecidas pelos trabalhadores nas oficinas¹²⁶, noutros, mesmo nas oficinas consegue-se subordinar o trabalho a horários mais rigorosos e a um controlo mais

¹²³ Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da indústria portuguesa da Idade Média aos nossos dias*, p241-273

¹²⁴ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

¹²⁵ Michael Hanagan, *The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers*, p2-11

¹²⁶ Alain Cottureau, «The distinctiveness of working-class cultures in France, 1848-1900». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p133

apertado¹²⁷. Por outro lado, a natureza do sector artesanal e a sua relação com os outros alteraram-se significativamente. As oficinas deixaram de dominar sobre as fábricas, mas mais importante do que isso o controle capitalista da distribuição em larga escala determina a perda de autonomia dos pequenos produtores¹²⁸.

Em todos os países de industrialização tardia, ainda antes do processo de modernização tecnológica as tentativas de reorganizar o trabalho produzira uma larga massa de «artesãos descontentes»¹²⁹. Apesar de alguns mestres de oficina continuarem a trabalhar segundo as regras tradicionais, tornou-se impossível evitar que uma minoria de empreendedores introduzisse inovações e intensificasse a exploração. Consequentemente os salários baixaram tendencialmente, bem como as condições de trabalho¹³⁰. Michael Hanagan classifica o processo marcado pelo esforço dos empregadores em controlar o processo produtivo e a resistência dos artesãos como uma verdadeira guerra industrial que se arrastou entre 1890 e 1914¹³¹.

Os artesãos resistiram à mecanização e reorganização do trabalho, não por uma questão de princípio, tendencialmente influenciados pelas ideias iluministas admiravam o progresso, mas porque implicava a proletarização e a perda de autonomia. Existem inúmeros exemplos desta longa resistência. Em alguns casos os artesãos preservaram as suas estruturas corporativas mesmo sem a presença de corporações, noutros, lograram dentro da fábrica conservar os seus privilégios com base na qualificação. Em França, durante o século XIX, desafiaram a lei de Le Chapelier contra a «combinação em defesa do ofício», continuando a impor uma série de obrigações aos empregadores, incluindo o recrutamento familiar, o pagamento ao mês, os seus próprios horários, etc. No período em análise, contudo, a combinação da progressiva mecanização e intervenção do Estado quebrou finalmente a resistência dos artesãos. A máquina tornou-se uma «arma de

¹²⁷ Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p103

¹²⁸ John Breully, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p83-89

¹²⁹ William H. Sewell, «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789-1948». In: Ira Katznelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p45

¹³⁰ William H. Sewell, «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789-1948». In: Ira Katznelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p51-57

¹³¹ Michael Hanagan, *The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers*, p2-11

guerra» dirigida contra os mesmos, permitindo ao industrial impor dentro da fábrica a configuração espacial de uma nova disciplina¹³².

Os conflitos que marcaram os primórdios da industrialização opuseram essencialmente artesãos e industriais, tendo como mote as condições e o regulamento do trabalho. A resistência à nova organização do trabalho foi generalizada, motivando inúmeras contendas contra a disciplina nas fábricas, o excesso de esforço e os perigos relacionados com as máquinas¹³³. Pierre de Peretti ao inventariar as greves ocorridas em Saint-Denis destaca a importância das de *dignité* – reconhecimento do sindicato, reintegração de trabalhadores (35%) e a propósito das condições e do regulamento do trabalho (28%)¹³⁴. As greves contra os encarregados também integravam a luta pelo controlo do processo produtivo¹³⁵.

Durante este período de expansão industrial, os novos espaços de produção espanhóis foram igualmente palco de um prolongado conflito entre trabalhadores qualificados e industriais, envolvendo capatazes e encarregados. Uma boa parte das greves levadas a cabo antes da Grande Guerra dirigiu-se contra os abusos de autoridade, os regulamentos e a disciplina da fábrica. O domínio do processo produtivo foi também o centro de muitas contendas. Exigindo trabalhar à peça, o artesão não garantia um rendimento superior ao do trabalhador assalariado mas preservava uma relativa autonomia e controlo nos novos espaços industriais.

Na Catalunha, a repartição percentual das greves segundo os seus motivos ilustra o peso que o combate à nova organização do trabalho teve na emergência do movimento grevista. Apenas 23,9% das greves esgrimidas entre 1902 e 1914 se referem a salários. São mais aquelas que se referem à jornada de trabalho, 25,17%, verificando-se 9,93% que se referem a ambos os motivos. É surpreendente o número de greves que se empreendem contra a nova organização e disciplina de trabalho, 27,48%, e aquelas que defendem o direito à associação e o monopólio sindical do emprego, 14,32%,

¹³² Michelle Perrot, «On the formation of French working class». In: Ira Katzenelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p79-81

¹³³ Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870-1920*, p12-14

¹³⁴ Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870-1920*, p12-14

¹³⁵ Keith Mann, *Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900-1939*, p212

comprovando-se a significância da luta pelo controlo do processo produtivo e do mercado de trabalho, como forma de combater a precariedade dos vínculos laborais¹³⁶.

Os estudos monográficos no contexto italiano mostram que a capacidade reivindicativa dos artesãos era inversamente proporcional à dimensão dos estabelecimentos industriais. Onde a indústria de pequena escala dominava, poderosos sindicatos de artesãos conseguiam aplicar grande pressão sobre os empregadores¹³⁷. No entanto, à medida que se desenvolvia o sistema fabril, a sua crescente dependência económica face ao industrial sobrepunha-se à independência formal aproximando cada vez mais a sua condição do restante operariado fabril¹³⁸.

Também em Portugal a solução encontrada pelos empresários para combater o controlo artesão sobre o processo de trabalho foi a concentração e a proletarização. Os trabalhadores continuaram a produzir segundo normas ancestrais mas deixaram de poder vender os seus produtos directamente ao mercado. A partir de 1870 alguns sectores começaram a mecanizar-se lentamente, particularmente aqueles em que a perda de independência da mão-de-obra trazia claras vantagens. A introdução de maquinaria e a imposição da disciplina fabril deteriorou consideravelmente a vida dos trabalhadores. As multas, as suspensões e os despedimentos arbitrários transformaram radicalmente as condições de trabalho dos antigos artesãos¹³⁹. Em finais de oitocentos os delegados das associações de classe de Lisboa nas sessões da Federação denunciavam que «a realização de um tão grande número de monopólios (...): o dos chapéus, calçado, curtumes de sola e cabedais, camisarias, do petróleo e da viação pública, concorrem para o cerceamento das liberdades de indústria, do que resulta agravar as já precárias circunstancias em que vive o operariado português»¹⁴⁰.

De facto, durante o período em análise, a resistência do trabalhador de ofício é cada vez mais eficazmente confrontada pelo grande industrial. Os altos salários dos trabalhadores qualificados e a sua autonomia eram obstáculos ao controlo do processo produtivo, pelo que o aumento progressivo da escala das unidades de produção tornou

¹³⁶ Alejandro Andreassi Cieri, «La conflitividad laboral en Cataluña a comienzos del siglo XX: sus causas», *Historia Social*, n.º 29 (1997) p25-37

¹³⁷ Michael Hanagan, The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three french towns: 1871-1914, p3-19

¹³⁸ Rosario Spampinato, Il movimento sindacale in una società urbana e meridionale, p220

¹³⁹ Maria Filomena Mónica, Artesãos e operários, p209-210

¹⁴⁰ Actas das sessões da Federação das Associações de Classe de Lisboa (1895-1896), Sessão de 3 de Fevereiro de 1896. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

cada vez mais rentável o investimento em maquinaria¹⁴¹, mesmo em países onde a mecanização foi tardia, como nos latinos¹⁴².

As novas grandes fábricas deixam de ser aglomerados de artesãos, sendo possível observar, a partir de 1880, a lenta aparição dos operários indiferenciados. A hereditariedade e endogamia perdem a sua força à medida que as profissões se abrem aos recém-chegados e que as mulheres entram em massa no mundo do trabalho¹⁴³. Mesmo no que se refere ao trabalho ao domicílio, no qual o trabalhador em alguns casos manteve a propriedade dos meios de produção e o controle parcial do processo de trabalho. Segundo o estudo clássico de Yves Lequim, verifica-se uma proletarização a dois níveis, tornando-se o trabalhador cada vez mais vulnerável às leis de mercado e às crises conjunturais, bem como aos constrangimentos patronais¹⁴⁴.

A segregação para o subúrbio acarreta uma profunda alteração do mundo urbano do trabalho. A proliferação da grande indústria implica novas condições de trabalho, domicílios mais fixos, um emprego do tempo mais regado e contratos mais seguidos. Não sendo obrigatoriamente acompanhada de transformações técnicas substanciais, esta racionalização implicou, todavia, um maior controlo do processo de trabalho, uma aceleração das cadências, uma superação dos desperdícios e paralelamente um crescimento massivo do pessoal empregue¹⁴⁵.

As questões de género tiveram um papel importante neste processo. A expansão do trabalho feminino na indústria está intimamente ligada à alteração do conceito de qualificação que se desenvolveu ao longo do período em análise, verificando-se uma próxima relação entre este e o semi-qualificado. No entre guerras, quando a segregação de género era ainda profunda, as mulheres ocupavam este novo segmento, enquanto os homens continuavam a preservar o monopólio do especializado, nos sectores onde este ainda era relevante¹⁴⁶.

Estas hierarquias não eram contudo estanques e particularmente na região meridional a mobilidade ainda caracterizava os mercados de trabalho das áreas urbanas

¹⁴¹ Pierre de Peretti, Saint-Denis 1870-1920, p12-14

¹⁴² Angel Smith, Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923, p32

¹⁴³ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels», In: Histoire de la France Urbaine. Tomo IV.

¹⁴⁴ Yves Lequin – Les travailleurs de la region lyonnaise (1848-1914).

¹⁴⁵ Christian Topalov e Susanna Magri, Villes Ouvrières 1900-1950, p17-40

¹⁴⁶ Keith Mann, Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900-1939, p137-183

e anexas, compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores fluíam ciclicamente – os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados e ocasionais, os trabalhos qualificados ou artesanais¹⁴⁷. As cidades do Sul, entre os finais de oitocentos e as primeiras décadas de novecentos, reflectem uma economia diversificada, combinando a produção de bens de consumo, grandes fábricas, serviços e comércio¹⁴⁸ e uma vasta indústria artesanal¹⁴⁹.

Desta forma, a mobilidade ocupacional caracteriza as classes trabalhadoras neste período. Mesmo as áreas onde se instala a indústria moderna, como é o caso de Turim com a sua indústria automóvel, são marcadas pela variabilidade sazonal e precariedade do mercado de trabalho, especialmente o destinado aos trabalhadores indiferenciados. A mobilidade atingia igualmente os operários especializados, ainda que numa posição negocial mais favorável¹⁵⁰.

Mesmo Paris, coração do aparelho produtivo francês, na alvorada do século XX, caracterizava-se sobretudo pela multiplicidade e a importância das formas de mobilidade da mão-de-obra¹⁵¹. Não obstante esta fluidez, para além do tipo de produção e dimensão dos estabelecimentos, a força de trabalho, neste período, estava dividida por local de nascimento e género dos seus membros¹⁵². Os grupos profissionais distinguiam-se ainda pelas formas de organização do trabalho, os modos de

¹⁴⁷ Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11. Os estudos demográficos destacam duas modalidades de articulação territorial dos mercados de trabalho, responsáveis por formas específicas de migração da mão-de-obra - os mercados de trabalho locais ou regionais, fortemente territorializados e geradores de grandes deslocamentos predominantemente centrípetos e protagonizados as demais das vezes por trabalhadores não qualificados procedentes de um contexto camponês mais ou menos amplo. Estes tendiam a formar bacias de emprego bem definidas e com uma acentuada tendência para a estabilidade no tempo. Essa migração de aluvião costumaria ser acompanhada de uma simultânea mutação profissional e, muitas vezes, também social. Seguramente com uma menor importância quantitativa, os mercados de trabalho de ofício tendiam a sobrepor-se e a articular-se com os primeiros. Com um grau de fixação territorial muito mais limitado, estes outros mercados responderiam a uma lógica funcional e espacial em boa parte diferente e gerariam muito intensos e selectivos deslocamentos de artesãos e trabalhadores qualificados à escala nacional e inclusive internacional

¹⁴⁸ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p76-77

¹⁴⁹ Michael Hanagan, *The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three french towns, 1871-1914*, p7

¹⁵⁰ Stefano Musso, «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p224-229

¹⁵¹ Catherine Rhein, «Structures d'emploi et marchés du travail dans l'agglomération parisienne au cours de l'entre-deux-guerres». In: Susanna Magri e Christian Topalov, *Villes Ouvrières 1900-1950*, p201-213

¹⁵² Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p50

remuneração e o estatuto, os graus de organização profissional e a força dos sindicatos¹⁵³.

Por outro lado, esta fluidez não significava que as barreiras da condição operária fossem ténues. Os estudos empíricos mostram que o caminho da industrialização foi bastante diversificado, no entanto permitem afirmar que a concentração de capital e a ampliação dos mercados exerceu uma incontornável pressão sobre a organização do trabalho pré-industrial. A industrialização abriu oportunidades de mobilidade social ascendente mas determinou sobretudo a proletarianização de muitos artesãos e camponeses¹⁵⁴.

Os estudos de mobilidade apontam como principais efeitos da introdução de largos contingentes de trabalhadores indiferenciados no mercado de trabalho a redução da mobilidade social e a insegurança laboral¹⁵⁵. As oportunidades de ascensão social dos operários para o mundo dos empresários diminuem rapidamente. Louis Bergeron estima que na *Belle époque* já ninguém se evade duma condição operária fechada sobre ela própria¹⁵⁶. Esta tendência acentua-se nos anos vinte e trinta, quando boa parte desta superação/aproveitamento da *Grande Dépression* foi feito graças à redução significativa do peso do custo do factor-trabalho¹⁵⁷.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a classe trabalhadora torna-se no seu conjunto uma entidade sociologicamente muito consistente. No final do período em análise, a proletarianização tinha nestes socio-espacos um peso assinalável. Em 1921, em Saint-Denis, os trabalhadores assalariados representavam 68% da população activa, decrescendo para 60% em 1936, em consequência da crise e do aumento do peso do sub-emprego das mulheres e menores, classificados em grande número na rubrica «sem profissão»¹⁵⁸.

¹⁵³ Catherine Rhein, «Structures d'emploi et marchés du travail dans l'agglomération parisienne au cours de l'entre-deux-guerres». In: Susanna Magri et Christian Topalov, *Villes Ouvrières 1900-1950*, p201-213

¹⁵⁴ Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11

¹⁵⁵ Ronald Aminzade, «The transformation of Social Solidarities in Nineteenth-Century Toulouse». In: John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe*, p93

¹⁵⁶ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

¹⁵⁷ Jean Paul Scot, «La crise sociale des années trente en France: Tendences et contre-tendances dans les rapports sociaux», *Mouvement Social*, n.º 142 (Janeiro-Março de 1988) p75-99

¹⁵⁸ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p871, 1449-1450

Na Barcelona dos anos trinta, só um de cada dez filhos de trabalhadores conseguiu ultrapassar a barreira do trabalho manual. No entanto, as fronteiras que dividiam o mundo dos trabalhadores qualificados e dos indiferenciados eram ainda marcantes. Os trabalhadores qualificados, os indiferenciados de origem catalã e os recém-chegados viviam em espaços diferenciados, em habitações de qualidade distinta, com salários altamente hierarquizados. A imobilidade social e residencial afectava com uma maior incidência as camadas mais baixas, contribuindo para a manutenção de uma rígida estratificação. Eram estas que ocupavam as segundas periferias, onde a tradicional mistura de camadas sociais típicas dos espaços primordiais era ao longo dos anos vinte substituída por uma homogeneidade trabalhadora muito mais nítida¹⁵⁹.

As estratégias dos trabalhadores para lidar com esta nova realidade foram diversificadas, distinguindo-se fundamentalmente consoante a posição dos indivíduos no processo produtivo¹⁶⁰. Os trabalhadores qualificados beneficiaram da existência de solidariedades profissionais pré-industriais. Para além de recorrerem à endogamia e à transmissão hereditária de qualificações, construíram recursos organizacionais – nomeadamente as sociedades de socorros mútuos, cooperativas e associações de classe, que herdaram o *capital social* das corporações, confrarias e irmandades¹⁶¹.

Os trabalhadores indiferenciados accionaram redes sociais recorrendo às tradicionais solidariedades familiares e comunitárias. As evidências empíricas fornecidas por diversos estudos mostram que as redes alargadas de parentesco das comunidades rurais de origem não só canalizaram os fluxos migratórios, dando apoio moral e material aos recém-chegados, como condicionaram determinadamente o acesso aos mercados de trabalho locais¹⁶².

Através dos estudos urbanos foi possível apreender, contudo, uma evolução temporal no que respeita à articulação destes dois mundos – o dos trabalhadores qualificados e o dos indiferenciados. Durante muito tempo o mundo do trabalho é

¹⁵⁹ José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p123-151

¹⁶⁰ John Breully, «Artisan economy, ideology and politics». In: John Breully (coord.), *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*, p84-85

¹⁶¹ Robert I. Rotberg, *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*, p5 e seguintes

¹⁶² Frédéric Vidal, As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?, *Ler História*, 46 (2004) p223-238; Agustín Galán García, *Estratégia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936*. In: AAVV, *El Trabajo a traves de la historia*, p420

composto por duas camadas que não se misturam e deslizam uma sobre a outra – os operários de ofício, cujo *savoir faire* passa hereditariamente e os operários nómadas da cidade, que num determinado período são necessários pela produção. A segregação para os subúrbios, como já foi referido, exprime novas condições de trabalho que induziram a renovação das hierarquias e mobilidades – a força da hereditariedade e da homogeneidade decresce e as profissões abrem-se mais largamente aos recém-chegados. Esta realidade traduzir-se-á na evolução das proximidades e distâncias sociais, unindo cada vez mais estes dois estratos das classes trabalhadoras¹⁶³.

2.1.2 OS ESPAÇOS RESIDENCIAIS: SEGREGAÇÃO, ESPECULAÇÃO E INSALUBRIDADE

Numa parte considerável dos estudos urbanos meridionais é sublinhado que o processo de periferização das manufacturas e fábricas, entre os finais do século XIX e a I Grande Guerra, induziu uma progressiva segregação sócio-espacial das classes trabalhadoras. O desenvolvimento industrial, beneficiando da localização materialmente próxima dos vários elementos de produção e reprodução do trabalho - as fábricas, os armazéns, as matérias-primas, os pontos de escoamento e a mão-de-obra - assume um padrão de territorialização que favorece a sobreposição entre as áreas produtivas e residenciais, introduzindo pela primeira vez o critério de «zonamento», isto é de «especialização» funcional dos vários distritos¹⁶⁴.

Nos espaços industriais suburbanos da Europa meridional os locais de trabalho e residência mantiveram-se inextricáveis, ao contrário do padrão norte-americano, onde os arredores das cidades eram fundamentalmente residenciais¹⁶⁵. Ao contrário do que sucedia nos Estados Unidos, onde a disparidade entre o valor da propriedade do centro e das periferias não era tão acentuada, na região em análise a segregação da indústria e das classes trabalhadoras foi um fenómeno mais significativo. Em França, os limites da cidade demonstraram o seu dinamismo como *locus* da grande indústria muito antes do Segundo Império. Alguns *faubourgs* e subúrbios formaram-se precocemente e foram

¹⁶³ Yves Lequim, «Le monde des travailleurs manuels». In: Georges Duby (coord.), Histoire de la France Urbaine. Tomo IV.

¹⁶⁴ Augusto Ciuffetti, La Città Industriale, p44

¹⁶⁵ Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, Working-class formation, p102

ocupados na sua maioria pelas classes populares. Os *subúrbios de elite* americanos tiveram poucos paralelos neste contexto¹⁶⁶.

Na divisão social do espaço agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado. As principais cidades europeias, durante o século XIX, foram palco de programas de obras públicas que, embora limitados na sua acção, tiveram um impacto determinante sobre a organização territorial. Mesmo nos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, os centros foram embelezados, construindo-se grandes lojas, hotéis e teatros. A cidade reforçou o seu papel enquanto sede de negócios e comércio, espaço cada vez mais reservado à burguesia, sendo expulsas das áreas centrais as classes populares¹⁶⁷.

Nas cidades latinas, este processo foi tardio e a residência operária e popular continuou a marcar os centros históricos durante todo o período em análise. Em Barcelona, os distritos da zona portuária eram ainda os mais habitados da cidade. O *Plan Cerdá*, exemplo do pensamento urbanístico oitocentista, que previa conectar o porto com os satélites industriais através de um extenso *eixample*, obteve a oposição política dos proprietários imobiliários - a *Cámara Oficial de la Propiedad Urbana de Barcelona* (COPUB), organização de proprietários mais importante da cidade - que impediram a conversão dos bairros centrais. Apenas uns poucos foram sacrificados para a construção de *Las Ramblas*¹⁶⁸.

Em Portugal, as premências da renovação urbanística foram também pequenas e podemos dizer que só se fizeram verdadeiramente sentir nas duas principais cidades, cujo ritmo de crescimento se intensificou a partir de 1864. Em Lisboa, apesar de uma crónica falta de capitais, a modernização traduziu-se na abertura de artérias importantes e em projectos de urbanização que excederam largamente as urgências da pressão demográfica. No Porto, as intervenções urbanísticas foram pontuais. As cidades de segundo plano modernizaram-se moderadamente. A renovação de bairros antigos foi rara, mais comum foi a construção de avenidas urbanizadas ou passeios públicos¹⁶⁹.

¹⁶⁶ John M. Merriman, *The margins of city life*, p226-228

¹⁶⁷ Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises*, p18

¹⁶⁸ Chris Ealham, «Una *Geografía Imaginada*: Ideología, espacio urbano y protesta en la creación del *barrio chino* de Barcelona, c.1835-1936», *Historia Social*, n.º 59 (2007) p59-60

¹⁶⁹ Magda Pinheiro, «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», *Ler História*, n.º 20 (1990) p105

A tendência da população trabalhadora em deslocar-se para as periferias deveu-se aos preços elevados praticados nos bairros centrais, mas também às condições de habitabilidade nas zonas históricas. Segundo um contemporâneo, em 1908, o movimento do centro para a periferia de Turim traduzia uma procura de maior salubridade e conforto¹⁷⁰. A tendência dos trabalhadores se instalarem nos bairros extramuros reforçou-se com a vantagem de usufruir de um custo de vida mais baixo e de estar mais próximo dos locais de trabalho. Em 1881, apenas um em dez trabalhadores vivia fora do centro; em 1931, um em cada dois tinha-se instalado nas *barrières*¹⁷¹.

Durante este período, também em Barcelona, os ciclos construtivos expandem sucessivamente a coroa suburbana, onde emergem parcelamentos operários em localizações cada vez mais periféricas. Porém, o mercado de aluguer da cidade para as classes trabalhadoras era estratificado, à imagem desta camada social. As zonas com preços mais baixos eram as mais periféricas, seguiam-se os centros históricos e os preços mais elevados encontravam-se nas periferias centrais, onde os espaços eram maiores e melhor equipados. Os recém-chegados não tinham alternativa a ocupar as barracas e passagens que proliferavam nas segundas periferias¹⁷².

Na capital portuguesa, o processo de periferialização, reflectido num crescimento demográfico e urbano desigual, esteve subordinado à localização e concentração das unidades de produção industrial, observando-se uma forte ligação entre a repartição das actividades e das populações. A progressiva segregação sócio-espacial, que se desenvolve desde finais de oitocentos através de um processo de expulsão para as periferias dos sucessivos movimentos migratórios «do campo para a cidade», é indissociável da expansão do mercado de trabalho nos novos subúrbios industriais¹⁷³.

Neste sentido, mais do que a renovação urbanística, actuou no desenvolvimento de áreas residenciais periféricas a necessidade que as classes trabalhadoras tinham de habitar junto dos seus locais de trabalho, deslocando-se para as áreas industriais em

¹⁷⁰ G. Casalini, «Il problema delle abitazioni popolari a Torino». In: G. Casalini, *La Riforma Sociale*, p751

¹⁷¹ Danielle Jalla, «Les *Barrières* ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982), p82

¹⁷² José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p134-136

¹⁷³ Victor Matias Ferreira, *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*, p120

desenvolvimento. Só no período entre-guerras é que os laços entre domicílio e local de trabalho começam a afrouxar, graças ao desenvolvimento da rede de transportes metropolitanos e dos movimentos pendulares¹⁷⁴. Estes, no entanto, não se terão generalizado repentinamente. Jean Paul Brunet afirma que em Saint-Denis a participação de trabalhadores não residentes na produção local mantém-se muito reduzida¹⁷⁵. Annie Fourcaut sublinha igualmente as dificuldades e inclusive as duras lutas entre empresas e utilizadores que marcaram as primeiras décadas de desenvolvimento da rede de transportes urbanos e suburbanos, devido aos altos preços praticados¹⁷⁶.

Luís Oyon Bañales defende que apesar das deslocações diárias em transportes públicos se terem convertido numa prática diária em muitas cidades europeias, em Barcelona a habitação operária continuava a concentrar-se junto das unidades de produção¹⁷⁷. Assim também argumenta Magda Pinheiro, demonstrando que o desenvolvimento de movimentos pendulares na aglomeração de Lisboa esbarrava no preço dos transportes, durante este período totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras¹⁷⁸.

O movimento em direcção à periferia não provém apenas dos antigos centros mas também das áreas rurais envolventes. Em Vila Nova de Gaia, segundo o Relatório apresentado ao Governador civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais em 1881, «atraídos pela remuneração certa da Indústria, face às incertezas de toda a ordem nos campos, os operários acabam por deixar as suas pobres habitações rurais e instalam-se na periferia das fábricas, pois o horário praticado não deixava tempo para grande caminhadas e os transportes colectivos não existiam»¹⁷⁹.

Em suma, o desenvolvimento das periferias é acompanhado por uma mais nítida divisão social do espaço. James Cronin, ao comparar o fenómeno em diversas cidades europeias, defende que nas novas periferias a homogeneidade social é mais nítida. Os

¹⁷⁴ Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne», In: Jacques Girault (coord.), *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, p174-175

¹⁷⁵ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p870-871

¹⁷⁶ Annie Fourcaut, *Bobigny: banlieu rouge*, p130

¹⁷⁷ José Luis Oyon Bañales, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p123-151

¹⁷⁸ Magda Pinheiro, «Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada», *Ler História*, 43 (2002) p157 e seguintes

¹⁷⁹ *Memória Histórica dos Antigos Comerciantes e Industriais de Vila Nova de Gaia*, p102-103

operários surgem aqui mais segregados das outras categorias sociais do que nos bairros populares da cidade antiga¹⁸⁰.

Com efeito, a expulsão das actividades industriais do centro da cidade marca uma ruptura do modelo urbano de integração típico dos séculos XVII e XVIII, no qual era comum que um mesmo edifício incluísse o conjunto da hierarquia social. No século XIX era ainda comum a coexistência de vários estratos sociais no mesmo bairro, mantendo-se a hierarquia reflectida na separação entre ruas principais e secundárias e diferentes andares dos edifícios. Os novos bairros operários, de iniciativa privada e anteriores a todas as formas de organização do espaço, marcam uma nova época marcada pela separação das classes sociais na cidade e a oposição entre centro burguês e periferia operária¹⁸¹.

Esta periferia, como já foi referido, é diversificada no que respeita à dimensão das unidades industriais e às funções urbanas e consequentemente no que respeita à sua composição social. Em determinados recortes urbanos e suburbanos, uma forte dominância trabalhadora coexiste com a presença dos trabalhadores do comércio e os artesãos e a ausência absoluta de camadas privilegiadas¹⁸². Nas divisões administrativas mais fortemente marcadas pela presença da fábrica, apesar de existirem algumas áreas residenciais reservadas às camadas sociais intermédias, estas são raras ou inexistentes. Em Saint-Denis, por exemplo, é impossível distinguir «bairros de ricos». «A vila é inteiramente operária»¹⁸³.

As periferias diversificam-se entre espaços fabris, dormitórios e bairros populares tradicionais. Nas primeiras e nas últimas predominavam os trabalhadores pouco qualificados, que necessitavam de viver nas proximidades dos locais de trabalho mas nas periferias dormitório, como são exemplo certos *lotissements* parisienses, verificava-se uma forte presença do trabalhador qualificado e do empregado. Esta tipologia de espaço suburbano não era todavia tão marcado nas cidades do Sul da Europa, tal como o não era a segregação espacial entre os diferentes estratos da classe trabalhadora, pelo menos até à eclosão da I Guerra.

¹⁸⁰ Cit. por Susanna Magri e Christian Topalov, *Villes Ouvrières 1900-1950*, p17-40

¹⁸¹ Danielle Jalla, «Les *Barrières* ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p80

¹⁸² Jean-Louis Robert, «Ville vécue et ville imaginée», *Mouvement Social*, n.º 182 (Janvier-Mars 1998), p4

¹⁸³ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p1449

Em Barcelona, os espaços intermédios entre centro e periferia, os *faubourgs* populares, continuavam a albergar uma significativa percentagem da população fabril. Nestes, a homogeneidade social era menos nítida, coexistindo o operariado com outras camadas sociais, nas quais se destacavam os artesãos, os trabalhadores domésticos e de colarinho branco e os pequenos comerciantes¹⁸⁴.

Também em Lisboa, na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, a maioria da população operária vivia em pátios, muitos dos quais resultavam da ocupação de cercas de conventos, palacetes abandonados, fábricas desactivadas ou traseiras de quarteirões nos bairros da periferia central¹⁸⁵. No contexto portuense, o núcleo central da cidade continua a ser uma área privilegiada de fixação da população migrante, inclusive de trabalhadores que vêm trabalhar à cidade durante a semana e voltam para as suas aldeias no fim-de-semana: «(...) as casas são alugadas aos andares e aos quartos, e neles vive uma população proletária da mais variada espécie»¹⁸⁶. As típicas *ilhas* portuenses, todavia, respondendo ao aumento da procura de habitação de baixo custo, sucedem a saturação do centro histórico. Começando por ocupar as traseiras das casas das áreas urbanas da primeira metade do séc. XIX, as *ilhas* irão ocupar sobretudo terrenos vagos na periferia central da cidade, onde também se desenvolviam as principais áreas industriais¹⁸⁷.

Se o processo de expulsão das camadas populares dos centros urbanos foi limitado na Europa do Sul, a expansão do mercado de trabalho nos limites da cidade não deixou de atrair as classes trabalhadoras que se fixaram junto das fábricas e fabricos e progressivamente reproduziram o movimento geral das populações laboriosas dos centros para as periferias¹⁸⁸.

¹⁸⁴ José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p28-31

¹⁸⁵ Jorge Custódio, Reflexos da industrialização na fisionomia da cidade, p435-491; Deolinda Maria da Ressurreição Folgado, A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa.

¹⁸⁶ Almeida Garret, Tuberculose e habitação no Porto. Cit por Fátima Loureiro de Matos. A habitação no Grande Porto: Uma perspectiva da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde os finais do século XIX até ao final do milénio, p220

¹⁸⁷ Manuel Teixeira, Habitação popular oitocentista: as ilhas do Porto.

¹⁸⁸ Teresa F. Rodrigues e Olegário A. Vieira Ferreira, num estudo comparativo entre as evoluções demográficas de Lisboa e do Porto, analisam o processo que antecedeu a formação destes espaços no contexto português. Verificam que ambas as urbes se podem dividir em três zonamentos: os centros históricos pouco populosos embora com altas densidades populacionais e que incluem freguesias de origem popular ligadas a actividades comerciais e marítimas; uma zona intermédia que se destaca pela

Na capital portuguesa, a suburbanização de tipo moderno afirma-se neste período alicerçada na natural via de comunicação que é o rio Tejo e nas vias-férreas que o circundam. O actual distrito de Setúbal, que só em 1926 foi amputado ao de Lisboa, tinha localidades com uma população elevada e com ligações preferenciais a Lisboa. Em 1911, o conjunto da população suburbana da margem Sul atingia 55 880 habitantes e chegava a 79 130 em 1930¹⁸⁹.

Para além da divisão social do espaço, tem vindo a ser analisada, em diferentes contextos nacionais, a germinação, ao longo dos séculos XIX e XX, de novas áreas de residência operária e sua relação com as políticas imobiliárias e urbanas, concluindo que a especulação dos senhorios e a permissividade das autoridades determinaram o desenvolvimento de condições de habitabilidade degradantes para o operariado¹⁹⁰.

Mesmo nos arredores da cidade de *Haussman*, a intervenção urbanística oficial foi limitada nas áreas suburbanas de vocação industrial, exceptuando-se a construção de gares, docas e entrepostos destinados a potenciar a actividade secundária. A periferia urbana desenvolveu-se numa clandestinidade consentida, permitindo-se ao proprietário individual usufruir livremente das vantagens da localização, dos preços, dos espaços disponíveis e dos acasos do mercado imobiliário. O resultado desta dinâmica foi a

intensidade do povoamento ligada à actividade industrial e afins; e uma zona francamente periférica com densidade populacional muito baixa e características ainda rurais.

Na capital, na zona central, onde em 1864 viviam mais de metade das pessoas, a população decresce 46% até 1930, ao mesmo tempo que na zona semiperiférica cresce 71% e a zona periférica apenas 25%. A periferia analisada neste estudo, contudo, não inclui a margem Sul do Tejo. No Porto, a zona central tem em 1930 menos de metade do peso populacional de 70 anos antes (menos 52%), mas nesta cidade a periferia central aumenta apenas 3% e é a periferia exterior que cresce mais reforçando em 93% o seu peso relativo neste período.

Segundo os autores, a dissemelhança do comportamento demográfico das duas cidades só pode ser explicada pela «dinâmica própria de crescimento» de cada uma delas. De facto, a dinâmica de crescimento da capital, e nomeadamente no que se refere às actividades industriais em torno do porto de Lisboa, terá determinado por um lado a consolidação do corredor ribeireirinho e por outro o desenvolvimento industrial dos antigos enclaves rurais e piscatórios da margem Sul do Tejo. Teresa F. Rodrigues e Olegário A. Vieira Ferreira, *As cidades de Lisboa e do Porto na viragem do século XX. Comunicação apresentada no Congresso «O Porto de Fim do Século (1880-1910)»* (Ateneu Comercial do Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991)

¹⁸⁹ Jorge Sousa Rodrigues, «O arranque da metropolização na margem Sul», In: AAVV, *A cidade e a Metrópole*, p53-64

¹⁹⁰ Manuel C. Teixeira, «A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro», *Análise Social*, vol. XXIX/127, (1994) 555-579

proliferação de dispositivos defeituosos, o sub-equipamento, a incoerência topográfica e a confusão entre público e privado¹⁹¹.

Por outro lado, os padrões de desenvolvimento urbano que marcam esta época potenciam a autonomização destes núcleos. Em Itália, «o limite entre os bairros das áreas centrais e as *barriere proletarie* tende a emergir com força crescente». A lógica especulativa, no que se refere aos *borghi operai*, determina o nascimento de estruturas cada vez mais autónomas, em comparação com o resto do tecido urbano, quer no que respeita à sua composição social quer no que concerne ao tempo e modalidade da vida quotidiana»¹⁹².

Finalmente, o facto dos complexos fabris periféricos se terem desenvolvido sobre antigos povoados estruturados em torno das vias de acesso à cidade, determinou que a fronteira entre espaço urbano e rural se mantivesse pouco nítida¹⁹³. Nas primeiras décadas do século XX, a paisagem semi-campestre do subúrbio perpetuou o ambiente comunitário rural e a separação física e administrativa em relação à cidade, permitiu conservar os hábitos camponeses, a sua cultura e tradições. Segundo Jalla, estas vieram reforçar a oposição nós/eles e estruturar um tecido de relações circunscrito no espaço que é o do bairro operário em formação¹⁹⁴.

O loteamento e a construção dos subúrbios franceses foram obra de velhos cultivadores, fabricantes e negociantes. *Courées e forts*, alinhamentos de pequenas casas de rés-de-chão geminadas, dispostas de um lado e de outro de um pátio-caminho, invadiram os arredores de Paris, Marselha ou Lyon¹⁹⁵.

As péssimas condições de salubridade das habitações operárias foram acompanhadas de uma total ausência de infra-estruturação das suas áreas de residência¹⁹⁶. Mesmo em Paris, os novos loteamentos construídos após a construção da linha de *tramway* não tinham esgotos nem electricidade e a água era retirada de poços.

¹⁹¹ Marcel Roncayolo, «Une croissance non maîtrisée». In: Georges Duby (coord.), Histoire de la France Urbaine. Vol. IV, p119 e seguintes

¹⁹² Augusto Ciuffetti, La Città Industriale, p76

¹⁹³ Pierre Merlin, Les banlieues des villes françaises, p6-15

¹⁹⁴ Danielle Jalla, «Les Barrières ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p95

¹⁹⁵ Marcel Roncayolo, «Une croissance non maîtrisée». In: Georges Duby (coord.), Histoire de la France Urbaine. Vol. IV, p119-125

¹⁹⁶ Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles, p97

A análise detalhada dos empreendimentos das primeiras duas décadas do século XX denuncia a existência de pequenas parcelas com algumas centenas de metros quadrados, onde eram construídas várias barracas dispostas lado a lado, sem fundação, casa de banho, electricidade ou água. Os escassos edifícios públicos concentravam-se na área central dos aglomerados¹⁹⁷.

Esta realidade parece repetir-se nas principais aglomerações da Europa Meridional¹⁹⁸. Para além disso, nos países mais a Sul – Espanha, Itália, Grécia, Portugal – prolifera também a auto-construção por parte dos trabalhadores, o que é indissociável do papel irrelevante do investimento público na resolução do grave problema de habitação que afectava as cidades europeias e particularmente os novos estratos das classes trabalhadoras¹⁹⁹.

Em Portugal, segundo o *Inquérito sobre o abastecimento e saneamento das sedes dos concelhos do país, realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações*, em 1934, a população das áreas industriais teria crescido desmesuradamente face ao número de fogos. A rede de distribuição de águas limitava-se às zonas centrais das cidades, tendo a população dos bairros excêntricos – a mais pobre – de se abastecer com a água dos poços particulares que os seus proprietários exploravam, vendendo-a a preços muito superiores à dos municípios²⁰⁰.

Os estudos especificamente dedicados à habitação popular descrevem a formação das áreas de residência operária, destacando a sua insalubridade mas também algumas características territoriais e espaciais relevantes. Através dos estudos disponíveis no contexto nacional é possível apreender o mesmo padrão, um protótipo que não passava apenas pelas deficientes condições de salubridade, mas que também encontrava paralelos na sua relação com o espaço urbano – a segregação, o isolamento e

¹⁹⁷ Annie Fourcaut, Bobigny: banlieu rouge, p119 e 135

¹⁹⁸ Augusto Ciuffetti, La Città Industriale, p76

¹⁹⁹ José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p26

²⁰⁰ Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Inquérito sobre o abastecimento e saneamento das sedes dos concelhos do país, realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações*.

o carácter comum de uma parte significativa dos espaços conferiam singularidade ao ambiente em que o operariado português habitou²⁰¹.

Magda Pinheiro sublinha que a carência de redes de higiene e transportes terá contribuído para moldar a consciência dos habitantes destas novas áreas urbanas e para a construção de uma identidade própria destas comunidades trabalhadoras, que se relaciona intimamente com a reivindicação de melhores condições de vida, entre as quais se destacam as relativas ao urbanismo²⁰².

Neste mesmo período, a temática da habitação operária e popular irá destacar-se nos debates internacionais sobre a questão social. No âmbito da exposição universal de 1889 tem lugar um congresso sobre alojamento social onde é defendida a intervenção dos poderes públicos neste domínio. No entanto, será apenas no período entre guerras que esta se efectivará. As políticas públicas tendentes a melhorar as condições de habitabilidade das classes trabalhadoras são indissociáveis da expansão da acção colectiva neste domínio – a organização dos inquilinos em ligas, as greves de inquilinos e a politização das relações inquilino-senhorio abalaram diversas cidades europeias imediatamente antes, durante e após a I Grande Guerra.

Nos subúrbios parisienses, a organização formal dos inquilinos, em 1910, herdava uma já antiga tradição de luta, levada a cabo pelos anarquistas. A *União Sindical de Inquilinos Trabalhadores do Departamento do Sena* é fundada a 6 de Janeiro, assumindo nos seus estatutos a luta pela diminuição dos alugueres, a reparação dos alojamentos insalubres, a diminuição das contribuições e a greve geral dos inquilinos. Em 1911, constituía-se a Federação Nacional de Inquilinos, que muito embora não tenha conhecido uma longa vida, dirigiu à data um relevante movimento de contestação das condições de habitabilidade das classes trabalhadoras. No fim da guerra é criada a União Confederal de inquilinos de França, particularmente activa nos subúrbios²⁰³.

²⁰¹ Nuno Teotónio Pereira, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX/127 (1994) p509-524

²⁰² Magda Pinheiro, «O Subúrbio entre o arrabalde antigo e a metrópole. Identidade e Temporalidade – os territórios do urbano». *Ler História*, n.º 48 (2005).

²⁰³ Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, p97 e 179-180

No final do conflito, a intervenção do Estado no sentido de melhorar as condições de habitabilidade, seja através de legislação reguladora do inquilinato seja no financiamento da construção de casas, generaliza-se no Norte da Europa – Holanda, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Suécia, Bélgica e, em menor medida, França. Nos países do Sul, como Espanha, Portugal ou Grécia, arrancam alguns programas de habitação operária pública mas apenas de forma residual²⁰⁴.

No período entre guerras, a crise do alojamento popular agrava-se. Durante o conflito, a indústria de construção estagnara e após a conflagração, confrontado com a crescente organização e contestação dos inquilinos, o Estado procura controlar o valor das rendas, através de abundante legislação. Como resultado, o investimento na habitação torna-se menos rentável, o que agravará significativamente a sobreocupação destas áreas residenciais.

Desta forma, o Estado francês é obrigado a intervir mais directamente na criação de habitações *à bon marché* (HBM), avançando o seu financiamento, particularmente a entidades públicas. Neste período, os subúrbios são contemplados com empreendimentos de grande escala. Mais de 21000 habitações económicas foram construídas na aglomeração de Paris nos anos 1920, 44% localizaram-se nos subúrbios. Nos anos trinta, os investimentos suburbanos constituíram 53% dos 56000 construídos²⁰⁵.

Segundo Bañales, contudo, Barcelona perdeu o comboio das conquistas trabalhadoras de muitas cidades do Norte da Europa no que se refere à habitação, ao transporte e aos equipamentos. Na capital catalã o impacte da habitação subsidiada foi praticamente nulo²⁰⁶. Também em Portugal, o alojamento das classes trabalhadoras começara a chamar tardiamente a atenção dos poderes públicos. Apesar deste problema social e higiénico está em debate desde o último quartel do século XIX²⁰⁷, os modelos

²⁰⁴ José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p32-36

²⁰⁵ Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, p97 e 179-180

²⁰⁶ José Luis Oyón, La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936. *Historia Social*, n.º 58 (2007) p134-140

²⁰⁷ O Inquérito Industrial de 1881 chama já a atenção para a miséria das condições de habitação do operariado nos principais centros industriais do país, com relevo para Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal. Higienistas como Ricardo Jorge, encarregado de uma missão em Lisboa para estudar a epidemia de 1894, denunciavam o perigo de contaminação de bactérias infecciosas. *O Inquérito aos Pátios de Lisboa* de 1887 descreve vários exemplares, cujo denominador comum são as «deploráveis condições de

seguidos noutros países no sentido de mitigar esta realidade não tiveram prossecução na realidade nacional. A crise financeira dos anos vinte invalidou as propostas de construção de bairros sociais. O operariado continuou apenas a poder recorrer ao arrendamento que, não obstante a extensa legislação produzida sobre o assunto durante o período republicano, não teve uma solução definitiva, alternando entre os congelamentos das rendas e a facilitação dos despejos. Também em território nacional, a política do Estado no que se refere ao inquilinato foi confrontada com uma ampla contestação por parte do movimento sindical²⁰⁸.

No entreguerras, como em toda a Europa, as questões relacionadas com a habitação operária ganham destaque na arena política, como comprova a iniciativa do Partido Socialista Português, em Abril de 1930, convocando todas as associações profissionais, cooperativas operárias, associações mutualistas, sociedades populares de instrução e associações de inquilinos legalmente organizadas, a reunirem-se em Lisboa na designada *Conferência Nacional da Habitação*, tendo como objectivo a apresentação e discussão de projectos de habitação económica²⁰⁹.

Os resultados sociais desta realidade espacial serão bem apreendidos pelos defensores da *Ordem Nova*. Augusto Cunha ao demonstrar a Salazar as vantagens da construção de bairros sociais sublinhava os seus «efeitos anti-comunistas». Segundo o Secretário do Ministro das Colónias, a «modificação progressiva das condições de vida das classes pobres e mais flageladas pela miséria – gérmen de todas as revoltas»

salubridade» (Inquérito aos pátios de Lisboa, ano de 1902, p5). Os altos preços das rendas das casas em torno das fábricas, «por más que sejam as suas condições» (Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado, BTI n.º 49, 1910, pXIV-XV) são alvo de numerosas reclamações, «havendo ainda assim uma grande falta de alojamento nestas condições» (Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado, p90 e seguintes), e «dando-se a circunstâncias de existirem em casas muito pequenas, aglomeradas, duas e mais famílias» (Inquérito sobre as condições de trabalho manual nas fábricas de tabaco e situação dos respectivos operários de 1887, p30 e seguintes). Em 1909, o engenheiro responsável pela *Inquirição às associações de classe* não hesita em confirmar que «são realmente bem fundamentados os queixumes que se levantam a propósito da carestia de vida» e nomeadamente «dos alugueis das casas e contra a sua falta de conforto ou de higiene», «principalmente no Porto e em Lisboa». «As rendas absorvem uma parte importantíssima do salário. Acumulam-se em pátios, em moradas repugnantes as famílias pobres. Para atenuar a dificuldade do pagamento, unem-se frequentemente na mesma casa mais de uma família». (Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado, BTI n.º 49, 1910, pXIV-XV). Nestas fontes abundam de facto os depoimentos referentes às condições de vida do operariado, «as mais propícias para conduzirem ao depauperamento, à miséria orgânica»: «os alojamentos insalubres», «a alimentação imprópria», entre outras (Inquérito sobre as condições de trabalho manual nas fábricas de tabaco e situação dos respectivos operários de 1887, p. 30 e seguintes)

²⁰⁸ David Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, p20, 41 e 463

²⁰⁹ «Conferência Nacional de Habitação», *O Almadense*, 4 de Maio de 1930, p6

«constituiria um ataque ou remédio indirecto, velado ou encoberto mas decisivo, contra certos fervores bolchevistas das camadas operárias». Terminava sublinhando que, «se bem que não seja esta uma das vantagens a frisar publicamente, parece-nos que é uma das que mais fortemente militam a favor deste projecto»²¹⁰.

2.1.3 AS FAMILIAS TRABALHADORAS: FIXAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O investimento industrial em áreas periféricas tem vindo a ser interpretado como uma estratégia por parte dos industriais para combater a resistência dos artesãos urbanos contra a perda de controlo sobre o processo produtivo²¹¹. Yves Lequin ao debruçar-se sobre a região lionesa, observa que os aglomerados nos arredores das cidades eram mercados de mão-de-obra dócil, muitas vezes já treinada nas indústrias tradicionais, que foi aproveitada pelos industriais, para implementar uma nova organização do trabalho²¹². Michelle Perrot também verifica que genericamente os industriais franceses quando empreendem a construção de fábricas preferem a periferia rural dos grandes centros, de forma a evitar os «artesãos rebeldes»²¹³.

Não obstante, em alguns contextos a presença de artesãos nestas periferias foi aproveitada pelos industriais que confiaram mais no trabalho qualificado do que no investimento tecnológico²¹⁴. Barbara Curli justifica o investimento de uma das maiores fábricas italianas - a *Pirelli* - numa área entre a cidade e o campo a quatro quilómetros de Milão, devido ao adensamento rápido e maciço de toda uma população nova e mista, na vasta periferia da cidade, que garantia as necessidades intermitentes de uma empresa que necessitava de uma pequena fracção de mão-de-obra estável e especializada e de

²¹⁰ Augusto Cunha, secretário do ministro das colónias – Alvitres sobre o problema da habitação. 20 de Dezembro de 1931. Arquivo Oliveira Salazar. AOS/CO/PC10, doc.211

²¹¹ John Breully, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*, p84-85

²¹² Yves Lequin. *Les ouvriers de la region Lyonnaise (1848-1914)*, p43-45

²¹³ Michelle Perrot, «On the formation of French working class». In: Ira Katzenelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p84-85

²¹⁴ Michael Hanagan, *The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three french towns, 1871-1914*, p9

uma massa proletária indiferenciada que pudesse arregimentar e dispensar periodicamente²¹⁵.

Apesar da resistência dos trabalhadores rurais a ingressar no trabalho industrial, a expansão da empresa agrícola capitalista e as crises agrárias foram responsáveis por ciclos migratórios massivos para as cidades e seus *hinterlands*. O processo de proletarização nos campos e a consequente tradição migratória, todavia, eram um fenómeno seculares. Contrariando a historiografia tradicional que opunha o imobilismo do campo aos movimentos em direcção à cidade, quer Yves Lequim quer Paul-André Rosental mostram como o êxodo rural constituiu o redireccionamento de movimentos demográficos ancestrais na província para as grandes áreas urbanas a partir dos finais do século XIX²¹⁶.

A proletarização nos campos antecederia a nas cidades. Segundo Charles Tilly, entre 1500 e 1900 o número de proletários europeus nas cidades apenas cresceu de um para 75 milhões, ao passo que nos campos terá crescido de 16 para 125 milhões²¹⁷. A «revolução agrária» - abertura de novos mercados, eliminação de pousios, utilização e intensificação de novas culturas, etc. – implicou, porém, uma profunda transformação das estruturas sociais rurais - a concentração de terras e a falência de muitos pequenos proprietários. O empobrecimento das populações rurais induziu, por sua vez, grandes deslocalizações de trabalhadores em busca de trabalho sazonal, nas diferentes tarefas que as grandes explorações exigiam. Os trabalhadores fixos tornaram-se cada vez menos necessários²¹⁸.

Na alvorada do século XX, a sociedade rural permanece bem viva e mesmo demograficamente dominante. Não obstante, ela perde muito do seu peso relativo face a outra sociedade em plena expansão – a urbana e industrial. A significativa alteração destas relações de peso não é o resultado de um crescimento natural diferencial: sem os fluxos migratórios a população urbana teria diminuído no século XIX devido à sua dramática mortalidade. Por seu lado a população rural teria crescido drasticamente. Foi o êxodo rural que alimentou o crescimento urbano. Os jovens camponeses deslocavam-

²¹⁵ Barbara Curli, Gli operai della Pirelli Bicocca, 1908-1919, p434

²¹⁶ Paul-André Rosental, Les sentiers invisibles: espaces, familles et migrations dans la France du XIXe siècle.

²¹⁷ Charles Tilly, «Demographic Origin of the European Proletariat». In: David Levine (ed.), Proletarianization and Family History, p36

²¹⁸ Flemming Mikkelsen, Working-class formation in Europe: in search of a synthesis, p10-18

se já massivamente para a cidade no século XVIII mas a maior parte voltava a estabelecer-se no campo depois de ter constituído um pecúlio. No século XIX os contingentes que alcançavam os aglomerados urbanos eram mais numerosos, ficavam mais tempo e instalavam-se mais vezes de forma definitiva²¹⁹.

Também em Itália, estes movimentos demográficos envolviam sobretudo jornaleiros que há muito se deslocavam sazonalmente às zonas de influência das cidades²²⁰. Na Lombardia, durante dois séculos a indústria havia procurado bolsas de recrutamento de mão-de-obra barata em zonas rurais, mas a partir dos finais do século XX os trabalhadores da região começaram a mover-se massivamente para as áreas de concentração do capital e da indústria, especialmente Milão. Para os pequenos proprietários esta migração combinou-se com um processo de proletarização, mas muitos dos envolvidos eram já trabalhadores assalariados na agricultura ou nas indústrias rurais²²¹.

Por outro lado, o desenvolvimento das indústrias modernas como a química, bem como das tradicionais como a metalurgia, atraía também trabalhadores qualificados. Neste caso, a mobilidade inscreve-se na rede urbana e industrial. Nas vésperas da guerra, sobretudo, é da classe operária e das fábricas que vêm os trabalhadores da grande indústria, seja esta totalmente nova, como a química, seja resultado da transformação de actividades tradicionais, tais como a metalurgia, a tecelagem, a vidraria ou a extracção da hulha. Mais ainda que em meados de XIX, os trabalhadores qualificados vêm das regiões industriais próximas ou longínquas seguindo os caminhos do seu ofício e do sector, concentrando grupos anteriormente disseminados²²².

Em suma, na construção social destas populações não actuaram apenas os agentes económicos e o Estado, a acção colectiva dos trabalhadores teve um papel fundamental. Eles não foram arrancados por desequilíbrios novos causados pela industrialização, nem escoraçados de uma pequena propriedade. Integravam uma tradição migratória secular que envolvia camponeses mas também artesãos e proletários

²¹⁹ Jacques Dupâquier e Denis Kessler, *La société française au XIX siècle*, p121-179

²²⁰ Gabriella Bonacchi e Alessandra Pescarolo, «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana». *Movimento Operaio e Socialista*, ano III (1980) p42-45

²²¹ Louise Tilly, *The working class of Milan: 1881-1911*, p51

²²² Yves Lequim, *Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)*.

agrícolas. A migração temporária ou definitiva era na realidade parte integrante dos padrões de mobilidade do século XIX.

Por outro lado, a noção de proletarização, êxodo rural e desenraizamento repentino determinado pela industrialização deve ser matizada, tendo em conta os laços de reciprocidade das comunidades provinciais que se reconstituíram em torno das cidades²²³. Os movimentos demográficos do campo para a cidade accionaram antigas redes comunitárias rurais e as de ofício desempenharam um papel fundamental. Os migrantes tenderam a escolher os mesmos destinos dos seus vizinhos e colegas de trabalho e a reproduzir a teia de relações no novo habitat, dando origem a bairros que se caracterizavam pela mesma origem geográfica e profissional da sua população. As redes de migração e integração asseguraram recursos de subsistência e expectativas de emprego. Em muitas cidades, a migração e o acesso ao mercado de trabalho foram funções das mesmas redes sociais²²⁴. Agustín Galán García verificou que em 50,2% dos trabalhadores da Companhia mineira de Rio Tinto, entre 1873 e 1936, tinham lá parentes²²⁵.

As redes familiares dos trabalhadores indiferenciados desempenhavam ainda outro papel, davam apoio moral e material aos recém-chegados²²⁶. A coabitação alargava-se a parentes afastados ou mesmo a outros recém-chegados, sendo esta uma estratégia económica que procura mitigar a insegurança estrutural do mercado de trabalho, colmatando as baixas orçamentais determinadas pela doença ou a velhice de um ou mais membros da família²²⁷.

Também no contexto nacional, os vários estudos realizados sobre estas realidades sublinham que nos espaços residenciais das áreas industriais tendencialmente se reproduzem as solidariedades das comunidades rurais de origem originando «espaços de socialização/integração importantes no percurso das famílias trabalhadoras em finais

²²³ Yves Lequim, *Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)*

²²⁴ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p77

²²⁵ Agustín Galán García, «Estratégia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936». In Santiago Castillo (coord.), *El Trabajo a traves de la historia*, p420-423

²²⁶ José Sierras Alvarez, «Linajes obreros: mobilidade geográfica y continuidad profesional en el tránsito de la manufactura a la fábrica». In: Santiago Castillo (coord.) – *El Trabajo a traves de la historia*, p330

²²⁷ Agustín Galán García, «Estratégia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936». In: Santiago Castillo (coord.), *El Trabajo a traves de la historia*, p420-423

do século XIX, num período crucial de industrialização, de crescimento demográfico e de transformações urbanísticas»²²⁸.

Ana Nunes de Almeida, analisando as famílias operárias do mais importante centro industrial português, o Barreiro, sublinha que «é graças ao papel de uma extensa e solidária rede de parentescos, localizada quer nos contextos de partida, como nos contextos de chegada, que ela se torna possível (...). Tudo se passa, afinal, como se a mudança do campo para a vila industrial não quebrasse, antes revitalizasse, as tradicionais redes de parentes que existem para além da «família nuclear»²²⁹. Também Graça Índias Cordeiro verifica nos registos paroquiais referentes às primeiras décadas do século XX que uma percentagem significativa dos casais que contraíram matrimónio no Bairro da Bica tinha a mesma naturalidade, denotando-se uma certa endogamia entre conterrâneos²³⁰. Frédéric Vidal também verifica a existência de correntes migratórias específicas e duráveis em direcção a Alcântara²³¹, provenientes de concelhos e freguesias específicos.

O tempo e o modo como se processou a designada «libertação de força de trabalho» para a indústria expressam, também, a agência conflitual dos grupos sociais envolvidos. Franco Ramela ao analisar o caso piemontês aponta a persistência da ligação à terra como uma forma de resistência dos camponeses à industrialização, o que se terá prolongado no contexto meridional²³². O *turn over* voluntário e independente do ciclo económico observado por exemplo na mão-de-obra da Pirelli na Bicocca (arredores de Milão) até pelo menos 1921, quando a crise determina a contracção do mercado de trabalho, reflecte igualmente uma forma de recusa do trabalho industrial pelos camponeses que se adaptavam mal ao mesmo²³³.

A ligação à terra, porém, foi sobretudo uma estratégia utilizada pelas famílias para lidar com as flutuações sazonais do trabalho. A insegurança no trabalho e o

²²⁸ Gaspar Martins Pereira, As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX, p2

²²⁹ Ana Nunes de Almeida, A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro, p110

²³⁰ Graça Índias Cordeiro, Um lugar na Cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica, p64-67 e 137-144

²³¹ Frédéric Vidal, Les habitants d'Alcântara ai debut du XXe siècle: identités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne, p211

²³² Franco Ramela, «Famiglia, terra e salario in una comunità tessile dell'Ottocento», Movimento operaio e socialista, XXIII/1 (1977) p7-44

²³³ Barbara Curli, Gli operai della Pirelli Bicocca, 1908-1919. Annali della Fondazione Feltrinelli, XXXIII, p440-441

desemprego endêmico eram uma das principais características do mundo do trabalho manual neste período²³⁴. Os forasteiros, particularmente, numa posição desfavorável face aos trabalhadores já estabelecidos, eram vulgarmente repelidos para os trabalhos mais heterogêneos, instáveis, pesados e casuais²³⁵.

Para além de procurarem preservar a sua ligação à terra, as famílias migrantes, ocupadas em trabalhos não qualificados e instáveis, foram obrigadas a envolver todo o grupo doméstico no mercado de trabalho²³⁶. Particularmente nos países de industrialização tardia e incipiente, o papel da família foi persistente como estratégia de sobrevivência²³⁷. Louise Tilly e Leslie Page Moch analisam três complexos urbanos diferentes – Nîmes, onde predomina o comércio e os serviços; Amiens onde coexistem os serviços, o comércio e a manufatura; e a cidade têxtil de Roubaix - de forma a avaliar de que forma a ocupação influi das estratégias familiares na alvorada do século XX. Concluem que o padrão da cidade têxtil, em que famílias inteiras migravam para trabalhar na mesma indústria, é uma exceção no contexto francês, mas verificam que a partilha dos salários familiares é uma estratégia comum nas três cidades²³⁸.

Esta estratégia relaciona-se igualmente com o mercado de trabalho, que continuava a organizar as ocupações de acordo com as hierarquias do trabalho ao domicílio, com base na idade, no sexo e na posição no seio da família. De facto, as mulheres e as crianças eram remuneradas com salários muito baixos, sendo consideradas parte duma unidade familiar. Esta emergia com a função prioritária de garantir a sobrevivência económica, sendo os seus membros altamente interdependentes, contribuindo com os seus salários para o orçamento familiar global, na medida em que as suas responsabilidades domésticas permitiam²³⁹.

A discrepância das remunerações femininas e masculinas na produção industrial, como Tilly e Scott defendem, não era mais do que o prolongamento de uma experiência

²³⁴ Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p103

²³⁵ Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11-18

²³⁶ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p98-99

²³⁷ Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11-18

²³⁸ Leslie Page Moch and Louise A. Tilly, «Joining the Urban World: Occupation, Family, and Migration in Three French Cities». *Comparative Studies in Society and History*, 27/ 1 (Jan., 1985) p33-56

²³⁹ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p98-99

tradicional²⁴⁰. Os estudos monográficos referentes à divisão sexual do trabalho desmentem as teses que apontavam a formação do mercado de trabalho industrial como uma rotura face à organização pré-industrial. Na realidade, as mulheres começaram a ser expulsas dos grémios pelo menos desde meados do século XV, cortando-se-lhes o acesso à aprendizagem oficial. Neste sentido, a fábrica herda uma divisão do trabalho há muito consolidada na oficina ou no trabalho domiciliário proto-industrial, na qual os homens surgiam como sub-contratadores dos grupos domésticos. O período inicial da industrialização assentou na exploração deste sistema, transportado para dentro da fábrica, com a responsabilidade do pai reforçada. O chefe de família continuava a ser assistido pela sua mulher e filhos e recebia em troca um salário familiar²⁴¹.

Miriam Halpern Pereira, com base no já clássico William Sewell, analisa o período de transição entre o regime corporativo e liberal, sublinhando a profunda transformação operada no próprio conceito de trabalho, mas também o carácter hierárquico, segregador, estratificado e parcialmente sucessório que marcava o mundo das *artes e ofícios*. No regime corporativo português, as mulheres, não obstante o seu comprovado papel no artesanato, também não tinham acesso a cargos de responsabilidade. «A identidade feminina definia-se primacialmente através das suas funções familiares, só secundariamente pelo trabalho, que era ainda encarado como um prolongamento das funções familiares, e não de forma autónoma»²⁴².

Em alguns sectores não artesanais, também se verifica uma continuidade face a formas de organização do trabalho ancestrais. Na costa galega os industriais conserveiros utilizaram em seu favor a divisão sexual do trabalho das famílias de pescadores, nas quais as mulheres se dedicavam a tarefas como limpar o peixe e prepará-lo para a salga, enquanto os homens pescavam, salgavam o peixe ou aprendiam outros ofícios como a latoaria. Nas comunidades marítimas, para além das tarefas complementares da pesca, as mulheres executavam uma variedade de trabalhos sazonais na agricultura e pecuária, adaptáveis também ao cuidado dos filhos e da casa.

²⁴⁰ Louise Tilly e Joan Scott, «Women's work and the family in nineteenth-century Europe». *Comparative Studies in Society and History*, 17/1 (Janeiro de 1975) p36-64

²⁴¹ Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-class formation*, p89

²⁴² Miriam Halpern Pereira, *Das revoluções Liberais ao Estado Novo*, p56-60

Os primeiros empresários galegos empregaram as mulheres nas fábricas de transformação do peixe e os homens na fabricação de embalagens, sedimentando uma estratificação do mercado de trabalho em que os últimos tinham uma aprendizagem oficialmente reconhecida tendo acesso a trabalhos relativamente fixos, enquanto as primeiras tinham uma aprendizagem informal e não reconhecida, ficando sujeitas a trabalhos flexíveis e irregulares e a salários muito baixos. Esta continuidade na distinta valorização do trabalho feminina favorecia um escasso investimento tecnológico e o recurso intensivo a esta mão-de-obra barata²⁴³.

Na indústria conserveira galega, a substituição do trabalho manual por mecânico no encerramento das latas foi acompanhada pela feminização desta tarefa, até à data executada exclusivamente por homens. Durante os anos vinte os empresários lograram, à margem da legislação vigente, e vencendo a resistência dos sindicatos dos trabalhadores qualificados, feminizar quase totalmente o sector e intensificar as taxas de exploração das mulheres, mantendo os salários baixos e as longas jornadas de trabalho²⁴⁴.

É de sublinhar, todavia, que a transição do trabalho manual para o mecânico teve diferentes repercussões na organização do trabalho por géneros, consoante o sector e o contexto geográfico. Em França, a transformação do processo de trabalho induziu a substituição do trabalho artesanal por trabalho feminino indiferenciado. Durante a segunda revolução industrial, todavia, os artesãos começaram a ser substituídos por trabalho masculino, semi-qualificado, cuja aprendizagem já não era monopólio dos trabalhadores mas dos empregadores²⁴⁵.

Na indústria têxtil catalã, a introdução de máquinas de fiar exigindo maior força física que as antigas *jennys*, teve como consequência a masculinização de um trabalho até à data feito por mulheres. Esta, contudo, não foi geral. Nos contextos em que os trabalhadores contavam com outras opções, as mulheres mantiveram essa tarefa. Por outro lado, quando esta tecnologia foi substituída por máquinas mais ligeiras, a

²⁴³ Cristina Borderias, «Instituciones y género en la formación de los mercados de trabajo». In: Cristina Borderias (coord.), Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936, p14-24

²⁴⁴ Maria Luisa Muñoz Abeledo, «Políticas patronales y sindicales en el sector de conservas de pescado (1890-1936)». In: Cristina Borderias (ed.) - Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936, p229-247

²⁴⁵ Michael Hanagan, The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three french towns, 1871-1914, p12-13

feminização também não foi geral. Os homens, sindicalmente organizados, em alguns locais, conseguiram resistir aos intentos dos industriais e retardar o processo.

O Estado terá desempenhado um papel fundamental, não na formação mas no reconhecimento desta segregação sexual do trabalho. A distinta valorização do trabalho feminino foi de facto reforçada pelo sistema legal assim como pelas instituições locais e regionais. Quando confrontado com os protestos dos artesãos e trabalhadores qualificados que sentiam o seu *status* e privilégios ameaçados, o Estado procurou regular o trabalho feminino, confrontando-se, todavia, com a resistência patronal e das próprias mulheres. As primeiras leis laborais, procurando assegurar as funções domésticas das mulheres e os postos de trabalho para os varões, tiveram escassa aplicação. Nesta fase de transição, os interesses do capital comercial tiveram prevalência sobre as políticas estatais espanholas, que acabaram por oficializar o «direito das mulheres ao trabalho», reconhecendo a sua necessidade para as economias familiares e para o crescimento económico, continuando a concebê-lo, porém, como subsidiário²⁴⁶.

A persistência do papel da família não se relaciona apenas com as estratégias de sobrevivência do grupo doméstico, nem com a sobre-exploração do trabalho indiferenciado. Para o patronato, a transmissão familiar de qualificações e atitudes face ao trabalho era fundamental²⁴⁷. Desta forma, família e ofício parecem ser para os trabalhadores deste período uma realidade dificilmente separável: desde a aprendizagem à organização do trabalho, desde as formas de sociabilidade, nas quais predominam as relações internas, à endogamia entre famílias ligadas às mesmas profissões, a família e o ofício tendem a confundir-se no quotidiano dos trabalhadores²⁴⁸.

William Sewell, em Marselha, e Yves Lequim, em Lyon, observam que entre os artesãos, a transmissão hereditária do ofício e a endogamia entre as famílias ligadas ao trabalho artesanal é ainda uma estratégia utilizada para resistir à proletarianização²⁴⁹. Os melhor integrados no sistema industrial recorreram às tradições, qualificações e

²⁴⁶ Cristina Borderias, «Instituciones y género en la formación de los mercados de trabajo». In: Cristina Borderias (coord.), *Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936*, p14-24

²⁴⁷ Andrew Miles e David Vincent, *Building European Society: Occupational change and social mobility in Europe*, p1-13

²⁴⁸ Sierras Alvarez, «Linajes obreros: movilidad geográfica y continuidad profesional en el tránsito de la manufactura a la fábrica». In: Santiago Castillo (coord.) – *El Trabajo a través de la historia*, p330

²⁴⁹ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

organizações herdadas das instituições reguladoras e protectoras do trabalho pré-industrial. Por algum tempo, artesãos e trabalhadores qualificados lograram assim controlar com eficácia os mercados de trabalho locais, limitando o recrutamento à família, parentes ou comunidade, controlando o processo produtivo, os salários e a transmissão de qualificações²⁵⁰.

Jacques Dupâquier e Denis Kessler, através da análise dos padrões de mobilidade de 3000 famílias francesas, ilustram a fluidez da sociedade oitocentista reflectida nas baixas taxas de auto-recrutamento na maior parte das profissões. Não obstante, confirmam que entre as excepções se destaca a classe operária em formação. Neste caso as taxas de auto-recrutamento (profissão do pai igual à do filho) e de endogamia (medidas por comparação da profissão do pai com a do sogro) são mais elevadas, sendo esta última muito mais social do que profissional²⁵¹.

2.1.4 AS COMUNIDADES OPERÁRIAS: REDES E ESPAÇOS DE RECIPROCIDADE

Devido às redes familiares e suprafamiliares, os contextos de chegada dos fluxos migratórios que se canalizam do campo para a cidade tornaram-se centros de uma intensa vida social que tendia a reproduzir formas de vida comunitária baseadas em densas redes sociais. Numa primeira fase, longe de se desestruturarem, estas reforçam-se em meio urbano e suburbano, onde os habitantes enfrentavam problemas quotidianos muito similares, relacionados com a insegurança laboral mas também com as condições materiais de existência nestes novos espaços²⁵².

Vários autores, ao analisar as áreas industriais e as comunidades operárias supradescritas, sublinham que estes socio-espços correspondem antes de tudo a relações de vizinhança, de solidariedade e de identidade. Só assim seria compreensível a distância entre a realidade material observada e os testemunhos orais recolhidos em diferentes contextos. «A vida era bela nessa época...», frisava um residente no *Borgo de San Paolo* nas primeiras décadas do século XX. Segundo Danielle Jalla, o saudosismo refere-se sobretudo às relações de reciprocidade e confiança que atravessavam estas

²⁵⁰ John Breully, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*, p84-85

²⁵¹ Jacques Dupâquier e Denis Kessler – *La société française au XIX siècle*, p177-179

²⁵² Stefano Musso, «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: *Strikes, social conflict and the First World War*, p231

comunidades. Estas articulavam-se sobretudo em segmentos espaciais circunscritos, uma rua, um prédio ou uma oficina. O bairro correspondia a uma extensão por analogia do sentimento de pertença em relação às redes densas da família e vizinhança, que se estendia ao conjunto dos habitantes do subúrbio, permitindo a criação de redes extensivas²⁵³.

Também no contexto francês, como sublinha Yves Lequin, «prolifera em torno do quarteirão operário o discurso das intimidades, do calor das vizinhanças, da familiaridade das ruas e dos pátios, através das camaradagens dos terrenos baldios, das fraternidades das escadas, dos companheirismos de percurso, em resumo de todas as ocasiões de encontro e de trocas da vida quotidiana»²⁵⁴.

De facto, são conhecidos abundantes testemunhos orais, principal fonte utilizada na análise das sociabilidades espontâneas e informais, confirmando a indiscutível força das relações que atravessavam os bairros operários, particularmente no que se refere às sociabilidades mais primárias. Estas evidências apontam para o facto de desde meados do século XIX, as redes de parentesco, vicinais e comunitárias terem contribuído para reforçar os laços sociais à escala local. A proximidade dos domicílios entre parentes, a coabitação ou os testemunhos da entreajuda familiar, muitas das vezes alargada a vizinhos, têm vindo a demonstrar como a comunidade territorial desempenhou um papel fundamental na sociabilidade das classes trabalhadoras.

De facto, se foi à escala do lugar que se observou com maior nitidez a diversidade dos percursos individuais, a estratificação dos mercados de trabalho e a consequente heterogeneidade das classes trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência, foram igualmente os estudos monográficos que ilustraram com maior eloquência os elos de solidariedade formal e informal que trespassavam as comunidades locais nas quais se fixaram fábricas, oficinas, estações ferroviárias, portos marítimos e fluviais e se concentraram largos contingentes de trabalhadores assalariados.

Para além dos testemunhos orais, e sobretudo no que se refere a períodos em relação aos quais estes são já inexistentes, os registos paroquiais têm vindo a ser eleitos

²⁵³ Danielle Jalla, «Les Barrières ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p92-97

²⁵⁴ Yves Lequin, «Ouvrières dans la ville». In: AACC, *Ouvrières, villes et société: autour d'Yves Lequin et de la Histoire Sociale*, p51

como fonte privilegiada para analisar a evolução das relações de parentesco e amizade. Entre as interpretações possíveis destes frutuócos dados, foi verificada, no período em análise, uma destacadíssima endogamia geográfica, com maior incidência entre os trabalhadores indiferenciados. Estas relações de sociabilidade primária, circunscritas em espaços limitados, eram sobretudo femininas, o que é igualmente comprovado pelo facto de serem as mulheres as mais imóveis residencialmente. Em Barcelona, em 70% dos casamentos era a paróquia de nascimento da esposa a eleita para fixação do casal²⁵⁵. As relações de amizade, de vizinhança e de cortejo reflectidas nos registos de casamento revelam também um mundo de proximidade. A maioria dos trabalhadores ainda procurava a sua consorte no mesmo bairro em que residia, que era o mesmo onde residiam os seus pais e amigos próximos²⁵⁶.

Analisando as diferentes redes sociais que se articulam nestes novos espaços, por outro lado, foi possível verificar que estas reflectem vestígios de antigas redes de ofício, trazidas pelos artesãos e mestres expulsos dos centros da cidade, bem como pelos camponeses e jornaleiros recém-chegados dos campos²⁵⁷. Estes diferentes percursos e relações interagiram nos sócio-espacos operários em formação numa fase de grande crescimento industrial e urbano, facilitando a integração das famílias no denso tecido de conexões organizadas que se formavam nas cidades e seus subúrbios.

De facto, o fenómeno mais significativo ilustrado pelo estudo dos ciclos de migração e integração das populações foi o processo de recomposição das classes trabalhadoras à escala do *lugar*. Ao analisar os diferentes itinerários familiares da população de San Paolo, um dos mais importantes bairros operários de Turim, Maurizio Gribaudi observa diversas famílias «se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir à família e ao próprio indivíduo, a utilização de recursos emocionais e económicos que as redes locais de relação lhes forneciam (...)»²⁵⁸.

A articulação das redes familiares e de amizade têm vindo também a ser detalhadamente analisadas de forma a compreender os padrões de relação entre os

²⁵⁵ José Luis Oyon Bañales, «Historia urbana e historia obrera: Reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Social*, n.º 24 (2002) p45-49

²⁵⁶ José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p138-139

²⁵⁷ Gabriella Bonacchi e Alessandra Pescarolo, «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana», *Movimento Operaio e Socialista*, ano III (1980) p46

²⁵⁸ Maurizio Gribaudi, *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle*, p234-235

indivíduos de diferentes ofícios, indústrias e classes sociais. Na Catalunha, Angel Smith observou que não obstante a estratificação no que respeita à qualificação e ao género, presentes nos locais de trabalho, nos espaços residenciais desenvolveram-se fortes laços entre os trabalhadores. As estratégias familiares que passavam pela transmissão de qualificações de pais para filhos não eram incompatíveis com uma vinculação mais alargada à comunidade, com base em problemas e preocupações comuns – a experiência da pobreza em espaços segregados em torno das fábricas e oficinas. Mesmo os trabalhadores imigrantes, que numa primeira fase não tinham acesso a estes recursos relacionais, acabaram por se integrar com sucesso²⁵⁹.

Brunet sublinha igualmente que a assimilação dos diferentes ciclos migratórios de trabalhadores da região norte e da Bretanha foi um processo lento, que se acelerou a partir de 1921 devido ao abrandamento da expansão demográfica. Desde aí, o autor observa a função unificadora do meio de acolhimento nos registos de casamentos que unem cada mais os forasteiros com os naturais de Saint-Denis, em detrimento dos casamentos entre naturais do mesmo departamento²⁶⁰.

O meio urbano estimulava a germinação de novas relações que superavam os conhecimentos familiares ou originários do meio camponês. A dureza da vida quotidiana, a carência de legislação social e de uma estrutura pública assistencial fomentaram a germinação de novos recursos – desde o sub-aluguer à inter-ajuda entre vizinhos dos novos bairros operários. À medida que estes poderosos vínculos completavam a integração urbana, as redes de migração diluíam-se e passavam a ser as proximidades profissionais e vicinais a determinar as relações sociais urbanas. Esta evolução é observada por Teresa Mirri Larrubia através da análise dos registos matrimoniais do *obrador de Barcelona*²⁶¹, e também por Yves Lequim na região lionesa²⁶².

As redes de entre-ajuda assumiram uma importância incontornável em momentos de desemprego ou doença, mas também no que se refere à assistência à

²⁵⁹ Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p61-62

²⁶⁰ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p871, 1449-1450

²⁶¹ Teresa Mirri Larrubia, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social», *Historia Social*, n.º 26 (1996) p82-89

²⁶² Yves Lequim, *La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)*, p223

família, e particularmente às crianças e idosos²⁶³. É sublinhado por diversos autores o papel destas redes sociais na continuidade de permanência nestes espaços, «um padrão de integração, através das redes de vicinalidades, de sentido de pertença e de identificação com o local, gerando identidades continuadas nos percursos residenciais»²⁶⁴ que favoreceram «o enraizamento definitivo num espaço». De facto, «a família trabalhadora integrava-se na teia densa de vicinalidades, cujo papel não pode ser desprezado», potenciando uma «apurada *compreensão prática* das condições em que se produz a vida social» que os levava a «conservar a posição de classe adquirida na comunidade» que se sobrepôs à estratificação verificada nos locais de produção²⁶⁵.

Este fenómeno não foi exclusivo das áreas industriais periféricas. Todavia, nos bairros populares urbanos esta realidade tem tendência a alterar-se. Segundo Graça Índias Cordeiro, analisando a evolução histórica das relações de proximidade e distância social no Bairro da Bica através da mesma fonte, até à primeira década de XX uma base socioprofissional comum e a existência de numerosas alianças no quadro de uma estabilidade residencial de algumas gerações terão contribuído para a emergência de um verdadeiro enclave social. No entanto, «perante a proliferação de diferentes estratos socioprofissionais, as inserções no mercado de trabalho e habitacional condicionam variados modos de socialização». «A bica apenas se fecha enquanto «modo de habitar». No entanto, os múltiplos *modos de ganhar a vida* dos seus habitantes ultrapassam os horizontes das suas estreitas ruas íngremes e lançam a sua população num *modus vivendi* urbano, caracterizado por uma grande diversidade de papéis geradora de redes de relações e interdependências fora do bairro»²⁶⁶.

A fixação nos subúrbios, por outro lado, envolveu problemas partilhados tais como a ausência de equipamentos e serviços. Redes informais e associações emergem da necessidade de produzir «novas condições em novos territórios». A relação entre a germinação de agremiações e a ocupação de novos territórios suburbanos é verificada em diversos contextos sócio-espaciais, sendo vulgarmente interpretada como parte da

²⁶³ Ana Nunes de Almeida, A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro, p112

²⁶⁴ Gaspar Martins Pereira, As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX., p18

²⁶⁵ Ana Nunes de Almeida, A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro, p114

²⁶⁶ Graça Índias Cordeiro, Um lugar na Cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica, p64-67 e 137-144

estratégia dos pioneiros para lidar com as dificuldades decorrentes da sua nova posição²⁶⁷.

A dureza da vida quotidiana, a carência de legislação social, a falta de uma estrutura pública assistencial, as estreitas circunstâncias de convivência provocadas pela superlotação dos bairros operários facilitavam novas formas de interação social nos espaços residenciais, mas também nos montepios, cooperativas e sociedades recreativas e instrutivas. Com efeito, a rápida integração das contínuas ondas migratórias foi facilitada pelas relações organizadas na sociedade emissora, bem como na sociedade receptora: as de campesinato e as articuladas pelo tecido associativo urbano, respectivamente.

As primeiras facilitaram a cobertura das necessidades básicas, amortizando o impacto com a nova sociedade industrial. Todavia, o tecido associativo facilitou a integração dos recém chegados, pelo papel decisivo que jogou como agente da sociabilidade urbana, e tendo em conta os espaços próprios que disponibilizava para os associados. Estes não eram só físicos mas também expressavam a adopção de novos costumes, hábitos, interesses, relações e possibilidades. Para isso colaborou a perda de controlo social da Igreja, facilitada tanto pelo anonimato como pelas dificuldades que os horários industriais determinavam para os preceitos religiosos²⁶⁸.

O impacto da concentração urbana e do trabalho assalariado na fábrica não foi descurado pelos historiadores da sociabilidade, verificando-se que significou profundas transformações nas relações humanas²⁶⁹. A introdução do sistema fabril induziu a evolução das sociabilidades ao nível das vizinhanças, nomeadamente no ritmo e no tempo da vida social, nas ocasiões e nos locais de encontro. A distinção do tempo de trabalho e de não trabalho tornou-se mais evidente e o convívio familiar foi alargado aos novos colegas. A taberna conheceu uma profusão inédita em Itália²⁷⁰. O mesmo

²⁶⁷ Mark Clapson, *Suburban Century: Social Change and Urban Growth in England and the United States*, p147

²⁶⁸ Teresa Mirri Larrubia, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social», *Historia Social*, n.º 26 (1996) p89-95

²⁶⁹ Maria Teresa Maiullari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*.

²⁷⁰ Franco Ramela - «Aspetti della società operaia nell'Italia dell'ottocento. Analisi de un caso». In: Maria Teresa Maiullari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p171-178

aconteceu com o *cabaré* em França. Seguiram-se as sociedades de música, de ginástica, os grupos de bombeiros, entre outras²⁷¹.

Os espaços periféricos onde as classes trabalhadoras europeias se concentraram na alvorada do século XX acolheram ainda todo um conjunto de sindicatos, cooperativas, sociedades de socorros mútuos, centros educativos operários, entre outras instituições²⁷². Associações de diferente índole assumiram múltiplas funções, entre as quais, e preferencialmente, a instrução, a cultura e o recreio, e potenciaram uma sociabilização difusa e informal. O desenvolvimento destas sociedades e a aquisição de sedes próprias forneceu um espaço de agregação essencial. As suas funções socializantes - reunião de colectivos alargados em assembleias e outras actividades recreativas, contacto permanente entre os sócios, designadamente para a cobrança de cotas, conferiram-lhes um importante papel de integração social²⁷³.

De facto, a importância do associativismo popular evidenciou-se também extraordinariamente importante na sua vertente pedagógica e nas suas funções assistenciais, mas também com organizador de uma sociabilidade de novo tipo. As sedes das colectividades foram fundamentais para superar os espaços da família, das vizinhanças mais próximas ou dos companheiros de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de um sentimento de pertença e identidade mais alargado. Estes afirmam-se no quadro do bairro inteiro, formando uma densa rede que cobria uma boa parte dos espaços operários europeus e potenciando estreitas relações de reciprocidades²⁷⁴.

O movimento associativo destaca-se, assim, na obra de diversos autores que se dedicam ao estudo de comunidades operárias, e particularmente dos que estudam a evolução deste fenómeno histórico na periferia da Europa. O recente estudo de Manuel Morales Munõz dedicado às comunidades operárias andaluzas, por exemplo, ilustra o papel histórico das associações populares no que se refere à integração dos recém-

²⁷¹ Maurice Agulhon e Maryvonne Bodiguel, *Les Associations au Village*, p16-25

²⁷² Chris Ealham, «Una “Geografía imaginada”: ideología, espacio urbano y protesta en la creación del “Barrio Chino” de Barcelona, C. 1835-1936», *Historia Social*, n.º 59 (2007) p65-76

²⁷³ Luigi Tomassini, «L’associazionismo operaio: il mutualismo nell’Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p8-9

²⁷⁴ Danielle Jalla, «Les *Barrières* ouvrières de Turin», In: *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p92-93

chegados, à superação de carências materiais, à organização do lazer e à resistência, nomeadamente durante os surtos grevistas²⁷⁵.

Também Teresa Larrúbia, analisando um bairro operário de Barcelona, ilustra como a prática associativa concedia aos seus activistas um importante recurso. Eram estes que usufruíam preferencialmente das actividades organizadas pelas suas agremiações e pelas associações com as quais estas estabeleciam laços de reciprocidade. Os sócios das diversas sociedades participavam assim numa alargada rede de transmissão de ideias e informação²⁷⁶. De facto, não obstante as condições de vida depauperantes a que as classes trabalhadoras foram condenadas nestes novos espaços residenciais, a sua acção colectiva não deixou de se fazer sentir no esforço conjunto de criar ou apropriar espaços de sociabilidade e lazer.

Por outro lado, diversos estudos têm vindo a ilustrar que o controlo e a produção do espaço foram conseguidos pelo patronato com maior eficácia nos locais de produção. Os locais de residência e recreio permitiram uma maior autonomia aos trabalhadores que se apropriaram temporária ou definitivamente de determinados espaços, o que tem sido interpretado como uma acção ideológica e espacial contra hegemónica²⁷⁷.

Se nas cidades americanas o envolvimento voluntário em associações era mais acentuado nas áreas ocupadas pelas classes médias do que nos subúrbios populares, distintos padrões geográficos e de participação caracterizam os contextos europeus²⁷⁸. Na região meridional, o movimento associativo tendeu a potenciar o desenvolvimento de laços horizontais mais do que relações interclassistas. O estudo de Franco Ramela sobre as *società del vino* de oitocentos, por exemplo, relaciona estas estruturas com as assimetrias sociais e até profissionais reflectidas na organização do espaço. Segundo o autor, estas estavam inseridas em pequenos aglomerados relativamente homogéneos.

²⁷⁵ Manuel Morales Munõz, «Un Espacio propio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía», *História Social*, n.º 56 (2006)

²⁷⁶ Teresa Mirri Larrubia, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social», *Historia Social*, n.º 26 (1996) p93-95

²⁷⁷ Marc Steinberg, «The riding of the Black Lad and other ritualistic actions: towards a spacialized and gendered analysis of nineteenth-century repertoires», In: Michael P. Hanagan, Lesli Page Moch and Wayne Brake (ed.), *Challenging Authority: the historical study of contentious politics*, p20-22

²⁷⁸ Mark Clapson, *Suburban Century*, p147-158

Nas vilas de maior dimensão era comum existir mais do que uma associação, observando-se uma significativa segregação social entre estas²⁷⁹.

No que respeita ao associativismo, é ainda de sublinhar a existência de distintos padrões de participação dos trabalhadores desta região. Segundo Alain Cottureau, em França, as economias domésticas e a estrutura da indústria induzia práticas colectivas informais e de pequena escala mais do que organizações institucionalizadas²⁸⁰. Patricia Turner, todavia, analisando as intersecções entre a militância dos trabalhadores e a vida associativa na cidade têxtil de *Roanne*, nas décadas que antecederam a guerra, conclui que os trabalhadores participavam activamente em inúmeras associações formais, mais relacionadas com a previdência, a cooperação, a cultura e o recreio do que com a acção colectiva de base classista. Segundo a autora, a especificidade da participação dos trabalhadores franceses, face aos britânicos ou alemães, era o facto de integrarem uma comunidade associativa porosa, tendente a diluir a identidade classista numa cultura urbana mais alargada. Demonstra, não obstante, que estas associações desempenharam um papel fundamental na mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses económicos e políticos, nomeadamente em períodos de agitação social²⁸¹.

Outros autores defendem que os complexos mecanismos da dinâmica associativa podem entrever uma tentativa de enquadramento interclassista, mas não deixam de evidenciar o seu contributo para a cimentação de solidariedades de classe ou de fracções de classe. Está empiricamente comprovado que em diversos contextos sócio-espaciais similares à Península de Setúbal o associativismo popular teve um papel destacado como plataforma para o desenvolvimento de fórmulas marcadamente classistas²⁸².

No entanto, e não obstante o relativo abandono a que estavam votados os subúrbios em análise, são reconhecidas algumas tentativas de os «moralizar» com associações dirigidas por elementos das elites²⁸³. As estratégias oficiais e patronais

²⁷⁹ Franco Ramela, «Aspetti della società operaia nell'Italia dell'ottocento. Analisi de un caso». In: Maria Teresa Maiullari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p171-178

²⁸⁰ Alain Cottureau, «The distinctiveness of Working-Class Cultures in France, 1848-1900», In: Ira Katznelson and Aristide Zolberg (eds), *Working-Class Formation*, p111-156

²⁸¹ Patricia R. Turner, «Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement», *The Journal of Modern History*, 71/1 (Março de 1999) pp28-55

²⁸² Jorge Uría, «Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo». In: Santiago Castillo e José M.^a Ortiz de Orruño (coord.), *Estado, protesta y movimientos sociales*, p347

²⁸³ John M. Marriman, *The margins of city life: explorations on French Urban Frontier 1815-1851*, p224

relativas aos espaços de lazer tinham como principal objectivo impedir os trabalhadores de afirmar a sua autonomia cultural, sobretudo por uma questão de controlo social. Estas estratégias diferenciavam-se entre a repressão - em nome da moral e da higiene foram muitas vezes encerrados espaços de lazer operários - a asfixia que se manifestava por exemplo na proibição de construção de espaços de reunião ou na incitação à poupança de forma a não restar aos trabalhadores qualquer quantia destinada ao divertimento; e finalmente, a proposta de alternativas, utilizando a religião e a igreja ou criando as próprias companhias colectividades de cultura e recreio e grandes festas anuais. As respostas dos trabalhadores a estas estratégias diferiam entre a resistência, reabrindo associações encerradas sobre a capa da neutralidade política; o escape, não participando nas iniciativas promovidas pelas entidades patronais ou autoridades; e a contraproposta, inaugurando associações de cultura e recreio autónomas²⁸⁴.

No entanto, a distinção entre espaços de enquadramento cultural por parte das elites e espaços autónomos das classes trabalhadoras é pouco perceptível e sujeita a evoluções. A apropriação social dos seus valores de uso caracteriza-se por uma dinâmica de conflito latente. Esta conflitualidade é igualmente inextricável da competição entre as diferentes correntes políticas responsáveis pela secularização da sociedade civil, que desafiaram a hegemonia clerical e fizeram penetrar o racionalismo liberal com sucesso na cultura popular urbana²⁸⁵.

A competição pela hegemonia ideológica destes espaços por diferentes tendências políticas foi um poderoso factor de emulação e consequente desenvolvimento. O empenho de republicanos, socialistas, anarquistas e comunistas no associativismo operário é verificável na sua imprensa, que ajuda a difundir e propagandear os valores associativos, fazendo o elogio destas «escuelas de Artes y Ofícios, literatura y arte, de recreo y de todo aquello que perfecciona y educa»²⁸⁶.

As virtudes da associação e a importância dos seus espaços eram muito valorizadas pelos movimentos que actuavam na modernização da sociedade. Os seus

²⁸⁴ Gérard Chastagnaret, «Les divertissements dans les cites minières espagnoles». In: Jacques Maurice (coord.), *People, mouvement ouvrier, culture dans L'Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936*, p105-109

²⁸⁵ Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p182-183

²⁸⁶ «La Fiesta del Trabajo», *La Ortiga: órgano del Partido Republicano del Distrito de cabra*, 1 de Matío de 1904. Cit por Antonio Barragán Moriana, *Córdoba: 1898-1905: Crisis social y regeneracionismo político*, pp224-225

protagonistas propagandeavam aos trabalhadores: «Asóciate para combatir las ideas perjudiciales al progreso (...). Levanta una casa, la tuya, la del Pueblo, produce en sus almacenes y consume en sus establecimientos, disminuye la ganancia del capital colectivo y habrás obtenido el mejoramiento individual: tu bienestar material, matando en ti la desesperación, te arrancará del vicio y te llevará a la virtud, te sacará de la taberna, para conducirte a la escuela»²⁸⁷.

As ideias que animam estas correntes, porém, eram profundamente distintas, sendo observável uma expressiva transformação dos quadros de valores que marcaram o associativismo no período em análise. Na segunda metade do século XIX, o enquadramento cultural das populações francesas era garantido por uma rede de associações essencialmente ligadas à música e à ginástica, veiculando fundamentalmente os valores republicanos e nacionalistas²⁸⁸. No entre guerras é o Partido Comunista Francês que assume uma maior influência na cultura popular suburbana²⁸⁹.

Também em Portugal, nos primórdios do associativismo operário, é clara a ascendência do republicanismo entre as massas trabalhadoras. Foi da corrente mais progressiva do liberalismo que saíram os primeiros dirigentes do movimento, como Henriques Nogueira ou Lopes Mendonça. Todavia, nas últimas décadas do século XIX, estas organizações registaram uma significativa evolução, em paralelo com o próprio republicanismo. Enquanto o Partido Republicano Português matizava a sua feição socializante e adquiria um carácter acentuadamente nacionalista, as associações influenciadas pelos socialistas assumiam uma trajetória nitidamente obreira²⁹⁰. O caso de estudo da Península de Setúbal mostra o acentuar desta tendência no primeiro quartel de novecentos.

Inúmeros estudos que têm incidido sobre a evolução das sociabilidades suburbanas, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, defendem que o enquadramento das populações por um tecido cerrado de associações

²⁸⁷ *El Productor*, 13 de Mayo de 1887. Cit por Manuel Morales Muñoz, «Un espacio propio. Sociabilidad e identidad obrera en Andalucía». *História Social*, n.º56 (2006) p62

²⁸⁸ Bernard Bastien, «Sociabilités populaires dans l'espace de la banlieue parisienne». In: Annie Fourcaut (dir.), *Un siècle de banlieue parisienne (1859-1964)*, p214-215

²⁸⁹ Annie Fourcaut, *Bobigny, banlieue rouge*, p142-143

²⁹⁰ Joana Dias Pereira, «O sindicalismo revolucionário na origem do movimento autónomo dos trabalhadores», *Vértice*, n.º 151 (2010) p37-39

locais deu origem a uma cultura nova – a cultura operária. É também verificável, neste período, que mesmo associações promovidas por notáveis e veiculando práticas interclassistas, como a Promotora de Alcântara²⁹¹, são apropriadas pelos trabalhadores para organizar festas, futebol, teatros amadores, cinema, bailes, bufets e concertos. Segundo Frédéric Vidal, estas actividades e as comissões de sócios que as organizavam à margem da direcção, reflectem a natureza do associativismo operário, descrita por Michel Verret como subordinada ao «simples prazer de estar em conjunto»²⁹².

Os laços de solidariedade horizontal promovidos por estas sociabilidades manifestavam-se com maior acutilância quando a dura rotina se via dramaticamente interrompida por greves ou encerramento prolongado de empresas. Nestas ocasiões eram accionados diversos mecanismos de entreajuda. Quando o motivo da paragem laboral era uma greve, eram promovidas campanhas organizadas pelas associações trabalhadoras, através de cotizações extraordinárias. Assim devido à situação desesperada criada pela crise de 1887, em Barcelona, «celebraram-se colectas públicas para ajudar os trabalhadores sem trabalho. A associação *Três classes do vapor* concedeu-lhes ajuda em géneros adquiridos com o produto de uma corrida de touros benéfica. Também era comum que as trabalhadoras percorressem as ruas pedindo a ajuda dos vizinhos.

Noutras situações de enorme gravidade social, mas menos comprometidas politicamente, o tecido associativo orquestrava campanhas para recolher fundos para os mais necessitados. Assim, a cólera que atacou Sant Martí e outras povoações em torno de Barcelona, em Agosto de 1885, determinou que as principais sociedades martinenses se mobilizassem na organização de actividades diversas destinadas a arrecadar dinheiro para as vítimas. Desta forma, estreitavam-se os laços entre os diversos componentes do tecido social acentuando as solidariedades interpessoais na nova sociedade urbana e cimentavam-se os valores da entreajuda e da acção colectiva²⁹³.

²⁹¹ Fundada por sete industriais, cinco comerciantes, um proprietário, um professor e quatro empregados do comércio, dirigida por elementos destas camadas sociais e com fortes relações ao patronato republicano do bairro.

²⁹² Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, p136

²⁹³ Teresa Mirri Larrubia, *Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social*, *Historia Social*, 26 (1996) p90

Paralelamente, surgiram os espaços autónomos das classes trabalhadoras, erguidos pelas suas associações de classe, sindicatos ou partidos. Estes diferiam entre as sedes localizadas em casas modestas, por vezes construídas pelos próprios trabalhadores e aqueles que ofereciam sala de leitura, biblioteca, escola e grandes salões de eventos²⁹⁴. Os dirigentes compreendiam a importância dos trabalhadores associados contarem com espaços onde se impregnassem «de las ideas del porvenir» e disfrutassem «de la conversación entre compañeros y el honesto solaz que proporciona el arte en fietas y veladas artísticas y literárias»²⁹⁵. Os activistas valorizavam particularmente «la labor inconsciente que se realiza por el trato de los obreros entre sí»²⁹⁶ e sublinhavam que a atmosfera destes espaços elevava e influenciava a conduta dos seus membros e incitava o desejo por uma vida melhor. No período em análise, o papel dos *centros obreros* é crucial, quer como lugar de reunião e discussão quer como espaço privilegiado para os trabalhadores se familiarizarem com novos símbolos, mitos e linguagem²⁹⁷.

Estes espaços tiveram ainda um papel fundamental na organização e politização da sociedade. Para ilustrar esta tese, Muñoz cita as memórias do militante Palmiro de Lidia, referindo-se ao *Círculo Obrero* de Barcelona: «Los actos de propaganda, de solidaridad, de intensificación del compañerismo, se sucedían sin interrupción. Veladas, conferencias, mitines, excursiones campestres, certames sociológicos... Fue sin duda un período de constante y frutuosa actuación. Las veladas y conferencias tenían lugar en el Centro de la calle de San Olegario. El local resultaba siempre pequeño para contener a la concurrencia, compuesta de elementos conscientes (...). Háblamos de todo, pero principalmente nos apasionaban los asuntos de táctica, los métodos revolucionarios, los movimientos de carácter social que se producían en España y en el

²⁹⁴ Manuel Morales Muños, «Un espacio propio. Sociabilidad e identidad obrera en Andalucía», *História Social*, n.º56 (2006) p59-67

²⁹⁵ *El Grito del Pueblo*, 4 de Novembro de 1886, cit. Por Pere Gabriel, «Sociabilidade obrera y popular y vida política en Cataluña, 1868-1923», *L'Histoire sociale en débat*. Número especial del Bulletin d'Histoire Contemporaine de L'Espagne, n.º 17-18 (1993) p150

²⁹⁶ *Casa del Pueblo. Bulletin extraordinario de la sociedad del mismo nombre*, Junio de 1917, p2. Cit. Por Ángeles González Fernández, «Una aproximación a los movimientos sociales en la Andalucía rural: Écija, 1900-1924», In: Mariana Martín Ojeda (ed.), *Écija en la Edad Contemporánea*, p468-469

²⁹⁷ Manuel Morales Muños, «Un espacio propio. Sociabilidad e identidad obrera en Andalucía», *História Social*, n.º56 (2006) p59-67

extrangero, el desenvolvimiento del ideal, sus precursores, sus propagandistas más capacitados en aquella época (...)»²⁹⁸.

Os espaços autónomos dos trabalhadores caracterizavam-se sobretudo pela multifuncionalidade. Organizavam-se festas, cantos corais, grupos de teatro, entre outros, o que permitia conciliar o lazer e o divertimento com a educação e a actividade sindical, contribuindo para criar espaços imbuídos de uma contra-cultura em que os postulados de emancipação social eram dominantes²⁹⁹.

Por outro lado, as fronteiras espaciais entre os diferentes tipos de agremiações eram pouco nítidas. As *Casas del Popolo*, as *Bourses de Travail* ou as *Casas do Povo*, albergando sociedades de socorros mútuos, cooperativas, entre outras colectividades populares, desempenharam um papel fundamental na afirmação de uma sociabilidade autónoma dos trabalhadores, mas também como um ponto de agregação fundamental para as diversas tipologias de associações³⁰⁰.

Na Casa do Povo madrilena, fundada em 1908, estavam agrupadas dezenas de associações de diferentes tipologias. O *palácio* dos trabalhadores havia sido comprado por estas sociedades que ficaram co-proprietárias do imóvel³⁰¹. Na maior parte destes espaços, para além de coexistirem diferentes colectividades, conviviam agremiações com orientações ideológicas distintas, a *Casa del Pueblo de La Rambla*, por exemplo, era partilhada por sociedades republicanas e socialistas³⁰².

Em suma, como Michelle Perrot faz notar, ao contrário do que acontecia nos países mais desenvolvidos, como a Alemanha ou os Estados Unidos, onde a consciência de classe é forjada na grande fábrica moderna, nos países de industrialização tardia, a autonomia da vila ou do bairro popular providenciou o cadinho necessário à reprodução de tradicionais solidariedades de classe³⁰³. Com efeito, a Fábrica juntava os

²⁹⁸ Palmiro de Lidia, *Evocando el pasado (1886-1892)*. Cit. Por Manuel Morales Muños, «Un espácio próprio. Sociabilidad e identidade obrera en Andalucía», *História Social*, n.º56 (2006) p61

²⁹⁹ David Hamelin, «Les Bourses du Travail: entre education politique et formation professionnelle», *Le Mouvement Social* (Avril-Juin 2011) p32

³⁰⁰ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p25-26

³⁰¹ Jean-Louis Guereña, «Socialistes et culture: la Casa del Pueblo de Madrid». In: Jacques Maurice (coord.), *People, mouvement ouvrier, culture dans L'Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvriers en Espagne de 1840 à 1936*, p23-24

³⁰² Manuel Morales Muños, «Un espácio próprio. Sociabilidad e identidade obrera en Andalucía», *História Social*, n.º56 (2006) p59-67

³⁰³ Ira Katznelson, *Constructing Cases and Comparisons*, p31-32

trabalhadores mas separava-os de possíveis aliados. O proletariado nascente teve de reconstruir os seus laços fora dos seus portões.

Os edifícios que sediavam as associações populares e operárias reflectiam as aspirações e a capacidade de realização colectiva dos seus membros. Não obstante o carácter modesto da maior parte destas agremiações e suas sedes, os trabalhadores acreditavam que esses microcosmos materializavam um ideal a concretizar numa escala maior. Compreendiam ainda a relevância de conseguirem construir um espaço autónomo, sem a tutela do governo ou das elites, à semelhança da sociedade que projectavam, na qual os trabalhadores tomariam o poder social e político. Para além disso, se os edifícios monumentais como as igrejas e os palácios tinham por objectivo convencer aliados e inimigos do poder das classes dominantes, as sedes das associações operárias procuravam manifestar a força crescente do seu movimento organizado. Finalmente, como defendem diversos autores, estas constituíram-se como uma ferramenta essencial da acção colectiva, concentrando fisicamente forças de outra forma dispersas³⁰⁴.

Em suma, nas margens da Europa, no início do século XX, as formas tradicionais de convívio e encontro foram imaginativamente reconfiguradas como recursos de resistência às relações autoritárias. Na viragem dos anos vinte para os trinta, a oposição do associativismo operário às diversas expressões que a reacção conservadora assumiu nestes contextos ilustra como os postulados de emancipação social estavam já profundamente enraizados entre estas comunidades.

Foi no *banlieue rouge* que os «nazis partiram os dentes»³⁰⁵; nos arredores de Turim o fascismo teve muita dificuldade em penetrar³⁰⁶; e no *cinturón rojinegro* de Barcelona, «os trabalhadores vieram para a rua com armas na mão para sufocar o golpe fascista»³⁰⁷. Nos arredores de Lisboa, onde se concentrava o operariado, as suas redes e bastiões de resistência um processo similar pode ser entrevisto.

³⁰⁴ Margaret Kohn – *Radical Space: building the house of the people*, p2, 23 e 46

³⁰⁵ Yves Lequin, «Ouvrières dans la ville», *Le Mouvement Social*, Janeiro-Março de 1982, n.º 118, p3-7

³⁰⁶ Danielle Jalla, «Le quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turin au début du XXe siècle», *Le Mouvement Social*, Janeiro-Março de 1982, n.º 118, p79-97

³⁰⁷ José Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano 1900-1950», *História Contemporânea*, 24, 2002, p11-58

2.2 O CASO DE ESTUDO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

2.2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

2.1.1.1 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

No período em análise, a periferalização da indústria não se opera somente «pelo jogo dos mecanismos de mercado fundados largamente nas escolhas económicas individuais». A repartição das actividades e grupos no espaço são já marcadas por um certo grau de planificação e pela acção do Estado³⁰⁸. Quando Joaquim António de Aguiar³⁰⁹ decidiu que a localização do término da linha de caminho-de-ferro do Sul e Sueste seria no Barreiro determinou o destino industrial de toda a margem Sul do Tejo, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais – a corticeira –, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul – Lisboa. Em 1861 a localização estratégica do porto de Setúbal foi igualmente potenciada pela ligação ferroviária³¹⁰.

No entanto, a intervenção Estatal conhecia graves limitações em território nacional. As autoridades locais, particularmente, não tinham qualquer tipo de autonomia financeira para intervir no desenvolvimento local. A Câmara Municipal de Setúbal, por exemplo, não teve capacidade de empreender o projecto de modernização do porto da cidade, apesar deste se ter tornado um dos mais concorridos do reino. Em 1901 foi autorizada a lançar um novo imposto sobre a comercialização de mercadorias no porto e contraiu um empréstimo para a construção de um muro-cais ao longo da margem do Sado em frente à cidade, uma doca de abrigo para pequenos barcos, uma ponte-cais acostável e o prolongamento do ramal do caminho-de-ferro até à ponte-cais. Este e outros projectos posteriores não chegaram a ser terminados, devido aos problemas

³⁰⁸ Jean-Claude Chamboredon, Michel Coste, Marcel Rocayolo, «Populations et pratiques urbaines». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*, vol. V, p442-443

³⁰⁹ A sua agência foi fundamental para que o término da linha ficasse no Barreiro. A7 de Agosto de 1854 havia sido aprovada a carta de lei confirmando o contrato para a construção do caminho-de-ferro de Aldeia-Galega a Vendas Novas. O par do reino supracitado, que possuía uma casa de veraneio no Lavradio, terá influenciado uma mudança de decisão do governo e da companhia no sentido do término se situar antes no Barreiro.

³¹⁰ Carlos Vieira Faria, *História Urbana de Setúbal: Olhar o Passado*, p59

financeiros da Companhia de Crédito Predial, com a qual tinha sido contraído o empréstimo³¹¹.

Mais do que a intervenção do Estado, potenciou o investimento industrial nesta região a presença de mão-de-obra artesanal que a tradição manufactureira garantia. Até ao final do antigo regime a agricultura e as actividades flúvio-marítimas foram os principais suportes económicos das populações que se fixaram no concelho. No entanto, um ancestral e contínuo desenvolvimento de actividades artesanais ligadas à exploração agrícola, à construção e reparação naval, antecedeu o processo de industrialização³¹².

Espaço privilegiado para a produção, transformação e difusão de muitos produtos essenciais para a vida da grande metrópole, a margem Sul do Estuário do Tejo desde o período dos descobrimentos que se tornou um complemento essencial à capital do reino e do império. A vida económica das populações ribeirinhas desde há muito que se direccionava para Lisboa, mas foi a partir da centúria de quatrocentos que esse fenómeno se fez sentir com maior intensidade, ao ponto de lhe atribuírem desde então, o epíteto de *cintura industrial*, em virtude da concentração de estruturas destinadas à transformação de matérias-primas³¹³.

O facto de a *outra banda* ter sido eleita para a produção de biscoito para as armadas veio potenciar a sua vocação manufactureira, induzindo a difusão de olarias e estaleiros de reparação de navios, bem como moinhos de vento e de água, lagares de azeite e de vinho, fornos de cal e outras estruturas de apoio às indústrias agrícolas³¹⁴. As privilegiadas condições naturais, designadamente os esteiros do Judeu e de Corroios, com condições especiais de ancoradouro, as vastas manchas de pinhal e a abundância de seixos para lastro induziram ainda a instalação de estaleiros dependentes do Arsenal da Marinha³¹⁵. A indústria da pesca pré-existente fornecia mão-de-obra semi-especializada,

³¹¹ Maria da Conceição Quintas – Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento, p 62-76

³¹² Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p34 e seguintes

³¹³ Eulália de Medeiros e Paulo Guinote, A «banda d'além Tejo» na História, p31-46

³¹⁴ Ana Reis Barata e Rosa Gautier, O Barreiro na transição do século XIX para o século XX, p46

³¹⁵ Segundo o Dicionário Geográfico do século XVIII o Seixal tinha «duas ermidas huma dentro do lugar, e de Nossa Senhora da Conceição que he tradição ter sido erecta pelo Rey e Senhor Dom Manuel, para nela ouvirem Missa os officiais, e Mestrança de primeira Ribeira das Naos que foi neste lugar, e delle passou a dita Fabrica para o lugar de Telha, no Rio de Coyna distante deste lugar menos de meya legoa (...).» Cit. Em «A construção naval em madeira», *Ecomuseu Informação*, n.º 37 (2003) p12

mas o desenvolvimento da actividade determinou a instalação de outros artífices, vindos nomeadamente da fábrica da Ribeira das Naus e da Vila de Coima³¹⁶.

Entre as actividades proto-industriais, destacaram-se igualmente as ligadas à agricultura, proliferando os moinhos de maré e de vento, os lagares, as adegas e as oficinas de tanoaria³¹⁷. No século XVIII, estruturas vocacionadas para a armazenagem do vinho e outros alimentos começam a concentrar-se em Cacilhas e ao longo do cais do Ginjal³¹⁸. Os estaleiros repartem-se pelas freguesias do Seixal e Arrentela³¹⁹. Entre os séculos XVI e XVII as indústrias da construção e reparação naval desenvolvem-se igualmente na margem Norte do Sado, para além da saboaria e a da cordoaria³²⁰.

Foi assim possível aos industriais aproveitar a experiência e a reprodução de qualificações secularmente acumulada pelos artesãos, prescindindo de um grande investimento em tecnologia, mas ao mesmo tempo aumentar a escala das unidades de produção e introduzir novas formas de organização do trabalho. A presença de abundante mão-de-obra agrícola, já proletarizada, permitia complementar o trabalho especializado, com tarefas indiferenciadas.

De facto, devido à sua igualmente relevante vocação agrícola as migrações periódicas para a região tinham também já uma tradição secular³²¹. A mão-de-obra rural originária das Beiras e do Alentejo, há muito que garantia diversas tarefas agrícolas sazonais na margem Sul do Tejo. Nas Visitações da Ordem de Santiago no Barreiro, em 1533, são referidos «omens trabalhadores que morão por hum ano» na localidade e no Livro de Visitas da Igreja de Santa Cruz em 1736 é igualmente expresso que para o trabalho nas vinhas «acorrem muitos homens da parte da Beira». Estes eram

³¹⁶ Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. I, p140.

³¹⁷ «Uma tanoaria no concelho do Seixal», *Ecomuseu Informação* (1998) p4

³¹⁸ Em 1838 estão já registados 14 armazéns no Ginjal. Alexandre Flores, *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, p35

³¹⁹ Segundo Pinho Leal, «vendo pessoas competentes, que o sítio era asado para construções navais em grande escala, e que estava em fácil comunicação com os operários da fábrica da Ribeira das Naus, que então estava estabelecida a E., para o lado da vila de Coima, fundaram-se aqui estabelecimentos, dependentes do arsenal da marinha, e pouco a pouco, os mestres e operários dele, aqui foram construindo casas de habitação» Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. IX, p78

³²⁰ Esperança Lopes Homem, *Análise Histórica da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada*, p4-5

³²¹ Segundo o *Portugal Antigo e Moderno*, na última década de oitocentos «Almada e os seus arrabaldes são muito produtivos e exporta para a capital continuamente cereais, vinho, frutas, etc., etc.», o Barreiro era «muito fértil em cereais, vinho (muito bom de embarque), frutas (principalmente figos), hortaliças, lenha, peixe e marisco», o terreno do Seixal, embora acidentado era «muito fértil em pão, vinho, fruta, hortaliças e legumes. O vinho destas terras é óptimo para exportação e a sua laranja é da melhor que vai para Inglaterra». Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. II, p132, vol. III, p339, Vol. IX, p77.

necessários, porque a população do Barreiro dedicava-se à exploração de sal, moagem, construção naval e pesca, não existindo mão-de-obra em abundância para os trabalhos agrícolas³²². No *Rol de Confessados da paróquia da Nossa Senhora do Sião* (Seixal), em 1861, são citados 57 jornaleiros a exercer actividade sazonal no território, os *caramelos* ou *malteses* que trabalhavam periodicamente e à jorna em muitas destas quintas, e que nesse ano correspondiam a 25% da mão-de-obra masculina³²³.

Muitos destes fixaram-se na região ainda antes do processo de industrialização³²⁴. A fixação de trabalhadores rurais sazonais no concelho de Almada antecede o I recenseamento censitário, no qual a freguesia da Caparica tem ainda um peso superior à do núcleo urbano. A Caparica atingiu no século XVIII³²⁵ o maior índice populacional do termo que foi diminuindo em meados de XIX, devido à moléstia do oídio que destruiu a maior parte das vinhas da região³²⁶.

A tradição migratória e progressiva fixação na região não envolvia apenas os trabalhadores rurais. Desde a medievalidade que nas margens Sul do Tejo e Norte do Sado se instalavam em palheiros dispersos junto às praias vastas comunidades de pescadores. A Confraria da Anunciada em Setúbal desde 1368 que testemunha a importância da congregação dos homens ligados às actividades marítimas naquele aglomerado³²⁷. Segundo Pinho Leal, «a maior parte dos habitantes de Sesimbra eram também pescadores e fazem grande comércio de peixe (quando há) não só com o reino mas até com Espanha»³²⁸, bem como os do Seixal, «pescadores do alto (de fora da barra)»³²⁹. Nos esteiros da margem Sul eram também abundantes as salinas, onde predominava igualmente o trabalho sazonal³³⁰.

³²² Rosalina Carmona, Barreiro: O lugar e a História, P136-137

³²³ *Rol de Confessados da paróquia da Nossa Senhora do Sião* entre 1851 e 1861, Manuel A. S. Lima, Amora: memórias e vivências d'outrora, p102-104

³²⁴ Maria Alfreda da Cruz, A margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do Espaço, p198 e seguintes

³²⁵ Após o terramoto de 1755, a população das freguesias do termo de Almada distribuía-se da seguinte forma: Santa Maria do Castelo de Almada 311 fogos e 1049 habitantes e Nossa Senhora do Monte da Caparica 1193 fogos e 4184 habitantes. A. Flores, Op. Cit., p35-36

³²⁶ Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p34 e seguintes

³²⁷ Esperança Lopes Homem – Análise Histórica da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, p4-5

³²⁸ Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. IX, p263

³²⁹ Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. IX, p77

³³⁰ Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, vol. II, p133

Segundo Graça Índias Cordeiro, correntes significativas do Algarve para Lisboa abrangiam gente de todas as classes sociais fossem elas rurais, marítimas ou urbanas. «À margem direita do gargalo do Tejo convergiam muitos marítimos, que mais tarde escolheram também a Caparica, Setúbal e Sines». Tais correntes foram precedidas de migrações sazonais que, ao permitirem ganhos complementares dos auferidos no Sotavento, retardaram muitas partidas permitindo a familiarização com os novos lugares e facilitando a fixação³³¹.

Por outro lado, desde cerca dos finais do terceiro decénio de Setecentos, grandes migrações de *pessoal do Norte* terão começado a surgir à beira-Tejo. «Eram *Ilhавos*, *Ovarinos* e *Murtoseiros*, cumulativamente designados por *Varinos*. De início sendo esta migração de tipo sazonal – na sação do sável chegavam os varinos, após tormentosas e prolongadas viagens (...) -, teria sido por volta de 1830 que os varinos se sedentarizaram em regiões de beira-rio, próximas de mercados. Os homens dedicavam-se à pesca e as mulheres à venda do peixe, embora esta divisão sexual do trabalho se atenuasse em tempos de crise pois todos recorriam às mais variadas ocupações, vendendo produtos pela rua (...)»³³².

O peso dos marítimos na composição social das freguesias quer da vertente Sul quer Norte da Península comprova que para além das famílias ligadas ao trabalho nos campos, estavam presentes os grupos domésticos ligados à faina no mar. Veremos que de ambos os grupos serão recrutados trabalhadores indiferenciados para trabalhar nas fábricas. De facto, com base nos registos de casamentos do recorte temporal de 1890-91 das freguesias onde se instalaram as principais unidades de produção é verificável a disponibilidade de mão-de-obra para o crescimento deste sector.

No concelho de Almada, e particularmente na freguesia do Monte da Caparica abundavam já os trabalhadores indiferenciados, assalariados na agricultura, ao passo que no núcleo urbano residiam uma série de artesãos e trabalhadores qualificados, entre os quais se destacavam os tanoeiros.

³³¹ Graça Índias Cordeiro, Um lugar na Cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica, 137-144

³³² Soares Micaela, O Trabalho e as tradições religiosas no distrito de Lisboa. Cit. por Graça Índias Cordeiro, Um lugar na Cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica, p145

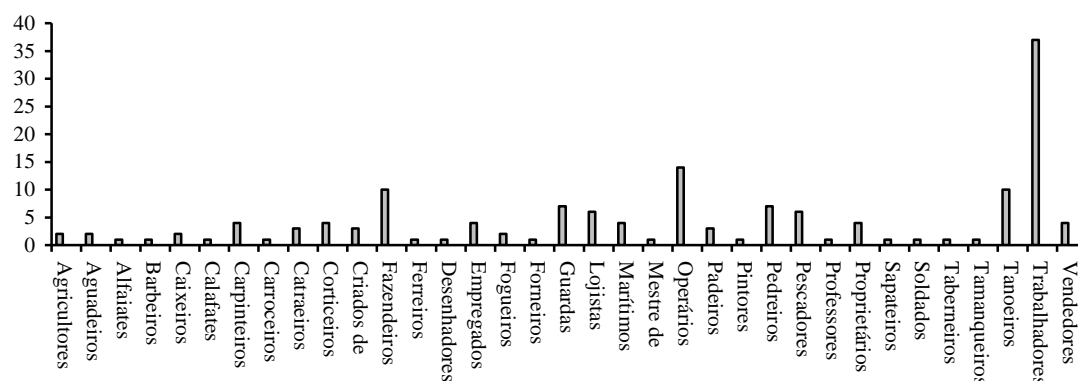


GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALMADA ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1890-1891

Nas freguesias do concelho do Seixal predominam os *jornaleiros* e os *trabalhadores*, resistindo uma menor percentagem de pequenos *proprietários* e *fazendeiros*. Paralelamente, variadas profissões artesanais pontuam na composição social destes aglomerados graças à tradição manufactureira secular que caracterizava a região.

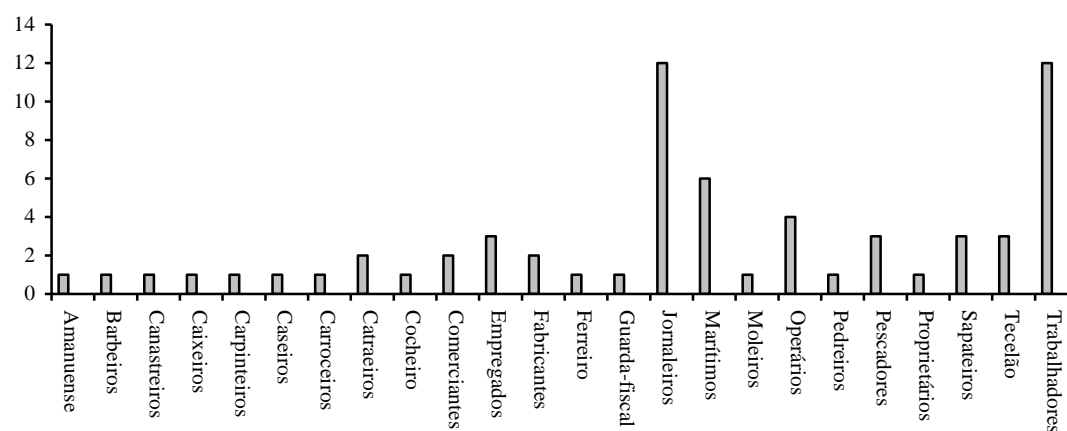


GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DO SEIXAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1890-1891

No Barreiro, os *marítimos* e os *trabalhadores* constituíam a maioria dos residentes. Neste povoado que se transformou num dos maiores complexos industriais do país, todavia, a mão-de-obra qualificada na indústria tradicional não foi suficiente para colmatar as necessidades do mercado de trabalho em expansão, pelo que como veremos, este será o destino de importantes fluxos migratórios de operários especializados.

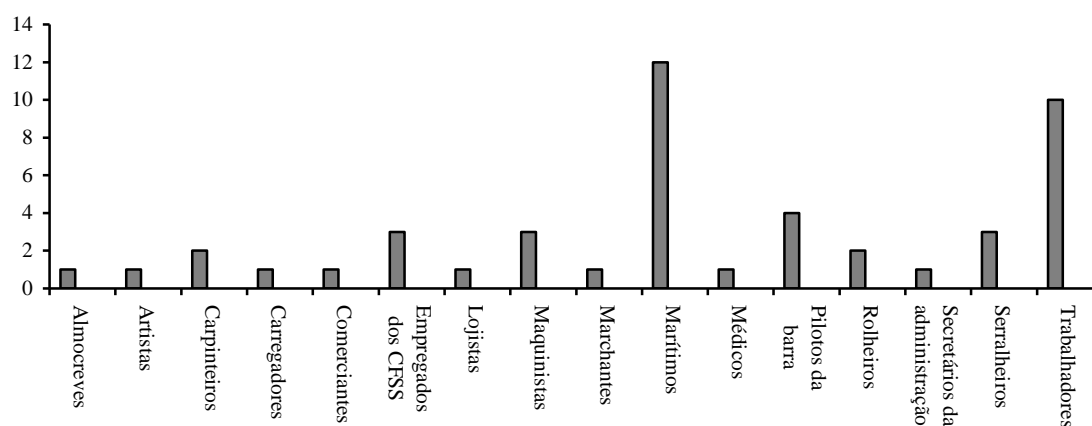


GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA FREGUESIA DO BARREIRO ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1890-1891

Finalmente nas freguesias periféricas da cidade de Setúbal, abundavam sobretudo os trabalhadores ligados à terra e ao mar. Serão os primeiros, mas sobretudo as mulheres dos segundos, que responderão às exigências de mão-de-obra indiferenciada da indústria conserveira. O trabalho qualificado, a cargo dos soldadores, será colmatado pelos conterrâneos experienciados nas indústrias tradicionais, mas também por migrantes de outros portos portugueses, sobretudo no Algarve, onde esta indústria se desenvolvia. As redes de ofício há muito construídas por este tipo de profissionais asseguravam a rápida deslocação dos mesmos.

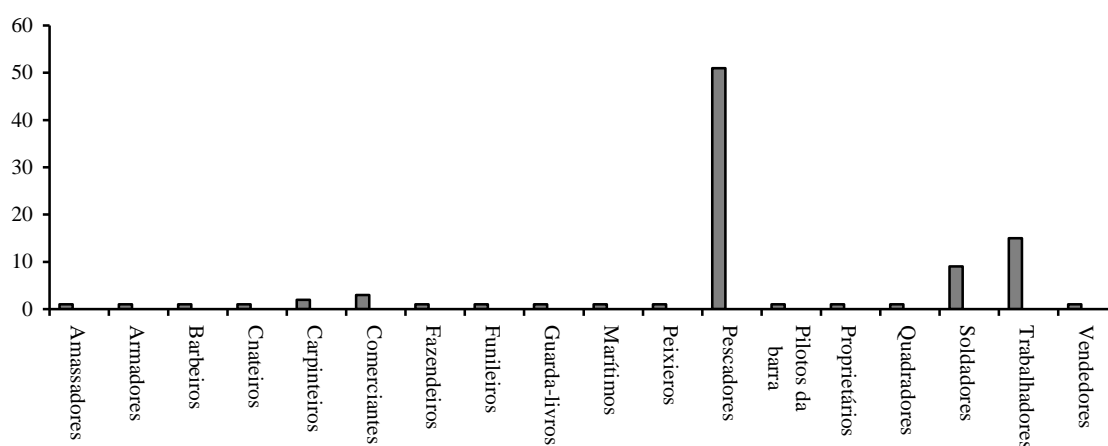


GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA EM SETÚBAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1890-1891

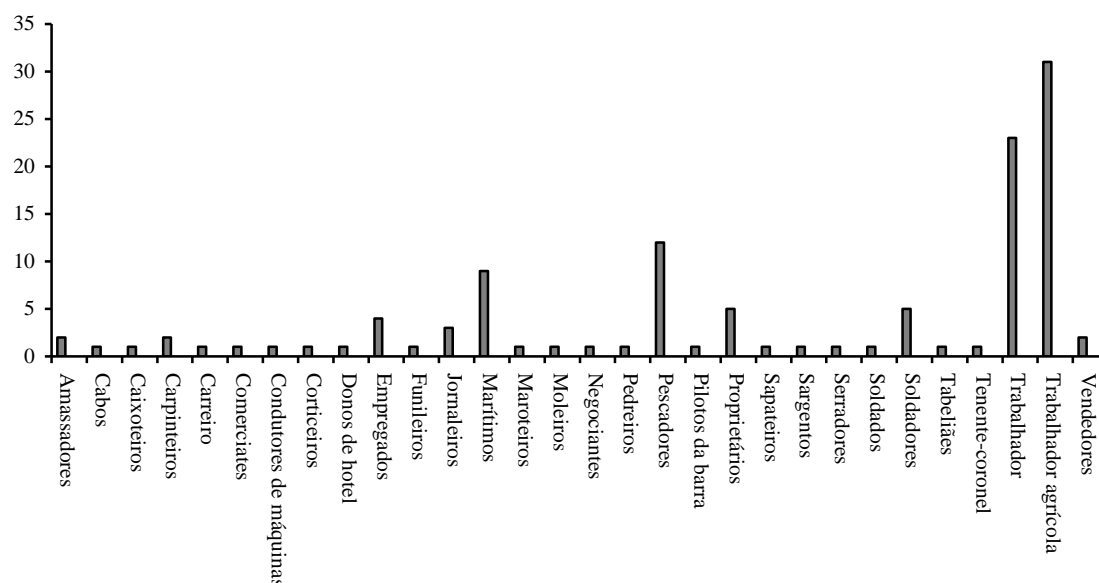


GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1897-1898

Em suma, na produção dos espaços industriais da Península de Setúbal, a disponibilidade de mão-de-obra teve um papel tão importante como a acção do Estado. A carta dirigida ao Dr. Pires de Lima (presidente da Câmara) por parte do grémio dos industriais de conservas de peixe quando o plano de urbanização da cidade estava a ser discutido em 1943 ilustra como a necessidade de mão-de-obra indiferenciada induzia a fixação de fábricas nos espaços onde se fixaram as famílias trabalhadoras. Defendiam os industriais que a localização das unidades de produção tinha «obedecido às disponibilidades de armazéns livres ou locais para a sua construção, mas do que não resta dúvidas é da conveniência que, para o recrutamento do seu pessoal, nomeadamente o feminino, os industriais tiram desse facto (...). Naqueles bairros, sem dúvida, vive a maioria da população de Setúbal na qual é possível recrutar pessoal feminino para as fábricas»³³³.

2.1.2.2 CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL

Nesta região, que se elegeu como caso de estudo para ilustrar a significância do factor territorial e espacial na formação da classe operária, desenvolveram-se complexos industriais com características distintas. O contraste mais evidente é naturalmente o que

³³³ Processo referente ao Plano de Urbanização de Setúbal de 1943. Arquivo Distrital de Setúbal.

distingue a cidade de Setúbal das vilas da *outra banda* de Lisboa. De facto, no primeiro caso trata-se de uma cidade mono-industrial, enquanto na margem Sul do Tejo os aglomerados urbanos não são mais do que o germe de uma cintura industrial. Entre estes últimos, distinguem-se também evoluções diferenciadas: o Barreiro torna-se o principal complexo industrial nacional, congregando o potentado da *Companhia da União Fabril*, as *Oficinas Gerais dos Caminhos-de-ferro*, e uma quantidade relevante de fábricas de cortiça de pequena a grande dimensão; no concelho de Almada forma-se um núcleo parcialmente isolado, a Cova da Piedade, onde se desenvolve uma heterogénea bolsa industrial constituída por tanoarias, corticeiras, conserveiras e uma grande fábrica de moagem; no Seixal desenvolvem-se distintos pequenos aglomerados em torno de unidades de produção de dimensões consideráveis, da *Fábrica de Lanifícios*, na Arrentela, da *Fábrica Garrafas*, na Amora, e posteriormente das grandes corticeiras *Mundet* e *Wincander*, na sede do concelho³³⁴.

Em todos estes casos de estudo, porém, para além da disponibilidade de mão-de-obra já ilustrada, estimulavam o investimento industrial a disponibilidade de vastas áreas de terreno a baixo preço e a possibilidade de usufruto das excelentes condições geográficas e estratégicas oferecidas pela região e pelas obras públicas. Neste caso, era também o Estado liberal, dando total liberdade e facilidades aos investidores na ocupação do solo, que actuava na produção do Espaço.

Em Almada, algumas das mais importantes unidades transformadoras têm origem em terrenos alugados para o simples depósito de cortiça, onde apenas se ferviam e preparavam as pranchas para embarque. A cortiça portuguesa há muito que atraía o capital estrangeiro. Desde o século XVIII que a casa *Bucknall* – que virá a gerir as principais unidades de produção locais – importava esta matéria-prima nacional. A partir de meados do século XIX vários comerciantes estrangeiros estabeleceram escritórios e armazéns em território nacional.

As antigas quintas do Alfeite, Penha, Romeira, Piedade, Outeiro, entre outras, terão sido escolhidas como entreposto devido à sua «excelente situação, com uma praia que se estendia para leste, e em frente estava o rio, com um cais para Norte, permitindo às fragatas do Tejo deixar lá a cortiça ou recolhê-la e transferi-la para qualquer navio

³³⁴ Maria Alfreda da Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo*, p289

que partisse para Glasgow ou Londres»³³⁵. As propriedades eram *esplêndidas*³³⁶ para as firmas estrangeiras que se dedicavam sobretudo a «cargas de géneros do seu comércio e respectivo embarque na praça de Lisboa para vários portos estrangeiros»³³⁷.

Muito embora a morfologia dos terrenos da baixa da Piedade, atravessados por numerosas valas e alagadiços não favorecesse a fixação das populações, o seu baixo custo e a aptidão geográfica funcional do ponto de vista estratégico, terá sido determinante para a fixação do mais importante bairro industrial de Almada. As unidades de produção corticeira não foram as únicas a concentrar-se neste pólo³³⁸. O sistema fabril alastrou igualmente aos sectores tradicionais, entre os quais se destaca a moagem e a tanoaria³³⁹.

Para além dos edifícios que albergavam as principais unidades de produção, proliferaram as pequenas oficinas e armazéns desordenadamente implantados entre as artérias que ligavam os antigos núcleos rurais. É o caso da rua Manuel Febrero, na

³³⁵ Depoimento de Carol Mason (Rankin) autora e trineta de William Rankin Sênior. Cit. por Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p324

³³⁶ Como Cunison Deans Rankin se refere à propriedade da companhia Bucknall & Sons em 1861-62. A sociedade inglesa estendia-se desde o moinho da Margueira até à azinhaga que separava a Margueira Velha da Margueira Nova e desde aí até à praia. Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p72

³³⁷ Processo de legalização da firma London Cork Wood Company, 1867-68. Cit. por Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p72

³³⁸ Entre as fábricas indicadas nos anuários comerciais situavam-se neste corredor – Fábrica de Cal Francisco Júnior (Margueira), Fábrica de Cal Viúva Ferreira (Mutela), Fábrica de Cal João Pereira Jerónimo (Mutela), Fábrica de Cal Manuel Francisco (Mutela), Fábrica de Refrigerantes A. F. Mota Limitada (Piedade), Sociedade de Conservas Carvalhão, Sousa Reis & Companhia (Mutela), Sociedade de Conservas Joaquim d’Azevedo Sant’Anna (Caramujo), Sociedade de Conservas Amizade Limitada (Mutela), Sociedade de Conservas Limitada *A Imparcial* (Mutela), Sociedade de Conservas Lisbonense, Limitada (Mutela), Sociedade Industrial Aliança (Caramujo), Fábrica de refrigerantes A. F. Mota Limitada (Piedade), Construção Naval Jayme Dore e Salema (Mutela), Construção Naval Manuel Caetano da Silva (Mutela), Construção Naval Rodrigues e Silva (Cova da Piedade), Serração Mecânica Limitada (Caramujo), Fábrica de Cimentos (Mutela). Anuários Comerciais de Portugal, entre 1895 e 1933.

³³⁹ A modernização é acompanhada da concentração territorial. As fábricas que instalaram máquinas a vapor no concelho de Almada entre 1828 e a década de 1880 situavam-se praticamente todas entre o Caramujo e o Olho-de-Boi. Os armazéns de Carvão, A Química (Margueira, 1828), a Pano de Feltro (Olho-de-Boi, 1838-40), a Serzedello & Companhia (Margueira, 1848), os Moinhos Reunidos (1865), a Tinturia e Tecidos Lisbonense (Olho-de-Boi, 1868), Docas Sampaio (Cacilhas, 1872), Dinamite (Trafaria, 1873), Hugo Parry (Ginjal, antes de 1881), Cerâmica (Palença, 1884), Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense (Olho de Boi, 1885, 1892, 1894), Trituração de Pedras Liberato Telles & Companhia (Lapa, Cacilhas, 1885), Companhia Fábrica de Dinamite (Torrão, 1886), Moagem da Viúva José Gomes (Caramujo, 1888, 1896, 1898), Docas A. J. Sampaio (Lapa, Cacilhas, 1888, 1896), Cerâmica Silvas & Felgueiros (Palença de Baixo, 1888), Cerâmica de Henrique Maria Cardoso (Porto Brandão, 1888), Fábrica de Conservas Camile Ogerau (Trafaria, 1888), Fábrica de lãs Souza Lara & C.^a (Ginjal, 1888); Fábrica de Britar Pedra Liberato Teles de Liberato Pinto (Cacilhas, 1888). Jorge Custodio, Op. Cit., p138 e Alexandre Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p49

Mutela, *antiga via inter-municipal*, que ligava a zona baixa da Piedade ao alto de Almada, ladeada de habitações que recuam à época pombalina³⁴⁰. Nas traseiras das habitações oitocentistas multiplicam-se as fábricas e fabricos. Em muitos dos seus rés-de-chão funcionavam oficinas artesanais, como o *vão de escada* onde trabalhou o sapateiro e famoso anarquista Bartolomeu Constantino entre 1903 e 1912.

A vila *velha* de Almada apresentava características muito diversas do bairro da Piedade. Não albergavam grandes unidades de produção, apenas pequenas oficinas de correeiros, ferreiros, relojoeiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros³⁴¹. Para além dos antigos artesãos trabalhavam à máquina dias de 14 horas «em casa e nos *ateliers*», «as pobres costureiras (...)»³⁴²

A sua frente ribeirinha, todavia, foi também ocupada por um expressivo tecido industrial. Desde os estaleiros de construção naval – as Docas do Sampaio e depois Parry & Son – junto ao cais de embarque em Cacilhas até ao Olho-de-Boi estendiam-se armazéns, fábricas e oficinas cuja fundação recuava ao século XVII. Como já foi referido, o cais do Ginjal vocacionara-se para a armazenagem de alimentos, particularmente o vinho, o azeite e o vinagre. Subsidiariamente tinham surgido várias tanoarias e uma latoaria³⁴³. Nas décadas seguintes continuaram a ser as indústrias ligadas à conservação de alimentos a conferir dinamismo a este complexo – Fábricas de conservas, refrigerantes, gelo, armazéns de vinho e azeite³⁴⁴.

³⁴⁰ Planta de 1847 publicada pela Câmara Municipal de Almada, Estudos dos núcleos históricos de Almada: Rua Manuel Febrero – Cova da Piedade

³⁴¹ Anuários Comerciais de Portugal entre 1895 e 1933

³⁴² «Um grande flagelo», *O Almadense*, 9 de Março de 1930, p1

³⁴³ Elisabete Gonçalves, Memórias do Ginjal, p11 e seguintes. Segundo *O Corticeiro*, «Outrora, era esta [a tanoaria], sem dúvida, uma das mais ricas deste concelho. Importantes oficinas enchiam toda a margem do Tejo; uma multidão de operários, animavam os antigos armazéns, aonde importantes rimas de madeira de madeira de carvalho indicavam a vida e a abundância de trabalho. Hoje [1900] tudo está deserto (...) apenas restam algumas pequenas oficinas». MISCATOPHE, «A Indústria Tanoeira em Almada», *O Corticeiro*, 7 de Janeiro de 1900, p4. No entanto em 1910, o *Correio do Sul* afirmava que «É sem dúvida a classe tanoeira uma das mais importantes do concelho de Almada, onde em diversas oficinas trabalham dezenas de operários. O *Correio do Sul*: folha anti-clerical e defensora dos interesses do Concelho de Almada, 30-10-1910, p2. O inquérito Industrial de 1890 dá conta de 15 tanoarias, nas quais trabalhavam 118 operários. A partir do inquérito de 1917, os tanoeiros integram a rubrica Indústria da Madeira e do Mobiliário. No Registo do trabalho Nacional de 1930 esta contava com 130 operários em Almada – Tendo em consideração as restantes actividades incluídas na rubrica e o tecido produtivo Almadense, os tanoeiros seriam a profissão mais expressiva neste grupo.

³⁴⁴ Entre as fábricas indicadas nos anuários comerciais situavam-se neste corredor – o Estaleiro H. Parry & Son, Limitada (Cacilhas), A Fábrica de Fiação e Tecidos Lisbonense (Olho-de-Boi), a Fábrica de Cal Manuel Francisco Júnior (Ginjal), A Fábrica de Cortiça Symington (Cacilhas), Armazéns de Azeite Carvalho Ribeiro & Ferreira (Ginjal), Armazéns de Azeite Theotónio Pereira e C.^a (Ginjal), Sociedade de

O inquérito de 1890 permite verificar que, até à data, os sectores tradicionais são os responsáveis por boa parte do desenvolvimento industrial do concelho. Entre as produções empregando o maior número de operários destaca-se a produção de carvão vegetal, a cerâmica, a tanoaria e a moagem. As quatro fábricas e o fabrico de cortiça que responderam ao inquérito empregavam apenas 241 operários, número certamente inferior à realidade, como demonstra Alexandre Flores, mas que mostra o seu peso relativo face às indústrias tradicionais, que no seu conjunto empregavam mais de um milhar de operários. No que respeita à modernização, o sector corticeiro está igualmente longe de ter um papel pioneiro³⁴⁵.

Ao longo das décadas seguintes, contudo, o *boom corticeiro*, favoreceu o processo de concentração em curso, estando na base da formação da mais importante comunidade operária do concelho – na Cova da Piedade³⁴⁶. Proliferaram múltiplas unidades de dimensão grande, média e pequena, beneficiando do facto de ser possível produzir vários produtos a partir da cortiça artesanalmente ou recorrendo a maquinaria rudimentar. Propagaram-se particularmente as unidades satélites, designadas de *fabricos*, subsidiárias das principais empresas³⁴⁷.

Exportação de Vinho Bento José Pereira & Companhia (Ginjal), Sociedade de Exportação de Vinho Carvalho Ferreira & Ribeiro (Ginjal), Sociedade de Exportação de Vinho João Teotónio Pereira & C.^a (Ginjal), Sociedade Vinicola do Sul de Portugal (Ginjal), Sociedade de Conservas Ginjal (Ginjal), Sociedade Mercantil Luso-Brasileira (Ginjal), Sociedade de Conservas Tavares, Negrão, Lima, Limitada (Cacilhas), Sociedade de Conservas Tavares, Negrão, Ribeiro & C.^a (Cacilhas), Fábrica de Gelo (Ginjal), Fábrica de refrigerantes Carvalho Serra Limitada (Cacilhas), Fábrica de refrigerantes Artur e C.^a (Cacilhas), Fábrica de refrigerantes José Pinto Gonçalves (Cacilhas), Fábrica de Selos de Chumbo (Cacilhas) Sociedade de Conservas Carvalhão Serra, Limitada (Cacilhas), Fábrica de Gelo Companhia Portuguesa de Pescas (Olho-de-Boi), Serração Fernandes & Luz Limitada (Ginjal). Anuários Comerciais de Portugal, 1895-1933

³⁴⁵ Mesmo tendo em consideração a parcialidade dos dados, mais uma vez expressão da proporção face às outras indústrias, cujas informações são igualmente incompletas. Segundo o inquérito, era utilizada apenas uma máquina a vapor com a força de 5 cavalos na Rankin, ao passo que na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses se empregavam 30 e na de moagem 200 cavalos. No que se refere às *máquinas e aparelhos* accionados ou não por estas máquinas a vapor, eram apenas prensas na Vilarinho e Sobrinho e na Rankin, ao passo que na moagem se utilizavam 104 mós, na cerâmica 5 alambiques, dois fornos, um lamidor, cinco prensas e um triturador. Inquérito Industrial de 1890, p7, 222 e 231

³⁴⁶ Segundo o autor, além das unidades corticeiras Bucknall and Sons (Margueira), C.^a Londres e Lisboa (Caramujo), Rankin & Sons (Outeiro), Vilarinho e Sobrinho (Caramujo) e José Thomaz Calado (Cacilhas), laboravam no último decénio do século XIX em Almada a Sociedade Anónima Armstrong – Cork de France (Margueira), António Vicente Padrão Junior, Sucessores (Caramujo), Hilário Rodriguez (Caramujo), Thomazinho, Joaquim José Correia (Caramujo), Salvador Antão, Alexandre Symington & C.^a (Rua das Telhas, Cacilhas), Manuel Antão Júnior (Ponte do Caramujo) e José Alves da Silva (Mutela). A. Flores, Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, p77-78

³⁴⁷ Câmara Municipal de Almada, Estudo dos núcleos históricos de Almada: Caramujo e Romeira, p19

Em 1910, no Anuário Comercial de Portugal, descrevia-se assim a «Vila situada em frente da capital»: «É abundante em vinhos de pasto e frutas. Na vila e freguesia, e mesmo em todo o concelho de Almada, há fábricas de cortiça, moagem, fiação e tecidos, produtos químicos, cerâmica, óleos, asfalto, guano, dinamite, conservas e muitas tanoarias; enfim, é um concelho industrial o mais possível»³⁴⁸.

No concelho limítrofe, o Seixal, a instalação de grandes unidades de produção recua a meados do século XIX. Em 1861 é erigida a designada *Companhia dos Lanifícios da Arrentela*, à data a maior oficina construída em alvenaria e ferro do país, com a sua chaminé de oitenta metros dominando o pequeno aglomerado³⁴⁹.

Na mesma época instalavam-se outras fábricas sobre as quais há pouca informação, uma vez que estes mesmos terrenos foram reocupados pelas mais importantes empresas locais. É sabido que a *Mundet* ocupou o que havia sido primeiro uma Fábrica de produtos químicos, fundada em 1860 e depois uma fábrica de sabão (1867-1904) e a *Wincander* uma fábrica de curtumes, que havia sido de sola anteriormente³⁵⁰. A *Mundet* da Amora aproveitou edifícios que albergaram uma fábrica de descasque de arroz a vapor, desde 1862, e posteriormente uma fábrica de conservas de sardinhas, com cais privativo³⁵¹.

Em 1888 os quatro sócios da *Fábrica de Vidros da Amora* – James Gilman, Justino Guedes, José Gomes e William Gilman – escolhem a Quinta das Lobatas, um amplo espaço Ribeirinho com 33.000 metros quadrados para a sua instalação. A fábrica entra em laboração com um pequeno forno aquecido a fogo directo, substituído por um forno contínuo com 14 bocas, a gás, que não parava dia e noite e onde os operários trabalhavam por turnos sucessivos de oito horas, produzindo diariamente 90 toneladas de vidro. Dois anos depois a empresa foi remodelada passando a designar-se *Companhia de Vidros de Amora, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada*, com escritórios em Lisboa. Nesta data, foi ainda construído um bairro para os operários especializados alemães, escola para os seus filhos e um clube recreativo.

³⁴⁸ Anuário Comercial de Portugal de 1910, p1643

³⁴⁹ «...Pelas freguesias», *Ecomuseu Informação*, n.º 26 (2003) p13

³⁵⁰ Manuel de Oliveira Rebelo, *Retalhos da Minha Terra: monografia do Concelho do Seixal*, p83

³⁵¹ Manuel A. S. Lima, *Amora: memórias e vivências d'outrora*, p138-205

Em 1904 foi instalada uma nova unidade de produção de vidro, que em conjunto com a primeira produziu em 1907 um total de dez milhões de garrafas e de cem mil garrafões, atingindo no ano seguinte uma produção suficiente para abastecer toda a indústria vinícola portuguesa. Já nesta altura, as duas fábricas eram servidas por linhas de caminhos-de-ferro, onde circulavam vagonetes com matérias-primas e produtos finais. Como portas de saída a fábrica tinha os seus dois cais privativos³⁵².

No início do século XX começam a instalar-se armazéns e secas de bacalhau na Ponta dos Corvos e em 1910 a *Companhia Lisbonense* ergue uma unidade industrial de preparação e secagem do bacalhau designada por *Sociedade Lisbonense de Pesca do Bacalhau*. A *Companhia Bensaúde*, que desde o último quartel do século XIX armava embarcações para a Terra Nova, procurou na mesma zona terrenos mais propícios a uma boa secagem ao ar livre. Embora continuasse a recrutar mão-de-obra açoriana, a *Parceria Geral das Pescarias* adquiriu terrenos na Azinheira (Barreiro) para as suas instalações e edificou armazéns na Ponta dos Corvos em 1914. A *Companhia de Pesca Atlântica*, com sede em Lisboa, escolheu igualmente a Restinga do Alfeite, na Ponta dos Corvos para instalar os seus armazéns³⁵³.

A sucursal portuguesa da firma catalã *Mundet*, fundada no Seixal em 1905, ocupa até aos anos trinta uma área de 20.000 metros quadrados³⁵⁴, concentrando as várias operações de transformação da cortiça, durante as primeiras décadas de existência da fábrica, na então denominada *Oficina Grande*. O desenvolvimento da produção induzirá o progressivo alargamento das instalações assim como a instalação de uma nova fábrica na Amora em 1917³⁵⁵.

Não obstante o franco desenvolvimento industrial de Almada e do Seixal, foi o complexo do Barreiro, beneficiando das facilidades de transporte oferecidas pela articulação entre a linha de Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e a via fluvial, que registou o mais impressionante processo de transformação. Foi desde logo ocupado por grandes empresas corticeiras, na sua maioria de capital estrangeiro, que se apropriaram das melhores áreas de acostagem, erguendo fábricas e construindo cais particulares,

³⁵² Manuel A. S. Lima, Amora: memórias e vivências d'outrora, p138-205

³⁵³ Fátima Veríssimo, «A Ponta dos Corvos e as Secas de Bacalhau», *Carta do Património do Seixal*, n.º 50 (2009) p16

³⁵⁴ Fátima Afonso, «O sítio industrial da Mundet (Seixal)», *Ecomuseu Informação*, n.º 46 (2006) p15

³⁵⁵ Ecomuseu, Quem diz cortiça, diz Mundet, p28-49

através de vantajosos acordos com as autoridades locais³⁵⁶. A implantação de grandes empresas induziu uma dinâmica de desenvolvimento imparável - as quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves rurais e piscatórios foram loteados para a implantação de mais unidades de produção.

Em Setembro de 1907 Alfredo da Silva iniciou a construção do que viria a ser «uma das mais poderosas unidades fabris do país (...) das mais aperfeiçoadas e nas condições mais vantajosas de produção da Europa, para as diversas espécies de adubos e produtos químicos»³⁵⁷. A *Companhia União Fabril* (CUF), um dos maiores monopólios industriais nacionais, adquiriu os terrenos a nascente do Barreiro, expandindo incessantemente o seu império, que incluiu um cais, um ramal e uma estação de comboios privados³⁵⁸.

Em 1910, a freguesia do Barreiro albergava a fábrica de Adubos e Óleos da *Companhia União Fabril*, a Companhia geral de pescarias especializada na seca do Bacalhau, quatro estaleiros de construção naval, quatro grandes fábricas de cortiça, entre estas três de capital estrangeiro - *Dundas, Wilborg & C.^a* e *O. Herold & C.^a* *Lopes & C.^a* – uma fábrica de descasque de arroz, a Nova Companhia Nacional de Moagens e uma Serração de madeira. Para além das fábricas proliferavam os fabricos – nome que se davam a pequenas unidades de produção que trabalhavam de subempreitada para as grandes fábricas estrangeiras³⁵⁹.

Em 1920, a *CUF* diversificara já a sua produção com Ácido Clorídrico e Sulfúrico, incluindo no seu complexo ainda armazéns e depósitos de azeite. Registava-

³⁵⁶ Em finais do século XIX, a quinta de Braancamp, com ponte e cais no sítio do Mexilhoeiro, onde acostavam os vapores da Companhia Lisbonense de Navegação para a capital, pertencia à Cork Company com sede em Londres. Em 1902 a Sociedade Nacional de Cortiça fez um acordo com a Câmara Municipal do Barreiro no sentido de construir uma muralha até à ponta do Mexilhoeiro e um muro velando pela sua conservação em troca dos respectivos terrenos. A companhia União Fabril instalou-se e expandiu-se através da aquisição de terrenos camarários em troca de acordos com a Câmara Municipal, entre os quais o de arranjar a estrada a Maceda. Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p50-58

³⁵⁷ Relatório do Conselho de Administração da CUF em 1908 cit. por Armando da Silva Pais, *Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho*, p293

³⁵⁸ Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p50-58

³⁵⁹ «Adubos e Óleos. – Agência da Companhia União Fabril (...) Bacalhau. – Companhia geral de pescarias. Seca do Bacalhau (...) Construções navais e estaleiros (Fábricas de). – José Guilherme Bravo. José Ligorns. José Maria Rezende. José Marinho (...) Cortiça (Fábricas de). – Companhia Nacional de Cortiças. Dundas, Wilborg & C.^a. O. Herold & C.^a. Lopes & C.^a (...) Descasca de arroz (Fábrica de). – Joaquim do Rosário Costa Herdeiros (...) Moagens e Massas (Fábrica de). – Nova Companhia Nacional de Moagens (...) Serração de madeira (Fábrica de). – Companhia de fabrico do moinho grande de Orey, Antunes & C.^a (...)». *Anuário Comercial de Portugal*, 1910, p1714-1715

se ainda uma instalação de Acetylene em nome de José Mariano de Miranda. Continuava a existir uma fábrica de moagens – a *Fábrica da Verderena* – e a *Parceria Geral de Pescas*. Existiam quatro cordoarias e duas serrações. Para além das grandes fábricas de cortiça – a *Sociedade Nacional de Cortiças* e a *Herold*, estavam registados na rubrica *Cortiça (fábricas de)* vários empresários em nome individual. Às principais unidades de produção juntavam-se inúmeras oficinas de alfaiataria, caldeireiraria, chapelaria, ourivesaria, relojoaria, solas e cabedais e sapataria. Estavam ainda registados ferradores e ferreiros latoeiros, mestres-de-obras, modistas e pintores. Devido ao seu carácter de entreposto comercial, o Barreiro albergava também armazéns e depósitos de águas minerais, azeite, batatas, cereais, farinhas, louças, madeiras, tabacos e vidros³⁶⁰.

Desta forma, o que em meados do século XIX era um pequeno aglomerado piscatório rodeado e interceptado por quintas, tornou-se num denso tecido urbano delimitado pelo grande complexo fabril da CUF a poente (com 1.000.000 metros quadrados e 25 quilómetros de linha férrea privativa³⁶¹) e pela linha férrea, sua estação e oficinas a nascente (num total de 6460 m²³⁶²). Na sua orla ribeirinha imperavam as empresas corticeiras, na sua maioria de capital estrangeiro e variados armazéns³⁶³.

No mesmo período esboçam-se as primeiras tentativas de desenvolver a indústria das conservas na cidade de Setúbal, muito embora seja apenas com a chegada dos franceses, nos anos oitenta, que o aglomerado se vocaciona definitivamente para a actividade mono-industrial. Em 1882 as exportações de conservas do Porto de Setúbal ultrapassavam já as de sal. A indústria conserveira elegeu a beira-rio, mas foi obrigada a expandir-se para o interior e arrabaldes no seu período de maior expansão, induzindo a promiscuidade entre fábricas, armazéns, habitação e comércio numa parte da cidade³⁶⁴.

O desenvolvimento da indústria conserveira tem efeitos indutores noutros sectores de produção subsidiários – a latoaria, a caixotaria ou a litografia³⁶⁵. As

³⁶⁰ Anuário Comercial de Portugal em 1920, p2284-2287

³⁶¹ Primeiro levantamento da região à escala 1:2000, 1942. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

³⁶² Armando da Silva Pais - Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho, p188

³⁶³ Para além da Companhia Nacional de Cortiças (Rua Miguel Pais), nos finais do século XIX, as principais fábricas de cortiça eram a Victor Garrelon (Rua Miguel Pais), de um industrial francês, a Herold & C.^a, alemã (sítio da Recosta), a Bensaúde & C.^a, (onde mais tarde se fundou a CUF) e a Dundas & C.^a Lda (junto ao «Largo das Obras»). Armando da Silva Pais - Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho, p249

³⁶⁴ Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, p7-26

³⁶⁵ Carlos Vieira Faria, História Urbana de Setúbal: Olhar o Passado, p60

conservas atingiram o seu auge nos finais dos anos vinte, quando se situavam em Setúbal 130 fábricas, que contribuíram para a exportação nacional de conservas em 42%³⁶⁶. O carácter mono-industrial de Setúbal não se alterará durante todo o período estudado, não obstante a decadência da indústria e a instalação em 1925 da fábrica de cimento *Cecil* e em 1926 da *Saptec* nas suas imediações³⁶⁷.

Para além das grandes fábricas, proliferaram, à semelhança do que sucedeu no sector corticeiro, os pequenos fabricos. Joaquina Soares, analisando os projectos de construção da freguesia de São Sebastião entre o final do século XIX e a primeira década de XX, encontrou vinte e quatro pedidos de licença para a construção de barracões não especificados, que deveriam corresponder à proliferação de unidade fabris improvisadas, bem como alterações a projectos de dez fábricas de conservas pré-existentes e de quatro litografias³⁶⁸. Segundo o *Correio do Sado*, em 1916, já Setúbal estava «cintada, pode dizer-se, por uma muralha, que tende ainda a aumentar, de estabelecimentos fabris, exclusivamente entregues à transformação do peixe em conserva alimentícia»³⁶⁹.

2.1.2.3 A EMERGÊNCIA DA FÁBRICA E A NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TRABALHO

Como é possível verificar, em finais de oitocentos, um novo padrão de ocupação territorial - a concentração - começa a transformar a paisagem local no seu conjunto. Por outro lado, verifica-se o aumento da escala das unidades de produção. Mais do que a inovação tecnológica é o progressivo aumento do número de trabalhadores empregues em cada estabelecimento industrial que atesta a modernização do sector secundário. O desenvolvimento industrial não substituiu o trabalho artesanal realizado em pequenas unidades de produção mas a emergência da *fábrica* foi uma importante inovação registada neste período.

Os primeiros inquéritos industriais (1881-1890), com todas as insuficiências já amplamente relevadas, demonstram como, a partir deste período, os complexos em

³⁶⁶ Câmara Municipal de Setúbal, Anos vinte em Setúbal, p10

³⁶⁷ Câmara Municipal de Setúbal, Estuário do Sado: tesouro da região de Setúbal, p47

³⁶⁸ Joaquina Soares, Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920-1930, p127

³⁶⁹ «Terra Nossa», *Correio do Sado*, 14 de Maio de 1916, p1

análise articulam inúmeras unidades de carácter oficial e artesanal com fábricas de maior dimensão.³⁷⁰ O *Censo Operário de 1917* comprova que a emergência de uma nova organização espacial do trabalho estava em curso, marcada pela concentração sectorial e em unidades de produção de maior dimensão.

À data, a transformação da cortiça é já a mais importante actividade em Almada, empregando 1093 operários, seguida das indústrias alimentares (conservas e moagens), nas quais trabalhavam 688 – 79,4% de toda a mão-de-obra industrial³⁷¹. No Seixal, o censo operário de 1917 revela igualmente elevados níveis de concentração na indústria corticeira, 603 operários em três unidades de produção, bem como nas indústrias indústria vidreira, 627 numa unidade de produção e 577 em duas têxteis. A partir da mesma fonte é possível verificar também o grau de concentração do operariado barreirense - 617 corticeiros trabalhavam em quinze estabelecimentos e a *CUF* empregava já 1200 pessoas³⁷² - e Setubalense - agrupando no sector conserveiro 4297 dos 5595 operários recenseados no concelho³⁷³.

³⁷⁰ Em Almada, a pequena indústria era absolutamente dominante, mas excepcionavam-se já os casos da *Rankin & Sons* com 150 operários e a *Fábrica de Moagens da Viúva de Manuel José Joaquim Gomes* com 330 operários. É de sublinhar, contudo, que estão omissas do inquérito importantes unidades como a *Bucknalls & Sons*, uma das maiores fábricas de cortiça do complexo. Inquérito Industrial de 1890, p7-9. No que se refere ao concelho do Seixal, os inquéritos permitem aferir que nos finais de oitocentos o grau de concentração operária na indústria era baixo, exceptuando-se a *Fábrica de vidros da Amora* que dizia empregar 89 operários e 44 aprendizes. Inquérito Industrial de 1890, p45. Em 1904 a *Companhia das Fábricas de Garrafas da Amora* empregava já mais de 700 pessoas, onde se incluíam garrafeiros (na sua maioria portugueses), ajudantes, forneiros e também empalhadeiras, que numa secção própria protegiam o vasilhame com revestimento de vimes. Manuel A. S. Lima, *Amora: memórias e vivências d'outrora*, p138. Na *Companhia de Lanifícios da Arrentela*, omissa dos inquéritos, em 1878 trabalhavam já 226 homens, 215 mulheres e 67 crianças. Câmara Municipal do Seixal, *Seixal: Ecomuseu*, p26. As primeiras inquirições ao tecido industrial do Barreiro são particularmente incompletas. Segundo as mesmas, os CFSS empregavam 127 operários e 10 aprendizes. De resto são referenciadas apenas unidades de produção que empregavam menos de meia centena de trabalhadores. Refere a existência de três fábricas de cal empregando uma média de 33 operários por dia; duas cordoarias, empregando 6 operários e 4 aprendizes; duas fábricas corticeiras empregado um total de 68 operários; e pequenas indústrias de massas empregando 3 operários e 3 aprendizes, de carruagens empregando apenas um operário, de moagens empregando 4, uma padaria empregando 2 e uma serralharia empregando 5 operários e um aprendiz. Inquérito Industrial de 1890, p10-11. O mesmo sucede face à cidade de Setúbal, revelando-se apenas o peso relativo da indústria conserveira no tecido produtivo setubalense, onde predominava ainda a pequena indústria, mas onde existiam já fábricas que empregavam mais de cinquenta operários e uma de cortiça empregando 90. Inquérito Industrial de 1890, p45-47

³⁷¹ 1093 operários trabalham em 26 unidades corticeiras e 688 em 11 fábricas de conservas. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 16 (1926), p16-17

³⁷² Segundo o inquérito industrial de 1917 estavam empregues no Barreiro na rubrica II – Indústria das pedras – 23 pessoas; no III – Indústrias metalúrgicas - 8; no sector VI – Indústrias Químicas - 8; no VII – Indústrias da Alimentação - 57; no XIV – Indústrias da Madeira e do Mobiliário [inclui cortiça] - 617; no VI-IX – Química e têxtil [CUF] - 1200; no XXI – Indústrias especiais e pequenas indústrias - 245; no XXIII – Indústrias dos transportes terrestres [CFSS] - 2212; no XXIV – Indústria da pesca e do Sal - 2500; no II - XIV – Indústria das pedras e Madeira e Mobiliário - 16; no III-XIV - Indústrias metalúrgicas

Estes censos, todavia, ignoram a maioria do proletariado fabril, constituído por trabalhadores adventícios, na sua maioria mulheres. Segundo o relatório anual da 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria, em 1905, na indústria conserveira «a maior parte do pessoal é constituído por mulheres (...). Não podemos para o conjunto da população fabril feminina, em Setúbal, fazer a soma dos números de mulheres, que podem ser admitidas em todas as fábricas, porque estas não trabalham ao mesmo tempo, e quando não há serviço numa vão procurá-lo noutra. Esta população flutuante tem ali sido avaliada em 1500 pessoas!»³⁷⁴. Quando em 1920 as fábricas eram 130, o pessoal que nelas trabalhava rondava os 10.000 indivíduos, entre homens, mulheres e rapazes, a que acresciam os 3800 pescadores que as forneciam de pescado³⁷⁵.

Não contabilizando o trabalho feminino, os inquéritos e censos operários fornecem uma visão completamente truncada do trabalho industrial em Portugal durante o período em análise. Neste sentido foram utilizadas outras fontes para avaliar o peso da grande indústria na região. Infelizmente nenhuma fonte oferece dados rigorosos mas permite aprofundar o estado actual do conhecimento.

O recenseamento geral da população em 1930 fornece dados imprescindíveis para estimar o peso da mão-de-obra feminina no sector industrial. Em Almada, no final do período em análise, as mulheres eram metade dos corticeiros, mas também da mão-de-obra empregue em sectores como a construção civil, os transportes marítimos e fluviais e até a metalurgia. No Barreiro eram tantas as mulheres como os homens a trabalhar na cortiça, bem como na indústria de produtos químicos e análogos (na CUF), e até nos caminhos-de-ferro. No Seixal contavam-se mais corticeiras que corticeiros. Em Setúbal, elas eram quase metade dos trabalhadores agregados na rubrica *Pesca e Caça* e mais de metade dos inscritos nas Indústrias relativas ao fabrico de géneros alimentícios. Pesavam também entre os operários da metalurgia, do vestuário e calçado e da construção civil. É possível concluir, que contabilizando esta fracção do

e da Madeira e Mobiliário - 165; no III-XVI - 53; no III-XXI - Indústrias metalúrgicas e Indústrias especiais e pequenas indústrias - 170; e no VIII-XIV – Indústrias da construção e Madeira e Mobiliário - 13.

³⁷³ 1506 homens, 415 menores do sexo masculino e 99 mestres, 2509 mulheres, 310 raparigas e 2 mestras, 86 empregados de escritório

³⁷⁴ Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p131

³⁷⁵ Guilherme Faria, Setúbal e a Indústria de Conservas (1950), p29

operariado, os níveis de concentração industrial seriam substancialmente superiores aos revelados nos inquéritos.

Por outro lado, seguindo a sugestão de Brunet, que considera que a concentração territorial de unidades de produção de pequena a média dimensão não difere substancialmente de uma grande fábrica, onde os operários estão também divididos por sectores, importa analisar a concentração sectorial³⁷⁶ e verificar como na região em análise esta atingia níveis muito significativos. Em 1930, em Almada eram 1520 os trabalhadores na construção civil, 2227 os corticeiros e 1045 os que trabalhavam nos transportes marítimos e fluviais. No Barreiro eram 2111 os trabalhadores inscritos na rubrica Indústria de produtos químicos e análogos, na CUF, 1738 na cortiça e 3800 nos transportes de caminhos-de-ferro. No Seixal trabalhavam 2385 pessoas na indústria corticeira. Em Setúbal trabalhavam na Pesca 15544 pessoas, sector interligado com a produção de conservas de peixe, na qual trabalhavam 5871³⁷⁷.

A partir dos *Anuários Comerciais de Portugal* foi possível verificar igualmente que a concentração e a dimensão das unidades de produção tende a aumentar nos aglomerados urbanos em análise. Nestes documentos oficiais, entre 1896 e 1930, são registados sob a designação *Fábrica*, um número crescente de estabelecimentos. As grandes fábricas, todavia, não substituíram as pequenas oficinas oitocentistas, antes potenciaram a sua proliferação, uma vez que o mesmo sucede no que respeita às segundas.

QUADRO 1 – ARTESÃOS, OFICINAS E FÁBRICAS REGISTADAS NOS ANUÁRIOS COMERCIAIS DE PORTUGAL

ALMADA									
Artesãos ou oficinas	1900	1910	1920	1930	Fábricas	1900	1910	1920	1930
Correeiro		1	2	1	Cal		3	3	3
Encadernador		1	1	1	Carros		3	3	
Solas de Cabedais		1	1	2	Conservas		1	5	7
Tanoarias		4	4	4	Construções Navais		1	1	2
Alfaiates				4	Cortiça		6	4	7
Carpintarias				1	Fiação e Tecidos		1	1	
Sapatarias				6	Graxa		1	1	
Mestres-de-obras		8	7	5	Moagens		1	1	1
					Pólvora		1	2	2

³⁷⁶ Jean Paul Brunet, *Une Banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p1447

³⁷⁷ Direcção-geral de estatística, *Censo da População de Portugal Dezembro de 1930: população de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, vol. III, p566-588

					Refrigerantes		1	2	2
					Selos de Chumbo		1	1	
					Crems e pomadas				2
					Gelo				1
					Junta autónoma das obras do novo arsenal do Alfeite				1
SEIXAL									
Artesãos ou oficinas	1900	1910	1920	1930	Fábricas	1900	1910	1920	1930
Alfaiates	3	1	2	3	Arroz (descasque de)		2	1	1
Carpinteiros	7	6	6	7	Bacalhau (Seca e preparação)		4	4	4
Carros	3	2	1	3	Conservas			2	1
Correeiros	2	2	1	2	Construtores Navais	3	9	5	3
Fundições	1	1		1	Cortiça		1	2	3
Latoeiros	1	2	3	1	Curtumes		1	0	
Modista	1	5	4	1	Lanifícios		2	1	1
Pedreiros	9	4	4	9	Mestres de obras		5	3	2
Pintores	2	2	3	2	Sabão	1	1	1	
Polieiros	1	1		1	Serração de Madeiras			1	
Pregueiros	2	2	1	2	Sola	1	1	0	
Serralharias	7	8	7	7	Telha de Tijolo		1	1	
Tanoarias	1	1	1	1	Vidros		2	1	
Bordados			3		Fundições de metais				2
Gazosa, pirolitos e soda water			1		Arroz (descasque de)		2	1	1
BARREIRO									
Artesãos ou oficinas	1900	1910	1920	1930	Fábricas	1900	1910	1920	1930
Acetilene			1	2	Ácidos (CUF)			1	1
Alfaiates		2	5	6	Adubos e óleos (CUF)		1		3
Azeite (Lagar)			1	5	Companhia Nacional de Cortiça			1	
Caldeireiro			1		Construções navais e estaleiros (Fab.)	2	4		2
Camas de ferro			1	2	Cordoarias (Fab.)	4	4	4	3
Chapeleiro			1	1	Cortiça (Fab.)	4	4	7	17
Ferrador			1	1	Creosotagem de madeira (Fab.)	1	1		
Ferreiros		3	3	4	CUF			1	1
Latoeiro		1	4	4	Descasca de arroz (Fab.)	2	1		
Pintor			1	2	Mestres de obra			4	3
Polieiro		1		1	Moagens e massas (Fab.)	2	1	1	2
Relojoeiro			1	3	Serração de madeiras (Fab.)	1	1		6
Reparação de velocipédia			1	2	Serviço de Movimento do CF		3	9	
Serrações de madeira			2		Serviço dos Armazens		1	5	

					do CF				
Adelos				2	Serviço e vias de obras dos CF		1		
Bordadoras				5	Serviços de Oficinas e Tracção dos CF	1	1	3	
Sapateiros				9	Carboreto em tambores				3
Carpinteiro de carros				4	Carpintarias mecânicas				3
Colchoeiro				2	Carpinteiro de carros				5
Pedreiros				7	Cerâmicas				1
Acetilene			1	2	Companhias, empresas e sociedades				6
Alfaiates		2	5	6	Construções (projectos)				4
Azeite (Lagar)			1	5	Enxofre				2
Caldeireiro			1		Foguetes				2
Camas de ferro					Guano				1
					Rolhas				4
					Salsicharia				4
					Serralharia e oficinas metalúrgicas				4
SETÚBAL									
Artesãos ou oficinas	1900	1910	1920	1930	Fábricas	1900	1910	1920	1930
Alfaiatarias	7	7	18	17	Arroz (Descasque)		1		
Alquilador			1	2	Bolachas e Biscoitos			1	5
Azeite (Lagar de)		1	1	3	Cal			2	3
Caixotarias			14	12	Calçado			1	
Canastreiros			3	4	Cimento	2	1	1	3
Canteiros	1	1	8	10	Conservas	23	43	122	83
Carruagens			5		Construções navais		2	6	9
Cesteiros			2		Construtores cívís		3	8	8
Colchoeiros			3	3	Cordoaria		1	1	2
Correarias		3		1	Cortiça	3	6	3	1
Correarias			4	1	Fundição		1	1	3
Encadernador			1	1	Gás	1	1	1	1
Esteireiro			1	1	Gasosas e refrescos		2	1	3
Ferradores			3	5	Grelhas para fábricas de conservas			1	2
Fogueteiros			1	1	Guano	1	2	5	4
Latoeiros		1	8	7	Moagem	1	1	1	1
Malas			1	1	Óleo Vegetal		1		2
Marcenarias			5	7	Oleos			1	1
Ourivesarias (oficinas)			2		Refinação de Açúcar	2	1	1	1
Pintores		1	4	4	Sabão			1	1
Serralharias	3	4	13	17	Salsicharias			9	10

Tamanqueiro			1	1	Sardinha prensada		1	3	
Tanoarias			5	4	Telha e Tijolo		2	2	3
Tipografias	2	3	3	5	Cabedal	1			
Vidraceiros		1	1	2	Cerâmicas				4
Caldeiraria				1	Chaves para latas de conservas				3
Canalizações				1	Latas vazias				1
Candieiros				2	Licores e xaropes				4
Carpintarias				12	Farinha de peixe e sangue seco				1
Chapelarias				3	Louças				1
Electricista				1	Óleo de peixe				3
Lithografias		2	2	3	Peixe prensado				3
Estucadores				2	Serração				1
Louças				3	Torrefacção e moagem de cafés				2
Manteigas				2					
Modistas			37	39					
Pregarias				3					
Sapatarias				30					
Tinturarias				3					

É possível que esta designação, constante nos anuários, seja por vezes abusiva, nomeadamente no que respeita à dimensão dos estabelecimentos. No entanto, a confrontação desta fonte com as fontes iconográficas e cartográficas, permitem-nos considerar estes dados como indicativos do significativo aumento de unidades de produção de média e grande dimensão.

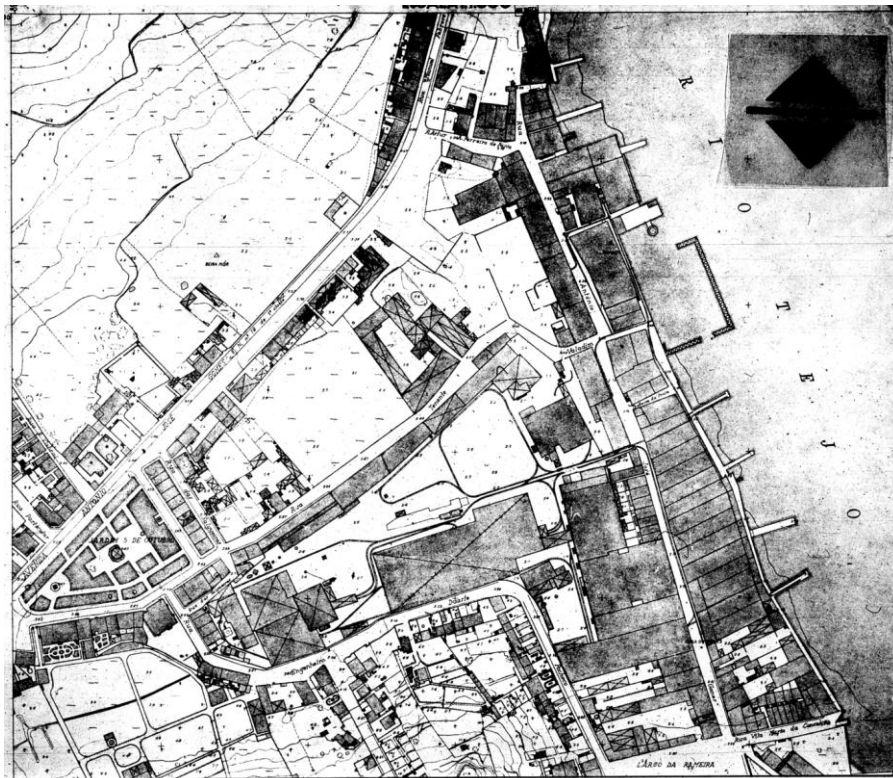


IMAGEM 1 - EXTRACTO DO LEVANTAMENTO À ESCALA 1:1000 DA COVA DA PIEDADE DATADO DE 1942 (BAHOF)

Finalmente, as fichas dos sindicatos nacionais fundados nos anos trinta mostram também que a maioria dos operários, pelo menos os seus quadros mais estáveis, trabalhava já em unidades de grande dimensão. Entre os primeiros 500 operários corticeiros almadenses compulsoriamente inscritos no Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros de Setúbal, 72 trabalhavam na *Cabrujo & Cabrujo*, 182 na *Henry Bucknall & Sons* (divididos entre a Margueira e o Caramujo) e 183 na *Rankins*. O mesmo padrão se verifica a partir das fichas da secção do Seixal.

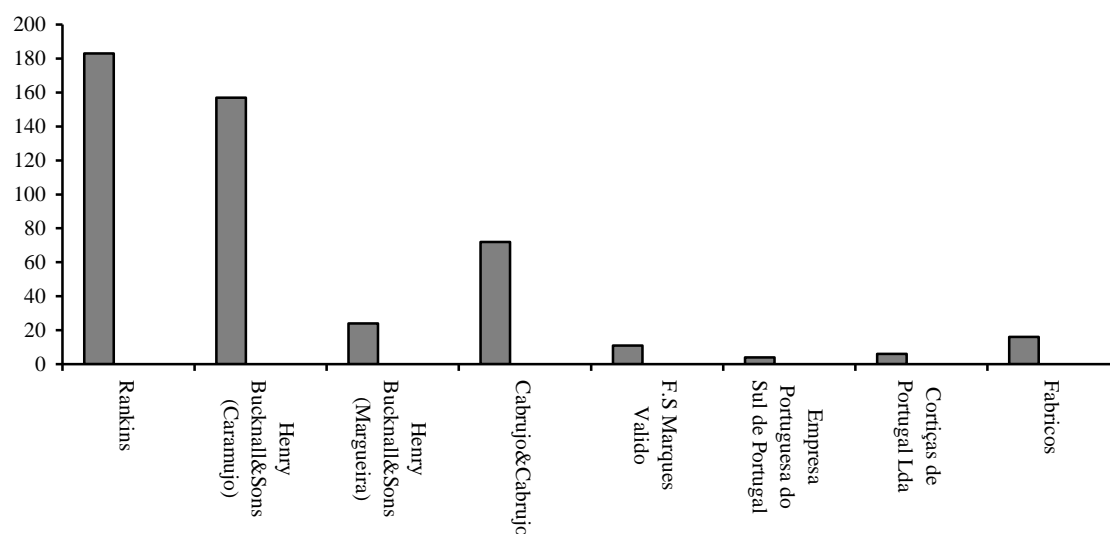


GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS PELAS EMPRESAS SITAS EM ALMADA EM 1939 COM BASE EM 500 FICHAS DA SECÇÃO DE ALMADA DO SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS DO DISTRITO DE SETÚBAL

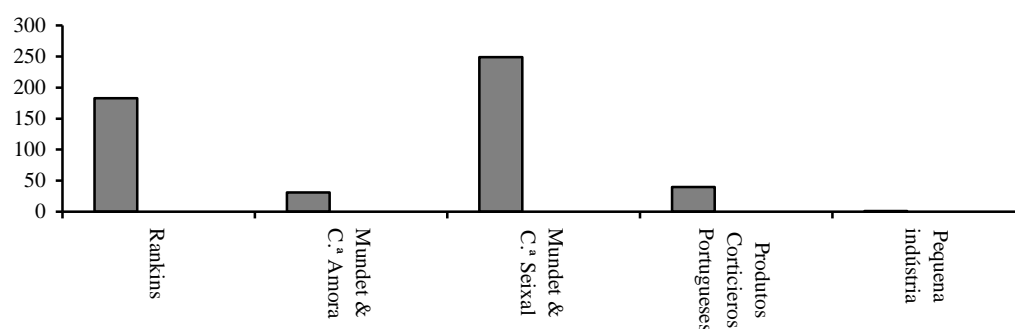


GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS PELAS EMPRESAS SITAS NO SEIXAL EM 1939 COM BASE EM 327 FICHAS DA SECÇÃO DO SEIXAL DO SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Em Setúbal, tendo em consideração as 10135 entradas da base de dados referente às mulheres inscritas no *Sindicato Nacional dos Operários Conserveiros do Distrito de Setúbal*, elaborada pelo Museu do Trabalho em Setúbal, nas quais são referidos os nomes das fábricas onde cada operária trabalhava, é possível verificar que predominam as unidades com menos de 10 operárias, mas que as Fábricas que atingem as 50, as cem ou mais operárias são também em número expressivo.

A imprensa da época aponta no mesmo sentido. Segundo o mensário defensor da indústria corticeira – *Cortiças de Portugal* – em 1928, «já não sofre dúvida alguma, que a concentração capitalista corticeira se efectua rapidamente (...) Era fatal! Só não viam aproximar-se o momento solene da eliminação da pequena e média indústria corticeira

os que não observavam os progressos constantes da mecânica e da sua influência nos mercados mundiais!»³⁷⁸.

2.1.2.4 A RESISTÊNCIA ARTESÃ À PERDA DE CONTROLO SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO

Como foi verificado além-fronteiras, os artesãos não perderam de imediato os seus hábitos de trabalho e a capacidade de resistência à perda de controlo sobre o processo produtivo em consequência das transformações supradescritas. Este foi de facto um processo longo, uma verdadeira *guerra industrial*³⁷⁹.

Na Península de Setúbal, o melhor exemplo deste processo é sem dúvida o dos soldadores da indústria conserveira. Sobre a sua resistência à imposição de uma nova organização do trabalho importa citar o relatório de Luís Feliciano Marrecas Ferreira, engenheiro chefe da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, uma vez que explora questões relacionadas com a valorização da comunidade de ofício, o combate à mecanização e à feminização do trabalho e o controlo sobre a formação.

«Recusam-se ao trabalho em certas horas, não admitem desigualdades, ainda que os merecimentos e a dedicação ao serviço sejam neles diferentes – o que é a lei da perpétua desigualdade sejam qual forem as teorias imaginadas pelos homens – querem cortar abruptamente com todas as diferenças estabelecidas pelos patrões e que são a consequência lógica, das que acentua no trabalho humano o império dessa lei, e, neste pé de igualdade, que os mais influentes deles, e os menos prestáveis, querem estabelecer em detrimento dos outros, tiram a estes completamente o incentivo para o trabalho, porque não há nada de mais dissolvente, de mais perniciosos efeitos, do que a certeza de que se há-de ganhar sempre o mesmo, seja qual for o préstimo e a aplicação de quem trabalha (...).

Em França por ser a soldagem feita por mulheres não há este perigo, mas entre nós se quiséssemos num meio, como o de Setúbal, introduzi-las, a sua entrada seria uma declaração de guerra, acentuando-se desde logo viva hostilidade da parte dos soldadores

³⁷⁸ «A concentração capitalista corticeira», *Cortiças de Portugal*, 30 de Novembro de 1928, p1

³⁷⁹ Michael Hanagan, *The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers*, p2-11

e rebentaria uma greve geral, podendo suspender-se imediatamente a laboração em trinta fábricas.

Havia um meio, infelizmente impossível nas circunstâncias actuais de parar esse golpe, era o de dispormos de mulheres para a soldagem em quantidade tal, que pudessem rapidamente preencher todos os quadros, o que requereria uma verdadeira escola, de instalação difícil, sustentação melindrosa, a qual, não podendo ser criada a ocultas, iria logo de começo pôr de atalaia todo um exército de soldadores, os quais não esperariam pelo termo do ensino dessas para se levantarem»³⁸⁰.

De facto, ainda antes da introdução destes maquinismos, os soldadores mobilizaram-se contra a sua introdução em Portugal, nomeadamente através de representações ao governo³⁸¹, contando com o apoio não só dos pequenos fabricantes mas também de outras classes organizadas, como os marítimos³⁸² e até os lojistas, «mercê dos graves prejuízos que ora trás ao comércio e ao povo a introdução, no trabalho fabril, dos instrumentos mecânico»s³⁸³.

É também perceptível, a partir do já citado testemunho do engenheiro da 3ª circunscrição industrial, a utilização da estratégia de periferialização da Fábrica para a imposição da mecanização - «Estamos entrando num período transitório para o advento das máquinas de soldar; já foi possível o estabelecimento de duas fábricas nestas condições em Sesimbra por ser a localidade um pequeno centro industrial, e, ainda assim os soldadores de Setúbal fizeram-lhe a guerra que puderam, não admitindo no seu grémio os poucos homens que nelas são ocupados».

Não obstante o processo de mecanização era inevitável e tinha como um dos objectivos principais mitigar a capacidade reivindicativa e as condições de trabalho impostas pelos soldadores - «O dispêndio a fazer para a introdução da máquina na indústria conserveira, contudo, é avultado e o material que vão substituir fica perdido, sem aplicação alguma que permita uma venda conveniente, ou aproveitamento ulterior. Numa ou noutra fábrica de Setúbal, de vida mais desafogada, quando se der o momento oportuno de emprego de maior capital, arcando com despesas de vulto e dispondo de

³⁸⁰ Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132-133

³⁸¹ «A Classe dos soldadores», *O Trabalho*, 9 de Novembro de 1901, p1

³⁸² «A associação marítima e os soldadores», *O Trabalho*, 17 de Novembro de 1901, p2

³⁸³ «A Associação dos Lojistas», *O Trabalho*, 24 de Novembro de 1901, p1

peçoal de confiança, para resistir hostilidade do meio, as máquinas de soldar hão-de aparecer, e esse exemplo, que não pode deixar de vir um dia, moderará todas as exigências que na actualidade vemos manifestarem-se (...). Favorece-se loucamente uma classe, a qual não é mais do que um simples intermediário, hoje indispensável, onde o é, como já foi o arado, mas que será substituída com proveito»³⁸⁴.

Quando os soldadores deixaram de poder combater as máquinas «como instrumentos que são do progresso e ainda como base para uma futura reorganização do trabalho dentro de um regime social mais justo», passaram a reivindicar a tributação do fabrico mecânico na indústria de conservas e a protecção do trabalho manual, «neste período transitório e por medidas legais que lhes afigurem justas», de forma a «impedir que a súbita introdução da máquina lhes perturbe de todo a sua existência e das suas famílias»³⁸⁵.

Neste sector, a resistência à concentração e mecanização não foi só posta em prática por artesãos e operários qualificados. Estes contaram comumente com o apoio do pequeno patronato, igualmente ameaçado pela Fábrica moderna. Em 1901, também a Associação Comercial de Setúbal reúne para decidir a maneira de representar ao governo no sentido de este regulamentar a importação de máquinas de soldar. Segundo os seus sócios a introdução da mesma «não prejudicará apenas os soldadores. Sofrerá com isso, e muito, o pequeno comércio. Sofrerão os próprios industriais que não disponham de capital bastante para adquirirem os novos aparelhos e que serão obrigados, por isso, a fazerem cessar a laboração das suas fábricas. Também para estes a máquina de soldar representará a ruína, o aniquilamento de muita esperança risonhamente entretida. De modo que estamos em presença de uma verdadeira calamidade terrível se não para todos pelo menos para muita gente»³⁸⁶.

Só em 1911, começam a ser sistematicamente introduzidas as máquinas de soldar em três fábricas de Setúbal, alertando os soldadores. É imediatamente nomeada uma comissão com a adesão de uns trinta fabricantes e a quase totalidade das associações de classe da cidade, pugnando pela regulamentação do trabalho

³⁸⁴ Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132-133

³⁸⁵ «Máquinas de soldar», *O Trabalho*, 5 de Novembro de 1911, p1

³⁸⁶ «Máquinas de Soldar», *O Elmano*, 4 de Dezembro de 1901, p1

mecânico³⁸⁷. Delegados dos soldadores de Setúbal percorrem vários portos do Algarve, Aveiro, Espinho, Matosinhos e Ovar para «tratar da questão das máquinas de soldar»³⁸⁸. Em Janeiro de 1912 é criada uma comissão para a discussão da mudança de regime nomeada pelo ministério do fomento. No entanto, as propostas dos soldadores, como tributar a lata não manual, são recusadas³⁸⁹. Ainda nesse mês os soldadores rompem negociações uma vez que os patrões não aceitam os delegados eleitos pela classe para a comissão mista referente à regulamentação da mecanização. As bases de entendimento tinham «disposições que para a honra da classe operária não se podia admitir, como a da proibição da greve»³⁹⁰.

Nos primeiros meses de 1914 a introdução de máquinas de cravar provoca a apreensão dos soldadores. Começa na fábrica *Delory* mas «outras fábricas se aprestam para a introdução de máquinas»³⁹¹. A mecanização ameaçava directamente o controlo sobre o processo produtivo, ainda conservado pelos artesãos, dando origem a formas de acção colectiva semelhantes aos movimentos *ludistas*. A associação de classe dos soldadores de Setúbal foi acusada de assaltar fábricas de conservas e destruir máquinas de soldar, por diversas vezes³⁹².

Em 1917, relata o administrador do concelho de Setúbal: «há muito tempo que algumas fábricas de conservas, umas 6 ou 8, possuem máquinas de fechar latas denominadas cravadeiras, que por diminuírem o número dos operários, a classe dos soldadores se tem oposto ao seu funcionamento conseguindo-o com a aquiescência dos patrões. Estas fábricas são quase todas estrangeiras. Ultimamente os industriais haviam deliberado, segundo constou aos soldadores, utilizar as cravadeiras o que aborreceu aos operários. Em fins de Julho, tendo sido dispensados três soldadores da fábrica Kalm&Laffitau (francesa) estes deterioram as cravadeiras ali existentes (...). Entretanto alguns exaltados, cinquenta, cem ou cento e cinquenta dirigiram-se à fábrica René Busier & C.^a e arruinaram cravadeiras, telefones, linhas telefónicas, etc. O mesmo ou

³⁸⁷ *O Trabalho*, 8 de Outubro de 1911, p2

³⁸⁸ *O Trabalho*, 5 de Novembro de 1911, p2

³⁸⁹ *O Trabalho*, 14 de Janeiro de 1912, p1

³⁹⁰ *O Trabalho*, 28 de Janeiro de 1912, p1

³⁹¹ *O Trabalho*, Janeiro e Fevereiro de 1914

³⁹² *O Trabalho*, 20 de Julho de 1902, p1

outro grupo (...) dirigiu-se à fábrica de Bonifácio Lázaro (...) e às fábricas Azevedo & C.^a e Castelo Branco e C.^a ameaçando-as de destruição»³⁹³.

Em Março de 1919 efectuava-se no tribunal da comarca de Setúbal em audiência de júri, o julgamento «dos camaradas soldados José Canôa, José Romão, Joaquim Espadinha, Francisco Martins, Alberto Alcaide, Artur de Matos, Bernardino Martins, Joaquim Ventura, Raul Camilo e Afonso de Oliveira, acusados, nos termos do artigo 47 do código penal de haverem tomado parte na destruição de máquinas da fábrica de conservas René Beziers, em 3 de Agosto de 1917. Depois de lidas as peças do processo, foram interrogados os réus, procedendo-se à inquirição de nove testemunhas de acusação, algumas das quais caíram em contradições curiosas. Depois do depoimento de algumas testemunhas, pois de outras prescindiu a defesa, entrou-se nos debates. Depois de terminada a acusação, tomou a palavra o Dr. Sobral de Campos, fazendo um discurso veemente, em que frisou bem as contradições das testemunhas de acusação, fazendo ainda interessantes considerações de ordem jurídica. Os réus foram absolvidos por unanimidade, reinando o maior entusiasmo entre os camaradas soldados pelo resultado do julgamento, tendo largado o trabalho às 14 horas, a fim de assistirem à audiência»³⁹⁴.

A reacção violenta à modernização tecnológica manifestava-se noutros sectores. Os pescadores, considerando que a pesca a vapor revolvía os fundos e destruíam os pastos e toda a criação³⁹⁵, destruíam galeões e cercos americanos pelo menos desde o início do século. Segundos três armadores de cercos americanos «na noite de 21 de Agosto de 1901, estando a pescar na costa de Caparica, o cerco americano Gazella foi atacado por gente armada daquela costa, que apoderando-se da rede, do galeão e dos dois buques, tudo arrastaram para a praia e queimaram no meio de um gaudío selvagem. Na noite de 31 de Julho de 1907, foram atacados por gente armada da Costa da Caparica, os cercos americanos Vasco da Gama, União, José Ricca e Droguista, sendo apresados dois buques que arrombaram e afundaram. Na noite de 8 de Agosto de 1908, ainda na mesma costa da Caparica, foram atacados por gente armada da costa, os cercos

³⁹³ Registo da correspondência expedida. Agosto de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

³⁹⁴ «Em Setúbal são absolvidos alguns camaradas soldados acusados de actos de «sabotage», *A Batalha*, 18 de Março de 1919, p. 1

³⁹⁵ *O Districto*, 19 de Março de 1891, p1

americanos Alegria, Harmonia, Droguista e União, sendo afundados dois galeões e um buque»³⁹⁶. Em luta contra os cercos, os pescadores contavam com o apoio de outros estratos sociais. Segundo o *Germinal*, em 1905, foram «presos marítimos e outras classes por causa do motim no mercado do Livramento pela venda clandestina de peixe pescado por vapores de arrasto»³⁹⁷.



IMAGEM 2 – AS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS: A SARDINHA DE CONSERVA DE SETÚBAL - ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA N.º 229 (11 DE JULHO DE 1910), P29

A guerra entre artesãos e industriais referente ao controlo do processo produtivo reflectia-se também na tentativa de imposição de uma nova disciplina de trabalho no interior das fábricas. Esta encontrou uma forte resistência por parte dos trabalhadores, que combateram os regulamentos das fábricas impondo os das suas associações. A breve trecho, todavia, os industriais seguiriam o mesmo caminho. Em Abril de 1907 soldados e industriais conserveiros confrontam-se no que respeita à organização do trabalho dentro das fábricas. Perante a ameaça de *Lock Out* patronal é aprovada na sala «completamente cheia, incluindo galerias» da Associação de Classe dos soldados,

³⁹⁶ «Pescarias», *O Elmano*, 27 de Fevereiro de 1909, p1

³⁹⁷ *O Germinal*, 26 de Novembro de 1905, p2

uma moção segundo a qual se decide distribuir um manifesto ao público e criar uma comissão para denunciar perante o ministro do reino, chefe do distrito e administrador do concelho que o «Sindicato dos fabricantes reúne secretamente e tem um estrangeiro» e que «os fabricantes procuram provocar greve geral da qual pensam tirar força para impor disciplina de caserna nas oficinas»³⁹⁸. O regulamento de trabalho que o extinto sindicato das conservas queria impor «foi dignamente repellido pelos soldados, que se mantiveram onze semanas em greve»³⁹⁹.

Perante a inexorável perda de controlo sob o processo produtivo, os trabalhadores começam a investir no controlo sobre o mercado de trabalho, elaborando regulamentos segundo os quais as associações de classe geririam as colocações laborais. As primeiras greves para impor estes regulamentos ocorrem na alvorada do século XX. Em Janeiro de 1900 inicia-se a greve dos pescadores de Setúbal e Sesimbra contra os armadores que não cumprem o regulamento. Os armadores vão tentar tirar as redes à costa da galé com o pessoal que conseguiram arranjar, escoltados por marinheiros da armada destacada nesta cidade, mas foram cercados por pessoal de outras armações e tiveram de desistir. No cais esperava-os numerosa multidão⁴⁰⁰. Dias depois chegou a canhoeira Tâmega para reprimir o movimento e o governador civil procurou mediar o conflito, prometendo empenhar todos os esforços para manter ordem pública e fazer respeitar a propriedade e liberdade de trabalho.

Se os armadores contavam com o apoio das autoridades e dos proprietários das fábricas de conservas, os pescadores contavam com a solidariedade de outras classes profissionais, particularmente as que trabalhavam na indústria conserveira⁴⁰¹. Na fábrica *Delory*, visto o proprietário ter comprado peixe de uma das armações em greve, o pessoal feminino recusou-se a trabalhar⁴⁰². No fim do mês são dezassete as fábricas fechadas por causa da greve e as armações ainda em funcionamento começam a despedir os pescadores por não conseguirem escoar peixe⁴⁰³. A greve soluciona-se

³⁹⁸ *O Germinal*, 28 de Abril de 1907, p2

³⁹⁹ «Associação dos Soldadores», *O Germinal*, 1 de Maio de 1909, p4

⁴⁰⁰ «Greve dos pescadores», *O Elmano*, 10 de Janeiro de 1900, p1

⁴⁰¹ *O Elmano*, 13 de Janeiro de 1900, p1

⁴⁰² *O Elmano*, 17 de Janeiro de 1900, p2

⁴⁰³ *O Elmano*, 31 de Janeiro de 1900, p1

apenas com a arbitragem de um magistrado do tribunal da relação de Lisboa⁴⁰⁴. Em Fevereiro de 1901, *O Trabalho* anunciava que as «Companhas já têm regulamento feito pela Associação e não se matriculam os marítimos senão em harmonia com os mesmos, recusando-se a ir para o mar noutras condições»⁴⁰⁵.

Na indústria corticeira, a capacidade de resistência dos artesãos verificava-se fundamentalmente nas unidades de menor dimensão, onde a distância entre empregados e empregadores era diminuta. O patrão era por vezes um antigo trabalhador especializado que montara uma pequena oficina, de sobrevivência incerta e dependente do baixo custo do factor trabalho. No entanto, não dispondo de maquinaria, estes pequenos empregadores estavam numa posição de vulnerabilidade face aos restantes trabalhadores qualificados. Para a ilustrar lembremos a greve de Março de 1893 no fabrico de cortiça *Manuel Antão* em Almada. Quando os catorze quadradores largaram o trabalho⁴⁰⁶, o dono do fabrico foi à Associação de Classe negociar a redução das exigências, dizendo que se aceitasse todas as reivindicações dos mesmos tinha de vender tudo pegar numa faca e ir trabalhar para uma fábrica⁴⁰⁷.

Por outro lado, os trabalhadores de pequenos estabelecimentos beneficiavam da divisão entre os empregadores, que muitas vezes não se encontravam socialmente mais próximos entre si do que dos seus empregados. Quando uma classe profissional como os manipuladores de pão apresentava um conjunto de reivindicações aos empregadores, uma parte destes resistia outra cedia. O passo seguinte era declarar greve parcial nos estabelecimentos dos «industriais rebeldes», o que imediatamente engrossava a fileira dos patrões claudicantes. Desde então o movimento centrava-se no boicote aos restantes. Muitas vezes os trabalhadores iam trabalhar para outros estabelecimentos, sendo os industriais os principais prejudicados. Os grevistas tomavam medidas para não serem substituídos, mantendo «comissões de vigilância» que evitavam o recrutamento de «qualquer camarada inconsciente»⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ *A Folha de Setúbal: semanário noticioso e literário*, 14 de Janeiro de 1900, 11 de Fevereiro de 1900, 25 de Fevereiro de 1900, p1

⁴⁰⁵ *O Trabalho*, 10 de Fevereiro de 1901, p1

⁴⁰⁶ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 25 de Março de 1893. Arquivo Municipal de Almada.

⁴⁰⁷ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 31 de Março de 1893 Arquivo Municipal de Almada.

⁴⁰⁸ «Os operários manipuladores de pão declaram-se em greve», *O Sindicalista*, 1 de Janeiro de 1911, p3

Esta estratégia era utilizada noutros sectores. Quando os trabalhadores de uma fábrica estavam em greve, os operários das outras recusavam-se a fazer o seu trabalho⁴⁰⁹. Os industriais tentavam contratar aprendizes mas os grevistas dissuadiam os menores, chegando a falar com as suas mães⁴¹⁰. Os operários podiam ainda contar com o apoio «da população da cidade», que muita «simpatia dispensava ao movimento». Os nomes e as moradas dos industriais recalcitrantes eram publicados na imprensa operária para que «o público, e especialmente os fregueses destes senhores industriais, fiquem conhecendo e apreciem a *nobreza* do seu proceder e dos seus sentimentos»⁴¹¹.

Paulatinamente, todavia, os industriais, liderados pelos detentores dos maiores estabelecimentos, cerram fileiras, recusando-se a aceitar grevistas nos seus estabelecimentos e pressionando os claudicantes a não admitir mais pessoal durante as paralisações⁴¹². Contra esta medida, os operários de ofício ainda resistiram recorrendo a greves de solidariedade translocais⁴¹³, mas estas estratégias perderam eficácia progressivamente, à medida que aumentava a escala das unidades de produção e a dependência dos trabalhadores face a uma menor quantidade de empregadores.

Finalmente, é de sublinhar que, se a resistência dos artesãos os aproximava em determinadas situações dos pequenos industriais, as estratégias prosseguidas por estes protagonistas opunham-se muitas vezes aos interesses dos trabalhadores indiferenciados. Entre finais de 1912 e Janeiro de 1913, os soldadores da *Fábrica Chancerelle*, perante a introdução de máquinas de cravar, deixaram de colocar etiqueta branca nas latas feitas à máquina. As consequências da sabotagem levaram à diminuição do trabalho de 17 associados da *Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas*, primeiro, e ao encerramento da Fábrica depois. «Os trabalhadores das fábricas reconhecendo hoje qual seria a sua situação no futuro e vendo que no principio os soldadores só trataram de si, desprezando os trabalhadores (...) resolveram colocar as etiquetas para assim garantirem o seu futuro, como os soldadores projectavam fazer»⁴¹⁴.

⁴⁰⁹ *O Distrito*, 23 de Julho de 1899, p1

⁴¹⁰ *O Distrito*, 13 de Março de 1898, p2

⁴¹¹ «Manipuladores de pão de Setúbal», *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p3

⁴¹² «O movimento corticeiro em Almada», *O Sindicalista*, 27 de Agosto de 1911, p1

⁴¹³ Quando os industriais da cortiça de Almada em 1911 declaram *lock out* patronal contra os grevistas, a associação de corticeiros de Portalegre envia um ofício ao ministro do interior ameaçando abandonar o trabalho caso estes não recuassem. «A luta contra o capital», *O Sindicalista*, 10 de Setembro de 1911, p3

⁴¹⁴ «Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Janeiro de 1913, p3

Também no sector da construção civil a resistência dos trabalhadores qualificados encontrou o desacordo dos indiferenciados. Os empregadores exploraram estas clivagens em benefício da sobre-exploração dos últimos. Em 1895 a *Associação dos Operários da Construção Civil* estava dividida no que respeita à modalidade de trabalho, à jorna ou à empreitada, sendo esta última a defendida pelos mais qualificados. Os operários que trabalhavam nas obras do Estado, porém, opunham-se à empreitada e queixavam-se de falta de apoio da Associação, em prol dos mestres⁴¹⁵.

Progressivamente, os operários qualificados da construção civil começam também a ser confrontados com a modernização dos processos de trabalho, e com a sua substituição por trabalhadores indiferenciados. Em 1913, a *Associação de Classe dos Pedreiros de Setúbal* queixa-se da crise de trabalho e alerta para o perigo do sistema do cimento armado, que dispensa o trabalho dos pedreiros, que é mão-de-obra cara, sendo executável por serventes⁴¹⁶. Como veremos será esta a derradeira arma utilizada pelos empregadores para quebrar definitivamente a resistência dos artesãos e que conduzirá à sua inexorável extinção enquanto classe profissional relevante na arena das lutas sociais.

⁴¹⁵ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 1 de Abril de 1895. Arquivo Municipal de Almada.

⁴¹⁶ «Pelas associações», *O Germinal*, 26 de Abril de 1913, p2

2.2.2 A DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO

2.2.2.1 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS SEGUNDAS PERIFERIAS

Como tem vindo a ser sublinhado, na Europa do Sul, tendo em consideração as limitações da intervenção urbanística do Estado, foi sobretudo a repartição das actividades económicas que induziu os movimentos demográficos rumo à periferia. Os estudos demográficos realizados na área de estudo confirmam esta tese - as mais expressivas diferenças intercensitárias correspondem grosso modo ao desenvolvimento industrial.

Entre 1890 e 1900 verifica-se, por exemplo, um importante crescimento da Amora e do Barreiro, que coincide com o início da laboração da fábrica de garrafas e com o desenvolvimento da indústria corticeira, respectivamente. No início do século XX, as variações mais sensíveis verificam-se no Barreiro e em Palhais e, em segundo lugar, no Lavradio, em Aldeia Galega, na Arrentela, no Seixal e por último em Almada. Muito embora o crescimento de Palhais ainda se relacione com a conversão agrária, o crescimento das restantes freguesias não se pode deixar de relacionar com a fundação da CUF (Barreiro), a renovação de experiências fabris tradicionais em Aldeia Galega (chacina) e Arrentela (lanifícios) ou a criação da Mundet no Seixal em 1906. Entre 1911 e 1920, observa-se uma generalizada tendência para a estagnação ou evolução modesta, para na década seguinte se voltar a observar um crescimento elevado em Aldeia Galega e no Lavradio, relacionado com o desenvolvimento da indústria corticeira e a intensificação do crescimento da CUF, e também em Almada, derivado da evolução da Moagem do Caramujo e da instalação em 1920 da Companhia Portuguesa de Pesca⁴¹⁷.

As principais assimetrias entre freguesias do mesmo concelho prendem-se igualmente com o dinamismo industrial: «no concelho de Almada, a freguesia com o mesmo nome sobrepõe-se demograficamente à da Caparica, com base na indústria corticeira e conserveira; o Barreiro assume o papel de liderança na região, assente no seu forte crescimento industrial no ramo da química; no Seixal, o forte crescimento da freguesia da Amora no final do século XIX, como consequência da instalação da fábrica

⁴¹⁷ Maria Alfreda da Cruz, Op. Cit., P175 e seguintes

de vidros, é enquadrada pelas restantes freguesias, com crescimentos mais moderados, ligados aos têxteis e à cortiça»⁴¹⁸.

No que se refere à vertente Sul da Península, a relação entre crescimento demográfico e industrialização é igualmente relevada. Se entre 1864 e 1890, a cidade de Setúbal aumentou apenas 5268 residentes, entre 1890 e 1911 o seu crescimento foi de mais de 140%. A relação deste movimento com a implantação da indústria conserveira e actividades subsidiárias, como a pesca, verifica-se nas pirâmides etárias tipicamente industriais⁴¹⁹.

Analisando-se a distribuição das áreas de maior crescimento populacional na Península de Setúbal, confirma-se a ligação entre crescimento da periferia e repartição das actividades económicas, sendo as freguesias industrializadas aquelas que conheceram crescimentos mais expressivos. A necessidade de morar junto dos locais de trabalho reflecte-se nas densidades dos bairros onde se concentram as principais unidades de produção - como o Caramujo (5,2 pessoas/fogo), a Mutela (4,9) e a Piedade (5,0) no concelho de Almada cuja densidade média é de 4,4 pessoas/fogo⁴²⁰.

O vínculo entre local de trabalho e residência é ainda comprovado nas fichas dos sindicatos nacionais, onde é possível verificar que 83,9% dos trabalhadores da cortiça de Almada e 84,6% dos do Seixal viviam nos aglomerados urbanos em que se localizavam as fábricas onde laboravam. Os restantes, como veremos, viviam nas áreas rurais adjacentes, preservando o seu vínculo à terra como forma de resistência à precariedade do trabalho industrial.

Nestas áreas periféricas, e particularmente nos aglomerados urbanos onde se concentra a indústria, a homogeneidade social é, desta forma, crescente⁴²¹. As características destes espaços industriais eram, contudo, bastantes diversificadas não

⁴¹⁸ Maria Paula Diogo, *População e Indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo*, p140

⁴¹⁹ Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», *População e Sociedade*, 5 (1999), p61-79

⁴²⁰ Censos da População de Portugal em 1911, Parte VI, p208

⁴²¹ Entre 1890 e 1911, a percentagem de população do concelho de Almada a depender da indústria e dos transportes cresce de 31% para 45%. No Barreiro, soma 53,8% da população, em 1890, para ascender a 63,4%, em 1911. No Seixal, em 1890, estava dependente da indústria e dos transportes 46,1% da população do concelho, e em 1911, 57,2%. Finalmente, no concelho de Setúbal, verifica-se que apenas 23% em 1890, e 40,2%, em 1911, se empregavam nestas actividades. Se considerarmos a rubrica *pesca e caça*, que como vimos estava, naquele aglomerado, largamente ligada à indústria conserveira, obteremos então um total de 35,8% em 1890, e 72,7% em 1911.

apenas no que concerne à sua função urbana mas também no que respeita à sua composição social.

Difícilmente poderemos classificar qualquer um destes aglomerados como um dormitório, considerando a insuficiência e custo dos transportes metropolitanos da época. No entanto, pelo menos até à última década de oitocentos, no que respeita à sua composição social, estes espaços assemelham-se mais a um bairro popular urbano semi-periférico, um *faubourg*, do que a um subúrbio industrial. A análise ampliada das profissões declaradas nos registos de casamentos permite verificar que, em finais de oitocentos, o operariado em formação coexiste com uma alta taxa de trabalhadores rurais, artesãos e outras profissões tradicionais, e em menor medida com empregados, comerciantes e outras profissões não manuais.

Estas características surgem mais vincadas nas proximidades de Lisboa, na vila de Almada, onde a ligação à cidade é maior. No entanto, mesmo nesta vila, na primeira década de novecentos a realidade social transforma-se. Os corticeiros tornam-se dominantes, seguindo-se os trabalhadores indiferenciados. Destacam-se ainda os operários qualificados e, em menor medida, os funcionários.

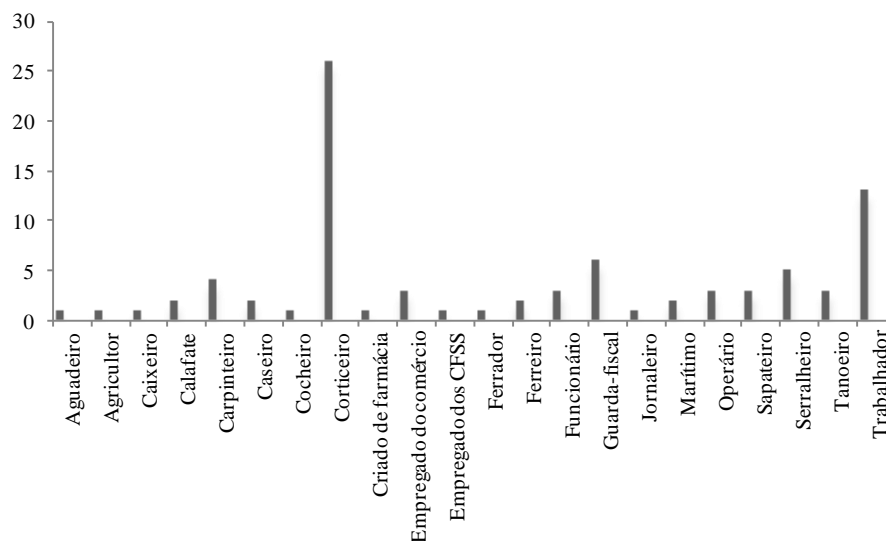


GRÁFICO 8 - PROFISSÕES DOMINANTES EM ALMADA COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTOS (1909-1910)

No Barreiro, a paisagem social é, desde cedo, mais claramente industrial, comprovando-se o carácter multiforme da evolução desta sub-região. Na última década

de oitocentos, destacam-se ainda os marítimos e os trabalhadores, a base social tradicional do povoado, antes de este albergar o terminal da linha de caminhos-de-ferro do Sul e Sueste. Surgem já, com peso significativo, os operários qualificados, como os serralheiros e carpinteiros, que trabalhavam na sua maioria nas oficinas da Companhia, e os rolheiros da indústria corticeira em expansão. De resto, são os funcionários da Companhia dos CFSS e, com um peso pouco relevante, outras profissões não manuais.

Vinte anos depois, dominam em absoluto os empregados e operários dos CFSS, partilhando este espaço industrial com trabalhadores, que podiam ainda complementar o trabalho fabril com o agrícola, operários da indústria corticeira qualificados e indiferenciados, alguns marítimos ainda em actividade e muito poucos artesãos, comerciantes e funcionários.

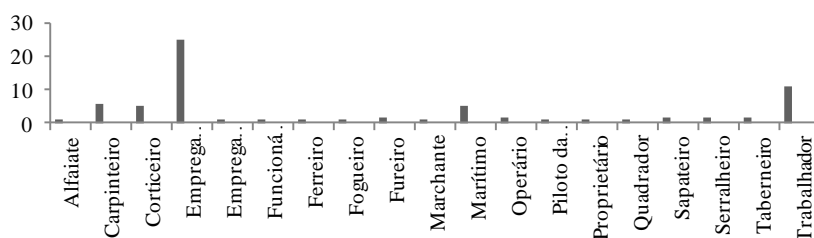


GRÁFICO 9 - PROFISSÕES DOMINANTES NO BARREIRO COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTOS (1909-1910)

Como no Barreiro, nas freguesias urbanas do Seixal, em finais de oitocentos, os marítimos, os trabalhadores e os jornaleiros ainda pesavam na estrutura social local. Os operários garrafeiros e da Fábrica de Lanifícios tinham uma importância relativa. Estes estratos coexistiam com antigos artesãos e outras profissões tradicionais. Os pequenos comerciantes e empregados surgiam pontualmente.

Na primeira década do século XX, a estrutura altera-se sobretudo em favor das actividades secundárias, representadas pelos *operários*, permanecendo, contudo, os *trabalhadores* indiferenciados e os *marítimos* dominantes. Os *corticeiros*, empregados na Mundet (1906) e na *Wincander* (1911), ainda não surgem nestes registos com o peso que virão a adquirir na composição social do concelho.

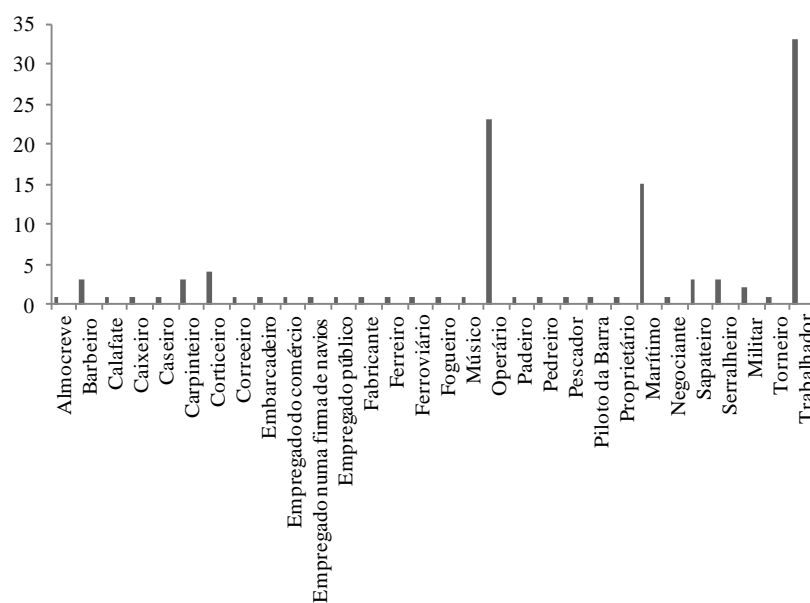


GRÁFICO 10 - PROFISSÕES DOMINANTES NO SEIXAL COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTOS 1908-1910

Nas freguesias periféricas da cidade de Setúbal, em finais oitocentos, dominavam absolutamente os *trabalhadores* e os *pescadores* em Nossa Senhora da Anunciada e os *trabalhadores agrícolas* e os *trabalhadores* em São Sebastião. Em ambas moravam também antigos artesãos, trabalhadores qualificados e em franca minoria empregados não manuais e pequenos proprietários.

Nas vésperas da implantação da República, aumenta o número dos *soldadores*, dos *moços* e *trabalhadores de fábrica*. Os *trabalhadores* não especificados vêem o seu peso aumentar face aos *trabalhadores agrícolas*, podendo estes desempenhar diversas tarefas no mercado de trabalho urbano. Por outro lado, os *marítimos* surgem agora em maioria substituindo os pescadores na freguesia da Anunciada, reflectindo o processo de proletarianização em curso no sector das pescas.

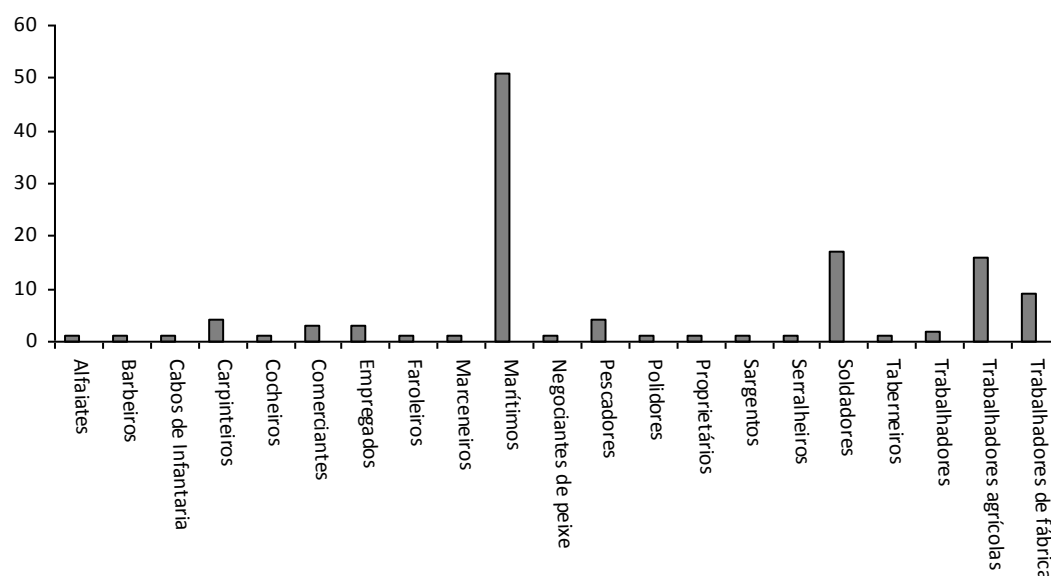


GRÁFICO 11 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA EM SETÚBAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1909-1910

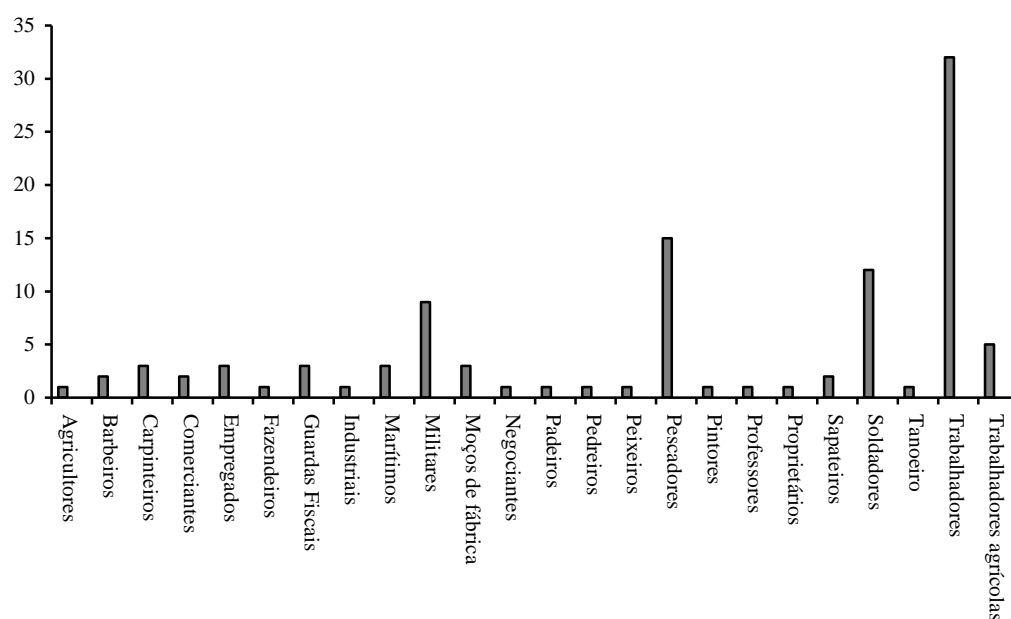


GRÁFICO 12 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO ENTRE 1909-1910

Em 1930, estas paisagens sociais reflectem ainda um processo de transformação em curso. O desenvolvimento urbano dera lugar a um complexo mercado de trabalho, onde as profissões não manuais ganhavam peso. A crise industrial dos anos vinte

contribuíra para o decréscimo proporcional dos trabalhadores na indústria. Ainda assim, estes configuravam o grupo social dominante⁴²².

Em suma, ao longo do período em análise, os artesãos que ingressaram no modo de produção industrial, como os *tanoeiros* ou os *rolheiros*, praticamente desaparecem. Na margem Sul do Tejo, os *corticeiros* e os *operários*, trabalhadores semi-qualificados, substituem-nos. Entre os trabalhadores qualificados que continuam a evidenciar-se na composição social destes aglomerados destacam-se os *empregados dos CFSS* e os operários das oficinas gerais da mesma companhia, no Barreiro, e os *soldadores* em Setúbal.

Entre as profissões dominantes na cidade mono-industrial, sobressaem também os *marítimos* e os *pescadores*. Estes últimos contudo também desaparecem durante o processo de proletarianização no sector da pesca - no primeiro intervalo temporal (1890-91) são dominantes, no segundo (1909-1910) já são menos que os marítimos, no terceiro (1929-1930) estão completamente ausentes.

⁴²² É de referir que entre 1890 e 1911, os indivíduos agrupados na rubrica indústria em Almada cresceram de 3468 para 7009, para em 1930 serem 6743 - 33% da população, quando vinte anos antes pesavam 45%. Em 1930, destacavam-se as actividades corticeira, seguida da construção civil e a metalurgia. Os trabalhadores agrícolas ainda pesam na estrutura social, mas a função urbana do subúrbio é clara. As profissões não manuais, ligadas ao comércio e ao funcionalismo, cresceram nos vinte anos que se seguiram à implantação da República.

No Seixal, os trabalhadores da indústria, que entre 1890 e 1911 tinham aumentado de 1903 para 3484, só atingiam os 4209 em 1930, recuado percentualmente, em conjunto com os dos transportes, de 57% para 45%. Continua, contudo, a destacar-se o peso dos *trabalhadores* indiferenciados e a distinção entre *operários*, *operários corticeiros* e *corticeiros*. Os antigos artesãos e os marítimos têm um peso menos expressivo e o mercado de trabalho qualificado na indústria parece também ser diminuto, tendo em consideração a sua proporção nesta amostragem. Os sectores mais relevantes eram antes de tudo a cortiça, seguindo-se a construção civil, o têxtil e a metalurgia. Mais de metade da população industrial estava empregue nas corticeiras. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p583. No Barreiro, eram dependentes de actividades industriais, em 1930, 6847 pessoas, não contando com os ferroviários e suas famílias, que se contavam em 3800 pessoas. Na cortiça, trabalhavam 1079 operários e, na CUF, 1161. O desenvolvimento do sector industrial atravessava contudo um grave revés, em comparação com o período antecedente. Entre 1890 e 1911 os indivíduos agrupados na rubrica indústria no Barreiro tinham crescido de 1509 para 5392. Entre 1911 e 1930, o peso dos trabalhadores da indústria e transportes no Barreiro desceu de 63% para 51% da população.

Através da análise mais detalhada dos registos de casamentos verifica-se a representatividade do meio industrial mas também a sua configuração. No Barreiro, não obstante o peso considerável da mão-de-obra indiferenciada, os trabalhadores qualificados, como os serralheiros, carpinteiros, torneiros, entre outros, também constituem uma expressiva percentagem da mão-de-obra.

Também nesta cidade se observa uma acentuada contracção do desenvolvimento industrial. No intervalo intercensitário anterior, os trabalhadores da indústria tinham aumentado de 4591 para 12851, chegando apenas às 13039 em 1930. Percentualmente, os trabalhadores da indústria e transportes pesavam 40% em 1911 e 29% em 1930. Continuavam a destacar-se os trabalhadores ligados à pesca e à conserva de pescado nesta cidade. Não obstante, os outros segmentos do mercado de trabalho urbano expandiram-se mais depressa na década de vinte do que o industrial. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p586

Finalmente, os *trabalhadores*, durante todo o período em análise são a camada social mais expressiva em termos numéricos em todos os aglomerados em análise.

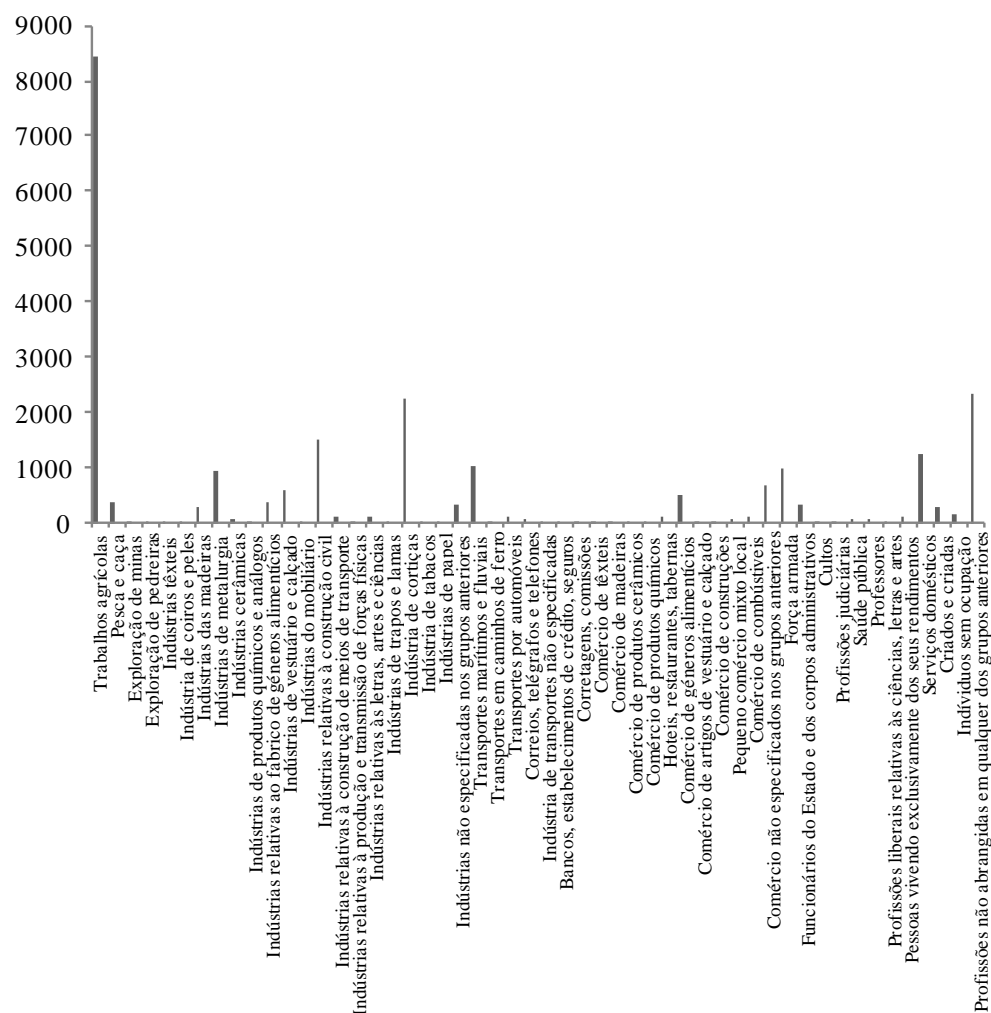


GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DO CONCELHO DE ALMADA EM 1930 SEGUNDO O RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO

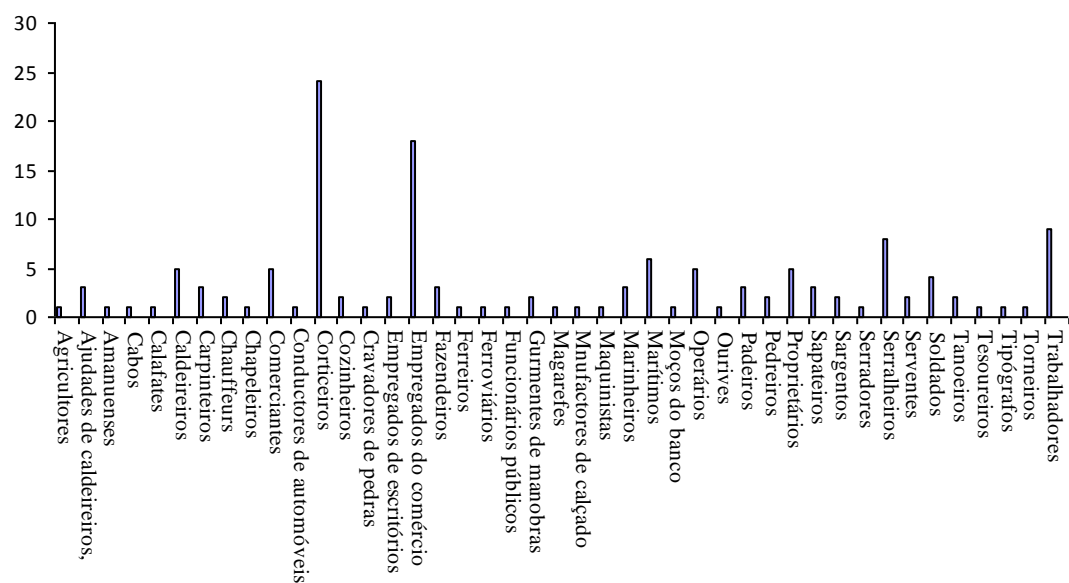


GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DAS FREGUESIAS DE ALMADA EM 1929-1930 SEGUNDO OS REGISTOS DE CASAMENTO

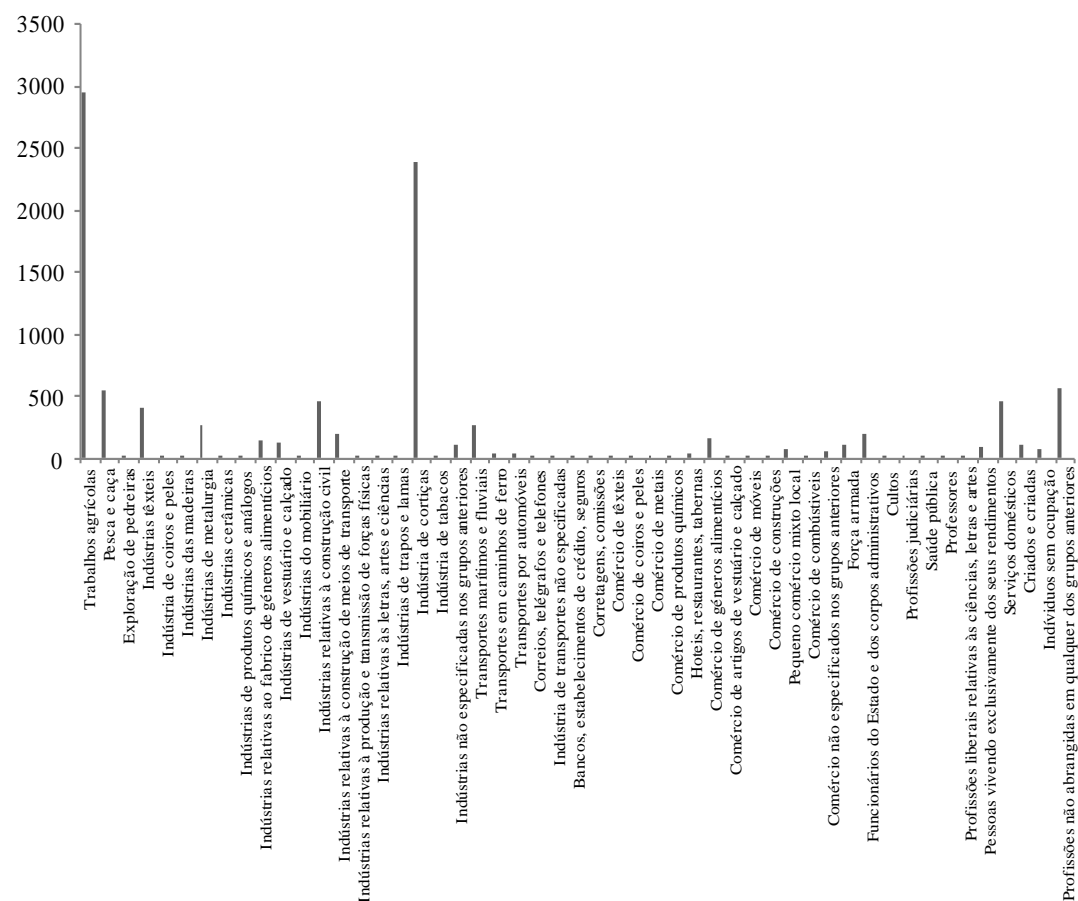


GRÁFICO 15 - OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DO SEIXAL EM 1930 SEGUNDO O RENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

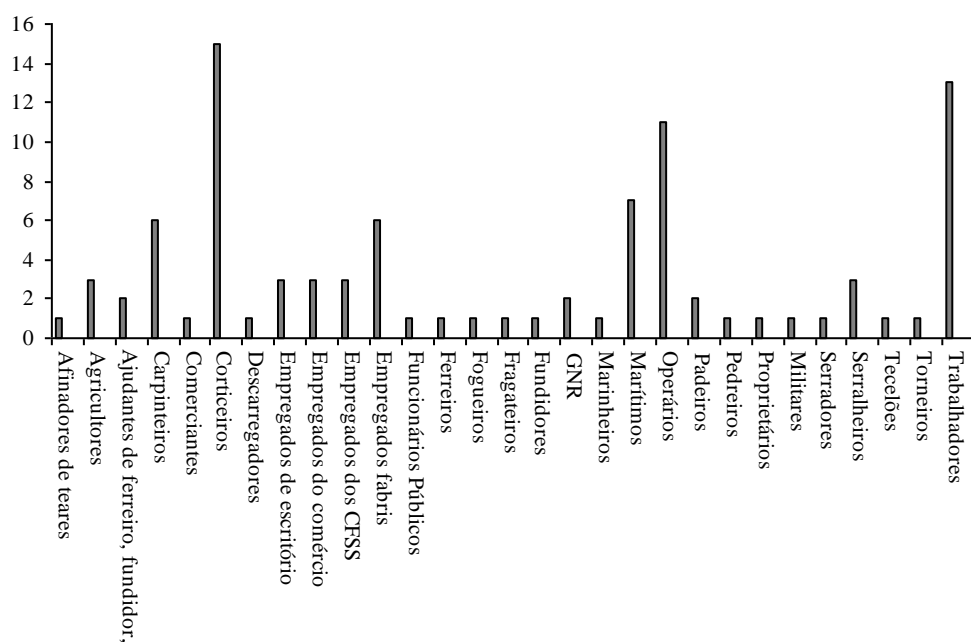


GRÁFICO 16 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS FREGUESIAS DO SEIXAL SEGUNDO OS REGISTOS DE CASAMENTO DE 1929-1930

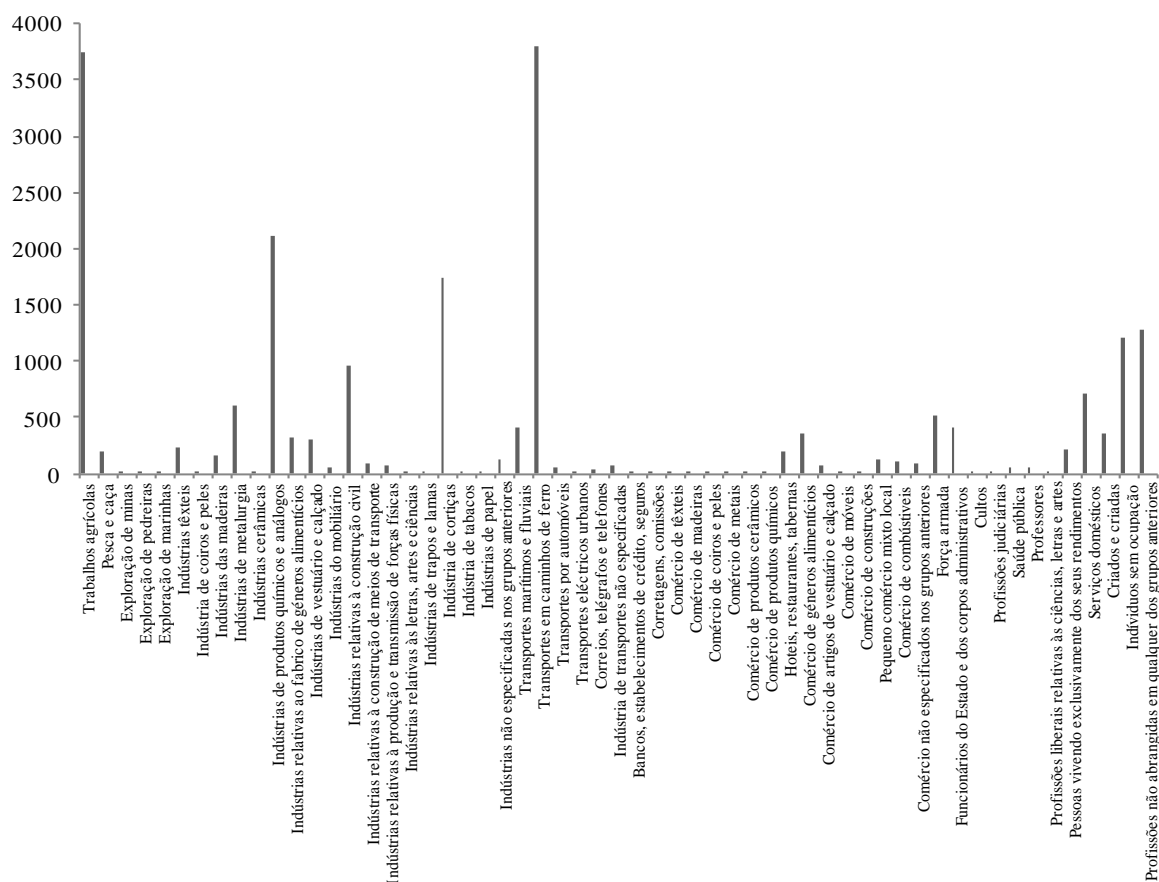


GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DO CONCELHO DO BARREIRO EM 1930

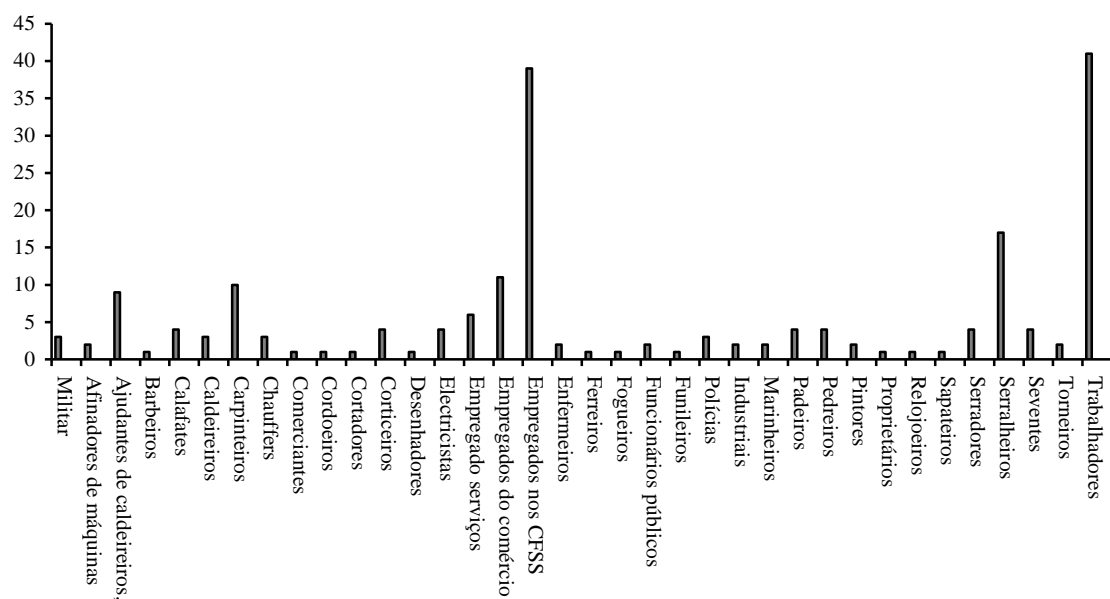


GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DA FREGUESIA DO BARREIRO EM 1930 SEGUNDO OS REGISTOS DE CASAMENTO

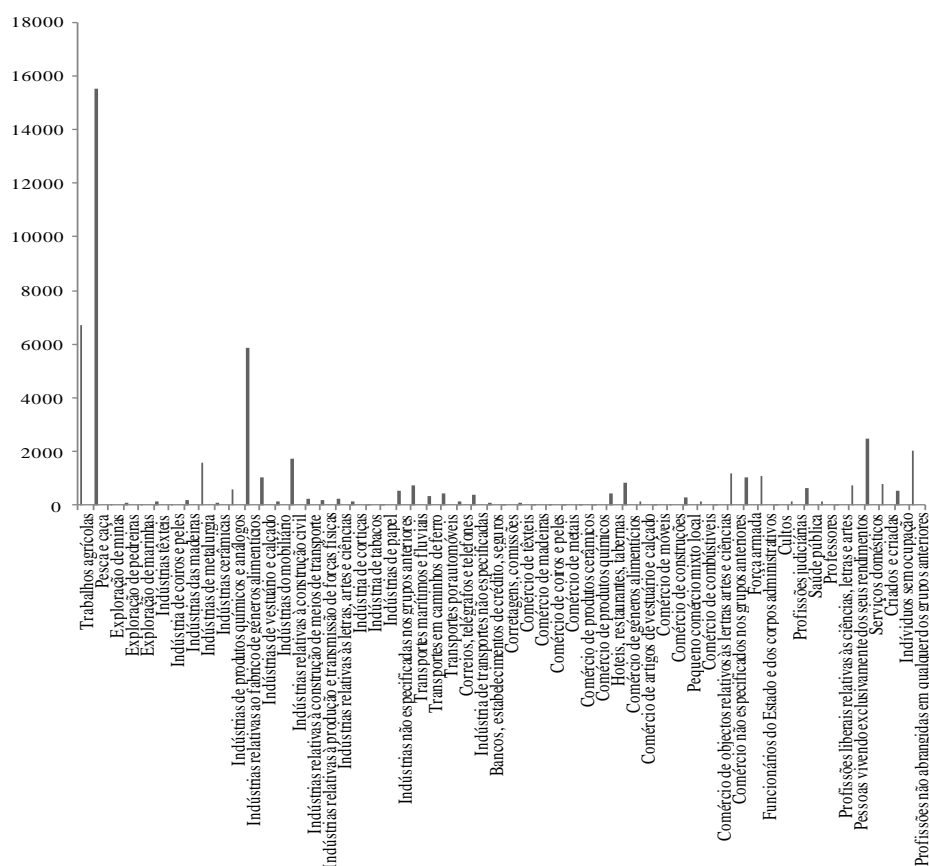


GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DO CONCELHO DE SETÚBAL EM 1930 SEGUNDO O RECENSAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Os bairros semi-clandestinos construídos nas periferias destes aglomerados urbanos, incluindo da cidade de Setúbal, estavam ainda condenados ao total abandono estatal. Quando, nos anos vinte, se iniciaram obras de saneamento básico e eletrificação, estes espaços não foram abrangidos, tal como anteriormente não eram contemplados pelos serviços municipais de recolha de lixo.

No plano de urbanização de Almada de 1946 podia-se ler que no período precedente abatera-se sobre a vila uma onda de especulação predial: «Visto 75% da população serem pessoas assalariadas, os vendedores de terrenos tiveram a ideia de subdividir as áreas que tinham posse em parcelas microscópicas, sob o pretexto de facilitar aos «pobres a compra do terreno que eles precisam»⁴²⁴. Segundo Etienne Gröer, «o desenvolvimento e o povoamento de Cova da Piedade não tem outra explicação senão a proximidade das fábricas do Caramujo, ao pé das quais os operários se alojaram como puderam. Com efeito esta localidade não é outra coisa do que uma grande zona operária entrecortada por instalações industriais».

O relatório deste plano descreve «verdadeiros casebres», como os prédios com vários andares na Mutela ou as «cavalariças humanas» do Caramujo e da Cova da Piedade (...). Em muitos lugares estas áreas habitacionais estão colocadas entre fábricas ou atrás de outras casas más e deitam sobre um corredor de dois metros de largo ou mesmo mais estreito». Finalmente, segundo o autor, as antigas casas aristocráticas do século XVIII, estavam já na data abandonadas e eram habitadas por «pobres»⁴²⁵.

Segundo a associação de classe dos corticeiros de Almada, não existiam naquele complexo estabelecimentos fabris que tivessem casas para alugar aos respectivos operários. No entanto, eram «muitíssimo poucos» os que eram proprietários das casas que habitavam. As condições de salubridade eram más nas casas disponíveis para alugar ao mês⁴²⁶.

Os vestígios materiais conservados *in situ*, a iconografia, fotografia e cartografia histórica complementam a análise documental. As unidades de produção impõem-se como elementos estruturantes do tecido paleo-urbano, particularmente na antiga orla

⁴²⁴ Etienne de Groër, Plano de urbanização de Almada in *Anais de Almada*, p185-186

⁴²⁵ Etienne Gröer, «Urbanização do concelho de Almada: 1946». *Anais de Almada*, 7-8 (2006) p215

⁴²⁶ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910), p404-416

ribeirinha. Na principal artéria do Caramujo as *casas de aldeia* pré-existentes foram todas transformadas em armazéns com cais privativos, ocupando as áreas de habitação os espaços sobrantes.

Desta forma, construídas no decorrer do processo de desenvolvimento industrial, são aproveitadas as traseiras de habitações e o vasto espaço que se estende a partir do pólo industrial ribeirinho para o interior, até e para lá da Estrada das Barrocas - «o bairro mais caótico e mais desordenado de todos». Segundo Gröer, «numerosas ruelas (com 3 metros de largo, por exemplo) sobem e descem em todos os sentidos, servindo casas que parecem ser construídas umas por cima das outras»⁴²⁷. Para além deste bairro, desde o início da Quinta da Serra à Estrada Nova estendia-se um *bairro da lata* que se prolongava até ao limite da referida quinta⁴²⁸.

Em 1930, o redactor do *Almadense* faz ao bairro da Piedade «uma visita para uma vez mais analisarmos as tristes contingências em que se acham todos os que ali têm as suas habitações, o que aliás ficamos conhecendo desde a primeira vez que visitamos o referido bairro»⁴²⁹, considerando particularmente «anti-higiénica e nociva à saúde a existência das fossas n'aquela local, pois devido à carroça da câmara nunca ali passar se encontram cheia de dejectos (...)»⁴³⁰.

No Seixal eram apontados os mesmos problemas relacionados com o crescimento da população. Em 1906, os moradores da vila do Seixal referiam que «a população tem aumentado progressivamente há uns anos a esta parte e com ela tem igualmente crescido o número de edificações novas»⁴³¹. No entanto, «dispondo de uma relativamente pequena superfície urbana, a Vila do Seixal, alberga para cima de 4000 habitantes, pelo que se observa, que, em casas onde mediocrementemente poderiam habitar 4 ou 5 pessoas, residem pelo menos 7, 8 ou mais»⁴³². Só nos anos vinte, tendo em consideração o crescimento populacional do aglomerado, foi planeado e erguido o

⁴²⁷ Etienne Gröer, «Urbanização do concelho de Almada: 1946». *Anais de Almada*, 7-8 (2006) p215

⁴²⁸ «O Bairro da Lata e os pobres dos seus moradores», *O Almadense*, 3 de Dezembro de 1933, p2

⁴²⁹ «Bairro das Barrocas», *O Almadense*, 23 de Fevereiro de 1930, p2

⁴³⁰ «Bairro das Barrocas», *Almadense*, 26 de Março de 1930, p5

⁴³¹ Abaixo-assinado de moradores da Vila do Seixal dirigido à CMS. Cit. Por Ecomuseu, O abastecimento público de água no concelho do Seixal, p6

⁴³² Cit. por Ecomuseu, O abastecimento público de água no concelho do Seixal, p6

Bairro Novo ou *Bairro Operário*, de planta ortogonal e fisicamente apartado do núcleo original⁴³³.

A par e passo – justiça é dizer – alguns melhoramentos têm beneficiado esta vila, uns de iniciativa particular, outros devido a essa Exma. Câmara, mas tem-se descurado um dos pontos capitais para a economia da população e para a higiene como é o abastecimento das águas»⁴³⁴. O sistema de abastecimento de água utilizado até ao início dos anos vinte do século XX baseava-se na elevação de água captada em poços.

Até aos anos trinta não existia recolha de lixo, este era amontoado e periodicamente queimado. A instalação de esgotos só viria a acontecer nos anos cinquenta. As famílias abasteciam-se de águas em poços e fontanários públicos. A roupa era lavada pelas mulheres nos lavadouros disponíveis – o lavadouro da *Fonte da Prata*, utilizado na baixa-mar, o das *Três Fontes das Lamas* ou o do *Rio do Tamalinho*⁴³⁵.

O aglomerado do Barreiro também sofreu uma significativa transformação no período em análise. Em meados do século XIX, a sua área urbana resumia-se à rua de Palhais, uma artéria disposta ao longo da praia. Na periferia existiam casas de veraneio da burguesia lisboeta e alentejana⁴³⁶. A partir desta data, porém, o aglomerado estende-se para a área rural. As quintas em torno da vila foram loteadas, primeiro pela Companhia Nacional dos Caminhos-de-Ferro para a implantação do troço ferroviário, e mais tarde pelos seus proprietários para a implantação de fábricas e habitação operária.

Na última década de oitocentos, os terrenos destinados à exploração agrícola em torno do aglomerado são vendidos⁴³⁷. Na alvorada do século XX e ao longo da primeira década, são apresentados inúmeros projectos à Câmara Municipal do Barreiro para a construção, ampliação ou reconstrução de casas de rés-de-chão e rés-de-chão e primeiro andar, quer individuais quer em blocos de quatro, cinco, seis, dez e mais casas⁴³⁸.

⁴³³ João Paulo dos Santos - «O núcleo urbano antigo do Seixal», *Ecomuseu Informação*, n.º 30 (2004) p12-13

⁴³⁴ Abaixo-assinado de moradores da Vila do Seixal dirigido à CMS. Cit. Por Ecomuseu, O abastecimento público de água no concelho do Seixal, p6

⁴³⁵ Manuel A. S. Lima, *Amora: memórias e vivências d'outrora*, p111-114

⁴³⁶ Câmara Municipal do Barreiro, *O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado*, p9

⁴³⁷ Livros de registos notariais citados por Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p75

⁴³⁸ Projectos inseridos no Arquivo Municipal do Barreiro e citados por Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p30

Na segunda década de novecentos, começam a ser construídos na periferia da vila, bairros clandestinos em zonas ainda rurais, que se desenvolvem em direcção ao Alto do Seixalinho e ao Alto dos Silveiros⁴³⁹. Na maioria dos casos eram os donos dos terrenos que construía «pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua»⁴⁴⁰. Os trabalhadores melhor remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, induziram maiores investimentos, como o bairro construído por António Miranda, empreiteiro de obras públicas de Lisboa.

A CUF construiu habitações para albergar os sectores mais estáveis da sua mão-de-obra. O primitivo bairro de 1909, composto por noventa e duas casas, foi sendo alargado. Foram também construídas as «correntezas operárias» das ruas do Ácido Sulfúrico, dos Super fosfatos, dos Óleos, do Dinheiro e Stinville⁴⁴¹. Junto aos bairros da empresa cresceu, contudo, um bairro clandestino, semelhante aos que cresciam nos arredores da vila - o bairro das Palmeiras onde a mão-de-obra flutuante se instalava. Este, como os supracitados espaços, constituía-se de simples casas de alvenaria ou madeira, e estava completamente isolado da vila, graças à enorme extensão que ocupava o complexo da CUF⁴⁴².

Estes três bairros – Palmeiras, Seixalinho e Silveiros - «são esquecidos pelas entidades» públicas. Aqui, «o problema da habitação apresenta-se de uma forma verdadeiramente assustadora; em casas pequenas sem higiene, sem luz, mal construídas, vivem dezenas de criaturas; casos há, que, num pequeno quarto dormem dezenas de criaturas conservando neste ambiente os seus dejectos». Em 1929, estes «subúrbios», ainda não contavam com serviços de distribuição do correio, iluminação e higiene pública, nem sequer a carroça municipal ali entrava para recolher e limpar o lixo⁴⁴³.

Com efeito, o papel da autarquia era muito limitado. Serviços como a electrificação ou saneamento eram concessionados a empresas privadas. Em 1924, a

⁴³⁹ Rosalina Carmona, *Do Barreiro ao Alto do Seixalinho: um passado rural e operário*, p68

⁴⁴⁰ Armando da Silva Pais, *O Barreiro Contemporâneo*, p306

⁴⁴¹ Rosalina Carmona, *Do Barreiro ao Alto do Seixalinho: um passado rural e operário*, p71-85

⁴⁴² «A nossa Vila: e os seus novos bairros», *Eco do Barreiro*, 15 de Junho de 1924, p1

⁴⁴³ *O Vigilante, semanário independente defensor dos interesses do povo do Barreiro*, 29 de Novembro de 1925, p1; «Os bairros das Palmeiras, Seixalinho e Silveiros», *Eco do Barreiro*, 1 de Outubro de 1929, p1

imprensa local insurgia-se porque a Companhia Industrial de Vila Franca e Bomfim, Limitada, com quem a Câmara havia feito um «contrato ruinoso», continuava a «estudar a questão»⁴⁴⁴. Apenas em 1926 o projecto estaria concluído⁴⁴⁵. Em 1927, o *Eco do Barreiro* expressava a indignação geral pelo mau serviço prestado e nomeadamente pelas constantes avarias das duas bombas que forneciam a energia baptizadas de *República* e *Futuro*, mas que o articulista afirmava terem «motores do século XVIII»⁴⁴⁶.

Em 1926 estava ainda em projecto a instalação da Rede de esgotos, uma vez que a Câmara Municipal necessitava de recorrer ao crédito para pôr em prática este urgente melhoramento. De facto, quando a vila tinha já uma população de 18.000 habitantes os despejos domésticos continuavam a ser depositados à porta das casas, contando apenas com um serviço de «deficientíssima remoção e recolha»⁴⁴⁷.

No que respeita ao planeamento urbano, a Câmara Municipal do Barreiro apenas se preocupava com o centro religioso, administrativo e político, que abarcava sobretudo o espaço entre a Praça de Santa Cruz, o Largo de Nossa Senhora do Rosário e o Largo do Casal. De resto, a Câmara Municipal assegurava apenas a manutenção das artérias que ligavam as várias povoações do concelho⁴⁴⁸.

De facto, o crescimento do Barreiro, à semelhança do que aconteceu com a maioria do território português, só mereceu a atenção do Estado em 1957, quando o município passou a dispor de um Plano de Ordenação e Gestão Urbanas. Até à data, a Câmara Municipal do Barreiro «foi uma entidade limitada na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares». Citando Nunes da Silva, Carlos Vieira de Faria defende que a atitude do Município «foi a de atribuir à iniciativa privada as tarefas de urbanização neste domínio, em parte consequência da escassez de receitas, mas também fruto duma perspectiva liberal ainda dominante»⁴⁴⁹.

⁴⁴⁴ «A questão da energia eléctrica», *Eco do Barreiro*, p1; «A questão da iluminação eléctrica», *Éco do Barreiro*, 15 de Fevereiro de 1925, p1

⁴⁴⁵ «Iluminação eléctrica na Vila do Barreiro», *Eco do Barreiro*, 15 de Outubro de 1926, p2

⁴⁴⁶ «A iluminação eléctrica na nossa vila», *Eco do Barreiro*, 1 de Dezembro de 1927, p1

⁴⁴⁷ «Rede de esgotos», *Eco do Barreiro*, 15 de Julho de 1926

⁴⁴⁸ Na Praça de Santa Cruz particularmente concentravam-se a Igreja Matriz, os Paços do Concelho até 1906, a prisão e o arquivo do município, o julgado municipal e a Santa Casa da Misericórdia. Os vendedores de hortaliças também vendiam ali os seus produtos. Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p35-43

⁴⁴⁹ Carlos Vieira da Silva, *Industrialização – Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro*, p350

Finalmente, no que respeita à expansão urbana da cidade de Setúbal, é de sublinhar que esta reflecte o padrão de localização da habitação operária junto das unidades de produção, neste caso das fábricas de conservas, que conheciam neste período um grande incremento e desenvolvimento nas periferias da urbe e particularmente na freguesia de São Sebastião, que rapidamente se tornou a mais populosa da cidade.

Pescadores e operários conserveiros viviam em casas mais ou menos abarracadas, em pequenas *ilhas* e *bairros da lata*. A imprensa da época fornece eloquentes descrições do que eram estes «bairros excêntricos». Segundo *O Sado*, em 1929, «estando de visita nesta cidade, um distinto construtor de Lisboa foi dar um passeio pelos bairros novos (...), depararam-se-lhe míseros casebres de madeira e outros forrados a folha de flandres. E o nosso amigo visitante teve esta exclamação bem legítima: - Parece impossível que se dessem licenças para construir casas tão pobres!». A mesma fonte explica que «em tempos não muito remotos aforou-se terreno a 25 centavos cada metro quadrado, a gente pobre que não podia pagar casas dentro da cidade. E por espírito humanitário as Câmaras dessa época consentiram que se fizessem nesses terrenos barracas de madeira, tijolo e folha...»⁴⁵⁰.

Segundo a *Indústria*, «para as classes médias e operárias não se constrói e daí a acumulação de famílias nas barracas que se vêm fazendo nesses bairros que ficam nos arredores da cidade e onde não há água, não há luz e a limpeza falta. Nessas pequenas habitações vive-se em comum, dormindo os filhos no único quarto que existe conjuntamente com os pais (...). Por cada um destes infectos cubículos pagam-se rendas exageradíssimas, correndo-se o risco de a toda a hora serem postos na rua, porque houve outros que na mesma situação miserável foram oferecer mais dinheiro»⁴⁵¹.

Os referidos bairros «albergam em si grande parte da nossa população obreira», sendo espaços «de sofrimento e dor, eles são testemunho mudo de diversas tragédias, pavorosas se as trouxéssemos à luz». São bairros «onde tudo falta: ruas sem pavimento, escolas, mercado misto, posto policial, etc.»⁴⁵². *O Elmano* denuncia ainda que «as barracas que nós vemos em vários sítios desta cidade não pertencem, na sua grande

⁴⁵⁰ «Nos bairros excêntricos», *O Sado*, 12 de Maio de 1929, p1

⁴⁵¹ «O problema da habitação», *A Indústria*, 24 de Setembro de 1926, p1

⁴⁵² «Bairros excêntricos de Setúbal», *Indústria*, 29 de Maio de 1933, p7-9

maioria, aos miseráveis que ali habitam. Pertencem a espertalhões que lhas alugam por alto preço»⁴⁵³.

O crescimento da cidade industrial deu origem a novos bairros. Em 1890, junto às fábricas de António José Baptista, é construído o bairro Baptista. Com o advento da Guerra e a excepcional expansão das fábricas de conservas, a área alta da cidade é sobre-ocupada, particularmente a freguesia de S. Sebastião. A par de intervenções de dimensão significativa – como o bairro Melo – são os pequenos particulares que retalham as suas quintas e erguem espaços habitacionais sem as mínimas condições de salubridade. Os bairros de S. Nicolau, Ferreira, Moinho do Frade e Monarquina nascem desta dinâmica⁴⁵⁴.

No bairro Manuel Salgado instala-se em separado a burguesia enriquecida nesta conjuntura, em moradias estilo «casa portuguesa» de Raul Lino. Neste bairro não são autorizadas nem as fábricas nem as *casas abarracadas* destinadas aos operários⁴⁵⁵. Por outro lado, enquanto nos bairros operários periféricos em desenvolvimento as ruas são designadas por simples letras, aqui homenageiam figuras notáveis.

Na urbanização de Setúbal, as autoridades públicas pouco interferem. Construtores e agências privadas gerem os investimentos na habitação operária, criando projectos tipo – *renques* e *vilas* – cujas características de salubridade e privacidade estão amplamente estudadas⁴⁵⁶. Os proprietários dos bairros onde se concentrava a mão-de-obra das fábricas de conservas transformaram ou construíram habitações abarracadas, a que chamaram *pátios*, muitos autorizados como *armazéns* pela Câmara Municipal⁴⁵⁷. As *Casas abarracadas*, *barracas* (de madeira), *barracas de alvenaria*, *grupo de casas abarracadas*, *casas para gente pobre* destinadas a alugar aos operários, abundam entre os pedidos de construção à Câmara Municipal⁴⁵⁸. Projectos que a Câmara aprova mas procura esconder - *deferido mas com muro de vedação*⁴⁵⁹.

Progressivamente, e tendo em consideração os problemas sanitários e de saúde pública germinados na cidade, a edilidade procura condicionar os mais gravosos

⁴⁵³ «Habitações perigosas», *O Elmano*, 27 de Abril de 1904, p1

⁴⁵⁴ Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, p7-26

⁴⁵⁵ Joaquina Soares, Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920-1930, p109-110

⁴⁵⁶ Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, p7-26

⁴⁵⁷ Joaquina Soares, Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920-1930, p122

⁴⁵⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal, *Índice dos Processos de Obras*, vários anos

⁴⁵⁹ Joaquina Soares, Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920-1930, p124

projectos. Em 1920, ao indeferir um projecto de uma Vila no Bairro Santos Nicolau, afirma que «habitações pequenas, exíguas (...) temos já demasiadas na cidade (...) não se deve permitir que se estabeleçam novas ilhas sem nenhuma condições higiénias»⁴⁶⁰.

Por outro lado, a especulação determinava a sobre ocupação destas casas que consumiam uma percentagem considerável do salário operário⁴⁶¹. Maria de Lurdes Reizinho e Silva, analisando a variação do número de fogos e população na cidade e concelho de Setúbal, confirma esta tese⁴⁶². O jornal *A Indústria* refere o mesmo fenómeno: «a acumulação de famílias nas barracas que se vêm fazendo nestes bairros que ficam nos arredores da cidade e onde não há água, não há luz e a limpeza falta»⁴⁶³.

2.2.2.3 A CONTESTAÇÃO EM TORNO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Em 1914, o chefe da repartição do Trabalho Industrial, Oliveira Simões, elabora um estudo sobre casas para operários, publicado no *Trabalho* de Setúbal. O autor caracteriza a habitação operária portuguesa, comparando com o mesmo fenómeno noutros países, onde o problema começava igualmente a chamar a atenção dos poderes públicos. Refere ainda algumas soluções experimentadas além-fronteiras, exemplos de construções levadas a cabo pelo Estado, municípios ou sociedades filantrópicas, constatando, todavia, a impossibilidade de concretizar qualquer uma destas opções em Portugal⁴⁶⁴.

O Estado pouco interveio na mitigação deste problema social. A produção social destas áreas residenciais resultou da acção conflitual entre os industriais, interessados em fixar e reproduzir a mão-de-obra fabril ao menor preço possível, os pequenos e médios proprietários, empenhados em rentabilizar ao máximo os seus terrenos e investimentos imobiliários, e os trabalhadores, esforçando-se por humanizar e contestar os espaços para onde eram segregados.

A habitação estava no centro das preocupações e reivindicações das organizações operárias. Bartolomeu Constantino, em nome da União dos Sindicatos

⁴⁶⁰ Joaquina Soares, Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920-1930, p126

⁴⁶¹ J. O. Simões, «Contribuição para o estudo das casas para operários», *Boletim do Trabalho Industrial*, 66 (1912).

⁴⁶² Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», *População e Sociedade*, 5 (1999), p61-79

⁴⁶³ O problema da Habitação, *A Indústria*, 24 de Setembro de 1926, p1

⁴⁶⁴ Oliveira Simões, «As casas para operários», *O Trabalho*, 5, 12 e 19 de Julho de 1914, p2

Operários (USO) de Almada, reclamava: «O espaço de Almada é um concelho industrial e comercial, por excelência, mas...vive-se em péssimas condições higiénicas, não há água, nem luz. As casas é tudo quanto há de mais detestável, no entanto, os sub-delegados de saúde não se importam com estes viveiros de micróbios (...). Por estes e outros assuntos de carácter geral, como o da alimentação, precisa-se que os operários de organizem fortemente para se impor (...)»⁴⁶⁵.

Entre estes, destacou-se o relacionado com o abastecimento de água à população. Em 1920, na tentativa de solucionar este problema, resolveu o povo reclamar às autoridades locais, por intermédio da União dos Sindicatos Operários de Almada, a instalação de um depósito na parte central da cidade. Segundo este organismo, o «abastecimento é em 1920 feito exactamente da mesma forma de há 300 anos atrás, desde que foi construída a Fonte da Pipa, a 1 km do centro. Para além de todas estas insuficiências, o preço da água decuplicou desde início da Guerra: A bica está cansada por falta de limpeza e a bolsa do operário depauperada pelos traficantes de balcão...». Devido a esta situação, foram organizados comícios de protesto, aos quais assistiram representantes da CGT e das Federações Corticeira e da Construção Civil⁴⁶⁶. Em 1924, em Almada, foi também organizado pelas associações de classe um «Comício de protesto contra abusos de senhorios que põem na rua inquilinos que não se sujeitam nem podem pagar as excessivas rendas»⁴⁶⁷.

É de referir que a organização informal dos trabalhadores ao nível dos espaços residenciais e com o objectivo de intervir na melhoria dos mesmos foi consumada, tendo inclusive «os habitantes das barrocas e da piedade» se oferecido para contribuir financeiramente para a obra de saneamento do bairro operário. Não obstante, a abstenção do Estado e designadamente das autoridades locais impossibilitou a resolução deste grave problema⁴⁶⁸.

As mulheres eram particularmente sensíveis às questões relacionadas com os espaços residenciais. Em Fevereiro de 1910, *O Corticeiro* publica uma carta de Etelvina Marques em que esta denuncia «o que se passa em Almada com a falta de higiene afim

⁴⁶⁵ *O Correio do Sul: folha anti-clerical e defensora dos interesses do Concelho de Almada*, 19 de Março de 1911, p3

⁴⁶⁶ «Em Almada: a falta de água», *A Batalha*, 25 de Agosto de 1920, p2

⁴⁶⁷ *O Despertar*, 10 de Agosto de 1924, p1

⁴⁶⁸ *Almadense*, 18 de Maio de 1930, p1

de que toda a gente saiba que a dois passos de Lisboa existem tais focos de infecção» e apela «aos camaradas operários de Almada que se agitem e façam chegar ao conhecimento dos poderes públicos a necessidade de fazer canos de esgoto e de se sanear esta população»⁴⁶⁹.

No Barreiro, quando as autoridades locais começam a tentar regular a iniciativa privada, no que respeita à construção urbana, todavia, são sobretudo os pequenos construtores a ser condicionados. O *Eco do Barreiro* procurou «alguém que pudesse dizer alguma coisa sobre o problema das edificações», entrevistando «um dos presidentes da Associação de Classe da Construção Civil, por ser uma das que mais directamente são interessadas». Segundo Álvaro Rosa, «até agora todos os operários tinham a liberdade de tomar conta de trabalhos, o que era justo; pois agora só pode tomar a direcção de trabalhos, um mestre inscrito na Câmara, e os operários que se queiram inscrever terão de fazer um exame de habilitação profissional». Das reivindicações e negociações levadas a cabo entre a Associação de Classe e a Câmara Municipal, até à data, apenas conseguiram os operários da construção civil, que fossem dispensados dos exames «os nossos camaradas de idade já muito avançada, e que, não sabendo ler, há muitos anos dirigem construções»⁴⁷⁰. Meses depois, a associação, representando mais de um milhar de operários da construção civil, envia uma representação à Câmara voltando a apelar para a alteração das posturas, no sentido de facilitar a construção, considerando que «o Barreiro é uma terra essencialmente operária», «à excepção de dois ou três, quem manda construir e reparar os prédios são, na sua maioria pequenos comerciantes e industriais e ainda alguns operários (...) o que de futuro não poderão fazer devido aos pesados encargos que as disposições em vigor lhe impõem»⁴⁷¹.

De facto, mais do que a planificação urbana, o que preocupava estas populações era sobretudo a escassez de habitações e a consequente especulação e abusos por parte dos senhorios. Contra os aumentos das rendas actuaram desde logo as redes de vizinhança, como foi exemplo o caso ocorrido no Seixal em que uma «senhoria gananciosa, como a inquilina recusou pagar aumento da renda (de 2\$50 para 6\$...), pô-la na rua juntamente com mobílias, tendo para isso tido o apoio das autoridades. A

⁴⁶⁹ «A mulher no movimento operário», *O Corticeiro*, 5 de Fevereiro de 1910, p4

⁴⁷⁰ «O novo Código de Posturas Municipais», *Eco do Barreiro*, 15 de Março de 1929, p3

⁴⁷¹ «Uma representação», *Eco do Barreiro*, 1 de Abril de 1929, p2

vizinhança, solidária com a arrendatária, correu com a senhoria e voltou a colocar mobília dentro de casa, ignorando a presença das autoridades locais⁴⁷².

A questão do inquilinato foi das mais mobilizadoras e politizadas durante o período em análise, sentida como «uma inqualificável violência das classes ricas sobre as classes pobres». No primeiro grande ciclo de agitação social em Portugal, «um dos assuntos postos na ordem do dia após os últimos acontecimentos é o das rendas das casas. Tanto é certo que o nosso povo não encara a República como simples questão de mudança de regime político. Assim num grande brado se reclama contra o pagamento adiantado do aluguer das habitações aos semestres e trimestres, exigindo-se do parlamento uma lei que regule o pagamento aos meses». Era exigido que se condenasse «as moradias ruins» através da intervenção das câmaras munipalizando o serviço das habitações e fazendo construir casas higiénicas e baratas»⁴⁷³.

Em Setúbal, o movimento contra o regime de arrendamento ao semestre, que empurrava as camadas dependentes de salários semanais para habitações sem as mínimas condições de habitabilidade, é iniciado imediatamente após a revolução republicana, por impulso da Associação de Classe dos Trabalhadores Marítimos⁴⁷⁴. Dias depois, os corticeiros decidem «oficiar o ministro das Finanças sobre lei de isenção de décima de renda de casas, que colocara Setúbal em 3º lugar quando maior parte das rendas eram superiores a 30:000 reis anuais». Oficiaram ainda todas as colectividades locais para nomearem um delegado a participar numa reunião para tratar este assunto e outras «questões de carácter económico»⁴⁷⁵, tendo esta lugar na sua colectividade⁴⁷⁶. O movimento conquista o apoio das diversas associações de classe e tem o ponto alto num comício no Campo do Bonfim no dia 6 de Novembro de 1911⁴⁷⁷.

A questão do inquilinato tende a politizar-se ainda mais no pós-guerra, perante o dramático agravamento da carestia de vida. Os sindicalistas de Setúbal decidem seguir o exemplo de tudo quanto se faça em Lisboa relativamente ao aumento das rendas»⁴⁷⁸, reunindo delegados de todas as classes operárias de Setúbal – quinze - para debater a

⁴⁷² «No Seixal: um acto simpático», *A Batalha*, 16 de Dezembro de 1919, p3

⁴⁷³ «Actualidades», *O Trabalho*, 6 de Novembro de 1910, p1

⁴⁷⁴ *Germinal*, 5 de Novembro de 1910, p2

⁴⁷⁵ *Germinal*, 12 de Junho de 1911, p3

⁴⁷⁶ *Germinal*, 17 de Junho de 1911, P3

⁴⁷⁷ «Actualidades», *O Trabalho*, 6 de Novembro de 1910, p1 e 3

⁴⁷⁸ «Contra os senhorios gananciosos: em Setúbal, uma importante reunião», *A Batalha*, 16 de Dezembro de 1919, p3

questão. «Foi lido um manifesto e decidido recolher reclamações e indicações que fortaleçam a posição e argumentação das comissões encarregues do assunto, assim como de esclarecer para a propaganda e comício. Estas reclamações do inquilinato serão recebidas na Associação de Classe da Construção Civil. Foi também a provada a ida de uma comissão de propaganda a Palmela, comunicar e distribuir manifestos»⁴⁷⁹.

Em Janeiro de 1920, realiza-se um comício no Estádio do Vitória Futebol Clube, no qual se defende que a «crise do inquilinato só é solucionável mediante um empréstimo da parte do governo para a construção de um bairro social operário. Procede-se à leitura dos placards impressos, a afixar na porta de cada inquilino, devendo a sua distribuição ser feita pelos sindicatos e respectivos associados e também por não sindicados (...). Encerra-se o comício com saudações à organização operária, à Internacional Operária, à *Batalha* e à greve do inquilinato»⁴⁸⁰.

As populações operárias contestavam ainda a falta de equipamentos e serviços públicos. No Barreiro, a falta de escolas era constantemente sublinhada por um dos mais importantes jornais locais nos anos vinte, editado sobretudo por ferroviários⁴⁸¹. No *Eco do Barreiro* defendiam ser «ao Estado que compete mandar construir um edifício escolar na nossa vila. É ao ministro da instrução que temos de nos dirigir: é a ele que, professorado, Câmara Municipal, Junta de freguesia, Delegado do governo, Associação Comercial, Centros Políticos de todas as cores, Associações e Classe, Povo, todos nós, enfim, nos devemos dirigir amanhã, reclamando-lhe mais um edifício escolar para a nossa vila»⁴⁸².

Finalmente, no que respeita aos espaços industriais, é contestada a ausência de qualquer regulação ou condicionamento da expansão industrial e seus efeitos sobre o ambiente e as condições de vida das populações locais. O exemplo mais significativo é sem dúvida o da Companhia União Fabril no Barreiro. Desde a sua fundação, as fábricas da CUF induziram «queixas sobre os cheiros e fumos (...) atribuindo-se-lhes mesmo, não só efeitos perniciosos sobre as plantas e vegetação como várias doenças nos habitantes e o agravamento de outras, especialmente das vias respiratórias. Essas

⁴⁷⁹ «Em Setúbal: mais uma importante reunião», *A Batalha*, 20 de Dezembro de 1919, p2

⁴⁸⁰ «Em Setúbal: um imponente comício de protesto contra o aumento das rendas de habitação e a exploração do comércio açambarcador», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1920, p2

⁴⁸¹ «Instrução em geral no país e na vila do Barreiro», *Éco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento.

⁴⁸² «A instrução primária no Barreiro: falta de escolas», *Éco do Barreiro*, 15 de Outubro de 1925, p1

queixas chegaram às autoridades sanitárias que entenderam que não havia razão nelas (...) Com o desenvolvimento das instalações daquela companhia e montagem de novas fábricas esse estado de coisas agravou-se a ponto de, a Câmara Municipal da época, atendendo às constantes reclamações feitas, ter convocado uma reunião de interessados das três freguesias do concelho, sendo elaborada uma representação que foi entregue ao então director geral da saúde, solicitando-se uma vistoria às fábricas. Fez-se ela em 5 de Abril de 1917, mas nada de proveitoso resultou (...). Novas e importantes instalações fabris ali foram feitas de produtos diversos e as emanações e fumos expelidos começaram a ser de tal ordem que eram cada vez mais vivas e intensas as reclamações (...). Especialmente os bairros dos Silveiros e do Seixalinho, que ficam na direcção dos ventos dominantes, sofrem muito mais, pelo que os seus habitantes se dirigiram em comissão ao sub-inspector de saúde, pedindo-lhe providências»⁴⁸³.

«A questão dos fumos deletérios da CUF apaixonou a opinião pública local (...) A CUF não pode ser indiferente à Campanha que se vem movendo contra as suas fábricas no Barreiro». A contestação popular forçou a Direcção Geral da Saúde, em 1929, a interessar-se pelo assunto e a pressionar a a CUF a tomar providências no sentido de «modificar o sistema existente, de modo a satisfazer as justas reclamações dos habitantes do Barreiro»⁴⁸⁴.

No ano seguinte, a questão dos gases da CUF deu origem a uma subscrição pública⁴⁸⁵. Segundo o *Terra e Liberdade*, «são os homens da ciência, os médicos, etc. que o afirmam; é a própria Câmara Municipal que, alto e bom som, o assevera, é a toda uma população de vinte mil criaturas que, num protesto uníssonos, gritam contra tal desumanidade»⁴⁸⁶.

A Voz do Barreiro, no entanto, noticiava que «Por mais que se proteste, por mais que se argumente, as entidades superiores a quem se encontra afecta a solução deste problema, continuam indiferentes ao clamor duma população martirizada e perseguida pela invasão constante dos gases deletérios da CUF»⁴⁸⁷.

⁴⁸³ «Questões de Salubridade», *Eco do Barreiro*, 1 de Julho de 1929, p1

⁴⁸⁴ «Questão de salubridade», *Eco do Barreiro*, 15 de Julho de 1929, p1

⁴⁸⁵ *A Voz do Barreiro*, 8 de Novembro de 1930, p1

⁴⁸⁶ «A população do Barreiro», *Terra e Liberdade*, 1 de Agosto de 1930, p4

⁴⁸⁷ «Bradar no deserto: gases da CUF», *A Voz do Barreiro*, 29 de Novembro de 1930, p1

2.2.3 A EVOLUÇÃO DAS MOBILIDADES E HIERARQUIAS

2.2.3.1 O PROJECTO MIGRATÓRIO COMO ESTRATÉGIA

Para o crescimento populacional dos aglomerados urbanos em análise a imigração foi fundamental. As taxas de população natural de outro concelho e até de outro distrito são bastante expressivas a partir de 1890, data a partir da qual a naturalidade passa a ser um critério de análise nos recenseamentos gerais⁴⁸⁸. Em Setúbal, os números não são tão impressionantes como na margem Sul do Tejo, porque apesar da cidade ser pólo de atracção de milhares de trabalhadores, estes provêm sobretudo das freguesias do seu *hinterland* agrícola⁴⁸⁹.

Se os aglomerados urbanos onde se concentrava a indústria são comprovadamente o destino dos fluxos migratórios, as proveniências, a origem social e os percursos destas correntes distinguem-se substancialmente. Os registos de casamento analisados reflectem itinerários diferenciados, modelados pela oferta de trabalho mas também pelas redes de migração organizadas por estes protagonistas.

Segundo Maria Alfreda da Cruz, enquanto os tradicionais mesteres urbanos continuaram a ser desempenhados sobretudo pelos locais, os recém-chegados encontraram ocupação nas fábricas que se foram instalando no seio dos aglomerados e seus arredores. Segundo a autora, os quadros mais estáveis do operariado vieram principalmente do concelho e de outras terras industrializadas, sendo sobretudo aos trabalhadores de ofício pré-industriais que se abriram os quadros mais ou menos estáveis do operariado – aqueles que necessitavam de aprendizagem e especialização. Nos períodos de expansão brusca dos mercados de emprego industrial, contudo, as fábricas atraíram os trabalhadores rurais da região e os forasteiros em geral⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ Na freguesia de Almada, os naturais do concelho representam apenas 42% da população, em 1911 não superam os 50%, mas em 1930 são já 70,8%. Tal como sucedeu em Almada foi a população imigrante a determinar o crescimento da freguesia do Barreiro, representando os naturais do concelho, em 1890, 73%, em 1911, 53%, e em 1930, 64,5%. A concentração da população no concelho do Barreiro é consideravelmente superior à de Almada. Em 1890, os naturais do Seixal representavam 72% da população, em 1911 63% e, em 1930, 78%. A percentagem de população nascida e residente em Setúbal diminui igualmente a partir de 1890, sendo 77,9% em 1890, 73% em 1911 e 77,8% em 1930.

⁴⁸⁹ Vasco Pulido Valente, «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)», *Análise Social*, Vol. XVII/3, 4 e 5 (1981), p615-678

⁴⁹⁰ Maria Alfreda da Cruz, A margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do Espaço, p241 e seguintes

As sondagens realizadas nos registos paroquiais e nas fichas dos sindicatos nacionais permitiram aferir esta tese, demonstrando que durante o período de desenvolvimento industrial, verificado entre finais do século XIX e meados da década de vinte da centúria seguinte, as redes migratórias, organizadas a partir da província, permitiram aos forasteiros conquistar importantes segmentos do mercado de trabalho local.

Em Almada, pode verificar-se que, neste período, os naturais de Almada continuam a trabalhar em actividades tradicionais, artesanais e qualificadas, como a tanoaria, a serralharia ou a carpintaria⁴⁹¹. Os migrantes acedem em menor número ao trabalho qualificado⁴⁹². No entanto, os registos de casamentos comprovam o peso das redes familiares e comunitárias na organização dos fluxos migratórios a partir de concelhos e freguesias específicas da Beira Alta⁴⁹³ e as fichas do *Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros de Almada* demonstram que estas redes facilitavam o ingresso nas grandes fábricas de cortiça, pesando os naturais destes mesmos concelhos e freguesias entre os forasteiros inscritos. De facto, as redes de migração asseguram algum controlo sobre o mercado de trabalho, garantindo aos recém-chegados colocação nas maiores empresas onde o *jornal* era mais estável⁴⁹⁴.

Através da análise dos casamentos realizados nas freguesias do Seixal, Amora, Paio Pires e Arrentela é possível verificar igualmente uma notável eficácia e resistência

⁴⁹¹ 47% dos noivos naturais de Almada são trabalhadores qualificados, artesãos ou trabalham em profissões tradicionais como catraeiros ou calafates, 30% são corticeiros, 18% trabalhadores indiferenciados e apenas 3,7% não pertencem ao mundo do trabalho manual.

⁴⁹² Os imigrantes representam apenas 48% dos trabalhadores qualificados e 79% dos indiferenciados, sendo 36% provenientes do distrito de Coimbra. 38% dos originários do distrito de Lisboa estão empregues no comércio e nos serviços e 22% são trabalhadores qualificados.

⁴⁹³ Em S. Tiago de Almada, num total de 69 registos de casamento realizados no primeiro intervalo, pudemos observar que 44 noivos tinham nascido fora do concelho, sendo em número significativo provenientes do distrito de Coimbra, e nomeadamente dos concelhos de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital. Entre as noivas a taxa de forasteiras é igualmente alta: 38 das mulheres que se casaram nesses dois anos não nasceram em Almada, no entanto, é maior o número de naturais do distrito de Lisboa, seguindo-se igualmente as provenientes dos mesmos concelhos do distrito de Coimbra. Vinte anos depois, 46 dos 85 homens que se casaram na freguesia de Almada eram naturais de outros concelhos, começando pelos mesmos concelhos do distrito de Coimbra, seguindo-se o distrito de Lisboa e depois o de Viseu. As noivas reflectem o mesmo padrão. Em 1929-30 continuam a chegar a Almada trabalhadores provenientes dos concelhos de Tábua, Arganil, São Pedro do Sul, mas também de Silves e da cidade de Lisboa em significativo número.

⁴⁹⁴ Nas fichas do sindicato nacional, podemos verificar que os naturais de Arganil trabalham maioritariamente na fábrica da firma *Henry Bucknall & Sons* e na *Cabrujo&Cabrujo*, os de Oliveira do Hospital, na primeira e na *Rankins Lda*, bem como os da Tábua. Os naturais destes três concelhos representavam 32,2% da mão-de-obra que resistira à crise de trabalho dos anos vinte e trinta.

das redes de migração. A proveniência de várias famílias de uma mesma freguesia⁴⁹⁵, a sua recomposição à escala do lugar pelo casamento entre conterrâneos⁴⁹⁶ e a repartição do trabalho artesanal e fabril entre naturais e forasteiros⁴⁹⁷, comprovam que estas redes asseguravam o projecto migratório, mas também a integração e o acesso ao trabalho.

As fichas do *Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros* ilustram que os postos mais estáveis desta indústria foram disputados entre naturais das freguesias do Seixal e limítrofes e originários da região centro e mais precisamente por naturais dos mesmos concelhos e freguesias de onde se organizavam os fluxos dominantes. Em menor número, mas para postos de trabalho mais qualificado, entraram nas fábricas oriundos de Sines, Silves e Lisboa.

Os registos da *secção do Seixal*, ao contrário dos de Almada, incluem a data de ingresso na actividade, ilustrando assim a evolução temporal destas tendências. O ingresso de forasteiros nas fábricas de cortiça diminui na mesma proporção da oferta de emprego. A partir de 1925 o mercado de trabalho industrial contrai, logrando os naturais do concelho e da aglomeração de Lisboa assegurar um maior controlo do mesmo⁴⁹⁸. Os registos de casamentos confirmam esta tese, sendo neste período mais significativa a percentagem de forasteiros condenada ao trabalho indiferenciado e sazonal⁴⁹⁹.

No seu conjunto, estes dados sugerem que as décadas entre 1890 e 1910, graças à expansão industrial, foram um período de excepcional fluidez social, mesmo entre os migrantes. As redes de migração desempenharam um significativo papel na integração

⁴⁹⁵ Desde pelo menos 1890 que os fluxos migratórios provêm sobretudo de concelhos do distrito de Lisboa, incluindo o actual de Setúbal, do distrito de Viseu, particularmente dos concelhos de São Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Castro D'Aire e Vouzela, e do distrito de Coimbra, Tábua, Cantanhede e Figueira da Foz. Ainda, em percentagem significativa, de Arcos de Valdevez em Viana do Castelo, do concelho de Castelo Branco e de Vila Real de Trás-os-Montes.

⁴⁹⁶ Os casamentos realizados entre 1908 e 1910 confirmam a perpetuação e reforço destas redes. As origens são as mesmas de há vinte anos, os casamentos entre noivos com a mesma origem continuam a destacar-se.

⁴⁹⁷ O mercado de trabalho indiferenciado predomina, ocupando quer seixalenses quer forasteiros. Às actividades tradicionais – pescadores, marítimos, catraeiros – dificilmente acede um forasteiro mas o trabalho qualificado artesanal e fabril é repartido entre naturais e migrantes.

⁴⁹⁸ A maioria dos originários da região centro integrou os quadros das grandes empresas corticeiras antes de 1925. Na década de trinta, apenas 21,9% dos operários que entraram nas fábricas corticeiras seixalenses tinham nascido fora desta sub-região.

⁴⁹⁹ Entre 1929 e 1930 os noivos *corticeiros* são na sua maioria naturais do concelho, ao contrário dos seus pais e dos *corticeiros* que se casaram entre 1908 e 1910, quase todos de fora do concelho.

dos forasteiros no mercado de trabalho local, perdendo apenas eficácia quando se iniciou a sua contracção, a partir de meados dos anos vinte⁵⁰⁰.

Os registos de casamento da freguesia do Barreiro apontam para movimentos migratórios distintos dos que fluíram para Almada e Seixal⁵⁰¹, bem como diferentes padrões de acesso ao mercado de trabalho⁵⁰², destacando-se entre os forasteiros os detentores de um ofício, oriundos de Lisboa e outros centros industriais. Esta especificidade poderá ser explicada pelo maior peso do trabalho qualificado neste aglomerado.

Com efeito, os que vieram para o Barreiro ocuparam na sua maioria postos de trabalho mais qualificados e estáveis, nomeadamente na *Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste* (CFSS). Para os CFSS vieram trabalhar originários de vários pontos da linha – Montemor-o-Novo, Évora, Beja, Estremoz, Loule, Silves, etc., sendo patente que estes postos de trabalho invejáveis eram alvo da disputa entre diferentes redes de migração, em que a proveniente de S. Bartolomeu de Messines (Silves) tomava a dianteira⁵⁰³.

Não obstante o desenvolvimento industrial do concelho atraía também muitos trabalhadores indiferenciados. A construção dos caminhos-de-ferro alargara só por si o mercado de trabalho local, começando desde logo pelo pessoal empregue na sua construção e nas suas oficinas gerais, mas também na indução do desenvolvimento de outros sectores associados – os vapores e a construção naval – ou que beneficiavam desta nova ligação entre os campos do Sul e a capital – entre os quais se destaca a indústria corticeira⁵⁰⁴. Nas primeiras décadas do século XX verifica-se uma ainda maior

⁵⁰⁰ No intervalo temporal de 1929-1930 dos registos de casamentos analisados 44% dos noivos e 34% das noivas não são naturais do Seixal. Os movimentos continuam a ser canalizados exactamente dos mesmos distritos e concelhos.

⁵⁰¹ Foi o distrito de Lisboa que forneceu mais migrantes homens àquele complexo quer entre 1890-1891 quer entre 1909-1910, seguindo-se no primeiro intervalo o distrito de Évora e no segundo o de Beja e Viseu. As mulheres vêm também em maior quantidade de concelhos do distrito de Lisboa.

⁵⁰² Ao contrário do verificado em Almada e no Seixal, dos 54 noivos forasteiros, identificados nos dois primeiros intervalos de tempo em análise, apenas 17 eram trabalhadores indiferenciados. Os naturais do Barreiro estavam igualmente empregues na sua maioria em trabalhos qualificados ou não manuais, conservando-se, no primeiro intervalo, uma parcela da população barreirense dedicada a actividades tradicionais flúvio-marítimas.

⁵⁰³ Propostas de admissão de sócio para o Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul de Portugal 1938, livro 1 - Fichas n.º 1 a 993. Arquivo Municipal do Barreiro

⁵⁰⁴ Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p54

ampliação do mercado de trabalho, determinada pela instalação e desenvolvimento da *Companhia União Fabril* no Lavradio⁵⁰⁵.

Segundo o *Avante*, na alvorada do século XX, «para aqui vieram (...), de todo o lado, os trabalhadores de profissão indiferenciada, operários da construção, da indústria, do comércio e outros ofícios. A todos eles se devem, na verdade, os progressos que aos poucos se foram verificando, nesta terra. Pelo comboio chegam continuamente centenas de trabalhadores vindos dos mais diversos lugares, mas com predomínio das Beiras, do Alentejo e do Algarve»⁵⁰⁶.

Nos anos trinta, todavia, chega mais gente do Norte, vinda de Castelo Branco, Covilhã e Idanha-a-Nova, mas também de Tábua, Tondela e Santa Comba Dão. Estes são sobretudo filhos de *trabalhadores* e *jornaleiros*, alguns *proprietários*, que se empregam em trabalhos indiferenciados como *trabalhadores*. Conseguem alguns lugares como empregados nos *CFSS* ou no comércio mas estão em franca minoria face aos naturais do concelho e da cidade de Lisboa. Continuaram a vir também os oriundos do Sul, mas estes eram tendencialmente mais qualificados, ingressando privilegiadamente na indústria corticeira.

A força das redes de migração é particularmente eficaz no sector da construção. Tendo em consideração as fichas do *Sindicato Nacional dos operários da construção civil - secção do Barreiro* - os provenientes dos distritos de Lisboa, Évora e Beja, de onde provinham desde há quarenta anos os principais fluxos migratórios eram os que tinham mais facilitado acesso ao trabalho neste sector, especializando-se como pedreiros, carpinteiros ou *brochantes*. Nos anos trinta são sobretudo estes que executam o trabalho qualificado sendo os serventes na sua maioria locais ou naturais das freguesias limítrofes – Lavradio, Moita ou Montijo.

No que respeita à cidade de Setúbal, Maria de Lurdes Reizinho e Silva analisa as tendências e ritmo do crescimento populacional da região de Setúbal. Também com base nos registos paroquiais, esta autora afere que as áreas de recrutamento dos que se fixaram em Setúbal, na segunda metade do século XIX, são diversas, mas que o peso dos imigrantes provenientes do actual distrito de Setúbal é muito significativo, mais no caso das mulheres do que dos homens (84,1% e 75% respectivamente). De fora do

⁵⁰⁵ Ana Reis Barata e Rosa Gautier, *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*, p58

⁵⁰⁶ *Avante*, 9 de Janeiro de 1910, p1

distrito os fluxos migratórios provêm sobretudo do Sul, destacando-se os centros piscatórios como Faro e Olhão, mas também da Murtosa, concelho de Estarreja⁵⁰⁷.

As redes migratórias envolvendo comunidades piscatórias mantiveram-se durante todo o período em análise, apresentando-se surpreendentemente eficazes no que respeita à integração e ao controlo do mercado de trabalho. Entre as famílias piscatórias que se instalaram na região é possível verificar uma taxa de endogamia geográfica impressionante – nos primeiros recortes 54,5% dos noivos originários de Olhão casam com naturais ou filhas de naturais do mesmo concelho. Os provenientes da Murtosa ilustram um padrão ainda mais impressionante, nem um dos noivos naturais da Murtosa desposa mulheres de outra origem. Os seus filhos são invariavelmente pescadores ou marítimos.

2.2.3.2 A PERSISTENTE LIGAÇÃO À TERRA E AO MAR

No período em análise o peso do sector primário é ainda significativo e reproduzido por altas taxas de auto-recrutamento entre *jornaleiros*, *trabalhadores agrícolas*, *pescadores* e *marítimos*. Esta verifica-se não apenas nas freguesias rurais mas também nas urbanas. A mobilidade ocupacional entre estes estratos e os operários fabris é, no entanto, muito expressiva nos registos de casamentos dos contextos socio-espaciais inquiridos⁵⁰⁸. Segundo Maria Alfreda da Cruz, estas designações genéricas correspondem a mão-de-obra não qualificada e amovível entre os trabalhos campestres e fabris e entre estes e os da construção⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», *População e Sociedade*, 5 (1999), p61-79; Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «Os movimentos migratórios e a naturalidade dos residentes em Setúbal», *População e Sociedade*, n.º 7 (2001) p197-233

⁵⁰⁸ Enquanto no recorte temporal de 1890-91 apenas 17,8% dos filhos dos *trabalhadores* ou *jornaleiros* ingressaram no mundo artesanal ou fabril, entre 1909 e 1910 são já 38,1% que se tornam *operários*, *empregados de fábrica*, *corticeiros*, *soldadores*, *empregados dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste* entre outras profissões do sector secundário. Os gráficos em anexo reflectem as tendências gerais da mobilidade entre 1890 e 1910, todavia, registam-se variantes espaciais, que muito embora não as neguem, são de registar. A reprodução do trabalho rural é naturalmente mais significativa, durante todo o período em análise, em freguesias rurais como a Aldeia de Paio Pires, onde 80% dos filhos dos trabalhadores e jornaleiros têm o mesmo destino dos pais, mas também em freguesias como São Sebastião, na periferia de Setúbal, onde as famílias que permanecem ligadas ao trabalho nos campos são ainda 60%.

Entre 1929 e 1930, muitos filhos de *trabalhadores* ingressam no mercado de trabalho industrial, tornando-se *corticeiros* ou *operários*, aumentando também substancialmente o número daqueles que acedem a outros segmentos do mercado de trabalho urbano em expansão, como a *empregados do comércio* ou dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste. Os *jornaleiros* desaparecem dos registos.

⁵⁰⁹ Maria Alfreda da Cruz, A margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço, p255

De facto, diversas fontes confirmam esta tese, ilustrando a persistente complementaridade do trabalho agrícola, como forma de resistência à insegurança estrutural que caracterizava o trabalho industrial, mesmo para os operários qualificados e independentes. Cite-se a resposta de João Maria Venâncio ao inquérito industrial de 1881: «Há quatro anos que se estabeleceu com uma loja de ferreiro (...) mas com pouquíssimos afazeres, a ponto de ter que lançar mão de fazendas para cultivo, por ter a maior parte do ano sem trabalho no seu precário ofício»⁵¹⁰.

A monografia do concelho de Setúbal, publicada no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura* (1902), e citada por Maria da Conceição Quintas, sublinha igualmente a dificuldade de «fazer a distinção da população urbana e rural do concelho». Os inquéritos elaborados à data não lograram apurar o número de famílias que se dedicavam exclusivamente à agricultura nem da população que trabalhava nos campos, «pois que muitas vezes eram os pescadores e trabalhadores das fábricas que, em época de crise, se dirigiam aos campos para ali angariarem o próprio sustento». Ainda baseada na mesma fonte, a autora demonstra que as zonas rurais e citadina interpenetram-se e são marcadas pelas deslocações sazonais da população que reside na cidade - «homens e mulheres, marítimos e conserveiros (as) deslocavam-se sazonalmente aos campos para mitigar as crises de trabalho industrial, indo mesmo para Alcácer do Sal trabalhar nos arrozais»⁵¹¹.

A insegurança e os baixos salários praticados obrigavam as classes trabalhadoras a complementar o trabalho adventício e indiferenciado na fábrica, com o sazonal nos campos, o que justifica que muitos operários vivessem nas freguesias rurais, deslocando-se a pé para as fábricas quando tinham trabalho. Em 1892, quando da primeira greve nas fábricas de cortiça de Almada, os corticeiros mais qualificados criaram uma comissão para convencer os escolhedores da Sobreira a não trabalhar⁵¹². A Sobreira é uma freguesia rural do concelho de Almada a mais de cinco quilómetros da Cova da Piedade.

Os dados referentes à morada dos operários corticeiros inscritos na secção de Almada do *Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros* mostram que, ainda nos anos

⁵¹⁰ Inquérito Industrial de 1881. Distrito de Lisboa. Secção de Metalurgia. Concelho de Setúbal.

⁵¹¹ Maria da Conceição Quintas, Setúbal: economia, sociedade e cultura operária: 1880-1930, p53

⁵¹² Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 2 de Outubro de 1892. Arquivo Municipal de Almada

trinta, uma parte dos operários desta indústria vivia no campo. Em 1934, 11,2% dos operários corticeiros almadenses moravam nas freguesias rurais. Eram na sua esmagadora maioria mulheres⁵¹³. Cerca de 15% dos corticeiros seixalenses também optavam por permanecer nas áreas agrícolas, caminhando diariamente largos quilómetros⁵¹⁴.

Por outro lado, a imprensa da época relata que os *trabalhadores agrícolas e jornaleiros*, frequentemente confrontados com a falta de trabalho nos campos, recorrem comumente aos diferentes segmentos do trabalho urbano - «percorrendo as circunvizinhanças oferecendo os braços em troca de uma mísera côdea de pão»⁵¹⁵. Na indústria corticeira, por exemplo, a participação de trabalhadores indiferenciados coincidia exactamente «com o período do declinar dos salários rurais, de falta de trabalho, frequente também na vida dos campos»⁵¹⁶.

Com a expansão industrial e a estabilização dos postos de trabalho, as tarefas fabris começam a sobrepor-se às agrícolas, o que muito se devia à discrepância nas remunerações. «Não raro é os auferirem trabalhadores que raspam cortiça até 600 reis no inverno, quando os que trabalham no campo, apenas auferem incerta remuneração que vai de 240 reis ao máximo de 400 reis». «Esta circunstância junta com mais desfavoráveis condições de trabalho, faz com que todos os que uma vez raspam a cortiça pretendam fixar-se na indústria, e, esforçando-se por defender uma muito mais sensível melhoria de situação, passem a engrossar o número de operários corticeiros (...). Não pára por aqui a inclusão na classe corticeira, de elementos que, por fácilimo recrutamento e melhor remuneração, avolumam o número dos respectivos operários»⁵¹⁷.

A ligação ao mar é mais persistente. Entre as comunidades piscatórias a taxa de auto-recrutamento é também alta, uma vez que, como já foi referido, devido à difusão da indústria conserveira este é um sector em franca expansão. Não obstante, à medida

⁵¹³ A partir de 500 fichas de inscrição no sindicato nacional.

⁵¹⁴ A partir de 500 fichas de inscrição no sindicato nacional.

⁵¹⁵ «Palmela», *O Sindicalista*, 12 de Julho de 1914, p4

⁵¹⁶ José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia, Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto, p34-35

⁵¹⁷ José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia, Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto, p34-35

que a indústria se desenvolve, também uma parte significativa dos filhos destes profissionais transitam para o mundo industrial.

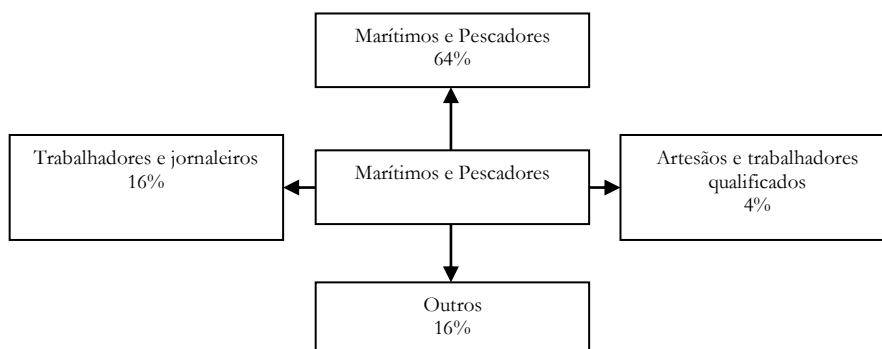


ILUSTRAÇÃO 1 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS MARÍTIMOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1890-1898)

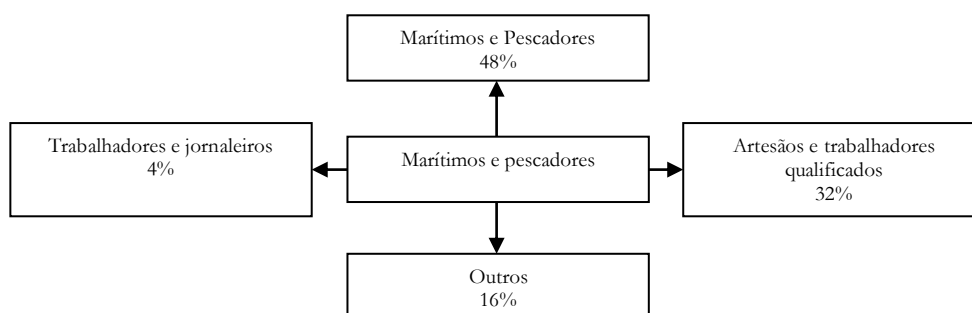


ILUSTRAÇÃO 2– MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS MARÍTIMOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1908-1910)

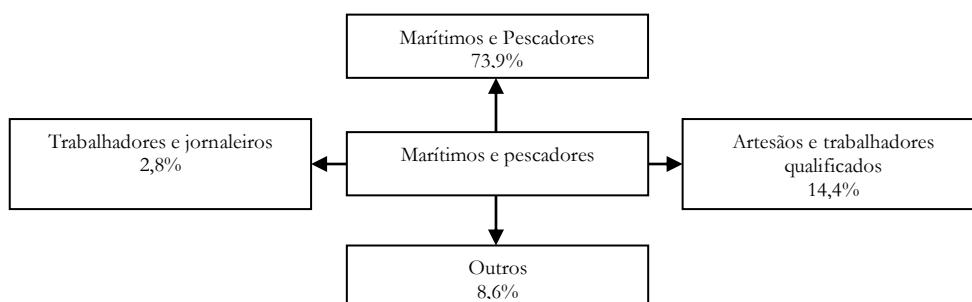


ILUSTRAÇÃO 3 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS MARÍTIMOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1929-1930)

É muito significativo, porém, o facto de, no recorte de 1929-30, se verificar um regresso a altas taxas de auto-recrutamento entre os marítimos. Este resulta sobretudo da

contração do mercado de trabalho industrial, particularmente do sector conserveiro, após a sua excepcional expansão durante a guerra, mas também do reforço das redes internas das comunidades piscatórias, como forma de resistência à crise.

Finalmente, é necessário considerar o trabalho feminino. A pequena amostragem das mulheres que assume a sua profissão nos registos de casamentos aponta para a mesma transição. As mães dos noivos e das noivas surgem comumente como *jornaleiras*, em Setúbal, enquanto as noivas são *tecedeiras*, *operárias*, *criadas de servir*, *trabalhadoras* ou, quando oriundas da Murtosa, *peixeiras*.

2.2.3.3 A MOBILIZAÇÃO DE TODO O GRUPO DOMÉSTICO E A DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES DE RENDIMENTO

O trabalho assalariado caracterizava-se sobretudo pela sua instabilidade em praticamente todos os sectores onde estavam empregues os proletários da região. Mesmo os operários qualificados eram confrontados com o carácter sazonal das tarefas e com as *crises* a que as indústrias frequentemente estavam sujeitas.

Tendo em consideração a resposta dos corticeiros de Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal à *Inquirição pelas associações de classe*, levada a cabo por Oliveira Simões em 1909, o trabalho escasseava no verão, quando se tirava a cortiça dos montados, afectando com maior gravidade as pequenas indústrias e determinando a «miséria nos lares operários»⁵¹⁸.

Segundo a mesma fonte, também a indústria da pesca incluía grandes períodos de desemprego, uma vez que «os cercos varam em terra desde Fevereiro até Maio. Neste prazo o pessoal entrega-se à pesca no alto». Apenas as armações funcionam o ano inteiro, empregando, todavia, uma pequena minoria dos marítimos. «Para além dos períodos regulares de paragem da actividade, o desemprego atinge os marítimos sempre que o tempo não permite o trabalho no mar ou que as sardinhas emigram. Não existe

⁵¹⁸ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910) p408-409

descanso fixo, sendo a escassez ou a abundância do peixe a determinar o calendário dos trabalhadores, aos quais, particularmente no inverno, escasseia o trabalho»⁵¹⁹.

Consequentemente, a indústria conserveira funcionava igualmente de forma descontínua. Nas fábricas de conservas de Setúbal «todo o trabalho é intermitente», particularmente o feminino - «o número de mulheres admitidas de cada vez, depende da quantidade de peixe a entrar em laboração e é este mais um motivo das flutuações existentes (...)». Na realidade à excepção dos soldadores, «todos os de mais desta indústria estão sujeitos a grandes intermitências, de horas em cada dia, e, muitas vezes, de dias em cada mês»⁵²⁰.

Neste sentido, a principal estratégia utilizada pelas famílias operárias para lidar com a insegurança estrutural do trabalho assalariado foi a mobilização de todo o grupo doméstico na diversificação de fontes de rendimentos. Progressivamente, as mulheres e os menores penetraram nas fábricas, reproduzindo a economia doméstica das comunidades rurais e piscatórias.

Não obstante o carácter dito complementar do trabalho feminino, a partir das fichas dos sindicatos nacionais é possível verificar que a mão-de-obra feminina nos sectores conserveiro e corticeiro não só era preponderante como conhecia uma certa estabilidade⁵²¹. A partir destas fontes pudemos comprovar que as mulheres ingressavam no trabalho industrial muito cedo, antes dos dez anos na sua maioria, e a sua vida activa prolongava-se até perto dos setenta anos. No caso das conserveiras, na sua esmagadora maioria tinham trabalhado em mais do que uma fábrica, em alguns casos tinham iniciado a sua vida activa em unidades de produção localizadas no Algarve. No caso das corticeiras, todas tinham já trabalhado noutra fábrica ou *no campo*.

Através das fichas do Sindicato Nacional dos Operários Conserveiros do Distrito de Setúbal verificamos que 624 mulheres da nossa amostragem eram originárias do Algarve e 81 da Murtosa, comprovando a ideia perpassada noutras fontes de que as

⁵¹⁹ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p634-636

⁵²⁰ Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906) p132

⁵²¹ No sindicato nacional das conservas, em 1934 inscreveram-se 10135 mulheres e apenas 2656 homens. Da amostragem de 2182 mulheres que em 1934 referiram o ano em que começaram a trabalhar, 52,7% tinham ingressado na indústria corticeira antes 1920. Na indústria corticeira verifica-se a mesma tendência: 57,5% das operárias nascidas antes de 1910 inscritas na secção do Seixal do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros de Setúbal, trabalhavam na mesma fábrica há mais de 15 anos.

famílias provenientes de comunidades piscatórias migrantes para Setúbal mobilizaram o grupo doméstico para a indústria da pesca e das conservas, preservando uma ancestral divisão sexual do trabalho.

A estratégia patronal de confiar na transmissão familiar de hábitos e disciplina de trabalho permitiu às famílias ingressar no mundo industrial através das suas redes familiares. Analisando as fichas dos sindicatos nacionais, onde é mencionado o nome dos trabalhadores e a sua filiação, é possível aferir como as famílias procuravam controlar os mercados de trabalho locais. Por exemplo, entre os 483 operários corticeiros de Almada e seus pais, o sobrenome *Santos* repete-se 106 vezes, *Silva* 99 vezes, *Batista* 60, *Costa* 57, *Marques* 51, *Rodrigues* 41, *Pereira* 37, *Nunes* 34, *Lopes* 32, entre outros. Mesmo tendo em consideração a repetição dos nomes portugueses, é pouco provável que existissem 106 famílias diferentes com o sobrenome *Santos* ou 99 com o *Silva* só em Almada. Nas fábricas de conservas de Setúbal trabalhavam 148 mulheres com o sobrenome *Gomes* e 71 homens, 125 mulheres com o sobrenome *Batista* e 54 homens, entre muitas outras largas repetições que vão ao encontro do padrão identificado em Almada. O elevado número de membros da família envolvidos nesta estratégia demonstram também que esta era uma rede alargada que não terminava nos parentes directos.

No que respeita aos ferroviários do Estado, a informal preferência pelos familiares havia dado lugar a uma lei que dava aos filhos de ferroviários precedência face a outros candidatos a um posto de trabalho nos caminhos-de-ferro. Assim alegava Francisco Mascarenhas ao ministro do comércio, em 9 de Janeiro de 1922, que sendo filho de um falecido fiscal, tinha preferência por lei no acesso ao emprego nos CFSS⁵²²

Esta estratégia familiar foi, por outro lado, largamente aproveitada pelos industriais para baixar ao máximo o custo do factor trabalho. O já citado engenheiro chefe Luís Feliciano Marrecas Ferreira, no relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, para além de referir o maioritário trabalho feminino nas fábricas de conservas, sublinha que «é pena que não seja todo, como nas fábricas francesas sucede, em que até na soldagem as empregam». Também os menores eram «admitidos à

⁵²² Processo n.º 1394 dos ferroviários das linhas do Sul e Sueste e Minho e Douro (1922). Centro Nacional de Documentação Ferroviária. Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado.

força de solicitações das suas famílias, de ordinário das mães, sobretudo quando estas andam há largo tempo ao serviço da fábrica, contam sempre com isso, vai nesta medida o acréscimo da remuneração que essas mulheres recebem e dela tiram-se excelentes resultados»⁵²³. A secção sindical dos fabricantes de conservas de Setúbal argumentava que não era possível proibir os menores de trabalhar seja onde for uma vez que «muitos menores substituem hoje os chefes de casa falecidos, outros doentes e ainda outros que se encontram desempregados». E mais, perante a lei de protecção aos menores, afirmam que «teremos mais uma avalanche de vadios» e de que nada serve «arrancar à oficina e os atirar para a rua e para o vício»⁵²⁴.

No início dos anos quarenta, quando se discutia o Plano de Urbanização de Setúbal, o grémio dos industriais declarava que num total de 5275 operários e operárias que constituam os quadros de pessoal organizados pelo Grémio, 4271 eram mulheres, «as quais têm nas fábricas a missão de descabeçar, engrelhar e por último dispor nas latas o peixe a conservar. Este pessoal só é chamado a trabalhar quando há peixe, o que quer dizer que a sua assistência nas fábricas é muito incerta, pois depende dos azares da pesca. Disto resulta que embora o seu salário hora – 1\$27 a 1\$40 – seja relativamente elevado as operárias das fábricas de conservas não conseguem ter nas fábricas salários que lhes permitam assegurar, só com ele, os seus meios de subsistência. Quando muito o trabalho nas fábricas serve de ajuda aos orçamentos domésticos, e na sua maioria, nas fábricas trabalham pessoas de família de marítimos, de operários das fábricas, em grande parte raparigas solteiras a quem o desejo de luzir algumas galas suplementares leva a procurar-se naquele trabalho uns escudos com que satisfazer o capricho (...). Quando por exemplo os marítimos ganham com o seu trabalho o suficiente para as suas famílias, logo se nota uma grande percentagem de faltas de comparecimento ao trabalho de mulheres, especialmente nas fábricas situadas a ocidente da cidade, por ser também ali a moradia da maioria dos pescadores. Essas faltas, por vezes, alcançam 20 ou mais %»⁵²⁵.

Se os industriais tiravam «excelentes resultados» do trabalho feminino e infantil, os trabalhadores organizados combatiam e criticavam o seu aproveitamento. *O Corticeiro*, em 1909, afirmava que o «sindicalismo revolucionário não aceita a

⁵²³ Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p131-133

⁵²⁴ «O Horário de trabalho e a lei», *A Indústria*, 23 de Outubro de 1931, p1

⁵²⁵ Processo referente ao Plano de Urbanização de Setúbal de 1943. Arquivo Distrital de Setúbal

intervenção do Estado senão em assuntos absolutamente indispensáveis, como a regulamentação do trabalho das mulheres e menores nas fábricas (...)» e critica o poder central «que se limita a decretar leis de protecção às classes trabalhadoras, mas não a faze-las cumprir (...) fechando as autoridades administrativas os olhos a todos os abusos que aí se cometem». E ainda lembrava: «Sabemos bem, infelizmente, os motivos porque as famílias operárias mandam para as fábricas as mulheres e os menores, é porque em casa lhes falta o pão, que os burgueses têm em demasia. A fome, e só a fome, leva essas infelizes vítimas da má organização social, a alugar, a vender os seus braços ao capitalista ganancioso e sem remorsos da miséria que causa»⁵²⁶.

A propaganda contra o trabalho das mulheres nas fábricas não se baseava «no antigo preconceito da inferioridade da mulher em relação ao homem» mas «na situação injustamente inferior da mulher nas sociedades actuais, privadas de direitos políticos e quase não fazendo parte das associações profissionais, privando-as de preciosos meios de defesa e expondo-as mais a descoberto aos abusos e às espoliações dos patrões, que frequentemente lhes pagam por um trabalho rude um salário irrisório»⁵²⁷.

Os trabalhadores repudiavam «os operários que mandam mulheres e crianças para as fábricas, tuberculizando-os e fazendo com que estes roubem o lugar a outros homens»⁵²⁸. Particularmente em sectores como a cortiça onde a feminização do trabalho ao longo deste período foi mais significativa, as associações de classe propunham que as mulheres e rapazes não fossem admitidos sem que antes fosse garantido trabalho aos profissionais que se encontram sem trabalho, «ou de jornal ou de empreitada», e «um salário em harmonia com o custo de vida», e que depois de estarem admitidos os profissionais, seja admitido quem os industriais entenderem, mas de preferência sempre homens»⁵²⁹.

Também as mulheres se mobilizavam contra a exploração do trabalho feminino. A associação das operárias das fábricas de Setúbal, em Janeiro de 1912, enviou uma comissão a Lisboa para entregar ao ministro do fomento um ofício «reclamando a execução imediata da lei reguladora do trabalho das mulheres e das menores dentro das

⁵²⁶ «O Trabalho das mulheres e menores nas fábricas», *O Corticeiro*, 19 de Junho de 1909, p1

⁵²⁷ «O Trabalho das mulheres», *O Trabalho*, 22 de Novembro de 1911, p3

⁵²⁸ A agitação contra as horas suplementares: Sindicato Único da Construção Civil de Almada, *A Batalha*, 25 de Maio de 1921, p2

⁵²⁹ «Crise Corticeira: ao emprego do maquinismo e à invasão de mulheres e de menores se deve a falta de trabalho com que lutam os profissionais», *A Batalha*, 28 de Agosto de 1921, p2

fábricas, visto que os industriais de conservas de peixe desta cidade, menosprezavam essa lei, obrigando as suas operárias, menores ou adultas, ao excesso frequente de serões, que lhes não são retribuídos o que representa atentado inqualificável contra a sua saúde e os seus interesses económicos, já consideravelmente prejudicados pela avidez insaciável do industrialismo que explora o seu trabalho sem escrúpulo de consciência»

Em greve em Novembro desse ano, as operárias distribuíram um manifesto no qual pugnavam: «Todos conhecem o nosso viver doloroso, certamente nos darão razão. Não pedimos senão o que é justo. Era nossa disposição mesmo nada mais exigir. A resposta dos Srs. fabricantes foi, porém, a mais desumana e desrazoável. Trazendo-a ao conhecimento geral, nós só queremos formular o nosso protesto, mantendo cordatamente a nossa aspiração à melhoria nas condições de salariadas, pois que não é justo que nos explorem por maneira tão evidente e cruel, sujeitando-nos a um trabalho que não nos chega para pagar a casa, sustentar-nos e alimentar os filhos (...). No entanto aguardamos que o governo da República torne mais efectiva a lei que regula o trabalho dos menores e das mulheres...»⁵³⁰.

No final dos anos vinte, a crise de trabalho é acompanhada com o agravamento do processo de feminização do trabalho industrial. Segundo os censos de 1911 e o recenseamento geral da população de Portugal de 1930, o peso das mulheres na indústria na Península de Setúbal terá passado de 17% para mais de 41%⁵³¹.

O seu trabalho, embora massivo, continuou a ser considerado complementar. Segundo o recenseamento geral da população de 1930, em 21865 assalariados na Península de Setúbal, 32% eram designados como *membros da família auxiliando os respectivos chefes* - 7014 salários. Se somarmos a estes salários assumidamente complementares os restantes 2775 salários femininos, concluímos que eram pelo menos 9789 dos empregados nos estabelecimentos industriais auferiam um salário que se quantificava em cerca de metade do de um operário masculino e adulto⁵³² Ou seja, as

⁵³⁰ «Operárias das fábricas de conservas distribuem manifesto justificando reclamações», *O Germinal*, 23 de Novembro de 1912, p2

⁵³¹ Cálculos efectuados a partir do Sétimo recenseamento geral da população (1 de Dezembro de 1930), p6

⁵³² Em Janeiro de 1921, no distrito de Lisboa, na indústria das conservas, um homem auferiria cerca de 3\$87 ao passo que uma mulher receberia apenas 1\$92. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p94-97; Entre Julho de 1914 e Dezembro de 1920 os salários masculinos subiram, na indústria das conservas, 524% e os das mulheres 463%. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14 (Julho a Dezembro de 1923) p142-144

40998 pessoas dependentes destes postos de trabalho contavam apenas com 12026 salários de «chefes de família»⁵³³. A participação das mulheres verificava-se em todos os sectores industriais sem excepção⁵³⁴.

Em 1927, o correspondente d'A *Batalha* em Setúbal, relata que «Muitos operários estão sendo trocados por mulheres e crianças, a quem pagam uma ridicularia que não chega, sequer, para uma regular alimentação». A organização operária de Setúbal manifestava-se, exigindo o cumprimento da lei 5.516 que destina quais os trabalhos que competem às mulheres e aos menores, lei que era, na sua opinião considerada pelos industriais letra morta»⁵³⁵.

2.2.3.4 A ESTRATIFICAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO E A RESISTÊNCIA DO TRABALHO QUALIFICADO

No início do período em análise, a estratificação dentro da fábrica é ainda muito acentuada, baseando-se sobretudo no género e na idade. Na *Companhia de Lanifícios da Arrentela*, em 1878, o pessoal operário compunha-se de 226 homens, 215 mulheres e 67 crianças. Os salários eram para os homens de 240 a 4000 reis, para as mulheres de 240 a 360 e para as crianças de 80 a 120⁵³⁶.

Existiam diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e indiferenciados, mas estas não eram tão acentuadas como as determinadas pelo género, como

⁵³³ Cálculos efectuados a partir do Recenseamento geral da população portuguesa de 1930, p44-58

⁵³⁴ À data, em Almada, trabalhavam nas fábricas e fabricos de cortiça 791 homens e 556 mulheres, embora 402 das quais fossem consideradas *membros da família auxiliando os respectivos chefes*. Na construção civil eram assalariados 432 homens e 382 mulheres – embora fossem reconhecidas como trabalhadoras de pleno direito apenas 53. Na metalurgia, das 212 mulheres assalariadas o trabalho de 182 mulheres era considerado complementar.

A importante classe profissional dos ferroviários no Barreiro contava com 1265 homens e 31 mulheres a trabalhar por conta de outrem, e 790 mulheres *auxiliando o respectivo chefe de família*. Na indústria corticeira local, eram assalariados 596 homens e 483 mulheres, sendo o trabalho de 272 destas considerado complementar do rendimento familiar. Por fim, na indústria química (CUF), estavam empregues 715 homens e 446 mulheres, embora apenas 21 fossem consideradas trabalhadoras em pleno. Mais de metade da população industrial no Seixal estava empregue nas corticeiras, trabalhando por conta de outrem praticamente na sua totalidade. Eram consideradas *membros da família auxiliando os respectivos chefes* 259 mulheres. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p583. Na cidade mono-industrial de Setúbal, a indústria conserveira agrupa na rubrica *pesca e caça* 15544 pessoas. São registadas 2950 mulheres na rubrica *Membros da família auxiliando os respectivos chefes* e apenas 82 como trabalhadoras em pleno. No *fabrico de géneros alimentícios* registam-se 1912 homens e 1557 mulheres, das quais 913 *auxiliando o chefe de família*. Na metalurgia trabalham 306 mulheres todas com salários assumidamente complementares. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p586

⁵³⁵ «Luta de Classes: Trabalhadores de Conservas de Setúbal», *A Batalha*, 6 de Janeiro de 1927, p4

⁵³⁶ Câmara Municipal do Seixal – Seixal: Ecomuseu, p26

comprovam os livros de ponto de 1895 e 1896 da fábrica de cortiça *Cork Company Limited*, uma das maiores do Barreiro. Na escolha da cortiça podia-se chegar a ganhar 1100 reis por semana ao passo que na remoção era raro ultrapassar os 500. É possível ainda depreender que o trabalho indiferenciado era mais instável, variando substancialmente o número de trabalhadores empregues nessas tarefas ao longo do ano. Não, obstante, homens e mulheres executando exactamente o mesmo trabalho eram pagos de forma distinta - os *rolheiros mecânicos* chegavam a ganhar cerca de 540 reis em seis dias ao passo que as *rolheiras mecânicas* não ultrapassavam os 240 reis⁵³⁷.

Apesar do desenvolvimento industrial tender a esbater esta estratificação, esta era alimentada pelos empregadores, interessados em manter a divisão sexual do trabalho, mas também pelos próprios trabalhadores empenhados em preservar o valor do seu ofício e os salários masculinos.

Na indústria da cortiça, as associações da classe, em resposta ao inquérito de 1909, afirmavam que «a grande família corticeira» dividia-se em tiradores de cortiça, transportadores dos montados para as fábricas, raspadores, cozedores, quadradores, rolheiros manuais e mecânicos. Na exportação da cortiça em bruto trabalhavam os enfardadores. Na exportação da cortiça em prancha recortada ou faceada os recortadores ou faciadores, os traçadores, os escolhedores e os prensadores»⁵³⁸.

Os representantes da produção procuravam acentuar a divisão entre trabalhadores qualificados e indiferenciados. Segundo os mesmos, «entre a família corticeira contam-se por milhares os trabalhadores que desempenham misteres de facilíma execução, que qualquer um desempenha desde o primeiro dia (...). Avultam entre estes os raspadores, e contam-se por centenas de trabalhadores que durante uma parte do ano se empregam neste serviço (...) Muito vulgarmente a raspa é feita nos montados pelo pessoal que naquele serviço se ocupou ou mesmo por trabalhadores inteiramente estranhos, por isso que qualquer um no fim de 8 dias pode ser raspador perito.

Dos caldeireiros remunerados normalmente, o mestre por 600 reis e os seus colaboradores por 500 reis, somente aquele carece de conhecimentos práticos do

⁵³⁷ Livros de ponto da Cork Company Limited de 1895 e 1896. Fundo da Casa Reynolds. AMB

⁵³⁸ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», In: Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p404-405

serviço, podendo os restantes ser preenchidos pelo primeiro que passe ou apareça, bastando para isso ter força física e raciocínio regular. Mas há mais: de simples instruções carecem os *faxineiros* que são remunerados por salários que vão de 400 a 500 reis os homens, e 240 a 320 reis os menores, os *enfeichadores* que no fim de 15 dias de aprendizagem poderão reputar-se práticos e que vencendo 20 a 25 reis o fardo, fazem em média um salário de 600 a 800 reis; os *repertadores* e instaladores que nas mesmas exigências de trabalho são igualmente remunerados; isto é toda uma parte importantíssima da família corticeira, sem carecer de aprendizagem onerosa, nem de ferramental caro».

Para os produtores, eram apenas considerados corticeiros: os *Recortadores*, com um salário de 600 a 800 reis devido às «exigências já maiores do serviço que praticam, carecendo por isso de aprendizagem mais larga, muito distante porém da precisa para fazer um carpinteiro ou um pedreiro»; os *Escolhedores*, auferindo de 800 a 1\$000, pelas mesmas razões; os *Quadradores manuais*, com salários de 600 a 800 reis, que como os *recortadores* tinham como principal dificuldade profissional o amolar das facas; os *Quadradores mecânicos*, «quando nóveis ou impraticos salário normal de 400 reis, percebendo, porém, quando peritos 600 reis e mais»; e, finalmente, os *rolheiros manuais*, «sem dúvida os verdadeiros operários da classe, porque somente com larga prática se faz um bom rolheiro»⁵³⁹.

Na indústria conserveira, os trabalhadores procuravam preservar os salários masculinos, ao passo que os industriais fomentavam a estratificação salarial. Segundo o engenheiro-chefe Luís Feliciano Marrecas Ferreira, no relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, em 1906, muito embora a maior parte do trabalho seja executado por mulheres, «para o trabalho das máquinas, dos cofres para a cozedura e fritura, bem como para a soldagem, só há homens. As mulheres são sempre pagas por hora, e a remuneração variável com o serviço que prestam: umas vencem 40 reis por hora outras 35 reis e há ainda vencimentos de 30 reis, 25 reis, 20 reis, ganhando menos as raparigas (...). Os trabalhadores são pagos a jornal e este variável com o zelo, aptidões, tempo de serviço e importância da fábrica, entre os 300 reis e os 550 reis (...)». Exceptuam-se os soldadores «que são o pessoal melhor pago, chegam a receber

⁵³⁹ José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia, Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto, p35-38

7\$000, 8\$000 reis e mais por semana, trabalham de empreitada e não se lhes pode determinar com segurança um salário médio, visto que este é muito variável»⁵⁴⁰.

Finalmente, nos sectores públicos, surgem carreiras nas quais se pode ascender a um posto de trabalho estável e melhor remunerado pela via da antiguidade e concurso. Os *ferroviários* dificilmente podiam ser considerados uma classe profissional, tendo em consideração a diversidade de categorias. Analisando as carreiras destes trabalhadores através das propostas de admissão de sócios do Sindicato Nacional dos Ferroviários do Sul de Portugal, verifica-se desde logo uma forte estratificação mas também mobilidade no seio da Companhia. A mobilidade social destes trabalhadores, porém, dependia da possibilidade e capacidade de ascender numa extensa hierarquia. Através da análise de uma amostragem de processos de empregados da Companhia, onde se acumulam requerimentos para subir na carreira, é possível depreender os critérios fundamentais: instrução, formação profissional, parentesco, bom comportamento moral e civil⁵⁴¹.

Segundo estes testemunhos e fontes, é possível verificar que, como além-fronteiras, a qualificação manteve-se como factor distintivo dentro das fábricas, pelo menos até à Guerra. No entanto, em alguns sectores, mesmo os trabalhadores não qualificados lograram manter uma estrutura salarial baseada no valor do trabalho manual masculino. Apesar dos salários masculinos dos trabalhadores não qualificados serem substancialmente inferiores aos dos antigos artesãos, continuavam a ser inquestionavelmente superiores aos das mulheres e crianças, que asseguravam a maior parte do trabalho indiferenciado. Paralelamente, novas oportunidades de trabalho se abrem às classes trabalhadoras, com o desenvolvimento industrial e urbano, nomeadamente nos serviços e transportes, contribuindo para a preservação do valor do trabalho masculino, não obstante a crescente pressão dos industriais.

Enquanto o mercado de trabalho se expandiu, até meados da década de vinte, a estratificação coexistiu com uma significativa fluidez social que se pode verificar a partir das taxas de mobilidade social entre os diferentes estratos operários. A partir dos registos de casamento analisados, que incluíam a profissão dos pais dos noivos, foram

⁵⁴⁰ Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132

⁵⁴¹ Processos de pessoal da Companhia de Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste e do Douro e Minho seleccionados pelo Museu Nacional Ferroviário.

observadas as tendências gerais da evolução das mobilidades e hierarquias na Península de Setúbal, durante o período em análise.

Não obstante, a emergência da fábrica e do trabalho semi-qualificado, o ofício resiste. Os intervalos analisados mostram que a esmagadora maioria dos filhos de artesãos ou trabalhadores qualificados tinham uma especialização. Ou seja, a entrada de largos contingentes de trabalhadores indiferenciados nas fábricas não pôs imediatamente em causa a posição social dos trabalhadores qualificados.

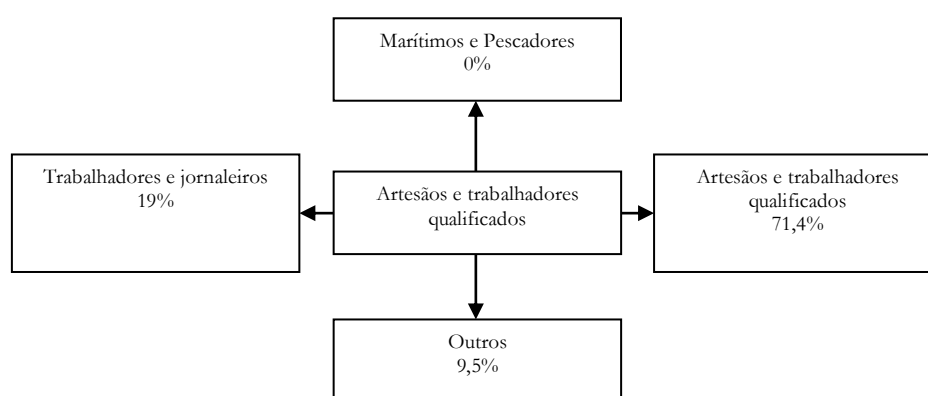


ILUSTRAÇÃO 4 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS (1890-1898)

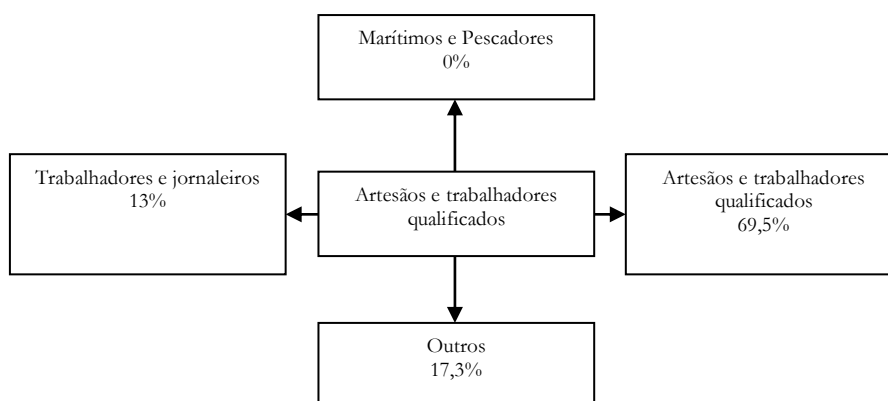


ILUSTRAÇÃO 5 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS (1908-1910)

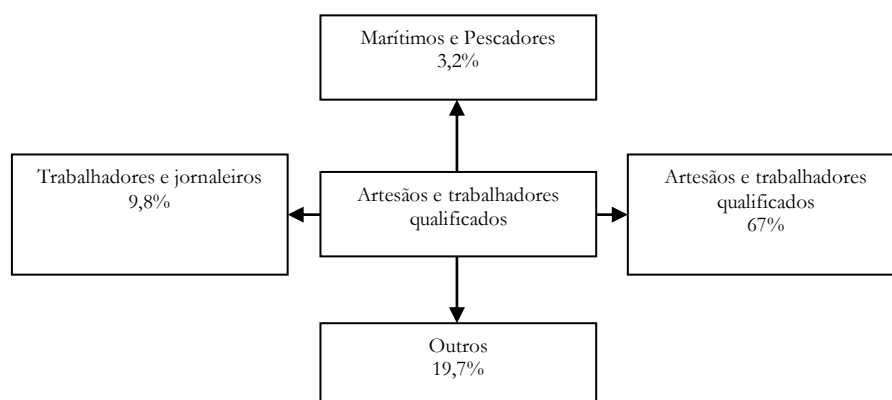


ILUSTRAÇÃO 6 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS (1929-1930)

Por outro lado, entre os trabalhadores indiferenciados e jornaleiros verifica-se que durante as décadas de expansão do trabalho industrial, se regista uma variação acentuada quer da taxa de auto-recrutamento, que desce 17 pontos percentuais, quer da mobilidade entre o trabalho indiferenciado e qualificado ou semi-qualificado, que sobe 21 pontos percentuais. Os registos de casamentos referentes à viragem dos anos vinte para trinta indiciam já a mudança desta tendência, provocada pela crise de trabalho que se vinha acentuando desde meados dos anos vinte.

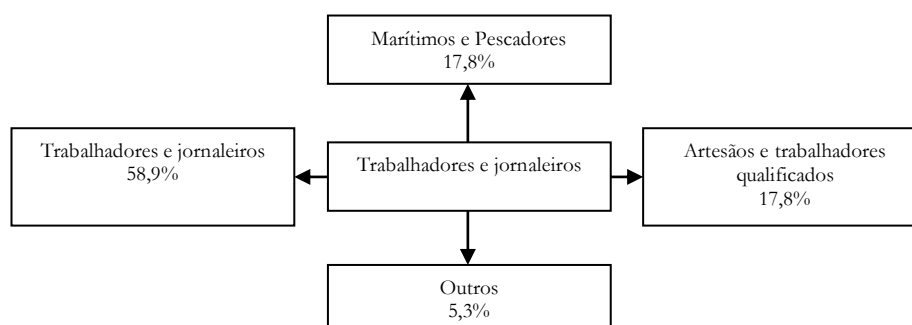


ILUSTRAÇÃO 7 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS JORNALEIROS E TRABALHADORES ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1890-1898)

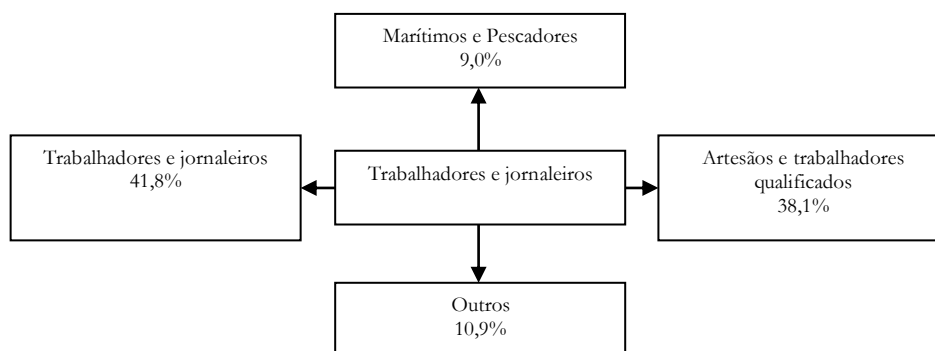


ILUSTRAÇÃO 8 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES E JORNALEIROS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1908-1910)

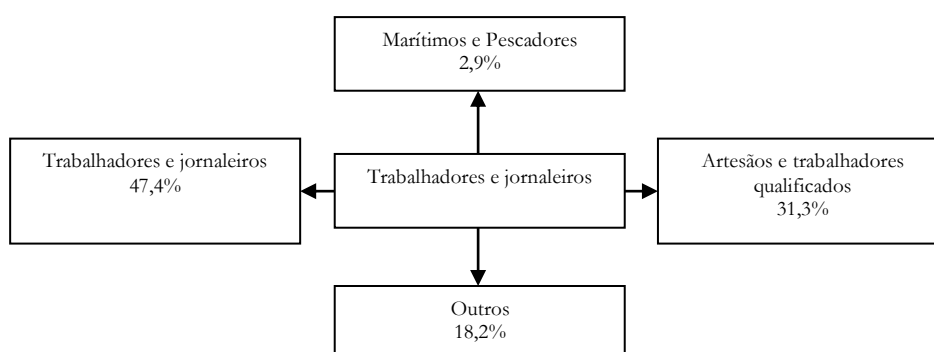


ILUSTRAÇÃO 9 – MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES E JORNALEIROS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS NOIVOS E DOS NOIVOS EM TODAS AS FREGUESIAS ANALISADAS (1929-1930)

Ou seja, a resistência dos trabalhadores qualificados não residiu substancialmente numa segregação social dos trabalhadores indiferenciados. A capacidade de manutenção de altas taxas de auto-recrutamento entre estes estratos prende-se sobretudo com a expansão do mercado industrial, uma vez que, em paralelo com a preservação da posição social dos artesãos e trabalhadores qualificados, largos contingentes de filhos de *jornaleiros* e *trabalhadores* adquirem uma qualificação. De facto, é sobretudo entre estes que se recrutam os operários fabris, indiferenciados mas também semi-qualificados e qualificados.

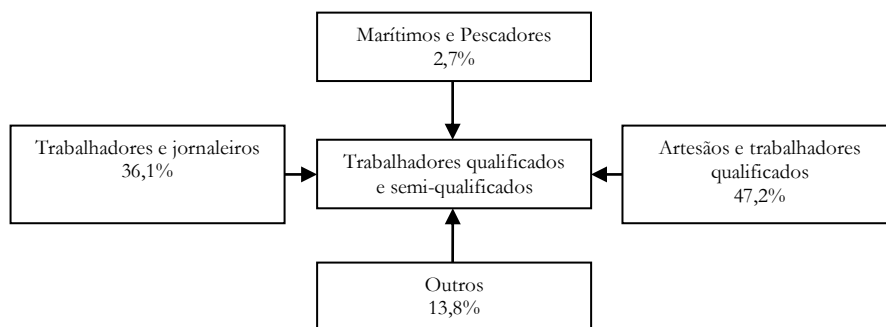


ILUSTRAÇÃO 10 – RECRUTAMENTO DOS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS NOIVOS E DOS PAIS DOS NOIVOS (1890-1898)

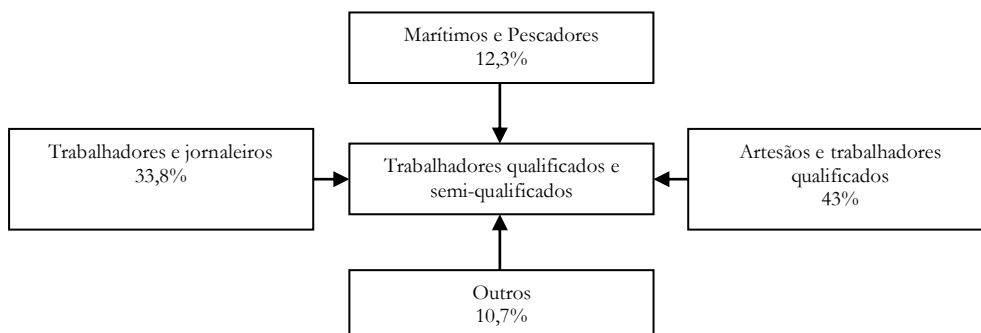


ILUSTRAÇÃO 11 – RECRUTAMENTO DOS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS NOIVOS E DOS PAIS DOS NOIVOS (1908-1910)

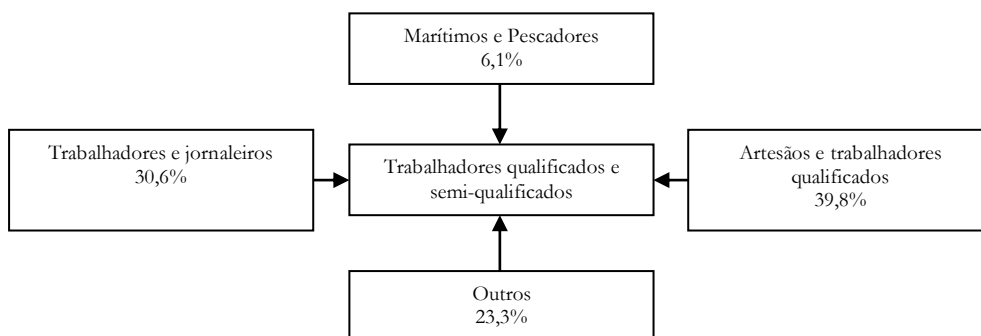


ILUSTRAÇÃO 12 – RECRUTAMENTO DOS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS NOIVOS E DOS PAIS DOS NOIVOS (1929-1930)

É de referir ainda que, ao longo deste período, é possível apreender uma significativa mobilidade entre as diferentes camadas das classes trabalhadoras e nomeadamente entre os trabalhadores indiferenciados e qualificados⁵⁴². A barreira do trabalho manual mostra-se mais dificilmente transponível para o proletariado rural e fabril (5,3% 10,9% e depois 19,3%) do que para os filhos de artesãos ou trabalhadores

⁵⁴² É possível observar que 19% (1890-1891) 13% (1909-1910) e depois 9,8% (1929-1930) dos filhos de artesãos experienciam a mobilidade descendente, tornando-se trabalhadores indiferenciados, enquanto 17,8%, 38,1% e depois 31,3% dos filhos de *trabalhadores* aprendem um ofício.

qualificados (9,5%, 17,3% e depois 19,7). Para ambos, todavia, é crescente a abertura a novas profissões ligadas à expansão do comércio e da administração pública.

Finalmente, é de sublinhar que as taxas de auto-recrutamento não encontram paralelos em taxas de endogamia muito elevadas entre as famílias ligadas ao trabalho artesanal e qualificado. Nos primeiros recortes analisados, apenas 22,3% dos noivos qualificados casam com filhas de homens com um ofício. Pelo contrário, 57,6% casam com filhas de *trabalhadores* e *jornaleiros*. Ou seja, como veremos em pormenor no próximo capítulo, a estratificação profissional não significava obrigatoriamente distância social.

Esta endogamia social diminui à medida que o mercado de trabalho industrial se contrai e o trabalhador semi-especializado emerge. Entre 1929 e 1930, os trabalhadores qualificados que procuram uma noiva com o mesmo status social é já de 34,7%, sendo aqueles que se casam com filhas de trabalhadores indiferenciados apenas 29,9%. Continuam, particularmente em Setúbal, muitos a casar com filhas de marítimos (15,5%) e também os há que procuram noivas melhor posicionadas na hierarquia social (19,7%).

2.2.3.5 A EMERGÊNCIA DO TRABALHO SEMIQUALIFICADO, A FEMINIZAÇÃO E A PROLETARIZAÇÃO DEFINITIVA DO TRABALHO INDUSTRIAL

De facto, é possível apreender que no contexto nacional, como noutros meridionais, é sobretudo no período entre guerras que a nova organização do trabalho exerce uma maior pressão sobre as hierarquias e as mobilidades entre os trabalhadores. Até à guerra, assiste-se à progressiva concentração dos operários em grandes unidades de produção, à reorganização do trabalho e à introdução de maquinaria rudimentar. Durante a guerra este processo acelera-se. Os industriais investem mais na mecanização. Nos anos vinte, à medida que o mercado de trabalho contrai, devido à própria redução das vendas e da produção, a mecanização e a eliminação do trabalhador qualificado surgem com maior acuidade. Os ritmos deste processo variam muito consoante os sectores.

Na indústria corticeira, ainda antes da guerra, instrumentos rudimentares como as garlopas ou as brocas permitem aumentar a produção e ao mesmo tempo empregar mão-de-obra indiferenciada. Segundo as associações dos corticeiros de Almada,

Barreiro e Setúbal, muito embora a indústria se tenha desenvolvido durante o período anterior quase exclusivamente com base em mão-de-obra manual, estava já em 1909 quase completamente transformada pela mecânica. No que respeita à organização do trabalho, ficamos a saber pela resposta dos corticeiros que à data e em meio urbano a indústria corticeira estava totalmente sediada em estabelecimentos fabris, trabalhando-se ao domicílio escassamente em alguns pontos da província. Os operários trabalhavam então por conta dos estabelecimentos fabris ou por conta própria, «mas sempre alimentados pelas grandes fábricas exportadoras»⁵⁴³.

Neste sentido, no início da segunda década do século XX, os trabalhadores qualificados da indústria corticeira estavam já ameaçados, percepcionando-se o advento de «uma verdadeira crise de falta de trabalho, pela evolução natural da indústria que, nos progressos mecânicos, encontrou o recomendado barateamento da rolha, de forma que o seu número se encontra hoje muito reduzido e com colocação difícil». «No serviço mecânico (...) as mulheres e os rapazes são remunerados por preços que vão dos 240 a 320 reis. De resto até mesmo o serviço de quadrar, durante muito tempo exclusivo da mão do homem, também hoje se entrega ao fabrico mecânico»⁵⁴⁴. Em 1919, o Sindicato de Corticeiros de Almada discutia a questão, sublinhando que este era o sector «onde os industriais mais exploração têm exercido devido à substituição dos operários técnicos pelos estranhos à classe, e pelo grande número de operárias e menores que têm admitido dentro as fábricas, sobre quem exercem, também máxima exploração»⁵⁴⁵.

No entanto, é ao longo dos anos vinte que esta situação se agrava, reflectindo-se na degradação dos salários masculinos. Segundo *O Despertar*, em 1924, «há muitos anos, quando a cortiça tinha muitas aplicações (...), eram os corticeiros entre os demais operários providos de conhecimentos técnicos os que auferiam o mais compensador salário, acontecendo actualmente o contrário (...) a média de salários dos corticeiros que mais ganham anda por os 16 a 17 escudos»⁵⁴⁶. Em 1928, o periódico *Cortiças de Portugal* admitia, «a mecânica avassalou a indústria corticeira, quase por completo,

⁵⁴³ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», In: Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p404-406

⁵⁴⁴ José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia - Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto, p35-38

⁵⁴⁵ «A classe corticeira agita-se», *A Batalha*, 20 de Abril de 1919, p4

⁵⁴⁶ «A greve dos corticeiros», *O Despertar*, 1 de Junho de 1924, p2

mudaram os tempos, os corticeiros perderam a sua individualidade característica, restando apenas alguns vestígios do seu passado brilhante e esplendoroso!»⁵⁴⁷.

Na indústria das conservas o apagamento do operário de ofício é mais tardio graças à forte resistência dos soldadores, como já ilustrámos. Na inquirição às associações de classe de 1909, os trabalhadores das fábricas de conservas de Setúbal revelam que os soldadores continuavam a trabalhar de empreitada, muito embora o trabalho fosse já exclusivamente realizado em estabelecimentos fabris. Registava-se já nesta altura a introdução de aparelhos de soldagem, corte, etc., «não sendo porém sensível a sua influência no trabalho manual»⁵⁴⁸.

A antiga «aristocracia operária», ao ver a sua posição privilegiada posta em causa, apela para a regulamentação da introdução de maquinaria e para a interdição do seu manejo por mulheres e menores⁵⁴⁹, com algum sucesso e durante algum tempo como pudemos verificar. Em 1911, a classe reuniu por causa da introdução das máquinas, sabendo «que a máquina de soldar é já uma realidade terrível, com que se terá de contar mais tarde ou mais cedo». Na reunião foi lido um jornal socialista espanhol que denunciava: «aqui os soldadores vão acabando. As Asche (outras máquinas mais atrasadas) substituíram-nos por mulheres e menores. As novas máquinas substituem estas»⁵⁵⁰. Como conta à *Batalha* um velho soldador desempregado em 1919, «Durante a guerra a produção na indústria de conservas aumentou consideravelmente. A procura era enorme e os lucros convidativos. Assim fundaram-se novas fábricas, admitiu-se muito mais pessoal (...) e introduziram-se máquinas de cravar e de soldar que permitem a intensificação da produção. Calcule que só uma cravadeira ou soldadeira podem fazer num dia o trabalho de 12 homens!»⁵⁵¹.

Ao longo dos anos vinte são instalados motores de combustão interna e de vapor, «destinados a accionar cravadeiras que tão grande desenvolvimento têm tido – pelo número de instalações feitas – por tornarem a mão-de-obra muito mais económica». Em Setúbal, as fábricas a empregar a soldagem manual são cada vez

⁵⁴⁷ «A evolução da indústria corticeira», *Cortiças de Portugal*, 30 de Setembro de 1928, p1

⁵⁴⁸ J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», In: *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910), p86-94

⁵⁴⁹ Inúmeras reclamações ao governo por parte das associações de classe publicadas na imprensa local.

⁵⁵⁰ «A classe dos Trabalhadores», *O Trabalho*, 11 de Agosto de 1911, p2

⁵⁵¹ «É muito grave a situação dos trabalhadores da indústria de conservas», *A Batalha*, 30 de Abril de 1919, p1

menos, uma vez que enquanto se fazem em regime manual 100 latas em 45 minutos, com duas máquinas de soldar, que requerem o trabalho de apenas dois operários indiferenciados, efectuem-se 7000 latas em 8 horas⁵⁵².

Segundo o correspondente d'A Batalha em Setúbal, em 1927, «a introdução da mecânica nas diversas indústrias, faz com que sejam consecutivamente dispensados milhares de operários que desta forma ficam reduzidos à mais negra miséria. Em Setúbal as classes operárias, especialmente as da Indústria das Conservas, também não constituem excepção a esta regra. A classe dos soldadores encontra-se quase desmantelada, porque a maioria dos operários seus componentes está desempregada e consequentemente a braços com a fome, e os trabalhadores também se encontram no mesmo estado periclitante, motivo porque agindo cada um «per si» a sua acção é quase nula. O número de desempregados das suas classes tende a aumentar porque, se alguma das fábricas que têm estado fechadas recomeça a sua laboração, emprega mulheres a trabalhar com as máquinas, o que faz com que os operários continuem inactivos⁵⁵³. Em Outubro de 1931, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal consegue que o Governador Civil imponha um novo acordo entre industriais e operários das fábricas de conservas. Segundo este, as mulheres podem manejar cravadeiras, estanhadeiras, máquinas de borracha e soldadeiras e os menores todas as máquinas menos as soldadeiras⁵⁵⁴.

Subsidiária da indústria conserveira, desenvolveu-se sobremaneira a indústria pesqueira em Setúbal e Sesimbra. Esta, porém, já desde os finais do século XVIII, que se vinha modernizando, mobilizando capitais no lançamento de «armações à valenciana», apetrechamento de «cercos americanos» e barcos de arrasto de produção mecânica. Em consequência do desenvolvimento das técnicas de arrasto, praticadas na costa nacional por barcos portugueses e estrangeiros, sobretudo espanhóis, verificou-se a progressiva diminuição da pesca do alto por meio de «aparelhos de anzol», até à quase extinção⁵⁵⁵.

⁵⁵² Relatório dos serviços das circunscrições industriais no ano de 1926 in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 136, 1930

⁵⁵³ Problemas Sindicais: o robustecimento da organização operária de Setúbal só será um facto depois da criação do Sindicato Único da Indústria Conserveira, *A Batalha*, 4 de Janeiro de 1927, p4

⁵⁵⁴ O horário de trabalho e a lei, *A Indústria*, 23 de Outubro de 1931, p1; Horário de trabalho nas fábricas de conservas, *A Indústria*, 6 de Novembro de 1931, p1

⁵⁵⁵ Maria da Conceição Quintas, *Economia, Sociedade e Cultura Operária*, p66 e seguintes

A organização do trabalho no sector das pescas conhece igualmente uma considerável transformação. Segundo João Aldeia, foram introduzidos nesta actividade modelos empresariais e laborais, salários e ritmos de trabalho, típicos da indústria, empregando mão-de-obra assalariada, num regime remuneratório misto, com uma componente fixa (equivalente ao salário mínimo de subsistência) e uma componente proporcional ao valor das capturas⁵⁵⁶.

A nova organização do trabalho e a participação massiva das mulheres e crianças nas fábricas, representando a maioria do trabalho indiferenciado, exerceu forte pressão sobre a autonomia dos antigos artesãos e trabalhadores qualificados⁵⁵⁷. Como noutros contextos além-fronteiras, as hierarquias e as mobilidades transformaram-se progressivamente. A emergência do trabalho semi-qualificado esbate o fundamental da estratificação entre os antigos artesãos e o novo proletariado fabril. Como vimos, os filhos dos primeiros logram ocupar uma boa parte destes lugares, mas também os indiferenciados ascendem a postos de trabalho mais estáveis, aprendendo a manejar maquinaria rudimentar.

Os registos de casamentos fornecem poucas informações no que respeita a esta matéria. As especialidades dentro de cada sector surgem invisíveis por detrás de expressões como *corticeiro*, *operário*, *moço* ou *empregado de fábrica*. Neste sentido foi colmatada esta lacuna com a análise das fichas dos sindicatos nacionais fundados nos anos trinta, nomeadamente aquelas referentes aos trabalhadores mais antigos.

⁵⁵⁶ João Augusto Aldeia, *Industrialização e Socialismo em Sesimbra no final do século XIX*

⁵⁵⁷ Em Almada, em 1930, apenas 11 homens e seis mulheres ainda trabalhavam por conta própria na indústria da cortiça, contra 791 homens e 556 mulheres assalariados. Noutros sectores os trabalhadores independentes ofereceram mais resistência, muito embora o regime salarial se generalizasse inexoravelmente. Na construção civil eram assalariados 432 homens e 382 mulheres, trabalhando por conta própria 61 construtores. Na metalurgia conservavam-se independentes 73 trabalhadores contra 301 homens e 212 mulheres assalariados.

A importante classe profissional dos ferroviários no Barreiro contava com 1265 homens e 31 mulheres, todos a trabalhar por conta de outrem. Na cortiça, o sector que empregava mais trabalhadores a seguir aos transportes, eram assalariados 596 homens e 483 mulheres. Por fim, na indústria química (*CUF*), estavam empregues 715 homens e 446 mulheres. Mais de metade da população industrial no Seixal estava empregue nas corticeiras, trabalhando por conta de outrem praticamente na sua totalidade. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p583. Na cidade mono-industrial de Setúbal, na rubrica *pescas e caça* que agrupa 15544 pessoas, trabalham apenas 417 por conta própria, o que revela um elevado grau de proletarianização neste sector. No *fabrico de géneros alimentícios*, no qual trabalham 5871 pessoas, contam-se apenas 6 homens e 5 mulheres a trabalhar por conta própria. É na metalurgia que a taxa de trabalhadores por conta própria ainda tem algum significado, 88 trabalhadores independentes do sexo masculino, contra 541 homens 306 mulheres dependentes de um salário. Recenseamento geral da população de 1930, Parte III, p586

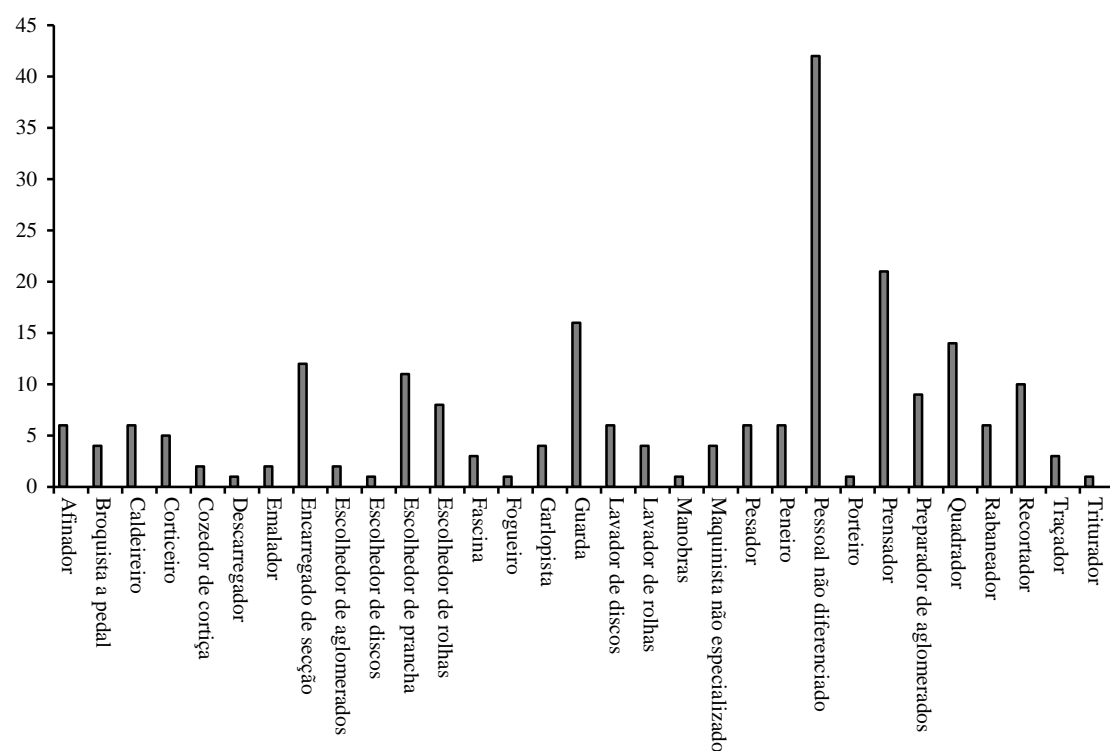


GRÁFICO 21 - ESPECIALIZAÇÃO DOS HOMENS A TRABALHAR NA INDÚSTRIA CORTICEIRA DE ALMADA SEGUNDO AS FICHAS DO SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS – SECÇÃO DE ALMADA (1939)

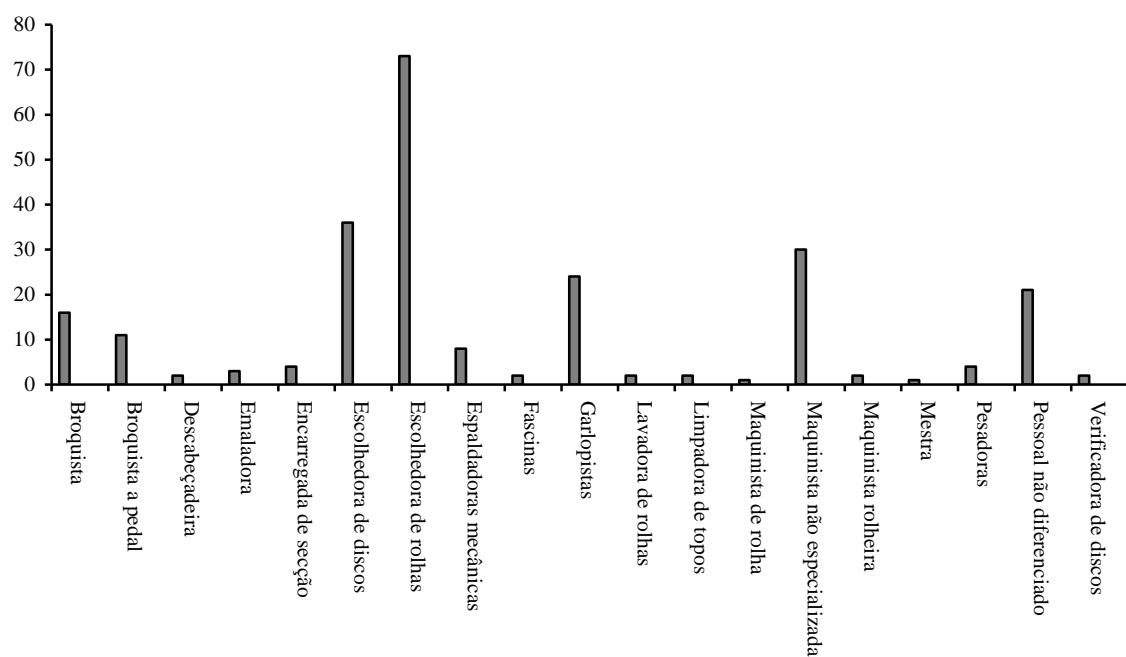


GRÁFICO 22 – ESPECIALIZAÇÃO DAS MULHERES A TRABALHAR NA INDÚSTRIA CORTICEIRA DE ALMADA SEGUNDO AS FICHAS DO SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS – SECÇÃO DE ALMADA (1939)

Em 1939, o antigo *rolheiro* manual está completamente ausente do trabalho industrial, substituído pelo *broquista*, o *broquista a pedal* ou o *maquinista de rolha*. As mulheres surgem a par dos homens a executar inúmeros trabalhos semi-qualificados. Na realidade, em algumas fábricas a percentagem de *pessoal não diferenciado* é superior entre os trabalhadores do sexo masculino. Não obstante, meio século depois, as mulheres e as crianças continuavam a ser consideradas *membros da família auxiliando os respectivos chefes*, segundo o recenseamento geral da população de 1930, e a ganhar metade ou menos do que os homens⁵⁵⁸.

Na indústria das conservas, entre os homens, a tendência geral é distinta. Muito embora se observe também a diminuição proporcional dos soldadores e a sua lenta substituição por operários semi-qualificados manejando cravadeiras semi-automáticas, o peso crescente da percentagem de *trabalhadores* aponta para a acentuação do recurso à mão-de-obra indiferenciada.

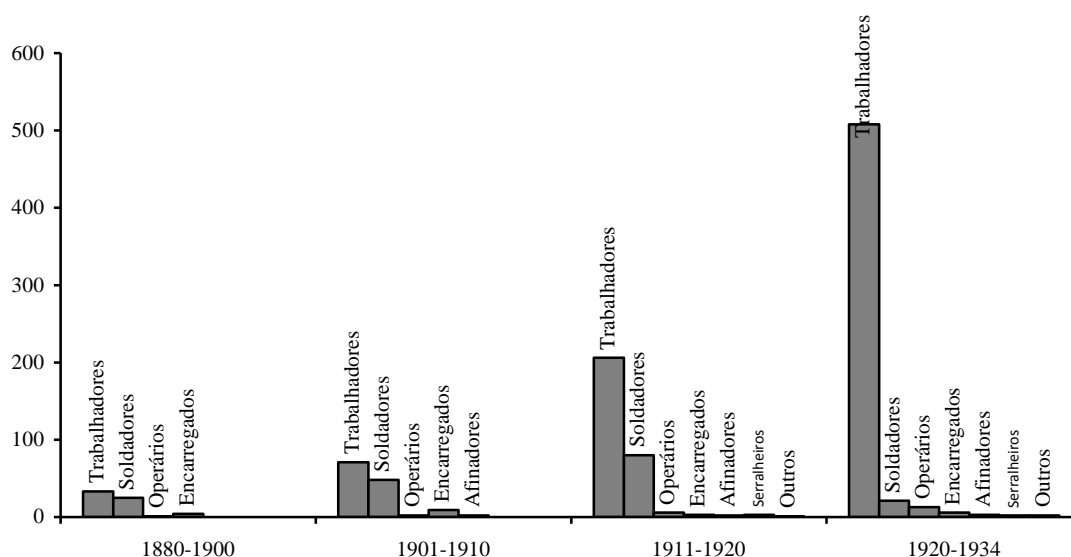


GRÁFICO 23– EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA MASCULINA SEGUNDO A AMOSTRAGEM DE 1072 FICHAS DO SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CONSERVEIROS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Entre as mulheres filiadas no mesmo sindicato não se distinguem senão *operárias*. Todavia é sabido que estas manejavam igualmente maquinaria. Durante a

⁵⁵⁸ Em Janeiro de 1921, no distrito de Lisboa, na indústria das conservas, um homem auferiria cerca de 3\$87 ao passo que uma mulher receberia apenas 1\$92. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p94-97; Entre Julho de 1914 e Dezembro de 1920 os salários masculinos subiram, na indústria das conservas, 524% e os das mulheres 463% . Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p142-144

greve de Fevereiro de 1911, em entrevista ao *Sindicalista*, as operárias das fábricas reclamam que «o industrial para ganhar mais, obriga-nos a fazer trabalhos que só pertencem aos trabalhadores, como mouras, pregar caixas e trabalhar com as ferramentas e isto porque ganhamos menos e porque temos mais horas de trabalho do que os nossos camaradas trabalhadores»⁵⁵⁹.

O mesmo sucedia noutros sectores. Segundo *A Voz da Amora*, na indústria vidreira, durante a Grande Guerra, «começou a instruir-se pessoal feminino para diversos serviços; e assim estão já a aprender duas raparigas a profissão de torneiro, as quais mostram grandes aptidões para o serviço»⁵⁶⁰.

⁵⁵⁹ «Ao povo e ao operariado: o movimento grevista em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Fevereiro de 1911, Suplemento, p1

⁵⁶⁰ *Voz da Amora* citado por Manuel A. S. Lima – Amora: memórias e vivências d' outrora, p139

2.2.4 A EVOLUÇÃO DAS PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS

2.2.4.1 AS RELAÇÕES DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS

Os testemunhos orais que recuam à época em análise são relativamente escassos. No entanto, os levantamentos realizados nas décadas passadas permitem aferir que, à semelhança do que foi verificado noutros contextos europeus, também entre as comunidades operárias germinadas na Península de Setúbal se desenvolveram fortes laços de proximidade à escala do lugar⁵⁶¹.

Para comprovar o papel destes laços no processo histórico foram utilizados os dados provenientes dos registos de casamento já referidos. Consideraram-se as relações de cortejo, entre noivos e noivas, e de compadrio, entre noivos e testemunhas, para avaliar de que forma os espaços residenciais erigidos nestas áreas industriais estruturaram os universos relacionais das classes trabalhadoras. Muito embora a escolha de um parceiro, de uma parceira ou de um amigo para testemunhar o matrimónio, tenha uma forte componente afectiva, ela não se realiza num universo ilimitado, reflectindo uma rede de relações de proximidade em que os protagonistas interagem.

Analisando as relações de cortejo nos casos de estudo eleitos comprovámos desde logo que as elevadas taxas de endogamia geográfica observadas noutros contextos similares, encontravam paralelo na Península de Setúbal. A esmagadora maioria dos noivos e noivas foram escolhidos na mesma divisão administrativa ou mesmo bairro⁵⁶². A proximidade geográfica das relações sociais permite aferir se estas se baseiam em interacções quotidianas e informais ou ligações de longa distância, normalmente mais formalizadas e com oportunidades de encontro face-a-face excepcionais. A endogamia geográfica é uma forma de formalizar laços inscritos na vivência diária, comprovando o

⁵⁶¹ Fundo oral do Museu da Cidade de Almada; Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro*; Sónia Ferreira, *Mulheres e Fabricantas: resistência operária em Almada*; entre outros.

⁵⁶² Em Almada, entre 1890 e 1891, no que respeita às relações de cortejo, a endogamia geográfica (noivos residentes na mesma freguesia) é de 85,2%, sendo 75% dos noivos do mesmo bairro (Almada, Cacilhas, Caramujo, Mutela ou Pragal). O padrão não se altera substancialmente nas décadas seguintes: entre 1909 e 1910, 89,5% da mesma freguesia entre os quais 68,6% da mesma localidade; entre 1929 e 1930, 87% da mesma freguesia e 64,7% do mesmo local. No Seixal, nos primeiros dois recortes temporais a endogamia geográfica entre noivos é de 85,2%, entre 1929 e 1930 os noivos da mesma localidade representam 93% dos casos. No Barreiro, nos primeiros dois recortes, os noivos são praticamente todos da mesma freguesia. Nos primeiros dois recortes, na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, em Setúbal, as taxas de endogamia geográfica entre noivos são de 83,8%. Na freguesia de São Sebastião a endogamia geográfica entre noivos é de 71,1%.

papel dos espaços de residência no condicionamento das proximidades e distâncias sociais⁵⁶³.

As relações de compadrio, todavia apresentam algumas variantes entre os diferentes contextos locais e estratos sociais e uma relevante evolução temporal. Em Almada e no Seixal é perceptível que o bairro perde importância face a um sentimento de pertença mais alargado de comunidade, desenvolvendo-se igualmente uma forte relação com Lisboa⁵⁶⁴. No Barreiro, as relações de compadrio são mais endogâmicas⁵⁶⁵. O mesmo se poderá dizer em relação às comunidades piscatórias de Setúbal⁵⁶⁶.

O critério para a escolha de uma testemunha externa à comunidade é, em alguns casos, a naturalidade de um dos noivos, mas não na sua maioria. O padrão perceptível é outro, a posição social. São sobretudo artesãos, trabalhadores qualificados e empregados do comércio ou da administração que se relacionam fora da comunidade em detrimento dos trabalhadores indiferenciados, mais propensos a estabelecer relações de proximidade geográfica. Por outro lado, apesar de ter sido verificado em diversos estudos que as mulheres tendem a estar mais integradas nas comunidades locais, esse padrão não é muito claro nas comunidades analisadas⁵⁶⁷, tendo em conta os intensos e contínuos fluxos migratórios dirigidos para a região.

⁵⁶³ Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, p356-361

⁵⁶⁴ Em Almada, entre 1890 e 1891 17, 8% dos padrinhos residem num concelho diferente dos noivos, a maioria em Lisboa, e entre 1909 e 1910 24,4%.

No Seixal, os laços de compadrio, conhecem o seu auge de endogamia no intervalo de 1908-1910 (80,9%), sendo em ambos os outros recortes – 1890-91 e 1929-30 - ligeiramente inferiores - 74% -, em favor da ligação a Lisboa - 18%.

⁵⁶⁵ Entre 1890 e 1891, 79,2% das testemunhas são do Barreiro, 15% de Lisboa e as restantes de outras localidades. Entre 1909 e 1910, a proximidade residencial sobe para 82%, sendo 10,4% das testemunhas moradoras em Lisboa. Em 1929-30, 80,3% das testemunhas escolhidas pelos noivos são do Barreiro, sendo 10,9% de Lisboa

⁵⁶⁶ Na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, onde se concentravam os pescadores e marítimos, a endogamia geográfica é impressionante - apenas 5,1% das testemunhas residiam fora da cidade de Setúbal e 60% eram da mesma freguesia dos noivos. Em São Sebastião em Setúbal, onde residem mais trabalhadores das fábricas, percebe-se uma maior ligação à cidade como um todo nas relações de compadrio, quer dos homens quer das mulheres. Em 1929-30, 95,8% das testemunhas residem na cidade onde se casam os noivos.

⁵⁶⁷ Apenas 33,9 % das noivas e 32% dos noivos são naturais da vila de Almada; 38,3% dos noivos e 57,3 das noivas das localidades do concelho do Seixal; 50,6% dos noivos e 61,6% das noivas da freguesia do Barreiro; 47,4% dos noivos e 54,4% das noivas da Nossa Senhora da Anunciada; e 34% dos homens e 28,4% das mulheres de São Sebastião em Setúbal. No entanto observa-se um crescente papel das mulheres nas relações de amizade, na medida em que, em todas as freguesias analisadas surgem no segundo e terceiro intervalos (1909-1910 e 1929-30), incomparavelmente mais vezes como testemunhas do que no primeiro (1890-1891). Ou seja, se em finais de oitocentos se privilegiam sobretudo as relações

Desta forma, para avaliar o impacto da produção destes espaços e destas populações na estruturação das relações sociais é necessário considerar as famílias migrantes, suas estratégias e capacidade de integração. As famílias recém-chegadas, os seus projectos migratórios e os quadros de referência das suas relações jogam um papel determinante na evolução das proximidades e distâncias nos espaços em análise. Desde logo porque constituem uma significativa percentagem dos grupos domésticos que compõem a população local, mas também porque a sua necessidade de angariar recursos emocionais, materiais e no acesso ao mercado de trabalho é mais premente do que a das famílias enraizadas há mais de uma geração.

No que respeita às famílias migrantes, como defende Frédéric Vidal, o condicionamento da escolha de um noivo ou de uma noiva em relação à sua origem geográfica pode ser considerado como um índice válido de coesão das redes inter-individuais, podendo estas resultar de laços criados na comunidade de chegada ou permanecerem organizadas em torno de origens regionais separadas. Ou seja, é possível verificar a capacidade de integração das famílias forasteiras com base nos laços matrimoniais estabelecidos.

Para compreender o processo de assimilação dos intensos fluxos populacionais que se canalizaram para a região, todavia, importa ter em conta não apenas o projecto migratório dos noivos mas também os da sua ascendência⁵⁶⁸, principalmente porque este é pós nupcial na esmagadora maioria dos casos analisados. Sendo que uma significativa percentagem dos noivos naturais da região integra uma família recém-chegada, as suas estratégias e relações sociais são distintas das daqueles que pertencem a uma família enraizada há mais de uma geração. Para apreender o processo de integração consideraram-se assim famílias e não apenas indivíduos, pelo que se optou por examinar as naturalidades dos pais dos noivos em vez das dos noivos.

Contabilizando-se a percentagem de casamentos entre famílias forasteiras (dois pais do noivo forasteiros) e locais (pelo menos um dos pais natural), verificam-se diferentes padrões mas uma evolução geral tendente à integração dos migrantes através

masculinas do noivo, nas primeiras décadas do século XX, as relações femininas da noiva a desempenhar um papel fulcral na inserção do casal na comunidade.

⁵⁶⁸ Segundo Didier Blanchet e Denis Kessler, analisando apenas a naturalidade dos noivos não podemos verificar a mobilidade efectiva, ignorando toda aquela que ocorre após o casamento. Didier Blanchet e Denis Kessler, «La mobilité géographique de la naissance au mariage». In: Jacques Dupâquier et Denis Kessler, *La société française au XIXe siècle*, p345-346

do matrimónio. Apesar das redes de migração terem mantido um peso ainda assinalável onde e quando os movimentos migratórios são mais intensos, o que é facto é que os casamentos entre naturais têm uma proporção pouco expressiva sendo perceptível que a tendência para segregar os forasteiros é menor que aquela que permite a sua integração nas redes locais⁵⁶⁹.

A capacidade de integração das famílias migrantes não deixa de ser condicionada, todavia, tal como a escolha das testemunhas, pela posição social dos seus membros. Segundo Rosental⁵⁷⁰, as famílias que optaram pela migração definem-se pela

⁵⁶⁹ Em **Almada**, os movimentos migratórios são tão intensos entre 1890 e 1910, que apenas 19,1% (1890-1891), 11,7% (1909-1910) e 15,3% (1929-1930) dos casamentos são entre famílias naturais do concelho, sendo 30,8% (1890-1891), 25,8% (1909-1910) e 33,5% (1929-1930) entre famílias naturais e famílias forasteiras e 50% (1890-1891), 62,3% (1909-1910) e 51% (1929-1930) entre duas famílias forasteiras.

Para o **Seixal** os fluxos não são tão massivos pelo que a integração é mais efectiva, apenas 11,3% (1890-1891), 25,2% (1909-1910) e 34,4% (1929-1930) dos casamentos são entre famílias forasteiras, sendo 45,2% (1890-1891), 38,4% (1909-1910) e 32,2% (1929-1930) entre naturais e forasteiras e 43,3% (1890-1891), 36,2% (1909-1910) e 33,3% (1929-1930) entre naturais. A integração por esta via, como se pode verificar é bem conseguida, embora se dificulte ao longo das duas décadas em análise, devido à relativa intensificação dos movimentos migratórios.

No **Barreiro**, a integração dos forasteiros é também garantida à escala do lugar, não obstante o crescente aumento do número de recém-chegados. Entre 1890 e 1891, os casamentos entre famílias naturais representam a maior percentagem (45,6%), mas entre as forasteiras são mais as que optam por criar laços na comunidade, unindo-se a naturais (33,3%) do que as que perpetuam os seus vínculos provinciais (20,9%). Vinte anos depois são dominantes os casamentos mistos (50,7%), sendo os restantes entre famílias naturais (21,7%) ou apenas forasteiras (27,5%). Entre 1929 e 1930 apenas 8,8% dos casais são naturais do concelho, sendo os casamentos mistos 31,5% e os entre forasteiros 59,6%.

Na freguesia de **São Sebastião** em Setúbal a integração dos trabalhadores rurais oriundos das freguesias do hinterland e Alentejo é bem sucedida, integrando estes os 38,6% (1897-1898) e depois os 42,8% (1909-1910) dos casamentos entre famílias naturais e forasteiras. Os casamentos entre famílias forasteiras continuam a pesar bastante nas redes locais – 38,6% (1897-1898) e 40,9% (1909-1910), sobretudo devido aos grupos domésticos de pescadores oriundos da Murtosa que invariavelmente preferem manter os seus vínculos de origem. Os restantes 22,6% (1897-1898) e 16,1% (1909-1910) dos casamentos são realizados entre famílias naturais. Estas, não raro, têm um dos progenitores forasteiro pelo que também atestam um processo de integração precedente.

Na freguesia de **Nossa Senhora da Anunciada** em Setúbal para onde migraram os marítimos dos portos Algarvios, todavia, esta integração foi relativamente mais fácil, correspondendo os casamentos entre famílias naturais e forasteiras 45,8% (1890-1891) e 43% (1909-1910). Os casamentos entre forasteiros, normalmente de famílias da Fuzeta, Olhão ou Portimão, constituem 25% (1890-1891) e 34,1% (1909-1910). Os casamentos entre famílias enraizadas há mais de uma geração representam 29,1% (1890-1891) e 22,7% (1909-1910). Entre 1929 e 1930, quando as freguesias já não se distinguem nas origens dos pais dos noivos representam apenas 20,9% os casamentos exclusivamente entre naturais, sendo os que unem famílias naturais e forasteiras 39,2% e os que segregam as famílias recém-chegadas 39,8%.

⁵⁷⁰ Como demonstrou Paul-André Rosental, os movimentos da população neste período integravam trajectórias familiares pré-existent e projectos subordinados à presença no horizonte migratório de um membro da linhagem, bem como referências profissionais – o que o autor chama um *stock familiar de possibilidades profissionais* - construído por várias gerações. Pudemos já comprovar a eficácia destas redes no acesso ao mercado de trabalho industrial na Península de Setúbal (sub-capítulo – o projecto migratório como estratégia).

A grelha de análise de Rosental, que procura explicar porque razão algumas famílias optam pela migração e outras não, distingue *famílias autocentradas*, nas quais se observa uma relativa homogeneidade de profissões e *exocentradas*, que testemunham uma maior propensão para a mobilidade ocupacional. A

diversificação das suas relações e pela sua maior propensão para a mobilidade social. Os dados provenientes dos registos de casamento nas comunidades de chegada da Península de Setúbal confirmam parcialmente esta tese, mas ilustram como os quadros de referência das famílias migrantes são relativamente limitados. No início do período em análise, os artesãos e trabalhadores qualificados fazem sobretudo uso das suas redes de ofício para se integrarem, mas conseguem diversificar as suas relações, incluindo elementos melhor posicionados na hierarquia social. Pelo contrário, o espectro de relações dos forasteiros cujo trabalho é indiferenciado é mais reduzido⁵⁷¹.

análise destas dinâmicas familiares a partir dos registos de casamentos permite identificar grupos de referência e a intensidade dos laços interpessoais que os definem. É possível verificar que as famílias autocentradas tendem a escolher testemunhas no seio do seu grupo de referência profissional, ao passo que as segundas expressam menor sensibilidade à diferenciação social. São estas últimas que têm maior propensão para ingressar no projecto migratório. Paul-André Rosental, *Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations dans la France du XIXe siècle*.

⁵⁷¹ Em **Almada** os migrantes artesãos, em finais de oitocentos, diversificam as suas relações, escolhendo as suas testemunhas entre artesãos, comerciantes, proprietários, trabalhadores, entre outros. Distinguiam-se contudo os tanoeiros que privilegiavam as relações com outros artesãos e nomeadamente do mesmo ofício. O mesmo se observa em relação aos *operários*, que nas suas relações elegem sobretudo outros operários, alguns artesãos, trabalhadores qualificados e indiferenciados. Os *trabalhadores* procuram diversificar as suas relações mas vêm-se por vezes na necessidade de pedir aos funcionários da igreja para testemunhar o seu casamento.

Entre 1909 e 1910, observamos os mesmos laços de ofício que ligavam os tanoeiros a unir os migrantes que ingressam na indústria corticeira. Estes não deixavam de incluir no seu universo de relações outros operários qualificados, artesãos, trabalhadores, mas também comerciantes e proprietários. Os *trabalhadores* relacionam-se com *operários*, trabalhadores qualificados, e em casos mais raros com empregados no comércio e serviços, comerciantes e proprietários.

Entre 1929 e 1930, os migrantes corticeiros mantêm as suas relações de ofício, diversificando as suas relações sobretudo em torno dos meios industriais. Neste período, porém, muitos dos recém-chegados acedem a um novo segmento do mercado de trabalho urbano. Destacam-se aqueles que se tornam empregados do comércio e que se relacionam sobretudo com a mesma classe e profissional e os seus patrões - os comerciantes. Os trabalhadores mantêm o seu leque de opções mais reduzido particularmente no que respeita aos laços matrimoniais. Tendo em consideração a profissão dos pais das suas noivas, nenhum consegue unir-se a uma família que não integre o mundo do trabalho manual.

Os registos de casamentos dos recém-chegados ao **Seixal** entre 1890-91 reflectem padrões muito similares aos de Almada no que se refere às suas relações sociais. A este conselho neste período, porém, chegam ainda muitos jornaleiros, cujos grupos de referência revelam uma profunda homogeneidade social, escolhendo estes migrantes maioritariamente testemunhas com profissões similares ou que revelam uma relativa proximidade não social mas ocupacional ao grupo de referência, proprietários ou fazendeiros. São raríssimas as testemunhas empregadas em sectores de actividade diferentes dos noivos. O mesmo se verifica no que se refere à profissão dos pais das mulheres com quem casaram.

Entre 1908 e 1910 os artesãos mantêm os seus padrões de relacionamento, seguidos agora pelos trabalhadores qualificados como os serralheiros. Os jornaleiros deixam de chegar e em sua substituição surgem os *trabalhadores* e os *operários* com as mesmas origens sociais e geográficas – determinados concelhos da região centro. Estes integram grupos de referência mais abertos que os dos seus ascendentes, escolhendo trabalhadores e proprietários, mas sobretudo empregados fabris e operários, e menos empregados no comércio e nos serviços, militares, entre outros. É de sublinhar que no que respeita aos pais das noivas eleitas, esta abertura é substancialmente menor. É muito raro os trabalhadores ou os operários casarem fora do seu grupo de referência. Como observa Frédéric Vidal em Alcântara existe um ligeiro desfasamento social entre as relações matrimoniais e as de compadrio⁵⁷¹.

Em suma, verifica-se que as proximidades e distâncias sociais nestas comunidades são condicionadas pela convivência nos espaços residenciais mas também indissociáveis da inserção das famílias migrantes no mercado de trabalho.

No último recorte temporal, os poucos artesãos que ainda chegam ao conselho mantêm a diversidade das suas relações, bem como os trabalhadores qualificados. Entre os migrantes que acedem a profissões semi-qualificadas, corticeiros, operários observa-se um universo de relacionamento que inclui trabalhadores indiferenciados, qualificados, empregados e pequenos proprietários. Este é substancialmente mais homogêneo no que se refere às relações matrimoniais, os pais das noivas são na sua esmagadora maioria trabalhadores, sobretudo semi-qualificados ou indiferenciados. Finalmente, estes últimos, quando recém-chegados, continuam a casar no seio da sua condição, envolvendo nas suas relações de amizade alguns mas não muitos, elementos de estratos melhor posicionados na hierarquia social.

No **Barreiro**, no que respeita ao primeiro recorte temporal, pudemos encontrar os mesmos padrões de relacionamento entre os migrantes, muito embora a homogeneidade social em torno do trabalho manual e industrial seja substancialmente maior. Destacam-se na composição social destes fluxos migratórios os empregados dos CFSS e os operários especializados das oficinas gerais. Os seus grupos de referência incluem alguns comerciantes e proprietários, mas são maioritariamente preenchidos por colegas de trabalho. Este padrão mantém-se nas vésperas da implantação da República e na viragem dos anos vinte para os trinta. É de assinalar que os laços matrimoniais tendem a unir os ferroviários a famílias mais humildes, no fundo a sua própria origem social, os pais das noivas bem como os pais dos noivos migrantes que ingressam na Companhia, são na sua maioria trabalhadores indiferenciados. Também no Barreiro, os trabalhadores recém-chegados têm dificuldades em diversificar o seu leque de relações para lá do trabalho manual. Para além dos seus congéneres contraem amizades com trabalhadores semi-qualificados e qualificados da indústria.

Na cidade de Setúbal a organização dos fluxos migratórios na última década de oitocentos é totalmente distinta, bem como os quadros de referência das relações dos migrantes. Os laços comunitários dos pescadores algarvios transferem-se praticamente intocáveis para freguesia de **Nossa Senhora da Anunciada**. Os pescadores de Olhão, da Fuzeta ou Portimão, casam-se com filhas de pescadores de Olhão, da Fuzeta ou Portimão e contraem amizades com pescadores. Do outro lado da cidade de Setúbal, na freguesia de **São Sebastião**, a realidade é ligeiramente distinta. Os pescadores da Murtosa, concelho de Estarreja, têm o mesmo comportamento dos algarvios. Não obstante, nesta divisão administrativa a maioria dos migrantes trabalha ou trabalhava no campo e vem das freguesias do hinterland agrícola da cidade. Tal como sucede entre os migrantes deste estrato social nas comunidades da margem Sul do Tejo, destaca-se a homogeneidade social dos quadros de referência das suas relações sociais. Os soldados, presentes em ambas as freguesias, diversificando mais as suas relações, mas também circunscrevem os seus quadros de referência ao mundo do trabalho manual.

Entre 1909 e 1910 os *pescadores* que chegam de Olhão e da Fuzeta designam-se agora *marítimos* e integram nas suas relações sobretudo marítimos mas também soldados e negociantes de peixe. De resto as relações sociais dos migrantes nas freguesias periféricas da cidade de Setúbal mantêm os mesmos padrões. Sublinhe-se que a composição social dos migrantes é bastante restrita sendo a sua esmagadora maioria composta por homens do mar, do campo e soldados, provenientes dos portos algarvios.

Entre 1929 e 1930, a composição social dos migrantes diversifica-se ligeiramente, os recém-chegados continuam a ocupar sobretudo os postos de trabalho ligados ao trabalho marítimo e indiferenciado. As redes de ofício continuam a trazer soldados de outros centros conserveiros para Setúbal. Contudo, destacam-se agora os empregados do comércio, outros trabalhadores qualificados, como serralheiros, pedreiros ou carpinteiros, alguns recém-chegados chegam mesmo a comerciantes. Os marítimos continuam a viver em comunidades bastantes fechadas. O leque de relações dos trabalhadores também continua bastante condicionado. Os trabalhadores qualificados conseguem estabelecer relações fora do trabalho manual mas continuam a aprofundar amizades nos locais de trabalho. Os empregados do comércio é que, como em Almada, procuram estabelecer laços sobretudo no seu ramo de actividade e de preferência com os seus patrões.

2.4.2.2 AS RELAÇÕES DESENVOLVIDAS NOS LOCAIS DE TRABALHO

Para além da comunidade de residência, os dados disponíveis apontam para o papel dos locais de trabalho e do ofício como estruturadores das redes de relação nestas comunidades. Na última década de oitocentos, os artesãos e os trabalhadores qualificados desenvolvem fortes relações de ofício mas também integram uma mais alargada comunidade, a do trabalho artesanal ainda que já em transformação. Como defende Frédéric Vidal, mais do que a coesão em torno de uma especialidade, verifica-se que os operários especializados desenvolvem relações no interior do grupo dos artesãos e trabalhadores qualificados⁵⁷².

Em Setúbal verifica-se esta mesma asserção, sendo ainda muito ténue a ligação entre os estratos superiores e inferiores da classe operária. Era maior a proximidade dos artesãos e trabalhadores qualificados aos *marítimos*, uma classe profissional com um peso muito significativo nas comunidades de residência.

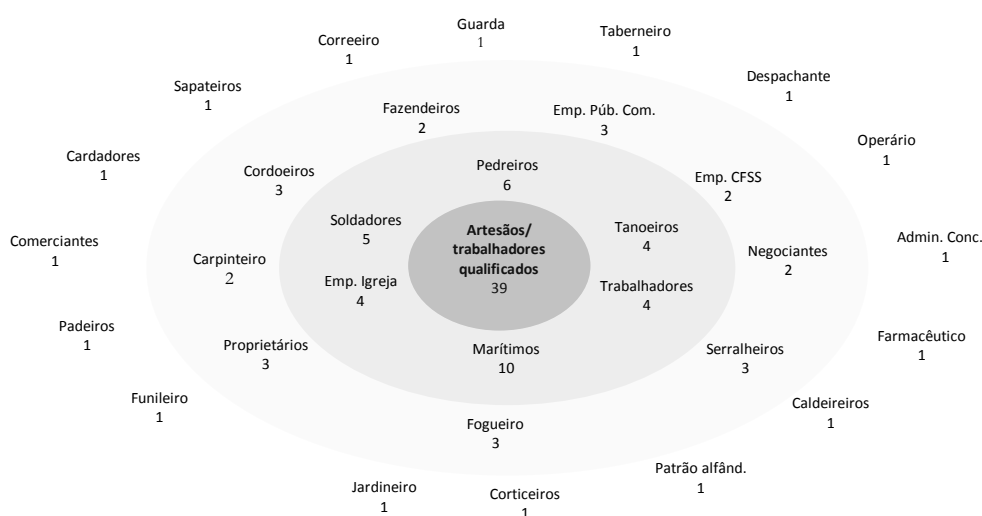


ILUSTRAÇÃO 13 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS ARTESÃOS E TRABALHADORES QUALIFICADOS COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTO NO INTERVALO TEMPORAL DE 1890-1891

⁵⁷² Pretendendo-se avaliar em pormenor o papel das relações desenvolvidas nos espaços de trabalho, e nomeadamente nas fábricas e oficinas, optou-se por agregar as especialidades que garantidamente integraram o modo de produção industrial - *tecelões, rolheiros, caldeireiros, serralheiros, fogueiros, tanoeiros e soldadores* – e excluir aquelas que provavelmente mantiveram a sua actividade tradicional – *canastreiros, alfaiates, moleiros*, etc. Integraram-se também os pedreiros, tendo em consideração que o sector da construção civil é um dos que revela uma mais expressiva expansão nesta região e no qual, como veremos na segunda parte, também se desenvolvem vínculos significativos nos locais de trabalho.

No mesmo período, os *trabalhadores* constituíam um grupo relativamente fechado sobre si próprio. As suas relações de amizade eram marcadas por altas taxas de auto-recrutamento. Os dados recolhidos sugerem que, antes do arranque industrial, os elementos destes estratos não se sentiam particularmente próximos dos seus colegas qualificados, preferindo escolher membros melhor posicionados na hierarquia social para testemunhar os seus casamentos.

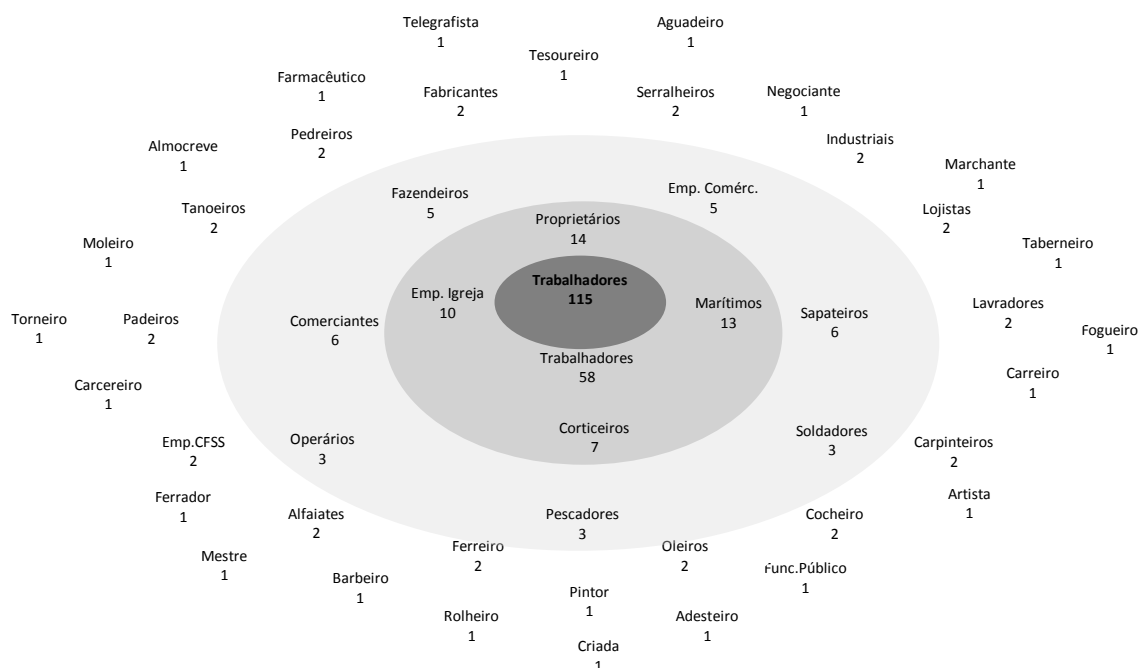


ILUSTRAÇÃO 14 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES E OPERÁRIOS COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTO NO INTERVALO TEMPORAL DE 1890-1891

Esta realidade altera-se substancialmente nas décadas seguintes, devido às transformações já descritas na organização do trabalho. Analisando as proximidades sociais destas classes profissionais, entre 1909-1910, podemos verificar que os ofícios tradicionais que se mantiveram relevantes no quadro da produção industrial mantiveram os seus laços de ofício, comprovados em altas taxas de endogamia profissional, mas também aprofundaram as suas relações com outras camadas com as quais partilhavam os espaços de produção. É o caso dos *soldadores* de Setúbal que reforçam a proximidade entre si integrando também nas suas redes os *trabalhadores*.

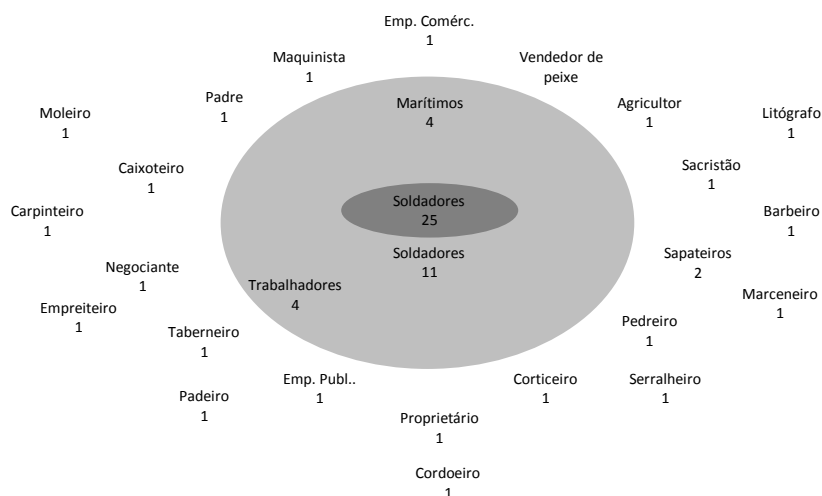


ILUSTRAÇÃO 15 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS SOLDADORES DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ENTRE 1909 E 1910

É de relevar ainda, que, no início da segunda década do século XX, se os marítimos ainda incluem nas suas relações os negociantes de peixe, talvez porque uma parte do seu salário era pago em géneros, os soldadores excluem absolutamente os industriais das suas relações, não obstante a proliferação de pequenas unidades de produção, onde as suas relações seriam no plano teórico bastante próximas.

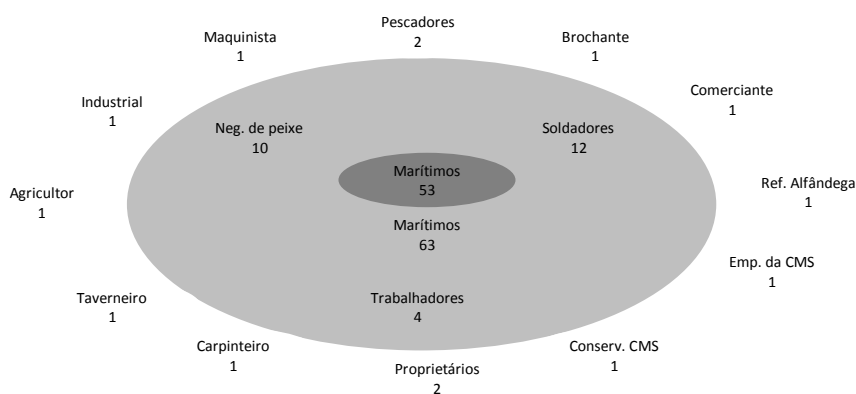


ILUSTRAÇÃO 16 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS MARÍTIMOS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ENTRE 1909 E 1910

Segundo os registos do intervalo temporal de 1909-1910, também os *corticeiros* diversificam as suas relações no quadro dos espaços residenciais, incluindo pequenos proprietários e comerciantes, empregados públicos e do comércio, artesãos, entre outros,

mas aprofundam sobretudo os laços nos locais de trabalho, sobretudo com os seus congéneres, mas também com serralheiros, operários e trabalhadores indiferenciados.

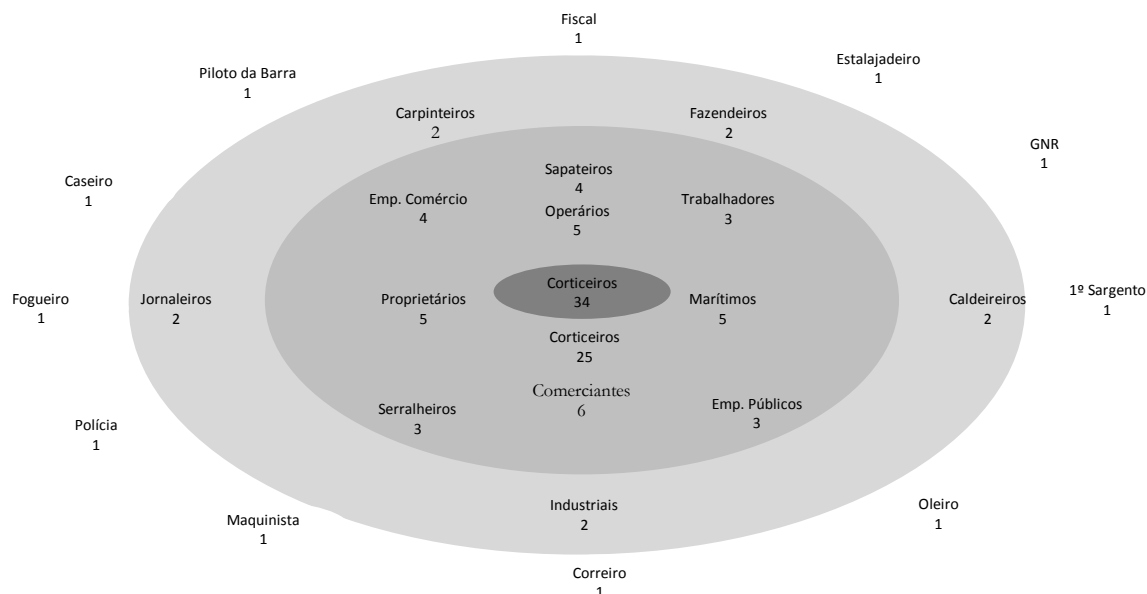


ILUSTRAÇÃO 17 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS CORTICEIROS DE ALMADA, SEIXAL E BARREIRO COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTO NO INTERVALO TEMPORAL DE 1909-1910

O mesmo se poderá dizer em relação aos *ferroviários* do Barreiro. Muito embora os contratados pela companhia dos CFSS dificilmente se possam considerar uma classe, tendo em consideração a estratificação interna aos diferentes serviços nas oficinas e nas linhas, a verdade é que os laços entre maquinistas e operários, entre chefes de estação e factores são muito fortes. Veremos na segunda parte desta tese como todos estes protagonistas ingressarão no Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste.

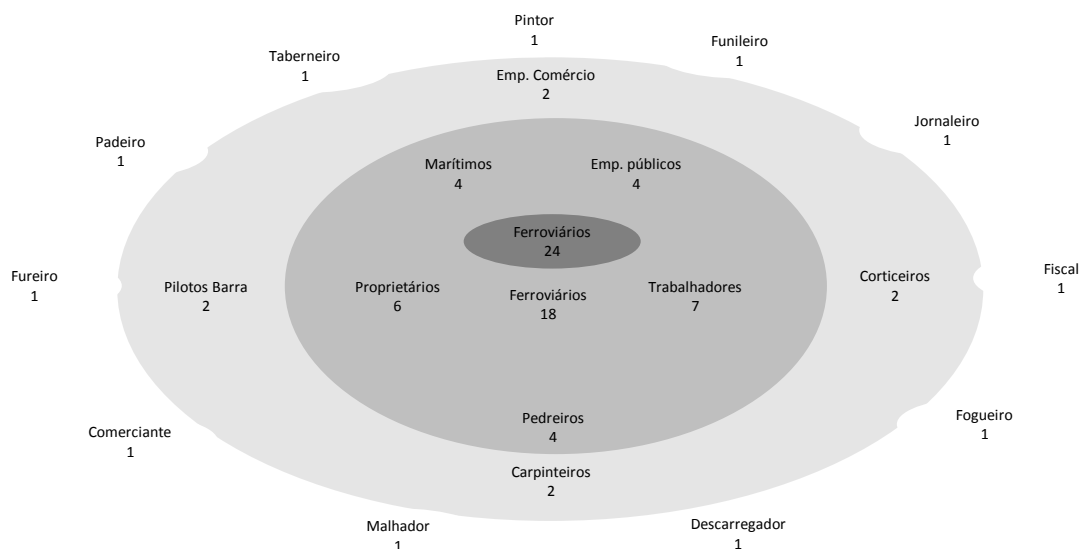


ILUSTRAÇÃO 18 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS FERROVIÁRIOS DO BARREIRO ENTRE 1909 E 1910

No segundo recorte temporal analisado, os *trabalhadores* surgem em todas as redes de relação como um dos grupos mais representado, sugerindo que, entre 1890 e 1910, esta camada se integrou nas redes de relação desenvolvidas nos espaços industriais. Esta integração é contudo relativa e relaciona-se sobretudo com uma maior proximidade face aos trabalhadores semi-qualificados – os *corticeiros* e os *operários*.

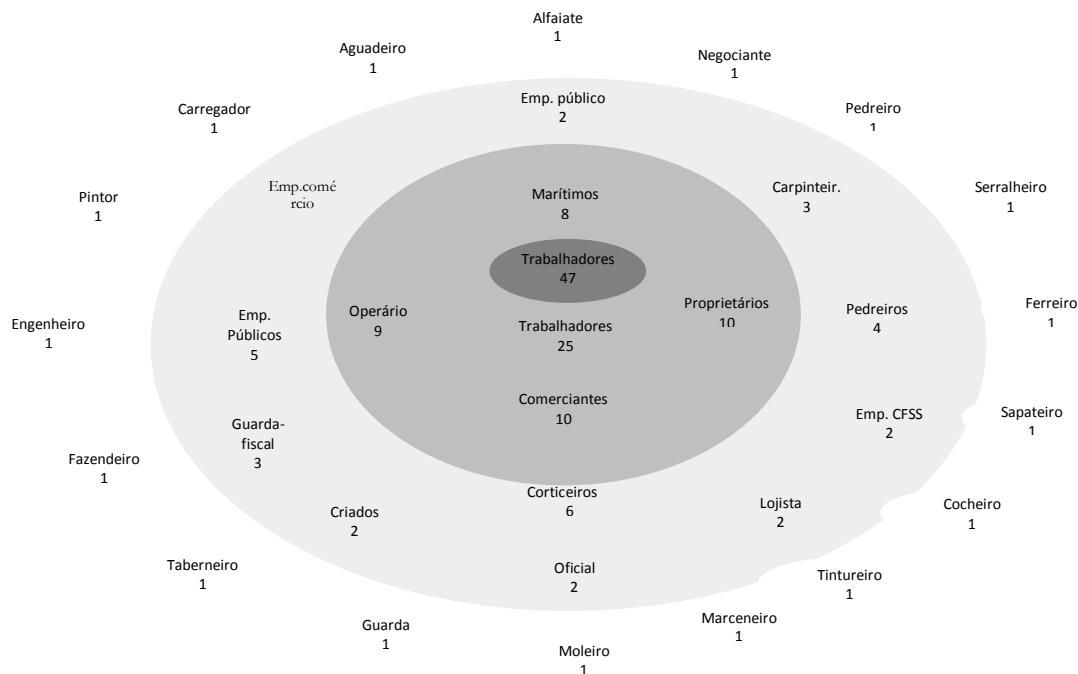


ILUSTRAÇÃO 19 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DE ALMADA, BARREIRO E SEIXAL ENTRE 1909 E 1910

Duas décadas mais tarde os artesãos são uma classe em profunda retracção⁵⁷³, o que se reflecte eloquentemente nas suas redes de relações. Mesmo os *soldadores* já não lutam pela classe mas para sair da classe. Estão agora mais próximos dos industriais que dos seus congéneres.

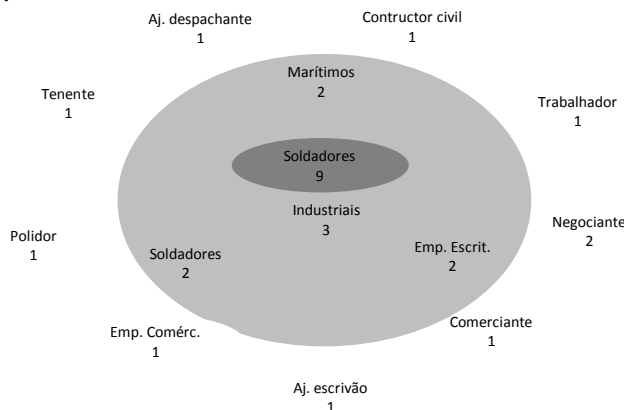


ILUSTRAÇÃO 20 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS SOLDADORES DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ENTRE 1929 E 1930

O mesmo não sucede entre os marítimos. Neste caso, a proletarização e a crise, apenas contribuem para o reforço das suas redes comunitárias. No entanto, as suas relações privilegiadas com os soldadores desvanecem-se em favor de ligações de tipo clientelista com industriais, negociantes e comerciantes.

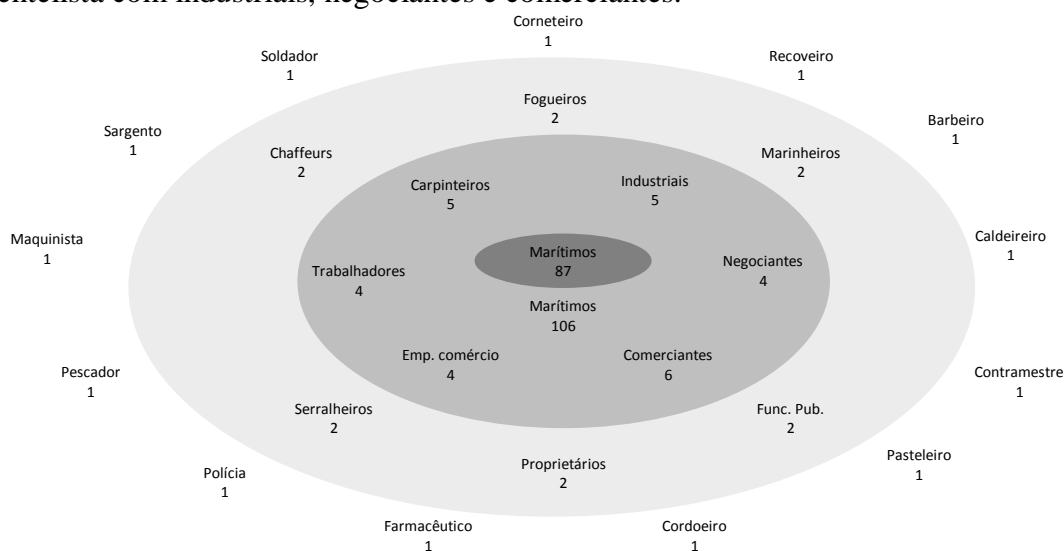


ILUSTRAÇÃO 21 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS MARÍTIMOS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SÃO SEBASTIÃO EM SETÚBAL ENTRE 1929 E 1930

⁵⁷³ Mesmo os soldadores, os mais resistentes, surgem apenas em 9 dos 307 casamentos registados entre 1929 e 1930, quando tinham sido 25 em 182 entre 1909 e 1910.

Também a rede de relações dos *corticeiros* se transforma com a crise e a contracção do mercado de trabalho. A força dos laços de ofício entre congéneres diminui, sendo menor a proporção de corticeiros entre as testemunhas escolhidas. O mesmo sucede face aos *operários* e *trabalhadores*. Pelo contrário verifica-se uma aproximação aos *industriais* e *proprietários* e a outros segmentos do mercado de trabalho urbano.

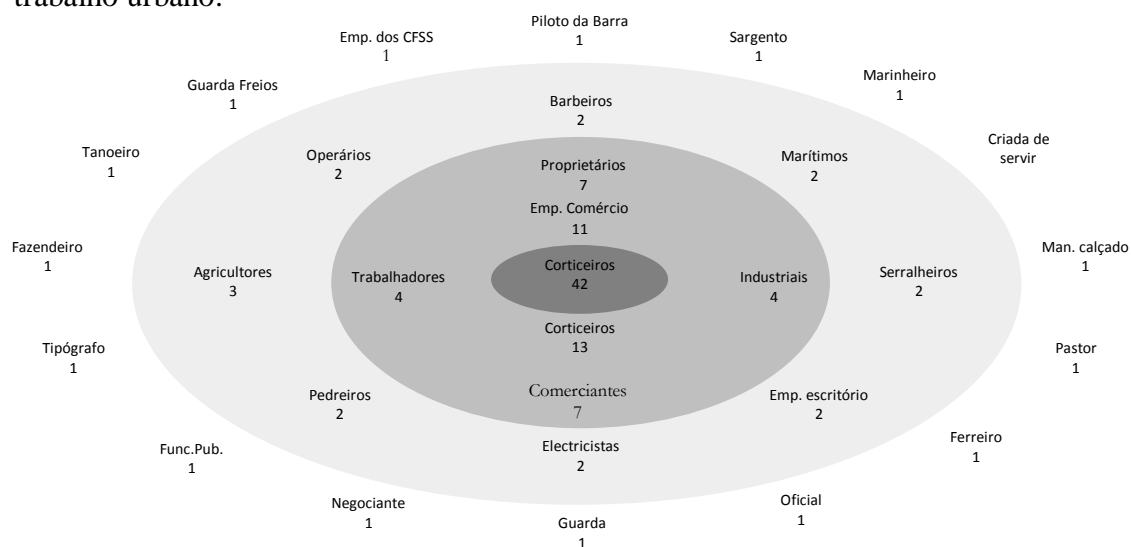


ILUSTRAÇÃO 22 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS CORTICEIROS DE ALMADA, SEIXAL E BARREIRO COM BASE NOS REGISTOS DE CASAMENTO NO INTERVALO TEMPORAL DE 1929-1930

Nos *ferroviários* esta transição não é tão perceptível. Estes, tendo em conta a maior estabilidade da sua condição de emprego, mantêm as suas relações de camaradagem nos locais de trabalho e as suas ligações a outros trabalhadores industriais. Reforçam também os seus vínculos a estratos melhor posicionados na hierarquia social – *industriais*, *comerciantes* ou *empregados públicos*.

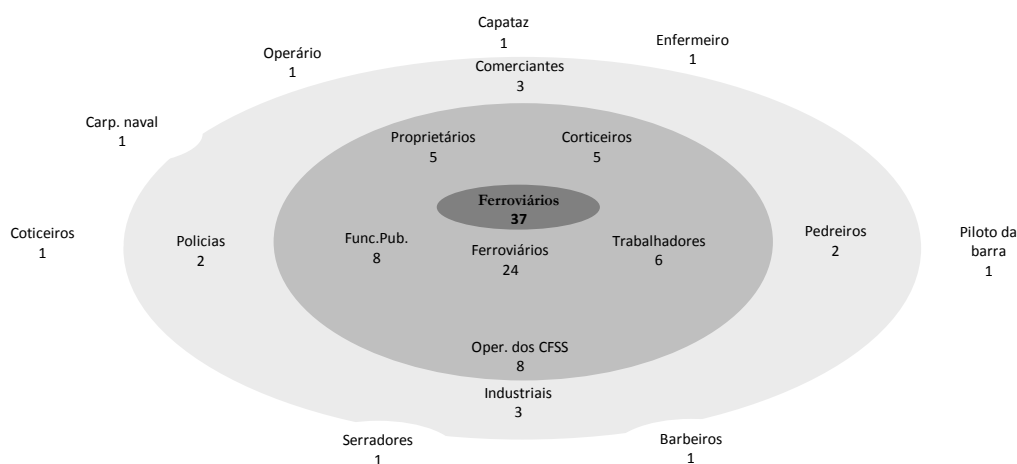


ILUSTRAÇÃO 23 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS FERROVIÁRIOS DO BARREIRO ENTRE 1929 E 1930

Finalmente, os *trabalhadores* indiferenciados, na viragem dos anos vinte para os trinta, afastam-se do mundo do trabalho manual – dos *corticeiros*, dos *operários* ou dos *marítimos* – para se aproximarem agora dos empregados, seja do comércio, dos serviços ou mesmo dos que trabalham nas fábricas e oficinas mas não na produção.

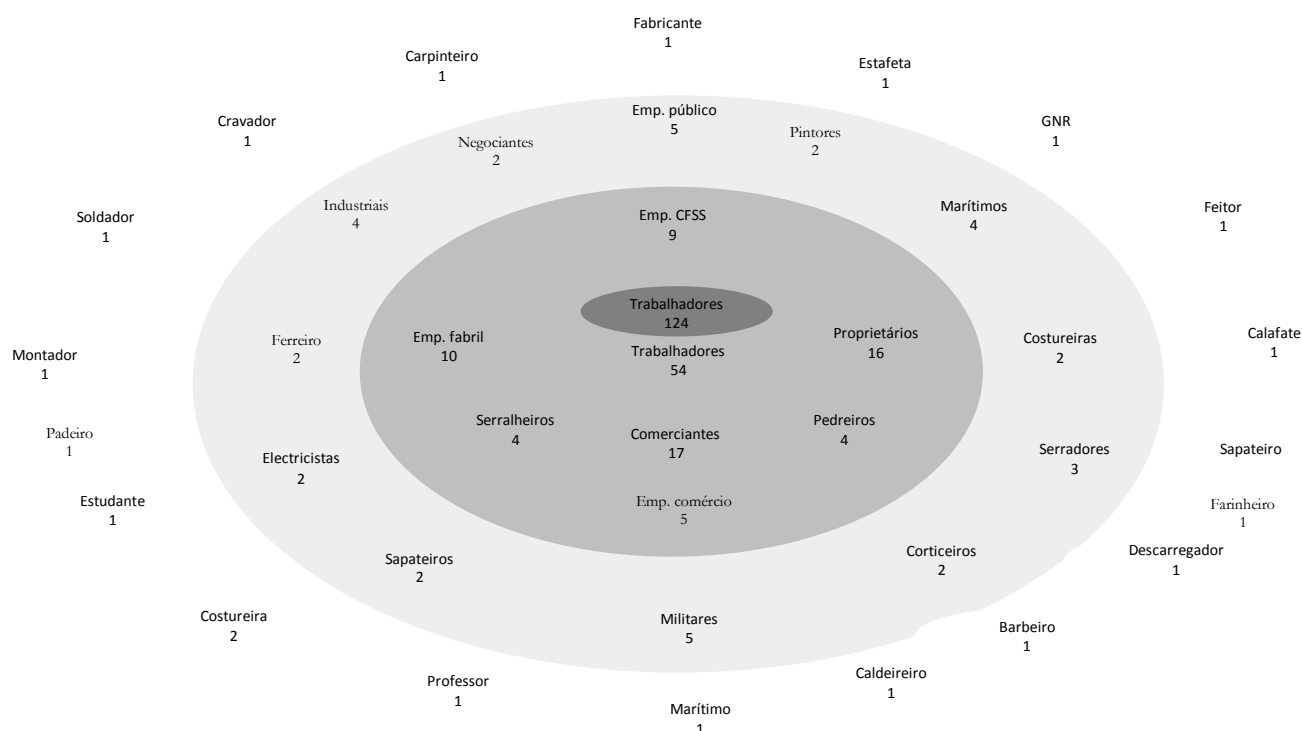


ILUSTRAÇÃO 24 - PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DE ALMADA, BARREIRO E SEIXAL ENTRE 1929 E 1930

2.4.2.3 RELAÇÕES ENTRE CATEGORIAS HISTORIOGRÁFICAS

As configurações profissionais que analisámos numa perspectiva microscópica permitiram verificar os comportamentos regulares mas também os atípicos. Esta é uma ferramenta metodológica importante para descortinar os limites dos universos relacionais, bem como a maior ou menor abertura dos meios sociais. No entanto, obscurece de alguma forma a relação entre categorias mais alargadas que tiveram um papel importante no processo histórico.

Sewell, ao analisar o mundo do trabalho oitocentista em Marselha classifica a sua estrutura com base em seis categorias – *businessmen and professionals; rentiers; sales and clerical employees; small businessmen; artisans; service workers; maritime workers; agriculturalists; miscellaneous*. Frédéric Vidal adaptando esta grelha à realidade lisboeta das primeiras décadas do século XX preferiu utilizar as seguintes categorias: *businessmen and professionals/rentiers; sales and clerical employees; small businessmen; artisans; service workers; unskilled workers; armée; maritime; divers*. A utilização desta categorização historiográfica tem como objectivo principal observar a evolução no mundo do trabalho nos aglomerados urbanos de vocação industrial e nomeadamente das relações entre os seus diferentes estratos.

Tendo em consideração a composição social dos aglomerados urbanos de vocação industrial em análise, foi sobretudo as ligações entre *artesãos, trabalhadores qualificados, semiquualificados, indiferenciados e não manuais e marítimos* que foquei. Procurei sobretudo descortinar e analisar à escala do lugar, a evolução das proximidades e distâncias entre estes estratos, num período marcado pela transformação profunda das actividades económicas e das estruturas sociais.

Analisei a sua relação com os restantes grupos de forma a verificar como evoluíram as relações de compadrio de tipo mais clientelista. Agruparam-se os restantes estratos em quatro grupos apenas *empregados não manuais, militares, funcionários da administração pública e proprietários/comerciantes/industriais*. A presença de pequenos comerciantes e proprietários nas redes de relação dos diferentes estratos da classe operária não pode ser desligada das aspirações de ascensão social que os trabalhadores acalentam, vendo nestes estratos o que Frédéric Vidal designou como a

*gama dos possíveis*⁵⁷⁴. De facto, segundo este autor, mesmo no contexto das relações de compadrio da cidade contemporânea, já afastadas das práticas de apadrinhamento ancestrais e reflectindo antes proximidades e distâncias sociais entre indivíduos, parece continuar a persistir um pequeno desfasamento social entre o grupo dos pais e o dos padrinhos, neste caso dos noivos e das testemunhas. O autor defende que este desfasamento se relaciona com o processo de escolha, que pode subordinar-se à representação que cada um faz da sua posição ou trajectória⁵⁷⁵.

Não obstante a persistência das relações de tipo clientelista, o que estes dados apontam como significativo nestes espaços são as altas taxas de endogamia profissional, que diminuem muito lentamente ao longo do período em análise, e a abertura da comunidade artesanal aos trabalhadores semi-qualificados e indiferenciados nas primeiras décadas do século XX, laços que apenas afrouxam perante a crise e a contracção do mercado de trabalho.

Em Almada, durante o período em análise, observa-se uma significativa evolução das proximidades e distâncias sociais que se prende fundamentalmente com o decrescente peso do auto-recrutamento entre os trabalhadores mais qualificados em favor de uma inédita endogamia social, que inclui agora também os semi-qualificados e indiferenciados. De facto, a comunidade artesanal abre-se ao proletariado fabril, sobretudo do sector corticeiro⁵⁷⁶.

⁵⁷⁴ Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au debut du XXe siècle*.

⁵⁷⁵ Frédéric Vidal, «As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?», *Ler História*, 46 (2004) p223-238. Como alerta o autor, a fonte utilizada – os registos paroquiais e civis - tem vindo a ser interpretada de diversas maneiras, por vezes opostas aos objectivos aqui perseguidos. A escolha da testemunha pode ser orientada não por uma proximidade efectiva mas pelo prestígio social que tem a sua profissão. Frédéric Vidal, *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*, p377-381

⁵⁷⁶ Em Almada, no primeiro intervalo os artesãos e trabalhadores qualificados que escolheram testemunhas entre os seus congéneres representam 48,3% dos casos analisados. Esta percentagem decresce nas primeiras décadas do século para voltar a subir perante a crise dos anos vinte. Os restantes, aqueles que não se cingiam à comunidade artesanal, escolhiam trabalhadores indiferenciados (10,3%), mas no dobro da proporção, proprietários, comerciantes e industriais (20,7%). Os restantes grupos tinham pouca expressão na composição social da vila e consequentemente nas relações sociais em geral. Ao longo das décadas seguintes, estas proximidades alteram-se bruscamente, perante a crise do sector artesanal e a expansão do corticeiro. Entre 1909 e 1910, já só 29,1% dos artesãos e trabalhadores qualificados opta pelo auto-recrutamento. Mas o mais significativo é que entre as testemunhas escolhidas 38,2% são trabalhadores indiferenciados, sobretudo corticeiros, e apenas 16,4% se posicionam no topo da hierarquia social local. Esta evolução não encontra correspondência com um proporcional aumento do número de trabalhadores indiferenciados a escolher qualificados como testemunhas, mas a manutenção da taxa de auto recrutamento entre este grupo deve-se em boa parte às relações estabelecidas no interior das fábricas. Entre 1890 e 1891, nas relações entre indiferenciados dominavam as relações entre *jornaleiros* e

A crise industrial dos anos vinte⁵⁷⁷, poderá explicar parcialmente, porque razão no recorte temporal de 1929-1930 estes estratos do universo operário se voltam a afastar, mas é de considerar também que a progressiva extinção do trabalho artesanal e a emergência do trabalho semiqualificado na indústria moderna.

Também no Seixal verificamos que a proximidade entre os diferentes estratos da classe operária é crescente entre 1890 e 1911, bem como o auto-recrutamento entre trabalhadores indiferenciados e semi-qualificados, cujo o peso é igualmente cada vez maior. De facto, como se verifica em Almada, as décadas de expansão da actividade secundária implicaram o desenvolvimento de um novo tipo de relações interpessoais. Como nas restantes freguesias industriais, esta tendência inverte-se perante a crise do sector industrial nos anos vinte, a feminização do trabalho semiqualificado e a erosão do artesanal⁵⁷⁸.

Na vila do Barreiro, as redes de ofício são já as com maior peso nas práticas relacionais tardo oitocentistas, ligando artesãos e trabalhadores qualificados, marítimos e empregados dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste (CFSS). Os trabalhadores indiferenciados, com um menor peso na composição social da vila do que em Almada ou no Seixal, estão já desde então relativamente próximos dos artesãos, trabalhadores qualificados e marítimos e até de empregados não manuais, os da Companhia dos CFSS. Entre os trabalhadores qualificados, já desde essa data que as suas relações com indiferenciados, marítimos e empregados (CFSS) se aproximam das que desenvolvem com estratos sociais melhor posicionados.

Ao longo das décadas seguintes a tendência para a proximidade entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras acentua-se. As altas taxas de endogamia profissional matizam-se sobretudo em favor de relações com outros trabalhadores, incluindo sempre os empregados dos CFSS, que muito embora não se possam

trabalhadores, ao passo que entre 1909 e 1910 dominam os vínculos entre *trabalhadores*, *operários* e *corticeiros*. Estes últimos, muito embora integrem uma percentagem de mão-de-obra qualificada, foram integrados na mão-de-obra indiferenciada, tendo em consideração a análise prévia da evolução do sector da cortiça.

⁵⁷⁷ É de lembrar que entre 1890 e 1911 os indivíduos agrupados na rubrica indústria em Almada cresceram de 3468 para 7009, para em 1930 serem somente 6743. Como já foi referido, percentualmente os trabalhadores da indústria e transportes passaram a representar apenas 33% da população quando vinte anos antes pesavam 45%.

⁵⁷⁸ No Seixal, os trabalhadores da indústria eram 1903, em 1890, 3484, em 1911 e 4209, em 1930. Percentualmente os trabalhadores da indústria e transportes pesavam 57% em 1911 e 45% em 1930.

considerar trabalhadores manuais, desenvolvem fortes laços de reciprocidade com os operários das oficinas gerais, reflectidos posteriormente na formação de um sindicato comum. A crise dos anos trinta⁵⁷⁹ reflecte-se também na inversão desta tendência e na expansão das redes clientelares, mas em menor escala do que em Almada e no Seixal.

As proximidades e as distâncias sociais nas freguesias periféricas da cidade de Setúbal, São Sebastião e Nossa Senhora da Anunciada, revelam uma realidade distinta. Entre as profissões dominantes destacam-se os pescadores e marítimos, grupos que conservam, ao longo de todo este período, altas taxas de endogamia profissional. A sua relação com os outros grupos revela todavia evoluções. A proximidade é crescente com os trabalhadores qualificados, nomeadamente com os soldados, mas não tanto com os indiferenciados. É necessário, todavia, relativizar estes dados, lembrando a invisibilidade dos milhares de operárias conserveiras nos registos de casamentos, onde assumem invariavelmente o papel de *domésticas*. Como ilustramos, com recurso a outras fontes, elas constituem a grande maioria dos trabalhadores indiferenciados e são comumente casadas com marítimos. Veremos, na próxima parte desta dissertação, que o facto de estes profissionais partilharem a cadeia de produção com os operários conserveiros e boa parte das suas mulheres trabalharem, pelo menos ocasionalmente, nesta actividade, potenciará a acção colectiva dos membros destes diferentes mundos do trabalho.

Entre os trabalhadores indiferenciados do sexo masculino abundam os *trabalhadores agrícolas*, os *trabalhadores* e menos os *moços* ou *trabalhadores de fábrica*. A sua taxa de auto-recrutamento é significativa, particularmente quando o mercado de trabalho está em expansão. A sua relação com os trabalhadores qualificados e com os marítimos tem um peso relativo, mas superior no seu conjunto ao das relações com pequenos comerciantes e proprietários.

Até à década de dez, as relações entre os diferentes grupos de trabalhadores manuais e os restantes grupos tidos em conta, revelam contudo, como defende Frédéric Vidal para o bairro popular de Alcântara, relações de proximidade efectiva mais do que clientelares. Na realidade, não existe um fosso significativo entre as posições sociais

⁵⁷⁹ Entre 1890 e 1911 os indivíduos agrupados na rubrica indústria no Barreiro cresceram de 1509, em 1890, para 5392, em 1911 e 6891, em 1930. Como já foi referido, percentualmente os trabalhadores da indústria e transportes passaram a representar apenas 51% da população quando vinte anos antes pesavam 63%.

dos noivos e das testemunhas. Os empregados não manuais, os militares, os funcionários e mesmo os pequenos comerciantes, proprietários e industriais, convidam trabalhadores qualificados, indiferenciados e marítimos para testemunhar os seus casamentos.

Nestas freguesias, porém, observa-se a mesma relação causa-efeito nas relações sociais durante a crise dos anos vinte⁵⁸⁰: O auto-recrutamento esbate-se (à excepção dos marítimos), e procura-se formalizar relações com outros estratos sociais, melhor posicionados na hierarquia social. Esta tendência, observada no recorte temporal de 1929-1930 é indissociável do impacto da crise, da contracção do mercado de trabalho industrial e da expansão de outros segmentos do mercado mas

Em suma, com diferentes nuances, estruturadas pelas dinâmicas migratórias, pelas funções urbanas de cada sócio-espço, actividades dominantes e consequente composição social, entre os primeiros intervalos de tempo, observa-se uma evolução dos padrões de proximidade e distância social, que a par da mitigação da segregação entre naturais e recém-chegados, tende a esbater a estratificação entre trabalhadores qualificados, semi-qualificados, indiferenciados, marítimos e até não manuais.

Não obstante a percentagem daqueles que procura unir-se a elementos melhor posicionados na hierarquia social são mais aqueles que se relacionam com os seus congéneres ou com outros grupos com quem partilham locais de trabalho, de residência e condição. Esta endogamia social, que durante aquele período tende a mitigar a barreira da qualificação, estará na base da criação de fortes laços de reciprocidade entre as classes trabalhadoras.

De facto, antes do embate da crise dos anos vinte, que determinou uma contracção significativa do mercado de trabalho, as proximidades e distancias sociais testemunhadas nas relações de matrimónio e compadrio, atestam que nos aglomerados suburbanos de vocação industrial as relações entre os vários estratos do operariado se estreitam. Não obstante a presença e a convivência com outras camadas sociais, é sobretudo entre os trabalhadores assalariados que se sedimentam as mais profundas ligações.

⁵⁸⁰ Em Setúbal, os trabalhadores da indústria eram 4591, em 1890, 12851, em 1911 e 13089, em 1930. Percentualmente os trabalhadores da indústria e transportes pesavam 40% em 1911 e 29% em 1930.

Testemunhas	Artesãos e Trabalhadores qualificados						Trabalhadores Indiferenciados						Marítimos						Empregados/ trabalhadores não manuais						Militares						Funcionários da administração pública						Proprietários/Comerciantes/ Industriais					
Noivos	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%
Artesãos e Trabalhadores qualificados	14	48,3	16	29,1	27	34,6	3	10,3	21	38,2	4	5,1	0	0	2	3,6	5	6,5	2	6,9	7	12,7	11	14,1	2	6,9	0	0	4	5,1	2	6,9	0	0	7	9,0	6	20,7	9	16,4	20	25,6
Trabalhadores Indiferenciados e semiqualeificados	14	33,3	12	17,4	22	32,8	17	40,5	28	40,6	15	22,4	0	0	4	5,8	1	1,5	3	7,1	6	8,7	10	14,9	0	0	2	2,9	5	7,5	1	2,4	4	5,8	2	3,0	7	16,7	13	18,8	12	17,9
Marítimos	1	14,3	0	0	2	20	0	0	0	0	1	10	4	57,1	2	66,7	4	40	0	0	0	0	1	10	1	14,3	0	0	1	10	0	0	0	0	0	0	1	14,3	1	33,3	1	10
Empregados/trabalhadores não manuais	1	20	2	16,6	4	8,3	0	0	0	0	1	2,1	0	0	0	0	1	2,1	1	20	5	41,7	13	27,1	0	0	0	0	3	6,25	0	0	0	0	3	6,25	3	60	5	41,7	23	47,9
Militares	0	0	0	0	8	28,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3,6	0	0	1	25	6	21,4	0	0	0	0	0	0	0	0	3	75	3	10,7	0	0	0	0	10	35,7
Funcionários da administração pública	1	33,3	2	12,5	0	0	0	0	1	6,25	0	0	0	0	0	0	0	0	1	33,3	1	6,25	1	16,7	0	0	3	18,75	0	0	0	0	4	25	4	66,6	1	33,3	5	31,25	1	16,7
Proprietários/Comerciantes/ Industriais	4	40	5	71,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5	3	30	0	0	2	11,8	0	0	0	0	1	5,9	0	0	1	14,3	0	0	3	30	1	14,3	10	58,8

TABELA 1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS EM ALMADA

Testemunhas	Artesãos e Trabalhadores qualificados						Trabalhadores Indiferenciados						Marítimos						Empregados/ trabalhadores não manuais						Militares						Funcionários da administração pública						Proprietários/Comerciantes/ Industriais						
Noivos	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	
Artesãos e Trabalhadores qualificados	11	42.3	13	38.2	8	17.4	2	7.8	4	11.8	3	6.5	4	15.4	3	8.8	1	2.2	1	3.8	3	8.8	9	19.6	0	0	1	2.9	2	4.3	1	3.8	1	2.9	5	10.9	7	26.9	9	26.5	18	39.1	
Trabalhadores Indiferenciados e semiquificados	5	10.4	7	7	5	6.5	17	35.4	59	59	25	32.5	3	6.3	4	4	5	6.5	0	0	6	6	12	15.5	0	0	0	0	2	2.6	1	2.1	8	8	3	3.9	22	45.8	16	16	25	32.5	
Marítimos	1	8.3	4	14.3	1	7.1	1	8.3	7	25	2	14.3	5	41.7	5	17.8	1	7.1	2	16.7	1	3.6	2	14.3	0	0	0	0	1	7.1	0	0	4	14.3	2	14.3	3	25	7	25	5	35.7	
Empregados/trabalhadores não manuais	1	6.7	7	31.8	4	16	2	13.3	2	9.1	4	16	0	0	1	4.5	0	0	7	46.6	3	13.7	4	16	0	0	0	0	0	0	1	6.7	1	4.5	3	12	4	26.7	8	36.4	10	40	
Militares	0	0	0	0	2	25	0	0	0	0	2	25	0	0	0	0	0	0	0	0	1	33.3	1	12.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	66.7	2	25	0	0	0	0	1	12.5
Funcionários da administração pública	0	0	1	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	50	0	0	0	0	2	50	3	75	2	100		
Proprietários/Comerciantes/ Industriais	0	0	0	0	3	33.3	0	0	3	50	4	44.5	1	11.1	0	0	0	0	0	0	1	16.7	0	0	1	11.1	0	0	0	0	0	0	1	16.7	1	11.1	7	77.8	1	16.7	1	11.1	

TABELA 2 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS NO SEIXAL

Testemunhas	Artesãos e Trabalhadores qualificados						Trabalhadores Indiferenciados						Marítimos						Empregados/ trabalhadores não manuais						Militares						Funcionários da administração pública						Proprietários/Comerciantes/ Industriais					
Noivos	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%
Artesãos e Trabalhadores qualificados	14	36.9	12	28.6	34	25.6	5	13.2	6	14.3	13	9.8	6	15.8	3	7.1	2	1.5	4	10.5	11	26.2	29	21.8	1	2.6	0	0	3	2.2	1	2.6	2	4.8	12	9	7	18.4	8	19	40	30.1
Trabalhadores Indiferenciados e semi-qualificados	8	15.7	8	25.8	23	26.7	21	41.2	8	25.8	36	41.8	10	19.6	3	9.7	1	1.2	5	9.8	5	16.1	9	10.5	0	0	1	3.2	3	3.5	0	0	1	3.2	3	3.5	7	13.7	5	16.1	11	35.4
Marítimos	4	16	4	44.4	0	0	3	12	0	0	0	0	14	56	3	33.3	0	0	1	4	1	11.1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	11.1	0	0	2	8	0	0	0	0
Empregados/trabalhadores não manuais	5	25	8	15.7	17	16.7	2	10	7	13.7	7	6.9	0	0	2	3.9	0	0	3	15	19	37.2	33	32.3	0	0	0	0	5	4.9	0	0	7	13.7	8	7.8	10	50	8	15.7	32	31.4
Militares	0	0	0	0	1	5.3	0	0	0	0	1	5.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	31.6	0	0	0	0	7	36.8	0	0	0	0	1	5.3	0	0	0	0	3	15.8
Funcionários da administração pública	1	10	0	0	2	16.7	0	0	0	0	2	16.7	3	30	0	0	0	0	1	10	2	50	4	33.3	0	0	0	0	1	8.3	4	40	1	25	0	0	1	10	1	25	3	25
Proprietários/Comerciantes/ Industriais	2	33.3	0	0	2	25	1	16.7	3	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12.5	3	50	3	50	3	37.5

TABELA 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS NO BARREIRO

Testemunhas	Artesãos e Trabalhadores qualificados						Trabalhadores Indiferenciados						Marítimos						Empregados/ trabalhadores não manuais						Militares						Funcionários da administração pública						Proprietários/Comerciantes/ Industriais					
Noivos	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%	1890-91	%	1909-10	%	1929-30	%
Artesãos e Trabalhadores qualificados	32	50,8	41	44,6	28	20	8	12,7	10	10,9	11	7,8	7	11,1	10	10,9	20	14,3	1	1,6	4	4,3	20	14,3	0	0	0	0	5	3,6	3	4,8	2	2,2	9	6,4	12	19	25	27,2	47	33,6
Trabalhadores Indiferenciados e semiqualeificados	24	23,5	16	12,3	15	11,7	36	35,3	68	53,4	42	32,8	14	13,7	16	12,3	11	8,6	3	2,9	3	2,3	10	7,8	0	0	1	0,8	2	1,6	1	1	2	1,5	4	3,1	24	23,5	24	18,5	44	34,4
Marítimos	12	7,5	12	9,7	16	10,3	7	4,4	5	4	5	3,2	105	66	85	68,5	105	67,7	7	4,4	3	2,4	6	3,9	3	1,9	0	0	2	1,3	4	2,5	3	2,4	4	2,6	21	13,2	16	12,9	17	11
Empregados/trabalhadores não manuais	3	25	4	26,7	4	5,8	1	8,3	3	20	4	5,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	17,4	0	0	0	0	3	4,4	2	16,7	0	0	12	17,4	6	50	8	53,3	34	49,3
Militares	4	36,3	8	30,7	8	36,3	1	9	1	3,8	5	22,7	0	0	0	0	2	9,1	1	9	2	7,7	0	0	3	27,2	4	15,3	1	4,5	0	0	1	3,8	0	0	2	18,2	10	38,5	6	27,3
Funcionários da administração pública	1	25	1	11,1	1	9,1	0	0	1	11,1	1	9,1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	22,2	3	27,3	0	0	0	0	0	0	1	25	3	33,3	2	18,2	2	50	2	22,2	4	36,4
Proprietários/Comerciantes/ Industriais	2	6,7	4	13,7	4	10,1	0	0	1	3,4	2	5,4	2	6,7	4	13,7	7	18,9	5	16,6	0	0	4	10,8	1	3,4	1	3,4	0	0	3	10	5	17,2	4	10,8	17	56,7	14	48,2	16	43,2

TABELA 4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS SOCIAIS EM SETÚBAL

2.5 OS ESPAÇOS DOS TRABALHADORES

2.2.5 A APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

2.2.5.1 O MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Desde meados do século XIX e até à extinção do associativismo livre em 1934, foram fundadas na Península de Setúbal mais de quatro centenas de agremiações. Entre estas, foram as associações de classe e as colectividades de cultura e recreio aquelas que conheceram maior difusão. Estas últimas foram as pioneiras, recuando as mais antigas à primeira metade do século XIX. Foram seguidas das sociedades de socorros mútuos, que se desenvolveram particularmente no terceiro quartel de oitocentos, das cooperativas, que iniciaram a sua actividade no quarto quartel desta mesma centúria, e, finalmente, das associações de classe, que só a partir de 1891, quando legalizadas, conheceram real expressão.

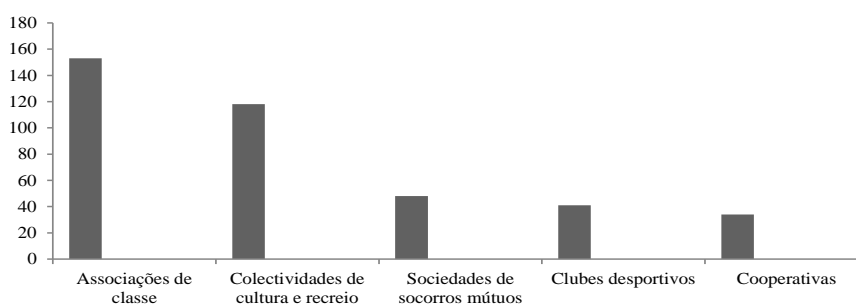


GRÁFICO 23 - DISTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POR TIPOLOGIA

Como nos restantes estudos meridionais pudemos observar que o associativismo voluntário emerge com particular impetuosidade nos sócio-espacos em análise, como resposta à extinção das agremiações do Antigo Regime. Surge estreitamente relacionado com as condições de vida e trabalho do proletariado urbano, mas também com a indiferença do poder político face a esta nova realidade. Na segunda metade de oitocentos, a explosão demográfica das duas principais cidades do país determinou a saturação das antigas estruturas públicas e privadas de apoio social – misericórdias, asilos, entre outras – fazendo ressaltar a sua incapacidade em adaptar-se às novas e

prementes necessidades das comunidades urbanas e suburbanas, sobretudo as de vocação industrial.

O Estado também não assegurava qualquer protecção na velhice ou na doença. Os dados empíricos recolhidos sobre a Península de Setúbal demonstram inequivocamente que as misericórdias e outras instituições de beneficência, único serviço de assistência social a que estas populações tinham acesso, não contando com apoio efectivo do Estado⁵⁸¹, estavam largamente dependentes dos donativos, subscrições, espectáculos, jogos desportivos e tantas outras iniciativas realizadas em seu benefício, na sua maioria organizadas ou com o apoio das agremiações de base operária⁵⁸².

Para além da profusão de sociedades de socorros mútuos, a abundância de espectáculos em benefício de *operários impedidos de trabalhar* realizados pelas bandas filarmónicas e pelos grupos de teatro amador, bem como os jogos disputados entre clubes locais com o mesmo objectivo, mostram como as redes supra-familiares de solidariedade, e particularmente as formalizadas em associações, desempenharam um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência colectiva destas comunidades⁵⁸³.

Por outro lado, não obstante a explosão demográfica, as escolas e os professores oficiais também não registaram aumento significativo neste período⁵⁸⁴. Em sentido inverso, o número de escolas a funcionar nas colectividades operárias torna-se cada vez mais significativa. Em alguns locais, estas colectividades substituíam-se mesmo ao Estado nas suas funções sociais. No Porto Brandão, por exemplo, era apenas à custa da associação de classe que «se gratifica[va] o ensino primário»⁵⁸⁵. Para além do ensino, a

⁵⁸¹ Como comprovam as inúmeras representações dirigidas ao governo civil pelas suas direcções e pelas autoridades locais pedindo um apoio mais significativo. Fundo do Governador Civil de Lisboa. Correspondência recebida, vários anos.

⁵⁸² Inúmeros artigos na imprensa local anunciando espectáculos e outros eventos em benefício de instituições de beneficência. *O Trabalho* publica em 5 de Junho de 1914 um donativo de 5000 reis da Associação dos apanhadores de peixe para o Asilo da Infância desvalida; O mesmo jornal anuncia em 26 de Maio de 1918 que no aniversário da associação de classe dos soldadores estes organizarão um festival em benefício das casas de beneficência que a Dr.^a Paula Borges protege; entre muitos outros exemplos semelhantes.

⁵⁸³ Colecção de cartazes. Espólio de José António Marques. Arquivo Municipal do Barreiro

⁵⁸⁴ Em alguns casos, até diminuem na década de trinta – na Aldeia Galega (Montijo), eram 6 em 1900, 8 em 1910, 12 em 1920 e apenas 7 em 1930; em Almada 3, 5, 9 e 7 respectivamente. Noutros, o número de professores cresce ligeiramente no período Republicano, estagnando após o 28 de Maio – no Barreiro são 2 em 1900, 4 em 1910, 6 em 1920 e 6 em 1930. Anuários comerciais de Portugal, 1900-1930

⁵⁸⁵ *O Despertar*, 30 de Julho de 1922, p1

maioria destas agremiações dispunha de bibliotecas e o seu movimento não era desprezível⁵⁸⁶.

A análise exaustiva da imprensa regional deste período permite verificar a importância do associativismo. Vários periódicos da região têm uma secção dedicada ao *Movimento Associativo*⁵⁸⁷, no qual são meticulosamente descritas as actividades das diversas agremiações. As suas actividades são diárias, prolixas e com uma participação muito alargada. São igualmente marcadas por relações de reciprocidade entre as várias instituições. Não obstante as suas diferentes tipologias, estas associações integravam um denso tecido que formalizava e articulava as redes de relação transportadas, adaptadas e germinadas nos espaços operários em análise, que se foram diluindo numa mais alargada e integrada comunidade de lugar.

Tendo em consideração as listagens de sócios das colectividades de cultura e recreio identificadas na área de estudo, é possível verificar que eram as classes trabalhadoras e populares as protagonistas principais do movimento. Os antigos artesãos têm um papel de destaque, bem como os operários qualificados. Também é clara a presença de outros estratos sociais nomeadamente pequenos industriais e comerciantes e a tardia integração do proletariado fabril.

Entre as mais antigas colectividades do país, destaca-se a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA), fundada em 1848. Os livros de sócios referentes aos anos entre 1905 e 1918 referem as profissões de um total de 1618 inscritos, entre os quais se destacam os corticeiros e uma plêiade de artesãos e trabalhadores qualificados que convivem nas suas horas de lazer com esta classe profissional e outros *trabalhadores* indiferenciados. Estão também presentes os industriais, os comerciantes, os empregados públicos e militares, mas a classe profissional com uma representação mais significativa de entre as não manuais são os caixeiros ou empregados do comércio.

⁵⁸⁶ A título de exemplo, da biblioteca da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense saíram, entre Janeiro e Setembro de 1933, 1140 obras. Os leitores eram fundamentalmente ferroviários, corticeiros, entre outros operários que povoavam a vila. Fundo documental da SIRB

⁵⁸⁷ *O Distrito*, 1890-1899; *O Almadense*, semanário republicano regionalista, 1930-33; *Germinal*, 1903-1913; entre outros.

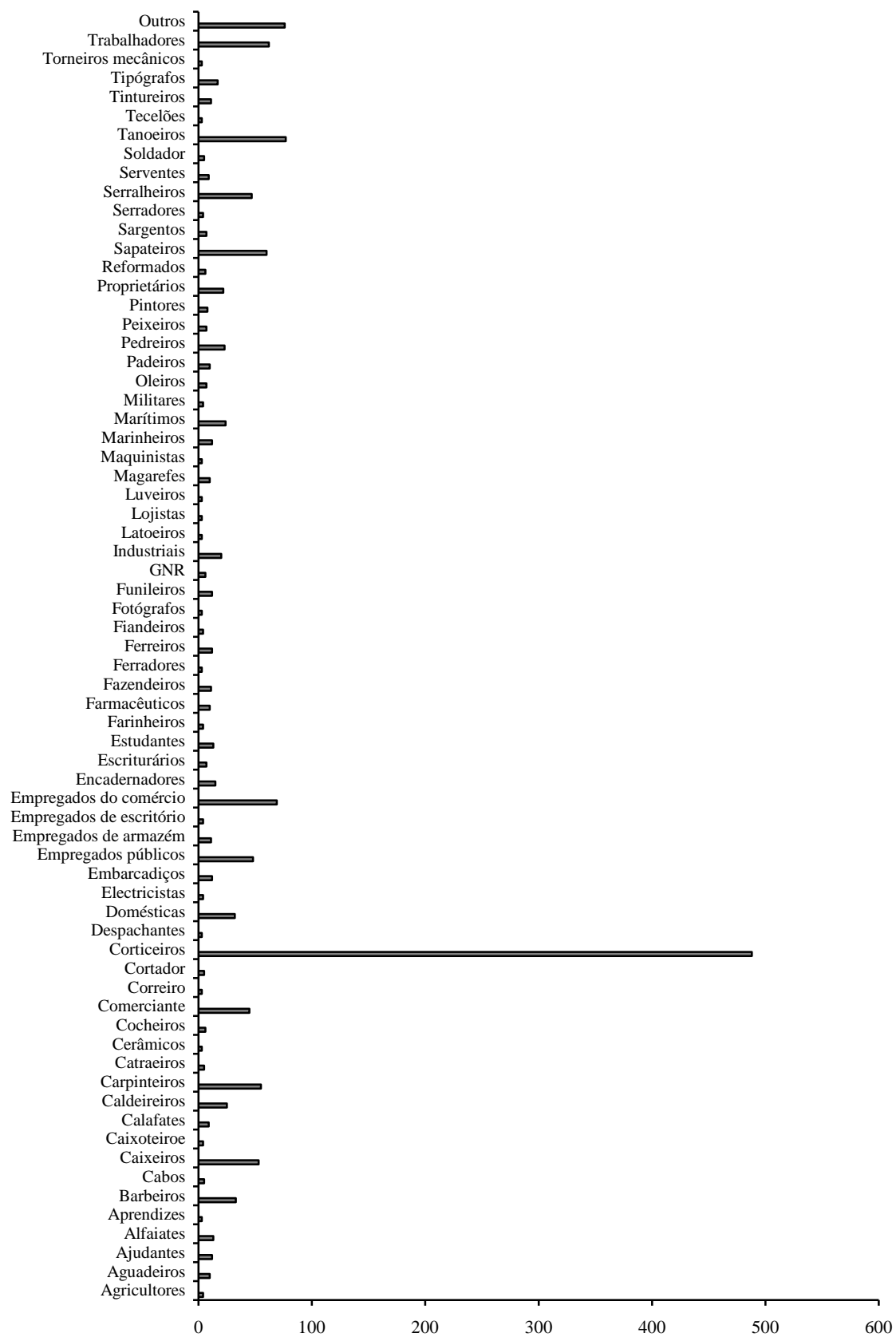


GRÁFICO 24 - SÓCIOS DA SOCIEDADE FILARMÓNICA INCRÍVEL ALMADENSE ENTRE 1905 E 1918

No Barreiro, a Sociedade Democrática União Barreirense (SDUB), uma das mais significativas colectividades barreirenses, conserva também a listagem de 1580 sócios admitidos em esparsos intervalos temporais, 1902, 1907-1911, [192-] e 1922. A partir desta amostragem é possível comprovar o destacadíssimo papel dos trabalhadores qualificados, com a predominância dos empregados dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste e os operários das suas oficinas. Estes também convivem com corticeiros e trabalhadores indiferenciados, operários da construção civil, empregados do comércio, pequenos comerciantes e industriais.

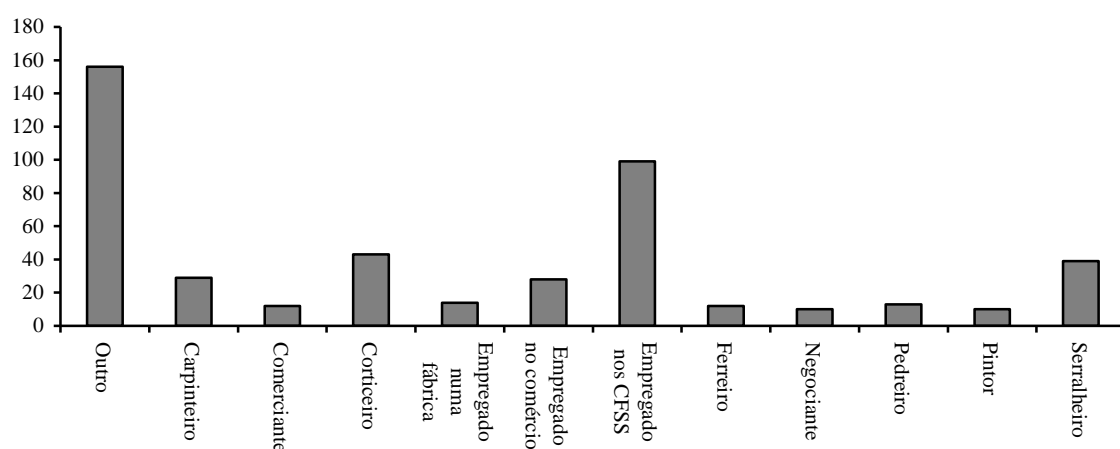


GRÁFICO 25 - SÓCIOS DA SÓCIOS DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA UNIÃO BARREIRENSE

Finalmente, na Sociedade Filarmónica União Setubalense, existe ainda o livro de sócios referente aos anos de 1925, 1926 e 1927, com um total de 1515 registos de sócios. Entre estes destacam-se os soldados e os marítimos, mas também os empregados de comércio e comerciantes. É de sublinhar o escasso peso relativo dos trabalhadores indiferenciados comparativamente às amostragens das outras colectividades, referentes a um período mais recuado. Este fenómeno poderá estar ligado à crise dos anos vinte. De facto, denota-se, como veremos, um afastamento por parte deste estrato, de todas as tipologias de colectividades, a partir de meados dos anos vinte.

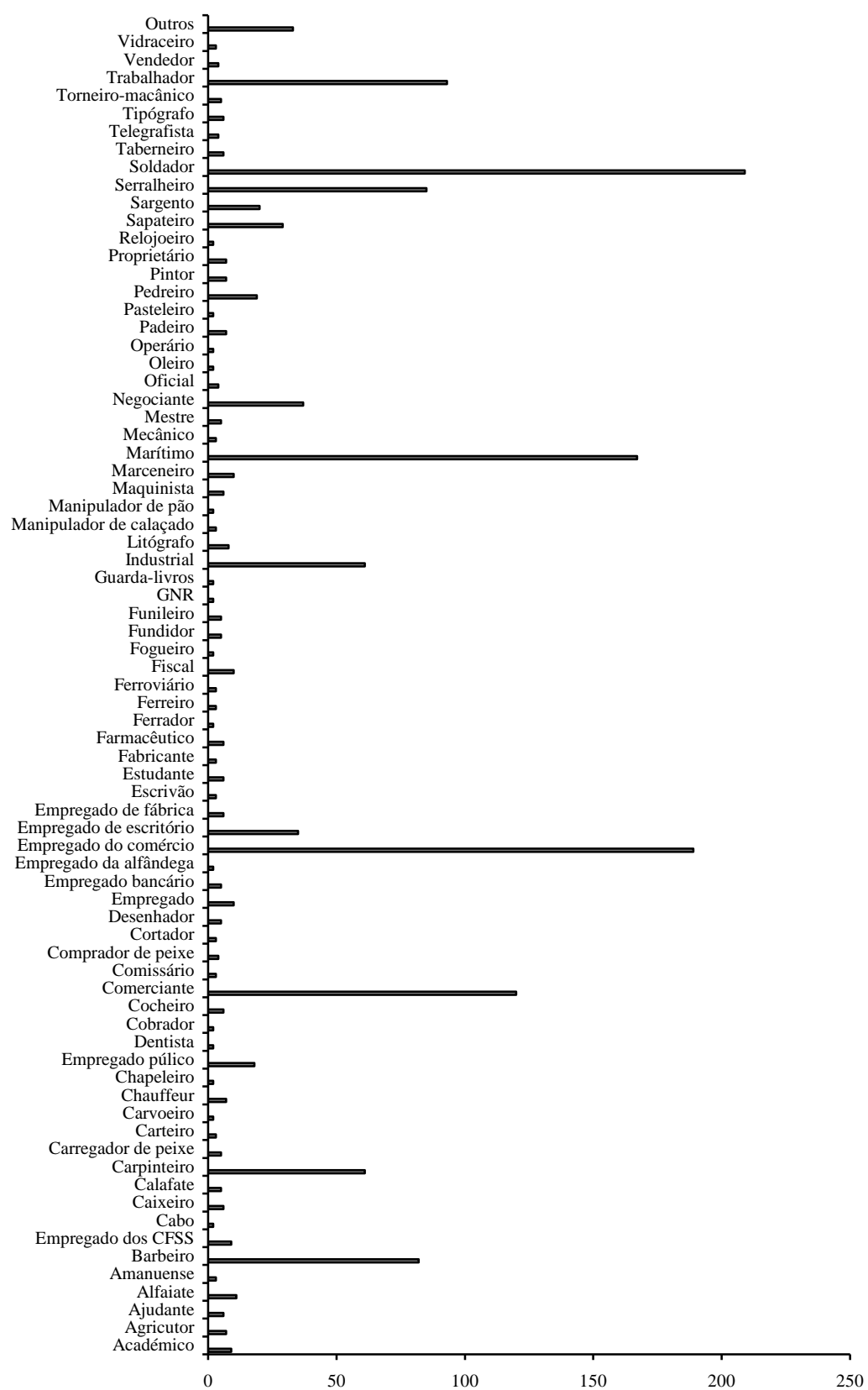


GRÁFICO 26 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE UNIÃO DE SETÚBAL ENTRE 1925-1927

Como é possível observar, não obstante a presença de camadas intermédias da pirâmide social, a maioria dos sócios destas colectividades são trabalhadores manuais, sendo variável o peso de cada estrato. A imprensa regional corrobora esta tese nos largos elogios que tece à iniciativa colectiva dos mesmos: «Todas estas colectividades prendem, durante algumas horas, todas as noites, e nos dias de descanso semanal, um elevado número dos seus associados: uns preocupando-se com a sua administração e desenvolvimento, como directores; outros organizando os seus grupos para treinos; outros estudando e ensinando música e outros ainda trabalhando – nestas horas vagas ao seu labor oficial – como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, estucadores, brochantes, etc»⁵⁸⁸.

Assim versava também *O Barreiro Desportivo*: «por iniciativa de alguns rapazes operários nas oficinas dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste funda-se o *Sport Recreativo e Operário Barreirense* que luta com bastantes dificuldades de começo, mas supridas pela dedicação dos seus organizadores»⁵⁸⁹. O *Eco do Barreiro* descrevia a importância do clube da seguinte forma: «além dos benefícios físicos dos exercícios ministrados em campo, essas dezenas de homens e rapazes que depois de um dia de labuta encontrais nas salas do *Club*, lendo, conversando, ou distraíndo-se com os jogos permitidos, muitos deles são arrancados à taberna (...). O *Futebol Clube Barreirense* tem contribuído com uma valiosa quota-parte de assistência à mocidade da nossa terra, influenciando na formação do carácter e educação de muitos rapazes, que sem a ideia clubista a suavizar-lhes as educativas, sem o atractivo da permanência nas salas do Clube durante as horas de ócio, seriam por certo, transviados com facilidade para o mau caminho!»⁵⁹⁰

No que respeita à cultura e recreio, o boletim da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense reafirma: «Essas vontades colectivas, traduzidas na criação de escolas e bibliotecas, onde o filho do pobre vai receber a instrução que necessita para a formação do seu espírito, são o mais poderoso baluarte do progresso futuro» e o *Eco do Barreiro* afirmava: «toda a gente da nossa terra conhece a biblioteca dos Penicheiros

⁵⁸⁸ «A tributação das sociedades de recreio? Não concordamos», *Eco do Barreiro*, 1 de Outubro de 1929, p1

⁵⁸⁹ «O Barreiro Desportivo», *Eco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento

⁵⁹⁰ «Avante!», *O Barreirense: Propriedade do Futebol Clube Barreirense*, 21 de Julho de 1928, p1-2

como importante elemento de cultura espiritual e como a melhor biblioteca do Barreiro»⁵⁹¹.

O *Excursionista* de Almada lembrava ainda que «as sociedades filarmónicas representam pela sua essência estruturalmente moral e instrutiva, uma necessidade imperiosa para as classes trabalhadoras. Acresce que, após a árdua luta de um trabalho exaustivo o trabalhador, mercê da sua deficitária situação económica, apenas encontra ao seu alcance como distração às múltiplas preocupações que o afligem, a sua filarmónica. Quanto à sua função primordial, socializar, é extraordinária a sua influência. (...) Na uniformidade do ambiente que une os seus frequentadores, nessa permuta constante que esse mesmo convívio proporciona, constitui indiscutivelmente, um factor poderoso para a constituição da família»⁵⁹².

O boletim da *Capricho* de Setúbal valorizava, por outro lado, «o esforço que faz um homem que todo o dia moureja e à noite vai dedicar-se ao estudo da arte de combinar agradavelmente os sons – a música», e exaltava «fervorosamente esses simples que com tanta aplicação cultivam a arte de Mozart»⁵⁹³. E *O Trabalho* de Setúbal elogiava a banda desta mesma sociedade, afirmando que «não se pode exigir mais, nem melhor, de homens do trabalho, que só estudam tirando ao corpo o descanso que ele lhes exige»⁵⁹⁴.

Os trabalhadores rurais não deixaram de ser envolvidos neste movimento. Na *Sociedade Filarmónica Lavradiense*, «os componentes, todos trabalhadores do campo, que depois de um dia completo de trabalho rude e violento a que os obriga o seu ganha-pão, trabalhando de sol a sol, não faltavam aos ensaios nos dias que lhe estavam indicados e nos restantes passavam os serões a estudar praticamente a música»⁵⁹⁵.

2.2.5.2 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Não obstante a preponderância das classes trabalhadoras na composição social destas colectividades, a produção social de espaços autónomos dos trabalhadores foi

⁵⁹¹ «Bibliotecas», *Eco do Barreiro*, 15 de Março de 1929, p2

⁵⁹² «Sociedades Filarmónicas», *O Excursionista*, 15 de Agosto de 1933, p5

⁵⁹³ «Saudando a Capricho», *A Capricho*, 5 de Outubro de 1924, p1

⁵⁹⁴ «Festa da Capricho», *O Trabalho*, 8 de Setembro de 1901, p3

⁵⁹⁵ «Sociedade Filarmónica Lavradiense», *O Barreiro*, 18 de Junho de 1933, p3

igualmente caracterizada por uma dinâmica na qual agiram conflitualmente variados actores. Está comprovada empiricamente, e o caso de estudo da Península de Setúbal não o desmente, a importância de protectores originários dos estratos mais elevados da pirâmide social neste processo. São muitas vezes estes que cedem os espaços para sediar as colectividades populares, oferecem os instrumentos, os uniformes, etc.⁵⁹⁶

No entanto, o empenho colectivo reflectido na construção autónoma de espaços de sociabilidade secundária pelos trabalhadores é igualmente testemunhada⁵⁹⁷. À excepção dos contributos filantrópicos a que faremos referência, as sedes e equipamentos das associações da Península de Setúbal foram adquiridas ou construídas à custa de subscrições, espectáculos, entre outras iniciativas colectivas.

No centro da vila de Almada instalaram-se a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA) e a sua congénere Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense (AIRFA), a Sociedade Cooperativa Almadense, entre outras associações. Entre meados do século XIX e inícios do século XX, as suas sedes eram alugadas, ocupando apenas um rés-de-chão ou um primeiro andar de humildes edifícios⁵⁹⁸. No início dos anos quarenta, porém, são construídos os seus monumentais edifícios, resultado de um duradouro movimento orientado por «comissões pró-sede»⁵⁹⁹.

Os dirigentes destas associações faziam questão de ocupar as mais centrais e nobres áreas do tecido urbano. Na Cova da Piedade, tinham sede no jardim central, em torno do qual se erguem dois edifícios monumentais – o palácio neoclássico da família Gomes e um *Chalet* romântico onde viveu o gerente da fábrica de moagens –, a Cooperativa Piedense, a Sociedade de Socorros Mútuos Piedense, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), o Clube Recreativo Piedense e o Sporting Clube Piedense.

⁵⁹⁶ «A iniciativa do congresso das bandas musicais civis e as suas benéficas consequências», *Eco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1926, p1

⁵⁹⁷ Fátima Afonso, «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007), p14

⁵⁹⁸ A 1ª sede da Academia (1895) foi num primeiro andar da Rua da Judiaria. Em 1910 a Incrível tinha sede num 1º andar da Rua Direita, por cima de umas cavalariças. A. Flores, *Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Almada*, p73 e 77

⁵⁹⁹ «A Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 7 de Outubro de 1928, p5; «Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 14 de Outubro de 1928, p6; Colecção de Recibos da Contribuição Pró-sede. Arquivo Histórico da AIRFA

A história da fundação da *Incrível*, bem como a evolução da SFUAP, demonstram bem o carácter conflitual da apropriação social destes espaços. Segundo *O Almadense*, em 1848, «diversos rapazes principiaram a falar em fundar uma sociedade musical mas lutavam com falta de dinheiro (...). Começaram a cotizar-se semanalmente fizeram um pé-de-meia até que em 1 de Outubro inauguraram uma sociedade musical (...). Os partidários influentes políticos da terra como quiseram servir-se dela para fins eleiçoeiros, e como banidos, bem como a política, que tinha sido posta de parte desde a sua fundação, reuniram-se e decidiram criar em Cacilhas uma outra sociedade, o que fizeram intimando os seus operários a deixarem a *Incrível*, sob pena de despedimento das suas oficinas (...). Até que um dia, a *sociedade dos ricos*, a de Cacilhas, morreu pela falta de capricho, pois que só fora fundada com intuitos malévolos. Os músicos e sócios que então a tinham abandonado, forçados pela ameaça, tornaram a entrar novamente na *Incrível*, mas desta vez sempre com firmeza e dignidade»⁶⁰⁰.

No que respeita à SFUAP, é de referir que esta foi fundada pelo dono da fábrica de moagens, o patrão paternalista António José Gomes. No entanto, a sociedade cedo se integrou num tecido associativo altamente politizado e imbuído de valores de emancipação social, como a festa de solidariedade para com a Federação Corticeira que teve lugar no Salão Popular de Cacilhas em Setembro de 1912 ilustra. «Estando a sala do espectáculo repleta de espectadores deu-se começo à festa tocando a excelente filarmónica União Artística Piedense *A Internacional*, que foi ouvida com profundo silêncio e delirantemente aplaudida ao terminar. Seguiu-se a conferência do nosso amigo Emílio Costa, sob o tema *A orientação dos Operários no Movimento Social*»⁶⁰¹.

Também a notícia do seu 40º aniversário mostra bem como os valores de uso destes espaços podiam ser utilizados para a veiculação de postulados radicalmente opostos àqueles que os seus precursores procuravam incutir nos trabalhadores. Assim, em 1929, já sobre uma vigilância ditatorial, numa alocução sobre a história e a importância das sociedades de recreio, o Sr. Sousa Neves, dirigente do Partido Socialista Português «fez o elogio da sociabilidade provinda das suas relações, do seu papel cultural e finalmente da música, que apreciou, dizendo-se também executante

⁶⁰⁰ «A Sociedade Filarmónica Incrível Almadense», *O Almadense*, 6 de Outubro de 1929, p5

⁶⁰¹ «A nossa festa de solidariedade», *O Corticeiro*, 28 de Setembro de 1912, p1

daquela partitura que, há algumas dezenas de anos, Carlos Marx compôs para o mundo»⁶⁰².

É de sublinhar que os dirigentes e as bases associativas destas associações empenhavam os maiores esforços e valorizavam os edifícios que sediavam estas agremiações, como grandes conquistas colectivas. *O Almadense* conta que o Ginásio Clube do Sul, fundado em Cacilhas em 1920⁶⁰³, «nasceu como afinal nascem todos os clubes provincianos do nada, e dizemos do nada, porque a semente que o gerou não saiu, não se esgueirou do bolso de qualquer «novo rico», moderno, «dandy» esbanjador... (...) Fundou o Ginásio Clube do Sul uma pléide de rapazes de Cacilhas (...). Para sede conseguiram o antigo Teatro Universo (...)» Mais tarde o clube da rua das terras (vulgo), conseguiu ter o seu primeiro campo atlético na Estrada de Mutela, mantido à custa de grandes sacrifícios»⁶⁰⁴.

Com efeito, a questão do espaço era considerada fundamental para as associações e um verdadeiro sinal de progresso social. No final do período em análise, *O Almadense* conclui: «Num concelho como o nosso as boas iniciativas têm toda a viabilidade de vingarem (...). Tenhamos em consideração o que se tem feito em qualquer dos campos colectivos – No de socorros mútuos há o Montepio 1º de Dezembro com sede própria; no cooperativismo dá-se o mesmo com a 1º de Janeiro e a Piedense; no recreativo lá temos a Incrível e os próprios operários corticeiros têm o seu sindicato em propriedade sua. (...) E não se diga que essas colectividades que apontei conseguiram prosperar por terem receitas próprias para o fazerem. Não, o que elas têm são elementos de trabalho muito dedicados, com amor-próprio pelas suas instituições!»⁶⁰⁵.

Também no Seixal existem exemplos de uma dinâmica conflitual entre a tutela das elites e a apropriação social dos espaços colectivos por parte dos trabalhadores. A *Real Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense*, destinada aos operários dos lanifícios, foi constituída em 1872 com a protecção dos proprietários da fábrica, que lhes ofereceram as fardas. Poucos anos mais tarde é fundada a Sociedade Filarmónica Honra e Glória Arrentelense, que em 1914 se funde com a sua antecessora, dando origem à

⁶⁰² «Festas comemorativas», *O Almadense*, 3 de Novembro de 1929, p2

⁶⁰³ Alexandre Flores, *Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Cacilhas entre outras*, p93

⁶⁰⁴ Zardo - «Desportos», *O Almadense*, 13 de Janeiro de 1929, p1

⁶⁰⁵ «A assistência hospitalar em Almada», *O Almadense*, 31 de Março de 1929, p3

Sociedade Filarmónica União Arrentelense⁶⁰⁶. A sede da primeira, não obstante o apoio de alguns beneméritos, foi construída com o esforço e empenho dos seus sócios, bem como o coreto inaugurado em 1898, naquele aglomerado. Segundo a sua neta, o sócio António da Costa e Silva hipotecou mesmo a própria casa para construir a sede da Sociedade. A documentação histórica da sociedade comprova que a dívida foi paga com festas, rifas, subscrições e o trabalho voluntário dos operários arrentelenses. A sua construção deveu-se ao trabalho voluntário dos sócios. Como conta Virgínia da Silva Ferreira, «quando os materiais chegavam ao antigo cais ninguém ficava em casa. Todos queriam participar carregando-os cá para cima. Era uma Festa!»⁶⁰⁷.

A mesma dinâmica é perceptível na freguesia limítrofe. A Sociedade Filarmónica dos operários da Fábrica de Garrafas de Amora foi fundada em 1898 por iniciativa dos operários vidreiros. Estes foram entusiasmados, contudo, por um engenheiro inglês, dirigente da companhia. Alugou provisoriamente uma divisão da própria fábrica, designada de *pombal*. Na década seguinte, o desenvolvimento da indústria vidreira, todavia, reflecte-se na colectividade, que em 1905 aluga outro espaço na Avenida Marginal e em 1907 constrói um coreto para as suas actuações, financiado por subscrição pública. «Todos os tijolos que fazem o piso do coreto foram feitos na Fábrica de Garrafas (...) e os próprios músicos e as próprias direcções é que começaram a trabalhar naquilo. O desenho foi feito pelo músico Manuel Henriques Junior, que era um tipo bastante inteligente (...). Ele era também um dos homens que trabalhava em pedreiro, ele e mais alguns como o do Aborreces, e o meu avô também...Eles é que fizeram aquilo»⁶⁰⁸. Durante a Grande Guerra, a crise na indústria vidreira determinou a decadência da colectividade, que com seis meses de renda em atraso em 1916 estava ameaçada de despejo. A organização de um grupo de teatro e a encenação de dois espectáculos permitiram pagar a dívida e manter aquele espaço de sociabilidade⁶⁰⁹.

No que respeita ao concelho do Barreiro, é de sublinhar que nestes contextos são as classes trabalhadoras organizadas aquelas que ostentam mais significativas

⁶⁰⁶ «...Pelas freguesias», *Ecomuseu Informação*, n.º 26 (2003) p13

⁶⁰⁷ Virgínia da Silva Ferreira citada por Fernando Fitas, *Histórias Associativas: Memórias da Nossa Terra*, p43-45

⁶⁰⁸ Amélio Cunha, associado e antigo músico da SFOA, 91 anos em 1999 Cit. Por Fátima Afonso - «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007) p16

⁶⁰⁹ Fátima Afonso - «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007) p16

conquistas materiais no território. Os diversos grupos de teatro barreirenses - o *Grupo Dramático Bairreirense*, o *22 de Novembro*, o *Luz e Liberdade*, ou a *Liga do Pessoal da Lealdade* – dispunham de quatro salas de espectáculos, a da CUF, uma antiga do Club 22 de Novembro, o teatro-cine e o Cinema-Teatro. Este último era o melhor e mais amplo, comprado pelos Ferrovieiros do Sul e Sueste que lhe introduziram importantes melhoramentos, comportando 1000 espectadores⁶¹⁰.

«Tão feliz resultado deve-se não só à iniciativa da empresa exploradora do Cinema Teatro como ainda ao desinteressado concurso de muitos ferroviários, que para ali têm contribuído com o seu trabalho numa bela manifestação de apoio moral e colectivo. Porque se trata de uma obra de trabalhadores e para trabalhadores, o Cinema Teatro ficará sendo mais uma glória do povo do Barreiro, que tem dado tantas e repetidas provas de uma elevada cultura social, aliadas as mais excelsas virtudes de iniciativa e de trabalho»⁶¹¹.

Na análise do processo de apropriação social do espaço é de destacar, todavia, a maior complexidade da realidade setubalense. Ao contrário do que verificamos nas pequenas bolsas industriais desenvolvidas na margem Sul do Tejo, na cidade de Setúbal os estratos mais altos da pirâmide social marcaram profundamente o território com os seus espaços de lazer. O Teatro Rainha Dona Amélia ou o Club Setubalense eram reservados exclusivamente às elites⁶¹².

Entre estes e os edifícios pertencentes às agremiações operárias existiam espaços frequentados por uma clientela popular, como o casino Setubalense ou o Salão Recreio do Povo, construídos por iniciativa individual. Estes espaços, porém, reflectiam nas suas práticas a composição social dos seus frequentadores, levando a cabo iniciativas como os benefícios organizados pela Associação de Classe dos Marítimos em favor das famílias das vítimas dos últimos naufrágios⁶¹³ ou a festa em benefício da Escola-oficina de Setúbal, cuja missão é «instruir e educar a mulher, preparando assim, a sua libertação económica»⁶¹⁴.

⁶¹⁰ *O Eco do Barreiro*, 1 de Junho de 1924, p1

⁶¹¹ «Valores Sociais: Cinema Teatro», *A Voz do Barreiro*, 29 de Novembro de 1930, p2

⁶¹² Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, p20

⁶¹³ *O Trabalho*, 20 de Abril de 1913, p3

⁶¹⁴ *O Trabalho*, 10 de Março 1912, p2

Segundo *O Sindicalista*, o empresário do Casino Setubalense, particularmente, tinha uma relação privilegiada com os operários, auxiliando-os por diversas formas, quer pagando a fiança a grevistas presos quer cedendo as suas instalações às organizações sindicais. Por causa disso, «as sessões da sua casa de espectáculos têm estado à cunha recebendo assim as simpatias do operariado em geral»⁶¹⁵. Na sequência do ciclo de agitação social de 1910-1913, foram presos por «questões sociais» dezenas de dirigentes. Em Setúbal, promoveram-se vários espectáculos para angariação de fundos destinados às suas famílias e fianças, entre os quais no Casino Setubalense mas também no Salão Recreio do Povo⁶¹⁶. A disponibilidade incondicional do proprietário da primeira sala de espectáculos é valorizada, num determinado período, sublinhando-se «que uma vez mais demonstrou a sua amabilidade para com a classe operária»⁶¹⁷.

Na realidade, a opinião pública revoltava-se se alguma instituição negava ajuda ao operariado organizado e à sua justa causa, como foi o caso, noutro momento, do «protesto contra o proprietário do Casino de Setúbal por este ter recusado a cedência das instalações para o comício contra as rendas de casa e a carestia de vida» em 1920. Logo o Clube de Futebol Vitória e o Teatro Isabel Costa se apressaram a ceder «tão gentilmente», «os seus espaços para o comício»⁶¹⁸.

Não obstante o relevante papel das elites na produção e apropriação do Espaço, também na cidade sadina alguns espaços de recreio foram fundados exclusivamente por operários. O Teatro Bocage foi construído em 1834, por um pintor, um pedreiro e um carpinteiro. Erigiram, na casa dos Salemas, um simples teatro com varanda corrida e plateia. Mais tarde alugam uma casa na Rua dos Almocreves e com donativos constroem um verdadeiro teatro. A sala oval tinha capacidade para 364 pessoas, distribuídas por 23 camarotes de primeira, 23 de segunda e três plateias. O mobiliário era pobre e incómodo. Em 1862 a casa foi encerrada por não garantir a segurança do público. Em 1884 a Sociedade Capricho aluga o edifício e reconstrói-o⁶¹⁹.

Outros testemunhos da acção colectiva dos trabalhadores relacionam-se com este processo. Em 1844, a Filarmónica Operária Setubalense inaugura um Salão-Teatro na

⁶¹⁵ «Setúbal», *O Sindicalista*, 24 de Novembro de 1912, p4

⁶¹⁶ «Pró presos: continua o protesto contra o despotismo», *O Sindicalista*, 16 de Novembro de 1913, p3

⁶¹⁷ «Pró presos: os comícios de protesto», *O Sindicalista*, 4 de Janeiro de 1914, p4

⁶¹⁸ *A Batalha*, 3 de Janeiro de 1920, p2

⁶¹⁹ Maria da Conceição Quintas, Monografia de S. Julião, p72-234

rua das Amoreiras destinado a «Animar as horas vagas daqueles que constantemente se dedicam ao trabalho»⁶²⁰. Este espaço era ainda utilizado para a realização de espectáculos em benefício de operários «impossibilitados de ganhar a vida»⁶²¹.

No início de 1890 é organizado um baile no salão Terpsickore pelo designado Club Operário⁶²². Um mês depois é noticiado que um grupo de rapazes andava a pintar paredes e os tectos do velho salão⁶²³, onde se instalaria a Sociedade de Recreio Operário, rivalizando com a Sociedade Musical Recreativa. No ano seguinte, segundo *O Distrito*, as soirées na sala da musical recreativa andavam pouco animadas em virtude da concorrência do salão da Sociedade Recreio Operário⁶²⁴.

É de sublinhar que esta apropriação se revestia de um significativo carácter simbólico. Os espaços físicos conquistados pelas associações populares eram motivo de orgulho. Estes troféus eram ostentados e partilhados entre as associações congéneres e constantemente valorizados na imprensa operária. É significativo o facto de jornais explicitamente dedicados à causa da emancipação social, como o *Germinal*, sublinharem invariavelmente, ao descreverem as práticas associativas, a questão espacial. Por exemplo, quando no 1º de Maio a Capricho recebe a visita da filarmónica de Lagos, o que este periódico sublinha com maior veemência é que a primeira pôde oferecer à segunda um «copo de água nas elegantes salas» da sua sede⁶²⁵. Muitos outros exemplos descritos nos jornais locais e regionais podiam aqui ser replicados.

No seu conjunto, estes edifícios são considerados provas materiais da capacidade de auto-organização das camadas subalternas na sociedade e nomeadamente das populações segregadas nos subúrbios industriais em formação. Segundo o *Almadense*, a formação de núcleos de cultura generalizada e especial, - técnica, recreativa, artística, literária, mutualista e de previdência social» advinha, «da coesão profissional da futura grande falange operária; do estreitamento espontâneo das relações familiares; da

⁶²⁰ *O Distrito*, 21 de Outubro de 1894, p2

⁶²¹ *O Distrito*, 17 de Março de 1895, p2

⁶²² *O Distrito*, 25 de Janeiro de 1890, p1

⁶²³ *O Distrito*, 2 de Fevereiro de 1890, p2

⁶²⁴ *O Distrito*, 16 de Abril de 1891, p2

⁶²⁵ *Germinal*, 8 de Maio de 1904, p2

permuta insensível de conhecimentos adquiridos; da solidariedade instintiva que duns fará aliados dos outros»⁶²⁶.

Como ilustrado noutros contextos nacionais, entre as razões que justificam esta apropriação social e a politização dos espaços de sociabilidade destaca-se a pouca nitidez das fronteiras entre o associativismo de cultura, recreio e desporto, de previdência, cooperação e mesmo de classe. As associações partilharam muitas vezes os seus espaços e equipamentos. As suas iniciativas eram também comumente realizadas em conjunto. Invariavelmente, nas datas solenes, como os aniversários, eram convidadas todas as outras agremiações locais a fazer-se representar. Por outro lado, eram realizados espectáculos diversos de colectividades em favor de outras, como o do grupo Dramático Instrução e Recreio 31 de Janeiro em favor da Cooperativa Barreirense⁶²⁷, ou as festas desportivas no campo de Foot-Ball Club Barreirense que decorreram animadíssimas revertendo o produto a favor da Associação dos Corticeiros⁶²⁸.

Estas associações estabeleceram também relações extra-locais com as suas congéneres à escala do aglomerado de Lisboa, relações cuja formalização deu origem a federações várias e à estruturação nacional do movimento. É de sublinhar que as associações da Península de Setúbal tinham relações privilegiadas entre si e com as congéneres dos bairros operários de Lisboa – Alcântara e Xabregas⁶²⁹.

A partir da imprensa é perceptível também a indissociabilidade dos espaços de sociabilidade e contestação. A Sociedade Cooperativa de Consumo Almadense foi fundada numa tanoaria e foi aí que se iniciou a inscrição de sócios⁶³⁰. Os Bombeiros Voluntários de Almada foram fundados na sede da Associação de Classe dos Operários Tanoeiros⁶³¹ e a Cooperativa Piedense na sede da SFUAP⁶³².

A partilha destes espaços era da maior relevância, permitindo ao operariado organizado alargar a sua influência. Com efeito, a apropriação do valor de uso de um

⁶²⁶ «A razão das nossas impertinências», *O Almadense*, 2 de Dezembro de 1928, p1

⁶²⁷ «Teatro», *O Barreiro*, 8 de Janeiro de 1933, p1

⁶²⁸ *O Raio X*, 1 de Agosto de 1921, p2

⁶²⁹ Actas das reuniões de direcção da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, vários anos.

⁶³⁰ «O 38º aniversário da fundação da S. Cooperativa Almadense», *O Almadense*, 6 de Janeiro de 1929, p3

⁶³¹ Alexantre Flores, Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Almada, p69

⁶³² António Alberto Ramos, Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro, p53

significativo conjunto de espaços de lazer terá permitido aos sindicalistas marcar o espaço público e o calendário destas comunidades, como testemunham inúmeras iniciativas, e particularmente as comemorações do primeiro de Maio⁶³³.

As celebrações do dia do trabalhador eram de facto um momento muito importante no calendário destas comunidades. Era comum as colectividades embandeirarem-se e iluminarem-se no dia do trabalhador, «percorrendo as ruas as diferentes sociedades musicais tocando o hino do 1º de Maio» e a «Internacional»⁶³⁴. À noite havia baile nas sociedades⁶³⁵.

A identidade operária marcava de forma mais ou menos profunda todas as colectividades locais, e sobretudo aquelas destinadas às massas populares. A União Setubalense, por exemplo, foi fundada no Dia do Trabalhador, «coincide assim com a festa operária a festa de tão popular e simpática sociedade, composta de operários também»⁶³⁶. No 1º de Maio, a filarmónica percorria as ruas associando-se assim à festa do Trabalho, o que merecia o louvor do jornal socialista *O Trabalho*, «pois que os operários só se devem ligar às manifestações da sua classe»⁶³⁷.

A Sociedade Filarmónica Operária Amorense, um mês antes do 1º de Maio, nomeava uma comissão encarregue de aos fins-de-semana montar o palanque onde o grupo de jazz tocava e funcionava um bar destinado à angariação de fundos para a comemoração do Dia do Trabalhador. Nessa data, a comissão e o grupo musical saíam da Sociedade a tocar e as pessoas seguiam-nos com os seus lanches até à quinta da Princesa. O espaço público era novamente apropriado pelos trabalhadores, à tardinha, quando regressavam a pé cantando até à Amora.

Foi igualmente durante os festejos na Quinta da Princesa, que se fundou o Amora Futebol Clube. Nos primeiros tempos a bola era uma *trapeira*, jogava-se descalço e os treinos eram feitos em qualquer largo da Amora. Os pioneiros do clube apropriam-se rapidamente do descampado do Cabo da Marinha, onde durante uma década realizaram os seus jogos e receberam colectividades congéneres. Só nos anos trinta adquirem o que viria a ser o Estádio da Medideira. A primitiva sede, situada num

⁶³³ *O Distrito*, 30 de Abril de 1893, p2

⁶³⁴ «1º de Maio», *A Voz da Amora*, 5 de Maio de 1917, p2

⁶³⁵ «1º de Maio», *O Elmano*, 2 de Maio de 1900, p1

⁶³⁶ *O Trabalho*, 10 de Abril de 1904, p1

⁶³⁷ *O Trabalho*, 7 de Maio de 1911, P2

primeiro andar da rua das amoreiras, constituía um espaço privilegiado de sociabilidade para os operários amorenses⁶³⁸.

2.2.5.3 OS ESPAÇOS DE CONTESTAÇÃO

Para além de influenciar a actividade de diversas colectividades locais, o movimento sindical contou com os seus espaços próprios, que convencionamos chamar de contestação. Tal como os equipamentos das colectividades populares, as sedes das associações de classe eram altamente valorizadas pelos activistas e pela restante comunidade. O *Correio do Sul*, folha anti-clerical e defensora dos interesses do Concelho de Almada, no primeiro de Maio de 1910 dedica uma parte considerável do jornal à ilustração das sedes da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro e da Associação dos Corticeiros de Almada, afirmando assim a vitalidade e o poder de concretização do associativismo operário⁶³⁹.

Era comum as associações mais fortes cederem as suas salas às em germinação ou com menores capacidades. Essa cedência, normalmente gratuita, poderia ser ocasional ou permanente. Por exemplo, a Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado, não possuindo sede, utilizava as instalações e móveis da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas⁶⁴⁰. Aliás, as diferentes classes profissionais setubalenses faziam uma gestão dos espaços conjunta, garantindo que estes não perderiam o seu valor de uso. Em 1913, por exemplo, o Centro Socialista de Setúbal instala-se na antiga sede da Associação de Classe das operárias das fábricas de conserva e esta última por sua vez vai ocupar a antiga sede dos marítimos⁶⁴¹.

No Barreiro, a primeira classe profissional a marcar o tecido urbano foram os Corticeiros. A sua associação de classe, fundada em 1891, sediou-se primeiro num primeiro andar da rua Heliodoro Salgado para depois ocupar um prédio inteiro da Praça principal do Barreiro⁶⁴². Outras classes profissionais usaram este espaço para fundar as suas associações e reunir-se enquanto não possuíam um espaço próprio.

⁶³⁸ Manuel A. S. Lima, Amora: memórias e vivências d'outrora, p230-241

⁶³⁹ *O Correio do Sul*, 1 de Maio de 1910, p1-2

⁶⁴⁰ Processo da Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

⁶⁴¹ *O Trabalho*, 15 de Junho de 1913, p3

⁶⁴² Armando da Silva Pais, Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho, p224-271

No entanto, é indiscutível que foram os ferroviários aqueles que marcaram mais profundamente a vila do Barreiro. Em Março de 1920 «a construção dum edifício próprio para instalação da Associação de Classe, Instituto Ferroviário, Cooperativa de Crédito e Consumo, e outras instituições ferroviárias» constituía «uma simples aspiração». No entanto, «tornar numa realidade a construção de um edifício que ateste bem alto o valor e o esforço de uma classe, deve constituir para todos os ferroviários um dever sagrado a que nenhum tem o direito de se esquivar». Nesse sentido *O Sul e Sueste* proclamava: «Ferroviários! Efectivai a maior obra que podeis ter realizado até hoje. Imitai outras classes como a dos marítimos e soldadores de Setúbal, que têm as suas sedes sindicais em edifícios próprios. Não hesiteis porque se o fizerdes manifestais o mais baixo dos egoísmos. Arrancai uns cobres aos vossos vencimentos, mas ligai o vosso nome a esta obra, para puderdes legar a vossos filhos. Contribuí! Contribuí!»⁶⁴³.

«Após alguns anos de canseiras e sacrifícios, dedicações e calúnias, A CASA DOS FERROVIÁRIOS, sonho transcendente duma classe laboriosa, ambição primordial duma numerosa família trabalhadora e consciente, TORNA-SE UM FACTO. Legalmente, ao abrigo das investidas agrestes dos nossos inimigos, os ferroviários possuem uma excelente casa, um dos melhores edifícios do Barreiro, em cujo frontispício, a atestar uma vontade de ferro e uma dedicação sublime, se leem as consoladoras e significativas palavras: CASA DOS FERROVIÁRIOS»⁶⁴⁴.

A posse desse espaço, uma das melhores salas do Barreiro, determinava que o Sindicato dos Ferroviários tivesse um papel fundamental na sociabilidade barreirense, cedendo este espaço a diversas colectividades⁶⁴⁵ e realizando inúmeras iniciativas próprias, actividades culturais e educativas nas quais participavam «todas as colectividades, a imprensa e o povo do Barreiro»⁶⁴⁶. Em 1924, os ferroviários compraram ainda a «excelente propriedade Vila Angélica»⁶⁴⁷. Em 1927 inauguram o novo espaço – a «excelente sede» do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste – destinado a albergar órfãos de funcionários da Companhia⁶⁴⁸.

⁶⁴³ «Pró-casa dos ferroviários», *O Sul e Sueste*, 14 de Março de 1920, p1

⁶⁴⁴ «Uma aspiração tornada um facto», *O Sul e Sueste*, 30 de Setembro de 1922, p1

⁶⁴⁵ «Clube Naval Barreirense», *Eco do Barreiro*, 1 de Novembro de 1925

⁶⁴⁶ «Sindicato do Pessoal dos CFSS: a comemoração do seu XI Aniversário», *Eco do Barreiro*, 1 de Dezembro de 1925

⁶⁴⁷ *Eco do Barreiro*, 1 de Setembro de 1924, p1

⁶⁴⁸ «Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste», *Eco do Barreiro*, 15 de Janeiro de 1927, p3

No Barreiro, a importância das instituições ferroviárias foi tal que quando, no âmbito da repressão a que o Sindicato Ferroviário foi vítima por ter participado na insurreição republicana de Fevereiro daquele mesmo ano, o Cinema Teatro foi encerrado, entregou-se ao Ministro do Interior uma petição para a sua reabertura, assinada pelas Comissões Administrativas do Município, Junta de Freguesia e pelos presidentes de diversas agremiações locais⁶⁴⁹.

Também em Setúbal, as mais importantes associações de classe construíram sumptuosas sedes, que se constituíram em importantes espaços de contestação. Quando, em 1891, tem lugar o primeiro conflito entre «Capital e Trabalho» nas fábricas de conservas, os soldados reuniram-se num ermo fora da cidade de onde foram debandados pela polícia⁶⁵⁰. No entanto, a sua sede viria a ser um dos mais emblemáticos edifícios da cidade - «O desenho do prédio que se destina às reuniões dos soldados foi generosamente feito pelo distinto architecto Sr. Adães Bermudes, um dos mais competentes do nosso país, sendo realmente de um efeito grandioso e admirável. Ao levar-se a cabo assim, ficará sem dúvida a primeira construção da cidade, pelo bom gosto e apropriado estilo arquitetónico. A construção do edifício será levado a efeito por intermédio de uma sociedade por acções, para esse fim organizada. Ao que ouvimos, chamar-se-á Antero de Quental»⁶⁵¹.

Quando inaugurada a obra, iniciada em 1903 e várias vezes parada por motivo de crises ou greves, os soldados sublinham o facto de esta ter sido construída por operários «não havendo no assunto interferência de ninguém da cidade alheio à indústria»⁶⁵². Nessa data solene vieram oradores de Lisboa, entre os quais Costa Júnior, as salas estiveram em exposição até à meia-noite e os festejos foram abrilhantados por dois grupos musicais. O evento «correu brilhantemente». Foi agradecido ao architecto,

⁶⁴⁹ Misericórdia, Asilo D. Pedro V, Instituto dos Ferroviários do SS, Bombeiros do SS, Sociedade Cooperativa Cultural Operária Barreirense, Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, Associação Comercial e Industrial, Cooperativa Popular, Associação dos Operários Corticeiros, Sociedade Democrática União Barreirense, Associação de Classe dos Descarregadores, Luzo FC, Clube Naval, Clube 22 de Novembro, Associação de Classe dos Empregados do Comércio e da Indústria, Liga de Instrução e Recreio da CUF, Associação dos Lojistas e FC Barreirense. «Cinema Teatro», *Eco do Barreiro*, 1 de Novembro de 1928, p2

⁶⁵⁰ *O Districto*, 30 de Abril de 1891, p1

⁶⁵¹ *O Trabalho*, 15-02-1903, p2

⁶⁵² *O Trabalho*, 2 de Abril de 1911, p2

amigo da classe, o projecto realizado a título gratuito. O administrador do concelho mandou ofício saudando a classe. Falaram representantes de diversas colectividades⁶⁵³.

Também a sede dos trabalhadores do Mar se ergueu na zona mais nobre da cidade, a Avenida Luisa Todi. «A casa dos pescadores é um verdadeiro Palácio (...) Desta catedral do trabalho respira-se força, confiança, prosperidade e fé». Na inauguração da sede estiveram milhares de pessoas tendo o bazar rendido cerca de 6.000 bilhetes, perto de 62\$000⁶⁵⁴. Também os operários da construção civil levantaram «num dos melhores pontos da Avenida um edifício para a sua associação de classe»⁶⁵⁵.

Os trabalhadores do mar mantiveram «na sua sede uma escola das primeiras letras, com cerca de 104 alunos, filhos de sócios, abrindo inscrições para exames, também para alunos externos, frequentadores de outras escolas»⁶⁵⁶. Utilizava o método da escola moderna e quando aberta ao público «a assistência verdadeiramente encantada, percorreu todas as dependências da Escola, elogiando os trabalhos expostos, bem como o esplêndido material de ensino e mobiliário»⁶⁵⁷.

Todos os anos era comemorado o aniversário da inauguração destes espaços com sessões solenes, nas quais faziam uso da palavra ilustres propagandistas como Campos Lima ou Sobral de Campos. A assistência era invariavelmente numerosa e os festejos abrilhantados por uma filarmónica local⁶⁵⁸. As salas das associações eram abertas ao público, iluminando-se à noite as suas fachadas. O dia do trabalhador era igualmente uma data privilegiada para a ostentação das conquistas espaciais das classes trabalhadoras⁶⁵⁹.

Nestes espaços era ainda construída a memória colectiva. Entre as práticas das associações de classe destacam-se as inaugurações de retratos de dirigentes e activistas, como «o grande lutador das regalias dos caixeiros Alberto Nazareth»⁶⁶⁰ ou mártires

⁶⁵³ «Inaugura-se a nova sede dos soldados», *O Trabalho*, 4 de Junho de 1911, p2-4.

⁶⁵⁴ *O Trabalho*, 22 de Junho de 1902, p2

⁶⁵⁵ *O Trabalho*, 7 de Março de 1920, p2

⁶⁵⁶ «A escola dos trabalhadores do mar de Setúbal», *A Batalha*, 10 de Julho de 1920, p2

⁶⁵⁷ «Marítimos de Setúbal: os exames na Escola Livre da sua Associação», *A Batalha*, 19 de Julho de 1920, p2

⁶⁵⁸ *O Trabalho*, 7 de Maio de 1916, p2

⁶⁵⁹ *Germinal*, 27 de Abril de 1912, p3

⁶⁶⁰ *Germinal*, 10, 22 e 24 de Janeiro de 1904, p2

como Manuel Mendes, assassinato durante a greve geral da indústria conserveira em Março de 1911⁶⁶¹.

A importância dada ao espaço foi tal que já no rescaldo do grande ciclo de agitação social de 1917-1920, a organização sindical empreende o projecto de construção da *Casa dos Trabalhadores*, para a qual contribuíram as Associações de Classe através de cotas mensais⁶⁶². Na Península de Setúbal foram levadas a cabo diversas iniciativas a favor do mesmo, como o espectáculo com a participação do Grupo Dramático Almeida Garrett e do Grupo Musical Alfredo Keil, que teve lugar em Setúbal, «para se conseguir lançar uma colher de cal para a parede da obra proletária que será a Casa dos Trabalhadores»⁶⁶³. Muitos operários «desejam assistir e contribuir para esta causa, pelo que comissão envidará todos os esforços para organizar quantos espectáculos forem necessários para satisfazer este desejo»⁶⁶⁴. A primeira sessão, que esgotou, principiou com o drama *Operários em Greve*, seguido dos monólogos *O Operário* e *O Fiel* e culminando com uma interpretação de *A Internacional*⁶⁶⁵.

2.2.5.4 A POLITIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

A igreja católica tinha um papel fundamental no enquadramento cultural das populações locais. Mesmo as associações de base operária reflectiam o enraizamento da religiosidade entre as classes populares portuguesas, como testemunha a participação das filarmónicas nas festas católicas e até das associações de classe, particularmente as de pescadores ou marítimos⁶⁶⁶.

Esta participação, todavia, não deixa de ser contestada. Em 1911, os marítimos dos cercos americanos da Costa da Galé, em greve, reclamam entre outras reivindicações relacionadas com as condições de trabalho que as companhias individual ou colectivamente não sejam obrigadas a contribuir para actos religiosos⁶⁶⁷.

⁶⁶¹ *Germinal*, 17 de Junho de 1911, p3

⁶⁶² «A Casa dos Trabalhadores: novos donativos de Associações», *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1920, p1

⁶⁶³ «Um espectáculo em Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 7 de Janeiro de 1920, p1

⁶⁶⁴ «O espectáculo de Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 15 de Janeiro de 1920, p1

⁶⁶⁵ «O espectáculo de Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1920, p1

⁶⁶⁶ *O Elmano*, 30 de Novembro de 1898, p2

⁶⁶⁷ *O Trabalho*, 17 de Dezembro de 1911, p3

Esta contestação é indissociável do crescente enraizamento do movimento liberal e republicano entre as camadas populares. A penetração destas ideias é garantida pelo desenvolvimento de diversas associações de carácter cultural como, em Setúbal, o *Centro Setubalense de Instrução*, o *Grupo Musical da Sociedade Livre*, a *Escola Liberal*, o *Centro de Instrução Germinal*, o *Centro Setubalense de Propaganda Liberal*, entre outras destinadas a «dar várias conferências de educação popular e social»⁶⁶⁸. A associação das escolas móveis pelo método de João de Deus teve também um papel importante na região, sendo requisitada para ministrar o ensino primário em inúmeras colectividades, inclusive em históricas agremiações com protecção real, como a *Real Sociedade Honra e Glória* ou a *Real Sociedade Fabril Arrentelense*⁶⁶⁹.

Como já foi referido, uma boa parte destas agremiações tinham uma função educacional destinada sobretudo às classes trabalhadoras. No *Centro de Instrução Germinal*, uma instituição que reunia anarquistas e republicanos, eram leccionadas, nos primeiros anos do século XX, aulas para ambos os sexos durante o dia e aulas nocturnas para trabalhadores maiores de 14 anos. A sua biblioteca estava «ao dispor do operariado»⁶⁷⁰.

Para além das associações formais, estes protagonistas organizavam uma série de iniciativas que iam das *Festas Bocageanas*⁶⁷¹ a conferências como a que teve lugar na Associação de Classe dos Empregados do Comércio sobre o método de João de Deus, promovida pela Escola liberal⁶⁷², ou a sessão de propaganda do Congresso do Livre Pensamento na Associação Marítima, na qual se aproveitou para inaugurar um retrato de Heliodoro Salgado⁶⁷³. A breve trecho, a propaganda republicana reflecte-se nos resultados eleitorais. Nas eleições de Abril de 1908, o PRP é o mais votado no círculo de Setúbal⁶⁷⁴.

Não obstante a predominância da propaganda liberal nos anos que antecedem a transformação do regime, a participação de socialistas, anarquistas e sindicalistas nestas associações garante igualmente a disseminação de postulados de emancipação social.

⁶⁶⁸ *O Germinal*, 26 de Abril de 1908, p1

⁶⁶⁹ «Escolas móveis na Arrentela», *Germinal*, 27 de Novembro de 1904, p1

⁶⁷⁰ *O Germinal*, 11 de Janeiro de 1906, p1

⁶⁷¹ «Festas bocageanas por subscrição», *O Germinal*, 3 de Dezembro de 1905, p1

⁶⁷² *O Germinal*, 6 de Outubro de 1907, p3

⁶⁷³ *O Germinal*, 2 de Fevereiro de 1908, p2

⁶⁷⁴ *O Germinal*, 12 de Abril de 1908, p1

Na conferência que tem lugar no *Centro de Instrução Germinal* em Janeiro de 1906, Manuel de Oliveira, «um dos mais estudiosos membros da classe dos corticeiros e dos mais dedicados propagandistas das reivindicações sociais», «sem outra bagagem mais que a extrema dedicação pela causa», defende que «aos operários compete entrar para a escola para depois poderem conscientemente entrar para a luta da vida»⁶⁷⁵. Numa reunião dos delegados das Associações de Classe e dos centros populares de Setúbal, em Dezembro de 1909 resolveu-se promover intensa propaganda do ensino racionalista, sublinhando-se todavia que esta «tem de ser obra dos próprios proletários por isso acompanhada de propaganda sindicalista»⁶⁷⁶.

O boletim comemorativo da *Capricho* sintetiza bem esta dinâmica conflitual: «Efectivamente as várias situações sociais da nossa terra, (...), tiveram o seu registo próprio nas harmonias da Sociedade (...). O grande segredo da sociedade esteve sempre em saber escolher o repertório conforme as circunstâncias (...). Nas sessões de propaganda política lá estava a «Marselhesa», a «Portuguesa» e a «Maria da Fonte». Mas se a sessão descambava em comício revolucionário ou era empalmado pela facção extremista e ali se reclamavam as mais severas sanções sobre os detentores do capital, então era certo sair da pasta musical o hino do 1º de Maio, a Internacional, a Carmagnole ou o Ça Ira»⁶⁷⁷.

Ao longo do período em análise, a principal tendência observada é de facto o enraizamento das associações de classe e sindicatos nas comunidades locais e a consequente disseminação dos seus postulados. Este enraizamento, como tem vindo a ser observado noutros contextos, era potenciado pela multifuncionalidade das diferentes tipologias de agremiações. As suas iniciativas, particularmente as com uma componente recreativa, contavam com a comparência «de representantes das diversas colectividades, da imprensa, do povo, sem deixar de referir em especial as senhoras». Os seus aniversários contavam muitas vezes com conferências, concertos e outros espectáculos, abrilhantados pelas bandas e os grupos locais⁶⁷⁸.

⁶⁷⁵ *O Germinal*, 21 de Janeiro de 1906, p2

⁶⁷⁶ *O Germinal*, 4 de Dezembro de 1909, p1

⁶⁷⁷ *A Capricho*, *A Capricho*, 17 de Outubro de 1926, p3

⁶⁷⁸ «Sindicato do Pessoal dos CFSS: a comemoração do seu XI aniversário», *Eco do Barreiro*, 1 de Dezembro de 1925, p2

Por outro lado, as associações de classe em vias de modernização continuam a organizar em conjunto com as outras agremiações locais iniciativas em benefício dos seus associados mais necessitados, como foi o caso do *Festival Operário* promovido pela Associação de Construção Civil de Almada no Teatro Almeida Garrett da Cova da Piedade, em benefício da viúva e filha do saudoso camarada e activo militante da organização da construção civil, que foi José Andrade e do camarada José Matia Rocha, que há seis meses se encontra impossibilitado de trabalhar⁶⁷⁹. As associações de classe responsabilizavam-se ainda por inúmeras iniciativas de solidariedade informal ocasionais, como o bando precatório em favor das vítimas do naufrágio de Maio de 1913 em Setúbal, promovido pela União de Sindicatos Locais⁶⁸⁰.

De facto, a ligação do sindicalismo às comunidades operárias locais encontra inúmeros testemunhos na imprensa local. Quando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais da Aldeia Galega foram aprovados, «este facto logo correu em toda a vila, provocou grande entusiasmo, juntando-se em frente da associação muito povo. À noite realizou-se ali uma sessão, com representação de todas as associações operárias da vila»⁶⁸¹. Quando foi inaugurado o Instituto Ferroviário, iniciativa do sindicato, também estiveram representantes das autoridades locais, da administração dos CFSS, as colectividades populares e «muito povo»⁶⁸².

Por outro lado, as iniciativas especificamente consagradas à «propaganda sindicalista» eram comumente «abrilhantadas» por uma colectividade cultural, como por exemplo a inauguração da Associação de Classe dos Trabalhadores do Comércio que foi abrilhantada pela banda da Sociedade Capricho com um hino oferecido pelo conhecido compositor Celestino Pino⁶⁸³, a sessão que teve lugar no Pragal durante o processo de fundação da Associação de Classe dos Cerâmicos de Palença ou em que colaborou a Tuna Recreio e Instrução Mutelense⁶⁸⁴.

Era ainda comum as colectividades darem espectáculos em benefício de associações de classe ou dos seus dirigentes⁶⁸⁵. Iniciativas como a promovida pelos

⁶⁷⁹ «Festival Operário em Almada», *A Batalha*, 13 de Abril de 1919, p. 2

⁶⁸⁰ «O Sindicalista na Província: Setúbal», *O Sindicalista*, 1 de Maio de 1913, p4

⁶⁸¹ «Trabalhadores Rurais de Aldeia Galega», *O Sindicalista*, 2 de Junho de 1912, p2

⁶⁸² «Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste», *Eco do Barreiro*, 15 de Janeiro de 1927, p6

⁶⁸³ *O Distrito*, 9 de Janeiro de 1897, p2

⁶⁸⁴ «O Sindicalista em Almada», *O Sindicalista*, 19 de Fevereiro de 1912, p2

⁶⁸⁵ *O Germinal*, 7 de Março de 1909, p2

corticeiros do Barreiro em Agosto de 1921 – festas desportivas no campo de Futebol do Clube Barreirense em favor da escola da associação de classe – eram muito comuns. Como foi referido no jornal local, o «Povo desta localidade soube corresponder como de costume ao apelo daquela colectividade em favor da instrução»⁶⁸⁶.

Entre outros exemplos, destaque-se ainda a récita realizada no teatro Garrett na Cova da Piedade, promovida pelo Grupo Dramático *A Juventude* e abrilhantada pela banda da Academia Instrução e Recreio Familiar Almadense, cujo produto reverteu a favor da Escola do Sindicato único da Construção Civil de Almada⁶⁸⁷; a festa realizada na Sociedade Filarmónica Setubalense a favor da Biblioteca da Associação dos Empregados no Com rcio⁶⁸⁸; ou o drama em tr s actos *João Operário*, representado no Teatro Bocage em benefício do Centro de Instrução Setubalense, liderado por sindicalistas revolucionários e anarquistas⁶⁸⁹.

Desta forma, por via das associa  es, as estruturas federativas e a CGT estendem a sua influência na região. Em 1919, no Teatro Cine Barreirense efectua-se «um espectáculo a favor da escola da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil do Barreiro, na qual toma parte o Grupo Dramático e Musical Solidariedade da Construção de Lisboa, as sociedades Instrução e Recreio, Democrática União e Academia Musical C.U.F. O espectáculo abre com uma palestra alusiva ao acto, por um delegado da Federação da Construção Civil da Região do Sul, representando-se depois o drama social em 2 actos «Amor e Liberdade». O espectáculo completa-se com um acto de variedades em que tomam parte diversos amadores»⁶⁹⁰. «A Sociedade Instrução Recreio Barreirense fez ouvir por vezes a *Internacional* sendo muito aplaudida. Num dos intervalos foi feita uma quête a favor do jornal *A Batalha* que rendeu 7\$40. O correspondente de *A Batalha* fez uso da palavra num dos intervalos, dizendo o fim a que vis vamos e demonstrando a necessidade de se organizar a revolução económica do proletariado, terminando por saudar em nome de *A Batalha* o operariado local, sendo este jornal entusiasticamente vitoriado, bem como a U.O.N., a

⁶⁸⁶ *O Raio X*, 1 de Agosto de 1921, p2

⁶⁸⁷ «Festas operárias: Sindicato  nico da Construção Civil de Almada», *A Batalha*, 12 de Dezembro de 1919, p2

⁶⁸⁸ «Festas operárias: espectáculo a favor da Associação dos Empregados no Comércio de Setúbal», *A Batalha*, 27 de Janeiro de 1920 p3

⁶⁸⁹ *O Distrito*, 28 de Janeiro de 1909, p1

⁶⁹⁰ «Festas operárias», *A Batalha*, 12 de Abril de 1919, p. 2

Internacional Operária, a Emancipação dos Trabalhadores, etc. O espectáculo terminou às 0.15, deixando a assistência satisfeita»⁶⁹¹.

Nos anos vinte, quando a estruturação translocal do movimento operário estava em franco progresso, foram levadas a cabo diversas iniciativas desta tipologia mas agora em favor de estruturas assentes em bases mais alargadas, como a festa social e desportiva, realizada no Ginásio Clube do Sul, revertendo o produto para o cofre da União dos Sindicatos Operários de Almada. *A Batalha* «exorta aqueles belos rapazes a que não esmoreçam em tão bela iniciativa, pois que além de desenvolver o seu físico, senão toda, pelo menos uma grande parte da mocidade local, concorre assim para o aperfeiçoamento da sociedade»⁶⁹².

Em períodos de maior agitação social, estes eventos ganhavam um mais acentuado carácter político, como foi o caso do espectáculo realizado em favor de *A Batalha*, no Teatro-Cine Barreirense, «promovido por camaradas desta vila». Foram encenadas as peças *Os amores de um deputado* e *Os Bandidos*, protagonizadas pelo Grupo Dramático da Construção Civil. No fim, diversas canções sociais foram entoadas por cantores de Lisboa. A casa estava cheia e muitas pessoas não puderam assistir por falta de bilhetes⁶⁹³. Foi tal o sucesso da iniciativa que um mês depois repetiu-se a récita, agora com a colaboração do sindicato de Construção Civil do Barreiro e dos ferroviários do Sul e Sueste. A festa incluiu uma palestra de um delegado da Federação da Construção Civil, a representação do drama social *A Greve* e um soberbo acto de variedades. Tomou parte no espectáculo a Banda da Sociedade da Instrução e Recreio Barreirense, sob a batuta de Alfredo Reis de Carvalho⁶⁹⁴.

Muito devido à dramática participação dos ferroviários do Sul e Sueste no grande ciclo de agitação social do pós-guerra, o sindicalismo e os seus postulados foram divulgados por toda a região. Mesmo a Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense, fundada por um notável local para os seus trabalhadores rurais, se envolveria neste processo. Em Abril de 1921, quando os ferroviários do Sul e Sueste foram postos em

⁶⁹¹ «Uma festa operária: a Associação da Construção Civil do Barreiro realiza um espectáculo em benefício da sua escola», *A Batalha*, 14 de Abril de 1919, p2

⁶⁹² «Almada: festa social dedicada à USO», *A Batalha*, 21 de Julho de 1921, p2; «Almada: festa desportiva no Ginásio Club do Sul», *A Batalha*, 27 de Julho de 1921, p2; «Em Almada: uma festa dedicada à USO», *A Batalha*, 12 de Agosto de 1921, p2.

⁶⁹³ «No Barreiro: um espectáculo em favor de A Batalha», *A Batalha*, 13 de Junho 1920, p2

⁶⁹⁴ «Em favor de A Batalha», *A Batalha*, 8 de Julho 1920, p1

liberdade, foram «esperados por uma banda de música e muitos ferroviários. De seguida, seguiram todos para o sindicato onde se trocaram brindes de solidariedade. Dirigiram-se depois para o Lavradio onde foram calorosamente recebidos pela banda da Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense. Alguns dos ferroviários (Miguel Correia, Entrudo Júnior, António Piloto, António Pegado, Abel Pereira e Carlos Freire) discursaram da janela da Sociedade, sendo efusivamente ovacionados pela multidão que os escutava. Desta recepção conclui-se que não só a classe como o povo estão profundamente solidários com o movimento e com as suas vítimas»⁶⁹⁵.

Até em Alhos Vedros foi dada uma festa, promovida por um grupo de ferroviários locais, em homenagem aos camaradas libertados. Convidou-se a Sociedade Filarmónica União Democrática Barreirense e a Sociedade Filarmónica Recreio e Entusiasmo desta localidade. O programa contou com a actuação da banda local e uma sessão solene no clube Recreio e Instrução de Alhos Vedros onde estiveram representadas a CGT e *A Batalha*⁶⁹⁶. «Os elementos operários convidados visitaram várias organizações da vila (Sociedade, Clube e Cooperativa), tendo sido em toda a parte recebidos com a maior hospitalidade. Nas despedidas, junto ao comboio que partia para Lisboa, repetiram-se as manifestações de apreço, ouvindo-se vivas à CGT, aos ferroviários libertados e à *Batalha*»⁶⁹⁷.

É de referir também, que a difusão da propaganda sindical beneficiava da intensa actividade associativa dos sindicalistas, observando-se uma relação de causa-efeito entre a participação cívica dos militantes e a sua capacidade de influência política. Apenas alguns exemplos. Quando os *Penicheiros* remodelam a sua sede, Miguel Correia, dirigente sindical, é um dos conferencistas escolhidos pela «comissão de senhoras que colaborou nas festas»⁶⁹⁸. O mesmo sucedeu na comemoração do 11º aniversário da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense, com a abertura de uma biblioteca e uma conferência sobre a educação e a família. Neste evento intervieram os principais dirigentes sindicais locais valorizando o cooperativismo. Houve ainda copo de água e

⁶⁹⁵ «Ferroviários do Sul e Sueste: festa de solidariedade», *A Batalha*, 18 de Abril de 1921, p1

⁶⁹⁶ «Em Alhos Vedros: festa de solidariedade ferroviária», *A Batalha*, 5 de Maio de 1921, p2

⁶⁹⁷ «Em Alhos Vedros: manifestação de simpatia aos ferroviários demitidos», *A Batalha*, 10 de Maio de 1921, p2

⁶⁹⁸ «Sociedade Instrução e Recreio Barreirense: as festas por motivo de remodelação da sua sede», *Eco do Barreiro*, 15 de Fevereiro de 1926, p2

baile abrilhantado pela SIRB⁶⁹⁹.

Também na festa comemorativa do segundo aniversário do União Futebol dos Empregados do Comércio e Indústria de Setúbal, foi convidado o presidente da respectiva Associação de Classe, que apesar de «nada conhecer sobre assuntos de *Sport*», discursa sobre o valor do associativismo e termina «levantando um viva à União dos Empregados do Comércio e da Indústria, o que foi calorosamente correspondido»⁷⁰⁰.

Esta politização dos eventos culturais e recreativos beneficiava também da formação de grupos de teatro e música no seio das associações de classe, como era o caso do Grupo Dramático da Construção Civil, ou por diversos activistas sindicais, como o Grupo Dramático e Musical “Solidariedade Operária do Seixal”, fundado, com o fim de «propagandear por meio do teatro livre os sãos princípios da emancipação humana e prestar auxílio a todas as vítimas da actual organização social»⁷⁰¹.

De resto, os postulados de emancipação social propagandeados pelos sindicalistas circulavam também dos teatros amadores, das bandas musicais, entre outras colectividades populares. Bartolomeu Constantino congratulava-se que «esses grupos de rapazes de alma aberta aos grandes princípios de justiça, porque a par e passo que cultivam a arte, vão educando-se e esperando para o resgate de um povo imerso no mais grasso indiferentismo mercê da tradicional influência religiosa (...), vem isto a propósito de há uns tempos a esta parte vemos nos palcos dos pequenos teatrinhos de amadores, a representação de peças do folgo revolucionário, que aquece e enche a alma popular sorridente esperança por dias melhores e mais felizes!»⁷⁰². Entre as peças encenadas nestes pequenos teatros amadores destacavam-se dramas como *O Operário e o Patrão*⁷⁰³, *A Greve* – em vários locais e desde a alvorada do século aos anos vinte⁷⁰⁴ –, *A Tomada da Bastilha*⁷⁰⁵, *A Grilheta do Operário*⁷⁰⁶, *Gaspar o Serralheiro*⁷⁰⁷, *O*

⁶⁹⁹ «Vida Associativa: Sociedade Cooperativa Operária Barreirense», 1 de Dezembro de 1924, p1

⁷⁰⁰ «União Futebol dos Empregados no Comércio e Indústria de Setúbal», *Alvorada*, 15 de Junho de 1919, p2

⁷⁰¹ «Grupo Dramático e Musical “Solidariedade Operária do Seixal», *A Batalha*, 24 de Dezembro de 1920, p2

⁷⁰² «A missão dos grupos dramáticos», *O Correio do Sul*, 24 de Julho de 1910, p2

⁷⁰³ «Academia Almadense», *O Correio do Sul*, 22 de Janeiro de 1911, p3

⁷⁰⁴ «Teatro Incrível», *A Verdade nua e crua*, 7 de Janeiro de 1923, p3; «Troupe Dramática Setubalense», *A Folha de Setúbal*, 9 de Dezembro de 1900, p2

⁷⁰⁵ *O Eco do Barreiro*, 1 de Junho de 1924, p1

⁷⁰⁶ «União Setubalense», *A Folha de Setúbal*, 18 de Novembro de 1900, p2

*Conserveiro*⁷⁰⁸, cujo objectivo era «animar as horas vagas daqueles que constantemente se dedicam ao trabalho»⁷⁰⁹.

Com efeito, o multifacetado tecido associativo supredescrito muito contribuiu para a massificação do movimento reivindicativo dos trabalhadores. Para além do seu papel enquanto meio de propaganda e sedimentação de uma identidade classista, as agremiações tiveram um importante papel na sustentação do movimento reivindicativo dos trabalhadores. São noticiadas inúmeras iniciativas que comprovam o seu envolvimento em diversos processos de mobilização. Em Julho de 1904, por exemplo, realizou-se no teatro da Cova da Piedade «uma récita em benefício dos nossos camaradas grevistas em Olhão, com o drama em quatro actos *Os Amigos* e o prólogo dramático *Amanhã*, já publicado em *O Despertar*⁷¹⁰. Em Março de 1923, o grupo dramático *Os desprotegidos* da Cova da Piedade agradece a todas as pessoas que directa ou indirectamente se interessaram pelos seus protegidos, filhos dos mineiros de Aljustrel, que, em virtude de ter terminado a greve, seguiram para aquela localidade. A todos estão muito reconhecidos pelo carinho, desvelos e auxílio material prestado à sua obra⁷¹¹.

Finalmente é de sublinhar que não eram apenas as iniciativas organizadas pelas associações formais que eram contaminadas pelos postulados de emancipação social ou que serviam de pretexto para o protesto político. As festividades populares também reflectiam a difusão dos mesmos. Muito embora escasseiem os dados empíricos sobre o seu conteúdo, a *Paródia carnavalesca* sobre os acidentes de trabalho nas fábricas, submetida à censura em 1916, pode exemplificar esta asserção⁷¹².

⁷⁰⁷ «Grémio Dramático 1º de Setembro», *O Distrito*, 1 de Maio de 1897, p1

⁷⁰⁸ *O Trabalho*, 14 de Fevereiro de 1915, p2

⁷⁰⁹ «Sociedade Filarmónica Operária Setubalense», *O Distrito*, 21 de Outubro 1894, p2

⁷¹⁰ «Greve de Olhão», *O Germinal*, 17 de Julho de 1904, p1

⁷¹¹ *A Verdade nua e crua*, 4 de Março de 1923, p3

⁷¹² Mestre: Patrão mais um se aleijou/Eu venho participar/Patrão: Se no trabalho se aleijam/Não é por bem trabalhar/Patrão: São estúpidos e ignorantes/Ou por outros espertalhões/Só enfadam os patrões/Quando estão agonizantes/Alguns por serem tornantes (...)/Mestre: Dizem que é fatalidade/Para enriquecer o patrão/Para cima do mestre então/Cai toda a responsabilidade/Patrão: Tem razão isso é verdade/No serviço reaparecem/Se isto assim continuar/Pode querer que eu não resisto/É despedi-los pois está visto/(...)/Mestre: Pode querer que eu dou em louco/Se mais conflitos se derem/Porque eles todos só querem/Ganhar muito e trabalhar pouco/Patrão: O mestre faça-se mouco/Não faça o que eles desejam/Despeça, ou depois verão/Conforme são resolutos/São palermas e são brutos/Se no trabalho se aleijam/São malcriados e perigosos/Nunca saem da pobreza/Só insultam a nobreza/Por insultos vergonhosos/Alguns que sejam teimosos/Trate de os por a andar/Operário: Dai esmola ó bem feitor/Ao infeliz operário/Que no trabalho cegou/Para enriquecer o milionário/Patrão: Quem és tu?/Operário: Servo

De facto, quer a solidariedade quer a conflitualidade social expressavam-se neste socio-espacos das mais diversas formas. Não era apenas o papel agitador dos activistas, mas um sentimento de pertença assente nas relações sociais que se reflectia em momentos como o vivido em Setúbal em 1917 - «Na tourada que ontem se realizou os grupos desordeiros e agitadores manifestaram-se dentro da praça contra a GNR, como já se esperava, e os grupos de moços de forcado amadores (das classes marítimas e cabazeiros) recusaram-se a trabalhar com a guarda na praça. Depois de grande interrupção recomeçou a corrida com a Guarda na Praça, embora afastada dos sectores»⁷¹³.

Mesmo entre as redes de solidariedade informal, nomeadamente entre as mulheres, era perceptível a politização das relações quotidianas. Em Março de 1911, *O Sindicalista* dava a seguinte notícia: «Na última segunda-feira sepultou-se no cemitério de Almada, o cadáver da estimada parteira Pulcheria Frias. O seu funeral foi uma sentida manifestação em que sobressai a indignação e o protesto contra os que levaram aquela pobre mártir – ao suicídio. Era mulher de largas aptidões profissionais, pois exercia o seu mister há 24 anos, acudindo a toda a gente, embora não houvesse no mísero lar operário com que se lhe pudesse retribuir o seu trabalho. À beira do coval 211, onde desceu o cadáver, usou da palavra um membro do Grupo Propaganda Livre, que, em nome dos anarquistas do concelho, enalteceu as virtudes da que em vida tão bem soube compreender o princípio da solidariedade humana»⁷¹⁴.

Em suma, na Península de Setúbal, no decorrer do primeiro terço do século XX, é possível verificar que à semelhança do que terá acontecido noutros contextos suburbanos de vocação industrial, as diferentes doutrinas que orientaram o operariado organizado foram sucessivamente veiculadas pelos mesmos canais. Canais que se terão desenvolvido, como já foi referido, através das sociabilidades nascidas entre as classes trabalhadoras que para aqui foram segregadas e que encontraram na associação – nas

vosso/Vítima da exploração/E por essa mesma razão/Quero trabalhar e não posso/Que triste viver o nosso/Meu pai filho que horror/Deixei de ser produtor/A desdita me consome/Deixais morrer com fome/Dai esmola ó benfeitor/Patrão: Esmola tens por ganância/Mestre: Creia que não é bem dada/Se ele está aleijado/É devido à ignorância/Operário: Trabalhei para vós desde a infância/Patrão: Por isso paguei o salário/Ainda chamam usurário/Ao generoso protector/(...)/Operário: Olhe no estado em que eu estou/Isto foi de quem trabalhou/Não se aleija um madrião/Foi para enriquecer o patrão/Que no trabalho cegou. Récitas carnavalescas submetidas à censura em 1916. Governo Civil de Lisboa. Caixa 114

⁷¹³ Administrador do Concelho de Setúbal de 1 de Outubro de 1917. Fundo do Governador Civil de Lisboa. Correspondência recebida, Caixa 113

⁷¹⁴ «O Sindicalista em Almada», *O Sindicalista*, 12 de Março de 1911, p3

sociedades de socorros mútuos, nas cooperativas, nas colectividades de cultura e recreio, nos clubes desportivos e nas associações de classe – a única forma de mitigar a suas condições materiais de existência.

Os laços de reciprocidade entre estas foram fundamentais para a politização dos espaços dos trabalhadores. Na realidade, eram exactamente os mesmos protagonistas que organizavam as associações e as greves, dinamizavam as cooperativas, encenavam os teatros, tocavam nas filarmónicas, treinavam os clubes desportivos – José Custódio Gomes, por exemplo, «um apóstolo do associativismo», era o sócio n.º 1 do Centro Socialista de Almada e da Associação dos Corticeiros, n.º 2 da Cooperativa Almadense, n.º 7 dos Socorros 1.º de Dezembro, n.º 17 da Filarmónica Incrível e 19 da Academia. Em Abril de 1929, quando faleceu, foi a bandeira da associação de classe que lhe cobriu o caixão⁷¹⁵. Estes dirigentes operários marcavam todo o quotidiano, o que favorecia a rápida disseminação de aspirações e ideias.

Depois do sindicalismo livre ser extinto pelo regime salazarista, os canais por onde se difundiu não se fecharam, e por eles terão penetrado novos postulados de resistência e luta. Francisco Caixeiro, caldeireiro da *CUF*, entrevistado por Ana Nunes de Almeida, reflecte o mesmo perfil do corticeiro dos anos 1920, era sócio de várias colectividades barreirenses, mas sublinha «Primeiro...sou sócio do Partido Comunista»⁷¹⁶.

Desta forma, não foi fácil ao fascismo inverter a evolução ideológica do movimento operário, que há muito seguia o caminho da luta de classes. Foram precisos sete anos de despedimentos, prisões e deportações para fazer vergar as mais poderosas associações de classe, impondo-lhes a sua capitulação ou extinção. Não chegaram, todavia, para que a doutrina subjacente ao Estatuto do Trabalho Nacional conquistasse o apoio das massas operárias, não obstante a abundante propaganda destinada às classes trabalhadoras que o regime fez nesta região.

Durante a ditadura militar, continua a reflectir-se com nitidez o enraizamento dos postulados sindicalistas numa intricada teia de associações culturais, recreativas, desportivas, de beneficência, entre outras, que se desenvolveu nos subúrbios de Lisboa

⁷¹⁵ O Almadense, 7 de Abril de 1929, p2

⁷¹⁶ Ana Nunes de Almeida, A Fábrica e a família, p47

em formação, o que terá garantido uma relevante resistência à penetração da propaganda corporativista.

O associativismo operário e a sua influência política eram claros para os novos governantes, que começaram por procurar granjear o seu apoio. Em Outubro de 1927 os administradores dos concelhos enviam aos presidentes das juntas de freguesia, mas também às associações de classe, Filarmónicas, Clubes, etc. o seguinte ofício: «Para satisfazer o que me é exigido por sua Excelência o Governador Civil deste distrito, em circular 1060/84, expedida pela 1ª Secção, rogo a Vossa Excelência que se digne a informar-me se essa colectividade apoia a minha acção»⁷¹⁷.

Em Almada, apenas os tanoeiros respondem ao ofício, manifestando o seu apoio à situação, mais nenhuma associação de classe. Entre as restantes colectividades, muitas alegam que «em virtude da doutrina dos seus estatutos serem contrários a qualquer política, «se abstêm de responder»⁷¹⁸.

Nos anos seguintes, verifica-se nas fontes locais um crescente repúdio pela ditadura militar por parte de todo o associativismo operário, desde a cooperativa ao corpo de bombeiros, não obstante o endurecer das ameaças das autoridades. A propaganda sindicalista continuava a ser mais eficaz que as intimidações. De facto, até à sua extinção compulsória, a actividade propagandística das associações de classe na Península de Setúbal é bastante significativa, como comprova o levantamento exaustivo das suas iniciativas na imprensa local, entre 1926 e 1934. Esta propaganda era normalmente efectuada através de conferências públicas, segundo a imprensa local «muito concorridas», em locais privilegiados - nas melhores salas das localidades. As temáticas focavam genericamente a situação económica e social das classes trabalhadoras, o valor do movimento associativo para a emancipação sociocultural das mesmas e as reivindicações de classe e dos consumidores em geral.

Os dirigentes associativos continuavam a gozar de uma considerável notoriedade pública. Eram, e continuaram a ser durante a ditadura militar, prestigiados e respeitados nos seus meios. Realizavam apurados estudos sobre o desenvolvimento dos seus

⁷¹⁷ Fundo Administração do Concelho de Almada, Registo da correspondência expedida, 31 de Outubro de 1927

⁷¹⁸ Fundo Administração do Concelho de Almada, Registo da correspondência recebida, ofício da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, 25 de Novembro de 1927

sectores de actividade, elaboravam propostas tendentes a relançar as suas indústrias, etc. E eram levados em conta. Na imprensa surge muitas vezes em discurso directo, a opinião dos sindicalistas. Para dar alguns exemplos ilustrativos, indiquemos a entrevista realizada pelo *Eco do Barreiro*, ao dirigente da Associação de Classe da Construção Civil do Barreiro sobre o novo código de posturas municipais⁷¹⁹ ou a realizada ao Presidente da Associação dos Operários Marítimos das armações, «como técnico no assunto que a todos interessa», num artigo designado «Palavras oportunas: a questão da Pesca», publicado em primeira página do *Cezimbrense* nas vésperas da extinção do sindicalismo livre.⁷²⁰

É de destacar, ainda, que as doutrinas veiculadas pelo sindicalismo continuaram a ser difundidas por diversos canais que não só as associações de classe. Analisando o inventário da biblioteca dos Penicheiros em 1933, verificamos uma óbvia influência das doutrinas socialistas e da literatura social – traduções de Marx, Kropotkine, Gorki ou Zola abundam na colecção. O seu movimento também não é desprezível - entre Janeiro e Setembro de 1933, 1140 obras foram requisitadas⁷²¹.

É também claro que a resistência à ditadura e aos valores nacionalistas foi muito intensa nesta região. Espectáculos em benefício dos presos políticos, cantares e poesias contra a situação, ou mensagens subliminares em discursos de associativistas foram muito comuns nestes anos. Foram igualmente duramente reprimidos. No último ano do associativismo livre, a cultura operária e a fascização da sociedade confrontaram-se acirradamente nestas vilas industriais. Conta José António Marques que dia 1 de Janeiro de 1933 «foram postos avisos na CUF, pelas secções de serviço, para os operários que saibam música darem parte para fazer uma banda de música da Companhia, de contrário serão despedidos, também estão com vontade de fazer um clube de futebol»⁷²².

Alfredo da Silva procurava controlar as manifestações socioculturais do seu pessoal. Desta forma pôde fazer-se representar, com a banda dos seus operários, no lançamento da primeira pedra da nova muralha do Barreiro em Junho desse ano, mais uma obra de propaganda do regime, à qual se recusaram a ir as bandas do Barreiro e do

⁷¹⁹ O novo código de Posturas Municipais e os operários da construção civil in *Eco do Barreiro*, 15 de Março de 1929, p2

⁷²⁰ Palavras oportunas: a questão da Pesca. O *Cezimbrense*, 8 de Outubro de 1933, p1

⁷²¹ Espólio documental da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense (Os Penicheiros)

⁷²² Diário de José António Marques, 1 de Janeiro de 1933. AMB

Lavrado. Segundo o diário do ferroviário: «Houve vivas à ditadura mas sem grande entusiasmo»⁷²³.

As colectividades operárias que mantinham a sua autonomia boicotavam conscientemente as cerimónias oficiais. Sublinhe-se que a não participação da banda dos Penicheiros na segunda visita do chefe de Estado ao Barreiro, nesse mesmo ano, já depois da proibição de tocar no coreto e vergar as fardas com que o administrador puniu todas as bandas que recusaram abrilhantar as cerimónias, foi discutida e decidida por maioria dos filarmónicos. Esta audácia custará caro, quer a Sociedade de Instrução quer a Sociedade Democrática Barreirense verão as suas bandas dissolvidas⁷²⁴.

Em 1933, o Dia do Trabalhador é cuidadosamente preparado pelos nacionalistas locais. A imprensa dita *regionalista* afirma que o «O dia 1 de Maio de 1933 deve ficar memorável para todos os Barreirenses. Porquê?...perguntarão muitos! Mas a resposta não tarda. Porque nesse dia se há-de realizar uma das maiores paradas cívicas dos últimos tempos...isto no caso de algumas das nossas colectividades e clubes desportivos não se recusarem, como muitas vezes sucede, por razões mesquinhas e sem motivo de existência, a dar-lhe o seu concurso»⁷²⁵.

Por outro lado, as iniciativas socioculturais promovidas pelas agremiações operárias ganhavam um cunho cada vez mais antifascista. A título de exemplo, refira-se a notícia do 80º aniversário da Sociedade Incrível Almadense, em 1928. Como era prática, já descrita, reúnem-se nestes eventos os delegados de todas as colectividades locais, desde as associações de classe aos clubes de futebol. Em várias ocasiões da cerimónia são dados Vivas à República e à liberdade⁷²⁶. Também num espectáculo em benefício do ex-chefe de estação do Barreiro, os cantores foram obrigados a sair sem a plateia notar pois cantaram contra a «situação». Um foi preso o outro conseguiu fugir. Ainda outro exemplo, no 24º aniversário do Clube 22 de Novembro, um ferroviário declamou uma poesia sobre a Grande Guerra. José António Marques conta no seu diário: «O tenente da GNR, administrador do concelho, saiu mal impressionado, devido

⁷²³ Diário de José António Marques, 6 de Junho de 1933. AMB

⁷²⁴ Armando da Silva Pais, O Barreiro Contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial, p60-61

⁷²⁵ «1 de Maio de 1933», *O Barreiro*, 26 de Abril de 1933, p8

⁷²⁶ «Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 14 de Outubro de 1928, p6

à assistência manifestar-se em aplausos, muitas palmas, etc. No dia seguinte o declamador é preso quando chega às oficinas do Sul e Sueste⁷²⁷.

⁷²⁷ Diário de José António Marques, 24 e 25 de Novembro de 1933. AMB

2.3 CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

A opção de analisar o desenvolvimento das relações sociais industriais através dos processos espaciais e demográficos co-implicados parte do pressuposto de que o espaço industrial e a população operária são socialmente produzidos, ou seja, resultam da agência conflitual de variados agentes, entre os quais se destacam os industriais, o Estado e as classes trabalhadoras. Observar as condicionantes e as consequências da acção de cada um destes protagonistas históricos permitiu-nos destringir de que forma se produziram as proximidades e distâncias sociais que estiveram na base do fenómeno classificado como movimento operário.

Através da micro análise empírica foi possível verificar que a formação dos subúrbios industriais de Lisboa é comparável com o mesmo processo noutros contextos da Europa do Sul, nomeadamente em França, Espanha e Itália, onde a periferialização da actividade secundária decorre da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, prolongando os antigos bairros populares periféricos onde o trabalho artesanal se implantava desde a medievalidade. A principal inovação que a transferência da indústria para a periferia comportou foi uma nova organização espacial do trabalho. A concentração dos trabalhadores em áreas industriais e fábricas, onde o trabalho não se mecaniza mas reorganiza-se, favorece um maior controlo dos empregadores sobre o processo produtivo, não sem uma forte resistência dos artesãos, que continuam a desempenhar um importante papel, quer nas fábricas quer nas oficinas que proliferam na dependência das mesmas.

Este processo esteve também na base de uma nova divisão social do espaço no seio das aglomerações urbanas. No contexto nacional, não descurando o papel da renovação e políticas urbanísticas e da especulação imobiliária, foi sobretudo a própria repartição das actividades económicas que contribuiu para que a crescente secundarização do mundo do trabalho encontrasse paralelo nas áreas residenciais circundantes. De facto, não obstante o carácter multiforme dos subúrbios em formação, distinguindo-se nas suas funções urbanas e composição social, o peso do sector transformador traduz-se em altas percentagens de operários na estrutura social destes espaços. Nos países latinos, o escasso desenvolvimento dos transportes metropolitanos

perpetuou o vínculo entre locais de trabalho e residência, favorecendo a sobreposição física das áreas industriais e comunidades operárias.

Se o Estado intervinha nos centros urbanos contribuindo para a periferialização das actividades poluentes e para a segregação dos trabalhadores da indústria, no que concerne aos subúrbios a sua intervenção reguladora foi muito limitada. Os pequenos proprietários foram, assim, os principais agentes da produção dos espaços residenciais destinados ao operariado. A habitação operária na Península de Setúbal apresenta um padrão identificável em diversos contextos meridionais – a insalubridade e a sobrelotação, a predominância dos espaços comuns, a exclusão espacial concretizada na ocupação das traseiras dos quarteirões, entre outras que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de fortes redes de solidariedade. Como deduz Ana Nunes Almeida a partir dos testemunhos orais que recolheu no Barreiro, a pobreza material e as privações são as principais características da vida familiar operária, os «alojamentos exíguos, sobrelotados e precários, situados em pátios, águas furtadas, partes de casas cedidas, abertos para a rua, dificilmente se podem associar à ideia de um *lar* burguês»⁷²⁸. De facto, quer as degradantes condições de habitabilidade quer a própria morfologia dos complexos, onde as fronteiras entre espaços públicos e privados eram pouco nítidas, favoreceram a germinação de fortes laços de solidariedade nos bairros construídos em torno destas áreas industriais.

Estes cresceram na mesma proporção em que aumentam os fluxos migratórios para a região. Entre finais de oitocentos e as primeiras décadas do século XX, os padrões de mobilidade geográfica alteram-se, observando-se a fixação de milhares de famílias trabalhadoras nestes contextos sócio-espaciais. A eleição do subúrbio industrial, ainda fortemente marcado pela ruralidade, e a persistente ligação à terra, porém, têm vindo a ser interpretadas como uma forma de resistência à disciplina que caracterizava o trabalho industrial, mas na Península de Setúbal, na alvorada do século XX, observam-se elevadas taxas de mobilidade ocupacional do sector primário para o secundário. De facto, o desenvolvimento industrial e da construção civil permitiu que largos contingentes de trabalhadores indiferenciados e sazonais conhecessem uma maior estabilidade laboral, ainda que circulando entre os diferentes segmentos do mercado de trabalho urbano e suburbano.

⁷²⁸ Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família*, p97.

Não obstante, a precariedade e uma estrutura salarial deficiente são as principais características das novas relações laborais industriais, contribuindo para o reforço do papel da família como estratégia de sobrevivência. As economias familiares do mundo rural e das comunidades piscatórias reproduzem-se no subúrbio industrial, no qual se verificava desde o Antigo Regime a mobilização de todo o grupo doméstico para a obtenção de rendimentos e a divisão sexual do trabalho. O patronato usufrui desta tradição secular, confiando preferencialmente na família para a transmissão de qualificações e hábitos de trabalho, mas também para baixar o custo do trabalho artesanal e manufactureiro recorrendo largamente à mão-de-obra feminina e infantil.

Para além destas estratégias, as famílias trabalhadoras continuaram a recorrer às suas redes de ofício e familiares. Para a organização do projecto migratório e para assegurar a integração nas comunidades de chegada foram reforçadas as solidariedades de origem. Quer além-fronteiras quer na Península de Setúbal, é possível verificar que os trabalhadores se fixaram preferencialmente em espaços previamente ocupados pelos seus conterrâneos. Para os trabalhadores indiferenciados, as redes de migração e integração foram fundamentais para organizar a entreaajuda mas também para aceder ao mercado de trabalho.

Ao longo do período em análise verifica-se, todavia, a diluição destas redes em mais alargadas relações vicinais e comunitárias, potenciadas pelas dificuldades materiais comuns mas também pelas transformações na organização do trabalho. Com efeito, para a metamorfose das proximidades e distâncias sociais contribuiu a evolução das mobilidades e hierarquias entre os trabalhadores, decorrente da emergência do trabalho fabril. Ameaçados por esta evolução, os antigos artesãos recorrem ao auto-recrutamento e à endogamia, conseguindo preservar a transmissão hereditária do seu estatuto. No entanto, a progressiva introdução de maquinaria, ainda que rudimentar, enfraquece a eficiência desta estratégia, desqualificando parcialmente o trabalho realizado pelos antigos artesãos. Paralelamente muitos trabalhadores indiferenciados, incluindo mulheres, passam a desempenhar tarefas semi-qualificadas dentro das fábricas, aprendendo a manejar essa mesma maquinaria. Até à crise dos anos vinte e à contracção do mercado de trabalho, matiza-se assim a estratificação nos espaços de produção e esta fluidez potencia uma inédita endogamia social, observada à escala do lugar, entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras. A convivência e a

aproximação dos seus interesses, quer nas grandes unidades de produção quer nos espaços residenciais, alterou o padrão verificado nos antigos *faubourgs* urbanos e ainda residual nos subúrbios industriais em formação, segundo o qual os artesãos e os trabalhadores qualificados estavam socialmente mais próximos dos pequenos industriais e comerciantes do que dos trabalhadores indiferenciados.

De facto, através da análise de três recortes temporais – 1890-91, 1909-1910 e 1929-1930 -, dos registos de casamentos, é possível verificar que a tendência generalizada nas freguesias onde se fixaram as novas unidades de produção foi para uma aproximação crescente entre as várias camadas das classes trabalhadoras. Nas vésperas da revolução republicana, os laços mais fortes e predominantes eram indiscutivelmente aqueles que uniam os trabalhadores assalariados, fossem qualificados ou indiferenciados.

Se a produção do espaço industrial foi um processo social em que agiram diferentes protagonistas, a concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável não só a prossecução de estratégias de sobrevivência diversificadas mas também a acção colectiva dos trabalhadores da Península de Setúbal na produção e apropriação social de espaços de sociabilidade secundária, que marcam ainda hoje o tecido paleo-urbano destes aglomerados. Os testemunhos materiais da agência das classes subalternas no território constituem fontes essenciais para compreender a experiência colectiva nestas comunidades, mas também o significativo papel do espaço na reconfiguração, formalização e consolidação das redes sociais que atravessavam o mundo do trabalho industrial em formação. A base social das colectividades reflecte esse processo, bem como a mesma tendência evolutiva verificada na análise das proximidades e distâncias sociais informais.

A produção destes espaços beneficiou da filantropia de particulares integrados em estratos bem posicionados na pirâmide social, mas nos países latinos, e numa percentagem significativa dos casos analisados na Península de Setúbal, resultou do empenho colectivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras, nomeadamente operários empregues nas novas unidades de produção industrial, mas também antigos artesãos, pescadores e outros trabalhadores ligados às actividades locais tradicionais.

Em determinados casos, o esforço de enquadramento cultural por parte das elites e a apropriação destes espaços pelas classes trabalhadoras traduzem um processo dinâmico. Nesta dinâmica, destaca-se a progressiva autonomia das camadas subalternas na criação de espaços de sociabilidade que vieram a adquirir um relevante significado simbólico: a propriedade colectiva de um local de reunião, de diversão, de elevação cultural e de emancipação social.

Boa parte destes espaços teve como objectivo mitigar a insuficiência dos equipamentos públicos e privados de assistência e educação, relacionando-se directamente com a experiência vivida nos espaços residenciais. No entanto, o trabalho industrial induziu igualmente a apropriação de espaços muito significativos que convencionamos chamar de contestação – as sedes das associações de classe e outros organismos ligados ao movimento reivindicativo dos trabalhadores. Espaços fortemente marcados pela experiência e resistência à imposição de uma nova organização do trabalho.

Como verificado noutros contextos, as fronteiras entre o associativismo de classe, previdência, cooperação, cultura, recreio e desporto na Península de Setúbal eram pouco nítidas. A articulação à escala do bairro e da aglomeração urbana destes movimentos contribui decisivamente para estender e adensar as redes de relações informais e para potenciar a crescente politização dos espaços de sociabilidade secundária entre os trabalhadores.

3. O REPERTÓRIO ESTRATÉGICO DOS TRABALHADORES

3.1 AS TENDÊNCIAS MERIDIONAIS

3.1.1 MUTUALIDADE E COOPERAÇÃO: A EVOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADES ANCESTRAIS

Nas décadas que se seguem à extinção legal das corporações observa-se, em diferentes contextos nacionais, uma generalizada resistência à dissolução dos laços de ofício. A tradição corporativa previve nas práticas dos trabalhadores manuais qualificados, manifestando-se na estruturação inicial do associativismo voluntário, mas ainda antes em práticas informais, como a repartição do trabalho em períodos de crise⁷²⁹.

Paralelamente, a solidariedade que atravessava os bairros operários complexifica-se, dando lugar a iniciativas cada vez mais organizadas como campanhas de fundos diversos tendentes a socorrer viúvas, operários impedidos de trabalhar, incluindo grevistas, entre outros membros da comunidade em situação precária. Estas campanhas muitas vezes incluíam iniciativas culturais e recreativas, organizadas em benefício das vítimas⁷³⁰.

A partir dos anos setenta do século XIX verifica-se a tendência para a reorganização institucional das ex-corporações sob a forma de sociedades de socorros mútuos, uma prática que já existia no seio da estrutura organizativa do Antigo Regime. Na última década de oitocentos, esta fórmula é progressivamente substituída por associações dedicadas à defesa dos interesses laborais dos trabalhadores⁷³¹. As cronologias nacionais não diferem substancialmente⁷³².

Frequentemente estudadas como associações típicas do início do século XIX, as sociedades de socorros mútuos e as cooperativas têm sido secundarizadas face aos

⁷²⁹ Michel Ralle, «Un socialisme des métiers?». In: Jacques Maurice (coord.), *People, mouvement ouvrier, culture dans L’Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936*, p172-173

⁷³⁰ Yves Lequim, *La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)*, p223

⁷³¹ Diego Robotti, «Associativismo professionale Torinese» e Luigi Trezzi, «Eredità corporativa nella cooperazione». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p97-101

⁷³² Jorge Uría, «Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo». In: Santiago Castillo e José M.^a Ortiz de Orruño (coord.), *Estado, protesta y movimientos sociales*, p341; Maurice Agulhon e Maryvonne Bodiguel, *Les Associations au Village*, p11-14

sindicatos. Nos estudos historiográficos, estas associações são frequentemente classificadas como apolíticas e as suas bases sociais caracterizadas pela hegemonia de artesãos, trabalhadores qualificados e segmentos da pequena burguesia. Todavia, no início do século XX, em diversos contextos nacionais, o movimento mutualista e cooperativista apresentavam taxas de participação consideravelmente superiores aos do sindicalismo e dos partidos políticos que reclamavam representar a classe operária. Foram também estes os primeiros a transcender a escala local e a organizar-se ao nível nacional⁷³³.

Diego Robotti interpreta a opção dos trabalhadores se reorganizarem para a protecção e previdência mútua como uma estratégia para lidar com a precariedade dos vínculos laborais, sem colocar em causa o liberalismo triunfante. Esta opção sustenta-se no facto de a mutualidade ser um modelo forte, testado e imitável, baseado em laços ancestrais. A tardia formação de associações de classe ou sindicatos encontra a sua justificação na lenta transformação do mundo do trabalho. Se o antigo sistema corporativo estava extinto, não existia ainda um regime novo e estável. O trabalho oficial, dividido entre mestre, trabalhador e aprendiz, estava em decadência mas o sistema fabril, caracterizado pela polarização entre industrial e assalariados, não estava ainda consolidado e generalizado⁷³⁴.

Por outro lado, as sociedades de socorros mútuos conheceram grande desenvolvimento neste período graças à iniciativa e apoio da burguesia, que lhes procura imprimir um carácter moderado. O mutualismo assumia uma particular importância para a nova classe dirigente liberal como forma de penetrar o terreno da política social na ausência de intervenção directa do Estado e como afirmação do princípio laico na regulação da assistência e previdência, até à data monopólio da Igreja⁷³⁵. A iniciativa de fundar estas associações partiu muitas vezes dos notáveis

⁷³³ Patricia R. Turner, «Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement», *The Journal of Modern History*, 71/1 (Março de 1999) pp34-35

⁷³⁴ Diego Robotti, «Associativismo professionale Torinese» e Luigi Trezzi, «Eredità corporativa nella cooperazione». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p97-101

⁷³⁵ Luigi Tomassini - «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p9-10

locais – magistrados, patrões, médicos. Estes tornaram-se membros honorários e dirigentes, financiando os socorros pelo menos tanto como as quotizações operárias⁷³⁶.

No contexto nacional, muito embora as primeiras experiências neste domínio tenham sido levadas a cabo por trabalhadores manuais, constituindo reminiscências do regime extinto em 1834, será a iniciativa de funcionários, profissionais liberais, professores, pequenos comerciantes e industriais a destacar-se na primeira metade do século XIX. Na segunda metade do século XIX, foi novamente em meios operários e artesãos que mais se desenvolveu o movimento. Segundo os dados fornecidos por Costa Goodolphim, em 1875, existiam no país cerca de 260 associações – montepios, associações de classe, sociedades cooperativas de consumo, caixas de empréstimo – congregando cerca de 40.000 sócios⁷³⁷.

Segundo Vasco Rosendo, as *associações de artistas* ou *artísticas* abrangiam pedreiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, tanoeiros, calafates, entre outros, não distinguindo todavia patrões de assalariados⁷³⁸. Numa primeira fase, as associações foram fundadas e dominadas pela burguesia artesanal, os mestres e lojistas ameaçados pela concorrência capitalista que se esforçava por libertar o ofício da tradição corporativa e introduzir novas formas de produção e comercialização. Estas associações correspondem à tentativa de substituir a comunidade moral corporativa por uma unidade entre operários e patrões com base no paternalismo⁷³⁹.

No entanto, o desenvolvimento do liberalismo económico e a transformação capitalista das relações de produção acentuaram progressivamente as clivagens entre empregadores e assalariados mesmo no meio artesanal, levando os trabalhadores a fundar associações autónomas⁷⁴⁰.

Como já foi verificado na primeira parte desta dissertação, as transformações induzidas pelo desenvolvimento industrial - entrada de novos contingentes no mundo do trabalho industrial, maior competição no mercado de trabalho, desqualificação e

⁷³⁶ Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: George Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

⁷³⁷ César Oliveira, *O Socialismo em Portugal: 1850-1900*, p124

⁷³⁸ Vasco Rosendo, *O mutualismo em Portugal*, p265-293

⁷³⁹ Rui Manuel Brás, *Formas Institucionais e Sistemas de Valores: as associações de Sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, p123-125

⁷⁴⁰ Rui Manuel Brás, *Formas Institucionais e Sistemas de Valores: as associações de Sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, p123-125

penetração do capital mercantil – contribuíram para o enfraquecimento das estratégias baseadas nos antigos laços de ofício. Este foi, contudo, um processo lento, permitindo a adaptação através da cooperação entre vários ofícios e a reorganização sob mais alargadas bases⁷⁴¹.

Na evolução destas ancestrais associações, é perceptível a progressiva afirmação de uma identidade exclusivamente trabalhadora, que entra em conflito com a inicial estrutura inter-classista que integrava sócios efectivos e honorários. Esta evolução é igualmente indissociável da introdução da fábrica e da transformação dos mercados de trabalho locais⁷⁴². A evolução do peso relativo dos contributos dos sócios honorários e ordinários durante a segunda metade do século XIX aponta para uma decrescente importância dos primeiros na sobrevivência destas sociedades⁷⁴³. Progressivamente, os trabalhadores das cidades começam a eliminar os padrões e notáveis locais das suas sociedades⁷⁴⁴.

Por outro lado, as associações de socorros mútuos muito embora herdem funções, rituais e laços seculares, distinguem-se consideravelmente das antigas estruturas corporativas. O ingresso voluntário, a gestão democrática, o esbatimento das hierarquias aproximava-as progressivamente dos modernos sindicatos⁷⁴⁵. De facto, os estudos sistemáticos incidindo sobre os estatutos destas associações mostram como os seus fundadores aspiravam a sociedades diversamente governadas e caracterizadas por uma mais ampla participação⁷⁴⁶.

No entanto, o mundo do trabalho de oitocentos caracterizava-se pela heterogeneidade de interesses, nomeadamente entre os antigos artesãos, as novas categorias de trabalhadores de ofício e o emergente proletariado indiferenciado. As sociedades de socorros mútuos, divididas entre a base territorial, os antigos mestres e as novas categorias profissionais, expressam essas contradições. A sua evolução no

⁷⁴¹ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p89-93

⁷⁴² Gabriella Bonacchi e Alessandra Pescarolo - «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana», *Movimento Operaio e Socialista*, ano III (1980) p39

⁷⁴³ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p22

⁷⁴⁴ Yves Lequin, «Le Monde des travailleurs manuels», In: George Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Tomo IV.

⁷⁴⁵ Robert I. Rotberg (coord), *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*, p8

⁷⁴⁶ Dora Marucco, «Iniziativa Pubblica e associazionismo operaio» In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p78

sentido de enquadrar grupos cada vez mais alargados reflecte, todavia, uma das estratégias encontradas pelos trabalhadores para lidar com as transformações tecnológicas e produtivas que marcam este período.

No seu estudo monográfico sobre Toulouse, Ronald Aminzade defende que progressivamente as solidariedades urbanas se vão transformando, assistindo-se à substituição das rivalidades profissionais e dos laços verticais entre trabalhadores e patronato por solidariedades horizontais e antagonismos de classe. O autor, debruçando-se sobre a evolução das formas de associação das camadas populares, procura ilustrar o desenvolvimento de novas cooperações que ultrapassavam as rígidas lealdades profissionais que caracterizavam as antigas corporações e *compagnonnages*. Destaca as sociedades de socorros mútuos, que muito embora oferecessem os mesmos serviços – apoio na doença, invalidez e financiamento do funeral –, não eram já compostas apenas por trabalhadores do mesmo ofício, incluindo já trabalhadores indiferenciados⁷⁴⁷.

Em Lisboa, na alvorada do século XX, entre uma população de 356009 habitantes contavam-se 102052 sócios de associações de socorros mútuos, dos quais 67.636 eram do género masculino e 32.067 do feminino. Esta proporção era distinta consoante a composição social dos diferentes bairros da capital⁷⁴⁸. Também no Porto são os artesãos a lançar as bases do movimento mutualista, formalizando solidariedades

⁷⁴⁷ Ronald Aminzade, «The transformation of Social Solidarities in Nineteenth-Century Toulouse». In: John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe*, p85 e seguintes

⁷⁴⁸ No primeiro bairro (Incluía as freguesias dos Anjos, Beato, Olivais, Santa Cruz do castelo, Santa Engrácia, Santo André, Santo Estevão, São Cristóvão e São Lourenço, S. Miguel, São Tiago, São Vicente, Sé e S. João da Praça e Socorro), estão sediadas associações de artesãos que recuam ao século XVI, como a *Associação dos Ourives da Prata Lisbonense*, mas também de operários da indústria tabaqueira ou das oficinas gerais dos Caminhos-de-Ferro. Entre a população associativa de 26.635 sócios neste bairro, 10750 são do sexo feminino e das 55 associações 36 são abertas a ambos os sexos e duas admitem apenas mulheres (A *Associação Fraternizadora* e a *Associação do Pessoal Jornaleiro dos Tabacos*). Segundo o relatório de Guilherme Santa Rita, de 1901, o número de associações e associados neste bairro deve-se ao elevado número de estabelecimentos fabris na vertente oriental do mesmo. No segundo bairro (Incluía as freguesias da Conceição, Encarnação, Madalena, Mártires, Pena, Sacramento, Santa Justa, Arroios, São José, São Julião e São Nicolau) contam-se 32946 associados mas, apenas 4062 são mulheres. Das 59 associações apenas 29 admitem ambos os sexos. A designação das associações revela uma distinta composição social na qual predominavam os artesãos e empregados públicos. No terceiro bairro (Incluía as freguesias da Ameixoeira, Benfica, Campo Grande, Carnide, Charneca, Coração de Jesus, Lumiar, Mercês, Santa Catarina S. Mamede, São Paulo e São Sebastião da Pedreira) contam-se apenas 18024 sócios distribuídos por 45 associações mutualistas, entre os quais se destacam 6553 mulheres. Aqui mais uma vez predominam os artesãos. O quarto bairro de Lisboa (Incluía as freguesias da Ajuda, Alcântara, Belém, Lapa, Santa Isabel e Santos) contabiliza o menor número de associações mutualistas, apenas 40, mas agrega 13775 homens e 10629 mulheres. Segundo Guilherme de Santa Rita, são os estabelecimentos fabris que contribuem para o número de sócios. Ana Paula Rocha da Costa Saraiva, *Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*, p67-79

de ofício seculares que mitigavam as carências determinadas pelos períodos desemprego, doença ou inabilidade. No entanto, como Pacheco Pereira argumenta, são as associações que superam o corporativismo e se abrem *a todas as classes* que agregam o maior número de sócios.

Segundo o autor, a distinção entre associações exclusivas de uma profissão e as mistas reflecte duas realidades: «num dos casos trata-se de associações ligadas aos ofícios artesanais da pequena indústria local, no outro, de associações ligadas ao surto da média e grande indústria de dimensão nacional e citadina, organizando o nascente operariado industrial». Segundo os dados de Goodolphim, estas últimas destacavam-se como associações de massas, como a *Associação Fraternal Beneficência de Todas as Classes*, com 1100 sócios, enquanto as primeiras caracterizavam-se pela sua pequena dimensão, não ultrapassando em muito a centena de membros⁷⁴⁹.

Esta evolução demonstra que a divisão das classes trabalhadoras é progressivamente superada perante as novas necessidades impostas pelo mercado de trabalho. O associativismo voluntário, em regime de *porta aberta*, beneficiava da associação do maior número de pessoas possível, rompendo com as práticas restritivas que caracterizavam as antigas corporações de mestres. Muito embora as associações mantenham a sua estrutura baseada nos ofícios, são visíveis transformações profundas na sua organização e funções decorrentes não só da revolução liberal mas também da difusão do regime de assalariamento. A mais evidente é sem dúvida a evolução do estreito corporativismo de ofício ao sentimento de categoria - expresso nas federações de âmbito nacional - e finalmente à solidariedade entre todos os que vivem do próprio trabalho⁷⁵⁰.

As sociedades de socorro mútuo, primeiras estruturas organizativas arquitectadas após a extinção das corporações, tinham na sua maioria uma base territorial. A coesão social do bairro operário poderá estar na base explicativa da proliferação de associações de carácter local germinadas, neste período, entre os trabalhadores. O papel estruturante da comunidade local emerge particularmente «nos países em que a indústria moderna é

⁷⁴⁹ Pacheco Pereira, A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870), p140

⁷⁵⁰ Diego Robotti, «Associativismo professionale Torinese». In: Maria Teresa Maillari (coord.), Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo, p95-101

um fenómeno relativamente tardio, mas onde uma rede capilar de assentamentos urbanos de antiga formação, com uma estratificação social extremamente diversificada e articulada, tornava disponível uma ampla base popular, artesã, em qualquer caso de trabalhadores não propriamente operários, para este tipo de associativismo»⁷⁵¹.

Era, aliás, comum que as associações tivessem como condição de admissão a pertença à comunidade local. Destaque-se o caso dos *Portefaix* de Toulon. Para pertencer à associação era necessário: «a apresentação do candidato por um membro da comunidade que garanta oficialmente a moralidade do requerente. A assunção de responsabilidade estava relacionada com o papel de um particular fiador e solidamente motivada por um relacionamento de parentesco ou, pelo menos, de um conhecimento quotidiano do pretendente»⁷⁵².

Por outro lado, o mutualismo desempenhou uma fundamental função de coesão social no seio das novas comunidades operárias. A pequena dimensão das associações meridionais, a sua articulação territorial e a leveza do seu aparato burocrático favoreciam uma intensa sociabilidade e uma enorme diversificação de actividades, incluindo a instrução, o recreio entre outras. Contribuiu, ainda, para a criação de mecanismos de identidade e pertença, transmitindo e validando modelos comportamentais, valores e uma cultura do trabalho e da cidadania claramente expressos nos seus estatutos⁷⁵³.

Os estudos monográficos tendem a lançar luz sobre os factores de integração que, entre as comunidades e o ofício, perpassam as classes trabalhadoras e que se reflectem nas suas associações. Estas análises ampliadas, porém, denunciam igualmente factores de exclusão. Entre estes, o que mais se destaca é o referente ao género⁷⁵⁴. O papel das mulheres, empiricamente verificado no que respeita aos laços informais desenvolvidos nas comunidades de residência, não se reflecte no associativismo formal, onde estas participam muito limitadamente e praticamente sem acesso aos órgãos

⁷⁵¹ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p17

⁷⁵² Maria Teresa Maiullari, «L'evoluzione dei portefaix a tolone». In: Maria Teresa Maillari (coord.), *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p257

⁷⁵³ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p24-41

⁷⁵⁴ Jorge Uría, «Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo». In: Santiago Castillo e José M.^a Ortiz de Orruño (coord.), *Estado, protesta y movimientos sociales*, p344

directivos. A exclusão atingia ainda parcialmente os trabalhadores indiferenciados. Este ostracismo terá um fundamento mais económico que cultural, prendendo-se com a incapacidade destes estratos pagarem as cotizações⁷⁵⁵.

De facto, é de sublinhar que a generalidade dos estatutos das associações oitocentistas não condiciona a admissão de sócios com base no género⁷⁵⁶, e que as associações de base territorial e mista, ou seja, abertas a todos os estratos das classes trabalhadoras, representam a esmagadora maioria das estruturas mutualistas e cooperativas. No entanto, a base social do associativismo de socorro mútuo era quase totalmente masculina, composta por trabalhadores da indústria, comércio e serviços, com alguma presença de empregados e com uma escassíssima participação de trabalhadores agrícolas.

O proletariado fabril das grandes cidades tinha, neste período, um acesso muito restrito às estruturas associativas. Contudo, não obstante a escassez de estudos empíricos consistentes, os testemunhos orais apontam para a presença de redes de solidariedade informal nos bairros mais pobres, desempenhando a mesma função das sociedades de socorro mútuo entre os estratos mais desfavorecidos das classes trabalhadoras. Existem indícios da dinamização, normalmente com o apoio dos estratos mais organizados, de diversas iniciativas de solidariedade material para com elementos destas camadas – subscrições, espectáculos benéficos, entre outras⁷⁵⁷.

O cooperativismo tendeu a ser mais inclusivo que o mutualismo. No entanto, as cooperativas de produção reflectem igualmente a herança corporativa, assumindo características mais exclusivistas que as de consumo. Algumas organizações, confrontadas com as transformações tecnológicas e a difusão do trabalho indiferenciado transformaram-se mesmo em associações elitistas e de *porta fechada*. O carácter qualificado e especializado dos operários que realmente podiam recorrer a esta estratégia e a exclusão das categorias inferiores do proletariado converteram-nas em

⁷⁵⁵ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fannrica e Società*, p15

⁷⁵⁶ O condicionamento das mulheres à autorização dos maridos está estabelecido na lei, bem como a dos menores à dos pais. O Estado recomenda também a exclusão das mulheres das assembleias-gerais. Manual dos deveres associativos seguidos da orientação que se deve dar às assembleias-gerais: Organização e estatutos das Associações de Socorros Mútuos e de Classe, Edição da Biblioteca de Educação Nacional, 1915

⁷⁵⁷ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p14-17

sociedades anónimas. Houve, porém, aquelas que abriram as suas portas a todos os operários da categoria - foi o caso da *Tipografia operaia di Milano*⁷⁵⁸.

As cooperativas de consumo, na Europa do Sul, surgem intimamente relacionadas com o trabalho assalariado e a vivência urbana e no seio do movimento sindical. A primeira cooperativa de consumo Italiana – *Magazzino di previdenza della Società Generale degli Operai di Torino* – foi fundada em Turim, em 1854, no seio da *Società Generale Degli Operai de Torino*, «alarmada com o continuo aumento de preços e a instabilidade dos salários reais»⁷⁵⁹.

No seu período de germinação, o cooperativismo francês foi igualmente marcado por uma forte identidade profissional combinada com um projecto político de emancipação social. O seu objectivo principal era satisfazer as necessidades alimentares do proletariado urbano, no entanto, o seu desenvolvimento assentava em solidariedades quase corporativas. Em 1848, as 38 associações de consumidores existentes em França ocupavam-se da produção, distribuição, formação e ajuda mútua (com fundos de pensões, etc.). Num segundo momento, por influência dos *princípios de Rochdale*, algumas associações especializam-se no consumo e pretendem abranger estratos mais abastados⁷⁶⁰.

Também em Espanha, o cooperativismo desabrochou fortemente ligado ao movimento operário, desenvolvendo-se sobretudo nas áreas mais industrializadas, nomeadamente na Catalunha, onde a maioria das cooperativas eram destinadas às classes trabalhadoras. No entanto, os funcionários da administração pública e serviços também recorreram largamente a esta estratégia para combater a especulação sobre o consumo, sobretudo em Madrid⁷⁶¹.

As sociedades cooperativas italianas surgiram a partir da transformação de associações pré-existentes de auto-ajuda, em particular das sociedades de ajuda mútua. Distinguiam-se inicialmente do modelo dos Pioneiros de Rochdale na medida em que só

⁷⁵⁸ Luigi Trezzi - «Eredità Corporativa nella cooperazione» in *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p143-159

⁷⁵⁹ Vera Zamagni, Patrizia Battinali, António Casari, *La cooperazione di consumo in Italia*, p1

⁷⁶⁰ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France : de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse», *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁶¹ Francisco José Medina-Albaladejo, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview», In: *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

vendiam bens aos seus sócios, e ao preço de custo, não acumulando lucros para dividir em função do consumo. Este tipo de associações, bastante difundidas durante os anos 1870 e 1880, constituíram o primeiro passo no processo de transição da caridade para uma cooperação real, isto é, para o modelo de uma empresa de negócios com base no princípio de reciprocidade. Nos últimos quinze anos do século XIX, estas associações foram ladeadas por cooperativas de trabalhadores de colarinho branco, especialmente na região da Lombardia. Os membros dessas cooperativas eram empregados dos bancos, de empresas de transporte ferroviário e do Estado, ou oficiais do exército. A partir dos anos 1880 em diante, as cooperativas começaram a expandir-se para cidades menores da Itália, com o surgimento de uma série de associações fundadas por artesãos, trabalhadores rurais, operários e uma variedade de outras categorias de trabalhadores⁷⁶².

Finalmente, também no movimento cooperativo é perceptível uma dinâmica conflitual, opondo a tutela das elites e a autonomia dos trabalhadores. Os ideais cooperativos foram promovidos por intelectuais liberais que percebiam as cooperativas como empresas tendentes a reconciliar o capital com o trabalho e, como tal, capazes de garantir o maior compromisso dos seus trabalhadores⁷⁶³. A burguesia liberal e alguns empregadores promoveram cooperativas de consumo, encarando-as como instituições de caridade⁷⁶⁴.

A partir dos anos 1880, porém, o agravamento da crise económica e o processo de industrialização, foram acompanhados por um florescimento de associações católicas e socialistas, que definiram como tarefa principal a melhoria dos padrões de vida das classes mais pobres e, acima de tudo, a criação de uma ordem económica capaz de superar a distinção entre assalariados e capitalistas. Para os socialistas, particularmente,

⁷⁶² Patrizia Battilani - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁶³ Patrizia Battilani - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁶⁴ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France : de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse», Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

a empresa cooperativa representou o primeiro passo para a completa transformação da economia e da sociedade⁷⁶⁵.

Também em Portugal, o florescimento do cooperativismo esteve intimamente ligado ao movimento associativo do operariado em formação, tendo como principal traço ideológico a crença no princípio associativo como instrumento de emancipação⁷⁶⁶. Muito embora algumas destas cooperativas sejam dinamizadas por industriais, uma parte muito considerável assume uma identidade classista, predominando nas suas denominações expressões como: *popular, operária, classes obreiras, laboriosas, pobres* ou *filhos do trabalho*⁷⁶⁷. Eram sobretudo sociedades situadas em meio urbano, polivalentes e ligadas às associações de socorros mútuos ou sindicais⁷⁶⁸.

Analisando uma amostragem significativa dos estatutos destas colectividades, entre 1875 e 1940, abrangendo todo o território nacional, podemos compreender a heterogeneidade do movimento no que respeita aos estratos sociais envolvidos, às aspirações, aos projectos e à própria gestão. O tempo e o espaço surgem como condicionantes de tipologias consideravelmente distintas. As sociedades cooperativas com origem em comunidades operárias apresentam características singulares. Muitas são fundadas exclusivamente por trabalhadores assalariados ligados à indústria e tendo como condição de admissão que os indivíduos «sejam operários»⁷⁶⁹, «vivam do produto do seu trabalho»⁷⁷⁰ ou «não exclusivamente dos rendimentos de seus capitais, propriedades, lavouras ou subsídios do Estado»⁷⁷¹, reflectindo nos seus estatutos as aspirações e necessidades específicas destes protagonistas. Na maior parte dos casos, os postulados de emancipação social estão subentendidos, mas em alguns casos são referidos explicitamente os propósitos de proteger «em geral todas as classes trabalhadoras» e mesmo contribuir «para a propaganda, aproveitável aos interesses das

⁷⁶⁵ Patrizia Battilani - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁶⁶ José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia – O sector cooperativo português: ensaio de uma análise de conjunto, p44

⁷⁶⁷ Diário do Governo de 30 de Abril de 1883, p1021-1022

⁷⁶⁸ Inácio Rebelo Andrade, Cooperativismo em Portugal (das origens à actualidade)

⁷⁶⁹ Estatutos da Cooperativa Operária de Consumo 22 de Agosto de 1896 em Pedrouços, p4

⁷⁷⁰ Estatutos da Cooperativa de Consumo 14 de Novembro de 1896 em Alcântara, p4

⁷⁷¹ Estatutos da União: Cooperativa de crédito e consumo dos operários de Elvas (1914), p6

classes produtoras», realizando «conferências, palestras, leituras, saraus e sessões de propaganda»⁷⁷².

No pólo oposto, surgem sociedades cooperativas de consumo dirigidas por elementos das camadas mais abastadas e influentes - colectividades fundadas por proprietários de diversa índole, ombreando com autoridades civis e religiosas das comunidades onde estão inseridas⁷⁷³. Têm genericamente como principal objectivo «fornecer aos sócios, géneros e produtos de primeira necessidade, em boas condições de qualidade, peso exacto e preço módico»⁷⁷⁴, podendo também «tomar aos sócios ou a estranhos produtos das suas indústrias ou culturas, para venda de conta própria ou comissão», «fornecer aos sócios os artigos necessários à sua vida industrial e agrícola»⁷⁷⁵ ou «fazer operações de crédito em benefício dos sócios e estranhos»⁷⁷⁶.

Também há exemplos de sociedades dirigidas por industriais ou proprietários, cujos beneficiários são os trabalhadores, como é exemplo a sociedade cooperativa da Companhia de Lezírias do Tejo e Sado, constituída por accionistas da empresas⁷⁷⁷. Existem ainda sociedades criadas por camadas intermédias – funcionários, quadros técnicos, entre outros – que se destinam a todos os assalariados⁷⁷⁸.

O movimento cooperativo europeu teve origem em projectos modestos, de curta duração e com base na fraternidade e ajuda mútua. Na sua fase inicial, as cooperativas apenas forneciam produtos aos seus membros, que eram igualmente responsáveis pela sua gestão, não existindo quaisquer funcionários remunerados.

Genericamente, o capital social formava-se por acções adquiridas pelos membros, mas a participação nos lucros era contabilizada com base na participação dos

⁷⁷² Estatutos da Cooperativa de Consumo 14 de Novembro de 1896 em Alcântara, p10

⁷⁷³ Vejamos os sócios fundadores da Sociedade Cooperativa do Funchal, em 1875 – 30 proprietários, alguns com títulos nobiliárquicos, 8 médicos, 5 cónegos e vigários, 4 detentores de cargos políticos, 2 professores, 2 advogados e um juiz, 2 militares de altas patentes, 11 funcionários públicos e um caixeiro. Estatutos da Sociedade Cooperativa do Funchal (1875), p31-36; Semelhante será o caso da «Economia Serpense», que tem na direcção o conservador do registo predial, o tesoureiro da fazenda pública, os amanuenses da Câmara e da Administração do Concelho, o director da caixa de crédito agrícola mútuo, entre outros. Estatutos da Sociedade Cooperativa «A Económica Serpense» (1919), p5-6

⁷⁷⁴ Estatutos da Sociedade Cooperativa «A Económica Serpense» (1919), p6

⁷⁷⁵ Estatutos da Cooperativa de Oliveira de Azeméis (1918), p1

⁷⁷⁶ Estatutos da Sociedade Cooperativa do Funchal (1875), p2

⁷⁷⁷ Estatutos da Sociedade Cooperativa de Crédito e Consumo «Tejo e Sado» (1918), p5

⁷⁷⁸ Como ilustra o caso da *Família Económica da Mina de S. Domingos*, cujo corpo directivo é constituído por um empregado do comércio, o capelão da mina e um desenhador, e cujos beneficiários são «1º os empregados, artistas, capatazes», «2º os trabalhadores ou operários». Estatutos da Sociedade Cooperativa Família Económica (1904), p7

membros no capital social ou exclusivamente em função do consumo, o que era a regra entre as comunidades operárias. Estes eram distribuídos após a dedução de custos de funcionamento e as percentagens destinadas aos fundos de reserva. Em alguns casos eram estabelecidos fundos sociais para cobrir problemas como doenças, acidentes, desemprego, invalidez, aposentadoria, educação ou cultura de seus membros.

A gestão era realizada pelos sócios. Competia à assembleia-geral tomar as decisões mais importantes: a eleição dos órgãos directivos, alteração dos estatutos, aprovação das contas anuais, grandes investimentos, etc. Estas entidades funcionavam democraticamente, cada membro tinha um voto, independentemente do nível de participação na cooperativa. As decisões eram tomadas por maioria absoluta de votos. A assembleia-geral geralmente reunia-se uma vez por ano em sessão ordinária e várias vezes em sessões extraordinárias. Os órgãos responsáveis pela gestão diária das cooperativas decidiam que artigos eram comercializados, fixavam os preços e garantiam o funcionamento da loja, regularmente garantido pelo trabalho voluntário⁷⁷⁹.

As cooperativas tentaram desta forma proporcionar aos seus membros, para além de suas actividades normais de vendas, uma significativa variedade de serviços, como por exemplo o funcionamento de clubes recreativos destinados a promover a socialização e educação dos membros. Na Lombardia, houve casos frequentes de conglomerados de cooperativas, constituído por várias associações capazes de satisfazer as diferentes necessidades dos seus membros. Estes incluíram o seguro social, o consumo, o fornecimento de instalações de lazer, e até mesmo habitação⁷⁸⁰.

Também em Espanha, surgiram progressivamente formas mais complexas de organização, que compreenderam a construção de armazéns e centros sociais, que incluíam cafés, teatros, bibliotecas, quartos de crianças ou centros de educação para os trabalhadores. As cooperativas também incluíram bancos de poupança que concederam crédito para os seus membros⁷⁸¹. Muitas cooperativas foram estabelecidas como locais

⁷⁷⁹ Francisco José Medina-Albaladejo, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁸⁰ Patrizia Battilani - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁸¹ Francisco José Medina-Albaladejo, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

de apoio e educação da classe trabalhadora e as suas instalações tornaram-se centros culturais em muitas cidades espanholas.

Finalmente é de referir que, na região meridional o movimento cooperativo esteve intimamente ligado ao socialismo. Muitas *Casas del Pueblo*, fundadas pelo Partido Socialista Espanhol (PSOE) e que se espalharam por todo o território espanhol, tinham cooperativas de consumo, entre outras associações⁷⁸². No Norte de França, por inspiração do modelo belga, erguem-se igualmente *Maisons du Peuple*, que incluíam cooperativas, farmácias, restaurantes, cinemas, sindicatos, imprensa socialista, etc⁷⁸³.

Em Portugal também se desenvolveram iniciativas deste género, entre as quais se destaca a *Caixa Económica Operária* de Lisboa, fundada em 1876 e que em 1889 tinha já 810 sócios. Possuía uma biblioteca com mais de novecentos títulos e albergava «sessões solenes, saraus e concertos brilhantíssimos, onde a classe operária dá a manifesta prova de que a civilização é hoje uma realidade». A Câmara Municipal de Lisboa cedeu um terreno onde a cooperativa, com o investimento apenas dos sócios construiu um imponente edifício.⁷⁸⁴ Na segunda cidade portuguesa foi fundada a *Casa do Povo Portuense* em 1900, uma instituição que em 1930 contava com cerca de 10.000 operários e onde coexistia a função cooperativa e mutualista. A imponência da sua sede, à semelhança do que acontecia em Lisboa, era motivo de orgulho para o operariado organizado⁷⁸⁵.

Por todo o país, e particularmente nas áreas industriais, as cooperativas propunham-se criar «caixas de socorros»⁷⁸⁶, «bibliotecas privativas», «aulas para os sócios e os seus filhos»⁷⁸⁷, «prestar auxílio aos associados»⁷⁸⁸, «fornecer géneros alimentícios, no caso de doença ou falta de trabalho»⁷⁸⁹, «contribuir tanto quanto

⁷⁸² Francisco José Medina-Albaladejo, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview», In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁸³ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France : de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse», Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁷⁸⁴ Costa Goodolphim, A Previdência: associações de socorros mútuos, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas, p65-66

⁷⁸⁵ A Casa do Povo Portuense in *A República Social*, 22 de Março de 1930, p2

⁷⁸⁶ Cooperativa Operária de Crédito e Consumo Beato e Poço do Bispo (1912), p3

⁷⁸⁷ Estatutos da Sociedade Cooperativa Boa-União Familiar em Aldoar (1902), p4

⁷⁸⁸ Estatutos da cooperativa de consumo fraternidade operária ajudense (1911), p3

⁷⁸⁹ Estatutos da Cooperativa de Consumo 14 de Novembro de 1896 (Alcântara), p4

possível para o adiantamento intelectual e profissional dos sócios»⁷⁹⁰, «proporcionar a todos os associados quaisquer outras vantagens morais e materiais (...) tais como: edifício para instalação própria, cantinas, cozinhas económicas, bolsas de trabalho e ainda outras instituições de utilidade social»⁷⁹¹.

Para além da sua ligação ao Partido Socialista Português, as cooperativas operárias tiveram um destacado papel no apoio a movimentos grevistas organizados pelos sindicalistas revolucionários, como foi o caso da Sociedade Cooperativa Humanitária no Porto, que durante a grande greve da construção civil de 1906, que envolveu 8000 grevistas, propôs «que os sócios grevistas casados e com filhos sejam socorridos com 15 kilogramas de pão de milho, 4 decilitros de feijão e 100 gramas de pingue de porco para sustento da família. Aos casados e sem filhos se lhes dê 10 kilogramas de pão, 4 decilitros de feijão e 100 gramas de pingue de porco, ficando 5 kilogramas de pão para distribuir aos operários em greve que mais família não tenham»⁷⁹².

3.1.2 «NOVO SINDICALISMO»: A ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E O ALARGAMENTO DAS BASES

A resistência dos artesãos à industrialização e à ameaça que esta constituía para a sua independência e segurança laboral teve um papel fundamental na construção de fortes laços de solidariedade no meio operário. As associações mutualistas que estes fundaram em oitocentos diferiam dos sindicatos modernos na medida em que os seus interesses e lutas eram distintos, de acordo com uma diferente organização do trabalho. No entanto, a sua herança é significativa. Os valores do mundo artesanal marcaram profundamente as redes sociais operárias, pelo menos até à eclosão da I Grande Guerra⁷⁹³. A cultura artesanal pré-capitalista e a comunidade moral do ofício sobrevivem à lenta industrialização, contribuindo para a preservação de um idioma oposto ao capitalismo competitivo⁷⁹⁴.

⁷⁹⁰ Estatutos da Cooperativa Operária de Consumo 22 de Agosto de 1896 em Pedrouços, p3

⁷⁹¹ Estatutos da União: Cooperativa de crédito e consumo dos operários de Elvas (1914), p5

⁷⁹² *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 81 (1919), p22-23

⁷⁹³ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p79-91

⁷⁹⁴ Rui Manuel Brás, *Formas Institucionais e Sistemas de Valores: as associações de Sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, p123-125

Tem vindo a ser sublinhado e comprovado empiricamente que o sindicalismo emerge deste associativismo primordial, reproduzindo e adaptando as suas práticas e mecanismos de funcionamento – os associados pagavam cotas que funcionavam igualmente como um seguro para sustentar os períodos de desemprego, neste caso durante as greves. A base organizativa assentava no ofício, a capacidade reivindicativa era proporcional à especialização. A herança do mundo artesanal é significativa, igualmente, no que respeita à valorização do ofício e da formação profissional, o que desempenhava um destacado papel no controlo do mercado de trabalho⁷⁹⁵.

O movimento das *bourses de travail* em França ilustra eloquentemente esta estratégia. A *bolsa do trabalho* não é, em sentido estrito, uma estrutura sindical, pois não possui uma capacidade de decisão em matéria de acção. Dispersa num determinado território, esta Federação incorpora os sindicatos aí existentes, funcionando como um lugar interprofissional, propondo serviços aos sindicalizados (formação profissional, assistência jurídica, biblioteca e acção cultural) e federando, em caso de necessidade, a *solidariedade de luta* (por exemplo, as sopas comunistas). Fernand Pelloutier, um dos principais teóricos e animadores do movimento, desenvolve esforços no sentido de as tornar um instrumento proletário de controlo do mercado de trabalho. Durante a década de 1890, a rede das bolsas desenvolve-se consideravelmente e este desenvolvimento conduz Pelloutier a pensar que a Federação das Bolsas deve constituir o único instrumento sindical no país⁷⁹⁶.

No entanto, como já foi ilustrado, a principal estratégia utilizadas pelos empregadores para enfraquecer o poder reivindicativo dos artesãos e operários qualificados foi a concentração dos trabalhadores em fábricas, a reorganização do trabalho e a introdução de maquinaria, ainda que rudimentar, possibilitando assim o recurso ao trabalho indiferenciado. Mesmo nos países dominados por unidades de produção de pequena dimensão, a ofensiva patronal foi sentida e teve o apoio do Estado, que direccionava os seus meios de repressão contra as greves de resistência⁷⁹⁷.

⁷⁹⁵ Luigi Tomassini, «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In Stefano Musso, *Tra Fabbrica e Società*, p28-29

⁷⁹⁶ André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p10-12

⁷⁹⁷ Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925», In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community and Power*, p51

Os trabalhadores responderam a esta ofensiva de forma diferenciada. Em alguns casos com hostilidade em relação aos trabalhadores indiferenciados, afastando-os das suas organizações. No entanto, nos contextos meridionais, predominou a defesa de uma mais alargada solidariedade entre trabalho qualificado e indiferenciado no seio da mesma indústria. Muito embora as associações e tradições dos trabalhadores qualificados do género masculino tenham continuado a marcar o movimento, o operariado organizado foi capaz de mobilizar uma significativa percentagem do proletariado fabril e dirigir lutas em defesa dos seus interesses comuns⁷⁹⁸.

Outra das estratégias dos empregadores para debilitar a capacidade reivindicativa das estruturas organizativas dos trabalhadores, logrando assim baixar o custo do factor trabalho, foi a feminização de parte considerável das tarefas. As associações de classe seguiram estratégias distintas para lidar com este problema ao longo do tempo e nos diferentes sectores industriais. A exclusão das mulheres dos sindicatos não foi a primeira nem a principal. Em Espanha, quer no sector têxtil quer no metalúrgico, e mesmo no das conservas, a primeira estratégia foi integrá-las nas associações masculinas e reclamar a igualdade salarial. Tendo em conta a relativa eficácia desta estratégia, particularmente na conjuntura de crise iniciada em 1880, os trabalhadores apelaram à legislação protectora e apoiaram a acção colectiva das mulheres por melhores salários e menos horas de trabalho. Só nos sectores onde o trabalho especializado tinha maior peso é que os trabalhadores qualificados procuraram vedar o acesso das mulheres à aprendizagem oficial⁷⁹⁹.

No sector conserveiro, as mulheres integraram sindicatos mistos e formaram associações exclusivamente femininas. No entanto os homens tiveram sempre clara ascendência sobre ambos. As associações mistas e femininas procuraram essencialmente reivindicar melhores condições salariais e de trabalho em geral. No entanto, a propensão das mulheres para associar-se era menor do que a dos homens, o que derivava da natureza do próprio trabalho feminino, sazonal e irregular, mas também da sua escassa valorização social e económica e da grande taxa de analfabetização entre as mesmas. Os trabalhadores de ofício, organizados separadamente, intentaram manter o

⁷⁹⁸ Keith Mann, *Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900-1939*, p105-107

⁷⁹⁹ Cristina Borderias, «Instituciones y género en la formación de los mercados de trabajo», In: Cristina Borderias (ed.), *Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936*, p28-35

controlo sobre o processo produtivo, preservando a sua posição de domínio e privilégios face aos trabalhadores indiferenciados homens ou mulheres.⁸⁰⁰

Na grande Lisboa, as agremiações de mulheres surgiram logo após a legalização das associações de classe, ainda que em muito menor número que as dos homens. Costureiras, lavadeiras, parteiras associam-se em colectividades próprias ou mistas. As mulheres foram apoiadas moral e financeiramente pelas estruturas federativas dos trabalhadores qualificados, como aconteceu em 1895, quando a Federação das Associações de Classe sustentava a reconstituição da Associação das Costureiras, mediante a concessão de um crédito de 4 mil reis⁸⁰¹. As sessões desta estrutura inter-urbana eram por vezes presididas por mulheres, como Luísa Mendonça, da Associação de Classe das Costureiras⁸⁰², ou Emília Xavier, da Classe das Parteiras⁸⁰³ e comumente destacadas e louvadas a solidariedade e as iniciativas de apoio recíproco entre as associações femininas.

A integração do proletariado fabril, e particularmente das mulheres, constituiu uma etapa fundamental na história do movimento operário ocidental, procurando acompanhar a metamorfose da estrutura industrial e das classes trabalhadoras ao longo dos primeiros decénios do século. Este desenvolvimento prendia-se fundamentalmente com a incapacidade dos trabalhadores qualificados preservarem o controlo do mercado de trabalho e com a consequente necessidade de integrar as massas indiferenciadas. A partir de 1890 o surgimento do que foi designado por *novo sindicalismo* teve por objectivo adaptar o antigo sindicalismo baseado no ofício a esta realidade e enquadrar os trabalhadores não especializados na estrutura sindical. Este foi, contudo, um processo lento, permitindo a cooperação entre vários ofícios e a reorganização das velhas associações de classe sob mais alargadas bases⁸⁰⁴.

⁸⁰⁰ Maria Luisa Muñoz Abeledo, «Políticas patronales y sindicales en el sector de conservas de pescado (1890-1936)», In: Cristina Borderias (ed.), *Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936*, p234

⁸⁰¹ Actas da Federação das Associações de Classe (Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 11 de Março de 1895 e de 26 de Março de 1895. Fundo do Partido Socialista Português, Caixa 2

⁸⁰² Actas da Federação das Associações de Classe (Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 20 de Maio de 1895. Fundo do Partido Socialista Português, Caixa 2

⁸⁰³ Actas da Federação das Associações de Classe (Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 16 de Setembro de 1895. Fundo do Partido Socialista Português, Caixa 2

⁸⁰⁴ John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe*, p89-93

Foram seguidas estratégias diferenciadas em cada contexto nacional ou região. No entanto, a luta por uma estrutura sindical mais abrangente foi universal e dirigida primordialmente contra a fragmentação e em favor de uma maior agregação dos trabalhadores por ramos industriais⁸⁰⁵. Esta transição não se fez sem hesitações e compromissos, mas tornava-se no entanto inevitável à medida que novos estratos operários integravam a acção colectiva e aspiravam integrar a estrutura organizativa⁸⁰⁶.

Em contexto meridional, a maioria das estruturas sindicais permaneceram mistas, mantendo os sindicatos de base territorial uma relevante importância na organização operária⁸⁰⁷. Pelo contrário, em países como a Inglaterra ou a Alemanha, a opção nacional justificou-se pelo maior desenvolvimento da economia e consequente possibilidade de negociação colectiva.

Nos países de industrialização tardia, em cuja estrutura de referência principal era a comunidade local mais do que o ramo industrial ou ocupacional, como França, Itália, Espanha e também Portugal, não se desenvolveu nenhum movimento sindical nacional antes de 1914, mas apenas poderosos centros de mobilização inter-sindical locais e quadros de trabalhadores especializados capazes de dirigir lutas ocasionais⁸⁰⁸. Os assentamentos industriais foram particularmente benéficos para a articulação do sindicalismo sob uma base territorial⁸⁰⁹.

A divergência de interesses entre trabalhadores qualificados e indiferenciados determinou que os segundos procurassem organizar sindicatos em torno dos movimentos por aumentos salariais ao passo que os primeiros continuaram a preferir salvar as antigas formas de controlo do mercado de trabalho através da transformação das antigas associações com base no ofício em poderosas federações industriais. Assim, em paralelo com as organizações horizontais, normalmente de base territorial, surgem estruturas organizando os ofícios à escala nacional. A organização por federações de indústria preferencialmente aos sindicatos de ofício rompe progressivamente com o

⁸⁰⁵ Eric J. Hobsbawm, «O Novo Sindicalismo em perspectiva». In: *Mundos do Trabalho*, p240-252

⁸⁰⁶ Michel Pigenet, «La nascita dei sindacati d'industria alla vigilia della prima guerra mondiale: le ambiguità francesi». In: Maurizio Antonioli e Luigi Ganapini (dir.), *I sindacati occidentali dall'800 ad oggi in una prospettiva storica comparata*, p74

⁸⁰⁷ Christopher K. Ansell, *Schism and solidarity in social movements: The politics of labor in the french Third Republic*, p4

⁸⁰⁸ Eric J. Hobsbawm, «O Novo Sindicalismo em perspectiva». In: *Mundos do Trabalho*, p240-252

⁸⁰⁹ Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925». In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community and Power*, p58-71

corporativismo tradicional.

Em França, a decisão de constituir sindicatos de indústria tem apenas lugar no Congresso da CGT em 1906, e em Itália no da Cgdl, em 1908⁸¹⁰. Não obstante, a maior parte das organizações mantiveram uma composição marcada pelo ofício e a comunidade. Neste sentido, o fenómeno da solidariedade operária só pode ser explicado através do exame do «mundo social da classe operária», e na importância dos laços familiares, dos bairros e das associações de toda a espécie, que promoviam uma forte coesão social⁸¹¹.

Como já foi ilustrado, na *belle époque* o associativismo constituía-se como uma tela de fundo da organização e da vida operária das cidades. Nas áreas industriais «a rede associativa é tão apertada que se pode quase ler em termos de uma contra-sociedade proletária». Segundo Lequim, o movimento operário organizado é criado pelo «*petit peuple* trabalhador das cidades e sobretudo das grandes, cadinho de um movimento sindical original e que atinge o seu apogeu no decurso dos anos de 1880-1895, em poderosas federações inter-urbanas de profissões cujo desaparecimento precoce fez esquecer a importância»⁸¹².

Também em Portugal, é nas duas principais cidades que germina o sindicalismo. Entre 1891 e 1900, a primeira década do sindicalismo livre e legal, o fenómeno cingiu-se fundamentalmente às duas grandes cidades – Lisboa e Porto – atingindo de forma ainda inexpressiva os seus arredores⁸¹³. Foram as camadas populares urbanas a constituir as primeiras estruturas federativas, como a Federação das Associações de Classe de Lisboa, que na última década de oitocentos contava com a adesão de classes como os vendedores de fruta e hortalça, os cocheiros, as parteiras, os lojistas, entre outros⁸¹⁴. Por outro lado é de sublinhar que outras camadas sociais

⁸¹⁰ Maurizio Antonioli e Luigi Ganapini, I sindacati occidentali dall'800 ad oggi in una prospettiva storica comparata, p9-13

⁸¹¹ Stefano Musso, «Tensão Política e luta sindical: conflitos da classe operária em Turim durante e depois da I Guerra Mundial». In: Leopold Haimson e Charles Tilly (coord.), Strikes, social conflict and the First World War, p224-233

⁸¹² Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels», In: Histoire de la France Urbaine. Tomo IV.

⁸¹³ Processos das Associações de Classe. Fundo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

⁸¹⁴ Associação de Classe dos Canteiros, Associação União da Classe dos Trabalhadores, Associação de Condutores e Cocheiros, Associação de Classe dos Mecânicos em Madeira, Associação de Classe dos Pintores, Associação de Classe dos Operários da Indústria de Carruagens, Associação de Classe dos Calceteiros Municipais, Associação de Classe das Lavadeiras, Associação de Classe dos Pedreiros,

consideraram o associativismo de classe como um meio apropriado para defender os seus interesses – o professorado e alguns profissionais liberais como os médicos ou os farmacêuticos fundaram associações com estatutos semelhantes às do operariado.

Na alvorada do século XX o processo de disseminação espacial deste fenómeno acentuou-se, espalhando-se para os arredores das cidades industrializadas – as cinturas indústrias em formação – mas também para núcleos independentes como Coimbra, Viana do Castelo ou a região do Algarve. Muito embora os operários das indústrias florescentes - como a corticeira ou a construção civil - se associem em todos os principais centros urbanos, a par com os empregados do comércio, o operário de ofício continua a desempenhar um papel fundamental neste movimento⁸¹⁵.

Observa-se também, através dos processos das associações de classe, o papel da comunidade local na potenciação deste fenómeno, coincidindo no tempo e no espaço a fundação de diversas associações profissionais – em Olhão, no mesmo ano de 1903, fundam-se as agremiações das classes piscatórias, dos marítimos e vendedores de peixe, dos operários e das operárias das fábricas de conservas, o que se repete na Guarda,

Associação de Classe dos Carpinteiros Navais, Associação de Classe dos Pintores de Construção Civil, Associação de Classe dos Polidores de Móveis, Associação de Classe dos Calceteiros de Lisboa, União das Classes de Mecânicos em Madeira, Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais, Liga das Artes Gráficas, Associação União da Classe dos Estucadores, Associação de Classe dos Manufatores de Tecidos, Associação de Classe de Carruagens, Associação Auxiliar da Classe dos Polidores, Associação dos Trabalhadores da Construção Servil (? sic), Associação de Classe dos Marceneiros, Associação de Classe dos Carpinteiros Cíveis, Associação de Classe dos Pedreiros em Portugal, Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras, Associação de Classe dos Tecidos, Associação de Classe dos Fabricantes de Carruagens Arte Mecânica em Madeira, Associação de Classe Condutores e Cocheiros da Viação Lisbonense, Associação de Classe da Indústria de Carruagens, Associação de Classe dos Manipuladores de Cravo, Associação de Classe dos Operários Marceneiros, Associação Auxiliadora da Classe dos Pedreiros em Portugal, Associação de Tecelões de Seda, Associação dos Vendedores de Refrescos, Cooperativa dos Retalhadores, Associação dos Serradores Cíveis, Associação de Tintureiros e Estampadores e Artes Correlativas, Associação de Classe das Parteiras, Corpos Gerentes dos Manufatores de Tecidos, Cooperativa de Produção dos Entalhadores, Associação de Operários Cordoeiros, Associação de Classe de Polidores de Mármore, Associação dos Vendedores de Fruta e Hortaliza, Associação de Classe dos Vidreiros, Associação dos Empregados da Viação Lisbonense, Associação dos Operários do Município, Associação dos Operários da Fiscalização da Viação Lisbonense, Associação da Classe das Costureiras e Ajuntadeiras, Associação dos Operários Maleiros e Caixoteiros, Associação Operários da Viação Lisbonense, Associação de Operários dos Caminhos de Ferro, Associação de Classe do Instituto Gráfico, Associação de Classe dos Distribuidores de Jornais e Obras de Impressão, Associação de Classe dos Manipuladores de Bolachas e Biscoitos, Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos, Associação de Classe dos Gasomistas, Associação dos Descarregadores de Mar e Terra, Associação da União de Classe Marítima de Lisboa, Associação de Classe dos Litógrafos, Associação dos Lojistas, Associação de Classe dos Cabouqueiros de Alvenaria e fabricantes de cal, Associação dos Caixeiros Portugueses. Livro de Ponto das Sessões da Federação das Associações de Classe 1895-1896. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

⁸¹⁵ Processos das Associações de Classe. Fundo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

Covilhã, Faro, Póvoa do Varzim, entre outras. Em Ponta Delgada são fundadas oito associações de classe em 1912, reunindo barbeiros, alfaiates, operários da construção civil, da construção naval, marceneiros, sapateiros, tipógrafos e trabalhadores rurais. Na Aldeia Galega, actual Montijo, fundam-se, durante a onda grevista de 1910-1913, seis associações de classe – dos trabalhadores rurais aldeialenses, da Jardia, de Canha e de Sarilhos Grandes, das classes marítimas e dos operários chacineiros.

De facto, no contexto nacional, a comunidade parece substituir o ofício como base da organização operária. As Federações Operárias fundadas pelos socialistas e as Uniões de Sindicatos Operários, fundadas pelos sindicalistas revolucionários, embora não tendo estatuto legal, articulavam dezenas de pequenas células. As próprias estruturas sindicais tendentes a coordenar o movimento a nível nacional tiveram sempre abrangendo sobretudo as aglomerações de Lisboa e Porto. A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, criada em 1909, não era mais do que a formalização de laços há muito tecidos entre as principais associações de classe da capital e arredores. Em 1917, era ainda em torno da capital e da segunda maior cidade portuguesa que se concentravam a maioria das associações e sindicalizados⁸¹⁶.

Nas vésperas, decurso e sequência da guerra, contudo, a crescente importância do sindicalismo de indústria atinge todos os contextos nacionais e é revelada antes de mais pela composição social dos trabalhadores que o suportaram e que se dividem em dois grupos – os trabalhadores indiferenciados das indústrias em expansão e os trabalhadores qualificados, há muito organizados em sindicatos de ofício e naquela conjuntura ameaçados pelas transformações no modo de produção. A estes juntaram-se comumente os trabalhadores dos transportes, dos portos e da construção⁸¹⁷.

Na região meridional, é no período do pós-guerra que se verifica a massificação do sindicalismo, marcando um ponto de viragem entre o associativismo oitocentista e o sindicalismo moderno. As tendências que induziram este processo – concentração e centralização de capital, o combate às organizações de resistência baseadas no ofício e a

⁸¹⁶ Segundo os números oficiais, contavam-se 246 associações de classe e 45281 sindicalizados no distrito de Lisboa e 99 agremiações com 15086 agremiados no Porto. No resto do país contavam-se apenas mais 173 associações de classe com 18149 sócios. «Distribuição por distritos da população profissional sindicada existente no continente da República em 1917», *Boletim da Previdência Social*, nº9 (Janeiro a Dezembro de 1920)

⁸¹⁷ Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925». In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community and Power*, p58

intervenção reformista do Estado – estavam em curso muito antes de 1914. No entanto, o conflito mundial acentuou os seus efeitos ao mesmo tempo que a maior necessidade de mão-de-obra provocou a diluição do trabalho qualificado⁸¹⁸.

O espantoso aumento dos efectivos sindicais nas primeiras décadas do século XX, e particularmente no decurso do ciclo de agitação social de 1917-1920, corresponde assim a uma entrada em massa do proletariado indiferenciado nos sindicatos. Por outro lado, segundo Magri e Topalov, a queda dos efectivos a partir de 1921 correspondeu à inadaptação das antigas organizações à grande expansão deste estracto social⁸¹⁹. De facto, a CGT afixava, no início do ano 1920, 1.600.000 membros, em 1921 conta 920.000 e, em 1922, apenas 373.000⁸²⁰.

Na realidade, a mobilização desta camada assentou sobre formas de organização e tácticas adaptadas à agitação de massas. No refluxo do movimento grevista, imposto pela alteração das condições económicas no início dos anos vinte, os sindicatos industriais não tinham uma forte base organizacional que os sustentasse. Por outro lado, depois da revolução russa, as forças da ordem mostraram-se mais rigorosas na repressão das organizações que se baseavam na acção directa⁸²¹.

Em Portugal, a evolução do movimento organizativo neste período encontra paralelos com a tentativa de estruturação verificada no resto da Europa no sentido de agrupar as associações de classe em Uniões e Federações. No I Congresso Nacional Operário, em 1914, estavam presentes a União dos Panificadores, a União Têxtil, a Federação Metalúrgica, a Liga das Artes Gráficas do Porto e de Viana do Castelo e a União dos Pintores do Porto. Entre as estruturas locais destacavam-se a Federação Operária de Tomar, de Coimbra, de Guimarães e de Braga.

Contudo, é também no ciclo de agitação social que se verifica o maior progresso em termos de organização sindical, induzido pela organização da greve geral de 18 de Novembro de 1918 contra a carestia de vida. No dia 23 de Fevereiro de 1919, surge nas bancas um novo diário da responsabilidade da UON, *A Batalha*, que rapidamente se

⁸¹⁸ Edward Shorter e Charles Tilly, *Strikes in France, 1830-1968*.

⁸¹⁹ Susanna Magri e Christian Topalov (ed.), *Villes Ouvriers 1900-1950*, p17-40

⁸²⁰ André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p19

torna o terceiro jornal nacional. O número de adesões aos sindicatos não cessa de aumentar à medida que as lutas sectoriais se tornam cada vez mais alargadas. A estruturação da UON vai-se ampliando e reforçando, mesmo em zonas do país onde o sindicalismo nunca se havia enraizado, como por exemplo Aveiro ou Coimbra, onde são criadas União de Sindicatos Operários, à semelhança dos que acontecera em Lisboa, no Porto e em Évora entre 1909 e 1912⁸²².

No II Congresso Nacional Operário, realizado em Coimbra a 13 de Setembro de 1919, no qual é criada a Confederação Geral do Trabalho, é a discussão sobre a constituição dos sindicatos aderentes por indústria, ofício ou mistos que dominará por completo o congresso, como se pode observar nas suas actas.⁸²³ Na constituição da Confederação Geral do Trabalho estavam representadas seis federações de indústria e treze uniões locais⁸²⁴.

Como além fronteiras, porém, a crise económica e a retracção do mercado de trabalho industrial induziu a desmobilização de grande parte dos activistas e associados. Entre 1920 e 1923, a Central Sindical Portuguesa perdeu 45 mil inscritos, exactamente o mesmo que tinha aumentado entre 1917 e 1919, quando duplicou o número dos seus sócios⁸²⁵. No entanto, embora o endurecimento dramático da reacção e da repressão tenham conjunturalmente desarmado o operariado, a partir de 1929 a organização sindical conhece um ressurgimento. Nesse ano surgem *A Vanguarda Operária* e *O Proletário*, porta-vozes das correntes libertária e bolchevista na organização sindical. Anarquistas e comunistas também voltam a apostar na organização. No início dos anos trinta, dá-se os primeiros passos para a constituição da Federação Anarquista da Região Portuguesa enquanto Bento Gonçalves reorganizava o Partido Comunista Português⁸²⁶. Paralelamente, José de Sousa, destacado dirigente operário, levará a cabo a tarefa da

⁸²² “Movimento operário em Coimbra” e “União dos Sindicatos Operários”, in *A Terra*, 18 de Julho de 1919, p1

⁸²³ Actas do II Congresso Nacional Operário. AHS da BNL Núcleo Congressos Nacionais Operários. Caixa 66.

⁸²⁴ A Federação dos Transportes, a Federação Mobiliária, a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, a Federação Nacional Corticeira, a Federação da Construção Civil e a Federação Portuguesa do Livro e do Postal. Participaram ainda as União de Sindicatos Operários (USO's) de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Aveiro, Viana do Castelo, Faro, Vila do Conde, Almada, Barreiro e Olhão, a Federação de Guimarães e a União Operária Transmontana, representando cerca de 150.000 trabalhadores. Secção Congressos Operários. AHS da BNL Núcleo Congressos Nacionais Operários. Caixa 66..

⁸²⁵ «A situação dos operários Portugueses: entrevista a Alexandre Vieira», *Diário de Lisboa*, 14 de Fevereiro de 1933.

⁸²⁶ Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, p206-241

reorganização sindical, seguindo a política comunista e sendo um dos protagonistas da fundação da Comissão Inter-Sindical⁸²⁷.

Nesta conjuntura surgirão também, de forma sustentada e séria, novas organizações de operários católicos, desta feita em torno de sindicatos próprios». ⁸²⁸ Todavia, os activistas católicos teriam de disputar a ascendência nos meios operários com os comunistas, os socialistas e os libertários, contra os quais estavam em franca desvantagem, tendo em consideração o anticlericalismo que o republicanismo havia enraizado, a aliança da Igreja com o regime de Salazar e a própria impossibilidade legal de criação de um movimento sindical cristão ⁸²⁹.

O movimento na sua heterogeneidade conhece uns anos de ressurgimento. Enquanto nos primeiros três anos de ditadura os alvarás de novas associações de classe não chegaram a 20, entre 1930 e 1933 foram fundadas mais de uma centena de agremiações segundo a lei de 9 de Maio de 1891 ⁸³⁰. Não obstante, a derradeira acção conjunta de anarquistas, comunistas e independentes na organização da greve geral de 18 de Janeiro de 1934, não consegue impedir a liquidação do sindicalismo livre ⁸³¹.

3.1.3 A INGERÊNCIA DO ESTADO: CONDICIONAMENTO E TUTELA

A abordagem histórica da formação e do desenvolvimento do associativismo europeu em paralelo com o Estado moderno exige uma incursão até à revolução francesa. Durante este processo e de acordo com a ideologia liberal é revogada a regulação das relações laborais do Antigo Regime através das corporações, sendo em 1791, instaurada a liberdade de comércio e do exercício das profissões, que suprime as corporações. A lei *Le Chapellier* proíbe toda a coalizão operária, colocando o trabalhador numa simples relação individual com o seu empregador. Interditos do

⁸²⁷ Maria Filomena Rocha Lopes, O movimento Sindicalista Português na transição do sindicalismo livre para a formação dos sindicatos nacionais. Tese de mestrado em História. FCSH da UNL, 2005, p197 e seguintes

⁸²⁸ Eduardo C. Cordeiro Gonçalves, Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910) Revista da Faculdade de Letras do Porto, III Série, vol. 8 (2007) p261-272.

⁸²⁹ José Barreto, Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar, Análise Social, vol. xxix, 125-126 (1994 - 1.º-2.º) p287-317

⁸³⁰ Processos das Associações de Classe. Fundo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. IANTT

⁸³¹ Maria de Fátima Patriarca, A revolta do 18 de Janeiro de 1934.

direito de se coligar para defender os seus interesses, os operários encontram-se constrangidos a desenvolver a sua organização e acção colectiva sobre uma base essencialmente ilegal. Neste contexto, as velhas organizações *compagnonnages* – sociedades secretas – fornecem um quadro organizacional ao qual se junta o espaço mais ou menos tolerado das sociedades de socorros mútuos. No fim do Segundo Império, todavia, o movimento grevista expande-se e o poder imperial é constrangido a deixar de suprimir o delito de coalizão (25 de Maio de 1864). A greve torna-se lícita na condição de não acarretar um atentado à liberdade do trabalho, mas o direito de associação e a liberdade de reunião continuam a não ser reconhecidos⁸³².

Tendo em consideração que, não obstante a repressão legal, a expansão das associações voluntárias e dos movimentos sociais se generaliza no século XIX⁸³³, os estados europeus adoptaram uma nova estratégia, encarando a expansão do associativismo como uma realidade que era necessário conhecer e disciplinar, de forma a tornar as associações organismos de previdência popular e potenciais instrumentos de harmonização entre capital e trabalho. O mutualismo e o cooperativismo, e mesmo o sindicalismo, foram ainda objecto de várias tentativas de integração das massas populares na estrutura do Estado⁸³⁴. Neste sentido, a opção por estratégias centradas em reivindicações políticas é indissociável do papel do Estado na modelação do repertório de acção colectiva dos trabalhadores⁸³⁵.

Na primeira metade do século XIX, os constrangimentos legais impuseram que uma parte do movimento mutualista, particularmente na Europa Meridional, tivesse um carácter quase informal e mesmo que as associações formalizadas envolvessem mais actividades do que as prescritas na lei. Esta informalidade relaciona-se com a repressão a que os trabalhadores e suas corporações estiveram sujeitos nos primeiros tempos do liberalismo⁸³⁶. Muitas agremiações alegadamente culturais serviram de cobertura à discussão e intervenção políticas, assim como as sociedades de carácter económico ou

⁸³² André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p5-6

⁸³³ R. S. Alexander, *Europe's uncertain path*, pXVI

⁸³⁴ Dora Marucco, «Iniziativa Pubblica e associazionismo operaio». In: Maria Teresa Maillari, *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo*, p80-86

⁸³⁵ Charles Tilly, *France Conteste de 1600 à nos jours*.

⁸³⁶ John Breuilly, *Labour and liberalismo in nineteenth-century Europe*, p79-91

profissionais foram utilizadas pelos trabalhadores como forma de resistência à imposição das novas relações sociais industriais⁸³⁷.

Os estados europeus também demoraram a reconhecer legalmente a especificidade das cooperativas e quando o fizeram procuraram essencialmente regulamentar a sua intervenção. A lei francesa de 24 Julho de 1867 legaliza-as como sociedades limitadas ou parcerias⁸³⁸. Em Itália, a legislação tributária de 1870 faz referência à mutualidade mas em termos muito restritivos e só através do decreto Real 278 de 12 Fevereiro de 1911 se estabelecem finalmente as características básicas da cooperativa: número mínimo de membros, acesso livre, repartição dos lucros entre os membros, reciprocidade, cooperação, educação e dignidade do trabalho⁸³⁹.

Em Espanha, o primeiro quadro legislativo específico referente às cooperativas foi a *Ley de Libertad de Creación de Sociedades por Acciones y de Crédito*, que em 1869 reconhece a sua legalidade e capacidade jurídica. Mais tarde, as cooperativas foram excluídas do Código de Comércio de 1885, passando a ser regulamentadas pela *Ley de Asociaciones*, em 1887, e reconhecidas como instituições de interesse público, tendo em consideração o seu carácter mutualista⁸⁴⁰.

Durante o século XIX, o Estado desempenhou ainda um importante papel no constrangimento do sindicalismo, particularmente na Europa do Sul. Em França, os sindicatos eram ilegais durante o Segundo Império e a III República empenhou esforços no sentido de circunscrever as suas actividades e limitar a sua difusão⁸⁴¹. Os sindicatos locais eram cuidadosamente monitorizados e as federações proibidas. As dissoluções por parte das autoridades locais eram comuns. Na alvorada do século XX, mantinha-se a interdição à criação de federações nacionais de sindicatos e os mesmos eram instruídos

⁸³⁷ R. S. Alexander, *Europe's uncertain path*, pXVI

⁸³⁸ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France : de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse», *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸³⁹ Patrizia Battilani - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency», In: *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸⁴⁰ Francisco José Medina-Albaladejo, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview», In: *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸⁴¹ A lei de 21 de Março de 1884 passa a reger a organização sindical. No entanto é muito criticada pelos sindicatos devido aos limites estritamente económicos que fixa em relação à acção sindical, ao conteúdo legal limitado e à manutenção de uma legislação repressiva relativamente aos ataques à liberdade de trabalho. André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p8

a confinar as suas actividades exclusivamente ao estudo e defesa dos seus interesses económicos. A agência do Estado foi assim fundamental na prevenção do desenvolvimento de um movimento nacional centralizado⁸⁴².

O Estado liberal português também procurou promover o carácter inter-classista e moderado do associativismo e nomeadamente da sua primeira expressão – o mutualismo. Em 1866, foi criada por decreto real uma comissão para estudar o estado das sociedades de socorros mútuos e propor o que tivesse por conveniente para o desenvolvimento e prosperidade de tão úteis instituições. Entre outras recomendações esta comissão sugere «a admissão de sócios honorários (...) fazendo nascer entre os indivíduos que compõem as diferentes classes de associados relações de benevolência e mútua simpatia»⁸⁴³. O primeiro diploma, datando de 28 de Fevereiro de 1891, estabelecia que eram taxativos os fins expressos nos estatutos - auxílios mútuos na doença, na falta de trabalho ou inabilidade - não podendo nunca ser ampliados ou cerceados sem a aprovação do governo. Proibia expressamente as associações de se ocuparem de assuntos alheios aos seus fins e de os discutir nas suas assembleias⁸⁴⁴.

Contra a vontade das autoridades, contudo, estas sociedades reflectiram uma franca evolução da previdência para a resistência. Se no *Congresso Social* de 1865-66 os objectivos se resumem à assistência, à fundação de escolas e creches, entre outras aspirações, o *Congresso das Associações de Socorros Mútuos* de Janeiro 1890, pugna já pelas oito horas de trabalho, pelo descanso semanal, pela abolição do trabalho nocturno ou pela responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho⁸⁴⁵.

No que respeita ao cooperativismo, Portugal foi o primeiro país da região a enquadrar juridicamente esta tipologia de sociedades (2 de Julho de 1867). A lei basilar do cooperativismo enquadra-se na emergência do direito social em Portugal - não reconhecendo apenas indivíduos mas patrões e trabalhadores, bem como a conflitualidade entre capital e trabalho. O *Parecer dado pelas Comissões de Comércio e Artes e de Legislação, reunidas sobre a proposta de lei de sociedades cooperativas*,

⁸⁴² Patricia R. Turner, «Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement», *The Journal of Modern History*, 71/1 (Março de 1999) p28-55

⁸⁴³ Vasco Rosendo, O mutualismo em Portugal, p479

⁸⁴⁴ Organização das Associações de Socorros Mútuos aprovada por decreto de 2 de Outubro de 1896. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917

⁸⁴⁵ Carlos da Fonseca, História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas, vol. II

reflecte esta mesma concepção, bem como a convicção de que o associativismo operário preveniria a agitação social determinada pelo progresso industrial⁸⁴⁶. No entanto, o código comercial de 1888 afirmará estas sociedades como comerciais, cuja especificidade fica a dever-se não à colaboração específica, baseada no conceito de mutualidade, mas à «variabilidade do capital social» e à limitação do número de sócios⁸⁴⁷. Segundo Rebelo Andrade, o código comercial representava um «incontestável recuo», perverso «a natureza essencial da instituição, talvez ao sabor da burguesia da época», não dando importância à «prática da solidariedade»⁸⁴⁸.

A proliferação de associações de classe no último quartel de oitocentos obrigou o Estado português a reconhecer parcialmente o movimento sindical em germinação. A lei de 1891, todavia, procura garantir que estas organizações se ocupem «unicamente dos interesses profissionais, mantendo-se alheias à política», instituindo «para aquelas que se desviarem do fim especial para que foram instituídas (...) os necessários meios de repressão». «Não se estabelece neste projecto de decreto disposição alguma com respeito às reuniões ou congressos em que hajam de tomar parte os sócios de várias associações de classe ou os respectivos delegados: essas reuniões ou congressos ficam sujeitos às disposições gerais que regem o exercício do direito de reunião»⁸⁴⁹.

Segundo um delegado à Federação das Associações de Classe que funcionava em Lisboa na última década de oitocentos, os estatutos das associações de Classe ficam pendentes da aprovação do Governo e é «O próprio Sr. Ministro como vê que o movimento operário se desenvolve cada vez mais, que os encerra na sua gaveta»⁸⁵⁰.

Não obstante os constrangimentos impostos pelo Estado, o que é facto é que a necessidade de reconhecimento jurídico e apoio estatal impulsionou a federação das estruturas de base. Como defende Craig Calhoun, muito embora seja empiricamente comprovado o enraizamento da solidariedade operária em relações directas, a construção do Estado Moderno potenciou a superação das mesmas. A sua crescente intervenção na esfera económica e social obrigou os trabalhadores a organizarem-se

⁸⁴⁶ Colecção de Documentos acerca de Sociedades Cooperativas, p3-10 e 17-18

⁸⁴⁷ Inácio Rebelo de Andrade, *Cooperativismo em Portugal: das origens à actualidade*, p16

⁸⁴⁸ Inácio Rebelo de Andrade, *Cooperativismo em Portugal: das origens à actualidade*, P16

⁸⁴⁹ Decreto de lei de 9 de Maio de 1891 regulando a organização das associações de classe

⁸⁵⁰ Actas da Federação das Associações de Classe (Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 5 de Agosto de 1895. Fundo do Partido Socialista Português, Caixa 2

numa base mais alargada⁸⁵¹. A articulação das células de base com vista à pressão sobre a agência governamental potenciou a politização do movimento⁸⁵².

De facto, não descurando as causas socioeconómicas que estimularam o progresso da *sociedade civil*, desde os finais do século XIX o «giro intervencionista» da administração pública contribuiu para activar o desenvolvimento inédito do activismo popular. A expansão do Estado, acelerada nas primeiras décadas de noventa e sobretudo no decorrer e rescaldo da I Grande Guerra, alterou profundamente o carácter do associativismo voluntário.

Progressivamente, o reconhecimento e a intervenção governamental potenciam e encorajam o reforço do movimento mutualista. As sociedades de previdência começam a ser responsabilizadas e integradas nos sistemas nacionais de segurança social, tornando-se mais formais e adquirindo uma nova dimensão. O mutualismo reforça o seu papel e base social devido à posição complementar que assume na construção do Estados de Bem-Estar Europeus⁸⁵³.

Em alguns contextos nacionais, a Primeira Guerra Mundial marca também o início de uma distinta relação entre cooperativismo e Estado. Durante o conflito, alguns governos adoptam uma política de racionamento e as cooperativas de consumo tornaram-se pontos de distribuição. O resultado foi o aumento no tamanho das cooperativas já estabelecidas e o surgimento de uma grande quantidade de novas tarefas. Depois da guerra, os governos oferecem novos incentivos às cooperativas, como isenções fiscais e empréstimos de juros baixos, de forma a controlar a inflação⁸⁵⁴, sendo até criados organismos estatais tendo por objectivo o desenvolvimento da cooperação⁸⁵⁵. As cooperativas usam o apoio político para finalmente conquistar o seu reconhecimento. Assiste-se a uma maior unificação, que induz uma progressiva

⁸⁵¹ Craig Calhoun, *The roots of radicalism: tradition, the public sphere and early nineteenth-century social movements*, p182-188

⁸⁵² José Luis Oyon Bañales, «Historia urbana e historia obrera: Reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950». *Historia Social*, n.º 24 (2002) p50

⁸⁵³ Bernard Gibaud, *De la mutualité à la Sécurité Sociale: Conflicts et Convergences*, p13

⁸⁵⁴ Patrizia Battilani, «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency». In: *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸⁵⁵ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France: de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse». In: *Towards a global history of consumer co-operation*. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

uniformização de práticas e princípios⁸⁵⁶. Em 1917, estavam estabelecidas em Itália três Federações agrupando os diferentes tipos de cooperativas – consumo, produção e agrícolas⁸⁵⁷.

A crescente intervenção económica e social do Estado teve um papel igualmente preponderante na expansão do sindicalismo. Entre as estratégias utilizadas pelos sindicatos para alargar o seu âmbito e integrar os diferentes estratos das classes trabalhadoras destaca-se a eleição de reivindicações gerais – a regulação legal do trabalho das mulheres e menores, do horário de trabalho ou o combate à carestia de vida – que se direccionam sobretudo ao Estado.

Mesmo os movimentos sindicais meridionais, orientados pelo sindicalismo revolucionário, não negam a importância da estratégia estatista. Segundo um dos seus principais teóricos, Humbert Lagardelle, a negação abstracta do Estado, o dogmatismo antiparlamentar, o apelo à revolta individual nada tinham em comum com a percepção colectiva das massas, baseada na experiência. Esta aprendizagem efectuou-se na luta concreta, quando os operários tomaram consciência da sua capacidade de pressão, conquistando através da sua acção reivindicativa regalias que estavam a ser debatidas no parlamento há décadas. Segundo o autor, a classe operária compreendeu assim a eficácia da acção directa sobre o patronato, mas também o Estado. Os sindicalistas, ao exprimirem a vontade de não mais delegar em terceiros o curso das suas vidas, não negam a vantagem das conquistas parciais pela intervenção legislativa do Estado⁸⁵⁸.

Por outro lado, quando por influência da *Carta de Amiens* francesa (1906), os sindicatos da Europa do Sul preconizam a independência do sindicalismo em relação aos partidos, às Igrejas e ao Estado, o poder político reforça as manobras e tentativas de integração do movimento, ao mesmo tempo que multiplica as provocações e intensifica a repressão. Sob o efeito conjugado destes ataques, das dificuldades em propulsar a greve geral, assim como da pesada atmosfera de guerra, a orientação da CGT francesa

⁸⁵⁶ Simon Lambersens et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France: de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse». In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸⁵⁷ Patrizia Battilani, «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency». In: Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012

⁸⁵⁸ Humbert Lagardelle, *Sindicalismo e Socialismo*, p53

vai conhecer algumas evoluções, que se traduzem, por exemplo, numa cooperação com o Partido Socialista.

Entre as razões que estimulam a aposta do movimento sindical na pressão sobre o Estado, destaca-se também o peso crescente dos sindicatos de dimensão nacional, como os ligados aos serviços estatais e outros sectores em expansão, em detrimento das antigas associações de ofício. Este peso não se reflectia em termos puramente numéricos, mas também no impacto que tinha a sua acção colectiva. Os ferroviários, por exemplo, em vários contextos funcionários do Estado, mobilizaram-se massivamente nos últimos anos da guerra e primeiros do após guerra⁸⁵⁹.

De facto, não obstante os condicionalismos legais à estruturação nacional dos movimentos, no período da guerra e do pós-guerra as centrais sindicais reforçam a sua intervenção na arena política, assumindo o papel de partidos operários, particularmente nos contextos em que estes não existiam ou eram demasiadamente fracos⁸⁶⁰.

Como nos restantes países europeus, no contexto nacional, também é perceptível o impacte no associativismo da crescente intervenção do Estado nas esferas económica e social. Quando a I República portuguesa foi estabelecida, no quadro de maior liberdade e reconhecimento legal, o associativismo desenvolveu-se de forma inédita⁸⁶¹. No que respeita ao mutualismo, sendo certo que a incorporação no aparelho de Estado é vista com desconfiança⁸⁶², a transformação do regime não deixa de ser percepcionada como uma oportunidade para finalmente conquistar o apoio governamental há muito reivindicado. Na realidade, foi no seio do movimento operário que se defendeu primeiramente a intervenção do Estado na protecção social e até a mutualidade

⁸⁵⁹ André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p17-18

⁸⁶⁰ Craig Calhoun, The roots of radicalism: tradition, the public sphere and early nineteenth-century social movements, p182-188

⁸⁶¹ António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, «On Liberalism and the emergence of Civil Society in Portugal», In: Civil Society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe, p3-21

⁸⁶² Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 24 de Abril de 1893. Fundo próprio

obrigatória⁸⁶³, sublinhando as insuficiências do associativismo livre perante as necessidades da população⁸⁶⁴.

Desta forma, a lei de 10 de Maio de 1919, instituindo o seguro social obrigatório, visava completar a cobertura das 122 associações de socorros mútuos livres, que nesse ano tinham 83394 sócios, assumindo estas uma posição de destaque no regime de mutualidade obrigatória. Não obstante a grave crise financeira dos anos vinte, o aumento galopante da inflação e da carestia de vida e as suas repercussões nas contas destas sociedades, em 1931 existiam 533 associações agregando 575976 sócios e concedendo inúmeros serviços e benefícios aos mesmos⁸⁶⁵.

No que respeita ao cooperativismo, é durante a conflagração e sobretudo no após guerra que os poderes públicos portugueses mostram reais intenções de fomentar o movimento, como forma de mitigar o grave problema das subsistências, chegando a legislar apoios financeiros às sociedades cooperativas⁸⁶⁶. No pós-guerra, foi a partir de uma iniciativa governamental que se fundou a Federação Nacional das Cooperativas. A moção aprovada para a sua criação afirma: «Considerando que o actual governo (...) em conformidade com o seu programa, convidou as cooperativas a auxilia-lo na distribuição de bens de primeira necessidade, o que pode muito bem ser um indício de que os homens do governo começam a sentir e a compreender a necessidade de procurar um ponto de apoio que os livre da acção nefasta das oligarquias em que têm vivido (...) o cooperativismo nacional tem de se colocar à altura das exigências que a situação actual lhe impõem»⁸⁶⁷.

Com efeito, «os poderes públicos vêm com simpatia aparecer uma instituição que podia ajudá-los a combater a carestia de vida». O presidente da FNC chega a ser convidado para integrar o ministério de Bernardino Machado, o que recusa, mas é

⁸⁶³ Miriam Halpern Pereira, «As origens do Estado-Providência em Portugal: As novas fronteiras entre o público e o privado». In: António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, *A primeira República Portuguesa – entre o liberalismo e o autoritarismo*, p47-76

⁸⁶⁴ José Luís Cardoso e Maria Manuela Rocha, «O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente», *Análise Social*, vol. XLIV/192 (2009) p439-470

⁸⁶⁵ David Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*. Tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada na FCSH da UNL em 2012, p211-453

⁸⁶⁶ Decretos n.º 3618 de 27 de Novembro de 1917, n.º 1074 de 27 de Novembro de 1920, Portaria n.º 3319 de 6 de Setembro de 1922

⁸⁶⁷ 14 de Março de 1920 in *A Acção Cooperativa*, 1 de Abril de 1922

integrado numa *comissão de estudo à situação económica*⁸⁶⁸. Foi entre estes anos que as cooperativas conheceram o seu período de maior expansão. Entre 1919 e 1920, o número de sociedades passou de 136 para 421 e os cooperadores aumentaram de 43031 para 104204, atingindo os 116355 em 1922 e as 395 associações em 1924, diminuindo drasticamente o número de cooperativas e seus sócios nos anos seguintes. Em 1930, contavam-se apenas 137 sociedades e 56784 agremiados⁸⁶⁹.

Finalmente, no que respeita ao movimento sindical português, é de lembrar que desde sempre o movimento afirmou a estratégia estatista como fundamental. Segundo o projecto de estatutos das associações de classe discutido no congresso de 1891, os seus principais objectivos eram «tratar de todas as questões de trabalho, procurando que as leis de carácter social existentes sejam devidamente cumpridas, estudando o alargamento das reivindicações especiais da classe que representa e as do proletariado em geral e interessando-se pela promulgação e aplicação de novas leis que interessem a causa operária»⁸⁷⁰.

Tal como no que se refere ao mutualismo e ao cooperativismo, foi também em paralelo com a crescente intervenção do Estado nas relações laborais – criação de Tribunais de Árbitros Avindores, do Ministério do Trabalho e da promulgação de legislação social, incluindo as 8 horas de trabalho – que se verificou a massificação e articulação nacional do movimento sindical.

Por outro lado, a luta pela preservação da autonomia do movimento, levada a cabo por sindicalistas revolucionários, não era incompatível com a aspiração de conquistas legais. Estas, aliás, eram o cimento de uma unidade translocal que as reivindicações corporativas não tinham logrado expandir com um alcance nacional. Em Março de 1914, no *I Congresso Nacional Operário*, a maioria das moções apresentadas referiam-se exactamente a reformas de leis a reivindicar ao Estado, nomeadamente a consagração legal do dia de oito horas, do descanso semanal, a reforma da lei das associações de classe, da lei do inquilinato, da lei dos acidentes de trabalho, entre

⁸⁶⁸ A obra da Federação Nacional das Cooperativas in *A Acção Cooperativa*, 6 de Janeiro de 1923, p1-2

⁸⁶⁹ «Movimento geral das cooperativas desde 1891 até 1930», *Boletim da Previdência Social*, n.º 23 (1932) p54-55

⁸⁷⁰ Federação das Associações Operárias do Porto - Projecto espécimen de estatutos para Associações de Classe. Fundo do PSP. Caixa 120. IANTT

outras⁸⁷¹. Entre as duas correntes que disputavam a hegemonia do movimento – reformistas e revolucionários – a divergência não era tática, uma vez que todos concordavam com a interferência do Estado⁸⁷² (não só como legislador mas como mediador da luta de classes), era estratégica e doutrinal. As reformas eram vistas como via de transformação social, pelos reformistas, e como simples reivindicações provisórias tendentes a criar consciência de classe, pelos revolucionários⁸⁷³.

Durante a guerra e após o Congresso Nacional Operário de 1914, é criada uma comissão, composta pelos deputados Costa Júnior e Luís Figueiredo e representantes das associações de classe, entre estes o sindicalista setubalense Carlos Rates, para a elaboração de uma nova lei relativa às associações de classe para que estas possam intervir junto do governo na defesa dos interesses colectivos. A Comissão para a reforma da lei das Associações instalou-se no Ministério do Fomento, tendo sido nomeado Luís Figueiredo, director de *O Trabalho* de Setúbal, para relator, por proposta de Carlos Rates, e Mário Nogueira (candidato do PSP pelo círculo de Setúbal) para secretário⁸⁷⁴. Esta reforma, contudo, será sempre protelada, mantendo-se a lei de 1891 em vigor até 1934.

A Confederação Geral do Trabalho é fundada em 1919, após um longo ciclo de lutas direccionadas ao Estado, nomeadamente contra a carestia de vida e pela promulgação do horário de oito horas de trabalho. Mais uma vez a regulamentação legal das relações laborais se destaca nos debates e moções aprovadas⁸⁷⁵.

Depois de longos anos de refluxo, desmobilização e fragmentação, determinados pela crise dos anos vinte, no início dos anos trinta é mais uma vez a iniciativa governamental que promove a reorganização sindical. Em Fevereiro de 1930, é nomeada pelo Ministério das Finanças uma comissão para a revisão e estudo da legislação em vigor sobre o horário de trabalho, fazendo dela parte, além dos delegados de várias associações patronais e operárias (Sindicato dos empregados no Comércio e

⁸⁷¹ AHS da BN, Núcleo Congressos Operários Nacionais, Caixa 66

⁸⁷² Por exemplo, o socialista José Rodrigues Martins Santareno apresenta uma moção assinada por 25 delegados pedindo a intervenção do governo no conflito ferroviário “sem prejuízo dos justos interesses dos operários”. Esta foi aprovada por larga maioria, tendo a comissão de propostas respondido que iam criar uma comissão para ir junto do presidente do ministério.

⁸⁷³ Joana Dias Pereira, *O Sindicalismo Revolucionário: História de uma Idéa*, p81-87

⁸⁷⁴ «Associações Operárias», *O Trabalho*, 29 de Agosto de 1915 e 12 de Setembro de 1915, p2

⁸⁷⁵ AHS da BN, Núcleo Congressos Operários Nacionais, Caixa 66

Indústria de Lisboa, aderente à CGT e a associação de caixeiros de Lisboa, dirigida pelo PSP), o Administrador Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (ISSOPG), e 25 vogais do Estado⁸⁷⁶.

Dezanove sindicatos de Lisboa reúnem a fim de decidir o caminho a tomar e elegem uma comissão para lutar pela imposição da jornada de oito horas e contra o desemprego - a «Comissão Inter-Sindical de Lisboa Pró-defesa do Horário de Trabalho», que estará na origem da CIS, central sindical ligada ao PCP. Em torno desta questão os anarco-sindicalistas também reerguem a velha CGT das cinzas e os sindicatos ligados ao Partido Socialista Português voltam à actividade⁸⁷⁷.

3.1.4 A EVOLUÇÃO DO REPERTÓRIO ACÇÃO COLECTIVA

Na alvorada do século XX, o movimento grevista toma novas proporções e apresenta novos protagonistas. Muito embora, e particularmente na região meridional, os trabalhadores qualificados e seus recursos organizacionais desempenhem um papel crucial nos ciclos de agitação social que marcaram as primeiras décadas da centúria, é a participação massiva do proletariado fabril que lhes confere um carácter inédito. A temática reivindicativa amplia-se e conquistam um peso mais significativo as questões relacionadas com os salários e a precariedade, reivindicam-se sobretudo aumentos mas também maior estabilidade e a continuidade da ocupação pela garantia de um limite mínimo de jornadas laborais⁸⁷⁸.

A comunidade territorial desempenhou um papel fundamental na expansão da base social do movimento grevista. A utilização desta estratégia por parte das famílias trabalhadoras que trabalhavam e viviam em assentamentos industriais, demonstra como o processo de urbanização contribuiu para a criação de um contexto físico e social que potenciou a cristalização entre os trabalhadores de um sentido mais alargado de unidade e solidariedade. É verificado que este fenómeno tem especial incidência naqueles distritos operários que rodeavam os centros das cidades e que as reivindicações e aspirações que animaram estes estratos urbanos de trabalhadores e a sua tradução em

⁸⁷⁶ Portaria de 10 de Fevereiro de 1930, publicada no Diário no Governo,

⁸⁷⁷ Maria Fátima Patriarca, A questão social no Salazarismo 1930-1947.

⁸⁷⁸ Rosario Spampinato, Il movimento sindacale in una società urbana e meridionale, p220

termos de acção colectiva foram similares ao comportamento de trabalhadores empregues em contextos sócio-espaciais comparáveis⁸⁷⁹.

A unificação dos protestos à escala translocal beneficiou dos fluxos migratórios - do campo para a cidade e dos centros urbanos para a periferia – que se juntaram nas primeiras faixas extra-urbanas. Nestes fluxos accionaram-se e transferiram-se as redes de contacto familiares e comunitárias e também se desenvolveram recursos organizacionais típicos dos trabalhadores qualificados urbanos. As mulheres tiveram um papel fundamental na unificação dos protestos em torno da produção e do consumo, tendo em consideração a sua entrada nas fábricas, o seu papel na gestão da economia familiar e das diversas redes de solidariedade informal⁸⁸⁰.

Totalmente dependentes de salários para comprar bens de primeira necessidade, a relação emprego-salário-preços era central para as famílias trabalhadoras. Durante este período as famílias, sobretudo as dos estratos sociais mais desfavorecidos, foram gravemente afectadas pelos ciclos económicos enquanto consumidoras. Os períodos de desemprego e sub-emprego, que afectavam particularmente os indiferenciados, e sobretudo mulheres, mitigavam a eficácia das restantes estratégias familiares. O aumento dos preços tornava a situação explosiva⁸⁸¹.

De facto, é sobretudo a partir de 1910 que a acção colectiva dos trabalhadores indiferenciados se massifica, o que não pode ser desligado do impacto da inflação. Os preços, que aumentavam lentamente desde a viragem do século começaram a partir de 1910 a reflectir-se negativamente e com acuidade sobre os salários industriais e as condições de vida dos trabalhadores. A primeira guerra acentuou dramaticamente esta tendência fazendo alastrar a agitação social por todo o mundo industrializado⁸⁸².

No entanto, os estudos monográficos e sectoriais têm vindo a demonstrar como as condições internas no seio de cada sector condicionaram profundamente não só o calendário da organização, mobilização e acção colectiva dos trabalhadores, como o seu sucesso ou falhanço. A acção colectiva surgiu determinada pelos períodos em que era

⁸⁷⁹ Leopold H. Haimson, «General Introduction», In: Leopold Haimson and Charles Tilly, *Strikes, social conflict and the First World War*, p13-21

⁸⁸⁰ Giovanna Procacci, «Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale», *Ricerche Storiche*, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989) p46-111

⁸⁸¹ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p99

⁸⁸² Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925». In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community and Power*, p75-76

vivido um clima económico favorável em cada indústria mas o sucesso ou falhanço das greves subordinou-se muito à dependência dos industriais face ao fornecimento regular de trabalho, às formas de capital envolvido (centralizado e fixo ou difuso) e aos recursos disponíveis para os trabalhadores construírem a solidariedade e resistirem, nomeadamente a presença de trabalhadores relativamente privilegiados que favorecessem um envolvimento e uma coesão mais alargada⁸⁸³.

Desta forma, até à guerra, a cronologia dos ciclos de agitação não obedece a um padrão geral. Na Catalunha observa-se desde a alvorada do século XX um movimento que se inicia com um grande número de greves e grevistas entre 1902 e 1903, a que se segue um declive descendente que apenas se inverterá entre 1910 e 1913. A evolução paralela das greves, grevistas e grevistas por greve, sugere que a conflitualidade predominava nas pequenas e médias empresas. Os conflitos são geralmente prolongados e são significativos os números referentes a greves gerais. Entre os sectores envolvidos, destacam-se o têxtil, o metalúrgico, a construção e os transportes⁸⁸⁴. Na aglomeração de Paris, pelo contrário, entre 1911 e 1914 as greves rareiam, devido à repressão dirigida por Clémenceau entre 1907 e 1910⁸⁸⁵.

Em Itália, pode-se considerar uma grande onda entre 1911 e 1923, que apenas decresceu entre 1915 e 1916, e principalmente na periferia, já que nos centros, onde os trabalhadores tinham mais força, o número de grevistas manteve-se. Foi, contudo, durante a guerra que o proletariado alcançou novas formas de unidade política e o enorme potencial de mobilização que se tornou visível na luta do pós-guerra⁸⁸⁶.

Os industriais desenvolveram estratégias diversas para minar a solidariedade entre os seus operários, dividindo-os por especialidades e promovendo a competição. Entre os trabalhadores, as mulheres eram as mais vulneráveis tendo em consideração o carácter do seu trabalho, muitas vezes realizado em casa ou em pequenas unidades. No

⁸⁸³ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p150-151

⁸⁸⁴ Alejandro Andreassi Cieri, «La conflitividad laboral en Cataluña a comienzos del siglo XX: sus causas», *Historia Social*, n.º 29 (1997) p30-32

⁸⁸⁵ Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870-1920*, p12-14

⁸⁸⁶ Stefano Musso - «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p237-240

entanto, nas indústrias com altos níveis de concentração, como a tabaqueira, em Itália, França ou em Espanha, elas foram líderes de sindicatos e greves⁸⁸⁷.

Por outro lado, e como já ilustrámos, as estratégias dos trabalhadores masculinos muitas vezes passaram por integrar as mulheres nas suas organizações e apoiar as suas lutas por melhores salários, de forma a combater a feminização do trabalho industrial. Ainda antes da I Guerra Mundial, homens e mulheres participaram em algumas greves que obedeciam a interesses similares – aumentos de salários e redução da jornada laboral. Em alguns casos os trabalhadores qualificados apoiaram as mulheres nas suas reivindicações⁸⁸⁸.

Em Portugal, segundo a *Estatística das Coalisões*, entre 1903 e 1912, as greves envolvendo trabalhadores indiferenciados crescem ao longo da primeira década do século XX. Estas, contudo, raramente deixam de envolver os qualificados, sendo normalmente iniciadas por estes, como é o caso das greves em fábricas de conservas lideradas por soldados. São comuns as greves em que se unem todos os trabalhadores de uma fábrica, de diferentes qualificações. Foi o caso das greves nas fábricas de fiação do distrito de Castelo Branco em 1907 envolvendo tecelões, bem como «fogueiros, apartadores de lã, cardadores, fiandeiros, caneleiros, urdideiras, ultimadores e outros operários». Neste movimento, iniciado a 1 de Julho em 35 estabelecimentos e alastrando a mais 24 no dia 15, destaca-se ainda a articulação dos trabalhadores de pequenas (menos de 10 operários), médias (10 a 100 operários) e grandes (mais de 100) unidades de produção e ainda dos 300 tecelões das «indústrias caseiras», num total de 2232 homens e 506 mulheres.

É de destacar o papel das mulheres, nas greves da primeira década do século XX. A greve de tecelões do Porto em 1905 envolvia 610 homens e 1090 mulheres. No mesmo ano e cidade, a greve dos chapeleiros envolve 108 homens e 53 mulheres. As mulheres desempenhando tarefas indiferenciadas e sazonais, como acontecia na indústria conserveira, tinham menos apetência a integrar os movimentos reivindicativos. A greve que teve lugar em Setúbal em 1907, envolvendo quer soldados quer

⁸⁸⁷ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p177-178

⁸⁸⁸ Maria Luisa Muñoz Abeledo, «Políticas patronales y sindicales en el sector de conservas de pescado (1890-1936)». In: Cristina Borderias (ed.), *Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936*, p238

trabalhadores, mobilizou 1218 homens, mas as cerca de 1000 mulheres empregues nas fábricas continuaram a trabalhar.

Nas greves que têm lugar entre 1903 e 1909, as questões salariais e referentes ao horário de trabalho justificam cerca de metade dos conflitos, sendo os restantes ainda derivados da resistência aos regulamentos e à arbitrariedade dos mestres e da tentativa de impedir despedimentos. A partir de 1910 as primeiras tomam uma clara dianteira em paralelo com a participação dos trabalhadores indiferenciados.

Analisando o ciclo de agitação social de 1910-1912, é possível verificar que o movimento operário português revela algumas tendências que acompanham as transformações globais do sindicalismo europeu - a crescente participação de estratos da classe operária anteriormente intocados pela organização sindical, como por exemplo no Vale do Ave, onde em Julho de 1910 deflagra uma greve que chega a envolver oito mil operários têxteis⁸⁸⁹. A participação na luta reivindicativa das mulheres - que constituíam uma fracção muito significativa da mão-de-obra indiferenciada ou semi-especializada portuguesa – nas greves da indústria têxtil do Porto, em Maio e Junho de 1911, na qual estiveram «em coalisão» 1400 homens e 2500 mulheres, segundo as fontes oficiais⁸⁹⁰, ou conserveira de Setúbal, em Março desse ano⁸⁹¹, reflecte essa mesma tendência e dá um inédito carácter massivo ao movimento.

Surge ainda uma nova tipologia de paralisações, as greves de solidariedade, que concretizam um verdadeiro salto de escala no movimento. Estas envolvem laços de ofício, como foi o caso da greve de solidariedade para com os corticeiros de Almada que envolveu «todas as fábricas de cortiça da cidade» de Silves, num total de 1000 operários⁸⁹², ou a dos corticeiros de Almada «no intuito de fazer vingar as reclamações dos seus colegas de Sines»⁸⁹³. Geralmente accionam laços mais alargados, cimentados local e regionalmente ou mesmo ligando as áreas rurais e urbanas percorridas pelas redes de migração que organizaram os movimentos migratórios das décadas anteriores.

⁸⁸⁹ Operários têxteis em greve in *A Aurora*, 24 de Julho de 1910, p3 e Greve dos operários da indústria têxtil nas margens do Rio Ave in *A Aurora*, 31 de Julho de 1910, p3

⁸⁹⁰ «Estatística das coalisões em Portugal 1903-1912», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 81 (1919) p64-65

⁸⁹¹ *O Trabalho e O Germinal*, Fevereiro e Março de 1911, vários dias

⁸⁹² Estatística das coalisões em Portugal 1903-1912», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 81 (1919) p6-81

⁸⁹³ «A greve da classe corticeira», *O Sindicalista*, 12 de Janeiro de 1913, p2

O caso mais significativo é a grande greve de solidariedade para com os trabalhadores rurais alentejanos que paralisou Lisboa e os seus arredores no fim de Janeiro de 1912.

Durante a guerra, a decapitação dos organismos sindicais privou a classe operária, sobretudo os trabalhadores de antiga formação, dos seus tradicionais pontos de referência e provocou uma grande desorientação. Por outro lado, como já ilustramos, a mutação da composição da classe operária dentro da fábrica, alterou a configuração das relações de força entre as várias categorias. Nos países beligerantes mas não só, durante o surto industrial provocado pelo esforço de guerra, chegaram à fábrica novos trabalhadores vindos de outros sectores em crise, na sua maioria mulheres e menores provenientes das áreas rurais periféricas aos centros industriais.

As redes de sociabilidade que se tecem nos novos espaços urbanos tornam-se então a base da mobilização social e política dos operários. As mulheres assumem agora um novo e destacado papel no redireccionamento das reivindicações para a esfera do consumo. Nos últimos anos da guerra os motins de aprovisionamento e as greves de inquilinos conferem aos movimentos sociais sobre o consumo uma dimensão de classe⁸⁹⁴. Este tipo de protestos disseminam-se pela Europa no inverno de 1915-1916⁸⁹⁵.

Paralelamente, uma rede quase clandestina de organizações socialistas e pacifistas dinamizavam e articulavam as lutas contra a carestia de vida com os protestos contra a guerra, que começam a massificar-se devido à contínua deterioração das condições de vida. Durante o conflito, os trabalhadores industriais também protagonizavam movimentos semelhantes aos da primeira fase da industrialização – explosões de cólera mais do que conflitos laborais organizados. Estes foram particularmente violentos nos bairros operários, onde a densidade populacional aumentava espectacularmente e a crise de subsistências se sentia com particular intensidade⁸⁹⁶. É de sublinhar que, nos países latinos, a hostilidade do Estado e dos empresários às organizações operárias favorecera sempre, mesmo na esfera da

⁸⁹⁴ Susanna Magri e Christian Topalov (ed.), *Villes Ouvriers 1900-1950*, p17-40

⁸⁹⁵ Chris Wrigley, *Challenges of Labour: Central and western Europe 1917-1920*, p9

⁸⁹⁶ Giovanna Procacci, «Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale», *Ricerche Storiche*, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989) p46-111

produção, reportórios de acção colectiva marcados pela violência, classificados como *negociação colectiva através do motim*⁸⁹⁷.

Em paralelo com as designadas *food riots*, eclodiram greves e manifestações em que participaram milhares de operários de vários sectores e qualificações, devido ao aumento vertiginoso do custo de vida, superior ao aumento dos salários, à falta de géneros alimentares, à agudização da disciplina nas fábricas, à repressão política e à esperança induzida pela vitória da revolução russa. Formas mais intensas de solidariedade foram forjadas, constituindo as «raízes da onda de agitação laboral durante o *biennio rosso*».

As reivindicações dos mais poderosos sectores da classe trabalhadora foram adoptadas nos restantes – horas de trabalho, salários mínimos, percentagens mínimas no trabalho à peça, férias pagas, mecanismos de regulação do custo de vida e o reconhecimento das comissões internas. Na cintura industrial de Turim, por exemplo, os trabalhadores da indústria automóvel em greve criaram uma situação favorável à mobilização dos trabalhadores com vínculos laborais mais fracos. Estes puderam então basear as suas reivindicações nas conquistas mais significantes e generalizadas dos metalúrgicos. Não obstante as acentuadas diferenças entre os vários estratos da classe operária observa-se uma extraordinária unidade política entre os trabalhadores, testemunhada nas amplas greves de solidariedade e nos movimentos gerais de protesto.

Neste ciclo de agitação social, as mulheres desempenham um importante papel também na esfera da produção, espelhado num aumento surpreendente das greves no sector têxtil e num proporcional crescimento dos trabalhadores indiferenciados nas organizações profissionais. As reivindicações relacionadas com o custo de vida aumentaram, o que pode igualmente ser interpretado como um factor agregador⁸⁹⁸.

O surto grevista que se segue à Revolução de Outubro desembocou numa onda grevista global. Os parâmetros quantitativos reflectem o surgimento deste movimento numa escala mundial, abarcando todos os continentes. Estes mostram também que na maioria dos países o número de greves foi excedido em comparação com a onda antes

⁸⁹⁷ Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p96

⁸⁹⁸ Stefano Musso - «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p229-232

da guerra (1910-13), assim como o número de grevistas, a abrangência das greves, a coesão e o poder do movimento⁸⁹⁹. Toda a Europa é abalada por uma onda, mais alargada e radical que atinge as diversas áreas industriais. Os *Soviets*, a revolução e o proletariado internacional são aclamados em todas as jornadas de luta, que se caracterizam por uma combatividade e massificação inéditas e pela liderança dos sindicalistas revolucionários que logram unir a classe operária⁹⁰⁰.

Na região de Paris, durante o período mais intenso – 1917-1920 - destaca-se o papel dos trabalhadores suburbanos (43% dos conflitos), o alto envolvimento de metalúrgicos, mulheres e imigrantes em menor grau; a excepcional percentagem de vitórias alcançadas; a peculiar mistura de violência popular e a tentativa de chegar a acordos colectivos; a intervenção estatal; as greves de carácter ofensivo (exigência de aumentos salariais e diminuição da jornada de trabalho); e a curta duração dos conflitos⁹⁰¹.

Na Baixa Normandia, é igualmente nas áreas suburbanas industriais, onde se concentrara uma população proveniente de todos os cantos de França e não só, que surge um processo de coalescência entre os mais militantes ainda antes da guerra. Durante a guerra o movimento operário estava amordaçado, mas no após guerra uma onda grevista sem precedentes teve o seu pico no verão de 1919. Este novo ciclo é marcado por um crescimento excepcional da organização sindical, 79% das greves foram lideradas por sindicatos o que não acontecia no período anterior⁹⁰².

Em Itália, a partir de 1918, permanecendo dominantes as lutas por motivos salariais, ressurgem as lutas esgrimidas antes da guerra. As condições e a disciplina impostas dentro das fábricas durante a guerra davam especial actualidade à questão do controlo operário sobre a organização do trabalho e a gestão das empresas. Nestas greves eram novamente os operários de antiga formação que tomavam a dianteira. No entanto, novas reivindicações, procurando integrar as novas categorias menos

⁸⁹⁹ Robert Ia. Evzerov, Iulii P. Mador, Timur T. Timofeev - «Strike movement in western countries after the October revolution of 1917», In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p533-545

⁹⁰⁰ Jean Paul Brunet, *Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939)*, p1450-1454

⁹⁰¹ Jean Louis Robert, «The Parisian Strikes (Agosto de 1914-Julho de 1919)». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, p31 e seguintes

⁹⁰² Jean Quellien, «The Parisian Strikes (August 1914-July 1919)» In: Leopold Haimson and Giulio Sapelli (coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*.

qualificadas demonstravam que estas continuavam activas e presentes no movimento reivindicativo. O processo de recomposição operária iniciado em 1917 tinha progredido, envolvendo cada vez mais sectores e vastas áreas. Por outro lado, as greves de solidariedade demonstravam que questões marcadamente políticas uniam os diferentes estratos da classe, tendo a acção dos militantes socialistas desempenhado um papel fundamental⁹⁰³.

No seu conjunto, o processo de mobilização operária que marcou os últimos anos da guerra e os primeiros do pós-guerra abalou a sociedade ocidental. O desafio revolucionário na Rússia e na Europa Central empurrou a elite e parte das camadas intermédias para a direita. Por toda a Europa, nos anos vinte, o Estado e os empregadores defenderam as suas posições com todas as armas à sua disposição. A maioria das greves foi derrotada pela aliança destes dois agentes⁹⁰⁴.

A atitude do patronato italiano tornou-se crescentemente intransigente desde 1921 – lock outs e despedimentos durante as greves tornaram-se correntes. Os trabalhadores começaram então a sofrer as primeiras derrotas e a prazo passaram a levar a cabo apenas lutas defensivas. Quando confrontados com a determinação dos ataques patronais durante os anos 1920, os trabalhadores qualificados mostraram a sua capacidade para resistir. Esta capacidade, todavia, estava destinada a perder-se devido à falta de apoio de uma mais alargada mobilização, que já não era possível desde que a esperança de transformação social desaparecera⁹⁰⁵.

Também em França, a CGT, que a partir da Primeira Guerra Mundial conhecera grande expansão e conquistara concessões substanciais dos empregadores, confrontou-se, durante as greves de 1919 e 1920, com um patronato determinado e recentemente organizado, bem como uma maioria de direita na Câmara dos Deputados⁹⁰⁶. A

⁹⁰³ Giovanna Procacci – «Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale», In: *Ricerche Storiche*, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989), p46-111

⁹⁰⁴ Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925», In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, *Work, Community and Power*, p79

⁹⁰⁵ Stefano Musso - «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: *Strikes, social conflict and the First World War*, p237-240

⁹⁰⁶ Paul Dutton, *Origins of the French Welfare State: The struggle for social reform in France, 1914-1947*, p67

destruição do movimento operário tornou-se também a principal reivindicação dos industriais espanhóis, que gozavam do apoio das elites e das camadas intermédias⁹⁰⁷.

O ciclo de agitação social de 1917-1920 também abalou a sociedade portuguesa, particularmente nos designados anos da ameaça vermelha. Nos primeiros meses de 1919, grandes movimentos grevistas de Norte a Sul do país resultam em grandes vitórias. Os corticeiros, por exemplo, conquistam as 8 horas de trabalho e 40% de aumento salarial. Novas camadas da sociedade são aliciadas para a acção directa. Em Abril, a greve dos serviços públicos incluía até alguns sectores das forças da ordem, como por exemplo a polícia municipal do Porto. A radicalização do movimento mostrava-se incontornável⁹⁰⁸.

No 1º de Maio desse ano, a UON mobilizou 30.000 trabalhadores numa manifestação para a época monumental, na qual se saúda a Revolução Soviética e se exige a «gradual e progressiva socialização da terra e da indústria»⁹⁰⁹. Nesse mesmo dia, deflagra um incêndio no Terreiro do Paço e na prisão do Limoeiro, que ganha gravidade face à greve dos bombeiros e do pessoal da Companhia das Águas. Com o centro político em chamas, o executivo reage: «o governo está na firme disposição de recorrer a todos os meios, ainda os mais extremos, para evitar que outros crimes se sucedam contra a propriedade, a vida humana e a segurança do Estado»⁹¹⁰.

O ano de 1920 começa com um novo ciclo de reivindicações salariais e com o agravamento da tensão social. As lutas sindicais ganham contornos subversivos e os levantamentos populares voltam a surpreender a sociedade. Os trabalhadores do Norte do país, tradicionalmente mais moderados, levam a cabo um movimento que abala a ordem pública. Os precursores da agitação são os operários da moagem e da panificação, os funcionários do município e dos telégrafos, alastrando-se aos empregados municipais de Lisboa, estivadores, marinheiros, operários do calçado e têxteis. Quando a CGT apela para a greve geral, os comités operários entram em confronto com a GNR. Os activistas ocupam as manufacturas de tabacos, bloqueiam o

⁹⁰⁷ Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p317-353

⁹⁰⁸ Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária do pós-guerra», In: Fernando Rosas e Fernanda Rollo, *A Primeira República Portuguesa*.

⁹⁰⁹ *A Batalha*, 2 de Maio de 1919, p1

⁹¹⁰ Comunicado do conselho de ministros à imprensa

trânsito dos eléctricos e tentam impedir a entrada e saída de mantimentos na cidade. O movimento expande-se no Norte a outros centros operários.

No dia 21 de Janeiro, é decretado o estado de sítio no Porto, sendo encerradas as sedes sindicais e presos cerca de 150 militantes. Durante as confrontações, são feridos e mortos inúmeros trabalhadores, assistindo-se ao momento mais preocupante para a ordem estabelecida quando um destacamento da GNR opta por defender as posições contestatárias. Os grevistas conquistam o aumento salarial mas são obrigados a renunciar às oito horas de trabalho diário em troca da libertação dos militantes presos.

Na zona da grande Lisboa, entram sucessivamente em greve o pessoal dos eléctricos, os empregados municipais, os corticeiros, os metalúrgicos, os carpinteiros navais, os tipógrafos, os trabalhadores das fábricas conserveiras, os manufactores de calçado, os tanoeiros e, finalmente, os funcionários públicos, que provocarão a queda do governo⁹¹¹.

Paralelamente, os industriais reorganizam-se na Associação Industrial Portuguesa e na Confederação Patronal, intervindo crescentemente na esfera política, fazendo cair ministérios republicanos e promovendo os seus próprios representantes. Sérgio Príncipe – líder da Confederação Patronal – apela para «acções enérgicas, uma vez que os meios de acção pacífica se tinham esgotado»⁹¹² e promove um governo liderado por um coronel – António Maria Baptista – cujo programa era «ordem pública, ordem pública e ordem pública». ⁹¹³

Os mais destacados dirigentes são presos nas prisões da relação do Porto e no Limoeiro, os direitos de associação suspensos e os principais jornais operários impedidos de circular⁹¹⁴. Segundo *A Comuna*, um dos poucos sobreviventes, os comícios públicos não se realizam «devido à crise política que se atravessa, visto que nenhuma autoridade os consente». «Pertencer-se a uma comissão de melhoramentos ou aos próprios corpos gerentes de uma classe, constitui um crime punível pelos dirigentes

⁹¹¹ Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária do pós-guerra», In: Fernando Rosas e Fernanda Rollo, *A Primeira República Portuguesa*.

⁹¹² Associação de classe do Pessoal dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, *A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT*, p4-5

⁹¹³ Fernando Medeiros, *A economia e a sociedade portuguesas nas origens do Salazarismo.*, p221

⁹¹⁴ «Reacção Capitalista», *A Comuna*, 30 de Maio de 1920, p4

militares e reaccionários, com a transferência ou com outros castigos»⁹¹⁵. Como além fronteiras, a acção conjugada do patronato e do Estado induziu a perda de eficácia das estratégias centradas nas relações de produção.

O volume publicado pelo *Annali* em 1992 – *Strikes, social conflict and the First World War. An international perspective* – dedicado à análise comparativa deste processo, a partir de finais do século XIX, oferece uma perspectiva ampliada do mesmo, pondo em paralelo diferentes contextos regionais. Os estudos que integram esta obra indiciam que a consolidação industrial terá reforçado o poder patronal, nomeadamente na sua capacidade de resistência ao movimento reivindicativo dos trabalhadores. Entre as conclusões gerais sublinha-se que para além do papel modelar do próprio Estado enquanto agente social, as sucessivas derrotas que as cada vez mais fortes organizações patronais infligirão às estruturas corporativas do operariado conduzi-lo-ão a organizar-se no plano nacional e a intervir no campo político⁹¹⁶.

3.1.4 O PAPEL DO ESTADO NA MODELAÇÃO DO MOVIMENTO

É de sublinhar que a conjuntura em que o movimento reivindicativo dos trabalhadores emerge como um relevante fenómeno histórico insere um processo de longo termo, no qual o próprio Estado conhecerá uma profunda alteração do seu papel social. Charles Tilly, na sua obra de referência, em que procura analisar os movimentos sociais franceses desde o século XVII aos nossos dias, destaca o papel das transformações estruturais ao nível do poder estatal, determinadas pelas revoluções liberais, na alteração profunda do repertório de acção colectiva europeu. Em paralelo com a centralização do Estado e a concentração do capital, a contestação desloca-se para um nível nacional. As formas de resistência local ao capitalismo – como as invasões de terrenos incultos, os ataques a máquinas ou os saqueamentos de particulares – desaparecem progressivamente. As greves locais por corporações de ofício dão lugar às grandes greves de empresa. Campanhas eleitorais, ajuntamentos públicos,

⁹¹⁵ Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p6-16

⁹¹⁶ Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War. An international perspective*, p533-545

manifestações, greves e insurreições não tardam a dominar a contestação colectiva europeia⁹¹⁷.

Por outro lado, a periodização das ondas de greves, em paralelo com a organização dos trabalhadores, relaciona-se intimamente com a legalização de uma e outra. Estes padrões podem ser explicados através de uma hipótese político-organizacional, sendo de facto perceptíveis, num plano geral, relações causais entre a extensão dos direitos políticos dos trabalhadores, para organizar-se, e económicos, para fazer greve e as respectivas ondas de organização e agitação. Para além do quadro legal, a intervenção do Estado e das autoridades locais na mediação e repressão dos movimentos influenciou significativamente nos resultados dos mesmos. A conjuntura política modulou a acção colectiva nos locais de trabalho de uma forma ainda mais profunda, uma vez que os trabalhadores elegeram os momentos mais oportunos para coordenar a acção em defesa dos seus interesses. Finalmente, foram os trabalhadores que granjearam maior sucesso nas suas batalhas económicas que intervieram de forma mais acutilante na arena política⁹¹⁸.

A guerra marca uma charneira neste processo. Por toda a Europa, a intervenção do Estado na distribuição dos géneros, não obstante as suas limitações, providenciou uma experiência diferente da política liberal⁹¹⁹. Antes de 1914, a Terceira República francesa protagonizou políticas de não intervenção na economia de consumo, dando total liberdade aos mercados para fixar os preços e regular os abastecimentos. Durante o conflito, todavia, o Estado foi obrigado a intervir no aprovisionamento de bens de primeira necessidade, transformando os conflitos em torno do consumo em questões crescentemente políticas. No pós-guerra, as tentativas de eliminar o controlo estatal sobre o mercado deram origem a uma série de movimentos que protagonizavam a manutenção da regulação pública da esfera do consumo.

Muito embora a historiografia tradicional tenha vindo a opor as lutas em torno do consumo e da produção, considerando que a emergência das primeiras tendeu a enfraquecer a consciência de classe, os estudos mais recentes argumentam que a mobilização dos consumidores durante e após a primeira grande guerra, longe de

⁹¹⁷ Charles Tilly, *La France conteste de 1600 à nos jours*, p537-541

⁹¹⁸ Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881-1911*, p178-179

⁹¹⁹ Chris Wrigley, *Challenges of labour: Central and Western Europe 1917-1920*, p12

representarem um *aburguesamento* das classes trabalhadoras, derivam da combinação de ambas as tipologias de conflitos, produzindo um «multifacetado desafio à hegemonia capitalista», que se direcciona no seu conjunto ao poder político⁹²⁰.

As lutas em torno do consumo entre 1917 e 1919, ao mesmo tempo que assentam na tradição da *economia moral* que modelara os protestos populares até meados do século XIX, teoricamente obsoletos perante a emergência da modernidade, antecipam os novos movimentos sociais da segunda metade do século XX, superando as fronteiras dos locais de trabalho a que estava cingido o movimento operário. Se era evidente uma certa continuidade com as formas de protesto típicas do passado, os tumultos populares durante a guerra não se podem comparar com as antigas *jacqueries*. Estas últimas previam a restauração de consolidados compromissos e uma ordem tradicional, o movimento desenvolvido contra os açambarcamentos e a política de guerra expressava a aspiração a uma nova ordem, construída com base numa nova hierarquia moral.

Por outro lado, o protagonismo das mulheres nos motins de racionamento, a par da sua crescente participação nas fábricas, contribuiu para a articulação dos conflitos em ambas as esferas. Muito embora as mulheres estivessem privadas de recursos organizacionais formais, há muito que eram elas a articular as redes de solidariedade familiares e de vizinhança que se desenvolviam nos espaços mais afectado pela agitação social, e que neste período foram utilizadas no processo de mobilização⁹²¹.

Lester Golden e Temma Kaplan, analisando as revoltas da fome na Catalunha, defendem que não obstante a aparente espontaneidade do movimento, uma organização altamente disciplinada, ainda que informal, associava antigos rituais e linguagens próprios da cultura popular tradicional das comunidades trabalhadoras com a ideologia e o dinamismo dos modernos movimentos de massas. Lynne Taylor, revisitando diversos estudos sobre este tipo de conflitos, afirma que as revoltas do século XX assumem novos contornos, distinguindo-as daquelas que se extinguíram ao longo do século XIX. Normalmente estes protestos ocorrem em reacção à inflação dos preços dos géneros ou à carestia de vida e muito embora sejam organizados com base nas redes

⁹²⁰ Tyler Stovall, *Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution*, p284-285

⁹²¹ Giovanna Procacci, «Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale», *Ricerche Storiche*, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989) p46-111

sociais locais, as organizações políticas com uma estreita relação com a comunidade podem ser mobilizadas e as suas ideias e estratégias adaptadas⁹²².

De facto, muito embora a historiografia portuguesa tenda a apartar os designados «tumultos, motins e assaltos» do movimento organizado do operariado, as evidências empíricas apontam no sentido contrário. Com efeito, através da inventariação das greves, manifestações, sessões de propaganda e outras iniciativas levadas a cabo pelos sindicatos, por um lado, e as lutas em torno das subsistências, por outro, podemos deduzir que estas duas tipologias de confrontos se inter-relacionam, desde o deflagrar até ao refluxo, em primeiro lugar pela coincidência geográfica do seu epicentro.

É nos mesmos contextos geográficos e sociais que se desenvolvem quer as greves, manifestações, sessões de propaganda, etc., quer as apreensões e distribuição de géneros. A articulação de ambos os movimentos assume características que tornam difícil a sua tipificação sugerindo, que as comunidades trabalhadoras neste período desenvolveram um repertório de acção colectiva que, à semelhança dos laços de solidariedade germinados dentro e fora da fábrica, amalgamavam as novas formas de luta do operariado organizado com os antigos meios de resistência das populações.

É de sublinhar que o inventário dos protestos e apreensões de géneros no combate aos açambarcamentos e à especulação indiciam que estes, longe de traduzirem explosões espontâneas e repentinas de revolta, enquadravam-se num movimento com múltiplas formas de luta – sessões de propaganda, comícios, representações ao governo, manifestações, greves, etc. - que só em situações limite se traduzem em acções violentas.

Na maioria das vezes, e tendo em consideração os relatórios policiais conservados no fundo do Ministério do Interior, os designados «assaltantes» insurgem-se sobretudo contra novas tabelas de preços, a venda de produtos acima do preço tabelado pelo governo ou a saída de géneros das suas regiões. Numa grande parte dos relatos é referido que os géneros «assaltados» são pagos e não há notícia de violências físicas significativas.

⁹²² Lynne Taylor, «Food riots revisited», *Journal of Social History*, Winter, 1996. Disponível em linha: <http://www.jstor.org/pss/3789390>

A crescente intervenção do Estado na questão das subsistências⁹²³ induziu o redireccionamento destes protestos localizados para o Estado central e potenciou a articulação nacional do movimento pelas centrais sindicais. O processo de mobilização popular que marca os últimos anos de guerra revela que a crescente utilização da estratégia estatista por parte dos trabalhadores e das populações permitiu aos sindicatos a organização de movimentos com uma escala translocal inédita.

A partir de 1916, a UGT e a CNT espanholas impulsionaram de comum acordo uma greve geral a favor do «abaratamiento de las subsistências» e procuraram canalizar estes protestos para novas formas de luta. Manuel Pérez Ledesma, ao analisar a evolução do processo em Espanha, recorrendo ao modelo de Charles Tilly, verifica exactamente a transformação das revoltas da fome num movimento de tipo moderno: supralocal, em todo o país; autónomo, dirigido pelas centrais sindicais; modelar, no sentido em que o processo e mobilização incluiu manifestos, reuniões, concentrações e por fim a greve; e dirigido ao Estado, para conseguir a redução dos preços. Em Março de 1917, assumindo os objectivos tradicionais do «povo» ou dos «consumidores», as «organizaciones obreras» empreendiam a transição do velho para o novo repertório de acção colectiva, articulando as tradicionais questões em torno das subsistências com objectivos típicos da modernidade como a criação das condições para o «desarrollo de [las] actividades emancipadoras del proletariado»⁹²⁴.

Em Portugal, os sindicalistas revolucionários seguem a mesma estratégia. A agitação social deu ensejo a uma reorganização do movimento sindical que nos primeiros anos da guerra se vira «amordaçado» pela repressão governamental, mas também a uma reorientação táctica, passando a privilegiar agora oficialmente as lutas e protestos no âmbito do consumo. Esta evolução reflecte uma clara interacção entre os movimentos populares e o sindical. Nas Conferências Operárias de Abril/Maio de 1917, a tese referente à carestia de vida é a mais acaloradamente discutida, sendo resolvido que «demonstrada a incapacidade e impotência dos governos, para evitar os factores de crise e conseguir o embaratecimento das subsistências, nada têm os trabalhadores que

⁹²³ Entre 1914 e 1919 o governo espanhol, por exemplo, ditou mais de cem disposições legais tendentes a regular o abastecimento dos mercados e o encarecimento excessivo dos produtos básicos.

⁹²⁴ Manuel Pérez Ledesma, «El Estado y la movilization social en el siglo XIX Español». In: Santiago Castillo e José M.^a Ortiz de Orruño – Estado, protesta y movimientos sociales, p220-227

esperar da providência do Estado, cumprindo-lhes tratar directamente dos seus interesses, através dos seus sindicatos»⁹²⁵.

O desapontante desfecho da greve geral de todos os consumidores, marcada para 18 de Novembro de 1918, não minimiza a relevância do movimento. Foram organizadas largas centenas de iniciativas, sessões de propaganda e protesto, distribuições de manifestos, e comícios nas principais cidades e centros fabris - Lisboa e arredores, Porto e arredores, Coimbra, Viana do Castelo, Guimarães, Covilhã, Faro, Olhão, Funchal, etc. - e profusamente entre os trabalhadores rurais – em Évora, Beja, Portalegre, Sousel, Estremoz, Ferreira do Alentejo, Coruche, Aljustrel, Redondo, Sines, etc., etc. Nestas iniciativas era aprovado um caderno reivindicativo dirigido ao Estado, que articula a defesa dos interesses dos *produtores* e dos *consumidores*⁹²⁶.

Como já foi descrito, em paralelo com as revoltas da fome deflagra uma nova onda grevista, que do ponto de vista quantitativo ultrapassa a que antecedeu a conflagração. Uma das características qualitativas que se destaca neste ciclo de agitação social é a sua inserção numa conjuntura específica que induzirá a sua politização. A onda grevista foi marcada pela combinação de reivindicações económicas e políticas – às reivindicações salariais ou pela redução da jornada de trabalho juntam-se a exigências de regulação legal do trabalho e de direito à segurança social. Não faltam ainda as reclamações de direitos democráticos e liberdades políticas⁹²⁷.

Depois da guerra, o debate em torno da intervenção do Estado na economia enfatizou o seu papel como um instrumento, em vez de um inimigo, do activismo dos trabalhadores⁹²⁸, uma ideia que a política reformista na esfera da regulação das relações laborais e o reconhecimento dos sindicatos, como resposta à crise revolucionária europeia, ajudava a cimentar⁹²⁹.

Nos países latinos, porém, os estados falham na tarefa de incorporar o trabalho e o capital nas estruturas de negociação colectiva. Acostumados a gerir as suas empresas autonomamente, os empresários resistiram à interferência estatal nas relações laborais.

⁹²⁵ Joana Dias Pereira, O Sindicalismo Revolucionário: a história de uma Idéa, p107

⁹²⁶ Joana Dias Pereira, O Sindicalismo Revolucionário: a história de uma *Idéa*, p110-116

⁹²⁷ Robert Ia. Evzerov, Iulii P. Mador, Timur T. Timofeev, «Strike movement in western countries after the October revolution of 1917», In: Strikes, social conflict and the First World War, p533-545

⁹²⁸ Tyler Stovall, Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution, p9-13

⁹²⁹ Larry Peterson, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925». In: James E. Cronin e Carmen Sirianni, Work, Community and Power, p52-79

Perante a incapacidade do Estado em impor legislação protectora do trabalho, o movimento operário elegeu a acção directa como estratégia exclusiva. No entanto, no imediato pós-guerra forjaram-se alianças em diversos contextos nacionais entre elementos reformistas no seio do campo republicano e no movimento operário. Salvador Seguí em Espanha⁹³⁰ ou Santos Aranha em Portugal personificam esta tendência, emergente entre os sindicalistas revolucionários.

De facto, quando em 1919 o *camarada* Augusto Dias da Silva – ministro do trabalho socialista - promulga um verdadeiro pacote de políticas sociais, *A Batalha*, órgão da União Operária Nacional valorizam a importância destas medidas, sendo o ministro do trabalho entrevistado pelo periódico e a legislação publicada nas suas páginas com especial realce. É na defesa da lei das oito horas de trabalho que mais se empenha o movimento sindical, no entanto, a intervenção estatal é exigida em diversos outros campos, como seja a regulação do inquilinato, dos preços dos géneros ou na fomentação de habitação social. David Pereira, ao analisar as políticas sociais prosseguidas em Portugal no período republicano, dá um especial destaque à agência dos grupos sociais organizados, defendendo que estes promoveram «uma contínua mobilização no sentido de exigir o cumprimento da legislação social aprovada, mas também exercendo pressão sobre o poder político à luz de um elevado grau de conflitualidade social»⁹³¹.

No entanto, a reacção conservadora, a par da exigência de repressão do movimento grevista empenhou-se no combate às políticas sociais. Como defende Angel Smith para o caso espanhol, a reivindicação de governos fortes surgiu muitas vezes articulada com a crítica dos projectos reformistas dos governos do pós-guerra⁹³².

Desta forma, a adopção de um novo modelo de acção política protagonizado pelos nascentes partidos comunistas pode ser interpretada como o reconhecimento da derrota das estratégias prosseguidas antes da guerra – a acção directa ou a parlamentar

⁹³⁰ Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p95-96

⁹³¹ David Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*. Tese de doutoramento em História Contemporânea, (apresentada na FCSH da UNL em Outubro de 2012), p468

⁹³² Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898-1923*, p317-353

em exclusivo⁹³³. O período da guerra ratificou também muitas reclassificações no campo sindical. Muitos dos que se reclamavam do sindicalismo revolucionário abandonaram-no em favor de uma estratégia reformista, através da qual pretendiam participar nas decisões económicas. Esta corrente declara estar de acordo com as propostas do presidente americano Wilson e atribui uma grande importância ao direito e às mediações institucionais, sejam elas nacionais ou internacionais.

No fim dos anos 1920, o sindicalismo francês é orientado por duas concepções que, sob vários aspectos, parecem inconciliáveis, mas que acabarão por reencontrar o caminho da unidade. Esta aproximação vai, porém, efectuar-se, provocada sobretudo por constrangimentos políticos. As manifestações das ligas de extrema-direita, a 6 de Fevereiro de 1934, conduzem a CGT a pronunciar-se e a comprometer-se com a acção antifascista. Assim, apesar de continuar a defender o seu plano económico, a CGT volta a ocupar as ruas. Entretanto, a CGTU, considerando os acontecimentos de 6 de Fevereiro como o sintoma da falência do governo democrático que abre a via ao fascismo, apela a *“uma frente única proletária”*, numa base estritamente anticapitalista, e *“a uma greve reivindicativa e a uma política de massas”* pela defesa das reivindicações imediatas e contra o fascismo. Apesar de divergências de apreciação, as duas confederações constituem, de facto, o núcleo da defesa republicana, aparecendo, em termos de iniciativas, como duas forças efectivamente reunidas. No campo político, o processo de unidade de acção entre os partidos Socialista e Comunista foi-se aprofundando e acabou por se concretizar antes da reunificação sindical⁹³⁴.

Em Portugal, o refluxo da onda grevista inicia-se logo em 1920, após a derrota dramática das grandes greves ferroviárias que abalam o país, nas quais o Estado, como empregador, mediador e repressor têm um papel de destaque. Como nos restantes contextos nacionais, segue-se uma desmobilização massiva, que não poderá deixar também de ser relacionada com a grave crise económica e de trabalho dos anos vinte, bem como com o recrudescimento da reacção patronal e conservadora e o agravamento da repressão governamental sobre o movimento reivindicativo⁹³⁵.

⁹³³ Tyler Stovall, *Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution*, p286-287

⁹³⁴ André Narrisens e Joana Dias Pereira, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», *Vértice*, n.º 160 (2011) p23-24

⁹³⁵ Joana Dias Pereira, *O Sindicalismo Revolucionário, a história de uma Idéia*, p142-147

Em 1921, é fundado também o Partido Comunista Português, defendendo a intervenção política do operariado organizado em estreita aliança com outras camadas sociais e tendências políticas. A Confederação Geral do Trabalho, no entanto, na famosa Nota Oficiosa que faz publicar, *Em face dum novo Partido Político*, é clara ao declarar que «o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela dos senhores de hoje, não quer criar novas cadeias onde os prendam, amanhã novos senhores»⁹³⁶.

Em 1923, nascem os Núcleos Sindicais Revolucionários (NSV), organizados por sindicalistas filiados no PCP ou partidários da Internacional Sindical Vermelha (ISV). Os NSV conseguirão implantar-se primeiro no Porto, em Coimbra e em Beja e, posteriormente, a sua influência abrangerá outros pontos do país. Os seus objectivos são clarificados no editorial do primeiro número do seu órgão, *A Internacional*: «reconduzir a organização à via de tolerância que durante tanto tempo trilhou, mas também que ela opere conforme os ensinamentos que a Grande Guerra nos trouxe»⁹³⁷. No entanto, os comunistas só vão conquistar uma real implantação sindical nos anos trinta, com a fundação da Comissão Inter-Sindical (CIS).

É de lembrar que a radicalização da sociedade portuguesa no quadro de uma crise revolucionária europeia fez emergir igualmente uma nova corrente no seio do republicanismo, que defende uma solução reformista para a crise económica e das relações sociais. Os primeiros governos da «nova república velha» foram obrigados a criar o Ministério do Trabalho e o «camarada Augusto» pôs pela primeira vez em prática uma verdadeira política reformista, na qual se destaca a instituição dos seguros sociais obrigatórios e das oito horas de trabalho⁹³⁸.

Quando, em Novembro de 1923, os radicais chegam finalmente ao poder, a CGT mantém intacto o seu discurso obstinadamente antiparlamentar. Segundo *A Batalha* «o Sr. Álvaro de Castro limitou-se a conseguir o aplauso das forças vivas»⁹³⁹. Todavia, as intenções cada vez mais claras destas últimas em resolver a crise económica à custa da degradação das condições de vida das classes laboriosas operária e a crise social através

⁹³⁶ Comité Confederal, «Em Face de um Novo Partido Político, Nota Oficiosa da Confederação Geral do Trabalho», *A Batalha*, 17 de Julho de 1921

⁹³⁷ *A Internacional*, Outubro de 1923, p1

⁹³⁸ Ana Catarina Pinto, «A transformação política da República», p442 e seguintes

⁹³⁹ *A Batalha*, 8 de Janeiro de 1924, p1

da repressão militar, levarão os dirigentes sindicalistas não anarquistas a pressionar uma aliança com as esquerdas.

Em 1924, por iniciativa do Partido Democrático, foi criado um Comité de Defesa das Esquerdas, contando com membros dos Democráticos, Radicais, Socialistas, Comunistas e Sindicalistas na sua organização, que tinha por objectivo evitar um possível golpe ditatorial.⁹⁴⁰ No ano de 1924, «os revolucionários de todas as tendências sociais, sem preocupações de tática, uniram-se para combater a ditadura. (...) Já que não tem pão, o povo quer, pelo menos liberdade!» A CGT manifesta-se finalmente «contra a ditadura odiosa»⁹⁴¹, organizando, no mês de Fevereiro, em conjunto com as juntas de freguesia de Lisboa, uma imponente manifestação contra a carestia de vida e a ascensão da direita conservadora⁹⁴².

Esta aliança, contudo, caracteriza-se pela sua intermitência, determinada pelos avanços e recuos quer do movimento operário quer das designadas esquerdas. O governo de Álvaro de Castro, dez dias após a manifestação unitária, proíbe arbitrariamente uma manifestação operária, porque «não lhe convém que se veja claramente que o povo explorado está incondicionalmente ao lado da Confederação Geral do Trabalho e de *A Batalha*». Nas palavras dos sindicalistas «as medidas de repressão contra os sindicatos e avançados – únicas forças honestas do país – só conseguem dar alento aos potentados que, livres de nós, nem o próprio governo respeitarão»⁹⁴³.

Dia 28 de Maio de 1926, a manchete d' *A Batalha* apelava para um levantamento. Porém, no dia seguinte, enquanto o jovem PCP apelava para «uma acção comum contra a atroz reacção (...) que atingirá de preferência o operariado»⁹⁴⁴, a greve geral revolucionária é desconvocada pela CGT, segundo David Carvalho, após a ameaça de encerramento dos sindicatos e prisão dos dirigentes que o comandante

⁹⁴⁰ Livro de Actas do Conselho Central, de 1922 a 1926. Fundo do PSP. Caixa 55. Sessão de 31 de Janeiro de 1934

⁹⁴¹ *A Batalha*, 14 de Fevereiro de 1924, p1

⁹⁴² *A Batalha*, 15 de Fevereiro de 1924, p1

⁹⁴³ *A Batalha*, 24 de Fevereiro de 1924, p1

⁹⁴⁴ Moção aprovada no II Congresso do PCP, 29 e 30 de Maio de 1926

Mendes Cabeçadas lançou à direcção sindical, como primeiro repto da ditadura militar ao movimento operário português⁹⁴⁵.

Depois de anos de forte repressão e regressão, como já foi ilustrado, o movimento sindical conhece um expressivo ressurgimento. Neste destaca-se quer a intervenção directa do Estado quer a utilização preferencial da estratégia estatista. De facto, num contexto de crise e contracção do mercado de trabalho, não obstante a natureza do regime, é sobretudo ao poder político que se dirigem os movimentos. Quer os sindicatos afectos ao PCP quer os de orientação libertária levarão a cabo um processo de mobilização dirigido ao Estado. A Comissão Inter-Sindical envia uma circular a todos os sindicatos em que defende a jornada de oito horas para todos os trabalhadores sem excepção e a luta por um subsídio de 75% do salário para os desempregados. Em Fevereiro de 1931, a CGT realiza uma reunião magna com as comissões administrativas das federações a fim de «serem tomadas resoluções concretas tendentes a uma agitação colectiva geral com carácter permanente», a qual emite um manifesto a ser distribuído por todas as associações de classe, no qual se tratam «as principais questões que a todos os organismos interessam» - desemprego, salários, horários de trabalho e habitação⁹⁴⁶.

⁹⁴⁵ David de Carvalho – Os sindicatos operários e a república burguesa (1910-1926), P240-243

⁹⁴⁶ Maria de Fátima Patriarca, A questão social no Salazarismo (1930-1947).

3.2. O CASO DE ESTUDO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

3.2.1 AS ESTRATÉGIAS CENTRADAS NA ECONOMIA DOMÉSTICA

3.2.1.1 AS ORGANIZAÇÕES HERDADES DO ANTIGO REGIME E A EVOLUÇÃO DO MUTUALISMO

Em Portugal, desde a medievalidade que a mutualidade tinha sido largamente implementada entre os trabalhadores, nomeadamente através das confrarias, um modelo associativo que em meados do século XVIII agregava milhares de indivíduos por todo o país. A entrada nestas organizações, para além da motivação religiosa, era uma forma de assegurar o auxílio dos outros membros em caso de pobreza, fome, epidemia, doença ou cativoiro, e também de garantir um funeral cristão. As confrarias formalizavam a solidariedade de uma espécie de «família alargada» que envolvia diferentes estratos sociais. Se no Porto a base associativa estendia-se a oficiais licenciados e a indivíduos que viviam de rendimentos próprios, em Setúbal os grupos profissionais que tinham maior apetência por pertencer a confrarias eram sobretudo os artesãos, os mercadores e os marítimos⁹⁴⁷.

Quando as associações de previdência de carácter voluntário começaram a ser fundadas entre os trabalhadores da Península de Setúbal organizaram também, fundamentalmente, artesãos e pescadores. O mutualismo foi a primeira forma de organização destinada a mitigar a insegurança imposta pelo trabalho assalariado, procurando reorganizar ancestrais formas de ajuda mútua enraizadas quer no mundo artesanal quer nas comunidades piscatórias. Estas assumiam, após a extinção das corporações, um carácter informal, que pervive durante todo o período em análise. Entre praticamente todos os ofícios, era muito comum reunir-se «a classe para socorrer um companheiro (...) há muito adoentado»⁹⁴⁸.

A assistência mútua assumiu diferentes formas, entre as quais se destacavam os espectáculos em favor de operários impedidos de trabalhar, viúvas ou órfãos e as subscrições. As notícias de «benefícios» diversos abundam na imprensa local, como é o

⁹⁴⁷ Pedro Pentead, *Confrarias portuguesas da Época Moderna*, p26-36

⁹⁴⁸ «Padeiros», *O Distrito*, 8 de Abril de 1897, p1

caso do espectáculo dramático cujo produto reverterá em favor de um velho trabalhador (...) impossibilitado de angariar, pelo trabalho, os meios de subsistência»⁹⁴⁹.

As associações de base territorial também nasceram de solidariedades informais que se concretizavam em subscrições ocasionais e que assentavam em rede organizadas nos espaços residenciais. A *Associação de Socorros Mútuos Instrutiva de Beneficência Familiar* foi fundada em 1923 no bairro mais pobre de Setúbal (Bairro da Cata), pelo proprietário de uma taberna local, onde normalmente se organizavam os peditórios para fazer os funerais dos mais pobres residentes do bairro – pescadores e trabalhadores das fábricas de peixe⁹⁵⁰.

Por outro lado, os relatórios de receitas e despesas destas associações comprovam que o seu desenvolvimento assentou em alargados laços de solidariedade a nível local. Para os fundos da associação contribuem iniciativas diversas promovidas pelos sócios, bazares⁹⁵¹, subscrições⁹⁵², lotarias, espectáculos em benefício da associação⁹⁵³, etc. Este tipo de iniciativas fomentava um crescente envolvimento das populações na actividade associativa, contribuindo para a integração dos diferentes estratos das classes trabalhadoras nas estruturas germinadas em meio artesanal.

Estas estruturas, no período de germinação, reflectem o carácter corporativo, interclassista e até religioso herdado das antigas estruturas organizativas, como demonstram as suas práticas, códigos comportamentais e condições de admissão. Podiam ser sócios da *Associação dos Artistas Almadenses*, por exemplo, todos os oficiais das diversas artes e ofícios, moradores no concelho, os escritores públicos que tivessem pelo menos seis anos de residência no concelho, os aprendizes de todas as

⁹⁴⁹ «Benefício», *Germinal*, 23 de Abril de 1905, p2

⁹⁵⁰ Vasco Rosendo, *Mutualismo em Portugal*, p366

⁹⁵¹ Processo do *Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada*. 1858-1902. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁵² Em 1879 foi recebido de quotas 771\$800, idem de partes de doentes 1\$120, idem de subscrição 4\$800, idem de donativos 251\$600. Foi despendido em subsídios aos sócios 96\$040, em medicamentos 429\$586, idem ao facultativo 300\$000, idem ao cobrador 68\$505, idem em livros impressos e papel 18\$730. Processo do *Montepio de Nossa Senhora do Monte da Caparica. Caparica*. 1864-1902. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

⁹⁵³ Processo do *Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada*. 1856-1904. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

artes e ofícios com dois anos completos de ofício e todos os empregados da associação. Entre as condições de admissão destacava-se o bom comportamento civil e religioso⁹⁵⁴.

Com efeito, analisando os estatutos das primeiras associações fundadas na região é possível identificar significantes vestígios do legado corporativo mas também a tentativa de organizar a resistência artesã à progressiva perda de controlo sob o processo produtivo e o mercado de trabalho. A *Associação dos Artistas Almadenses*, fundada em 1856, tinha por fim «proteger as indústrias domiciliadas em Almada da seguinte forma: 1º Estabelecendo um cofre de socorros para os Associados; 2º Estabelecer uma escola nocturna de gramática e língua portuguesa, e aritmética prática; 3º Criar um curso nocturno de desenho aplicado às artes; 4º Procurar trabalho para os seus associados». É possível compreender que os seus propósitos iam para além dos socorros mútuos, constituindo a sua fundação uma estratégia para perpetuar o papel das associações de trabalhadores artesanais na formação profissional e na gestão do mercado de trabalho⁹⁵⁵.

As mesmas características identificam-se na *Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada*, fundada em 1876. À semelhança do que sucedia no Antigo Regime, o ofício sobrepunha-se à condição de assalariado, podendo ingressar na associação os donos de estabelecimentos de tanoaria, desde que fossem tanoeiros. Era ainda o universo da oficina artesanal que se plasmava na composição social destas agremiações. Os sócios dividiam-se em mestres ou encarregados de dirigir as respectivas oficinas, oficiais de tanoeiros e aprendizes de tanoaria que tenham completos dois anos de aprendizagem⁹⁵⁶.

Para além das antigas lealdades profissionais, estas associações primordiais entrelaçavam estratégias de ofício com familiares. Os sócios que fossem mestres de alguma oficina eram obrigados a admitir nela com preferência os oficiais entre os associados. Tinham ainda de admitir como aprendizes os filhos dos sócios falecidos.

⁹⁵⁴ Processo da *Associação dos Artistas Almadense* (1856), Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁵⁵ Processo do *Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada*. 1856-1904. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁵⁶ Processo da *Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada*. 1876-19877. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

Tinham direito a socorros as viúvas dos sócios sem filhos para as amparar e enquanto não se voltassem a casar⁹⁵⁷.

O legado corporativo não foi herdado apenas pelos artesãos, os fortes vínculos que uniram determinadas classes profissionais podem ser explicados como a reprodução deste tipo de solidariedades seculares, assentes no local de trabalho. Os ferroviários barreirenses também se organizaram numa base profissional com o fim de socorrer-se mutuamente na doença, prisão, impossibilidade de trabalhar e na realização da última homenagem. A *Associação Humanitária do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste*, fundada em 1871, admitia apenas funcionários da Companhia⁹⁵⁸.

Como já foi referido, o associativismo operário não teve apenas a oficina como cadinho. Em alguns contextos da Península de Setúbal, foi entre as comunidades piscatórias, também estas com uma secular tradição corporativa, que floresceram as primeiras estruturas organizativas. Em 1851, procurou-se fundar o *Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal*, tendo por fins «dar socorros nas doenças e convalescenças, suas e das respectivas famílias, fazer empréstimos sobre penhores para concerto e fabrico de embarcações e promover tudo do que possa resultar melhoramento para a classe». Propunha-se que o fundo da associação fosse formado por «um quarto de quinhão de cada embarcação», sendo «cada dono ou dona de embarcação de pesca inscrito em um livro para isso destinado». Este projecto não foi aprovado, por não estar de acordo com a lei de 23 de Abril de 1845, mas o argumento principal foi o de que os pescadores não tinham recursos suficientes para sustentar semelhante associação⁹⁵⁹.

Os pescadores seixalenses lograram então, apenas em 1897, fundar a *Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol do Seixal*. Os seus membros dividiam-se em sócios de primeira classe – mestres e companhas das embarcações de pesca de anzol que provem estar matriculados como pescadores de anzol no registo

⁹⁵⁷ Processo da da *Associação dos Artistas Almadense* (1856). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁵⁸ Processo da *Associação Humanitária do Pessoal dos Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo* (1871-1872). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁵⁹ Processo do *Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal* (1851-1852). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

marítimo – e de segunda classe – indivíduos de ambos os sexos estranhos à classe marítima⁹⁶⁰.

Os marítimos de Setúbal eram igualmente uma classe profissional onde a reciprocidade estava secularmente enraizada. A *Associação Marítima de Socorros Mútuos* foi fundada em Maio de 1892 com 400 sócios⁹⁶¹ - valendo aos associados quando impedidos de trabalhar⁹⁶². Em 1901, «à classe marítima de Setúbal cabia a glória de manter a organização profissional mais unida, com melhor movimento de fundos em Portugal»⁹⁶³.

Finalmente é de referir que estas associações, muito embora formais, sustentavam outras formas de entajuda ocasionais, semelhantes às informalmente organizadas. As subscrições a favor de companheiros de trabalho, como foi o caso da subscrição em favor de um marítimo que ficou sem um braço em Junho de 1904 e que rendeu noventa mil reis⁹⁶⁴, eram comuns, bem como os bandos precatórios em favor das famílias vítimas de naufrágios, como o ocorrido em Abril de 1913, organizado pela Associação de Classe dos marítimos, com a ajuda das restantes, e os benefícios no Casino Setubalense e na Casa de Recreio do Povo, que renderam 108\$815⁹⁶⁵. Este tipo de iniciativas estendia-se a marítimos de outras localidades demonstrando a importância dos laços de ofício. Em Dezembro de 1911 uma comissão de Marítimos em Setúbal «promove uma subscrição a favor das famílias dos seus camaradas de Sines mortos num temporal que rendeu 127\$070»⁹⁶⁶.

Esta ajuda mútua informal era também praticada nas fábricas e nas associações de classe⁹⁶⁷. «João Fusco, soldador, achando-se quase cego de todo há dois anos, e doente há quatro, tendo sempre sido socorrido pelos seus companheiros de classe (...) vem agradecer o socorro pecuniário de todas as semanas. Neste agradecimento junto o

⁹⁶⁰ Processo da *Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol do Seixal* (1897-1998). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁶¹ «Nova Associação», *O Distrito*, 8 de Maio de 1892, p2

⁹⁶² Resposta da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910), p642

⁹⁶³ *O Trabalho*, 25 de Maio de 1901, p2

⁹⁶⁴ *O Trabalho*, 10 de Julho de 1904, p3

⁹⁶⁵ *O Trabalho*, 20 de Abril de 1913, p3

⁹⁶⁶ *O Trabalho*, 10 de Dezembro de 1911, p3

⁹⁶⁷ Resposta da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910), p102

de minha mulher e de meus três filhos. Pelas pobres crianças é mais intensa e funda a minha gratidão para com tão bons companheiros»⁹⁶⁸.

Nas primeiras décadas do século XX, as associações de socorros mútuos, reabilitando e adaptando a herança corporativa, superaram progressivamente alguns dos seus traços mais arcaicos, como o carácter exclusivista, oferecendo ao operariado em formação uma ferramenta fundamental para a organização de uma solidariedade mais alargada. Como foi verificado além-fronteiras, as transformações na organização do trabalho, mesmo no seio do mundo artesanal, induziram também um progressivo recuo no carácter interclassista herdado do antigo regime. Estas agremiações, agrupando no seu conjunto milhares de trabalhadores, abrindo gradualmente as suas portas e diversificando os seus propósitos, constituíram o cadinho primordial do movimento organizativo da classe operária.

Na alvorada do movimento, muitas associações de socorros mútuos contaram com o apoio de elementos externos às classes trabalhadoras, usualmente considerados *protectores*. Segundo os estatutos, estes apenas contribuíam para a prosperidade da associação, não reivindicando qualquer prestação. Eram recorrentemente louvados pelos corpos directivos e nas assembleias-gerais⁹⁶⁹ e os seus contributos discriminados nos relatórios anuais da associação⁹⁷⁰.

Em alguns casos, os seus contributos tiveram um significativo peso nas receitas destas sociedades durante os seus primeiros anos. Para a fundação da *Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica*, em 1864, foi contraído um empréstimo a dois notáveis locais. Para além disso, entre as jóias dos sócios fundadores destacam-se diferentes valores

⁹⁶⁸ «Agradecimento à Classe dos Soldadores», *O Distrito*, 24 de Outubro de 1897, p1

⁹⁶⁹ Processo da *Associação de Socorros Humanitária Barreirense* (1868-190-). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁷⁰ Em 1887 os 25 sócios protectores contribuíram para a receita da associação com 45\$900, ao passo que os 255 participantes pagaram 896\$100 de quotas. Entre estes foram beneficiados com subsídios e medicação 112 homens e 22 mulheres. Durante este ano sete sócios inabilitados receberam 100 reis diários. Processo da *Associação de Socorros Mútuos* é a *Associação Setubalense das Classes Laboriosas* (1855-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

correspondentes a distintos estratos sociais. Serão os credores e os contribuintes com os mais altos valores que dirigirão a sociedade nos seus primeiros anos⁹⁷¹.

Entre os sócios protectores desempenhando um significativo papel no progresso do mutualismo destacou-se, em Almada, o industrial Henry Bucknall, cujo contributo foi fundamental para o florescimento de uma das mais importantes associações de socorros mútuos locais, a *Primeiro de Dezembro*⁹⁷². Em 1884, é fundada a *Associação dos operários da Cortiça e Artes Correlativas 1º de Dezembro* numa assembleia-geral que teve lugar a 24 de Maio de 1884, contando com a presença de 106 homens. É possível que esta tivesse sido uma tentativa de uma parte dos operários da cortiça cindir com a associação homóloga protegida por Henry Bucknall. Os seus estatutos, todavia, não foram aprovados⁹⁷³.

Alguns empregadores optaram também por apoiar e dirigir caixas de socorros no seio das empresas, no sentido de tutelar a iniciativa dos seus operários. Na Fábrica de Lanifícios da Arrentela foi fundada em 1883 uma *Caixa de Socorros* para os respectivos operários, por iniciativa da gerência. A sua sede era na própria fábrica⁹⁷⁴. Entre 1883 e 1885 funcionou ainda a *Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste*, com a tutela da Companhia, sendo a iniciativa de João Pedro Tavares Ribeiro, director da mesma, e a presidência de Miguel Pais, também presidente da companhia⁹⁷⁵.

O desenvolvimento destas associações tendeu a minimizar o papel de industriais e outros notáveis locais e a importância dos seus contributos⁹⁷⁶. A quotização dos sócios

⁹⁷¹ Fundo da *Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica*. Arquivo Histórico de Almada

⁹⁷² No ano de 1896 da receita total de 303\$575 reis, 105\$000 correspondia ao donativo de Henry Bucknall. Nos primeiros anos do século XX o subsídio apenas aumentara para 125\$000 enquanto a receita total alcançara os 1280\$250. Processo da *Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro*. 1882-1904 Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

⁹⁷³ Processo da *Associação dos operários da Cortiça e Artes Correlativas 1º de Dezembro*. 1884-1885 Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

⁹⁷⁴ Processo da *Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela* (1883-1887). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁷⁵ Processo da *Caixa de Socorros dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste*. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁷⁶ No ano de 1896 da receita total de 303\$575 reis, 105\$000 correspondia ao donativo de Henry Bucknall. Nos primeiros anos do século XX o subsídio apenas aumentara para 125\$000 enquanto a receita total alcançara os 1280\$250. Processo da *Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro*.

protectores, relevante nos primeiros anos, deixa gradualmente de surgir nos relatórios de contas⁹⁷⁷. Por outro lado, a limitação estatutária do papel dos elementos externos às classes trabalhadoras demonstra uma intencional pretensão de garantir a autonomia das mesmas. Na *Associação Setubalense das Classes Laboriosas*, «o número de sócios não operários nunca poderá exceder um terço dos sócios natos»⁹⁷⁸. Na *Associação Fraternal dos Operários de Setúbal* estava também estatutariamente consagrado que «os membros de que se compõe tanto a direcção da assembleia-geral como a administração, em tempo algum poderão ser outros que não sejam associados operários ou artistas»⁹⁷⁹. Mesmo na *Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela*, os sócios filantrópicos podiam ser eleitos para cargos de direcção mas nunca mais de dois para a mesma gerência⁹⁸⁰.

Este processo de exclusão dos empregadores e notáveis foi igualmente polémico, não se chegando a encerrar definitivamente as portas aos elementos estranhos às classes trabalhadoras. Os sindicalistas combateram a tutela patronal nas caixas de socorros dentro das fábricas, procurando integrar os serviços de mutualidade nos sindicatos. Assim argumentavam perante os cerâmicos de Palença: «Dissemos e repetimos: a caixa é de necessidade para os operários; o que porém reveste uma torpe especulação é não a quererem na associação e estarem debaixo da tutela do patrão, quando ao menos na vida associativa podiam estar livres dela»⁹⁸¹. Assim era na *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalenses*, fundada em 1899. Era a Associação da Classe

1882-1904 Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

⁹⁷⁷ Processo do *Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada*. 1858-1902. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁷⁸ Em 1887 os 25 sócios protectores contribuíram para a receita da associação com 45\$900, ao passo que os 255 participantes pagaram 896\$100 de quotas. Entre estes foram beneficiados com subsídios e medicação 112 homens e 22 mulheres. Durante este ano sete sócios inabilitados receberam 100 reis diários. Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁷⁹ Processo da *Associação Fraternal dos Operários de Setúbal* (1855-1859). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁸⁰ Processo da *Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica da Arrentela* (1883-1887). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁸¹ «O Sindicalista em Almada», *O Sindicalista*, 5 de Março de 1911, p4

Piscatória da Vila do Seixal que financiava a sociedade em 40%, sendo o remanescente coberto com o valor das quotizações e juros⁹⁸².

A autonomia das associações operárias procurava ainda vincar a fronteira entre o socorro mútuo e a caridade, um sentido de dignidade e auto-suficiência entre os trabalhadores que se manifesta num episódio passado em 1895 entre os soldados de Setúbal, confrontados com uma grave crise de trabalho, e uma «comissão de senhoras» que instituíra uma «sopa económica». Os operários recusaram as 30 senhas oferecidas pela comissão, «protestaram contra esta forma de socorro, preferindo a fome» e distribuíram «um manifesto contra a caridade»⁹⁸³.

Essa mesma tendência verifica-se no discurso do Presidente da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro, durante a inauguração solene do seu posto médico, em 1931. «Afirma que o mutualismo foi criado para servir os trabalhadores na doença e na velhice. Refere-se a certas instituições de caridade, organizadas por senhoras aristocráticas para exteriorização muitas vezes da sua vaidade e diz que o próprio trabalhador é que deve encarar e organizar o seu futuro». Os mutualistas locais repudiavam a caridade mas defendiam a intervenção do Estado na previdência, defendendo o mesmo orador que «o Estado deve dar subsistência a todos os seus membros» e criticavam o governo pela demora na ratificação dos Seguros Sociais Obrigatórios⁹⁸⁴.

3.2.1.2 A GERMINAÇÃO DO COOPERATIVISMO ENTRE OS TRABALHADORES

Os primeiros projectos de cooperação na área de estudo surgem por iniciativa de classes profissionais previamente organizadas em associações de socorros mútuos ou de classe, não se distinguindo por vezes as suas diferentes funções. É o caso da *Associação de Classe, Cooperativa de Produção dos Artistas Tanoeiros Almadenses*, fundada em 1895, por oito tanoeiros. O seu fim era «estabelecer oficinas de tanoaria e executar nelas todo e qualquer trabalho, respeitante à classe, que, avulso ou por contracto lhe seja

⁹⁸² Processo da *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalenses* (1899-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

⁹⁸³ *O Distrito*, 3 de Fevereiro de 1895, p2

⁹⁸⁴ «A sessão solene na Associação de Socorros Mútuos», *O Almadense*, 3 de Maio de 1931, p5

encomendado; promover o aperfeiçoamento dos trabalhos da classe e dos seus produtos; Pugnar pelos interesses da classe; Facultar instrução aos sócios quando os recursos económicos da associação o permitirem e proporcionar-lhes socorros na inabilidade»⁹⁸⁵.

Esta cooperativa deverá ter sido fundada na sequência da greve dos tanoeiros de Maio de 1895. De facto, segundo o debate nas reuniões da Federação das Associações de Classe de Lisboa, julgando a greve vencida, alguns tanoeiros decidem fundar cooperativas de produção. À data, Azedo Gneco faz votos para que os tanoeiros vençam a greve, mas diz que «quem julga que uma cooperativa salva uma greve, não sabe o qual é uma coisa e outra». Ainda relativamente a este assunto, «explica que as cooperativas são boas fundadas em princípios socialistas; e se elas obedecem a uma fundação burguesa, são mais prejudiciais do que sendo por conta do capitalista. Diz mais que os companheiros tanoeiros estão desorientados, porque vão fundar cooperativas tendo que recorrer ao capital burguês, por isso vê que a greve por esta forma é mal resolvida. Faz justiça à união dos tanoeiros, mas no momento, o que é preciso é boa orientação e recursos materiais que não existem»⁹⁸⁶.

As cooperativas de produção surgem intimamente ligadas às estratégias de resistência dos artesãos. Foi também durante a crise dos primeiros anos da última década de oitocentos que, perante a diminuição dos salários, um grupo de soldadores de Setúbal decide fundar uma fábrica de conservas em que o capital é formado por 5000 acções de 2\$000 reis cada⁹⁸⁷. Em 1898 é ainda fundada a cooperativa de Cooperativa de produção de conservas *A Lucta* por «grande número de operários de diferentes classes»⁹⁸⁸, cujos estatutos são aprovados no ano seguinte⁹⁸⁹. Em 1909, os quadradores de Almada, confrontados com a extinção da sua secção na fábrica Vilarinho no Caramujo decidem também «constituir uma cooperativa com a fiscalização da Associação dos Corticeiros como societária»⁹⁹⁰ - a *Social*⁹⁹¹.

⁹⁸⁵ Escritura de constituição da Sociedade cooperativa, de responsabilidade limitada, denominada Sociedade Cooperativa dos Operários da Fábrica de Fiação e Tinturaria em Olho-de-Boi. Livro de escrituras do Cartório Notarial de Almada, 1895, fl15-19

⁹⁸⁶ Actas das reuniões da Federação das Associações de Classe 1895-1896, Sessão de 16 de Maio de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

⁹⁸⁷ *O Distrito*, 23 de Abril de 1891 e 26 de Abril de 1891, p2

⁹⁸⁸ *O Distrito*, 18 de Setembro de 1898, p1

⁹⁸⁹ *O Elmano*, 29 de Julho de 1899, p2

⁹⁹⁰ «Em Almada», *O Corticeiro*, 11 de Dezembro de 1909, p1

⁹⁹¹ «A indústria Corticeira», *O Corticeiro*, 24 de Setembro de 1910, p1

Em alguns casos a fundação de cooperativas de produção consistia numa resposta dos artesãos à mecanização do Trabalho. Em 1914, os sapateiros setubalenses, confrontados com «a introdução de máquinas nas respectivas oficinas reclamaram primeiramente contra tal facto evidenciando os prejuízos materiais que lhes adviriam. Depois, vendo infrutíferos os seus esforços para que justiça lhes fosse feita, apelaram para a greve (...). Como, porém, o conflito não se solucionasse com a rapidez que seria de desejar, resolveram instalar uma oficina na *Associação dos Trabalhadores do Mar*, passando a exercer a sua actividade auxiliados por muitas pessoas e algumas colectividades operárias locais»⁹⁹². Os grevistas abriram uma oficina nos vastos armazéns da Associação Marítima, na rua dos Trabalhadores do Mar, apelando para a solidariedade das classes operárias. «Realmente a importação de calçado de fabrico mecânico e manual, mas por baixo preço, muito os prejudicava»⁹⁹³.

Durante o processo de proletarização determinado pela introdução dos cercos americanos, os marítimos constituíram também várias parcerias de marítimos, para a exploração por conta própria de cercos de pesca - «dispensam-se os patrões, aliás desnecessários para a produção»⁹⁹⁴.

Como é perceptível, entre o movimento cooperativista, no que respeita à produção, destacam-se sobretudo as sociedades fundadas por classes profissionais com uma forte tradição organizativa no Antigo Regime, tendendo estas a assumir um carácter exclusivista. A Sociedade Cooperativa dos *Fabricantes de Calçado de Almada 1º de Maio de 1898* foi fundada por dez fabricantes de calçado moradores na vila de Almada, Cacilhas e Piedade. Admitia apenas «indivíduos que exerçam a profissão de fabricantes de calçado, bem como as viúvas dos sócios que continuarem sob a sua gerência com a indústria de seus maridos»⁹⁹⁵.

Se as cooperativas de produção surgem muitas vezes relacionadas com a luta dos artesãos pelo controlo do processo produtivo, as cooperativas de consumo surgem interligadas à luta dos operários no âmbito do consumo, nomeadamente para enfrentar os abusos patronais no que respeita às necessidades alimentares dos seus trabalhadores.

⁹⁹² «O Sindicalista na província: Setúbal», *O Sindicalista*, 19 de Julho de 1914, p4

⁹⁹³ *O Trabalho*, 3 de Maio de 1914, p1

⁹⁹⁴ *O Trabalho*, 2 de Novembro de 1913, p1

⁹⁹⁵ Escritura da constituição da Sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, denominada «Fabricantes de Calçado 1º de Maio de 1898». Livro do Cartório Notarial de Almada, 1898, fl21-25

O Trabalho de Setúbal aconselhava o «povo marítimo» a fundar uma cooperativa, uma vez que «a maioria dos mestres de cercos em Setúbal são donos de tabernas e mercearias e que obrigam os seus operários a consumirem lá sob ameaça de despedimento»⁹⁹⁶.

Também a fundação da Cooperativa Piedense, decidida na assembleia-geral da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, tinha por objectivo combater a pressão para se comprar nas tendas dos patrões. Antes de fundar a Cooperativa os corticeiros criaram uma comissão encarregada de estudar a questão das tendas, que «aconselha os seus camaradas a não ir nenhum gastar às tabernas ou mercearias dos encarregados ou patrões aonde trabalham, nem tampouco consentir que estes indivíduos lhes descontem na fêria de sábado»⁹⁹⁷.

As cooperativas de consumo, apesar de terem sido promovidas pelas classes profissionais melhor organizadas, tendem a incluir outras camadas sociais, reflectindo diferentes alianças de classe e fracções de classe. A Cooperativa Piedense foi fundada em 1893 por dois operários, um corticeiro, dois tanoeiros, um caixeiro, um carpinteiro e um sapateiro. Na sua base associativa tinham grande peso os corticeiros, mas esta também incluía membros de outras classes profissionais⁹⁹⁸. A Cooperativa Cultural Operária Barreirense foi igualmente fundada na sala da Associação de Classe dos Corticeiros local, mas também veio a envolver toda a comunidade local⁹⁹⁹.

Os corticeiros estiveram ainda envolvidos, contudo, noutros projectos cooperativos, tendo como principais aliados os antigos artesãos. Em 1903, a Cooperativa de Consumo Almadense reforma os seus antigos estatutos. Como representantes da sociedade, compareceram no notário três corticeiros, um cardador, um vidraceiro, um funileiro e um tanoeiro, todos moradores na vila de Almada. As testemunhas foram um solicitador e um corticeiro igualmente residentes na vila¹⁰⁰⁰. A Sociedade Cooperativa 1º de Janeiro de 1895 foi fundada por um serralheiro, um

⁹⁹⁶ *O Trabalho*, 3 de Abril de 1910, p3

⁹⁹⁷ Actas da Assembleia-Geral da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, 2 e 9 de Agosto de 1892. Arquivo Histórico de Almada

⁹⁹⁸ António Alberto Ramos, *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro*, p29-68

⁹⁹⁹ Actas da Assembleia-Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 13 de Novembro de 1910. Fundo próprio

¹⁰⁰⁰ Reforma dos Estatutos da Sociedade Cooperativa Almadense de responsabilidade Limitada (1903). Cartório Notarial de Almada, Livro de escrituras de 1903, fl40-47

carpinteiro, um professor, um calafate, um cortador, três sapateiros, um tanoeiro e um corticeiro, todos moradores em Cacilhas¹⁰⁰¹. A 13 de Novembro de 1904 é fundada a Sociedade Cooperativa Operária de Consumo *A Fénix*, de responsabilidade limitada. Os outorgantes eram dois proprietários e cinco corticeiros, residentes em Almada, e um caldeireiro, um corticeiro e um empregado do comércio residentes em Cacilhas, delegados dos demais fundadores. As testemunhas foram dois corticeiros almadenses¹⁰⁰².

O mesmo tipo de aliança é verificada na vila do Seixal, na *A sociedade Cooperativa de Consumo Operária 16 de Julho de 1897*, fundada por dois corticeiros, dois Garrafeiros, um padeiro, um pedreiro, um barbeiro e um sapateiro moradores na Amora¹⁰⁰³ - bem como em Setúbal -, onde em 1911 é fundada a *Sociedade Cooperativa de Crédito, Consumo e Edificação A Corticeira Setubalense* por nove operários corticeiros residentes em Setúbal e aberta a todos «sem distinção de profissão, crença ou nacionalidade»¹⁰⁰⁴.

Os artesãos, todavia, também se aliaram a proprietários para estabelecer cooperativas de consumo que se distinguiam nos seus objectivos das sociedades mais nitidamente operárias. No mesmo mês e ano em que é fundada a *Cooperativa de Consumo Operária 16 de Julho de 1897*, é firmada a *Sociedade Cooperativa de Consumo e Crédito 29 de Julho de 1897*, desta vez por dois proprietários, um carpinteiro, um pintor, um calafate, um pedreiro e um carpinteiro. Normalmente estas sociedades mais interclassistas tinham também fins distintos. Para além dos fins comuns às cooperativas de consumo esta sociedade propunha-se «contractar com estranhos os fornecimentos que não possa fazer por sua conta». Admitia somente homens e o seu fundo era composto por quotas, juros e acções¹⁰⁰⁵.

¹⁰⁰¹ Escritura de Constituição da Sociedade Cooperativa de Consumo 1 de Janeiro de 1895. Livro de escrituras de 1895, fl47-49

¹⁰⁰² Constituição da *Sociedade Cooperativa Operária de Consumo «A Fénix»* de responsabilidade limitada. Livro de escrituras de 1904, fl42-50

¹⁰⁰³ Processo da *Sociedade Cooperativa de Consumo Operária 16 de Julho de 1897*. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰⁰⁴ Livro de escrituras de 1911 do Cartório Notarial de Setúbal, fl17-25

¹⁰⁰⁵ Processo da *Sociedade Cooperativa de Consumo e Crédito 29 de Julho de 1897*. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

Também existiram casos, na Península de Setúbal, em que os industriais e seus representantes apoiaram as iniciativas associativas dos seus trabalhadores no domínio da cooperação. Em Novembro de 1916, uma comissão de operários organizou uma cooperativa de pão para os trabalhadores da Fábrica de lanifícios da Arrentela. A comissão procurou o director da fábrica para expor a necessidade dos «operários e suas famílias se libertarem dos exploradores». O director ofereceu-se para facilitar por todos os meios a iniciativa e os activistas ficaram «agradecidos por tão cativante gentileza do seu director»¹⁰⁰⁶. O director da fábrica de lanifícios da Arrentela mandou ainda edificar um prédio para a cooperativa num terreno que «gentilmente cedeu»¹⁰⁰⁷.

Com efeito, tal como nas associações de socorros mútuos, é possível verificar distintas proximidades e distâncias sociais que espelham a estrutura social previamente analisada. No entanto, «as sociedades cooperativas tendem a multiplicar-se e a desenvolver os seus meios de acção, sobretudo entre as classes proletárias», uma vez que o principal objectivo do cooperativismo era «conseguir uma melhoria relativa ao bem-estar daqueles que para manterem a sua subsistência e das suas famílias têm de trabalhar quotidianamente». Por outro lado, e segundo o *Eco do Barreiro*, «além de todas as vantagens da cooperação, temos a salientar o desenvolvimento da solidariedade e o concurso pacífico para a emancipação económica e social das classes menos abastadas, especialmente as do operariado»¹⁰⁰⁸.

Estatutariamente, as sociedades cooperativas tinham por fim «fornecer aos sócios os géneros de primeira necessidade e de consumo ordinário, de boa qualidade, peso exacto e preço módico, facilitando economias e sua capitalização»¹⁰⁰⁹. A propaganda cooperativista, todavia, dirige-se especificamente para o «operário tornado, por intermédio da sua cooperativa, comerciante, luta com o comerciante profissional, num melhor equilíbrio de forças, e assim, o obriga a baixar os preços, que tornando a vida mais acessível, apenas beneficiam o mesmo operário, e contribuem grandemente para um melhor aproveitamento dos seu labor profissional, e posses pecuniárias»¹⁰¹⁰.

¹⁰⁰⁶ *A Voz da Amora*, 26 de Novembro de 1916, p3

¹⁰⁰⁷ *A Voz da Amora*, 24 de Dezembro de 1916, p2

¹⁰⁰⁸ «O Cooperativismo», *Eco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento

¹⁰⁰⁹ António Alberto Ramos, *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro*, p29-68

¹⁰¹⁰ «Cooperativismo», *O Barreiro*, 26 de Fevereiro de 1933, p2

Não obstante os casos já referidos de associações com um pendor inter-classista, as classes profissionais nascidas com a difusão do sistema fabril tenderam a fundar associações com um carácter nitidamente classista. A *Sociedade Cooperativa dos Operários da Fábrica de Fiação e Tinturaria em Olho-de-Boi*, aberta a todos os ramos da indústria, excluía dos cargos directivos os sócios que atingiam a posição de industriais ou os lugares de superior administração ou direcção em estabelecimentos nos quais se exerça indústria similar à da cooperativa¹⁰¹¹. A *Cooperativa Setubalense*, já com uma base territorial, admitia apenas operários, filhas ou esposas de operários¹⁰¹².

Por outro lado, o funcionamento democrático destas sociedades cimentava a experiencia associativa dos trabalhadores. Todos os sócios tinham direito a examinar os livros e documentos da sociedade, a requerer a convocação extraordinária da assembleia-geral, a votar e a ser votado para os cargos da sociedade. Para além das obrigações pecuniárias, os sócios eram obrigados a exercer gratuitamente todos os cargos ou comissões de serviço para os quais fossem eleitos pela assembleia-geral ou nomeados pela direcção e a zelar pelo sucesso da sociedade. A exclusão da sociedade justificava-se em caso do não pagamento das cotas, do não consumo na cooperativa, da recusa em exercer um cargo sem motivo justificativo, da promoção do descrédito da associação, do delito comum e do não cumprimento dos estatutos. A doença ou a falta de trabalho podiam, no entanto, dispensar os sócios de pagar cotas periodicamente¹⁰¹³.

A recusa em exercer os cargos, sobretudo, era gravemente punida e moralmente rejeitada. Em alguns casos ficava estatutariamente fixado que ao sócio que não cumprisse a escala de serviços lhe eram negados os dividendos¹⁰¹⁴. Na Cooperativa de Consumo Piedense chegou a decidir-se oferecer os lucros dos sócios incumpridores a uma instituição de beneficência¹⁰¹⁵. O trabalho voluntário era muito valorizado, tendo-

¹⁰¹¹ Escritura de constituição da Sociedade cooperativa, de responsabilidade limitada, denominada Sociedade Cooperativa dos Operários da Fábrica de Fiação e Tinturaria em Olho-de-Boi. Livro de escrituras do Cartório Notarial de Almada, 1895, fl15-19

¹⁰¹² Processo da *Cooperativa Setubalense* (1892). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰¹³ Reforma dos Estatutos da Sociedade Cooperativa Almadense de responsabilidade Limitada (1903). Cartório Notarial de Almada, Livro de escrituras de 1903, fl40-47

¹⁰¹⁴ Estatutos da Sociedade Cooperativa Cultural Popular Barreirense. Fundo próprio

¹⁰¹⁵ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 5 de Março de 1907. Fundo próprio

se na mesma agremiação deixado de contratar caixeiros e inspectores por decisão maioritária da assembleia em 1902¹⁰¹⁶.

Finalmente é de destacar que, se nas associações de socorros mútuos as elites tiveram um papel destacado, na fundação de cooperativas a sua intervenção foi quase irrelevante. O capital social das cooperativas era constituído com o valor das cotas semanais e do dos estatutos pagos pelos sócios. Os lucros eram divididos pelo fundo de reserva e pelos sócios em função do seu consumo. Em alguns casos, porém, os sócios optavam por investir os lucros em iniciativas diversas em favor dos associados, nomeadamente na criação de caixas de socorros, escolas ou cursos nocturnos¹⁰¹⁷.

O empenho colectivo foi fundamental para a emergência do movimento. A construção da cooperativa Almadense é assim relatada: «Decorridos três meses, cotizando-nos e reunindo amiudadas vezes no mesmo local, onde tínhamos por secretária um banco de carpinteiro, sentíamos a necessidade de uma casa própria. Por fim alugou-se uma loja na rua Garret (...). E então era bonito ver o afan com que todos trabalhavam nos preparativos da sociedade: uns fazendo quartolas e barris, outros tulhas e barricas, e os que menos sabiam destas coisas, montavam toscas prateleiras, enquanto os mais letrados se encarregavam da escritura (...). Para pagamento das despesas de instalação da Cooperativa resolveu-se que cada um de nós contribuísse com 1\$200, afim de não mexer na receita da cotização»¹⁰¹⁸. Trinta e oito anos decorridos, «a Cooperativa no seu belo edifício de 1º andar está dividida em 7 secções, sendo o serviço feito por 27 sócios entre os 300 que actualmente fazem parte da cooperativa e sem remuneração de qualquer espécie»¹⁰¹⁹.

Em 1930, *O Almadense* descrevia as cooperativas locais da seguinte forma: «a estrutura administrativa de todas, com muitos defeitos de organização que diariamente se hão-de fazer sentir no resultado económico, mostra entretanto, iniludivelmente, o lado simpático da solidariedade: o serviço das diferentes secções é escalado e tem de correr por todos. Que dizer, estas cooperativas têm tantos vendedores, tantos caixeiros,

¹⁰¹⁶ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 26 de Março de 1902. Fundo próprio

¹⁰¹⁷ Escritura de constituição da Sociedade cooperativa, de responsabilidade limitada, denominada Sociedade Cooperativa dos Operários da Fábrica de Fiação e Tinturaria em Olho-de-Boi. Livro de escrituras do Cartório Notarial de Almada, 1895, fl15-19

¹⁰¹⁸ José da Costa Leal, um dos fundadores em entrevista ao *Almadense*, 6 de Janeiro de 1929, p3

¹⁰¹⁹ «O 38º aniversário da fundação da S. Cooperativa Almadense», *O Almadense*, 6 de Janeiro de 1929, p3

tantos empregados quanto associados salvo raras excepções daqueles que se escusam e pagam a multa. Mas, como nestas cooperativas não podem ser admitidos senão determinados indivíduos que têm o dia ocupado pelo trabalho profissional, as cooperativas só abrem as suas portas à tarde, nos dias de semana, e de manhã aos domingos unicamente»¹⁰²⁰.

3.2.1.3 FACTORES DE INTEGRAÇÃO E EXCLUSÃO

Como foi referido, a evolução destes movimentos tendeu a promover organizações mais inclusivas. Quer no mutualismo quer no cooperativismo, a superação do estreito corporativismo realizar-se-á com base na proliferação de associações de base territorial, articulando as solidariedades profissionais de vários sectores. A estas podiam pertencer «quaisquer indivíduos que exercessem ofícios, tanto a jornal, como por empreitada, e bem assim empregados na navegação, na agricultura e em outra qualquer indústria»¹⁰²¹.

Este processo foi, contudo, lento e polémico. Na discussão dos estatutos da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, fundada em 1888, a admissão de «todas as classes operárias» é calorosamente discutida pelos «indivíduos das classes de carpinteiros, pedreiros, pintores ou brochantes e canteiros», que constituíam a base associativa original.

O sócio António Henriques da Cruz «não era de opinião a admitir-se todas a classes e as que quisessem juntar-se podiam formar outra associação», ao passo que João Domingos Gomes de Oliveira defende «as conveniências que proporciona» esse alargamento, bem como os «sentimentos humanitários que devemos possuir para que um dia não vejam um operário jazendo no leito da dor pelo facto de lhe não ser admissível a entrada na associação». A admissão na associação de socorros mútuos

¹⁰²⁰ «A cooperação portuguesa», *O Almadense*, 1 de Junho de 1930, p7

¹⁰²¹ Processo da *Associação Fraternal dos Operários de Setúbal* (1855-1859). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

setubalense de «todas as classes operárias» acabou por ser consagrada estatutariamente por voto maioritário¹⁰²².

Com efeito, a base associativa da associação alargou-se a outras classes profissionais, ao longo dos anos, como é observável no gráfico que se segue, referente aos 869 associados da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, entre 1888 e 1920.

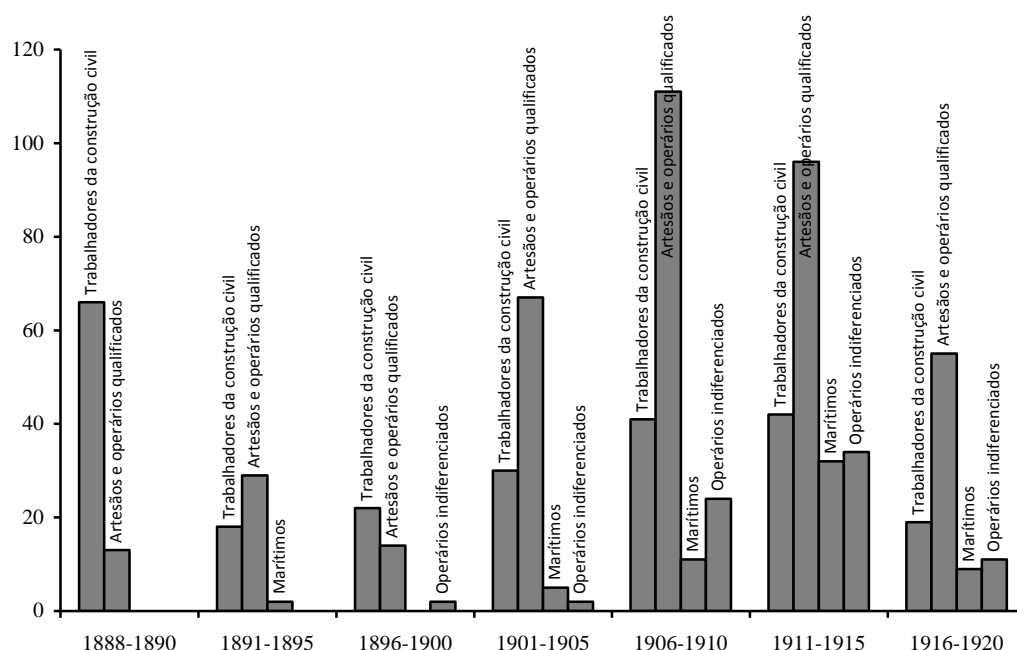


GRÁFICO 26 – COMPOSIÇÃO SOCIAL DA BASE ASSOCIATIVA DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE

É de destacar que ao longo deste período os trabalhadores ligados ao sector da construção civil - sobretudo carpinteiros e pedreiros -, os impulsionadores da associação perdem peso, não obstante representarem uma percentagem significativa dos associados até 1920. É igualmente notável o papel dos artesãos – sapateiros, alfaiates, carpinteiros navais ou tanoeiros - nos primeiros anos de desenvolvimento da mesma, chegando a equiparar os primeiros, bem como a evolução entre finais de oitocentos e a primeira década de novecentos, período ao longo do qual o seu peso decresce face ao espantoso aumento de operários qualificados – soldados, serralheiros ou corticeiros.

¹⁰²² Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 8 de Setembro de 1888. Fundo próprio

É possível ainda observar que é só a partir de meados da primeira década do século XX que os operários indiferenciados e os marítimos começam a partilhar a estrutura organizativa com os estratos supracitados, ainda que sempre em grande desvantagem. Finalmente destaque-se a crescente participação dos trabalhadores ligados ao comércio e serviços – barbeiros, caixeiros, empregados de escritório -, a partir do mesmo período, chegando a suplantam os artesãos e os operários da construção civil, responsáveis pela germinação da associação décadas antes.

É possível interpretar a evolução da composição social da base associativa da Associação de Socorros Mútuos Setubalense à luz do desenvolvimento industrial e urbano, fomentando o crescimento das profissões ligadas à construção civil, ao trabalho industrial, ao comércio e aos serviços. No entanto, é necessário sublinhar que são os trabalhadores especializados, seja artesanais seja industriais, que lideram o movimento.

A força dos laços germinados fora dos locais de trabalho é comprovada pela significativa percentagem de naturais do concelho na base associativa desta associação. Apesar do crescente peso dos forasteiros entre a população da cidade, são os já longamente integrados nas redes de relação comunitárias que dominam.

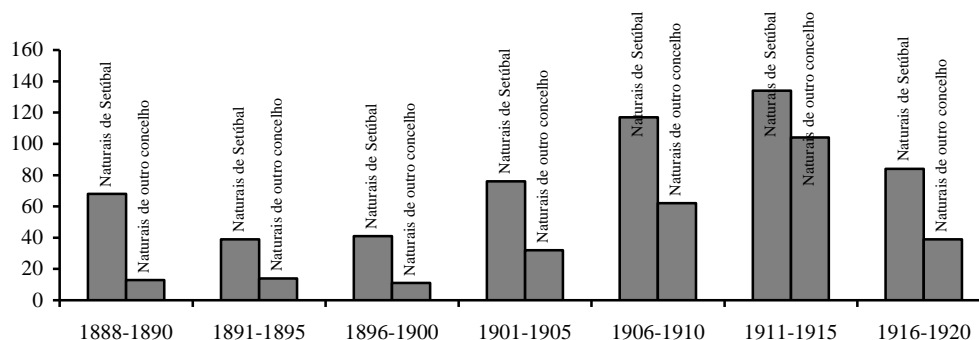


GRÁFICO 27 - ANÁLISE DA NATURALIDADE DOS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE

É de sublinhar, porém, que esta proporção se atenua ao longo da primeira década do século XX e ainda mais nos anos que se seguem à revolução republicana, demonstrando, tal como os registos de casamento, a crescente capacidade de integração das famílias recém-chegadas. Não é de descuidar que, no caso analisado, é entre os trabalhadores qualificados, e nomeadamente os soldadores, serralheiros, entre outros, que esta integração é mais facilitada, demonstrando que nestas classes profissionais os laços de ofício mantinham uma eficácia significativa.

No entanto, é sobretudo a integração local que potenciava a expansão das bases sociais destas associações. A diversificação dos seus propósitos destas associações, entre os quais se destaca a crescente importância dada à instrução, com a abertura de escolas¹⁰²³ e cursos nocturnos¹⁰²⁴, foi particularmente importante na implantação das associações nas comunidades operárias. A mais antiga Associação de Socorros Mútuos, a *Associação Setubalense das Classes Laboriosas*, fundada em 1855, tinha por fins «ministrar socorros aos associados nas doenças e convalescenças, no caso de incapacidade completa para o trabalho, na prisão e no funeral; promover a instrução nas classes laboriosas e acudir aos sócios, quando desempregados, com alguns meios ou trabalho». A associação propunha-se mesmo, quando se achasse convenientemente habilitada, a criar aulas nocturnas tanto de instrução primária como de geometria aplicada às artes, e de desenho linear e de ornato para os associados e seus filhos. O valor dado à instrução era tão relevante nesta associação que «o sócio que tiver mandado o filho aprender a ler, escrever e contar, terá direito a pedir socorros de facultativo e botica para esse filho no caso de doença, quando este frequente a aula com aproveitamento»¹⁰²⁵.

A importância dada à instrução pelo movimento mutualista é indissociável da influência republicana no mesmo. Em alguns casos os cursos ministrados nas associações de socorros mútuos eram da responsabilidade de uma missão das escolas móveis pelo método João de Deus, como aconteceu em Sesimbra, em 1899, a pedido da Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre¹⁰²⁶.

Se o enraizamento comunitário promovia a superação do corporativismo, a articulação destas sociedades de previdência com outras formas de associação operária tendia a reforçar os laços germinados entre as classes trabalhadoras. Em Janeiro de 1893, é apresentado um requerimento na assembleia-geral da Associação de Socorros

¹⁰²³ Processo do *Montepio da Nossa Senhora da Assumpção. Almada*. 1856-1904. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰²⁴ Processo da *Associação de Socorros Humanitária Barreirense* (1868-190-). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰²⁵ Em 1887 os 25 sócios protectores contribuíram para a receita da associação com 45\$900, ao passo que os 255 participantes pagaram 896\$100 de quotas. Entre estes foram beneficiados com subsídios e medicação 112 homens e 22 mulheres. Durante este ano sete sócios incapacitados receberam 100 reis diários. Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰²⁶ *O Elmano*, 19 de Abril de 1899, p3

Mútuos Setubalense propondo que se instalasse na sua sede a Filarmónica operária. O primeiro secretário, usando da palavra, afirmou que «filosoficamente não podia deixar de a defender porque os fins das associações operárias de qualquer espécie, não eram tão-somente os especificados nos estatutos delas mas também um fim mais nobre e altruísta que era o de aproximar os operários entre si, congregando natural e evolutivamente as forças do proletariado. Se para este fim se criavam associações, formadas da união de homens um a um mais avante iremos, congregando na mesma casa assim amigáveis uniões entre grupos (...) um passo na grandiosa evolução social, nosso pão de amanhã»¹⁰²⁷.

Por outro lado, a assumpção de diferentes funções, nomeadamente recreativas, facilitava a integração comunitária das m utualidades. Em alguns casos, como a *Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica*, o mutualismo surge mesmo com um papel secundário nos objectivos da associação. De facto os primeiros investimentos desta associação foram a compra de instrumentos, a contratação de um mestre de música e a armação de um coreto no Porto Brandão, só depois se cria a escrituração do montepio e se contrata um médico-cirurgião¹⁰²⁸.

Finalmente, ainda no que se refere aos factores de inclusão, é de referir que a escala e a homogeneidade social das comunidades locais foram igualmente estruturantes, como ilustram os casos de estudo das duas associações fundadas nos pequenos aglomerados do concelho do Seixal. No *Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal* ou *Associação de Socorros mútuos aliança Operária e piscatória da vila do Seixal*, fundada em 1873, admitia-se sócios de ambos os sexos, exigindo-se apenas que os sócios tivessem boa reputação moral e civil, robustez e profissão reconhecida¹⁰²⁹. As listas de sócios conservadas, correspondentes aos anos entre 1873 e 1896, demonstram como estas associações agregaram artesãos,

¹⁰²⁷ Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 23 de Janeiro de 1893. Fundo próprio

¹⁰²⁸ Fundo da *Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica*. Arquivo Histórico de Almada

¹⁰²⁹ Em 1875 são socorridos com subsídios 53 homens e 28 mulheres e com medicamentos 51 homens e 22 mulheres. Em 1878 54 homens e 24 mulheres pecuniariamente e 51 homens e 22 mulheres com medicação. Processo do Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal (1873-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

operários qualificados e indiferenciados e outros estratos das classes populares como caixeiros, empregados e pequenos proprietários.

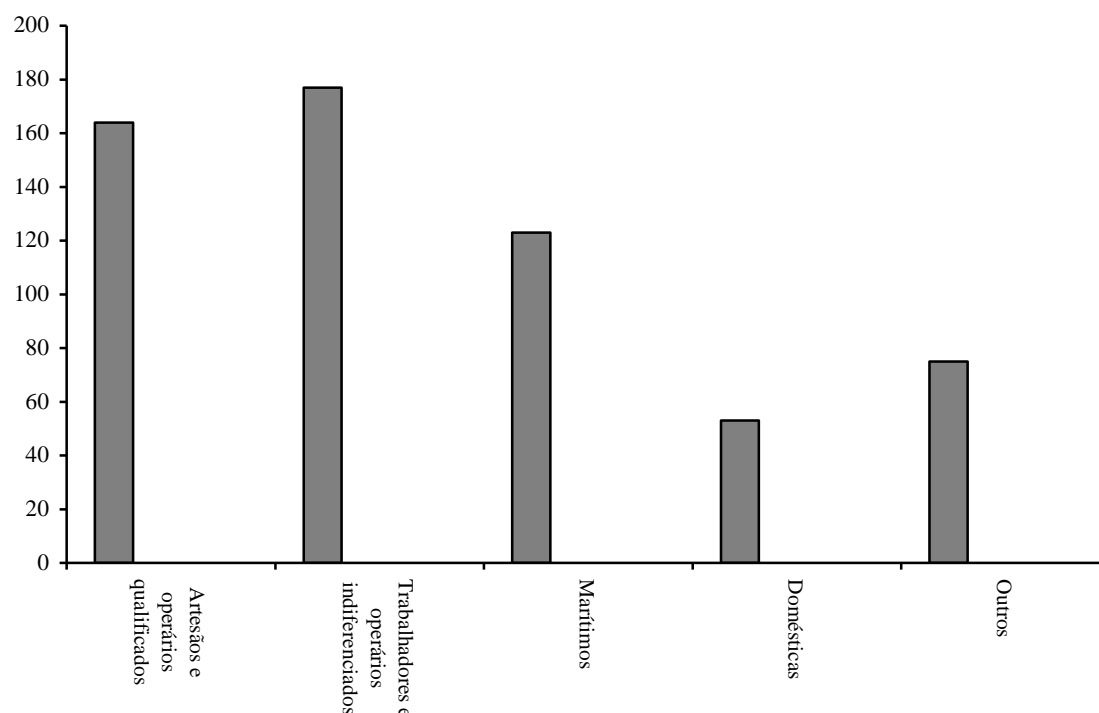


GRÁFICO 29 – COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS ALIANÇA OPERÁRIA E PISCATÓRIA DA VILA DO SEIXAL (1873-1896)

Estes exemplos demonstram que, com base em solidariedades enraizadas nos espaços residenciais, os estratos mais baixos das classes trabalhadoras viram na associação e na ajuda mútua uma forma eficaz de defender os seus interesses, em aliança com elementos melhor posicionados na pirâmide social. Foi o caso do operário da fábrica de lanifícios que em conjunto com um vendedor de lenha e um o pequeno fazendeiro apresentaram o projecto de estatutos do *Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela*¹⁰³⁰. Segundo a listas de sócios do mesmo, porém, fica claro que foram as profissões ligadas à indústria aquelas que maior adesão deram ao movimento. Em 1882, o Montepio supracitado, agrupava uma esmagadora maioria de operários, na sua maioria indiferenciados, o que reflectia a estrutura social do povoado.

¹⁰³⁰ Processo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

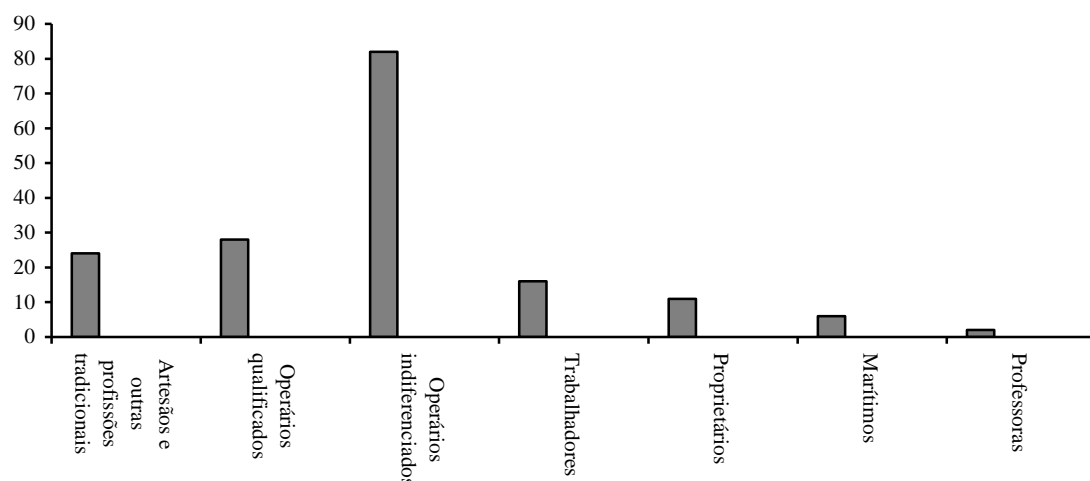


GRÁFICO 30 – ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MONTEPIO DA NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO EM ARRENTELA

A par destes factores agregadores, verificaram-se outros que, pelo contrário, limitaram uma mais ampla solidariedade entre os trabalhadores, entre os quais se destaca o género. A exclusão das mulheres era já uma realidade nas antigas confrarias. Embora houvesse sempre a preocupação de minorar as dificuldades porque passavam as dependentes dos confrades, estas não eram aceites como membros de pleno direito. Nas associações de socorros mútuos a participação efectiva das mulheres foi também muito reduzida¹⁰³¹.

De facto, a divisão sexual do trabalho e o modelo de economia doméstica dominante e incentivado por empregadores e Estado, nos quais a mulher, os menores e o seu trabalho assumem um papel subordinado e complementar, reflectem-se na organização destas associações. O *Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal* é o único caso analisado onde entre os fundadores se encontram mulheres, quatro num total de trinta e quatro pessoas. No entanto, a divisão sexual do trabalho e a economia familiar continuam a determinar a hierarquização dos sócios: «Os facultativos inscreverão em cada receita o grau de parentesco de cada doente e a sua dependência do chefe de família e o nome da embarcação a que pertence»¹⁰³². Na *Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol de Setúbal*, fundada em 1896, é determinado estatutariamente que os socorros se destinam aos sócios e respectiva família - a mulher

¹⁰³¹ Pedro Pentead, *Confrarias portuguesas da Época Moderna*, p26-36

¹⁰³² Processo do *Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal* (1851-1852). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

legítima, os filhos menores até à idade de 15 anos e as filhas solteiras quando vivam com o sócio ou, no caso do sócio ser solteiro, a mãe, irmãos menores e irmãs solteiras¹⁰³³.

De facto, os socorros mútuos, que começaram por se destinar prioritariamente aos chefes de família quando impossibilitados de trabalhar por motivo de doença, tinham como função primordial garantir o sustento dos seus dependentes. As mais antigas associações eram desde logo destinadas ao «infeliz operário» para minorar os «seus padecimentos, é por assim dizer uma ajuda de custo para reunir às faltas de sua família, que (permita-se-nos a expressão), adoece com o seu chefe, e morre quando ele morre! Tal é a desgraçada sorte da classe operária! É a esta classe a quem as associações convêm»¹⁰³⁴.

Não obstante, as mulheres trabalhadoras eram também beneficiárias da entreajuda organizada nos locais de trabalho. Na fábrica Symington em Cacilhas, as «mulheres trabalham de empreitada esforçando-se estas desgraçadas o mais possível para ganhar mais alguma coisa; mas infelizmente nem o salário de jornal tiram. Se por acaso se aleijam são os operários que as socorrem por meio de subscrições»¹⁰³⁵. No entanto, os magros salários que auferiam na indústria não lhes permitiam a sustentação de cotas nestas associações formais. Na maior parte das associações de base profissional a participação de mulheres nem sequer é referenciada e a integração dos menores é condicionada à autorização dos pais.

Nas associações de base territorial é mais comum a admissão de mulheres, muito embora as casadas, segundo a legislação, careçam de autorização dos maridos¹⁰³⁶. A integração das mulheres não foi bem-sucedida, sendo em todos os casos a sua participação muito diminuta. Neste processo verificam-se até lugar a assinaláveis retrocessos. Em Almada, a Associação Filarmónica Protectora do Monte de Nossa

¹⁰³³ Processo da *Associação Marítima de Socorros Mútuos dos Pescadores de Anzol de Setúbal* (1897-1998). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰³⁴ Em 1887 os 25 sócios protectores contribuíram para a receita da associação com 45\$900, ao passo que os 255 participantes pagaram 896\$100 de quotas. Entre estes foram beneficiados com subsídios e medicação 112 homens e 22 mulheres. Durante este ano sete sócios inabilitados receberam 100 reis diários. Processo da Associação de Socorros Mútuos é a Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855-1903). BAHOP. DGCI/RCI/I-S.

¹⁰³⁵ «Cacilhas: Symington», *O Corticeiro*, 26 de Agosto de 1911, p1

¹⁰³⁶ Processo da *Associação de Socorros Mútuos Fraternidade Barreirense* (1898-1904). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

Senhora da Caparica, fundada em 1864 admitia ambos os sexos mas entre os 159 sócios elencados em 1865 não constava nenhuma mulher¹⁰³⁷. A Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, fundada em 1882, admitia ambos os sexos mas as mulheres tinham de ser propostas pelos maridos a par dos menores que tinham de ser propostos pelos pais¹⁰³⁸.

O *Montepio de Nossa Senhora da Assumpção*, fundado na vila de Almada em 1858, também tem uma base local não excluindo estatutariamente as mulheres. Começa por admitir sócios de ambos os sexos, muito embora seja negado às mulheres o acesso a cargos directivos e o direito ao voto em assembleia-geral. Em 1860, esta associação era composta por 118 sócios efectivos dos quais apenas nove eram do sexo feminino¹⁰³⁹. Quando em 1882 são reformados os estatutos, as mulheres são excluídas da associação. Também na *Associação de Socorros Mútuos Humanitária do Barreiro*, os estatutos são alterados em 1879 no sentido de impedir a filiação de mulheres. Em 1880, antes desta reformulação, dos 560 sócios contavam-se apenas 15 mulheres inscritas¹⁰⁴⁰.

Foi igualmente fora dos locais de trabalho e em associações mais enraizadas nas comunidades de residência, que se começou a assistir a uma maior participação das mulheres no movimento. Esta correspondência não pode ser desligada do seu papel na gestão das redes locais de solidariedade. As estruturas de base territorial e não profissional desempenharão um importante papel integrador. As primeiras experiências, contudo, mostram como a transição da tradição corporativa para o associativismo moderno *de porta aberta* foi um processo lento e difícil.

Só muito lentamente e sem negar a estrutura familiar tradicional, a mulher trabalhadora não casada começa a assumir um papel independente no associativismo. Na Associação de Socorros Mútuos União Capariquense, fundada em 1898, os sócios

¹⁰³⁷ Em 1879 foi recebido de quotas 771\$800, idem de partes de doentes 1\$120, idem de subscrição 4\$800, idem de donativos 251\$600. Foi despendido em subsídios aos sócios 96\$040, em medicamentos 429\$586, idem ao facultativo 300\$000, idem ao cobrador 68\$505, idem em livros impressos e papel 18\$730. Processo do *Montepio de Nossa Senhora do Monte da Caparica*. Caparica. 1864-1902. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

¹⁰³⁸ *Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro*. 1882-1904 Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

¹⁰³⁹ Segundo o relatório de 1860 as receitas da associação dividiam entre quotas dos sócios protectores – 12\$480, quotas dos sócios efectivos – 255\$080, jóias - 5\$000, bazar – 318\$600, juros – 13\$000.

¹⁰⁴⁰ Processo da *Associação de Socorros Humanitária Barreirense* (1868-190-). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

eram divididos por classes, a primeira correspondendo aos chefes de família e a segunda aos «indivíduos de ambos os sexos que não tenham constituído família e aos filhos dos sócios com mais de 18 anos». Esta associação prevê a filiação de todo o agregado familiar, considerando «os dois conjugues e os filhos» mas também as mulheres não casadas, que podiam participar nas assembleias-gerais¹⁰⁴¹.

No *Montepio de Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal* ou *Montepio dos Pescadores da Vila do Seixal* era permitido às viúvas dos sócios inscreverem-se tendo, «desde logo direito a socorros». Perdiam este direito logo que passassem a segundas núpcias. Se o sócio falecesse solteiro ficaria a sua mãe com as mesmas vantagens da viúva. Num total de 602 sócios discriminados entre 1873 e 1896 contam-se 57 mulheres, em que apenas quatro declaram uma profissão diferente de doméstica – uma criada, uma operária, uma lavadeira e uma tecedeira.

Eram sobretudo os homens que beneficiavam quer dos subsídios quer dos medicamentos disponibilizados pelas associações de socorros mútuos¹⁰⁴². É de destacar, contudo, que progressivamente a percentagem das despesas com sócios do sexo feminino assume uma proporção significativa¹⁰⁴³. Algumas associações passam inclusive a prever os socorros durante a convalescença do parto¹⁰⁴⁴. Em 1931, no 48º aniversário da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro, em Almada, o presidente sublinha «além do subsídio de doença, inabilidade e funeral, garante-se à mulher mutualista o subsídio de parto, que constitui um verdadeiro dote social no momento em que cumpre a sua mais augusta missão individual: *Ser Mãe*»¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴¹ Processo da *Associação de Socorros Mútuos União Capariquense* 1898-1903. Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

¹⁰⁴² Em 1870 foram socorridos com subsídios 19 homens e com medicamentos 59 homens e 4 mulheres. Em 1876 receberam ajuda pecuniária 18 homens e uma mulher e medicação 64 homens e três mulheres. Processo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela (1866-1872). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰⁴³ Em 1875 são socorridos com subsídios 53 homens e 28 mulheres e com medicamentos 51 homens e 22 mulheres. Em 1878 54 homens e 24 mulheres pecuniariamente e 51 homens e 22 mulheres com medicação. Processo do Montepio de *Socorros mútuos das classes piscatória e artística da vila do Seixal* (1873-1903). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰⁴⁴ Em 1870 a associação tinha 98 sócios, em 1876 125.

¹⁰⁴⁵ «Comemora-se hoje o 48º aniversário da Associação de S.M. Primeiro de Dezembro», *O Almadense*, 20 de Novembro de 1931, p2

As sociedades cooperativas analisadas oferecem, igualmente, dados relevantes para perceber os factores de exclusão baseados no género. Não obstante a esmagadora maioria destas sociedades admitir «indivíduos de ambos os sexos de qualquer nacionalidade que tenham bom comportamento moral e civil»¹⁰⁴⁶, a participação das mulheres foi quase nula no período em análise, tendo em consideração as listagens de sócios conservadas. De facto, prevalecendo a divisão sexual do trabalho e a discrepância entre os salários femininos e masculinos, a mulher surge invariavelmente como dependente do chefe de família, que assume também o papel de sócio¹⁰⁴⁷.

O reconhecimento da mulher trabalhadora, porém, surge com maior veemência do que no movimento mutualista, quer nas cooperativas de produção quer nas de consumo. Na cooperativa dos sapateiros em Almada, «todos os indivíduos sem distinção de sexo e maiores ou emancipados podem ser sócios», inclusive as «mulheres casadas que exerçam a profissão de fabricantes de calçado». «A qualidade de sócio transmite-se a herdeiros da mesma indústria» e «se não houver herdeiros será considerada herdeira a mulher que durante o último ano tiver sido companheira do falecido»¹⁰⁴⁸. Na Cooperativa de consumo Setubalense, «as mulheres de maioridade e boa reputação, não casadas, que sejam consideradas operárias» podiam integrar a cooperativa. A autorização dos maridos era apenas, por obrigação legal, exigida às mulheres casadas¹⁰⁴⁹. Na Cooperativa de consumo Piedense esta cláusula desaparece com a reforma dos estatutos em 1929¹⁰⁵⁰.

Em muitas destas sociedades já não existia qualquer impedimento, estatutariamente consagrado, das mulheres exercerem cargos de direcção ou fiscalização¹⁰⁵¹. O papel da mulher também é crescentemente salientado na propaganda cooperativista, defendendo-se que «a cooperação é a base essencial para a classe

¹⁰⁴⁶ Constituição da *Sociedade Cooperativa Operária de Consumo «A Fénix»* de responsabilidade limitada. Livro de escrituras de 1904, fl42-50

¹⁰⁴⁷ Actas das assembleias-gerais da Cooperativa de Consumo Piedense, 24 de Maio de 1911 e 30 de Novembro de 1911. Fundo próprio

¹⁰⁴⁸ Escritura da constituição da Sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, denominada «Fabricantes de Calçado 1º de Maio de 1898». Livro do Cartório Notarial de Almada, 1898, fl21-25

¹⁰⁴⁹ Processo da *Cooperativa Setubalense* (1892). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

¹⁰⁵⁰ António Alberto Ramos, *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro*, p29-68

¹⁰⁵¹ Constituição da *Sociedade Cooperativa Operária de Consumo «A Fénix»* de responsabilidade limitada. Livro de escrituras de 1904, fl42-50

trabalhadora pois dela vem auxílio moral e material para as mulheres e filhos dos operários»¹⁰⁵².

Para além das questões de género, a herança corporativa pesava também no movimento cooperativo como um poderoso factor de exclusão. É de destacar o caso dos ferroviários, que integrando-se na designada classe operária moderna, tendem, como já foi verificado no mutualismo, a fundar agremiações de índole exclusivista. A *Cooperativa Cultural Popular Barreirense* foi fundada por ferroviários e no período em análise era reservada a esta classe profissional. No mesmo ano, contudo, é fundada por corticeiros a sua congénere, a *Cooperativa Cultural Operária Barreirense*¹⁰⁵³. Esta última teve mais sucesso na integração dos trabalhadores indiferenciados, reunindo na sua base associativa todos os estratos da classe trabalhadora local.



GRÁFICO 30 – COMPOSIÇÃO SOCIAL DA BASE ASSOCIATIVA DA COOPERATIVA CULTURAL OPERÁRIA BARREIRENSE, COM BASE EM 1322 FICHAS DOS SÓCIOS ADMITIDOS ENTRE 1912 E 1934

É de destacar sobretudo o peso que os trabalhadores indiferenciados têm desde a fundação em 1912 até ao início dos anos vinte, superando a classe profissional responsável pela fundação – os corticeiros –, bem como os trabalhadores qualificados. No entanto, quando se inicia a retracção económica e o desemprego atinge especialmente esta camada, são os qualificados que se distinguem como a classe profissional predominante. Os corticeiros, a maior parte dos quais sem significativa especialização, são também gravemente atingidos pela crise de trabalho, perdendo peso entre a massa associativa. Ao contrário do verificado nas associações de socorros mútuos, os artesãos e os trabalhadores do comércio e serviços têm um peso irrelevante

¹⁰⁵² «Comemoração do 37º aniversário da Sociedade Cooperativa de Consumo Piedense», *O Almadense*, 16 de Março de 1930, p4

¹⁰⁵³ Acta da Assembleia-geral de 9 de Maio de 1913. Fundo próprio.

durante todo o período em análise. Os industriais e outros membros do patronato estão praticamente ausentes.

Também é de sublinhar que esta associação reflecte redes de ofício, particularmente dos corticeiros, mas também de migração. Entre os sócios dos quais se conhece a naturalidade – inscritos entre 1922 e 1934 - 84% não nasceram no Barreiro.

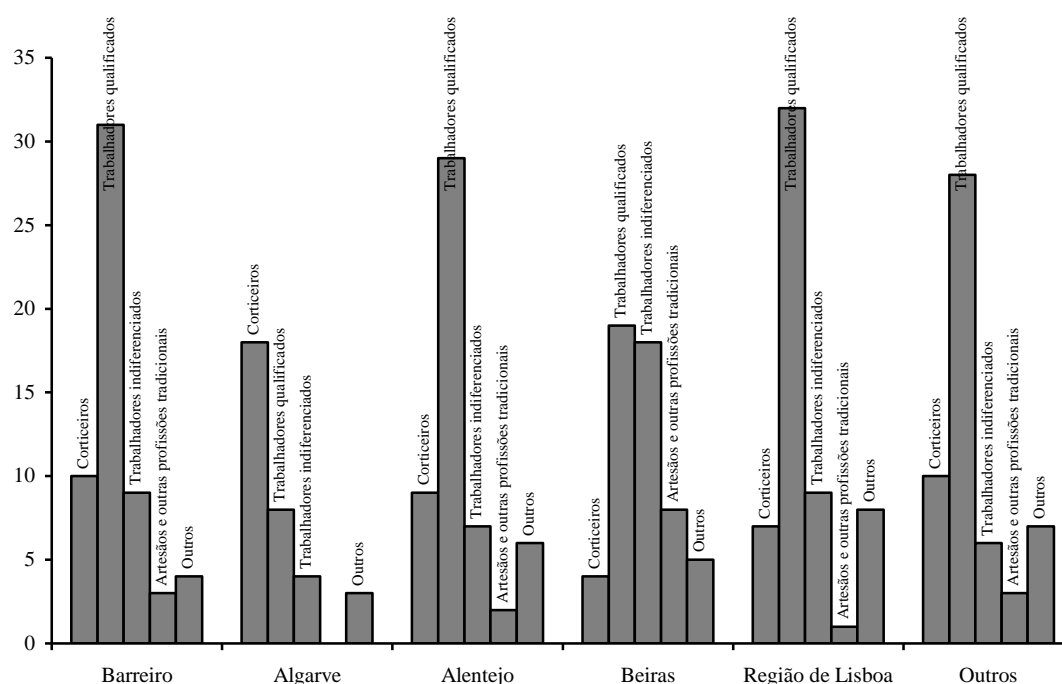


GRÁFICO 31 - ANÁLISE DAS PROVENIÊNCIAS E GRUPOS SOCIAIS DOS SÓCIOS DA SCCOB

As redes de migração surgem genericamente articuladas com as profissionais, particularmente no caso dos corticeiros, provenientes de Silves, São Bartolomeu de Messines, São Brás de Alportel ou Extremoz. Da região centro provêm a maioria dos trabalhadores indiferenciados, destacando-se inúmeros associados de freguesias específicas como São Miguel de Acha, no distrito de Castelo Branco, ou Silvares da Serra no distrito de Viseu. Este caso de estudo demonstra que no movimento associativo se reflectem não apenas a recomposição das redes de ofício mas também as de migração, que funcionavam como importantes factores de integração.

A cooperativa Piedense, também fundada por corticeiros, manteve uma maioria de elementos desta classe profissional na sua base associativa durante todo o período em análise, o que correspondia aliás à composição social da comunidade onde se inseria. De qualquer forma, pode concluir-se que esta agremiação incluía o proletariado fabril,

tendo em consideração que, como já ilustrámos, sob a designação de corticeiros contava-se uma maioria de operários indiferenciados. Em menor proporção ingressaram outros estratos, que também não eram estranhos ao trabalho industrial. Os artesãos não desempenharam um papel significativo e os industriais, comerciantes e outros elementos estranhos às classes trabalhadoras ingressaram em número irrelevante.

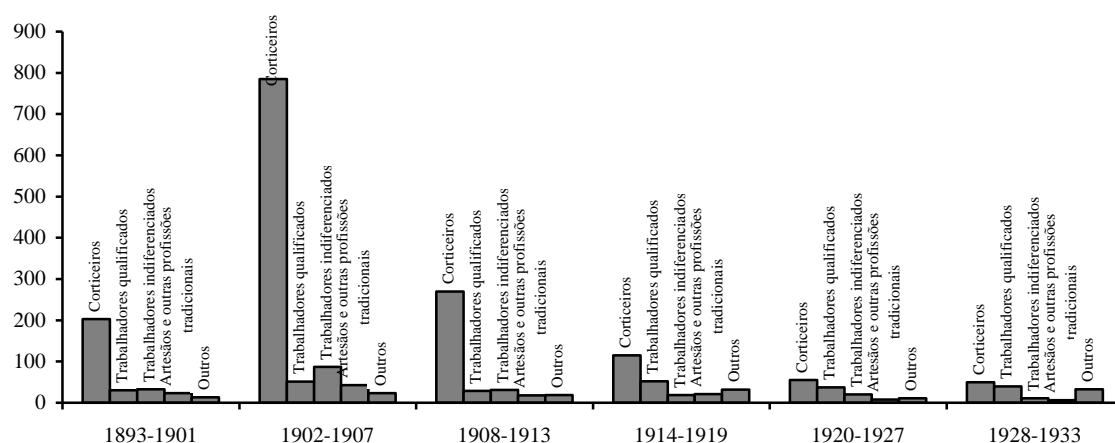


GRÁFICO 32 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DA BASE ASSOCIATIVA DA COOPERATIVA DE CONSUMO PIEDENSE

Tal como sucedia com as sociedades de socorros mútuos, um dos principais factores que contribuiu para a superação do exclusivismo que caracterizara as primeiras sociedades foi a sua integração nas comunidades operárias. Esta integração beneficiava da oferta de uma significativa diversidade de serviços por parte das cooperativas. De facto, na sua maioria, estas tinham propósitos múltiplos¹⁰⁵⁴, o que favorecia um significativo enraizamento local. A sociedade cooperativa de consumo *Club Operário* em Setúbal, por exemplo, pretendia «com os lucros dela» promover «a instrução dos seus membros, proporcionando-lhes, a bem disso, diversões honestas e a criação de um cofre para as paragens de trabalho»¹⁰⁵⁵.

A Cooperativa Piedense, uma das mais relevantes e com maior ligação à comunidade operária local, tinha como fins, «fundar escolas, criar cursos de educação social, instituir bibliotecas, promover e efectuar propaganda dos princípios cooperativistas, associativos, etc., praticar a assistência e a mutualidade, organizar uma caixa de crédito, cooperar, finalmente, por todas as formas para a emancipação das

¹⁰⁵⁴ Processo da *Cooperativa Setubalense* (1892). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas..

¹⁰⁵⁵ Processo do *Club Operário* (1877). Direcção Geral do Comércio e Indústria (DGCI). Repartição de Indústria (R-I). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

classes trabalhadoras»¹⁰⁵⁶. Para a realização destes objectivos os sócios abdicavam dos seus lucros anuais. Estas opções eram calorosamente discutidas nas assembleias-gerais, onde se argumentava que «as cooperativas não se formaram para lucros materiais mas sim morais»¹⁰⁵⁷.

Pudemos verificar na imprensa regional que as cooperativas locais cumpriram em boa parte os seus objectivos. A título de exemplo, em 1921, a cooperativa dos Catraeiros do Porto Brandão dava uma «Festa de três dias, que contará no domingo com regata de vela, e na segunda-feira a remos. Haverá também uma quermesse nos três dias, organizada por banhistas, sendo as barracas de praia, devidamente adornadas, os locais de exibição dos objectos. O produto dos festejos reverterá para a escola fundada por esta cooperativa, no dia 1º Maio. Nestes dias, será disponibilizado aos visitantes um serviço de restaurante e buffet por preços módicos»¹⁰⁵⁸.

É ainda de referir que o papel das cooperativas nestas comunidades foi crescente, devido ao agravamento da carestia de vida que caracterizou todo o período em análise, e que alcançou proporções extraordinárias durante a guerra e o pós-guerra. «O aumento geral dos preços dos géneros alimentares, a ambição de grandes ganhos à custa do consumidor, tudo favorecido pela divisa cambial, pelo ágio do ouro, resultante da crise monetária», provocou «nos meios operários uma propaganda desassombrada, a favor de se conseguir uma melhoria relativa ao bem estar daqueles que para manterem a sua subsistência e das suas famílias têm de trabalhar quotidianamente». «Entre os meios e alvitre apresentados, salienta-se a propaganda do grande princípio da cooperação»¹⁰⁵⁹.

Em 1915, a Cooperativa de Consumo Piedense decide em assembleia, tendo em conta a difícil situação determinada pelo conflito europeu, «manter o princípio cooperativista, que é fazer frente ao comércio particular», reduzindo a percentagem de lucro sobre os bens de primeira necessidade¹⁰⁶⁰. Também em Setúbal, ao deflagrar a guerra, os corpos dirigentes da Sociedade Cooperativa de Consumo *A Corticeira Setubalense*, apreciando a grave crise que vêm sofrendo as classes operárias, resolveram

¹⁰⁵⁶ António Alberto Ramos, *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro*, p29-68

¹⁰⁵⁷ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 10 de Março de 1909. Fundo próprio

¹⁰⁵⁸ «Cooperativa dos Catraeiros: vai realizar no Porto Brandão grandiosas festas», *A Batalha*, 29 de Julho de 1921, p2

¹⁰⁵⁹ «O Cooperativismo», *Éco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento.

¹⁰⁶⁰ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 3 de Outubro de 1915. Fundo próprio

que os sócios podiam levantar além do seu capital mais 8% do consumo pago até à data das reclamações¹⁰⁶¹.

Nestes períodos de crise, os seus vínculos de reciprocidade reforçam-se, no empenho conjunto em dar uma resposta conjunta aos graves problemas com que se depararam as populações. Durante a guerra, as duas cooperativas rivais Barreirenses, dado o alto preço dos bens essenciais, acordam em comprar vários géneros por grosso em conjunto - o que se efectiva desde 1915 até ao armistício¹⁰⁶² - e reduzem os seus lucros ao máximo sustentável para fornecer géneros na melhor qualidade e ao mais baixo preço possíveis¹⁰⁶³.

Estas associações não eram estranhas ainda à instabilidade e insegurança que caracterizam o mundo do trabalho nestas comunidades, constituindo um recurso inestimável para a resistência dos trabalhadores¹⁰⁶⁴. Durante a greve corticeira de 1926, em Almada, que dura cinco semanas, «os operários não recebem férias para fazer face aos seus encargos, vivendo um certo número deles dos créditos dispensados pelas cooperativas»¹⁰⁶⁵.

As cooperativas sustentavam ainda outras formas de solidariedade, em 1930 «a Sociedade Cooperativa de Consumo, Produção e Crédito Piedense, cuja população cooperada é essencialmente constituída por trabalhadores corticeiros (...), deliberou em assembleia-geral, acudir associados que, há semanas sem trabalho, estão impossibilitados de satisfazer os seus débitos. Foi então que, quase unanimemente, se alvitrou a aquisição de cortiça e a sua fabricação, dando assim trabalho aos cooperadores desempregados»¹⁰⁶⁶.

Também a Sociedade Cooperativa Popular Barreirense faz publicar em 1931 a seguinte circular: «atendendo às crises económicas que todos nós, consumidores, temos atravessado e no intuito de beneficiar todos aqueles que assim o desejem, os elementos

¹⁰⁶¹ *O Trabalho*, 16 de Agosto de 1914, p3

¹⁰⁶² Actas das assembleias-gerais da Cooperativa Cultural Popular Barreirense entre 1915 e 1920. Fundo próprio.

¹⁰⁶³ Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 19 de Novembro de 1916. Fundo próprio

¹⁰⁶⁴ Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 15 de Dezembro de 1920 (Greve dos Ferroviários); e 23 de Fevereiro de 1921 (Greve dos descarregadores). Fundo próprio

¹⁰⁶⁵ «A greve dos corticeiros: um comício em Almada», *O Despertar*, 12 de Dezembro de 1926, p2

¹⁰⁶⁶ «A crise corticeira», *O Almadense*, 21 de Setembro de 1930, p4

directivos da Cooperativa, propõem-se a realizar dentro da mesma (...) uma caixa de auxílio para os sócios quando necessitados»¹⁰⁶⁷.

Finalmente, como factor de inclusão pesam os laços que unem as cooperativas às restantes colectividades locais. As cooperativas são formalmente convidadas a participar nas iniciativas das restantes associações, desde a inauguração de clubes políticos – quer republicanos¹⁰⁶⁸ quer socialistas¹⁰⁶⁹ - a actividades culturais e recreativas¹⁰⁷⁰. Nas suas sessões públicas participam também as restantes associações, quer seja na inauguração oficial das sedes¹⁰⁷¹, quer seja na comemoração solene dos seus aniversários, porque «em coisas destas é costume convidarem-se todas as colectividades da terra»¹⁰⁷². As filarmónicas, invariavelmente, *abrilhantavam* estes eventos¹⁰⁷³.

A participação nestas iniciativas não deixa, contudo, de ser polémica, tendo em conta as «diferentes crenças dentro da sociedade». Estas divergências surgiam no que se refere a homenagem a patrões paternalistas¹⁰⁷⁴, dirigentes sindicais ou festas cívicas. Por vezes, mesmo quando os dirigentes eram filiados em associações politicamente mais comprometidas, como era o caso de Bartolomeu Constantino ou Miguel Peças, ambos activos na Cooperativa Piedense e na Associação de Classe, optava-se por não participar em iniciativas que ferissem a susceptibilidade de parte dos sócios¹⁰⁷⁵. É de sublinhar todavia que, no que se refere ao 1º de Maio, as divergências eram superadas, tendo as cooperativas sempre participado na comemoração do dia do trabalhador¹⁰⁷⁶, à semelhança das restantes colectividades locais¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁶⁷ «Cooperativismo», *O Sul e Sueste*, 1 de Novembro de 1931, p1

¹⁰⁶⁸ Acta da assembleia-geral da Cooperativa Cultural Popular Barreirense, 6 de Dezembro de 1913. Fundo próprio

¹⁰⁶⁹ Acta da assembleia-geral da Cooperativa Cultural Popular Barreirense, 27 de Março de 1914. Fundo próprio

¹⁰⁷⁰ Acta da assembleia-geral da Cooperativa Cultural Popular Barreirense, 13 de Dezembro de 1914. Fundo próprio

¹⁰⁷¹ Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 18 de Março de 1913. Fundo próprio

¹⁰⁷² Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 11 de Novembro de 1922. Fundo próprio

¹⁰⁷³ Actas da reunião de direcção da Sociedade Recreativa de Instrução e Recreio Barreirense, 15 de Novembro de 1922. Fundo próprio

¹⁰⁷⁴ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 24 de Abril de 1912. Fundo próprio

¹⁰⁷⁵ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 13 de Fevereiro de 1913. Fundo próprio

¹⁰⁷⁶ Acta da assembleia-geral da Cooperativa Cultural Popular Barreirense, 12 de Maio de 1914. Fundo próprio

¹⁰⁷⁷ Acta da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 28 de Abril de 1915. Fundo próprio

Por outro lado, em determinados períodos, marcados por maior ou menor conflitualidade social, a politização destas estruturas é mais vincada. No primeiro aniversário da Cooperativa de Consumo União Pragalense, em Maio de 1919, «foi inaugurada a respectiva bandeira, que de manhã foi hasteada, sendo à noite cumprimentada a cooperativa por um grupo musical da Academia Almadense, ao qual foi oferecido um copo de água. (...). Como se encontrava presente o camarada Victor Martins, foi este convidado a fazer uso da palavra, ao que da melhor vontade acedeu. Mostrou a utilidade das cooperativas, única forma de combater a desmedida ganância do comércio explorador. Durante esta simples mas significativa festa fez-se por vezes ouvir a *Internacional*»¹⁰⁷⁸.

O enraizamento das sociedades cooperativas nas comunidades de lugar percepciona-se ainda em iniciativas pontuais promovidas por comissões de cidadãos para a promoção de melhoramentos locais, para a subscrição em favor de vítimas de catástrofes naturais ou acidentes, para a organização de bodos aos pobres, entre outras¹⁰⁷⁹.

Para além da sua inserção no tecido associativo local, estas sociedades desenvolveram ainda laços de cooperação mais alargados com as suas congéneres de base operária. Entre outros exemplos refira-se apenas dois. Em 1893, a Confederação Operária Setubalense, fundada essencialmente por operários qualificados, promove a fundação da *Caixa de Crédito e Consumo*, agradecendo à *Cooperativa Miquellense* por lhe oferecer géneros lá produzidos e enviar os seus estatutos¹⁰⁸⁰. Em 1901, as cooperativas de Almada fornecem peixe fresco aos consumidores por acordo estabelecido com a cooperativa piscatória sesimbrense¹⁰⁸¹.

¹⁰⁷⁸ Almada: aniversário de uma cooperativa, *A Batalha*, 25 de Maio de 1919, p3

¹⁰⁷⁹ Actas das assembleias-gerais da Cooperativa Cultural Popular Barreirense entre 1915 e 1920. Fundo próprio

¹⁰⁸⁰ «Confederação Operária Setubalense – Caixa de Crédito e Consumo», *O Distrito*, 1 de Janeiro de 1893, p2

¹⁰⁸¹ *O Trabalho*, 1 de Dezembro de 1901, p3

3.2.2 AS ESTRATÉGIAS CENTRADAS NAS *RELAÇÕES SOCIAIS INDUSTRIAIS*

3.2.2.1 A HERANÇA MUTUALISMO E A RESISTÊNCIA DOS ARTESÃOS

As mais antigas associações de classe da Península de Setúbal reflectem ainda o mundo da oficina artesanal e a herança do corporativismo. Herdavam do associativismo primordial e mesmo das antigas corporações o carácter mutualista e a função de prestar as últimas homenagens aos sócios e seus familiares, possuindo por vezes uma carreta funerária»¹⁰⁸². As funções mutualistas podiam ter um carácter informal através de subscrição em favor de camaradas doentes, como acontecia entre os operários corticeiros de Almada, como «prova de filantropia e dignidade»¹⁰⁸³, mas não deixavam de ser uma tarefa essencial destas estruturas, como comprovam os seus livros de caixa que entre as despesas correntes contavam-se inúmeros auxílios a *camaradas sem trabalho*, bem como a *camaradas presos*¹⁰⁸⁴.

Esta era uma prática generalizada entre as agremiações de carácter sindical. A *Associação de Classe dos Operários da Fábrica de Lanifícios da Arrentela* auxiliava «todos os sócios que se encontrem doentes ou que sejam suspensos ou despedidos injustamente»¹⁰⁸⁵. Os soldadores e os trabalhadores das fábricas de Setúbal também prestavam serviços de mutualidade. A associação de classe dos soldadores, aliás, tinha começado por ser uma associação de socorros mútuos¹⁰⁸⁶. O próprio jornal *O Trabalho*, órgão do Partido Socialista Português na cidade de Setúbal, possuía uma carreta funerária e dois panos, a meias com a *Associação de Classe dos Marítimos*, para o funeral dos seus sócios, sendo estatutariamente uma associação de socorros mútuos¹⁰⁸⁷. A *Associação de Classe Piscatória da Vila do Seixal* promoveu entre os seus sócios a organização de uma associação de socorros mútuos, cedendo sede e 40% das suas receitas a favor do cofre da mesma e obrigando-se a pagar as quotas «dos sócios pobres da respectiva associação de socorros»¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸² Processo da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada* (1897).

¹⁰⁸³ Actas da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, 11 de Setembro de 1892. Arquivo Histórico de Almada.

¹⁰⁸⁴ Livros de Caixa (1908-1922) da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada. Arquivo Histórico de Almada.

¹⁰⁸⁵ «O Sindicalista em Arrentela», *O Sindicalista*, 12 de Março de 1911, p2

¹⁰⁸⁶ *O Trabalho*, 5 de Maio de 1912, p3

¹⁰⁸⁷ *O Trabalho*, 21 de Setembro de 1902, p2

¹⁰⁸⁸ Processo da Associação da Classe Piscatória da Vila do Seixal (1898). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

Por outro lado, as associações de classe contribuíam ainda e significativamente para a sustentação de várias instituições de caridade e beneficência. A imprensa noticia estes contributos, como foi o caso da decisão dos soldadores em 1913 de contribuir anualmente com a quantia de 100\$00 para o asilo dos velhos desta cidade¹⁰⁸⁹. A correspondência do administrador do concelho de Setúbal confirma o seu peso para a manutenção destas instituições, «através de subsídios da Câmara Municipal, das juntas de freguesias e associações de classe»¹⁰⁹⁰.

O que distinguia fundamentalmente as práticas mutualistas do novo associativismo de classe era o facto de nestes casos os socorros englobarem não só a doença mas também a greve – «os grevistas quando em greves parciais são mantidos pelos restantes sócios, que, por rateio, lhes fazem a fêria de 400 réis por dia que forem considerados como grevistas»¹⁰⁹¹.

Ao longo do período em análise, porém, denotam-se importantes evoluções, destacando-se desde logo a recusa do inter-classismo ainda vigente em algumas associações de carácter mutualista. As Associações de classe admitiam «todos os operários com mais de 18 anos, sem distinção de cor, de sexo, nem de nacionalidade, que pertençam, ou tenham pertencido a qualquer ramo da indústria corticeira»¹⁰⁹², mas vedavam estatutariamente o ingresso a elementos externos à classe trabalhadora, explicitamente excluindo «o sócio que se tornar mestre ou patrão»¹⁰⁹³, «oficiais de ofícios, mestres ou contra-mestres»¹⁰⁹⁴, «os patrões, industriais, proprietários da indústria corticeira e seus agentes»¹⁰⁹⁵, «os patrões proprietários da classe»¹⁰⁹⁶, «donos de oficinas»¹⁰⁹⁷.

¹⁰⁸⁹ *O Trabalho*, 23 de Novembro de 1912, p2

¹⁰⁹⁰ Correspondência expedida, Ofício n.º 64 de 27 de Março de 1917 para o governador civil de Lisboa. Fundo da Câmara Municipal de Setúbal.

¹⁰⁹¹ «A greve dos trabalhadores das fábricas», *O Sindicalista*, 12 de Fevereiro de 1911, p3

¹⁰⁹² Processo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹³ Processo da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de Almada (1912). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹⁴ Processo da Associação de Classe dos Manufactores de Tecidos Almadense (1900). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹⁵ Processo da Associação dos Operários Corticeiros do Barreiro (1898). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹⁶ Processo da Associação de Classe dos Operários Descarregadores de Mar e Terra do Barreiro (1911). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹⁷ Processo da Associação de Classe dos Operários Padeiros de Setúbal (1896). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

Mais tarde, em associações heterogêneas, a base classista será estatutariamente garantida na restrição do acesso aos cargos dirigentes. No Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, por exemplo, ficava estabelecido que no conselho técnico estariam delegados das várias categorias profissionais ou ramos, mas que «os empregados ou operários, considerados nos caminhos-de-ferro, como pessoal superior, não podem ser votados, nem eleitos, para qualquer cargo ou comissão do Sindicato»¹⁰⁹⁸. Na *Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria do Barreiro*, «o sócio que passar a comerciante deixava também de interferir nas assembleias»¹⁰⁹⁹. O mesmo estava previsto na Associação dos Condutores de Sal no Rio Sado¹¹⁰⁰.

Esta autonomia era possível graças à experiência acumulada pelo mutualismo. Tal como foi verificado na evolução dos balanços financeiros das associações de socorros mútuos, as receitas das associações de classe dispensavam as contribuições de sócios honorários ou protectores, contando apenas com a contribuição dos sócios e juros das suas contas, que geralmente estavam estabelecidas no Montepio-geral. A sustentabilidade financeira das associações de classe não era de somenos importância, sendo fundamental para cobrir os custos quotidianos com a renda da sede, da garagem da carreta funerária, etc., os funerais, os salários (dos professores, por exemplo, quando eram ministradas aulas), a agitação e propaganda e sobretudo a sustentação dos movimentos grevistas¹¹⁰¹.

Na última década de oitocentos, a emergência de associações de classe destinadas explicitamente à defesa dos interesses económicos e profissionais reflecte sobretudo a necessidade dos artesãos e trabalhadores qualificados, em processo de proletarianização, resistirem à perda de controlo sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho. No que respeita ao processo produtivo, a estratégia principal foi o investimento na formação profissional que continuava a ser um objectivo primordial destas agremiações - «promovendo a ilustração dos operários, desenvolvendo as suas

¹⁰⁹⁸ Processo do Sindicato do Pessoal dos CFSS (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁰⁹⁹ Processo da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas da Vila do Barreiro (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁰⁰ Processo da Associação da Classe Marítima dos Condutores de Sal no Rio Sado (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁰¹ Livros de caixa da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada. Arquivo Histórico de Almada

aptidões e melhorando quanto possível os processos de trabalho»¹¹⁰² ou «prestando oralmente ou por outros meios a instrução aos seus sócios»¹¹⁰³. A par desta privilegiava-se a alfabetização e instrução - «através da criação de uma aula nocturna, de uma biblioteca e celebrando sessões, conferências e saraus»¹¹⁰⁴.

Para além de procurarem preservar o monopólio da formação, as associações de classe dos artesãos e trabalhadores qualificados procuraram também intervir na organização do trabalho, através de regulamentos que negociavam com os empregadores. Em 1907 o conflito em torno do regulamento do trabalho nas fábricas de conservas é mediado pelo presidente do concelho, na qualidade de árbitro escolhido pelos fabricantes e soldadores. Este reflecte bem as tensões criadas pelo avanço do patronato no controle sobre o processo produtivo e a organização do trabalho. Segundo o mesmo, os mestres e contramestres desempenham um papel fundamental, «como representantes do dono da casa» e devem ser respeitados. No entanto este é ainda um processo em curso, uma vez que estes mesmos eram recrutados entre os trabalhadores qualificados, o que justificava a rubrica em que ficava regulamentado que «os mestres e contramestres, sempre que façam causa comum com os operários, principalmente aderindo a movimentos grevistas, serão despedidos, sem readmissão desse cargo»¹¹⁰⁵.

Esta não era uma precaução desnecessária. Entre as classes mais qualificadas e entre as quais a herança do corporativismo e da comunidade de ofício era mais forte, era comum os mestres unirem-se aos operários, como aconteceu em 1920 entre os tanoeiros de Almada, quando após vários dias de greve «os mestres resolvem procurar industriais para solucionar o conflito, e, em caso de recusa por parte destes, solidarizar-se-ão com os operários, entregando as chaves das oficinas aos industriais»¹¹⁰⁶.

Na realidade, a resistência dos antigos artesãos só é definitivamente derrotada no rescaldo do ciclo de agitação social de 1910-1913. O regulamento imposto pelos industriais após a dramática derrota da greve conserveira, reflecte a longa luta dos

¹¹⁰² Processo da Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁰³ Processo da Associação da Classe Marítima dos Condutores de Sal no Rio Sado (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁰⁴ Livros de Caixa (1908-1922). Fundo Documental da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada. Arquivo Histórico de Almada.

¹¹⁰⁵ «Regulamento de trabalho», *O Elmano*, 14 de Agosto de 1907, p1

¹¹⁰⁶ «As greves: em Almada, operários tanoeiros», *A Batalha*, 12 de Fevereiro de 1920, p2

operários qualificados e indiferenciados pelo controlo, quer do processo produtivo quer do mercado de trabalho, incluindo disposições como «a organização e distribuição do trabalho são da exclusiva competência do industrial ou seu encarregado» ou «o industrial poderá manter ou demitir qualquer trabalhador (homem ou rapaz)»¹¹⁰⁷.

Se a resistência à perda de controlo sobre o processo produtivo não teve resultados relevantes nas indústrias em expansão, onde através de uma nova divisão do trabalho se diluía o papel do trabalhador qualificado, o controlo do mercado de trabalho, através das associações mostrou-se mais eficaz. Entre os objectivos das associações de classe, estatutariamente consagrados, destacava-se a necessidade de «assegurar o serviço e trabalho aos sócios», «Organizar uma agência para a colocação dos seus associados», «regularizar e aperfeiçoar os usos e costumes de compartilha, salários, alimentos e fruição da pesca em comum»¹¹⁰⁸, «estabelecer e fazer permanentes os interesses dos operários da classe e bem assim uma tabela de preços fixos»¹¹⁰⁹, ou ainda «estabelecer uma cooperativa de produção em harmonia com as disposições do código comercial»¹¹¹⁰, «estabelecer, numa época mais ou menos próxima, a organização cooperativa da indústria»¹¹¹¹, «estabelecer numa época mais ou menos próxima a organização cooperativa deste tráfego»¹¹¹², tratar das «questões de distribuição do trabalho para obstar ao desemprego»¹¹¹³.

¹¹⁰⁷ Regulamento que os industriais querem impor aos grevistas: os operários são chamados por sinal; são mantidos os salários e as 9 horas de inverno e 10 de verão (1-04 a 30-09), pagas as horas suplementares sobre esta base; o salário é pago ao sábado; os operários não podem ausentar-se sem prévia autorização; os operários terão de trabalhar aos domingos e feriados quando houver trabalho, sendo respeitado o descanso semanal de 24 horas; é facultativo aos operários a nomeação até dois em cada fábrica para os representantes nos enterros, à escolha do industrial; a organização e distribuição do trabalho são da exclusiva competência do industrial ou seu encarregado; o industrial poderá manter ou demitir qualquer trabalhador (homem ou rapaz); os operários são obrigados a trabalhar com qualquer matéria-prima fornecida, seja qual for a origem; as operárias vencerão 40 reis de dia ou de noite não sendo contado o tempo de espera. As empregadas nos pios e nas frituras mais 5 reis por hora. *O Trabalho*, 13 de Março de 1911, p2

¹¹⁰⁸ Processo da Associação da Classe Piscatória da Vila do Seixal (1898). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁰⁹ Processo da Associação de Classe dos Operários Sapateiros de Setúbal (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹¹⁰ Processo da Associação de Classe dos Manufactores de Lanifícios de Arrentela (1911). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹¹¹ Processo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹¹² Processo da Associação da Classe Marítima dos Condutores de Sal no Rio Sado (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹¹³ *O Correio do Sul*, 30 de Junho de 1912, p2

O domínio do mercado de trabalho era uma estratégia tendente a mitigar a perda de controlo sobre o processo produtivo, a proletarização e a consequente degradação das condições de trabalho. Normalmente, em conjunto com a agência de colocação ou *Bolsa de Trabalho*, procurava-se impor ou negociar um regulamento, uma espécie de contrato colectivo de trabalho, que oferecesse algumas garantias aos assalariados.

A associação marítima da Classe piscatória de Setúbal, em Novembro de 1901, «resolveu criar na sua sede uma agência ou bolsa de trabalho, para a colocação dos seus associados desempregados». Enviou um ofício aos proprietários de aparelhos de pesca de sardinha da costa da Galé, explicando: «Assim, querendo V. Ex.^a, no que muito nos obsequiará, poderá requisitar a esta associação o pessoal marítimo de que carecer, dando de ante-mão a certeza a V. Ex.^a de que faremos respeitar o regulamento em vigor, excluindo da Bolsa, consoante a gravidade da falta, aqueles marítimos que reconhecidamente praticarem abusos ou que não cumprirem com os seus deveres»¹¹¹⁴. O referido projecto não agradou à maioria dos armadores por conter «disposições inaceitáveis». Segundo estes «a bolsa dá regalias aos pescadores, favorecendo-os, protege-os por todas as formas e feitios. Mas que vantagens obtêm os patrões?»¹¹¹⁵. Dois anos depois a Associação dos Armadores de Setúbal (em constituição) «propôs com toda a urbanidade e correcção, à direcção da Associação Marítima que ela, como representante da classe, fizesse consigo a revisão do actual contracto de matrícula. A associação de classe dos marítimos recusou o regulamento, acusando os armadores de estarem a impor novas condições desfavoráveis aos pescadores»¹¹¹⁶.

O controlo do mercado de trabalho pelas associações de classe era ainda bastante forte no início da segunda década do século XX. Em determinados contextos, como na indústria da pesca e conserveira na cidade de Setúbal, só trabalhavam os inscritos nas agremiações operárias¹¹¹⁷. Se necessário, as classes profissionais recorriam à greve para obrigar os industriais a contratar apenas os detentores de «um cartão do sindicato»¹¹¹⁸ ou de «um atestado de bom comportamento passado pela Associação de Classe»¹¹¹⁹.

¹¹¹⁴ «Patrões e pescadores», *O Elmano*, 16 de Novembro de 1901, p1

¹¹¹⁵ «Bolsa de Trabalho», *O Elmano*, 1 de Janeiro de 1902, p1

¹¹¹⁶ «Pescadores e patrões», *O Elmano*, 9 de Maio de 1903, p1

¹¹¹⁷ Administrador do Concelho de Setúbal. Carta de 27 de Setembro de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 117. ANTT

¹¹¹⁸ «Em luta contra um industrial», *O Sindicalista*, 20 de Abril de 1913, p3

¹¹¹⁹ «Amassadores», *O Distrito*, 13 de Junho de 1897, p2

Estas mesmas estratégias são ainda utilizadas, em 1919, para impor aumentos salariais. Durante o grande ciclo de agitação social do pós-guerra, a Federação Corticeira empenha-se na colocação dos operários que ficaram sem trabalho devido aos pequenos industriais não poderem dar os 40% de aumento ultimamente conseguido. Sobre este assunto foi resolvido garantir a cada operário sem trabalho o jornal até se conseguir a sua colocação, sendo ainda deliberado que nenhum operário não sindicado possa retomar o trabalho sem que ingresse na Associação»¹¹²⁰.

Tendo em conta a importância deste recurso, a defesa do princípio de associação foi muito importante dando a origem a fortes combates com os industriais que tendiam a afastar os operários envolvidos na fundação das mesmas. Inúmeras greves foram levadas a cabo em defesa dos sindicalistas perseguidos. Em 1892, o «companheiro Cristo foi despedido por andar a angariar sócios para a associação» de classe dos operários corticeiros de Almada. «Em vista disto os seus companheiros de trabalho foram entender-se com o seu patrão para solicitar a readmissão do seu camarada de trabalho. Mas sendo-lhes negado este pedido tão justo todos abandonaram o trabalho e apresentaram-se na casa da associação fazendo as suas queixas»¹¹²¹.

Em 1906 eram os sapateiros de Setúbal que entravam em conflito com um industrial por despedir um membro da Associação de Classe. «Em presença destes factos deprimentes da dignidade operária reuniu a classe na sede da sua associação, resolvendo suspender o trabalho, até que o Sr. Esguita seja mais razoável, tendo pelos operários o respeito que lhes deve, acatando como lhe cumpre, as resoluções da Associação da sua Classe». Neste conflito envolveram-se os delegados de todas as associações de classe da cidade¹¹²².

Também, na fábrica de cerâmica de Palença, em 1911, perante o afastamento de um activista sindical, «os restantes operários, vendo nitidamente que no caso havia torpe vingança do industrial, resolveram comparecer na roça, mas não recomeçar o trabalho sem que os seus camaradas fossem reintegrados nos seus lugares»¹¹²³.

¹¹²⁰ «Assembleia das Associações Corticeiras», *A Batalha*, 7 de Maio de 1919, p2

¹¹²¹ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 9 de Setembro de 1892. Arquivo Histórico de Almada

¹¹²² *O Germinal*, 2 de Novembro de 1906, p1 e 3

¹¹²³ «A greve dos operários cerâmicos de Palença», *O Sindicalista*, 1 de Maio de 1911, p3

Outra das heranças do associativismo primordial que marcou o sindicalismo português na sua emergência, e que o caso de estudo da Península de Setúbal ilustra com eloquência, foi a sua multifuncionalidade. De facto, analisando as actividades das associações de classe é compreensível que a influência do sindicalismo se estendia muito para além da conflitualidade laboral. Entre as suas tarefas, e tal como no que se refere a outras tipologias de associações, destacavam-se, como já ilustrámos, a organização da sociabilidade urbana e a dinamização cultural e recreativa, bem como a educação.

Na *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada* foi o professor da agremiação congénere do Poço do Bispo que propôs por sua conta instalar uma escola nocturna. A agremiação exigiu apenas o pagamento de uma renda, água e luz, entrada livre para os sócios e que a casa fique livre nos dias de assembleia¹¹²⁴. A associação promovia ainda sessões literárias e musicais¹¹²⁵. Em 1920, abria aulas diurnas e nocturnas pela missão das Escolas Móveis para todos os corticeiros do concelho¹¹²⁶. Em 1934, quando ao administrador do concelho coube encerrar todas as associações, foi necessário transigir no que respeitava à escola dos corticeiros, devido à sua importância para a comunidade local¹¹²⁷.

As iniciativas de carácter cultural e recreativo eram também comuns e diversificadas integrando momentos de diversão e outros mais marcadamente políticos. A título de exemplo refira-se o programa apresentado pela comissão nomeada pelo Grupo Dramático e Musical Solidariedade da Construção Civil, para levar a efeito, de acordo com a U.S.O. do Barreiro, um passeio de confraternização operária: «1º Partida de Lisboa no dia 1 de Agosto, às 6 horas, sendo a viagem animada pela tuna-orquestra deste grupo, composta de 40 figuras e pelo orfeon; 2º Chegada ao Barreiro, onde os excursionistas serão acolhidos pelo operariado e sindicatos locais; 3º Organização de um cortejo que irá saudar as associações operárias do Barreiro, partindo em seguida para uma bela quinta, de onde se desfruta de um belo panorama, onde se realizará o pic-

¹¹²⁴ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 15 de Novembro de 1892. Arquivo Histórico de Almada

¹¹²⁵ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 4 de Abril de 1893. Arquivo Histórico de Almada

¹¹²⁶ «Corticeiros de Almada», *A Batalha*, 4 de Outubro de 1920, p2

¹¹²⁷ Fundo da Administração do concelho de Almada, Correspondência confidencial para o Governador Civil, 15 de Janeiro de 1934

nic; 4º Sessão de propaganda onde usarão da palavra representantes de vários organismos operários; 5º *Pic-nic* e outras diversões; 6º *Matinée* no teatro Cine-Barreirense, subindo à cena um drama social em 1 acto, um acto de variedades e duas comédias. Tomará parte no espectáculo o actor António Silva; 7º Despedida dos operários do Barreiro, entoando-se então, o hino de *A Batalha*. A receita desta agradável excursão será dividida em três partes: 20\$00 para a escola da Associação de Classe da Construção Civil do Barreiro, 20\$00 para as famílias dos deportados e 60\$00 para a inauguração da nova sede deste grupo»¹¹²⁸.

3.2.2.2 A INTEGRAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO PROLETARIADO FABRIL

As associações de classe eram geralmente abertas a todos os que se «ocupam em quaisquer artes ou trabalhos correlativos à fabricação de tecidos»¹¹²⁹, «qualquer individuo que mediante salário exerça a profissão de operário da construção civil ou outra que lhe seja correlativa»¹¹³⁰, «todo o indivíduo maior, segundo a lei civil, seja qual for o seu sexo ou nacionalidade e os menores com autorização de seus pais ou tutores, que mediante salário exercerem a profissão de operário da indústria corticeira»¹¹³¹.

No entanto, até à alvorada do século XX, este movimento é dinamizado sobretudo por trabalhadores especializados. As primeiras associações foram fundadas por tanoeiros, soldadores ou sapateiros. Mesmo aquelas destinadas a abranger o proletariado fabril começam por filiar apenas os estratos mais qualificados. Na *Associação de Classe dos Operários Corticeiros Almadense*, em 1902, estão registados 452 sócios a pagar cotas, discriminados por profissão. A associação integra quase exclusivamente operários de ofício, distinguindo-se 164 recortadores, 72 rolheiros, 63 quadradores, 50 raspadores, 6 jornaleiros, 5 descarregadores, 3 barbeiros, 2 tanoeiros e 1 padioleiro¹¹³².

¹¹²⁸ «Passeio de confraternização operária ao Barreiro», *A Batalha*, 10 de Junho de 1919, p4

¹¹²⁹ Processo da *Associação de Classe dos Manufactores de Tecidos Almadense* (1900). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹³⁰ Processo da *Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de Almada* (1912). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹³¹ Processo da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal* (1921). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹³² Estão sindicalizados na fábrica da Margueira 271 operários, na Margueira nova 81, na Vilarinho 102 operários, 98 sem nome de fábrica, 229 na Ranky, 173 na Companhia, 111 na Symigton, 34 sem nome de

Os operários qualificados, no início da última década de oitocentos, tinham já construído um movimento altamente organizado, articulando as redes de ofício no seio e para além das comunidades locais. Na greve da Rankin de 1892, contra a grande exploração e prepotência do encarregado, é possível entrever a forte resistência dos grevistas à introdução do sistema fabril naquela indústria, os seus recursos e apoios.

Proclamada a greve geral, criaram-se desde logo comissões de vigilância para evitar a entrada nas fábricas, uma comissão para organizar uma subscrição para socorrer os grevistas, composta por dezenas de comissários rigorosamente distribuídos por zonas, fábricas e pequenas oficinas, uma comissão para rever as contas da comissão que recolhe subscrições de socorro aos grevistas e, finalmente, uma comissão de grevistas para convencer os escolhedores da Sobreda (trabalhadores indiferenciados) a não virem trabalhar enquanto não fossem reconhecidas as suas «justificadíssimas reclamações».

Poucos dias depois do deflagrar do conflito, a secção do Barreiro dá o seu apoio à greve, criando igualmente comissões de vigilância à estação e praia daquela vila para impedir que qualquer companhia de descarregadores fosse trabalhar para a Rankin. As associações de classe de Lisboa e Poço do Bispo e Barreiro também se envolvem no apoio aos grevistas de Almada.

Dia 31 de Outubro é organizada uma reunião no Pátio Salema, com representantes de várias associações, onde se decide, «1º Pedir à comissão corticeira nomeada na Associação Industrial Portuguesa para tratar quando possível da admissão dos operários que por motivos da greve ficaram sem trabalho; 2º Solicitar das associações a continuação do seu apoio quando lhe seja pedido pela associação dos corticeiros de Almada; 3º Organizar grandes sessões em Almada, Barreiro, Poço do Bispo, como prova do reconhecimento para com os operários que apesar da sua má situação souberam manter a máxima solidariedade com os grevistas»¹¹³³.

Se a estrutura sindical assegurava a solidariedade entre os operários de ofício, mais dificilmente conseguia envolver os trabalhadores indiferenciados. Os corticeiros de Almada organizados, ao tentar mobilizar os escolhedores de rolha da Sobreda,

fábrica, 68 na Dundas e outros 60 sem nome de fábrica e 41, na P. Fernandes e na Hilário 33. Distinguem-se depois os fabricos onde 126 operários pertencem à associação.

¹¹³³ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 9 de Setembro, 11 de Setembro, 15 de Setembro, 29 de Setembro, 2 de Outubro e 2 de Novembro de 1892. Arquivo Distrital de Almada

comprometendo-se mesmo a pagar a fêria por inteiro, foram confrontadas com a recusa dos últimos em ingressar na Associação¹¹³⁴. No ano seguinte, é possível apreender pelo discurso de Miguel Peças na assembleia da classe que a divisão entre qualificados e indiferenciados ainda enfraquecia o movimento. «Proferindo um substancial discurso cheio de justiça» sobre a «crise de trabalho que afecta a classe rolheira e quadradora», o dirigente censurava «o procedimento e a incúria daqueles que descuram dos seus interesses, fugindo da associação, acusam aqueles que unidos dentro dela sabem reclamar os seus direitos. Mostrou evidentemente que dentro da associação não se cuidam só dos interesses dos recortadores mas sim de toda a classe corticeira mas para isso é preciso que todas as classes desta indústria estejam associadas»¹¹³⁵.

Progressivamente, todavia, beneficiando dos laços forjados entre os operários de ofício e das estruturas organizativas que os formalizaram, verifica-se a crescente participação dos operários indiferenciados no movimento reivindicativo, e particularmente as mulheres. Confrontados com a mobilização dos trabalhadores indiferenciados, as estruturas dos operários organizados não deixam de lhes dar apoio moral e pecuniário, como sucedeu com a greve de Março de 1895 na Fábrica de Lanifícios da Arrentela, em que participaram 500 operários e operárias¹¹³⁶.

Não obstante alegarem os fracos recursos para suportar uma paralisação desta dimensão, os operários organizados da grande Lisboa mostram-se solidários com os companheiros da Arrentela e oferecem protecção considerando a dignidade e justiça das suas reivindicações. A Federação das associações de classe apoiou moral e pecuniariamente os operários arrentelenses, concedendo 2000 reis dos seus cofres¹¹³⁷ e organizando várias subscrições nas associações de classe, entre as quais se destacaram as femininas - as costureiras conseguiram angariar junto das associações recreativas 5000 reis para apoiar as grevistas da Arrentela e a Associação das Lavadeiras também

¹¹³⁴ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 5 de Outubro de 1892. Arquivo Municipal de Almada

¹¹³⁵ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 3 de Março de 1893. Arquivo Municipal de Almada

¹¹³⁶ Actas da Federação das Associações de Classe (Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 11 de Março. 189 e Sessão de 26 Março de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

¹¹³⁷ Actas da Federação das Associações de Classe, Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessões de 11 de Março e de 26 de Março de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

obteve donativos para as mesmas¹¹³⁸. A greve da Arrentela contou ainda com o apoio das classes trabalhadoras locais, nomeadamente dos alemães da fábrica de vidros da Amora¹¹³⁹, e de associações do sector têxtil externas à aglomeração, entre as quais a Associação de Tecidos e Artes Correlativas de Tomar¹¹⁴⁰. Para além deste eloquente exemplo, foram identificados testemunhos do apoio moral e material dos soldados de Setúbal às greves das mulheres¹¹⁴¹ e dos moços das fábricas¹¹⁴².

A integração do proletariado fabril no movimento organizado dos trabalhadores qualificados, porém, não foi feita sem dificuldades. A Associação dos Manufactores de Tecidos de Lisboa manteve-se adversa à greve da Arrentela e combateu durante todo o conflito a comissão de grevistas, acusando-os de nomear uma comissão entre eles não se importando com associação e de sacrificar os seus camaradas pela sua má orientação¹¹⁴³.

Na alvorada do século XX, novos estratos das classes trabalhadoras integram o movimento reivindicativo, como os empregados do comércio. Em Junho de 1897 foram lançadas a bases da *Associação de Classe dos Empregados do Comércio* na Sociedade Capricho. Durante muitos anos agiu isoladamente, mas nas vésperas da revolução republicana «mercê de um infatigável trabalho de propaganda dos elementos revolucionários da classe ela, como as demais integram o movimento sindical mantendo absoluta solidariedade com as demais associações proletárias». Segundo *O Germinal*, em 1909, tinha inscrito mais de 80% dos caixeiros setubalenses, incluindo os de escritório e a sua situação económica era desafogada. Entre outros movimentos que dirigiu, destacava-se a luta pela não abertura dos estabelecimentos ao domingo à noite, o que conquistou em 1904 e que manteve até à promulgação da lei do descanso semanal¹¹⁴⁴.

¹¹³⁸ Actas da Federação das Associações de Classe, Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 8 de Abril de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

¹¹³⁹ Actas da Federação das Associações de Classe, Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 1 de Abril de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

¹¹⁴⁰ Actas da Federação das Associações de Classe, Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessões de 6 e 27 de Maio de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

¹¹⁴¹ «Conflito em fábricas de conservas une soldados e mulheres», *O Trabalho*, 15 de Junho de 1902, p3

¹¹⁴² *O Trabalho*, 28 de Fevereiro de 1904, p2

¹¹⁴³ Actas da Federação das Associações de Classe, Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896), Sessão de 1 de Julho de 1895. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 2

¹¹⁴⁴ «Associação de Classe dos Empregados do Comércio», *O Germinal*, 1 de Maio de 1909, p2

No mesmo período são também dados os primeiros passos para a fundação de agremiações destinadas especificamente aos trabalhadores indiferenciados, como a *Associação de Classe Moços das Fábricas*, do *Pessoal Feminino das Fábricas de Conservas*¹¹⁴⁵ ou dos *Carregadores de Sal*¹¹⁴⁶, em Setúbal. Estes novos protagonistas levam a cabo importantes movimentos reivindicativos. Em Agosto de 1901, «a Praça Quebedo [em Setúbal] está em pé de guerra, numerosos grupos de indivíduos todos armados de varapaus discutem acaloradamente. Eram os trabalhadores das marinhas, na maior parte trabalhadores do campo das freguesias rurais de Palmela, Azeitão, Quinta do Anjo e Cabanas¹¹⁴⁷, que se encontravam em greve por aumento salarial. Os proprietários das marinhas oferecem aumento insuficiente, eles querem 500 reis diários»¹¹⁴⁸. Surpreendidos, os proprietários cedem¹¹⁴⁹. Em Julho de 1910, voltam a declarar-se em greve os trabalhadores das salinas do Sado por aumento salarial, «não estando ainda organizados devidamente»¹¹⁵⁰.

Para além de se fundarem associações destinadas aos estratos emergentes entre o operariado e outras camadas crescentemente proletarizadas, nas indústrias marcadas por transformações tecnológicas, estes eram integrados nas estruturas organizativas pré-existentes.

A Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, fundad por artesãos e operários qualificados, torna-se na primeira década do século XX, numa organização de massas. Em 1910, o seu livro de cotizações já não distingue as profissões, mas as grandes fábricas e os fabricos, onde se concentravam agora centenas de trabalhadores indiferenciados¹¹⁵¹. Outras organizações ampliam as suas bases sociais, incorporando os trabalhadores com vínculos mais precários. Em 1909, *O Germinal* anuncia que a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, conseguira

¹¹⁴⁵ «Movimento Associativo», *O Distrito*, 2 Maio de 1897, p2

¹¹⁴⁶ «Movimento Associativo», *O Distrito*, 6 de Junho de 1897, p2

¹¹⁴⁷ «Greve dos trabalhadores das marinhas de sal», *O Trabalho*, 11 de Agosto de 1901, p1

¹¹⁴⁸ *O Comércio de Setúbal*, 6 de Agosto de 1901, p1

¹¹⁴⁹ *O Comércio de Setúbal*, 16 de Agosto de 1901, p1

¹¹⁵⁰ «Declararam-se em greve os trabalhadores das salinas do Sado», *O Trabalho*, 24 de Julho de 1910, p1

¹¹⁵¹ Estão sindicalizados na fábrica da Margueira 271 operários, na Margueira nova 81, na Vilarinho 102 operários, 98 sem nome de fábrica, 229 na Ranky, 173 na Companhia, 111 na Symigton, 34 sem nome de fábrica, 68 na Dundas e outros 60 sem nome de fábrica e 41, na P. Fernandes e na Hilário 33. Distinguem-se depois os fabricos onde 126 operários pertencem à associação.

reunir aos trabalhadores das armações, os dos cercos, num total de 1950 sócios fixos e que «quando os cercos estão ao largo chega a ter 2500 sócios»¹¹⁵².

É a partir desta data que se inicia a primeira onda grevista com carácter massivo. O traço mais marcante deste ciclo de agitação social que acompanha a transformação do regime é justamente a acção colectiva do proletariado fabril e agrícola¹¹⁵³. Os antigos dirigentes sindicais, afectos ao Partido Socialista Português consideram que «a maior parte das greves ultimamente declaradas no país têm sido promovidas por classes cuja anterior organização era nula ou quase de todo deficiente»¹¹⁵⁴. Mesmos os sindicalistas revolucionários e anarquistas estranham as paralisações «maioritariamente de mulheres e crianças, completamente estranhas ao movimento social», «crianças de 10 e 12 anos que trabalham com máquinas que lhes decepam os dedos, durante 13 horas por um pataco e 3 vinténs, e mulheres, por 6 e 7 vinténs»¹¹⁵⁵.

A participação do proletariado fabril no movimento grevista, muito embora surpreenda alguns dirigentes, foi precedida ou acompanhada da sua progressiva integração nas associações de classe, como já foi referido, mas também do apoio que mereceram as suas reivindicações e movimentos por parte dos trabalhadores qualificados.

É de facto perceptível através da análise ampliada deste ciclo de agitação que a recomposição operária estava em curso. Em 1910, segundo o *Correio do Sul*, a «futilidade ainda divide os operários» estabelecidos dos «adventícios»¹¹⁵⁶. Para além das especialidades e do vínculo os operários corticeiros estavam ainda divididos pela forma de pagamento, trabalhando uns «à arroba, os outros à jorna»¹¹⁵⁷. Os dirigentes sindicais, todavia, estavam cientes, como argumentava Francisco Ruivo em assembleia-geral dos corticeiros almadenses sobre a questão do horário de trabalho, «que o que industriais desejam é a guerra aberta entre jornaleiros e empreiteiros, para os empreiteiros não serem solidários com os jornaleiros», mas que ele próprio «como empreiteiro está ao lado dos jornaleiros para alcançarem o horário». Também «o

¹¹⁵² «Trabalhadores do Mar», *O Germinal*, 20 de Novembro de 1909, p2

¹¹⁵³ «Greve dos jornaleiros da indústria corticeira em Março de 1911», *O Sindicalista*, 12 de Março de 1911, p3

¹¹⁵⁴ *O Trabalho*, 27 de Novembro de 1910, p2

¹¹⁵⁵ *O Germinal*, 13 de Julho de 1909, p2

¹¹⁵⁶ *O Correio do Sul*, 5 de Junho de 1910, p1

¹¹⁵⁷ *A Voz da Amora*, 22 de Abril de 1917, p3

camarada Mário Guerreiro, principiou por perguntar aos empreiteiros se aceitavam o estabelecimentos do horário, estes mais uma vez afirmam que estão prontos a auxiliar os jornaleiros»¹¹⁵⁸.

Em Setembro de 1910, os operários da fábrica Vilarinho & Sobrinho «declaram-se em greve em virtude dos industriais se terem negado a aumentar o salário de um modo equitativo aos seus operários (...). Precisamente os que ganhavam menos salário, é que não foram atendidos, e esta flagrante injustiça veio excitar os mais ânimos do que se encontravam e foi a faísca que ateou o incêndio para a greve rebentar. Não há efeitos sem causa, portanto a greve foi causada pela falta de tino prático dos industriais, que deviam compreender muito bem, qual o espírito dos corticeiros, sempre propensos para a igualdade e justiça social»¹¹⁵⁹.

Em Agosto de 1911, realizou-se um comício público na alameda do Castelo em Almada, promovido pela Federação Corticeira, assistindo ao mesmo cerca de 2500 operários, que aprovaram a seguinte moção «1º reconhecer e dar força a todos os trabalhos feitos pela federação; 2º Não dividir a classe em categorias mantendo-se o mais unida possível»¹¹⁶⁰.

No final da onda grevista que marcou os primeiros anos do regime republicano, o administrador do concelho de Almada relatava: «propriamente elementos sindicalistas conhecidos e reconhecidos como tal a face do público, e certamente filiados, (...) existem no concelho seguramente 50, são aqui o Estado-maior, permita-se-me o termo. Ligados a estes, em acção secundária, mas fazendo imediatamente causa comum nos momentos oportunos, existem cerca de 400 cidadãos, todos operários, e em geral corticeiros das fábricas do concelho. Arrastados nos movimentos grevistas, e outras violências, sem oferecerem resistência, antes misturando indiferença com apoio entusiasta, existe uma massa de cerca de 2000 operários»¹¹⁶¹.

De facto, ao longo deste ciclo de agitação social, são cada vez mais os conflitos que abrangem todos os ofícios e trabalhadores indiferenciados. Esta abertura verifica-se mesmo entre as classes com maior tradição corporativa. «A convite da direcção da

¹¹⁵⁸ «Almada: questões corticeiras», *O Corticeiro*, 18 de Março de 1911, p1

¹¹⁵⁹ «No Caramujo», *O Corticeiro*, 17 de Setembro de 1910, p1

¹¹⁶⁰ «Comícios em Almada e Poço do Bispo», *O Corticeiro*, 5 de Agosto de 1911, p1

¹¹⁶¹ Fundo da Administração do Concelho de Almada. Funções de gestão Expediente. Livros de Registo da Correspondência confidencial expedida. 1 de Maio de 1913

Associação de Classe dos Tanoeiros, realizou-se, na respectiva associação, uma reunião conjunta de operários tanoeiros, serventes das oficinas e moços de armazéns, com o fim de que fosse aprovado o ingresso destes últimos camaradas nessa associação. Presidiu o camarada Jaime Pereira Branco, secretariado pelos camaradas António Costa e Alexandre Raposo. Aberta a sessão falam vários operários, que se espraíam em considerações, mostrando as grandes vantagens que advêm para as classes trabalhadoras da sua sólida organização, sendo os oradores frequentes vezes interrompidos com frenéticos vivas à organização operária, à U.O.N., à Revolução Social, à *Batalha*, etc. Em seguida foi posta à aprovação da assembleia a proposta dos novos sócios, a qual foi aprovada no meio de grande entusiasmo»¹¹⁶².

Em alguns casos, a iniciativa de fundar sindicatos partiu dos estratos com menor capacidade reivindicativa. Os ferroviários formaram a sua associação de classe apenas em 1914. Admitia «operários, empregados e outros trabalhadores, que exerçam as suas profissões nos caminhos-de-ferro, quer sejam considerados efectivos, auxiliares ou adventícios e os que se acham reformados», ainda «os despedidos por questões de carácter social podem permanecer no sindicato»¹¹⁶³. Esta agremiação foi fundada por «simples operários auxiliares das Oficinas Gerais, alguns até adventícios», não encontrando no «pessoal efectivo o mais leve apoio». Durante o ciclo de agitação social de 1917-1920, «o pequeno organismo, que da classe apenas o nome tinha, viu a sua população aumentar de 102 para 4800 sócios», «ocupando lugar de destaque na vanguarda da organização operária»¹¹⁶⁴.

A união dos diferentes estratos das classes trabalhadoras é normalmente conseguida através de uma complexa articulação de distintas reivindicações. A título de exemplo, no conjunto de reivindicações apresentadas pelos operários em greve na fábrica de moagens do Caramujo, em Novembro de 1910, destaca-se o horário, igual para todos, os aumentos salariais, 100 reis para cada especialidade (incluindo estivadores, guarda-portão e outros «lugares certos») e 50 reis para «todo o outro pessoal». É ainda imposto, de forma a assegurar o trabalho certo para os mais antigos que «de futuro o pessoal que for admitido na fabrica, vá para a secção do padejo.

¹¹⁶² «Almada: Sessões de propaganda associativa», *A Batalha*, 12 de Maio de 1919, p2

¹¹⁶³ Processo do *Sindicato do Pessoal dos CFSS* (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁶⁴ «Cinco anos depois», *O Sul e Sueste*, 21 de Novembro de 1919, p1

Quando for preciso pessoal para os carros, que vá do padejo, e quando seja preciso pessoal para os lugares certos, seja tirado do pessoal dos carros. Quando houver falta de trabalho no padejo, sejam suspensos os operários e à medida que haja falta de pessoal nos carros sejam estes ali admitidos¹¹⁶⁵.

Com efeito, progressivamente, e em boa parte graças a articulação dos laços de ofício com os comunitários, a solidariedade entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras torna-se a estratégia mais eficaz para garantir o controlo do mercado de trabalho por parte dos trabalhadores qualificados e para combater a precariedade laboral entre os indiferenciados. Como noutros contextos além-fronteiras, entre os combates esgrimidos neste campo destacam-se as greves de solidariedade contra despedimentos arbitrários, procurando impor uma maior estabilidade dos postos de trabalho.

Assim aconteceu quando foi despedido «o velho camaradas Francisco Couto, há 16 anos empregado do conhecido reaccionário José Pedro da Costa», «fazendo com que paralisassem por completo todos os trabalhos de carga e descarga»¹¹⁶⁶ ou quando foram dispensados dois operários moageiros em Almada, induzindo uma «greve de solidariedade na Fábrica Caramujo» com a «solidariedade das restantes classes», chegando a ser «discutida a ideia de greve geral na Associação de Classe dos Corticeiros, abandonada por boatos de revolução contra república». A greve arrasta-se, sendo os «amarelos cada vez menos, ou todos ou nenhum». Passado mais de um mês, o conflito é solucionado com base no seguinte acordo, «não haver vinganças, os operários retomarem o trabalho com os direitos adquiridos e a colocação dos operários despedidos»¹¹⁶⁷.

Em Janeiro de 1912, os descarregadores de mar e terra do Barreiro declaram-se em greve devido ao despedimento injusto de um colega. Foram dois descarregadores falar em público ao Terreiro do Paço aos descarregadores de Lisboa, sendo presos. A união dos sindicatos da capital criou imediatamente uma comissão para ir protestar junto do governo civil, onde se reuniram cerca de três mil pessoas e conseguiram a

¹¹⁶⁵ «Reclamações operárias» *O Correio do Sul*, 18 de Novembro de 1910, p2

¹¹⁶⁶ «Greve de solidariedade: descarregadores de mar e terra do Barreiro», *O Sindicalista*, 7 de Janeiro de 1912, p2

¹¹⁶⁷ «Greve de solidariedade na Fábrica Caramujo», *O Correio do Sul*, 7, 21 e 28 de Maio, 4 e 10 de Junho de 1911, p3

libertação dos descarregadores¹¹⁶⁸. As mulheres, nomeadamente o pessoal feminino das fábricas de conservas de Setúbal recorria igualmente a esta estratégia¹¹⁶⁹. Entre os marítimos esta foi também utilizada também para garantir a integração de todos os companheiros nas companhias¹¹⁷⁰.

Para além do combate aos despedimentos arbitrários, as classes profissionais acordavam que quando houvesse pouco trabalho, este devia ser dividido por todos os camaradas. Também contra esta tentativa de controlo do mercado de trabalho reagiam os industriais, dando azo a greves em que se procurava impor a decisão colectiva dos trabalhadores ao empregador no que se refere à distribuição do trabalho¹¹⁷¹, exigindo-se «que se trabalhe por escala para que todos tenham trabalho»¹¹⁷² ou que se «distribua o trabalho por igual»¹¹⁷³.

No seu conjunto, estas estratégias eram mais ou menos eficazes consoante o sector e o grau de dependência de mão-de-obra dos empregadores. Estes procuraram mitigar a capacidade reivindicativa dos trabalhadores recorrendo à sua substituição. Quando, o pessoal da fábrica de garrafas da Amora se declarou em greve por motivo da companhia não conceder o horário de 8 horas e meia no inverno e 9 horas e meia no verão, a companhia foi contratar pessoal a Alcochete para fazer a descarga de 1500 toneladas de carvão. O administrador do concelho tratou de garantir a «liberdade de trabalho» e a derrota da paralisação¹¹⁷⁴.

Em determinadas situações, todavia, os laços interprofissionais mitigavam a eficácia desta estratégia patronal. Quando em 1909, os operários da construção naval de Setúbal pediram aos mestres um aumento de salário, apenas o Sr. Henriques Gaspar não cedeu, garantindo que arranjava pessoal «estranho à classe» por menos dinheiro e com piores condições. O pessoal tentou que estes se associassem, mas como não resultou

¹¹⁶⁸ *O Germinal*, Janeiro de 1912, p2

¹¹⁶⁹ «Greve pessoal feminino da fábrica do ser João Marques por despedimento de colega», *O Elmano*, 30 de Junho de 1900, p1

¹¹⁷⁰ *O Trabalho*, 4 de Agosto de 1912, p2

¹¹⁷¹ «Setúbal, 30», *O Sindicalista*, 3 de Novembro de 1912, p3

¹¹⁷² «Movimento associativo», *O Distrito*, 25 de Abril de 1897, p1

¹¹⁷³ «Soldadores», *O Distrito*, 13 de Junho de 1897, p1-2

¹¹⁷⁴ Administrador do Concelho do Almada. Carta de 6 de Outubro de 1915. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 99. ANTT

pediram a solidariedade dos calafates que logo se recusaram a trabalhar para o mestre ou em barcos por este reparados¹¹⁷⁵.

Estes laços, que estão na origem das federações locais, foram extremamente importantes para combater industriais cada vez mais poderosos. Em Abril de 1912, os trabalhadores das fábricas de conservas de Setúbal exigem um aumento salarial de 50 reis. Algumas fábricas cedem imediatamente, mas a *Costa e Carvalho* não. Os carroceiros solidários não transportaram o peixe, retribuindo assim a solidariedade dos trabalhadores que se recusavam a trabalhar com carroceiros não associados na sua Associação de Classe¹¹⁷⁶.

Para combater o recrutamento externo por parte do patronato, eram ainda accionadas as redes translocais. São inúmeros os apelos, nos jornais operários nacionais, semelhantes ao publicado na *Greve* em Março de 1908 - «Estando em greve os operários soldadores das fábricas de Setúbal previnem-se todos os homens de trabalho para que não vão para aquela cidade substituir os grevistas, nem se fiem em promessas ilusórias»¹¹⁷⁷ - ou no *Sindicalista*, na luta dos sapateiros, em Julho de 1911- «apela-se aos camaradas da indústria para que estes se abstenham de vir trabalhar para Setúbal até o conflito estar resolvido»¹¹⁷⁸.

Para a vitória das greves a solidariedade entre os trabalhadores era imprescindível, pelo que era fundamental a repreensão dos traidores aos movimentos. Foram levadas a cabo inúmeras paralisações impondo o «despedimento de um mau camarada»¹¹⁷⁹, como foi o caso da greve no estaleiro Domingos Martins por este se recusar a despedir «dois carpinteiros que no passado se puseram do lado do patrão contra os camaradas»¹¹⁸⁰.

De facto, a pervivência das lutas e reivindicações em torno do controlo do mercado de trabalho é indissociável do combate à precariedade e à substituição de mão-de-obra, relacionou-se com a resistência à queda dos salários. Também em Setúbal os manipuladores de pão exigiam aumentos salariais e ao mesmo tempo um rigoroso

¹¹⁷⁵ «Acção sindical», *O Germinal*, 30 de Março de 1912, p2

¹¹⁷⁶ *O Germinal*, 27 de Abril de 1912, p3

¹¹⁷⁷ «Greve em Setúbal», *A Greve*, 21 de Março de 1908, p1

¹¹⁷⁸ «Setúbal: Greve parcial dos operários sapateiros», *O Sindicalista*, 30 de Julho de 1911, p3

¹¹⁷⁹ «Greve na fábrica Delpeut», *O Trabalho*, 22 de Fevereiro de 1903, p2

¹¹⁸⁰ *O Trabalho*, 22 de Março de 1899, p1

regulamento das tarefas de cada ofício – manipuladores, amassadores, forneiros – estipulando que nenhum operário «não deverá executar serviços que estejam fora da sua obrigação e deste regulamento»¹¹⁸¹.

Foi mais difícil ao operariado fazer frente à substituição de mão-de-obra masculina por feminina, uma estratégia largamente utilizada pelos industriais para baixar o custo do trabalho, tendo em conta uma estrutura salarial que, como já ilustramos, determinava a necessidade absoluta desses rendimentos complementares para a economia familiar. Não obstante, os trabalhadores, mas também as próprias trabalhadoras, resistiram o quanto puderam à degradação do salário masculino. Durante a greve de Fevereiro de 1911, em entrevista ao *Sindicalista*, as operárias das fábricas reclamam: «o industrial para ganhar mais, obriga-nos a fazer trabalhos que só pertencem aos trabalhadores, como mours, pregar caixas e trabalhar com as ferramentas e isto porque ganhamos menos e porque temos mais horas de trabalho do que os nossos camaradas trabalhadores»¹¹⁸².

Também as operárias tecedeiras da fábrica de lanifícios arrentelense procuravam resistir à feminização do trabalho, recusando-se a trabalhar nos teares maiores destinados aos homens. No entanto, esta resistência foi dramaticamente enfraquecida ao longo da Grande Guerra. Em Abril de 1917 o Director da Fábrica suspendeu a laboração, obrigando as mulheres a ceder. Das negociações, entre este e a comissão operária, ficou decidido que ambos os sexos trabalhariam alternadamente nos teares¹¹⁸³.

Foi igualmente problemático impor mais altas remunerações para as mulheres, uma vez que estas se destacavam entre os estratos com menos recursos organizacionais. Embora não lhes estivesse vedado estatutariamente o acesso às associações de classe, estavam invariavelmente ausentes das assembleias constitutivas¹¹⁸⁴. Também estas, no entanto, ingressaram progressivamente nas associações de classe¹¹⁸⁵, como ilustram os livros de sócios das associações de classe dos operários corticeiros de Almada.

¹¹⁸¹ «Os operários manipuladores de pão declaram-se em greve», *O Sindicalista*, 1 de Janeiro de 1911, p3

¹¹⁸² «Ao povo e ao operariado: o movimento grevista em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Fevereiro de 1911, Suplemento, p1

¹¹⁸³ *A Voz da Amora*, 15 de Abril de 1917, p3

¹¹⁸⁴ Processo da *Associação dos Operários Corticeiros do Barreiro* (1898). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹¹⁸⁵ Enquanto em 1902, na associação de classe dos operários corticeiros de Almada, não existia uma única mulher associada, em 1910, muito embora continuem ausentes dos pequenos fabricos, contam-se já

Para além de ingressarem em associações mistas, as mulheres fundaram as suas próprias associações de classe, mas não sem a resistência dos empregadores. Em 1901, a atitude das mulheres das fábricas que se recusaram a trabalhar em solidariedade com uma greve marítima, «causou alarme nos fabricantes, que não puderam ocultar o temor que elas entrassem no caminho dos soldados». Segundo o *Trabalho*, «Cuida-se em esmagar o espírito de revolta que começa a surgir no ânimo das mulheres levando-as pelo desânimo a sujeitar-se a todas as opressões»¹¹⁸⁶. Em 1907, porém, «as mulheres das fábricas de Setúbal entendem que é tempo de se organizarem»¹¹⁸⁷ e durante o ciclo de agitação social de 1910-13 concretizam esta aspiração.

Em Junho de 1912, o gerente da fábrica Ferdinand Garrec & C.^a declara que não quer na fábrica operárias filiadas na Associação de Classe. A maior parte delas abandona o trabalho, bem como muitos rapazes. Os soldados decidem igualmente «dar todo o apoio moral e material às mulheres» e «os que tenham mulheres, filhas ou irmãs naquela fábrica a incitá-las a não ir trabalhar»¹¹⁸⁸. As mulheres distribuem um manifesto que termina com a seguinte declaração: «Queremos a liberdade de associação! Queremos o que nos pertence! Queremos a união dos que trabalham, soldados e marítimos, carroceiros e moços da casa, condutores e apanhadores de peixe! Não mais direitos sem deveres, não mais deveres sem direitos!»¹¹⁸⁹.

Tendo em consideração a vulnerabilidade deste estrato, mal remunerado e sem um posto de trabalho estável, esta organização esteve por muito tempo dependente do apoio material e moral das outras classes profissionais locais, nomeadamente para sediar as suas reuniões e iniciativas¹¹⁹⁰. No entanto, em 1912, a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Setúbal inaugura a sua sede no Largo da Fonte Nova. Nesse mesmo dia tem lugar a sessão de propaganda na Associação de Classe dos

30 mulheres na Associação na Fábrica Symington e 21 na Dundas¹¹⁸⁵. Em 1918 pagaram cotas na associação de classe dos operários corticeiros almadenses apenas 556 associados. Nesse ano nenhuma mulher pôde contribuir financeiramente para a agremiação. No ano seguinte, 1089 operários pagam cotas, entre estes 185 mulheres. No ano seguinte a associação continua a crescer, bem como a percentagem de operárias -1487 associados, 300 mulheres. Em 1921 a massa associativa recua aos 1191 sócios. Em 1922 voltam a constar 1414 sócios. Em 1923 1564. Em 1924 1673. Em 1925 1292. Em 1926 1277. Em 1927 1048. Em 1928 566. Em 1929 666. Em 1930 643 – 19 mulheres.

¹¹⁸⁶ «As mulheres das fábricas», *O Trabalho*, 20 de Setembro de 1901, p1

¹¹⁸⁷ «Uma associação de mulheres», *Germinal*, 22 de Dezembro de 1907, p1

¹¹⁸⁸ *O Trabalho*, 23 de Junho de 1912, p1

¹¹⁸⁹ «Acção Sindical», *O Germinal*, 22 de Junho de 1912, p3

¹¹⁹⁰ «Setúbal», *O Sindicalista*, 10 de Novembro de 1912, p4

soldadores promovida pelas operárias. Angelina Vidal e Margarida Marques são aguardadas por grande número de mulheres e pela banda dos soldados¹¹⁹¹. Na Sessão de propaganda a sala estava repleta de operários e operárias, e à noite na nova sede também. A Associação de Classe contava já com 3000 operárias. Até à data tinham já conquistado os 50 reis à hora e estavam prometidas outras regalias. Os marítimos de Sesimbra decidiram também não conduzir mais peixe comprado para a Fábrica Garrec por solidariedade com as operárias¹¹⁹².

Durante o conflito a firma Ferdinand Garrec fez embarcar para Génova 1.565 caixas com sardinha. Para isto teve de recorrer a uma embarcação do vice-cônsul de França em Setúbal, por se negarem a tal serviço, todas as outras. Segundo o operariado o mestre do barco não tinha cédula e os tripulantes não tinham habilitações. Por causa disso a embarcação carregada caiu em cima de uma outra, causando grandes prejuízos. Os carpinteiros navais e calafates reuniram e deliberaram que ninguém os repararia. Segundo *O Trabalho*, «a Federação Internacional dos Operários do Transporte vai ser chamada a intervir no assunto»¹¹⁹³. Em Setembro os marítimos mantinham ainda a solidariedade para com as operárias, obrigando os donos dos cercos americanos a «pôr estas artes em terra»¹¹⁹⁴.

No final desse mês as «Operárias dispensam outras classes de apoio moral»¹¹⁹⁵, sendo este movimento reivindicativo parcialmente derrotado. Do ponto de vista organizativo, todavia, o saldo foi positivo. No rescaldo deste movimento a associação feminina estava consolidada, sendo a sua direção integralmente composta por mulheres¹¹⁹⁶.

Perante a intransigência do patronato à greve das operárias conserveiras, em Fevereiro de 1911, os trabalhadores das fábricas «pensaram na desforra, em defesa das mulheres, suas companheiras de vida e trabalho». «À noite, na reunião da União local (...) é votada a greve geral dos operários de Setúbal. Os próprios soldados, que não tinham representação na União enviaram um ofício aderindo». «No sábado, 24, a paralisação é geral. Os próprios operários do município negam-se a trabalhar do mesmo

¹¹⁹¹ *O Trabalho*, 7 de Julho de 1912, p2

¹¹⁹² *O Trabalho*, 21 de Julho de 1912, p3

¹¹⁹³ *O Trabalho*, 18 de Agosto de 1912, p1

¹¹⁹⁴ *O Trabalho*, 15 de Setembro de 1912, p2

¹¹⁹⁵ *O Trabalho*, 22 de Setembro de 1912, p3

¹¹⁹⁶ *O Trabalho*, 3 de Novembro de 1912, p2

modo os do gás (...), os sapateiros, os corticeiros, metalúrgicos, marítimos, descarregadores de peixe, carroceiros e os padeiros que se negam a fabricar o pão, e outros operários organizados que se negam a trabalhar»¹¹⁹⁷.

Contudo, se os trabalhadores das fábricas pugnavam pelos interesses das suas companheiras, sabendo que como indiferenciados, a melhor estratégia para combater a sua substituição era a reivindicação de salários femininos mais altos, os soldadores viam nas mulheres um potencial inimigo, sendo os primeiros a abandonar o movimento, acabando por assumir uma atitude francamente hostil ao mesmo¹¹⁹⁸.

As clivagens dividiam sobretudo os antigos artesãos, ameaçados pela introdução de maquinaria, e o proletariado fabril destinado a substituí-los. Este fenómeno reflecte-se com eloquência nesta episódio: «Quando passou pela avenida uma mulher das que só querem trabalhar por 50 reis à hora, estava um grupo de soldadores que lhe gritou: vivam as mulheres de pataco e abaixo as de meio tostão; a mulher em questão respondeu: vivam as máquinas, abaixo os soldadores!».

Dividia igualmente estes estratos a estratégia sindical. Em Maio os soldadores distribuíram um manifesto em Setúbal no qual se justificavam afirmando que «não quebraram solidariedade pois não substituíram grevistas, mas não aderiram porque o acharam inoportuno mal dirigido e mal orientado. Não aderiram à Federação Local porque defende um sindicalismo e uma acção directa, que não é senão o regresso à greve violenta». Afirmam ainda que «têm sido sempre solidários, até para com os marítimos e moços das fábricas, com os quais têm feito greves de solidariedade, quando para eles não pedem aumento há 20 anos»¹¹⁹⁹. De facto, se os trabalhadores indiferenciados não tinham alternativas às reivindicações salariais pela acção directa, os artesãos, com um ainda significativo poder de negociação, baseado no ofício, preferiam assentar a sua resistência no combate à mecanização e no controlo sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho.

Não obstante, à excepção dos estratos mais ameaçados pela transformação do modo de produção, como os soldadores, os trabalhadores apoiavam a luta pela

¹¹⁹⁷ «Ao povo e ao operariado: o movimento grevista em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Fevereiro de 1911, Suplemento, p2

¹¹⁹⁸ «Greve de Setúbal», *O Sindicalista*, 12 de Março de 1911, p2

¹¹⁹⁹ «Manifesto soldadores sobre a greve», *O Trabalho*, 7 de Maio de 1911, p1

emancipação económica das mulheres. Durante este conflito, os industriais procuraram dividir o proletariado fabril, impondo, com o apoio das autoridades, um escrutínio secreto na Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas. Dos 179 associados, contudo, 177 votaram pela persecução da greve em apoio às mulheres das fábricas¹²⁰⁰.

Durante o mesmo conflito, o correspondente do *Sindicalista* em Setúbal redigiu o seguinte apelo à organização operária: «A todas as associações operárias do país cabe como um dever de humanidade enviarem os donativos que puderem para a *União das Associações de Setúbal*. As mulheres das fábricas têm sido umas heroínas, que bem merecem o apoio de todos os trabalhadores pela sua intransigência e martírio. A mulher da classe operária merece também que o homem da classe operária a defenda, a dignifique e lhe preste, enfim toda a solidariedade que seja possível»¹²⁰¹. Finalmente, ainda durante a greve de Fevereiro de 1911, as associações de Classe afectas à União Local dos Sindicatos Operários, que agregava uma boa parte das associações de classe de trabalhadores não qualificados dinamiza uma alargada quotização para sustentar a greve das mulheres¹²⁰². As mulheres das fábricas retribuíram este apoio, participando em greves de solidariedade para com os trabalhadores¹²⁰³.

Não foram apenas as mulheres das fábricas de conservas de Setúbal a ingressar no movimento reivindicativo. Em Aldeia Galega, as mulheres da indústria chacineira declararam-se em greve reclamando as oito horas de trabalho e 30 reis por hora, sendo as extraordinárias a dobrar. Também aqui o proletariado industrial feminino pôde contar com a solidariedade dos restantes trabalhadores indiferenciados - os industriais chacineiros, aliás, acusavam as colectividades de operários agrícolas de instigar as mulheres¹²⁰⁴. As 700 operárias reclamantes ganharam a contenda, sendo estabelecidas as 9 horas de trabalho e o salário aumentado para 300 reis¹²⁰⁵.

No movimento corticeiro que paralisa as fábricas do Barreiro e Belém em Janeiro de 1911, *O Corticeiro* sublinha igualmente «o ardor e tenacidade salientando-se duma forma honradíssima nas mulheres grevistas, que formando uma muralha infranqueável se têm postado às portas das fábricas impedindo a entrada seja a quem for

¹²⁰⁰ «A greve de Setúbal», *O Sindicalista*, 9 de Abril de 1911, p3

¹²⁰¹ «O Sindicalista em Setúbal», *O Sindicalista*, 16 de Abril de 1911, p2

¹²⁰² «Acção Sindical», *O Germinal*, 25 de Fevereiro de 1911, p2

¹²⁰³ *O Correio do Sul*, 30 de Junho de 1912, p2

¹²⁰⁴ *O Trabalho*, 1 de Janeiro de 1911, p1

¹²⁰⁵ *O Trabalho*, 22 de Janeiro de 1911, p1

que as pretenda atraíçoar. É este um belo exemplo de coragem e solidariedade social, provando-se mais uma vez que a mulher é o protótipo do sacrifício moral e que uma vez educada nos bons princípios da sociologia é uma força indestrutível, que a burguesia jamais poderá vencer»¹²⁰⁶.

Finalmente, as mulheres destacam-se em greves de trabalhadores masculinos, reflectindo a força das redes familiares e comunitárias. O administrador do concelho de Setúbal descreve como, durante a greve de Novembro de 1919, as mulheres que trabalham nas fábricas e são casadas com os marítimos procuram impedir que as outras trabalhem com peixe vindo dos cercos a vapor¹²⁰⁷. A participação das mulheres dos marítimos nos movimentos reivindicativos era comum e reflecte-se também em episódios em que são elas que enfrentam a repressão policial, se dirigem às autoridades através de comissões compostas unicamente por mulheres¹²⁰⁸ ou se recusam a trabalhar nas fábricas com o peixe proveniente de cercos em conflito¹²⁰⁹.

Na onda grevista de 1917-1919, as mulheres voltam a destacar-se entre os protagonistas da agitação social. Em primeiro lugar nas lutas em torno do consumo, como veremos adiante, mas também em greves nos locais de trabalho. A greve em Almada, no verão de 1919, na qual as fábricas de conservas estiveram sem laborar mais de cinco semanas, teve por mote reivindicações do pessoal feminino e o apoio moral dos restantes trabalhadores¹²¹⁰. Em Janeiro de 1920, as chacineiras de Aldeia galega, em número superior a 700, voltam à luta, paralisando mais de mês e meio, de forma a forçar os industriais a cumprir as 8 horas e a conceder um aumento salarial de 40%¹²¹¹. A Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais decreta greve por solidariedade com as suas camaradas, chegando a estar 3 mil pessoas em greve neste concelho¹²¹².

Por outro lado, como já referido para o caso das companheiras dos marítimos, as mulheres envolvem-se ainda nos conflitos laborais dos seus maridos, sendo referido em várias notícias sobre as greves dos ferroviários, que nas assembleias e comícios para

¹²⁰⁶ «As greves dos corticeiros», *O Corticeiro*, 14 de Janeiro de 1911, p1

¹²⁰⁷ Registo da correspondência expedida. Novembro e Dezembro de 1919. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹²⁰⁸ «A questão da pesca em Setúbal», *A Batalha*, 21 de Novembro de 1919, p1

¹²⁰⁹ «Ainda a questão da pesca em Setúbal», *A Batalha*, 22 de Novembro de 1919, p1

¹²¹⁰ «Em Almada: a greve das fábricas de conservas. Prisão de vários camaradas – a atitude dos industriais», *A Batalha*, 5 de Setembro de 1919, p2

¹²¹¹ «Em Aldeia Galega: greve de chacineiras», *A Batalha*, 18 de Janeiro de 1921, p2

¹²¹² «Em Aldeia Galega: operárias chacineiras», *A Batalha*, 30 de Janeiro de 1920, p2

tratar das suas reclamações se destacava a «presença do elemento feminino»¹²¹³. Marcam ainda presença em cerimónias conjuntas, como a comemoração do 1º de Maio, em que são destacadas «entre a numerosa assistência bastantes senhoras»¹²¹⁴.

Durante este ciclo, as organizações masculinas continuaram a promover a formação de organizações femininas. No 1º de Maio de 1919, na Associação dos Empregados do Comércio do Barreiro, realiza-se uma reunião das costureiras que trabalham nos vários ateliers desta vila, com o fim de organizar a sua associação de classe. «Compareceram a esta reunião umas quarenta camaradas. Falaram sobre a necessidade da sua organização, demonstrando o valor da Associação, os camaradas Padrão, Pincho, Silvestre e Fernandes. Em vista da falta de conhecimentos associativos que as camaradas costureiras têm, e com o fim de conseguir levar a bom termo a organização da sua associação, foi nomeada uma comissão sua e outra composta dos camaradas que falaram, para acompanhar aquela e lhe indicar o caminho a seguir. Resolveram também realizar depois de amanhã, domingo pelas 17 horas, uma sessão de inauguração da associação de classe a que assistiram delegados da U.S.O. do Barreiro e das classes que aqui têm as suas sedes»¹²¹⁵.

Por outro lado, as organizações mistas procuravam igualmente resolver os problemas específicos deste género. Os corticeiros do Seixal, em Julho de 1919, reuniram em assembleia-geral para tratar de «conseguir a expulsão do encarregado da fábrica Mundet, por este repetidamente vexar as operárias com obscenidades várias. Este encarregado tentou inclusivamente abusar de uma operária, ameaçando-a com o despedimento caso ela não cedesse aos seus intentos. A assembleia resolveu divulgar este caso por meio de *A Batalha*, para que se conheçam bem os abusos deste tratante»¹²¹⁶.

Na propaganda sindical as mulheres trabalhadoras ganham um papel de destaque, sendo o tema de diversas conferências¹²¹⁷, como por exemplo a dada na Associação Marítima de Setúbal em 1906 consagrada ao tema *A mulher na sociedade e*

¹²¹³ «Ferroviários do Sul e Sueste: efectuaram anteontem uma importante reunião», *A Batalha*, 5 de Novembro de 1921, p2

¹²¹⁴ «Acção sindical: o 1º de Maio», *Germinal*, 4 de Maio de 1912, p3

¹²¹⁵ «Mulheres que se organizam: as costureiras do Barreiro reúnem, resolvendo fundar uma associação de classe», *A Batalha*, 4 de Maio de 1919, p2

¹²¹⁶ «Corticeiros do Seixal», *A Batalha*, 11 de Julho de 1919, p3

¹²¹⁷ *O Trabalho*, 15 de Maio de 1904, p3

na família¹²¹⁸ ou a subordinada ao tema *A Mulher perante a organização social actual*, que teve lugar na Associação dos Corticeiros do Barreiro em 1919¹²¹⁹ ou *A associação e a emancipação da mulher*¹²²⁰. São ainda criadas estruturas destinadas às mulheres,

¹²¹⁸ «1º de Maio: sessão solene», *O Germinal*, 8 de Maio de 1904, p2

¹²¹⁹ «Ainda antes das 21 horas, já a sala das sessões da Associação dos Operários Corticeiros se achava repleta, predominando o elemento feminino, na sua maioria composto pelas costureiras, que ultimamente fundaram a sua associação de classe. Constituída a mesa, a que presidiu o camarada Padrão, secretariado por Veiga e Pratas, foi a sessão aberta, sendo dada a palavra a Miguel Correia, que começa por declarar não se dever classificar por conferência o que vai dizer, por isso que se considera incompetente para fazer uma conferência, por não possuir a soma de conhecimentos que reputa necessários para o fazer. Classifica de simples palestra o conjunto de considerações que em volta do tema proposto produzirá. Diz que se torna necessário romper a rotina, chamando as classes trabalhadoras locais ao campo da educação social, de forma a ser-lhes demonstrada a complexidade do problema social e a necessidade de o mesmo ser convenientemente tratado. Com o tema proposto não ferirá as susceptibilidades da parte feminina da assistência, mas procurará ser conciso e claro, atacando-o de frente. Divide aquele tema em três partes que classifica: a mulher através dos tempos, a mulher moderna e a mulher futura. Entrando na primeira parte, desenvolve o papel que a mulher tem desempenhado em relação ao homem, desde as mais remotas épocas, privada da liberdade, sem direito a manifestar a sua vontade, suportando o rigor duma escravidão que dela fez durante largos séculos um simples objecto de luxo e de prazer. Refere-se ao grau de inferior cultura do homem desses tempos em que colocava a mulher numa situação de inferioridade moral e intelectual tão grande, que a sua categoria na escala social não ia além da duma – besta de carga. Cita factos que provam a veracidade das suas afirmações. Passando à segunda parte, analisa a educação que à mulher é ministrada nas três categorias que a desigualdade económica criou, classificando-as de aristocrata, burguesa e plebeia. Demonstra desenvolvidamente o que são os preconceitos e o que eles fazem da mulher. Prova que a escravidão actual ainda é mais degradante que a da antiguidade, analisando a situação da mulher na fábrica, no *atelier* e no escritório. Estabelece um confronto entre o desenvolvimento da ciência nos vários ramos da actividade humana, onde se tem produzido a maior e mais profunda das revoluções, enquanto que no campo social o desenvolvimento da ciência não se tem acentuado, procurando-se até mesmo que ela se mantenha estacionária. Daqui se conclui que o estado da sociedade não tem sentido o desenvolvimento científico das ideias, do que resulta, tanto no homem como na mulher suportarem uma opressão mais revoltante do que a que suportaria nas épocas da antiguidade, quando a ciência ainda não se tinha afirmado tão exuberantemente. Prosseguindo nesta ordem de ideias, diz qual deve ser o papel da mulher perante o homem e os filhos, e o que ele actualmente é. Desenvolvendo a última parte, diz, resumidamente, o que se pretende que a mulher seja no futuro, o que deve ser a sua educação e qual o papel que na sociedade tem a desempenhar. Conclui por afirmar a necessidade de a mulher se defender, revoltando-se contra a degradação moral a que actualmente está sujeita, procurando atingir a sua emancipação, o que só conseguirá unindo-se fortemente nos seus sindicatos de classe. Eram 22,40 quando o nosso camarada deu a palestra por finda, não tendo desenvolvido mais o tema, como era seu desejo, por a isso se opôr a necessidade dos camaradas corticeiros terem ainda de reunir. No final foi muito aplaudido, tendo a palestra agradado bastante». «Pela Emancipação da Mulher: no Barreiro realiza-se uma conferência», *A Batalha*, 7 de Maio de 1919, p2

¹²²⁰ «Presidiu o operário camarada corticeiro Matoso, secretariado por Tomás Negócio e Pratas. Aberta a sessão com a sala repleta de operários, predominando o elemento feminino, largamente representado pelas operárias da CUF e pelas costureiras, depois do camarada presidente expor os fins da sessão, são convidados vários operários a fazerem uso da palavra. Fala em primeiro lugar Simões Negócio, que diz não ser o momento propício a largas considerações visto o estado de consternação em que se encontra pelo desaparecimento da mulher que lhe deu o ser. No entanto não quis faltar, porque considera a missão da Associação bastante elevada, razão que o trouxe ali. Faz considerações sobre o valor da Associação, proclamando a necessidade de o operariado local continuar a agir. Vítor Martins, que se segue, declara encontrar-se acidentalmente no Barreiro, em missão da Federação da Construção Civil, tendo ali comparecido por saber que Miguel Correia fazia uma conferência. E por entender que o operário tem sempre de aprender. Espraia-se em largas e desenvolvidas considerações sobre a Associação, salientando o valor do papel que a mulher dentro dela tem a desempenhar. Refere-se à acção da U.O.N. e à prova que a última manifestação política com as eleições deu, prova que demonstra representar a Central dos

como a Escola-oficina de Setúbal, cuja missão é «instruir e educar a mulher, preparando assim, a sua libertação económica»¹²²¹.

O peso das mulheres entre a massa associativa, no entanto, foi sempre relativamente baixo. Este fenómeno pode ser explicado pelo facto de estas pagarem a mesma cota que os homens, quando auferiam salários muitíssimo inferiores¹²²², mas também pela necessidade de autorização dos maridos¹²²³, estipulada pela lei de 1891.

Sindicatos a maioria do povo português. Terminou por incitar os operários e as operárias que o ouvem a desenvolverem a sua educação, comparecendo em sessões como aquela. Às 20,30 toma a palavra o camarada Miguel Correia que falou durante hora e meia. Não se encontrando em boa disposição de espírito, pede à assistência que lhe releve a dificuldade que deixará transparecer no decurso das suas considerações, procurando no entanto ser claro e conciso. Refere-se à sua palestra anterior, que forçado foi em deixar por concluir, o que o contrariou porque a última parte – a mulher futura – se prendia muito directamente com o tema que agora se propõe desenvolver. Disserta sobre essa parte, afirmando que no futuro a mulher terá de ser encarada sob um aspecto que a torne livre na sua maneira de pensar e agir. Considera-a mais escravizada do que o homem, aconselhando-a a revoltar-se contra as imposições absurdas que os preconceitos lhe apresentam. Ataca vigorosamente aqueles que procuram evitar que a mulher compareça nestas reuniões, classificando de estúpido e imbecil o impedimento que os maridos, pais ou os irmãos fazem com o fim de conseguirem que a mulher se não eduque. Entrando propriamente no tema anunciado, desenvolve o que é a associação, dizendo o fim a que ela visa. Exemplifica com as classes predominantes, que se esforçam por se unificarem, agrupando-se em associações, para mais eficazmente sustentarem o ataque das classes exploradas. A associação não visa apenas a disciplinar, metodizar a luta contra o existente. A associação procura atingir um *desideratum* mais vasto, qual é, o da emancipação intelectual das massas operárias, habilitando-as a tomarem conta da produção numa época mais ou menos próxima. A acção da mulher na associação é vasta. Como complemento à acção desenvolvida pelo trabalhador, a da mulher é de um efeito surpreendente sobre o patronato, quando se desenvolve conscientemente e em paralelo. Faz uma digressão sobre a acção das mulheres inglesas, belgas, italianas e espanholas demonstrando que, talvez por uma questão de psicologia, o espírito combativo está naquelas mais desenvolvido do que na mulher portuguesa. A necessidade de as mulheres portuguesas criarem esse espírito combativo impõem-se, mas só na associação ele se pode desenvolver. Continuando faz uma larga demonstração sobre o valor da associação para a emancipação da mulher, terminando por afirmar que o meio operário do Barreiro poderá ser um dos mais fortes do país, mas para isso tem de contribuir a mulher que trabalha. A mentalidade da mulher pode-se desenvolver em toda a parte, diz ainda, devendo ela reagir quando a ignorância do companheiro pretenda torná-la mais escrava do que ela o é perante o patronato. No final declarou que se encontra disposto a romper com a rotina do meio em que se vive e daí propor-se atacar de frente um problema, que embora complexo, rasgará à mulher vastos horizontes onde a sua emancipação se efectuará. Não teme o snobismo de meia-duzia de tolos e enfatuados que se pavoneiam pelo Barreiro, com o cérebro vazio de ideias e a consciência repleta de ignorância. Propos-se contribuir, tanto quanto em suas forças caiba, para a educação do operariado local, e em especial da mulher, o que procurará conseguir tanto quanto os seus conhecimentos lho permitam. Assim se propõe brevemente desenvolver o tema – o amor livre – pelo qual provará irrefutavelmente o grau de escravidão a que a mulher está sujeita. Aceita a controvérsia seja de quem for. Dando por terminadas as suas considerações, faz uso da palavra o camarada Palma, que, sobre o tema debatido, produz longos argumentos. Antes de encerrar a sessão, o camarada presidente anuncia que dia 21 fará uma conferência um camarada de Lisboa, promovida pela U.S.O. local. Eram 22,30 quando foi encerrada a sessão, tendo-se com ela conseguido propagar um pouco mais de instrução». «Barreiro: uma sessão de propaganda em que o elemento feminino se faz representar largamente», *A Batalha*, 15 de Maio de 1919, p2

¹²²¹ *O Trabalho*, 10 de Março de 1912, p2

¹²²² Livros de Inscrição e Descarga de Cotas. Fundo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada. Arquivo Histórico de Almada

¹²²³ Processo da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal* (1899). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

Não obstante a fraca adesão formal, a participação das mulheres na actividade sindical é crescente, tendo em conta quer o seu peso dominante em determinados sectores, quer o seu destacado papel nas redes locais de solidariedade e ainda nas lutas ligadas ao consumo.

Nas associações mistas as mulheres são chamadas a participar nos debates e lutas. Em 1912, a comissão administrativa da Associação de Classe dos Operários Manufactores de Lanifícios, para tratar da crise na indústria, convidou «dois camaradas e duas companheiras» da fábrica da Arrentela para estudar a questão¹²²⁴. De facto, nesta como na indústria conserveira, a integração das operárias era fundamental.

As dirigentes femininas surgem ainda como importantes intervenientes na articulação das associações de classe à esfera territorial. Durante a reorganização da associação dos apanhadores de peixe foi realizada uma sessão de propaganda, na qual participaram delegados de várias classes, usou da palavra, entre outros, a camarada Palmira, das operárias das fábricas¹²²⁵. No 1º de Maio de 1919 em Almada, usou da palavra «os camaradas João Gomes e Amélia Rosa, aquele pela F.C.C. e esta pelas camaradas grevistas corticeiras»¹²²⁶.

As mulheres tiveram ainda um papel destacado no meio associativo na chamada de atenção para questões externas à produção e relacionadas com o consumo. No comício contra a carestia de vida, convocado pela Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, que teve lugar no Casino Setubalense em Abril de 1913, intervieram a camarada Piedade pelas operárias e Carlos Rosa pelos rurais¹²²⁷.

As mulheres, muito embora se destaquem entre o novo proletariado fabril, não são as únicas trabalhadoras indiferenciadas e sazonais a integram progressivamente a estrutura sindical - «O trabalhador rural segue o operariado na associação»¹²²⁸. O proletariado agrícola tem também uma elevada sensibilidade às questões relacionadas com a escassez de géneros alimentares. É de lembrar que a tese contra a carestia de

¹²²⁴ «Arrentela», *O Sindicalista*, 7 de Janeiro de 1912, p3

¹²²⁵ «Setúbal, 18», *O Sindicalista*, 28 de Agosto de 1912, p3

¹²²⁶ «Em Almada: a paralisação foi total. As filarmónicas percorrem a vila tocando a «Internacional» e o «1º de Maio» - Grandes manifestações de solidariedade operária», *A Batalha*, 7 de Maio de 1919, p3

¹²²⁷ «Questão vital: carestia de vida», *O Sindicalista*, 20 de Abril de 1913, p4

¹²²⁸ *O Germinal*, 27 de Dezembro de 1912, p2

vida, aprovada nas conferências operárias de 1917 em Lisboa, foi apresentada justamente pela Federação dos Trabalhadores Rurais¹²²⁹.

Durante o ciclo de agitação social de 1910-1913, o proletariado rural também entra na luta e desempenha um papel de destaque. Em Dezembro de 1910, Paulino de Oliveira, Martins dos Santos e Carlos Rates reúnem num estabelecimento na Estrada dos Arcos com os trabalhadores rurais dos arredores de Setúbal. Estes reivindicavam sete horas de trabalho no inverno e nove no verão, bem como 500 reis de salário mínimo. Foram imediatamente criadas comissões para os trabalhos de organização preliminares¹²³⁰. Em Maio de 1911 estavam em greve quatro mil trabalhadores rurais na Península de Setúbal. O conflito alastrava-se a Aldeia Galega, Sarilhos Grandes e Pequenos, Alcochete, Samouco, Rosairinho, Barra Cheia, Olhos de Água, Brejos, Carrasqueirinha, Jardim e Pinhal Novo¹²³¹. Contam os jornais da Moita que um numeroso grupo de trabalhadores rurais invadiu duas propriedades¹²³². Os rurais contavam com o «apoio dos das fábricas»¹²³³. E em algumas localidades com a adesão da «classe marítima»¹²³⁴. Em paralelo, os dirigentes sindicais da aglomeração de Lisboa,

¹²²⁹ «Promovida pela União dos Sindicatos de Almada, realizou-se no último domingo a anunciada sessão de propaganda aos trabalhadores rurais do lugar da Sobreda, a fim de organizarem a associação respectiva. Presidiu o rural Joaquim Caetano de Moura, secretariado por Benigno António da União dos Sindicatos de Almada, e Zacarias de Pinho, pela Construção Civil. Falou em primeiro lugar José Alaiz, em nome da U.S.O. de Almada, que explicou os fins da sessão, demonstrando em seguida as vantagens da Associação dos Trabalhadores Rurais deste concelho, onde tão desumanamente são explorados. Usaram ainda da palavra os camaradas Salvador Duarte Raposo, da União Local, que exortou os rurais a organizarem-se, e explicou as vantagens que desse facto advêm; Zacarias de Pinho que afirma que os trabalhadores rurais têm que se organizar para que não continuem sendo escravos; Marques Valente, pelos rurais da Moita, que saúda os seus camaradas do concelho de Almada e faz considerações de carácter profissional. Todos os oradores foram sempre escutados com interesse pela assistência. Por último, o camarada Vitor Martins, da U.S.O. de Lisboa, depois de saudar os rurais de Almada, faz a apologia da organização rural. No final da sessão foi aprovada a seguinte moção: “considerando que o governo, ao decretar as 8 horas de trabalho, exclui dessa regalia os trabalhadores rurais; considerando que essa exclusão foi originada na pressão feita pelos detentores da terra; considerando que os trabalhadores do campo têm os mesmos direitos que usufruem os operários da indústria; considerando que esses direitos só serão conquistados pela acção dos próprios trabalhadores: os trabalhadores da Sobreda da Caparica, reunidos a convite da União dos Sindicatos de Almada, resolvem: 1º Dar à Federação dos Trabalhadores Rurais, a sua solidariedade moral às suas justas reclamações; 2º Organizar a partir de hoje, a Associação dos Trabalhadores Rurais do concelho de Almada, para fazer valer os direitos que nos assistem; 3º Protestar contra a presença da força armada e contra a proibição, em princípio, desta reunião; 4º Reclamar o imediato regresso aos lares familiares dos deportados, vítimas dos lavradores». «Organização Rural: funda-se a Associação dos Rurais da Sobreda da Caparica», *A Batalha*, 28 de Maio de 1919, p2

¹²³⁰ *O Germinal*, 3 de Dezembro de 1910, p3

¹²³¹ «Greve geral dos trabalhadores rurais», *O Sindicalista*, 28 de Maio de 1911, p5

¹²³² *O Trabalho*, 27 de Agosto de 1911, p2

¹²³³ «Barreiro», *O Correio do Sul*, 4 de Junho de 1911, p3

¹²³⁴ *O Germinal*, 26 de Agosto de 1911, p1

incluindo Carlos Rates, dirigente da união local de Setúbal, empenhavam-se em organizar os trabalhadores rurais alentejanos¹²³⁵.

Finalmente é de referir a emergência de organizações específicas da juventude. Este grupo destaca-se na resistência antiguerrista chegando a publicar um órgão próprio – *O Despertar*. Através de *A Batalha* podemos verificar que, no período após a guerra, são fundados núcleos da juventude em todos os centros industriais da Península. Em Julho de 1921, tem lugar o 1º Congresso da mocidade sindicalista. Denota-se «grande entusiasmo em redor deste acontecimento», tendo a comissão organizadora recebido adesão de quase todos os núcleos juvenis. As teses apresentadas relacionam-se com a organização, educação e propaganda, de defesa do aprendizado e fins ideológicos das Juventudes Sindicalistas¹²³⁶.

3.2.2.3 A ESTRUTURAÇÃO GEOGRÁFICA E SECTORIAL

Na última década de oitocentos o recurso à greve generalizou-se entre os operários especializados, dando origem a um movimento altamente organizado. Entre as primeiras paralisações inventariadas na Península de Setúbal, destaca-se a greve dos soldadores de Setúbal em Abril e Maio de 1891. Segundo *O Distrito*, «de há muito que se esperava conflito nas fábricas (...). Quando da crise proveniente da baixa dos preços das conservas os fabricantes baixaram os salários dos soldadores. Agora perante o aumento dos preços os soldadores querem salários antigos e os fabricantes sustentar os salários da crise. A greve paralisou todas as fábricas da cidade menos as três que mantinham os salários antigos, mas a breve trecho estava cingida à fábrica *Perseverança*, onde trabalhavam entre 70 e 80 operários, voltando os restantes a trabalhar com os salários actuais¹²³⁷.

À data do conflito não existia «nenhuma organização socialista nem a greve teve premeditação ou estudo prévio». A paralisação iniciou-se numa única fábrica e estendeu-se às restantes, não tendo os soldadores «sequer uma casa definitiva onde se

¹²³⁵ «Vítimas do caciquismo», *O Sindicalista*, 4 de Junho de 1911, p2

¹²³⁶ «O 1º Congresso da mocidade sindicalista: realiza-se em Setúbal no próximo mês de Setembro», *A Batalha*, 20 de Julho de 1921, p1

¹²³⁷ «Capital e Trabalho», *O Distrito*, 30 de Abril de 1891, p1-2

reunissem para tomarem deliberações»¹²³⁸. Dias depois do conflito terminar, fundou-se a Associação da Classe aproveitando o decreto publicado no Diário do Governo de 14 desse mesmo mês¹²³⁹. A iniciativa dos soldados teve repercussões entre outros trabalhadores qualificados, que se organizavam em associações de classe considerando ser «bom que os operários olhem para estas crises prevenindo-se para elas por meio de associações de previdência, que não são só os montepios»¹²⁴⁰. Como defendia um soldador discursando para a *Liga das classes marítimas e piscatórias*, «para se fazer uma greve não é preciso ter dinheiro, as mais classes auxiliam, no que for preciso (...)». No seu discurso, o activista «faz ver que as associações de classe não oferecem quantias como as de socorros mútuos, mas que por outros meios dão ainda maiores garantias»¹²⁴¹.

Nas décadas seguintes, o movimento reivindicativo dos trabalhadores de Setúbal desenvolve-se de tal forma que o administrador do concelho se lamentava: «uma greve geral aqui é de fácil execução, impondo-se mesmo pela forma da organização operária. Assim, por exemplo, os trabalhos nas fábricas de conservas estão divididos numas 7 classes, incluindo a marítima, e como lhes é defeso trabalharem em ramo da indústria que não seja aquele a que pertencem basta uma destas classes declarar-se em greve para travar a grande engrenagem e toda a indústria da conserva paralisar desde o pescador até ao moço. Nas fábricas cada classe tem a sua comissão de vigilância, que não deixa trabalhar quem não possuir bilhete da associação. E os patrões sujeitam-se, sob pena de greve na fábrica e sua paralisação completa.

As greves impondo aumento de salário são sempre declaradas quando as fábricas atestam de peixe e os patrões anuem desde logo aos aumentos ou os prejuízos em peixe estragado são enormes. O Comércio teme por uma forma extraordinária o operariado. Sempre que este pensa em fazer qualquer manifestação pede ao comércio (não sei se será bem empregue o verbo pedir) para o acompanhar no seu protesto ou manifestação, e o comércio, com medo de represálias, apressa-se a fechar»¹²⁴².

¹²³⁸ «Aparatos», *O Distrito*, 3 de Maio de 1891, p1

¹²³⁹ «Associação de classe», *O Distrito*, 28 de Maio de 1891, p2

¹²⁴⁰ «Reunião operária», *O Distrito*, 31 de Janeiro de 1892, p2

¹²⁴¹ «Liga das classes marítimas e piscatórias», *O Distrito*, 2 de Maio de 1897, p2

¹²⁴² Administrador do Concelho de Setúbal. Carta de 27 de Setembro de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 117. ANTT

«O segredo de que se revestem estes movimentos é a forma porque são conduzidos (...), neste meio que o operariado denomina de Barcelona portuguesa e onde a organização operária é tão forte e disciplinada como em parte alguma do país e até do mundo, bastando dizer que aqui só pesca e trabalha nas fábricas de conservas quem as associações de classe permitem e até o número de operários nas fábricas pretendem elas regular»¹²⁴³.

De facto, o papel estruturante da *comunidade de lugar* tem um papel fundamental no processo de articulação inter-profissional do movimento operário. É no seu seio, assente em laços familiares e vicinais, que a solidariedade entre trabalhadores qualificados e indiferenciados, homens e mulheres, se desenvolve mais facilmente¹²⁴⁴.

Ao contrário do que sucedia nas primeiras associações mutualistas, que restringiam a entrada aos que «provem ter dado anos ao ofício»¹²⁴⁵, «aprendizes e oficiais da classe exercendo a sua profissão»¹²⁴⁶ e, em alguns casos, como a dos tanoeiros de Almada, admitindo profissionais de qualquer localidade desde que detentores de qualificação, nas novas associações de classe a base territorial sobrepõem-se à qualificação. Muitas associações definiam o «termo do Barreiro», «vila do Seixal», ou outra restrição territorial, sendo dentro de cada indústria local admitidos os trabalhadores de «qualquer ramo»¹²⁴⁷, «todas as categorias»¹²⁴⁸, «todas as secções»¹²⁴⁹, bem como «os operários d'outras artes que trabalhem como auxiliares desta indústria»¹²⁵⁰.

Os laços criados entre as diferentes classes profissionais, à escala local, permitiram a mobilização de novos estratos sociais com o apoio daqueles que, graças a

¹²⁴³ Registo da correspondência expedida. Agosto de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹²⁴⁴ *O Trabalho*, 23-06-1912, p1

¹²⁴⁵ Processo da *Associação de Classe dos Carpinteiros Navais de Setúbal* (1896). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁴⁶ Processo da *Associação de Classe dos Operários Sapateiros de Setúbal* (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁴⁷ Processo da *Associação de Classe dos Operários Descarregadores de Mar e Terra do Barreiro* (1911). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁴⁸ Processo da *Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas da Vila do Barreiro* (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁴⁹ Processo da *Associação dos Operários da CUF do Barreiro* (1919). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁵⁰ Processo da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal* (1899). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

uma longa tradição organizativa, tinham mais recursos organizacionais e materiais¹²⁵¹. Muitas associações de classe são fundadas com a intervenção directa de experimentados sindicalistas de outra profissão. Em 1893 Custódio Gomes comunica à assembleia-geral dos operários corticeiros de Almada que os companheiros da fábrica do forno do Tijolo de Palência tinham manifestado o desejo de se associar. Os corticeiros decidem que não os podem aceitar na sua Associação mas que os podem ajudar a fundar uma sua. Foi aprovado prestar-lhes todo o auxílio moral e material¹²⁵².

Muitas vezes os estatutos das associações eram decalcados de uma pré-existente na localidade, como sucedeu com a *Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal de Setúbal* e a associação dos operários sapateiros¹²⁵³. Por outro lado, era muito comum as novas associações serem fundadas e utilizarem as sedes das já instaladas¹²⁵⁴, assim como as de duração efémera, doarem os seus bens às congéneres quando liquidadas¹²⁵⁵. A associação dos Trabalhadores das Fábricas de Setúbal propagandeavam que «esta classe muito contribuiu para a organização dos carroceiros, carregadores de peixe e mulheres das fábricas, cedendo sempre a sua sede a quantos explorados careçam de organizar-se»¹²⁵⁶.

O apoio recíproco facilitava o reconhecimento das organizações operárias por parte das entidades patronais. Na caixotaria do Sr. Manuel Gomes, em Setúbal, trabalhavam, em finais de 1912, operários que não eram associados porque o patrão se opunha à agremiação e suas imposições. «A Associação dos caixoteiros pediu então auxílio à Associação dos Trabalhadores das Fábricas e dos Carroceiros, visto o mesmo patrão também não querer assinar a tabela destes camaradas de trabalho; porém indo lá uma comissão de trabalhadores e caixoteiros ficou tudo resolvido»¹²⁵⁷.

¹²⁵¹ «Forma-se na Associação dos Corticeiros a Associação de Classe dos manipuladores de Farinha de Almada», *Correio do Sul*, 6 de Novembro de 1910, p3

¹²⁵² Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 4 de Abril de 1893. Arquivo Municipal de Almada

¹²⁵³ Processo da *Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal de Setúbal* (1899). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁵⁴ Processo da *Associação dos Operários da CUF do Barreiro* (1919). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁵⁵ Processo da *Associação dos Empregados do Comércio e Indústria do Barreiro* (1898). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT; Processo da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas da Vila do Barreiro (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹²⁵⁶ «A greve dos trabalhadores das fábricas», *O Sindicalista*, 12 de Fevereiro de 1911, p3

¹²⁵⁷ «Setúbal», *O Sindicalista*, 20 de Outubro de 1912, p3

Cruzando a análise do tecido económico com a observação do movimento dos trabalhadores na Península de Setúbal conclui-se também que o peso do operariado fabril naquela região determinou não apenas a proliferação do associativismo entre esta classe, mas também, entre outros profissionais que partilhavam a cadeia de produção e/ou simplesmente o espaço urbano.

Entre os trabalhadores do mar de Setúbal, por exemplo, contavam-se, em 1915, 2750 sindicalizados¹²⁵⁸. A sua *associação de classe* era ultrapassada em número apenas pela associação das operárias das fábricas de conservas e em capacidade reivindicativa igualava a dos soldados. Na sede dos trabalhadores do Mar reuniram-se e fundaram-se muitas das restantes *associações de classe* setubalenses, organizaram-se centenas de conferências divulgando os postulados de emancipação social que orientavam o sindicalismo, criou-se uma escola para trabalhadores e seus filhos e tiveram lugar inúmeras iniciativas culturais e recreativas, reunindo variados sectores da sociedade local. Dos seus cofres saíram quantias consideráveis em apoio a vários movimentos reivindicativos. As suas greves, em defesa de interesses próprios ou em solidariedades para com outros camaradas, determinava a paralisação de toda a cidade, dependente da sardinha que traziam do mar.

Por outro lado, se é à escala do lugar que se vislumbra a progressiva articulação dos interesses dos diferentes estratos das classes trabalhadoras, são igualmente diversos os testemunhos documentais que apontam para o apoio de outras camadas sociais às reivindicações operárias. Por exemplo, o comício contra a crise de trabalho entre os corticeiros almadenses, em 1911, teve o apoio das outras classes e do comércio. A Empresa Fluvial até disponibilizou um barco para o protesto¹²⁵⁹. Da mesma forma, quando esta classe profissional entrou em greve em 1926, a assembleia de protesto «teve enorme assistência, decorrendo na maior ordem, fechando todos os estabelecimentos como prova de apoio moral à classe em greve (...)». No manifesto dos grevistas é sublinhado o apoio das cooperativas e estabelecimentos comerciais e até do «Sr. Filipe de Medeiros, estabelecido com loja de barbeiro em Cacilhas, que escreveu uma carta à associação dos corticeiros, em Almada, oferecendo os seus serviços

¹²⁵⁸ «Movimento associativo de Setúbal. Associações de classe», *O Semeador*, 1 de Maio de 1915, p6

¹²⁵⁹ *O Correio do Sul*, 6 de Agosto de 1911, p2

gratuitamente na sede da mesma associação enquanto a greve durar»¹²⁶⁰. O apoio comunitário verificava-se não obstante as consequências destas paralisações para as restantes classes profissionais. As «vítimas eram, para além dos operários, o merceeiro, o padeiro, o sapateiro, o alfaiate, o senhorio, etc»¹²⁶¹.

Tendo em consideração o papel determinante que a solidariedade local desempenha na trajectória dos movimentos reivindicativos, ambas as partes litigantes procuram conquistar o apoio das comunidades. Por esse motivo, os grevistas tinham por hábito distribuir manifestos a justificar as razões do conflito e por vezes também os industriais o faziam em resposta. Foi o que sucedeu durante a greve de Fevereiro de 1917 em Sesimbra, os soldados distribuíram um manifesto sobre «o que nos parece digno, de verdade e que temos o direito de expor à população», sabendo que é «pela união, pela solidariedade, que se vencem as grandes causas»¹²⁶². Dois dias depois, os industriais defendiam-se, argumentando com a «situação actual» mas «querendo solucionar o conflito prejudicial para as duas partes em litígio e muito principalmente para a prosperidade da vila»¹²⁶³.

Estas distribuições tinham um carácter massivo e adquiriam progressivamente um carácter translocal, o que induz a crescente ampliação dos movimentos de solidariedade. O suplemento do *Sindicalista* referente à greve conserveira de Fevereiro de 1911, por exemplo, foi «profusamente distribuído em Setúbal e Lisboa»¹²⁶⁴. Durante a greve dos moços das fábricas de Agosto de 1918, a polícia apreendeu 15.000 manifestos na respectiva associação de classe, «constando que outros 15.000 foram remetidos para essa cidade [Lisboa], para a UON»¹²⁶⁵.

Com efeito, desde cedo que a estruturação geográfica extravasa a cidade de Setúbal e os pequenos povoados da margem Sul do Tejo. Como é ilustrado, no período em análise, o movimento organizado dos trabalhadores qualificados estendeu-se dos locais de trabalho às comunidades operárias no seu conjunto. Publicado em Almada na

¹²⁶⁰ «A greve dos corticeiros, um comício em Almada», *O Despertar*, 12 de Dezembro de 1926, p2

¹²⁶¹ «A greve dos operários corticeiros e as suas consequências», *Eco do Barreiro*, 1 de Janeiro de 1926, p1

¹²⁶² Pelos soldados de Sesimbra, 4 de Fevereiro de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 113. ANTT

¹²⁶³ A comissão, 6 de Fevereiro de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 113. ANTT

¹²⁶⁴ «O Movimento de Setúbal», *O Sindicalista*, 5 de Março de 1911, p2

¹²⁶⁵ Registo da correspondência expedida. Agosto de 1918. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

viragem do século, *O Corticeiro* atingia uma tiragem de 500 exemplares, que se distribuíam nos principais centros corticeiros do país, desde Abrantes a S. Brás de Alportel. Em todos os números sobressaem duas rubricas em paralelo. Na primeira - *O Movimento Social em Almada* - são enumeradas todas as associações de classe, sociedades cooperativas, Associações de Socorros Mútuos, Caixas de Socorros, Sociedades de Recreio e Aulas Nocturnas almadenses. Na segunda - *Secção das Associações Corticeiras no País* - é traçada a rede do ofício, sendo elencadas as associações de Almada, Barreiro, Poço do Bispo, Vendas Novas, Setúbal, Faro e Silves.

Assim compreendiam os operários almadenses de oitocentos o seu *movimento social*. No restante conteúdo deste periódico fica claro que entre a comunidade e o ofício emergia um mais alargado sentimento de pertença, expresso não apenas nos textos doutrinários mas particularmente em eloquentes movimentos de solidariedade moral e material com trabalhadores dos mais variados ofícios por todo o país. Movimentos também ilustrados pelas consideráveis quantias que saem e entram dos cofres da Associação de Classe dos Corticeiros de Almada, meticulosamente registadas nos seus balancetes financeiros.

Com efeito, para além da solidariedade à escala do lugar, a entreaajuda moral e material entre as associações de classe verifica-se à escala translocal, accionando sobretudo ancestrais laços de ofício. Se a greve dos Vidreiros do Braço de Prata de Outubro de 1910 foi vitoriosa, por exemplo, muito se deveu às contribuições que recebeu da Associação dos Vidreiros de Portugal - 20\$000 reis - da Fábrica de Garrafas da Amora - 30\$ - e da Fábrica da Marinha Grande - 10\$¹²⁶⁶. Em Dezembro de 1911, os vidreiros da Amora enviavam também 45\$120 reis para os camaradas grevistas da Marinha Grande¹²⁶⁷. Na indústria corticeira, os laços profissionais desde cedo se estendiam para além da aglomeração de Lisboa. A partir das subscrições da greve corticeira de Vendas Novas em 1908, é fácil apreender a extensão destes vínculos. Os donativos chegaram de todos os principais centros corticeiros disseminados pela aglomeração de Lisboa, Alentejo e Algarve¹²⁶⁸.

¹²⁶⁶ *O Trabalho*, 16 de Outubro de 1910, p1

¹²⁶⁷ «Operários Vidreiros», *O Sindicalista*, 17 de Dezembro de 1911, p3

¹²⁶⁸ Subscrições nas fábricas 15:780; Subscrições públicas e quotas particulares 12:620; Da associação de Vendas Novas 15:000; Um grupo de operários da Fábrica Herold, do Barreiro 2:000; Associação de Setúbal 2:630; Secção de Belém 3:590; Associação dos corticeiros de Faro 3:000; Associação de Setúbal

Ao longo de todo o período em análise, os exemplos deste tipo de solidariedade são abundantes. Em 1893, os corticeiros de Almada enviam 15\$000 reis aos grevistas da fábrica de cortiça Rodolpho Torres em Portimão¹²⁶⁹. Na greve corticeira de 1902 em Silves, os corticeiros de Setúbal contribuíram com 10\$000 do seu cofre e organizaram uma subscrição nas fábricas¹²⁷⁰. No ano seguinte apoiaram «moralmente os grevistas do Poço do Bispo, não podendo contribuir materialmente devido a crise de trabalho»¹²⁷¹. Em Junho de 1911 os corticeiros de Setúbal contribuem com 8\$000 do seu cofre para a greve de Silves e voltam a abrir subscrições semanais nas fábricas¹²⁷². Em Agosto os grevistas de Silves já tinham recebido donativos das Associações dos Corticeiros de Almada, Faro, São Brás de Alportel, Poço do Bispo, Extremoz, Setúbal, Castelo Branco, Portalegre, Grândola, Barreiro, Portimão, Sines e Messines, mas também das Associações dos compositores tipógrafos, dos Soldadores de Lagos, dos Soldadores de Vila Real, e dos Sapateiros de Silves, num total de 182\$370 escudos. É de lembrar que um recortador ganhava de 280 a 320 reis por dia¹²⁷³.

O caso almadense é excepcional para a observação destes apoios recíprocos, tendo em conta a conservação dos fundos documentais de uma parcela destas agremiações. Analisando os livros de Caixa da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada* pudemos verificar a solidariedade material que unia esta associação às suas congéneres. No período que antecedeu o ciclo de agitação social de 1910-1913, o auxílio financeiro a grevistas de outras localidades ou ofícios era quotidiano¹²⁷⁴.

4:650; Associação de Lisboa 4:270; Associação de Évora 870; Total: 64:410. «Greve de Vendas Novas», *A Greve*, 10, 12 e 15 de Abril de 1908, p2

¹²⁶⁹ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 10 de Março de 1893, Fundo Próprio

¹²⁷⁰ *O Trabalho*, 21 de Dezembro de 1902, p3

¹²⁷¹ *O Trabalho*, 22 de Fevereiro de 1903, p2

¹²⁷² *O Trabalho*, 4 de Junho de 1911, p4

¹²⁷³ «Silves», *O Corticeiro*, 12 de Agosto de 1911, p1

¹²⁷⁴ Em Janeiro de 1908 a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada contribui com 5.000 reis para a greve de Vendas Novas. Em Julho do mesmo ano 2.040 para os grevistas de S. Tiago do Cacém e 2.040 para os tecelões de Faro. Ainda em Agosto 5000 reis para os grevistas do Poço do Bispo e 2.000 para os de S. Brás de Alportel. Em Novembro do mesmo ano 10040 para os grevistas de Sines e 5040 para os grevistas de Portimão e em Dezembro mais 5000 para os Sineenses.

Em Fevereiro de 1909 são despendidos 27000 reis com a greve na fábrica Symington em Almada, auxiliando grevistas, nem todos sócios da associação. Em Março mais 19.340. Em Maio/Junho são enviados 10040 reis para os grevistas do Poço do Bispo. Em Agosto 2540 aos chapeleiros de Lisboa, 3040 aos de S. Brás de Alportel e 7490 ao da Fábrica Bucknall. Em Outubro mais 3040 para S. Brás de Alportel.

Esta documentação é também fundamental para compreender como esta solidariedade material era imprescindível. Durante a onda grevista de 1910-1913, o essencial dos recursos da associação de classe dos operários corticeiros de Almada foram despendidos na agitação e propaganda - manifestos, circulares, etc. na negociação – dias de trabalho perdidos aos membros das comissões e, sobretudo, na articulação supralocal do movimento – despesas com telefone, telegrafo-postal, delegacias a outros centros corticeiros, entre outras. Era ainda necessário auxiliar as famílias dos operários presos e pagar os custos dos processos judiciais. Felizmente para a associação, o advogado – o anarquista Sobral de Campos – defendeu os corticeiros gratuitamente¹²⁷⁵ e a associação recebeu donativos de todo o país, particularmente do Sul, num total de 292\$484¹²⁷⁶!

De facto, as paralisações operárias, de acordo com a estratégia utilizada na época, eram muitíssimo dispendiosas. Entre 1911 e 1912 os marítimos das armações da Arrábida estiveram em greve sete meses, exigindo pagamento igual aos de Setúbal. A contenda solucionou-se favoravelmente para os marítimos mas custou 3 contos de reis à Associação de Classe. Só foi possível sustentar estes movimentos graças a uma fortíssima solidariedade material que articulava laços de ofício, comunitários e também de classe¹²⁷⁷.

O proletariado fabril e nomeadamente as mulheres não são excluídas destas manifestações de solidariedade profissional. Em Junho de 1919, a classe corticeira do Seixal reúne-se em assembleia-geral, reunião a que assistiram dois delegados da Federação corporativa, «para tratar da situação dos camaradas de Évora, que se encontram em luta com os respectivos industriais. Falaram sobre o assunto aqueles delegados, camaradas João Guerreiros e Domingos Miguel, que convidaram a classe a

Em Julho de 1910 são enviados 6080 reis aos tecelões do Porto em greve e mais 500 no mês seguinte. Em Setembro desse mesmo ano foram gastos 104920 reis para sustentar a greve na fábrica Vilarinho. Nesse mês a associação dos corticeiros de Almada recebeu 27.160 reis de auxílio dos operários de Seúbal. No mês da revolução republicana os corticeiros auxiliaram os manipuladores de farinhas com 10000 reis. Livro de caixa. Fundo Documental da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada*. Arquivo Histórico de Almada

¹²⁷⁵ Em Outubro de 1911 auxiliaram os Tamanqueiros do Porto com 5040 reis. Em Dezembro foram 2040 reis para os presos de Évora. Em Junho de 1912 10.000 para a greve da Carris e por aí em diante. Livro de caixa. Fundo Documental da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada*. Arquivo Histórico de Almada

¹²⁷⁶ «Solidariedade», *O Sindicalista*, 10 de Dezembro de 1912, p2

¹²⁷⁷ *O Trabalho*, 28 de Janeiro de 1912, p3

prestar toda a solidariedade moral e material, aos colegas em greve, greve sobremaneira simpática por ser de defesa de regalias conquistadas no recente movimento geral. Depois de terem falado do assunto outros camaradas, usou da palavra Manuel Mata que enviou para a mesa a seguinte proposta, que foi entusiasticamente aprovada: “Proponho que seja aberta entre a classe corticeira do Seixal, uma cotização de 10 centavos para os homens e de 5 para as mulheres e rapazes em auxílio dos camaradas de Évora. Foi ainda resolvido que logo que seja solucionado o movimento dos corticeiros de Évora se abra uma subscrição entre a classe desta localidade e da Amora a favor de *A Batalha*.” A sessão terminou com vivas calorosos à UON, à emancipação das classes trabalhadores e à *Batalha*»¹²⁷⁸.

Os laços de ofício, como verificámos, articulavam-se comumente com as redes de migração. Esta intersecção também se expressa no movimento sindical. No sector conserveiro os laços de ofício uniam fundamentalmente os trabalhadores de Setúbal e dos centros conserveiros do Algarve. Apenas a título de exemplo citemos o caso da subscrição entre soldados em favor dos grevistas de Olhão (fábricas de conservas) em Junho de 1904, em que a cota mínima era de 40 reis por associado¹²⁷⁹. Estes laços alargavam-se a todo o sector, incluindo pescas – no ano anterior, a *Associação de Classe dos Marítimos de Setúbal* enviara um donativo de 50.000 reis aos grevistas soldados de Lagos¹²⁸⁰.

A intersecção das redes comunitárias, de ofício e migração permitiu a concretização destas manifestações de solidariedade material entre trabalhadores de profissões e cidades diferentes, como foi o caso da contribuição dos Soldadores de Setúbal aos Chapeleiros de Lisboa – 25\$310 (1900)¹²⁸¹, dos Trabalhadores das Fábricas de Setúbal aos grevistas de Gouveia – 35\$675 (1902)¹²⁸² ou aos Tanoeiros de Gaia em greve – 10\$000 reis (1912)¹²⁸³, da Associação marítima aos sapateiros de Faro –

¹²⁷⁸ «Seixal: a solidariedade da classe corticeira», *A Batalha*, 1 de Junho de 1919, p2

¹²⁷⁹ *O Trabalho*, 5 de Junho de 1904, p3

¹²⁸⁰ *O Germinal*, 14 de Fevereiro de 1903, p2

¹²⁸¹ «Subscrição», *A Folha de Setúbal*, 11 de Novembro de 1900, p2

¹²⁸² *O Trabalho*, 28 de Setembro de 1902, p2

¹²⁸³ «Setúbal», *O Sindicalista*, 17 de Novembro de 1912, p4

10\$000¹²⁸⁴ (1903), dos soldadores de Setúbal mandaram 20\$00 para os tecelões de Vila Nova de Gaia (1912)¹²⁸⁵, entre muitos outros exemplos.

A superação dos antigos laços de ofício e comunitários encontra paralelo numa mais alargada identificação de base classista. Quando a Associação de classe dos soldadores de Setúbal decide abrir uma subscrição nas fábricas em favor dos grevistas do Porto defende: «não é caridade que para os grevistas pedimos. É justiça. O operário não mendiga quando apela para os seus camaradas. O auxílio nestes casos é uma obrigação. Vítimas da mesma injustiça social, soldados da mesma causa, batalhando sobre idêntica bandeira, todos nos devemos auxiliar e amparar, todos carecemos de fazer causa comum na luta dos pobres contra ricos, no protesto dos explorados contra os exploradores»¹²⁸⁶.

Finalmente, é de sublinhar que no contexto da aglomeração de Liabos, os laços de ofício estavam entrelaçados e formalizados, pelo menos desde o final da década de oitocentos na Federação das Associações de Classe de Lisboa, mais tarde Comissão Executiva do Congresso Operário das Associações de Classe, e reforçavam-se através da acção colectiva, quer no apoio recíproco nos movimentos grevistas quer em jornadas conjuntas como a manifestação anual do 1º de Maio¹²⁸⁷.

Esta rede inter-profissional pervive durante todo o período em análise, envolvendo-se várias classes profissionais em sessões de propaganda, conferências e no apoio aos camaradas em luta de outros sectores. Era particularmente ao longo e entre as margens do Tejo e por entre os bairros populares de Lisboa que se estendia¹²⁸⁸. Os trabalhadores da cidade sadina também integravam a rede da aglomeração de Lisboa. Em 1899 organiza-se em Setúbal uma digressão a Lisboa para tomar parte nos festejos do dia do trabalhador presididos por Azedo Gneco¹²⁸⁹. A sociedade filarmónica Capricho, o seu grupo dramático e as Associações de Classe dos carpinteiros navais,

¹²⁸⁴ *O Trabalho*, 12 de Abril de 1903, p2

¹²⁸⁵ *O Trabalho*, 23 de Abril de 1912, p2

¹²⁸⁶ *O Trabalho*, 14 de Junho de 1903, p1

¹²⁸⁷ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 21 de Março de 1893, Fundo Próprio

¹²⁸⁸ «Greve sem solução», *O Correio do Sul*, 25 de Setembro de 1910, p1

¹²⁸⁹ «1º de Maio», *O Distrito*, 30 de Abril de 1899, p3

carregadores de sal e sapateiros incorporaram com as suas insígnias o cortejo cívico realizado em Lisboa¹²⁹⁰.

Estes laços promoveram a constituição de estruturas federativas de base territorial. Em Almada, logo em 1910, «reuniram-se os delegados das associações do concelho – incluindo as costureiras - na sede dos Tanoeiros a fim de fundar uma federação local e os seus estatutos foram aprovados por unanimidade¹²⁹¹. Nos anos seguintes observa-se o esforço de formalizar este novo organismo, depois designado União dos Sindicatos de Almada e de integrar todas as classes profissionais assalariadas, incluindo os trabalhadores rurais¹²⁹². Em Setúbal, a união de sindicatos operários (USO) foi fundada a 15 de Dezembro de 1910, na sede da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas com «grande número de sindicatos de resistência»¹²⁹³, assistindo-se ao mesmo esforço de incluir as mulheres e os trabalhadores rurais na organização sindical¹²⁹⁴.

Paralelamente, é de referir que a par das uniões locais, formalizando as redes de solidariedade local, assiste-se também a uma estruturação translocal do movimento com base no sector ou ofício. O primeiro congresso corticeiro realizou-se em 1894¹²⁹⁵. Em Fevereiro de 1906 tem lugar em Lisboa uma reunião nacional de corticeiros, onde é discutida a criação da *Liga Corticeira* e a criação do seu órgão – *A Voz do Corticeiro*¹²⁹⁶. *O Corticeiro*, seu sucessor, produzido pela *Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada*, era distribuído em todos os centros corticeiros¹²⁹⁷. O jornal operário realizava ainda permutas com vários outros periódicos congéneres¹²⁹⁸ e

¹²⁹⁰ «1º de Maio », *O Elmano*, 3 de Maio de 1899, p2

¹²⁹¹ «Federação Operária Almadense», *O Sindicalista*, 15 de Janeiro de 1911, p4

¹²⁹² «União dos Sindicatos de Almada», *O Sindicalista*, 11 de Agosto de 1912, p4

¹²⁹³ «Em Setúbal: Greve dos pescadores», *O Sindicalista*, 25 de Dezembro de 1910, p2-3

¹²⁹⁴ «Setúbal», *O Sindicalista*, 22 de Dezembro de 1912, p3

¹²⁹⁵ «Congresso Corticeiro», *O Corticeiro*, 28 de Setembro de 1912, p1

¹²⁹⁶ *O Germinal*, 18 de Fevereiro de 1906, p1

¹²⁹⁷ Segundo o livro de registos de agentes e assinantes, entre 1912 e 1914, em Almada eram distribuídos entre 420 exemplares, no Barreiro 150, em Setúbal 400, em Vendas Novas 70, em Évora 100, em Silves 110, em Portimão 20, em Faro 25, em S. Brás de Alportel 20, Em Castelo Branco 25, no Seixal 15, em Viana do Castelo 15, em Estremoz 25, em Abrantes 11, em Grândola 30, em Odemira 40, em S. Bartolomeu de Messines 15, em Alcácer do Sal 17, na Azaruja 15, em Portalegre 65, em Sines 210, em Lamas 20, em Vila Nova de Gaia 15 e em Belém 35. Fundo Documental da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada*. Arquivo Histórico de Almada

¹²⁹⁸ *O Trabalho* (Setúbal), *A Aurora* (Porto), *O Caixeiro* (Lisboa), *A Voz do Proletário* (Porto), *Boletim Corchero* (Espanha), *El Programa* (Espanha), *Corche e Tapones* (Espanha), *Jornal dos Empregados Bancos e Cambios* (Espanha), *Pátria Nova* (Castelo Branco), *O Operário* (Beja), *O Germinal* (Setúbal), *O Ferroviário* (Lisboa), *O Revolucionário* (Lisboa), *Heraldo* (Faro), *Terra Livre* (Lisboa), *A Humanidade*

associações diversas quer portuguesas quer estrangeiras¹²⁹⁹. Em Outubro de 1912 ocorre o Congresso Nacional Corticeiro, com delegados de 17 centros corticeiros, no qual são aprovados os estatutos da Federação Nacional Corticeira, tendo como objectivos: obstar a que sejam diminuídos os salários, empregando todos os esforços para os aumentar, reduzir e unificar as horas de trabalho, promover o desenvolvimento da indústria, nomeadamente actuando para que sejam promulgadas leis e disposições nesse sentido, manter relações nacionais e internacionais com organizações congéneres¹³⁰⁰. Em Agosto de 1920, o II Congresso da Organização Operária Corticeira discute a «Organização da Classe», o «Trabalho de jornal e salário mínimo, e o trabalho de empreitada», o «Trabalho das mulheres e dos menores dentro das oficinas», e o «Desenvolvimento da Indústria Corticeira»¹³⁰¹. Em 1929, a Federação Nacional Corticeira ressurgiu, com uma conferência nacional e com a edição do seu órgão *O Corticeiro*.

Em 1903 reúne o *Congresso Marítimo* para tratar de inúmeras questões, entre as quais se destaca a necessidade de pressionar o Estado para a intervenção na «fiscalização nas águas jurisdicionais e em especial o das pescas nos mares do reino, não permitindo a matrícula de menores de 14 anos nas embarcações de pesca do alto, maior zelo nas condições de navegabilidade dos barcos e segurança das vidas dos tripulantes, entre outras medidas protectoras, destacando-se a proibição da pesca de arrasto e garantindo o emprego do pessoal marítimo pela conservação da fauna e flora do solo submarino»¹³⁰².

(Lisboa), *A Alma Nova* (Lisboa), *O Intrépido* (Covilhã), *Alma Algarvia* (Portimão), *O Intransigente* (Lisboa), *Batalha Socialista* (Lisboa), *O Aldeão* (Loulé), *O Ourives* (Porto), *A Voz do Operário* (Lisboa), *A Defesa* (Lisboa), *O Ourives* (Porto), *A Revolta* (Coimbra), *O Grito Social* (Aveiro), *A Comuna* (Porto), *União e Luz* (Figueira da Foz), *O Rebelde* (Coimbra), *A Folha de Trancoso* (Trancoso), *Francisco Cervantes* (Lisboa), *A Defesa Operária* (Porto), *Ecos da Mocidade*, *O Arsenalista* (Lisboa), *O Trabalhador Rural* (Évora), *O Sindicalista* (Lisboa) e *O Agitador* (Vidago), *O Caixeiro* (Lisboa), *A Voz do Proletário* (Lisboa), *Alma Agrária* (Portimão), *O Intransigente* (Lisboa), *O Construtor Civil* (Lisboa), *O Voo Mecânico* (Lisboa), *A União Operária* (Lisboa), *O Despertar* (Lisboa), *Bochoneriers* (Bélgica) *O Raio* (Mora). Fundo Documental da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada*. Arquivo Histórico de Almada

¹²⁹⁹ Sociedade Cruz Vermelha, Biblioteca dos Empregados de Bancos e Cambios (Espanha), Biblioteca Pública de Lisboa, Biblioteca Pública do Porto, Universidade de Coimbra, Biblioteca dos Empregados do Comércio de Évora, Associação de Classe das Artes Gráficas, Kork Endustrie (Lubeck), Le chene (Liege-Bone Algerie), Sociedad general de Obreros en Corcho (Sevilha), Associação de Classe dos Caixeiros. Fundo Documental da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada*. Arquivo Histórico de Almada.

¹³⁰⁰ «Estatutos da Federação Nacional Corticeira», *O Corticeiro*, 26 de Outubro de 1912, p2

¹³⁰¹ «O II Congresso da Organização Operária Corticeira», *A Batalha*, 1 de Agosto de 1920, p1

¹³⁰² «Congresso marítimo», *O Elmano*, 1 de Fevereiro de 1903, p1

O congresso marítimo reflecte por um lado um esforço conjugado de reorganização dos mecanismos de protecção social oferecidos pelas estruturas corporativas do Antigo Regime, e por outro, a resistência às ameaças que a liberalização da actividade económica e a modernização impunham a esta classe profissional, nomeadamente o avanço da pesca de arrasto a reboque de vapores na costa.

Entre as teses discutidas destacaram-se a *Protecção Social*, que pugnava pela «formação de cooperativas e sociedades de socorros mútuos, e por meio de propaganda se consiga a inscrição voluntária de sócios da classe marítima, concedendo-lhes em condições favoráveis melhoria de habitação, géneros alimentícios e vestuário, socorros médicos e de botica, funeral e principalmente subsídio na inabilidade, pensões a viúvas e a órfãos, tornando aplicáveis as normas principais dos compromissos marítimos, de há muito estabelecidos em algumas povoações do litoral»¹³⁰³.

Em 1911 trabalhava-se também na fundação da *Federação Regional das Associações Rurais do Sul*, a partir da Moita do Ribatejo¹³⁰⁴. Nos dias 25 e 26 de Agosto de 1912 tem lugar na sede da União Local de Évora o *I Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Em Abril de 1913 o 2º Congresso da *Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais*¹³⁰⁵. No mesmo mês reúne o *I Congresso Corporativo da Indústria do Calçado*¹³⁰⁶. A 2 de Agosto do mesmo ano realiza-se no vasto salão da Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal a sessão inaugural do *Congresso dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais da Região Portuguesa*, que promete assumir grande importância. Nas teses a discutir tratam-se assuntos de alta valia, como a pesca de arrasto e as relações do comércio de exportação com o proletariado marítimo¹³⁰⁷.

O 1º congresso da Indústria Metalúrgica data de 1913 e resulta na edição de um periódico designado, *A Indústria Nacional*. Os principais objectivos do encontro são «A organização da Federação Nacional Corporativa (...), A Defesa do Aprendizado moral e economicamente, e Como estabelecer a igualdade de salários»¹³⁰⁸

¹³⁰³ «Congresso marítimo», *O Elmano*, 1 de Fevereiro de 1903, p1

¹³⁰⁴ «Moita», *O Sindicalista*, 3 de Novembro de 1911, p4

¹³⁰⁵ «A organização rural», *O Sindicalista*, 20 de Abril de 1913, p3

¹³⁰⁶ «Pela Indústria de Calçado: 1º Congresso Nacional Corporativo», *O Sindicalista*, 20 de Abril de 1913, p3

¹³⁰⁷ *O Trabalho*, 2 de Agosto de 1914, p1

¹³⁰⁸ «Indústria Metalúrgica: O 1º Congresso Nacional», *O Sindicalista*, 2 de Março de 1913, p2

Em 1920 tem lugar o *I Congresso Ferroviário*, no qual é fundada a *Federação Ferroviária*, «e procurando-se que o congresso faculte ao alto organismo da classe ferroviária portuguesa, a suficiente capacidade, sob o ponto de vista técnico, social e económico, para que o mesmo possa corresponder ao papel que a transformação da actual estrutura social lhe reserva». Baseado nas resoluções do Congresso Nacional Operário de 1919, preconizando a formação de sindicatos únicos por indústria, o congresso ferroviário tinha por objectivo o aperfeiçoamento da organização sindical na especialidade. Entre as teses discutidas, destaca-se a *Socialização dos Caminhos-de-ferro*, reflectindo a disposição revolucionária dos sindicalistas. «As conclusões desta tese, que devem ser muito claras e precisas, firmam o princípio económico que a classe ferroviária tem a atingir»¹³⁰⁹.

Em Junho 1921, os ferroviários do Estado, da Companhia de Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste, dão a sua adesão à Confederação Geral do Trabalho. Em assembleias-gerais, realizadas no Teatro-Cine Barreirense e noutros pontos do país, como Faro, Beja e Casa Branca é apreciado e discutido o relatório sobre a atitude da CGT na greve de 30 de Setembro»¹³¹⁰. Nestas sessões participa Manuel Joaquim de Sousa, secretário-geral da CGT, intervindo sobre a importância da força e da união para o robustecimento da luta operária portuguesa e é aprovada uma moção de ingresso na classe à CGT¹³¹¹. Em Beja, a adesão é aprovada por unanimidade, considerando-se «que fortalecerá a luta contra o capital e contra o Estado». É lido o expediente que consta de credenciais do pessoal de Ermidas, Funcheira, Baleizão, Machados, Figueirinha, Aljustrel, Castro Verde e outras. «Todos estes documentos exteriorizam o apoio incondicional dos camaradas, que, impossibilitados de comparecer, demonstram estar de alma e coração pela união da classe»¹³¹².

Em Outubro 1921, tem lugar a Conferência Inter-Sindical Ferroviária, reunindo os ferroviários do Estado com os da companhia privada CP numa comissão confederal ferroviária, antecedida de inúmeras assembleias-gerais por todo o país, «nas quais se

¹³⁰⁹ «I Congresso Ferroviário: as teses que lhe serão submetidas», *O Sul e Sueste*, 18 de Janeiro de 1920, p1

¹³¹⁰ «Ferroviários do Sul e Sueste: assembleias-gerais através da linha», *A Batalha*, 17 de Junho de 1921, p2

¹³¹¹ «Os ferroviários do Sul e Sueste e a sua adesão à C.G.T.: uma importante reunião em Faro», *A Batalha*, 22 de Junho de 1921, p2

¹³¹² «Os ferroviários do Sul e Sueste e a sua adesão à C.G.T.: importante reunião em Beja», *A Batalha*, 25 de Junho de 1921, p1-2

pode constatar que é grande o entusiasmo existente entre os ferroviários pelo engrandecimento da sua organização, sendo geral o contentamento pela iniciativa da CGT»¹³¹³. Em 1930 é fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes, integrando vários sectores do trabalho como os marítimos, os ferroviários e os transportes urbanos.

Também na indústria conserveira se discutia a «federação nacional corporativa», «a ligação de todas as classes da mesma indústria e que têm interesses relacionados», que se propunha «estabelecer a uniformidade dos salários, regularizar a aprendizagem, ministrar a instrução profissional pelo órgão federativo, estudando superiormente a questão profissional». Eram os antigos artesãos e trabalhadores qualificados, como os soldadores de Setúbal, «classe de gloriosas tradições, que hoje estão relacionados com todos os seus camaradas da indústria, quer a Norte quer a Sul», que tinham «facilidade extrema em lançar as bases de uma forte federação corporativa (...) unindo soldadores, trabalhadores e mulheres das fábricas de Setúbal, aos seus camaradas de Lagos, Olhão, Vila Real, Sesimbra, Sines, Espinho, etc.»¹³¹⁴.

Em Junho de 1919, «a convite de um grupo de soldadores realizou-se no domingo uma reunião em que foi debatida a necessidade de organizar esta classe, sendo aprovada a moção seguinte: “Considerando que se torna da máxima urgência intensificar a propaganda associativa, os soldadores de Almada, reunidos na Associação dos Corticeiros resolvem: 1º Nomear uma comissão organizadora com o encargo de nomeação dos estatutos. 2º Reunir todos os soldadores que trabalham em Almada, Lisboa, Seixal e Trafaria no próximo domingo pelas 14 horas. 3º Saudar o jornal *A Batalha* pela sua atitude de defesa de todos os trabalhadores. 4º Aderir à União dos Sindicatos Locais e à União Operária Nacional logo que a fundação da Associação dos Soldadores se efectue»¹³¹⁵.

Meses mais tarde, reuniam na sede do Sindicato Único Metalúrgico os trabalhadores das fábricas de conservas de Lisboa, Almada, Seixal, Mutela, Ginjal e Trafaria para apreciarem nova tabela salarial, a ser entregue aos industriais e sancionada pelo Conselho Técnico e de Melhoramentos. «Pretende-se pôr em prática também o

¹³¹³ «A Conferência Inter-Sindical Ferroviária», *A Batalha*, 20 de Setembro de 1921, p1

¹³¹⁴ «A luta operária em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Novembro de 1911, p2

¹³¹⁵ «Almada: os soldadores organizam-se», *A Batalha*, 4 de Junho de 1919, p3

estabelecimento do salário mínimo, a abolição das empreitadas e mais condições do parecer aprovado no Congresso de Coimbra, referente à tese apresentada pelos soldados de Setúbal»¹³¹⁶.

Em Agosto de 1924, inicia-se a organização da Federação dos Operários da Indústria de Conservas. A iniciativa parte da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, que sublinhava que «longe vai o tempo em que os sindicatos profissionais isolados representavam alguma força para o desempenho da missão para que foram criados (...). As nossas lutas dentro destes baluartes (...) têm-nos demonstrado a insuficiência destes organismos na sua antiga estrutura. Por isso a remodelação dos nossos sindicatos, em nossa opinião impõem-se, devendo criar-se sindicatos únicos onde caibam os profissionais das diferentes especialidades da indústria», e argumentava que «a par do comerciante lavradez temos pela frente a Confederação Patronal cuja força é resultante da nossa inércia e cuja acção de perseguição odienda à classe trabalhadora mais deve animar-nos para a luta»¹³¹⁷.

Em Dezembro de 1924 tem lugar em Setúbal o I Congresso Nacional dos Operários das Conservas, antecedido de sessões realizadas em Vila Real de Santo António, Olhão, Faro, Portimão, Lagos, Matosinhos, Aveiro, Ovar, Figueira da Foz, Peniche, Cascais, Lisboa e Almada¹³¹⁸. As teses discutidas referem-se à «Nova organização dos Sindicatos da Indústria; Criação de Conselhos Técnicos e sua Missão na Indústria, Higiene nas Fábricas, Caixa de resistência e auxílio a greves, Estatutos para a Federação e Regulamento da Caixa de Solidariedade, Relações Internacionais e Mecânica na Indústria das Conservas»¹³¹⁹.

Em 1932 é constituída a Federação do Ramo da Alimentação, ideia que recua ao congresso dos Operários do Ramo da Alimentação de Outubro de 1926. A esta aderirá o Sindicato Único dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e muitas outras

¹³¹⁶ «O pessoal das Fábricas de Conservas vai reclamar», *A Batalha*, 3 de Novembro de 1919, p1

¹³¹⁷ «Aos operários da Indústria de Conservas de todo o país», *A Voz Sindical*, 9 de Agosto de 1924, p4

¹³¹⁸ «Actividade da Organização: Congresso dos Operários das Conservas», *A Voz Sindical*, 21 de Setembro de 1924, p2

¹³¹⁹ Problemas Sindicais: o robustecimento da organização operária de Setúbal só será um facto depois da criação do Sindicato Único da Indústria Conserveira, *A Batalha*, 4 de Janeiro de 1927, p4; «O I Congresso dos Operários da Indústria das Conservas realiza-se em Setúbal, nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro», *A Voz Sindical*, 30 de Novembro de 1924, p3

associações de classe da Península de Setúbal ligadas à indústria moageira. Os 13 sindicatos aderentes terão voz através do seu órgão *A Alimentação*.

2.2.2.4 A GREVE GERAL: EXPOENTE MÁXIMO DAS ESTRATÉGIAS CENTRADAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Os laços de solidariedade translocais parecem reforçar-se perante os mais trágicos acontecimentos. Em 1900, os pescadores da armação agulha entram em greve e o armador recruta trabalhadores rurais. Na manhã do embarque, os grevistas e muitos pescadores procuram dissuadir os refractários e deitam-se entre a barca e o mar. O administrador do concelho chama a infantaria – 30 praças – que fazem carga simulada de baioneta, mantendo-se os grevistas impassíveis. O administrador manda então carregar sobre os pescadores, assassinando um deles. Ao enterro de Hermano José Faria foram mais de mil pessoas das classes marítimas e dos soldados. O comércio conservou as portas meias fechadas em sinal de luto¹³²⁰. O acontecimento foi seguido pelo *Echo Socialista*, *A Federação*, *A Obra*, *O Produtor*, *A Folha do Povo*, *O Portugal*, *O Século*, *A Pátria* e *A Vanguarda*. No 1º de Maio desse ano, em Setúbal e em Lisboa, os fuzilados de Sesimbra foram recordados com laços de crepe nos estandartes e milhares de operários portugueses usaram distintivos de luto¹³²¹.

Também a primeira greve geral com uma escala regional, teve como motivo o assassinato de dois operários, Mariana Torres e Manuel Mendes, durante a greve nas Fábricas de Conservas de Setúbal em 1911¹³²². Foi decidida no pátio interior da Associação dos Compositores de Lisboa, onde estavam representados delegados de inúmeras associações da área metropolitana. Segundo o *Sindicalista* estiveram em greve 70.000 operários, destacando-se as mulheres das fábricas de Xabregas e Poço do Bispo, mas também as costureiras¹³²³. No Porto houve uma reunião de protesto onde estiveram representadas várias associações de classe da cidade, foi distribuído um manifesto e realizado um comício com mais de 2000 pessoas¹³²⁴.

¹³²⁰ «Os fuzilamentos de Sesimbra», *A Folha de Setúbal*, 15 de Abril de 1900, p1

¹³²¹ «1º de Maio», *A Folha de Setúbal*, 5 de Maio de 1900, p1

¹³²² Quando os dois operários conserveiros Mariana Torres e Manuel Mendes foram assassinados pela GNR.

¹³²³ «Os sucessos de Setúbal», *O Sindicalista*, 19 de Março de 1911, p2

¹³²⁴ «Contra os assassinos de Setúbal: no Porto», *O Sindicalista*, 2 de Abril de 1911, p3

A repressão, e particularmente quando atingia este dramatismo, tendia a difundir o movimento. Em Janeiro de 1912 a greve dos trabalhadores rurais alentejanos abala a sociedade portuguesa. Mais uma vez a mobilização massiva de camadas anteriormente inertes é violentamente reprimida ocasionando a morte de um operário rural. Imediatamente as associações de classe da Península oficiam ao Ministro do Interior em protesto contra a repressão em Évora e colocam as suas bandeiras a meia haste durante 3 dias. Esta morte coincidiu com o aniversário dos «fuzilamentos de Setúbal, potenciando um ambiente de sentida revolta»¹³²⁵.

Em protesto contra a repressão governamental, a aglomeração de Lisboa paralisa durante dois dias entre 29 e 30 de Janeiro. «A greve foi talvez uma coisa única no mundo, pela decisão com que foi levada a efeito, pelo número de adesões recebidas, num tão curto espaço de tempo»¹³²⁶. O governo, quando suspende as garantias, afirma que em Setúbal, Aldeia galega e Moita os sindicatos incitam «à destruição da propriedade e ao atentado pessoal»¹³²⁷. No rescaldo do movimento foram realizados comícios de protesto contra as prisões subsequentes, entre outras localidades, em Almada, Setúbal, Aldeia Galega, Moita, Barreiro e Arrentela¹³²⁸.

Se as greves gerais começam por ser defensivas, devido ao seu sucesso serão também utilizadas na ofensiva como estratégia para fazer valer as reivindicações operárias. Os corticeiros, tendo em conta as suas fortes redes de translocais, foram a classe que mais eficazmente a utilizou. Em Setembro de 1910 conquistaram a proibição da saída de cortiça em prancha e no *biénio rosso* português a paralisação de toda a «família corticeira» também determinou significativas vitórias.

Entre os finais de Abril e os primeiros dias de Maio de 1919, tem início uma greve geral nas fábricas de cortiça, conquistando nesta luta os trabalhadores 40% de aumento salarial e as oito horas de trabalho. Estiveram envolvidos os corticeiros do Barreiro, Seixal, Almada, Alhos Vedros, Belém e Poço do Bispo e, dias mais tarde, Évora, Setúbal, Portalegre, Sines, Vendas Novas¹³²⁹.

¹³²⁵ *O Trabalho*, 28 de Janeiro de 1912, p3

¹³²⁶ «A greve em Setúbal», *O Sindicalista*, 18 de Fevereiro de 1912, p2

¹³²⁷ *O Correio do Sul*, 10 de Março de 1912, p2

¹³²⁸ «O movimento de protesto contra a prisão dos trabalhadores», *O Sindicalista*, 14 de Abril de 1912, p3

¹³²⁹ *A Batalha*, 25 de Abril a 3 de Maio de 1919

A Federação Corticeira solicitou dos industriais corticeiros uma entrevista, a fim de se chegar a um acordo, entrevista que foi imediatamente concedida. Dia 1 de Maio este organismo fazia uma comunicação a todos os corticeiros, afirmando que estes deviam confiar inteiramente nos seus esforços para uma solução breve do conflito, só devendo voltar ao trabalho quando fosse oficialmente comunicada a solução da greve. Nesse mesmo dia, os delegados corticeiros participaram em vários comícios operários, «a fim de fazer ver ao povo trabalhador a justiça que assiste à causa dos corticeiros»¹³³⁰.

Novamente, no início de 1920, a *família corticeira* «lança-se entusiasticamente na luta». Em Almada, numa concorrida reunião para apreciar a marcha das negociações entre Federação e os Industriais no que respeita ao aumento salarial exigido, resolve-se convocar a greve, ideia acolhida com vivas à solidariedade operária. No Seixal, em assembleia magna, os corticeiros desta vila, também aderem, bem como os de Alhos Vedros, certos de que «a vitória pertencerá aos grevistas que saberão cumprir o seu dever e lutar»¹³³¹. No Barreiro, os corticeiros congratulam-se pelo sucesso da greve e por não se registarem traições ao movimento. Regista-se ainda a adesão à greve por parte dos corticeiros de Aldeia Galega, que se demonstraram dispostos a acatar todas as deliberações emanadas pela Federação, bem como dos camaradas de Évora e Santiago do Cacém¹³³². Em Setúbal, Associação de Classe, assim que toma conhecimento da decisão de convocar a greve por parte da Federação, ordena a paralisação do trabalho. Os grevistas reuniram de imediato para discutir procedimento dos industriais, deliberando ficar em sessão permanente. Na Amora, em assembleia magna é aprovado um voto de confiança à Federação. «De todas as partes da província a Federação está recebendo comunicações, nas quais se exterioriza uma grande vontade de lutar até ao maior sacrifício, dizendo mais estarem todos os camaradas prontos a manter-se na mesma atitude até verem que justiça lhes seja feita».¹³³³

Os corticeiros aprovam uma moção de confiança ao comité dirigente da greve, convictos que este os levará à vitória «nesta luta entre o capital e o trabalho»¹³³⁴. Nas

¹³³⁰ «Os corticeiros - prossegue a greve: uma comunicação da Federação Corticeira», *A Batalha*, 1 de Maio de 1919, p1

¹³³¹ «As greves: operários corticeiros, a classe lança-se entusiasticamente na luta», *A Batalha*, 16 de Janeiro de 1920, p2

¹³³² «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1920, p1

¹³³³ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1920, p1

¹³³⁴ «O movimento dos corticeiros», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1920, p1

reuniões realizadas em Almada, Seixal, Barreiro, Poço do Bispo, Alhos Vedros e Amora foi aprovada proposta no sentido de serem os industriais a pagar os dias de greve¹³³⁵. O «delegado da Federação participa o apoio oferecido pela Federação Marítima, pelos descarregadores de Terra e Mar do Barreiro e pelos ferroviários da Companhia Portuguesa»¹³³⁶.

Pedro Fernandes, presidente da Associação dos Industriais Corticeiros, é apontado como principal responsável da situação¹³³⁷, tendo em conta os resultados da entrevista com a comissão industrial, cuja proposta os operários consideraram inaceitável. Em Almada declara-se que a Federação não deve mais ser transigente. Também em Setúbal se discorda da proposta dos industriais. Em Alhos Vedros resolve-se manter a luta até à integral satisfação das exigências operárias¹³³⁸.

No Seixal, em reunião, protesta-se contra a forma como os industriais estão tratando com a comissão de trabalhadores. No final, é aprovado um voto de confiança à Federação Corticeira, entre vivas à *Batalha*, à greve e à C.G.T. No Barreiro, a direcção nacional participa à assistência as impressões colhidas junto da administração do concelho. Esta considera a greve dos corticeiros justa, mas não admite que se toque nas autoridades ou nas forças públicas, sob pena de se fecharem as portas da Associação, e «efectivamente, a sede do sindicato corticeiro encontra-se rodeada de forças de infantaria e cavalaria, prontas para o assalto»¹³³⁹.

A atitude intimidatória das autoridades barreirenses é veementemente condenada por toda a região. Em Almada, a União dos Sindicatos Operários, apela a todos os operários que, face à irredutibilidade dos industriais, preste seu auxílio material aos camaradas em greve há 15 dias. Em assembleia, os trabalhadores aprovam um protesto contra o administrador do Barreiro, pela forma como este está procedendo, bem como no Seixal, onde se mantém o entusiasmo grevista. Em Setúbal, elogia-se a acção da Federação neste processo, intransigente perante a ganância dos patrões, e apresenta-se um voto de protesto contra o administrador do Barreiro¹³⁴⁰. A grande greve dos corticeiros termina com uma espécie de contracto colectivo de trabalho, sendo os

¹³³⁵ «Greves dos operários corticeiros», *A Batalha*, 17 de Janeiro de 1920, p2

¹³³⁶ «O movimento dos corticeiros», *A Batalha*, 19 de Janeiro de 1920, p1

¹³³⁷ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1920, p1

¹³³⁸ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 28 de Janeiro de 1920, p2

¹³³⁹ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 29 de Janeiro de 1920, p2

¹³⁴⁰ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 30 de Janeiro de 1920, p2

aumentos acordados entre Associação dos Fabricantes de Cortiça e Rolhas e a Federação Nacional Corticeira¹³⁴¹.

Um mês depois da *família corticeira* abalar a aglomeração de Lisboa com este alargado movimento, é a vez dos operários da construção civil accionam as suas estruturas translocais e levarem a cabo uma greve geral por aumentos salariais que, segundo *A Batalha*, envolveu 70.000 trabalhadores de Lisboa e arredores, Poço do Bispo, Almada, Seixal, Barreiro, Amadora, Sintra, Montelavar, Parede, Tires, Linda-a-Pastora, Cascais, Oeiras, Lazareto, Porto Brandão, Trafaria, Póvoa de Santa Iria, etc¹³⁴².

Na margem Sul do Tejo este conflito é vivido com intensidade. O comité local de Almada proclama: «Lutamos, porque lutar é viver! Queremos pão e jamais retomaremos o trabalho, sem que nos seja garantido o direito à vida. Exploradores, abri as vossas burras cheias de ouro, roubado aos trabalhadores. Vamos! Enquanto é tempo! Amanhã pode ser já tarde! Viva a greve geral da indústria!» e o do Seixal faz saber: «Firmes e encorajados para vencer. Aguardamos ordem do comité central para retomar o trabalho e enquanto ela não chegar, continuaremos sempre firmes no nosso posto de combate, contra a burguesia crapulosa. Avante, pois, camaradas! Afirmar a vossa vitalidade e sede solidário! Viva a nossa greve!».¹³⁴³

Ainda durante o clímax do ciclo de agitação social, todavia, tem início a contra-ofensiva patronal à organização e às reivindicações operárias. Em Abril de 1919, os operários da CUF desafiam o grande potentado da indústria nacional, Alfredo da Silva, numa greve contra o despedimento de 60 operários da construção civil que trabalhavam na edificação do bairro operário, com repercussões em todas as secções. A greve de breves dias é vitoriosa, sendo readmitidos os operários em causa e desde logo criada uma comissão para tratar das reivindicações económicas dos trabalhadores da CUF¹³⁴⁴. Em meados do ano, a mobilização na região atinge o seu clímax perante a provocação patronal, despoletada por Alfredo da Silva, através do despedimento injusto dos trabalhadores responsáveis pela criação da associação de classe daquela companhia. É imediatamente declarada a greve geral do pessoal da secção do Barreiro daquela

¹³⁴¹ «As greves: ainda o movimento dos corticeiros», *A Batalha*, 7 de Fevereiro de 1920, p2

¹³⁴² *A Batalha*, 11 de Março a 18 de Abril de 1920

¹³⁴³ «Em face do patronato: corporações em luta», *A Batalha*, 26 de Março de 1920, p1

¹³⁴⁴ *A Batalha*, 12 a 15 de Abril de 1919.

empresa¹³⁴⁵. Uma onda solidariedade com os grevistas da CUF alastra-se a outros sectores e a vários serviços, ao mesmo tempo que através de «quêtes» entre os trabalhadores das várias associações de classe são garantidas as condições materiais indispensáveis à resistência dos trabalhadores e suas famílias. À medida que se alastra o movimento de solidariedade para com os trabalhadores da CUF, os industriais, incluindo as empresas jornalísticas, cerram fileiras, pondo em funcionamento as suas organizações de classe e recorrendo igualmente à paralisação das suas fábricas e tipografias.

Para os sindicalistas, segundo *A Batalha*, tratava-se de “uma luta de vida ou morte (...) entre o potentado do capital e o proletariado organizado, este representado pelos camaradas da união fabril”. A greve mantida contra a intransigência de Alfredo da Silva, que era realmente um dos maiores empresários do país, e que há muito afrontava a organização sindical recusando-se a negociar com a associação de classe da sua empresa, era a prova de força que o movimento sindical necessitava ultrapassar para demonstrar a sua influência na sociedade portuguesa.¹³⁴⁶

A organização operária reagia não apenas contra a ofensiva patronal mas também governamental. Com efeito, a partir de meados de 1919, e perante a crescente radicalização do movimento, as autoridades oficiais passam a intervir com maior acuidade nos conflitos laborais. Ao votarem a greve, os operários da construção civil de Almada aprovam a seguinte moção: «considerando que os operários da CUF se encontram em greve há vinte dias, em defesa dos seus interesses ameaçados por um sicário que dá pelo nome de Alfredo da Silva; considerando que, apesar da boa ordem que os operários têm mantido, têm sido perseguidos e vexados pelas autoridades, às ordens de um governo que se encontra coacto pelo mesmo industrial; considerando que, às classes operárias organizadas, compete ajudar e defender aqueles camaradas em luta por interesse próprio e colectivo; considerando que as classes operárias do Barreiro já se encontram em greve geral, de apoio aos camaradas em greve: os operários da Construção Civil de Almada, reunidos em sessão magna, resolvem: 1º votar em princípio a greve geral da indústria do concelho de Almada; 2º esperar as ordens

¹³⁴⁵ *A Batalha*, 25 de Maio de 1919, p1

¹³⁴⁶ *A Batalha*, 11 de Junho de 1919, p2

emanadas para tal fim, da Federação da Construção Civil e União dos Sindicatos de Almada»¹³⁴⁷.

Os corticeiros de Alhos Vedros também proclamam: «Considerando que há 19 dias se encontram em greve os nossos camaradas da CUF; considerando que o governo está de mãos dadas com o grande reaccionário que é Alfredo da Silva, inimigo acérrimo da classe operária organizada, pois que, se assim não fosse, a greve já estaria resolvida; considerando mais que o governo só tem resolvido algumas greves à coronhada e a tiro, mandando prender e fuzilar dois camaradas nossos em Vila Nova de Gaia, os operários corticeiros de Alhos Vedros, reunidos em assembleia-geral, resolveu: 1º Protestar contra a atitude do reaccionário Alfredo da Silva e contra a forma em como o governo pensa em solucionar o conflito; 2º Protestar energicamente contra os fuzilamentos dos nossos camaradas de Vila Nova de Gaia, tornando como único responsável desse fuzilamento o governo; 3º Saudar todo o operariado em greve dando-lhe, desde já, toda a sua solidariedade moral»¹³⁴⁸.

Ao generalizar-se a greve na vila do Barreiro, no dia 11 de Junho¹³⁴⁹, a ideia de uma paralisação total da produção e dos serviços públicos na aglomeração de Lisboa começou a ser aceite como inevitável.¹³⁵⁰ No dia 18 de Junho, o único jornal a ser publicado na capital foi *O Século*, uma vez que apenas o pessoal gráfico desta empresa se recusou a acompanhar a classe numa greve de protesto contra o encerramento das instalações d' *A Batalha*. Este diário noticia a derrota da greve geral. Em Lisboa, o pessoal da Companhia da Carris de Ferro, do Arsenal da Marinha, dos Caminhos-de-ferro e dos Correios não se solidarizara com os restantes trabalhadores em luta. No Barreiro, estavam apenas paralisadas as fábricas da CUF, as da cortiça, a construção civil e o comércio. Os corticeiros no Seixal abandonaram o trabalho e só em Almada a greve foi verdadeiramente geral¹³⁵¹. No entanto, o relato de *A Batalha* é substancialmente diferente, destacando o sucesso da mobilização. É de referir a importância que o jornal operário dá ao papel das mulheres neste movimento: «Foi admirável a atitude do elemento feminino que, num arranco irresistível, percorreu num

¹³⁴⁷ «Almada: os operários da Construção Civil votam a greve geral em princípio», *A Batalha*, 12 de Junho de 1919, p3

¹³⁴⁸ «Alhos Vedros: grande reunião de corticeiros», *A Batalha*, 14 de Junho de 1919, p3

¹³⁴⁹ *A Batalha*, 11 de Junho de 1919, p1

¹³⁵⁰ *A Batalha*, 21 de Junho de 1919, p1; *Álbum Comemorativo da Companhia da União Fabril*, p27

¹³⁵¹ *O Século*, 18 de Junho de 1919, p1

curto espaço de tempo todos os ateliers chamando para a greve as que principiaram a trabalhar»¹³⁵². «As mulheres ante o movimento grevista, dão os mais belos exemplos de abnegação»¹³⁵³.

Após a greve geral em apoio aos operários da CUF e contra Alfredo da Silva, as redes de solidariedade mitigaram as represálias de outros industriais. Aos farinheiros da fábrica de Manuel José Gomes, em Almada, «foram impostas como castigo 12 horas de trabalho. É preciso notar que o horário antes do movimento era de 8 horas (...). O sr. Gomes, sanguinário, lançou-se como fera sobre 13 homens, pondo-os à margem. Todos os farinheiros de Almada se consideram afrontados e, por assim dizer, chamados para a luta. Para a luta irão, dizem-no eles num veemente protesto exarado num manifesto que vão profusamente distribuir»¹³⁵⁴. Dias depois, «reuniram em assembleia-geral os camaradas da Construção Civil, que apreciaram a actual greve dos farinheiros desta vila, sendo resolvido prestar-lhes todo o apoio, para que eles possam vencer, o que é fácil, atendendo o seu reduzido número. Que cada operário contribua semanalmente com dez centavos, como ali foi proposto, e nenhum grevista passará a menor privação. Aos vivas à organização operária, à *Batalha*, e *Avante!* foi encerrada esta importante sessão»¹³⁵⁵. Finalmente a “A U.S.O. de Almada apela para a solidariedade de todo o operariado para que ninguém se preste a trair o movimento dos camaradas farinheiros em luta, especialmente os camaradas que trabalham na outra fábrica da companhia. Além disso, resolveu a U.S.O. convidar o operariado daqui a auxiliar monetariamente os grevistas com a cota semanal de 10 centavos, que serão cobrados pelos respectivos sindicatos, nos locais de trabalho»¹³⁵⁶.

Em meados de Agosto, mantendo-se os farinheiros em luta há dois meses, «sem uma defecção», «desembarcaram para a fábrica do Caramujo uns 30 homens vindos, cremos que da Póvoa de Santa Iria, com o fim de traírem a greve (...). Tendo

¹³⁵² «Greve geral no Barreiro», *A Batalha*, 11 de Junho de 1919, p2

¹³⁵³ «Greve geral no Barreiro», *A Batalha*, 12 de Junho de 1919, p1

¹³⁵⁴ «Os Farinheiros de Almada: restos dum movimento», *A Batalha*, 25 de Junho de 1919, p2. Relação de donativos recebidos pelos operários farinheiros em greve no Caramujo: Corticeiros: 154\$16; Corticeiros do Seixal: 9\$00, Federação Corticeira: 17\$41; União Metalúrgica: 40\$44; Tanoeiros de Almada: 13\$56; Fábrica de Arrábida: 39\$79; Companhia do Sol: 1\$50; Companhia do Açúcar: 17\$07; Calafates e Descarregadores: 5\$74; Vulcano: 3\$38; Arsenal de Marinha: 27\$09; Alfeite: 195\$43; Social: 3\$00; Obras do Porto de Lisboa: 7\$88. Soma= 537\$55. «A greve dos farinheiros de Almada», 13 de Agosto de 1919, *A Batalha*, p2

¹³⁵⁵ «Almada: reunião de operários da Construção Civil», *A Batalha*, 29 de Junho de 1919, p. 4

¹³⁵⁶ «A greve dos farinheiros (Almada)», *A Batalha*, 6 de Julho de 1919, p. 1

conhecimento do facto, a U.S.O. de Almada imediatamente se pôs em campo, confiando que a Associação dos Fragateiros, bem como a Associação dos Descarregadores de Mar e Terra, se neguem a transportar ou a descarregar trigo ou farinha que tentem fazer entrar ou sair da fábrica, isto com o fim de a isolar o mais possível. A U.S.O. de Almada, na impossibilidade de tratar directamente com os indivíduos que vêm para trair os farinheiros, pois que eles estão perfeitamente incomunicáveis dentro da fábrica, vem por este meio avisar todos esses indivíduos que cometem um crime da mais alta traição, pois que com o seu acto se arriscam a causar a desgraça dos camaradas em luta»¹³⁵⁷.

Três meses após a declaração da greve, em virtude de fábrica de moagens *Aliança* querer impor o horário de 10 horas, a fábrica continua em laboração, «com pessoal estranho que lá come e dorme, guardado por forças da cavalaria e infantaria republicanas». «A empresa está disposta a readmitir grevistas, à excepção dos que constituem os corpos gerentes da Associação de Farinheiros (6 trabalhadores)»¹³⁵⁸.

A contenda entre Manuel José Gomes e os seus operários integra a resistência à contra-ofensiva patronal. Na sua luta contra «o novo Alfredo da Silva», a U.S.O. de Almada, publicou um manifesto, do qual extraímos os seguintes excertos: «Estão em greve os farinheiros do Caramujo. É lacónico isto, mas é sintomático. Não vão os tempos para grandes gastos de palavras. A classe capitalista, apoiada na força das baionetas, procura roubar-nos as 8 horas de trabalho, pela aplicação do qual o operariado de todo o mundo e através de tantos anos, vem lutando. Conseguiram algumas classes impor a sua vontade e os governos, como aliás de costume, procuram sancionar o inevitável. Mas eis que surge a classe capitalista, feroz mas irreflectida, violenta mas imprevidente, e num conluio maquiavélico, se propõe dar cabo das 8 horas de labor. Simplesmente estúpido. Saibam os senhores burgueses, políticos ou não, que as 8 horas de trabalho hão-de ser um facto, que as classes que as reivindicaram já, hão-de defendê-las custe o que custar, e as que ainda as não conseguiram, lutarão por elas, com a mesma fé de sempre, acostumados como estão os operários, a regar como seu sangue as suas sagradas aspirações»¹³⁵⁹.

¹³⁵⁷ «A greve dos farinheiros em Almada», *A Batalha*, 13 de Agosto de 1919, p2

¹³⁵⁸ «Farinheiros de Almada», *A Batalha*, 10 de Setembro de 1919, p. 2

¹³⁵⁹ «Farinheiros de Almada», *A Batalha*, 15 de Julho de 1919, p2

Como foi ilustrado, a repressão governamental teve um papel fundamental para a derrota deste movimento, esta dirigir-se-á, contudo, com ainda maior violência contra os seus funcionários, os ferroviários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. O pessoal ferroviário do Estado, das linhas do Sul e Sueste e Douro e Minho, também «gravou páginas de ouro na história proletária»¹³⁶⁰. No início de 1920, continuava «o parlamento no firme propósito de não aprovar as reclamações dos ferroviários do Sul e Sueste, chamando criminosos aos 12.000 trabalhadores que estão sofrendo o peso brutal da carestia de vida»¹³⁶¹. Mas no início de Março, o senado aprovava a proposta do ministro do comércio dando plena satisfação à reclamações dos ferroviários»¹³⁶².

Em meados do ano, em assembleias que têm lugar em Faro, Barreiro, Casa Branca e Beja são aprovadas novas reclamações ao governo¹³⁶³. Em Setembro, «predispõdo-se o pessoal para um protesto enérgico, por meio duma paralisação, o que foi imediatamente comunicado ao ministro do comércio. Por este motivo, a comissão avistou-se no Barreiro com o presidente do ministério, com quem conferenciou largamente e a quem foi exposta a atitude da classe. Mais tarde, avistaram-se em Lisboa com o próprio ministro, que não satisfaz as exigências – aumentos salariais, readmissão de ferroviários despedidos, os protestos contra as perseguições políticas, pela libertação de ferroviários presos e pelo cumprimento da lei das 8 h de trabalho. Como tal, convoca-se reunião da classe em assembleia magna no Cine Barreirense para se deliberar o que fazer»¹³⁶⁴.

Dia 30 desse mês tem início uma greve de 70 dias, que terminará a 9 de Dezembro de 1920. A partir do diário de José António Marques, operário ferroviário, Rosalina Carmona descreve quase cinematograficamente a extensão e o dramatismo que esta atingiu¹³⁶⁵. O que mais se destaca nesta descrição é sem dúvida os episódios de repressão policial e a capacidade de resistência de uma classe profissional que contava com milhares de trabalhadores, entre operários das oficinas e empregados «no

¹³⁶⁰ «No Sul e Sueste: na eminência de um perigo», *A Batalha*, 16 de Março de 1919, p2

¹³⁶¹ «Ferroviários do Sul e Sueste: a atitude do Parlamento», *A Batalha*, 16 de Fevereiro de 1920, p. 2

¹³⁶² «Uma vitória operária: os ferroviários do Estado triunfantes», *A Batalha*, 4 de Março de 1920, p1

¹³⁶³ «Ferroviários do Sul e Sueste: em Faro são aprovadas as reclamações já discutidas e votadas no Barreiro, Casa Branca e Beja», *A Batalha*, 27 de Julho 1920, p2

¹³⁶⁴ «Ferroviários do Estado», *A Batalha*, 19 de Setembro de 1920, p2

¹³⁶⁵ Estes manuscritos constituem uma parte do importante espólio que José António Marques legou à Câmara Municipal e está depositado no Arquivo Municipal do Barreiro. O documento a que nos reportamos tem o título que José António Marques lhe atribuiu: *Registo dos factos mais notáveis nos anos 1918 a 1920*, com a cota AMB/EJAM/Lv.1

movimento». A ocupação militar das linhas, estações e oficinas gerais, bem como do Barreiro, a prisão de centenas de ferroviários, o encerramento da associação de classe e finalmente a utilização do *vagon fantasma*, não foram suficientes para derrotar a greve, mas levaram os ferroviários a repensar a sua estratégia, tradicionalmente mais colaboracionista que reivindicativa. Um mês após iniciado o conflito, reuniram-se 800 ferroviários no «campo no sítio combinado para a reunião». «Até falou o Cebola, dizendo é agora o princípio da greve por violências. Também falou o militar do Batalhão de Sapadores, Luís Monteiro, disse sobre o mesmo caso do Cebola isto aqui só por meio de violências, que andar a pedir aos ministros por esmola, de ministério para ministério, de dia para dia, não dá resultado». Em seguida falou o revisor Ferreira, sobre muitos assuntos ferroviários, dizendo que o melhor era as violências, já não há outro meio a fazer. Depois disse, há dias, por não ter que comer, cozi uns caranguejos». «No fim falou o Piloto, disse nem que viessem forças para nos prender, não retirava ninguém do lugar que estamos, sendo aprovado por todos. Dizendo também: camaradas não tomai o trabalho sem ver a vitória final, senão ficamos desgraçados».

Piloto tinha razão. No dia 9 de Dezembro, profundamente desalentado, José António Marques escreveu: «*Terminou a greve dos ferroviários. Após 70 dias em greve perdemos, pelo motivo de fome, em diversos lares*». Nos dias seguintes descreve as dificuldades que teve em regressar à companhia e as centenas de despedimentos que se seguiram à derrota¹³⁶⁶. Segundo *A Batalha*, «apesar de há já algum tempo estar

¹³⁶⁶ «No dia 20 Setembro lê-se no diário de José António Marques: «*Principiaram as forças da GNR a guardar os comboios, tanto de passageiros como mercadorias.*»

No mesmo dia, Miguel Correia dirigente da Associação de Classe, foi suspenso tal como outros ferroviários. Nos dias seguintes mantém-se o mesmo cenário:

«*Continuam as forças militares na estação, fazendo-se a partida dos comboios e vapores militarmente*» e «*no dia 29 pelas 16h, foram tomadas as Oficinas Gerais por forças militares.*»

Em 2 de Outubro prosseguia a greve e ele escrevia.

«*Chegou mais tropa, para render a que se encontrava já há dias na Estação do Barreiro. Fizeram os militares um comboio, às 18h para Setúbal e a Central Eléctrica já trabalha.*»

A 3 continuava a greve e José anotava que a falta de pão fazia-se sentir há 8 dias, no Barreiro. «*Só apanha quem for às bichas.*» Depois prossegue: «*Pelas 11h40, encalhou em frente da Estação, o vapor Minho, tripulado por marinheiros e praças do exército. Às 12h40 partiu um comboio, dizia-se que seguiu para Beja. Foram transferidas as Festas do Lavradio, por motivo da greve. À noite corria o boato andavam a fazer rusgas a casas de ferroviários. Quando cheguei a casa estava a família toda em cuidado.*»

No dia 7 de Outubro, José escreve no seu diário que, o Barreiro continuava em estado de sítio: «*Chegaram mais forças de Infantaria e Cavalaria da GNR. A Associação dos Ferroviários encontrava-se cercada por forças da GNR e Infantaria e as ruas patrulhadas por cavalaria, etc.*»

Havia perseguições e prisões indiscriminadas, no intuito de obrigar os ferroviários a voltar ao trabalho.

«Fomos a caminho do campo ao sítio combinado para a reunião. Às 15h15 fomos até ao Pinhal do Brenha, mas como não víssemos nenhum camarada fomos para a estrada. A primeira vedeta, no cruzamento, era Luíz Fonseca, a 2ª vedeta, na Quinta dos Arcos, o José Oliveira. Juntaram-se perto de 800 ferroviários.

Aberta a sessão, a maioria dos ferroviários, assentaram-se no chão. Presidente da reunião, o Piloto. O primeiro a falar foi o Custódio Boavida, sobre o estado actual da greve. Também falou o chefe dos maquinistas, Horta. Falou sobre o pessoal de tracção, principalmente os maquinistas, depois o José Leal, maquinista, sobre os últimos decretos do governo do Sr. António Granjo.

Até falou o Cebola, dizendo é agora o princípio da greve por violências.

Também falou o militar do Batalhão de Sapadores, Luís Monteiro, disse sobre o mesmo caso do Cebola isto aqui só por meio de violências, que andar a pedir aos ministros por esmola, de ministério para ministério, de dia para dia, não dá resultado.

E ele disse na greve de Novembro, há 2 anos, tinha queimado a caldeira da máquina 14, e era militar, dizendo o melhor era já formar uma comissão para se tratar das violências e actos de sabotagem.

A seguir falou o chefe de estação, Fernandes Júnior, sobre a venda da linha. Depois falou o Chefe do Escoural, o Carvalho, sobre alguns assuntos da greve e sobre um assunto que se tinha passado com outro ferroviário, que vinham a pé em Poceirão e tiveram que negar que eram ferroviários.

Em seguida falou o revisor Ferreira, sobre muitos assuntos ferroviários, dizendo o melhor era as violências, já não há outro meio a fazer. Depois disse, há dias, por não ter que comer, cozi uns caranguejos.

No fim falou o Piloto, disse nem que viessem forças para nos prender, não retirava ninguém do lugar que estamos, sendo aprovado por todos. Dizendo também: camaradas não tomai o trabalho sem ver a vitória final, senão ficamos desgraçados.

Também falou sobre os 100 contos, que o governo vai fazer de despesa com os reis da Bélgica que brevemente chegarão a Lisboa e dos 300 contos para a ordem pública, que foram aprovados sem discussão e para nós trabalhadores que produzimos não há verba, e não se aprova.

Sobre os amarelos, o Batalhão de Sapadores e o roubo nas Oficinas de 400ks de metal branco e sobre os camaradas a pedir o dinheiro à classe, disse façam o menos possível, o dinheiro em caixa é pouco.

Empregar as violências, não ter dó dos passageiros, que eles não têm dó dos nossos filhos e dos ferroviários estarem a morrer de fome.

E que o Sr. António Granjo condenou o vagão fantasma, mas está pronto a mandá-lo fazer.

E condenou os ferroviários que frequentam tabernas e teatros, dando vivas aos ferroviários do SS, CP, MD e ao Comité, respondendo os camaradas com vivas ao Miguel Correia

O Piloto disse no final não haja receios alguns, é olhar para a frente, e não para trás.

Terminou a reunião às 19h50. Destroçaram uns para um lado, outros para diversas partes. Vim só, em direcção à estrada, era escuro mas a noite estava linda. Ainda veio um cão atrás de mim, ouvi falas de pessoas conhecidas. Saltei o valado, caindo na estrada, aonde vinham muitos ferroviários.»

No dia 7 de Novembro começou o vagão fantasma. O Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro cercou o Lavradio «sendo presos alguns ferroviários, entre eles o maquinista António Feio, Francisco A. Silva e Manuel Nunes. Estes seguiram no comboio 19, à frente do célebre vagão fantasma para Setúbal. No cabeçote da máquina soldados da GNR, tendo instruções de fuzilar os ferroviários que transitavam no dito vagão.

No dia seguinte foram para o vagão fantasma, o Luís Carvalho, fiel de estação, Francisco Candeias, chefe, e António Camacho, revisor de material. À noite recolheram ao Governo Civil.»

No dia 11 de Novembro, o Tenente-coronel Raul Esteves convidou os ferroviários para se apresentarem ao serviço, até dia 25. As prisões continuavam, quem fosse apanhado era levado e metido à força no vagão fantasma.

O desespero instalava-se, e, no dia 12, houve mais um suicídio: matou-se com um tiro o bilheteiro António Paiva.

No dia 25 de Novembro, terminou o prazo para admissão dos requerimentos e até esse dia, tinham entrado apenas 5 nas Oficinas. Da parte da tarde, Raul Esteves e mais oficiais «passearam pela vila. Patrulhas de Infantaria e Cavalaria não autorizavam grupos pelas ruas, nem nos estabelecimentos. O governo pediu a demissão».

No dia 6 era esta a situação no Barreiro: «estavam proibidos os ajuntamentos pelas ruas e estabelecimentos, era só aviar-se e sair logo. Os jornais traziam que a vila estava entregue ao poder militar. Foi substituído o Administrador do Concelho [pelo] Sr. Capitão Loureiro. Saí de casa, cheguei ao Largo Casal, fui depois até à praia, encontravam-se muitos ferroviários. Depois juntei-me de

terminada a greve, os governantes continuam a ordenar acções persecutórias a esta classe, traduzidas principalmente em prisões (...). Chovem reclamações nesta redacção dos ferroviários do Sul e Sueste que têm sofrido acintosas perseguições. Raul Esteves lidera os esforços repressivos e punitivos, não se cansando de ordenar transferências de trabalhadores, causando a estes transtornos dispendiosos»¹³⁶⁷.

Não obstante a derrota dos ferroviários nesta segunda greve que levam a cabo em 1920, o seu espantoso movimento, reflecte uma capacidade de articulação sectorial sem precedentes. Em primeiro lugar, porque paralisa todas as linhas do Estado, a do Sul e Sueste e a do Minho e Douro. Em segundo lugar, porque chega a contar com o apoio dos ferroviários da companhia privada CP, que estão em greve entre 5 de Outubro e 2 de Novembro, em solidariedade com os primeiros¹³⁶⁸. Por outro lado, os ferroviários contaram ainda com o apoio moral das diversas organizações operárias, quando em 20 de Novembro a CGT e as suas Federações de Indústria e Uniões locais lançam um apelo para que «os trabalhadores portugueses entreguem na sede do sindicato a que pertencem tudo aquilo que da sua fêria puderem retirar»¹³⁶⁹. No primeiro dia, os organismos de Lisboa e da província reuniram cerca de 1.000\$00¹³⁷⁰. No mês seguinte, a CGT apela «aos trabalhadores de sentimentos altos» para que tomem a seu cargo os filhos dos grevistas¹³⁷¹.

conversa com o Luís Penim, e outros, com respeito à nossa situação. Depois fomos pela praia, Jardim Público, Bairro Operário, etc. Pelas 17h50 chegou uma ordem que iam prender os ferroviários como vadios. Já foram presos 2, no Barreiro-A, como tal.»

«Fui ter com um oficial dizendo: parece mal estar esse homem nessa prisão, como Presidente do Senado da Câmara. Resposta do oficial: não conheço como tal, mas sim ferroviário, e se é por causa disso, ele segue já para entrar na cadeia. Seguiu depois para o vapor às 17h55. Correu o boato que vão tomar a Associação de Classe, para quartel da GNR. Regressei a casa.»

No dia 8 ansiava-se pelo fim da greve.

«Chegou a notícia que a Comissão de Melhoramentos esteve no Ministério, mas não ficou nada resolvido. Saíram manifestos aos ferroviários e ao público, com os dizeres: apresentação dos ferroviários em massa, amanhã.» No Largo Casal, cheio de ferroviários, esperava-se pelo Comité.

No dia 9 de Dezembro, profundamente desalentado, José António escreveu: «Terminou a greve dos ferroviários. Após 70 dias em greve perdemos, pelo motivo de fome, em diversos lares». Rosalina Carmona, A greve de 70 dias no Sul e Sueste (1920), segundo os Diários de José António Marques, In: Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira, De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal.

¹³⁶⁷ «Perseguições aos ferroviários», *A Batalha*, 3 de Fevereiro de 1921, p1

¹³⁶⁸ *A Batalha*, entre 5 de Outubro e 2 de Novembro de 1920

¹³⁶⁹ «Cumprindo um dever: amparando o esforçado movimento dos ferroviários do Estado», *A Batalha*, 20 de Novembro de 1920, p1

¹³⁷⁰ «Resultado: ontem cerca de 1:000\$00», *A Batalha*, 21 de Novembro de 1920, p1

¹³⁷¹ «Tomemos a nosso cargo os filhos dos ferroviários», *A Batalha*, 1 de Dezembro de 1920, p1

No ano seguinte, os ferroviários voltam à luta, na grande greve de 1921, mas «todo o auxílio moral e material prestado pelos organismos aderentes da CGT aos ferroviários do Estado, é insuficiente para se conseguir o triunfo das reclamações ferroviárias, chegando-se ao ponto culminante de se tornar impossível a declaração duma greve geral de solidariedade»¹³⁷². O movimento nacional de solidariedade para com os ferroviários e outras classes dos transportes igualmente em luta ainda é tentado, sendo contactada toda a «estrutura organizativa nesse sentido. Porém, nas palavras do diário sindical, «o Conselho Confederal não podia decidir a greve geral sem ter a esperança de que o movimento se produziria sequer em Lisboa»¹³⁷³.

3.2.2.2.4 A PERDA DE EFICÁCIA DA ESTRATÉGIA CENTRADA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Não obstante estas pesadas derrotas, a mobilização do operariado organizado e do proletariado fabril permite que os salários acompanhem a inflação até 1924¹³⁷⁴. A partir da segunda metade da década, porém, a crise e a retracção do mercado de trabalho industrial determinam um dramático enfraquecimento das estratégias operárias centradas nos locais de trabalho.

Desde o início da década que os trabalhadores resistiam à imposição de descida dos salários. Em Julho de 1921, *A Batalha* dá notícia de uma greve corticeira no Barreiro devido à intenção patronal de redução salarial em 20%. Todos os operários, em número de 26, abandonaram o trabalho, cumprindo determinações da respectiva Federação. «Pede-se lealdade aos camaradas corticeiros, apelando para que não vão trabalhar para aquela fábrica, pois o sr. Rocha diz que lhe será fácil substituir os grevistas com as condições que pretende»¹³⁷⁵. Imediatamente a Federação Nacional Corticeira toma uma posição, apelando para que a classe apoie material e moralmente os

¹³⁷² Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p4

¹³⁷³ Conselho Geral, “Relatório da Confederação Geral do Trabalho sobre a Greve dos Ferro-Viários do Estado.”, 7 de Dezembro de 1920, p11-12

¹³⁷⁴ «Mapas e gráficos sobre preços e salários», Boletim de Previdência Social, n.º 19 (Janeiro-Julho de 1928)

¹³⁷⁵ «Corticeiros do Barreiro: os operários da fábrica João Rocha opõem-se à redução dos seus salários», *A Batalha*, 6 de Julho de 1921, p1

grevistas, que, ao partirem para a luta, estão a assegurar as condições de trabalho de todos os corticeiros do Barreiro, uma vez que já se temia que os restantes industriais seguissem o exemplo de João Rocha¹³⁷⁶.

Com efeito, apenas dez dias depois de iniciado o conflito no Barreiro, os industriais corticeiros alegam crise no sector e em reunião com a Federação propõem uma diminuição salarial generalizada. A estrutura nacional dos operários corticeiros resolve então: «1º que se oficie à Secção de Cortiças da Associação Industrial Portuguesa repudiando a sua pretensão, da baixa nos salários; 2º que se realizem sessões em todos os Sindicatos Corticeiros do país, no sentido de preparar a classe para uma resistência condigna; 3º não consentir a mínima baixa nos salários actuais, empregando todos os esforços para tal fim; 4º publicar um manifesto à classe e ao público pondo-os ao facto da injustiça que a pretendida baixa revela; 5º considerar todos e quaisquer indivíduos que consintam na pretendida baixa, como traidores à classe corticeira, como de resto à classe trabalhadora; 6º informar a organização operária, e em especial a CGT, de que esta Federação está disposta a ir até onde for possível, para debelar a crise; 7º trabalhar junto de todas as entidades, que possam facilitar a solução da crise; 8º tornar público que não se responsabiliza, para o futuro, das consequências resultantes do egoísmo de certas criaturas, que pretendem baixar os salários, visto que estão propositadamente provocando a miséria entre a família operária corticeira, quando muito bem a podem evitar; 9º nomear uma comissão para dar andamento à parte executiva desta proposta».¹³⁷⁷

Perante a intransigência dos industriais, que julgam que, para debelar a crise, a melhor via é a baixa de salários em 30%, a Federação Nacional Corticeira mostra-se imediatamente inclinada a recorrer à intervenção do Estado, o que será, como veremos, a estratégia privilegiada durante a crise dos anos vinte. Propõem-se trabalhar conjuntamente com a Secção de Cortiças da Associação Industrial Portuguesa para se encontrarem soluções adequadas à crise. Comunicam à dita Secção Industrial as seguintes alternativas: «Reclamar, por intermédio do governo, junto das direcções das companhias dos caminhos-de-ferro, a redução dos preços actuais das tarifas que são

¹³⁷⁶ «Corticeiros do Barreiro», *A Batalha*, 10 de Julho de 1921, p3

¹³⁷⁷ «A crise de trabalho na classe corticeira: os industriais pretendem baixar os salários», *A Batalha*, 16 de Julho de 1921, p2

aplicadas às cortiças em bruto e fabricadas, quadros, rolhas e aparas em sacas e enfardadas, fornecimento rápido do material circulante para o transporte dos produtos referidos; isenção do pagamento de todas as contribuições durante o tempo em que durar a crise; mais facilidades concedidas pelo Armazém Geral Industrial, tanto materiais como burocráticas e administrativas nos depósitos dos produtos»¹³⁷⁸. A secção aceita as propostas dos corticeiros mas reafirma que não pode renunciar à redução salarial, obrigando a FNC a empreender a mobilização nas fábricas.

A classe corticeira resiste com todos os seus recursos organizacionais à ofensiva. A Federação informa os sindicatos corticeiros de Setúbal, Grândola, Odemira, Portalegre, Castelo Branco, Rossio de Abrantes, Vila da Feira, Porto e Gaia de que os sindicatos de Almada, Seixal, Belém, Poço do Bispo, Barreiro, Alhos Vedros e Aldeia Galega reuniram e resolveram dar todo o apoio às decisões tomadas por esta Federação para não consentir a baixa de salários proposta pelos patrões. Informa também que Évora, Estremoz e Vendas Novas também deram já todo seu apoio. Foi ainda um delegado a Silves, Faro, S. Brás de Alportel e a S.Bartolomeu de Messines, no sentido de obter o apoio dos corticeiros do Algarve¹³⁷⁹.

Na resistência à crise, os corticeiros ainda conseguem accionar as suas redes translocais com eficácia, adiando o inevitável, mas em meados da década a redução salarial tem início¹³⁸⁰. Em Dezembro é organizado um comício pelo sindicato dos operários corticeiros do Barreiro, apoiado pelos ferroviários e a CGT. Manuel Joaquim de Sousa, secretário-geral da CGT, defende que «a baixa de salários é obra dum plano maquiavélico do industrialismo internacional» e que «a CGT prestará toda a solidariedade moral e material à classe». É aprovada uma moção que protagoniza «prestar apoio moral e material quer abrindo quêtes, quer tomando conta dos filhos dos grevistas»¹³⁸¹.

A capacidade de resistência da classe corticeira foi diminuindo em proporção com o aumento do desemprego. Segundo *O Eco do Barreiro*, o desemprego entre os corticeiros devia-se não só à «diminuta fabricação de quadros e rolhas que se opera nas

¹³⁷⁸ «Baixa de salários: as classes corticeiras manifestam-se», *A Batalha*, 24 de Julho de 1921, p2

¹³⁷⁹ «A classe corticeira e a baixa de salários: uma nota oficiosa da Federação», *A Batalha*, 29 de Julho de 1921, p2

¹³⁸⁰ «Corticeiros em luta», *O Vigilante*, 29 de Novembro de 1925, p1

¹³⁸¹ Um comício para a apreciação da greve corticeira, *O Vigilante*, 6 de Dezembro de 1925, p2

fabricas nacionais, em consequência da exportação de cortiça em prancha», como pela «substituição do trabalho dos homens pelo das mulheres e dos rapazes nessas fábricas». «O aumento do custo da cortiça veio dar margem ao retraimento nas compras, chegando algumas fábricas a encerrar as suas portas durante meses sucessivos, e a crise agravou-se a ponto dos operários corticeiros se verem obrigados a lançar mão de outros mesteres (...)». Em 1930 a crise continuava a lançar «no desemprego absoluto alguns milhares de trabalhadores. (...) A introdução, numa escala mais ampla da mão-de-obra dos menores, das mulheres e dos trabalhadores desqualificados (...) observa-se com maior nitidez à medida que a máquina invade a indústria corticeira»¹³⁸².

Também na indústria conserveira a redução salarial é imposta. Nos anos vinte os organismos sindicais encontram-se vigorosamente implantados entre os trabalhadores de Setúbal, tendo a União de Sindicatos Operários sustentado um semanário – *A Voz Sindical* – entre 1923 e 1927. No mesmo período, todavia, reforça-se igualmente a secção sindical dos fabricantes de conservas, cujo órgão *Indústria* - 1923-1934 - vem a também semanalmente lume.

Estes dois periódicos testemunham a ofensiva patronal e a progressiva perda de eficácia da antiga tática sindical centrada na produção. Em 14 de Junho de 1924, o jornal operário noticia «A Greve dos Industriais». O mote fora lançado pelos armadores, que após reunião em Lisboa com os representantes das sociedades de pesca resolvem despedir «os marítimos associados». Perante a afronta «estes apelaram para a solidariedade de todas as classes organizadas e todas lhes deram apoio moral, visto tratar-se de um verdadeiro atentado à liberdade humana e o cerceamento de um direito de que todos os fabricantes e mais proprietários não abdicam, servindo-se até de todos os meios de coacção, para obrigarem outros seus colegas a acompanhá-los nas suas deliberações, e portanto a solidarizarem-se com eles como organizados». O pessoal das classes anexas à indústria recusou-se a trabalhar com o peixe vindo do vapor de onde tinham sido despedidos os marítimos. Em resposta os industriais conserveiros declararam *lock out* - «solidarizaram-se com os armadores». Estes últimos conseguiram impor aos marítimos a proibição da venda do peixe que fazia parte dos seus salários¹³⁸³.

¹³⁸² «O problema nacional do desemprego», *O Proletário*, 13 de Setembro de 1930, p1

¹³⁸³ «A Greve dos industriais», *A Voz Sindical*, 14 de Junho de 1924, p1

Segundo a *Voz Sindical*, «o industrialismo lavradaz está assentando baterias, não só contra a organização dos operários, mas também contra todos os direitos humanos, pretendendo roubar o trabalho aos chefes de família, substituindo-os por menores e mulheres. Esta e muitas outras anomalias, a serem executadas vão colocar os trabalhadores numa situação de miséria muito maior ainda que a actual (...) se atendermos a que a invasão da máquina em todas as indústrias está atirando com os operários para a rua»¹³⁸⁴. De facto, em meados de 1925, *A Indústria* declarava que a actividade conserveira estava «quase exausta pelas perdas sofridas no fecho de 1924». Lamentava-se que «a luta contra a baixa de preços nas conservas foi dura»¹³⁸⁵ e argumentava que perante a baixa dos preços nas conservas era inevitável a descida dos salários.

Dois anos depois, *A Indústria* insistia: «a baixa de salário impõe-se por necessidade». Os fabricantes argumentam: «nos principais centros conserveiros do país, há mais de dois anos que foram reduzidos os salários dos operários da indústria. Em Setúbal, onde sempre se pagou melhor aos operários, os industriais não quiseram recorrer à redução esperando o momento oportuno para o fazer (...). Não podendo suportar por mais tempo os enormes encargos que sobre eles pesavam, resolveram dar início às negociações para a primeira baixa de salário a fazer ao seu pessoal (...). Dizem não quererem as classes aceitar a redução dos salários, o que já se vem dando noutras indústrias, para que os operários tenham mais trabalho e aquelas possam manter-se. Sofreram a redução os pescadores, para quem a vida nestes últimos meses tem sido um martírio, reduziram cinco escudos por dia os carpinteiros navais e os calafates e o pessoal e empregados camarários também sofreram a sua baixa. Em Lisboa, nas principais indústrias, os salários têm sofrido baixas que variam entre os 20 e os 30%. Porque não hão-de os operários da indústria das conservas, num momento que se apresenta grave, numa hora de sacrifício para todos, sujeitar-se a uma redução de 20% nos seus salários?»¹³⁸⁶.

Em paralelo com a baixa dos salários, os industriais procuram impor o aumento do horário de trabalho, nomeadamente entre os soldadores, que na prática eram das

¹³⁸⁴ «Congresso dos Operários da Indústria de Conservas», *A Voz Sindical*, 23 de Novembro de 1924, p2

¹³⁸⁵ «A loucura derrotista», *A Indústria*, 12 de Junho de 1925, p1

¹³⁸⁶ «A baixa de salário impõe-se por necessidade», *A Indústria*, 26 de Agosto de 1927, p1

poucas classes que havia logrado preservar as oito horas e o descanso semanal. Os fabricantes ameaçam que «têm resistido à tentação de meter cravadeiras nas suas casas, apesar de muito assediados com promessas de facilidades no seu pagamento. Era intenção dos mesmos industriais evitar quanto possível o terem de dispensar os serviços dos operários soldados», mas afirmam agora que estes «ou sujeitam-se à introdução de cravadeiras nas fábricas onde estas ainda não existem, ou transigem em harmonia com as actuais condições de trabalho»¹³⁸⁷. A *Voz Sindical* denuncia ainda que «agora alguns industriais teimam em obrigar os trabalhadores a trabalhar ao domingo» e que «os operários que se recusam são despedidos sem outro motivo»¹³⁸⁸.

A capacidade de resistência dos operários da indústria de conservas foi muito debilitada pela crise mas também pela sua progressiva substituição por mulheres e menores. Nesse sentido, os trabalhadores do sector viram-se constrangidos a «solicitar a intervenção de Sua Ex.^a o Governador Civil do distrito» no sentido «de em algumas fábricas ser regulamentado o trabalho das mulheres e menores, que trabalham com algumas máquinas». Os industriais, todavia, alegaram que «há máquinas que pela sua estrutura e condições suaves de trabalho não podem deixar de empregar as mulheres e menores»¹³⁸⁹. Argumentam ainda os fabricantes que não é possível proibir os menores de trabalhar seja onde for uma vez que «muitos menores substituem hoje os chefes de casa falecidos, outros doentes e ainda outros que se encontram desempregados»¹³⁹⁰. Em 1931, o acordo estabelecido entre industriais e operários, sob a tutela do Governador Civil de Setúbal, em Novembro de 1931, determinava que os soldados e os «moços» trabalhavam 8 horas diárias, mas as mulheres poderiam trabalhar durante todo «o tempo costumeiro», sendo autorizadas a manejar cravadeiras e outras máquinas¹³⁹¹.

Como já foi referido, onde a crise económica e a substituição da mão-de-obra não assolaram a capacidade reivindicativa do operariado, a acção patronal e a repressão governamental foram determinantes. Faltava pouco mais de um mês para a queda da República, quando os ferroviários vêm as suas reclamações recusadas e são alvo do maior ataque aos seus direitos e regalias: «Redução de 20% nos insignificantes

¹³⁸⁷ «A intenção é boa», *A Indústria*, 26 de Outubro de 1928, p1

¹³⁸⁸ «O trabalho aos domingos nas fábricas de conservas», *A Voz Sindical*, 18 de Julho de 1925, p4

¹³⁸⁹ «Não há má vontade», *A Indústria*, 2 de Maio de 1930, p1

¹³⁹⁰ «O Horário de trabalho e a lei», *A Indústria*, 23 de Outubro de 1931, p1

¹³⁹¹ «Horário de Trabalho nas Fábricas de Conservas de Setúbal», *A Indústria*, 6 de Novembro de 1931, p1

ordenados dos reformados (...) Viagens nos rápidos (...) proibidas. (...) Castigos agravados (...). Ameaças de redução de salários e vencimentos (...)» entre outras. «Tudo isto completado com a intimidação da entrega dos Caminhos de Ferro do Sul a uma Companhia»¹³⁹².

Talvez por isso quando têm notícia de uma revolta contra António Maria da Silva, em Maio de 1926, resolvem baixar os braços. Os ferroviários «auxiliam os revoltosos e ao mesmo tempo aproveitam o ensejo para fazer várias reclamações». Em Agosto desse mesmo ano, porém, Miguel Correia, redactor do *Sul e Sueste*, já estava preso e o arrendamento das linhas do Estado à *Companhia Portuguesa (CP)* era decidido. Em Setembro começaram a chegar ao Barreiro forças militares para ocupar os Caminhos-de-Ferro. Miguel Correia é deportado para a Cidade da Praia.¹³⁹³ No mês seguinte outros destacados dirigentes ferroviários fogem do Barreiro «por motivo de ordem de prisão»¹³⁹⁴. Ao longo dos anos seguintes, as prisões multiplicam-se¹³⁹⁵, bem como os despedimentos devido «à falta de verba e a ordens emanadas da Direcção», que afectaram «ferroviários com dez anos de serviço, (...), e ficam outros com um mês», «indivíduos que (...) pelo seu contrato, nenhuma regalias, nenhuma garantias usufruem»¹³⁹⁶.

O afastamento dos quadros, por decisão da *CP* e conivência da Comissão Liquidatária e do delegado do Estado, serviram para instaurar uma verdadeira «caça às bruxas» nos caminhos-de-ferro. Segundo o porta-voz do sindicato ferroviário, «os subordinados da *CP* não podem ser homens de pensamento; com uma consciência; inteligentes. Fora ou dentro do serviço têm de ser meros autómatos, sem expansão, não podendo discutir ou ter idealismo. Uns simples bonecos, movidos por cordelinhos. De cada vez que um trabalhador reclama, é castigado com pena de suspensão: Loiola a imperar, a mandar decapitar e queimar. Ou se sujeitam a todas as suas imposições draconianas ou perdem o seu futuro. Para a *CP*, todos têm de ser ultra-reaccionários».

A obtenção de receitas é argumento por parte da *CP* para demitir funcionários «que ali trabalhavam há mais de 20 anos, perdendo estes todas as regalias adquiridas».

¹³⁹² «Em presença do balanço», *O Sul e Sueste*, 1 de Abril de 1926, p1

¹³⁹³ Diário de José António Marques, 19 de Setembro de 1926. Arquivo Municipal do Barreiro

¹³⁹⁴ Diário de José António Marques, Junho-Outubro de 1926. Arquivo Municipal do Barreiro

¹³⁹⁵ Diário de José António Marques, 1926-1934. Arquivo Municipal do Barreiro

¹³⁹⁶ *O Sul e Sueste*, 16 de Novembro de 1926, p1

«Estes demitidos perdem também todas as contribuições que têm feito para a Caixa de Reformas e Pensões, e que serviriam para situações de invalidez ou velhice.» Ainda segundo a mesma fonte, enunciam casos de demissões de funcionários que, por «estarem fora de serviço, não cumprimentaram determinado engenheiro ou por serem acusados de distribuição de manifestos fora do local de trabalho»¹³⁹⁷.

Se durante os anos vinte, e perante a contracção do mercado de trabalho, os industriais logram reduzir os salários e aumentar o horário de trabalho, na decorrência da crise de 1929, a situação agrava-se. Nos anos trinta, é descrita «a miséria na maior parte dos lares, principalmente nos lares operários que são a grande maioria nesta terra [Barreiro], essencialmente industrial! A maior parte das fábricas encerrou a suas portas. As poucas que laboram, fazem-no com grande redução de pessoal, outras ainda, que o não reduziram, limitaram os dias de laboração a três ou quatro por semana! As obras da Câmara em projecto não se iniciam; a muralha marginal, não se começa; as obras de construção das célebres oficinas dos Caminhos-de-ferro estão no caso das obras de Santa Engrácia; a crise da classe corticeira jamais se resolve, e as classes trabalhadoras vão morrendo lentamente, de fome e de vergonha (...)»¹³⁹⁸. «A CUF vai reduzindo cada vez mais o efectivo dos seus trabalhadores e operários, aumentando duma maneira assustadora o número de desempregados»¹³⁹⁹. «A Câmara Municipal está fornecendo refeições diárias aos mais necessitados desta vila»¹⁴⁰⁰. Em paralelo, a feminização do trabalho e o emprego de menores aumenta, num regime dito desumano pela imprensa local¹⁴⁰¹.

Também em Setúbal, «a situação económica cada dia se agrava mais, sem que um vislumbre de esperança nos faça antever melhores dias para o seu futuro. O comércio que nunca atravessou uma era de perigo como a presente, sente nos gorgomilos as garras ferozes da usura desesperada, e falta-lhe o ar necessário para viver. A indústria está na mesma, ou talvez pior, sobrecarregada com pesados encargos e dificuldades constantes (...). A grande massa trabalhadora que vivia de há uns anos para

¹³⁹⁷ *O Sul e Sueste*, 1 de Maio de 1927, p1

¹³⁹⁸ «Natal, Ano Bom e Pobreza», *A Voz do Barreiro*, 1 de Janeiro de 1931, p1

¹³⁹⁹ «Crise de Trabalho», *A Voz do Barreiro*, 15 de Fevereiro de 1931, p1

¹⁴⁰⁰ «A Crise de Trabalho e a Miséria», *A Voz do Barreiro*, 9 de Março de 1931, p1

¹⁴⁰¹ «Trabalho desumano: Contra o regime de trabalho imposto aos menores na fábrica Cantinhos e Trindade», *A Voz do Barreiro*, 23 de Julho de 1931, p3

cá exclusivamente da indústria da pesca e das conservas, e cuja maior parte não tem que fazer, tem de fragmentar-se procurando outras profissões»¹⁴⁰².

Segundo *O Proletário*, em 1930, na indústria das conservas, «a par duma crise de trabalho absoluta (...) os salários dos trabalhadores deste ramo são verdadeiros salários de fome. Para a mão de obra feminina – a mão-de-obra fundamental nesta indústria é feminina – o salário hora é em média 80\$ a 120\$! Apesar disso e como produto da luta do patronato das conservas pela conquista de novos escoadouros pela baixa de preços dos produtos, assistimos ultimamente a uma nova etapa na racionalização desta indústria. Algumas fábricas deste ramo começam por introduzir novas máquinas para a manipulação das latas de conservas (...), um grupo de quatro destas máquinas substitui o trabalho de 60 mulheres!»¹⁴⁰³.

As consequências desta conjuntura na evolução do movimento operário são desta forma resumidas pelo correspondente *d'A Batalha* em Setúbal, «Muito longínquo, mereceu Setúbal pelos feitos revolucionários dos operários seus habitantes e mercê da energia dispendida pelos então militantes da organização local, o título glorioso de Barcelona Portuguesa. Nesses tempos inolvidáveis, sabia o operariado setubalense lutar pela manutenção das regalias que, a muito custo, tinha conseguido e empregava o maior número possível de energias na conquista de novos direitos a que tinha jus. Com uma tenacidade admirável e mercê de uma forte coesão conseguiam as classes trabalhadoras manter o patronato em respeito pelas regalias proletárias e evitavam desta forma que os seus exploradores tripudiassem franca e descaradamente sobre elas. Verdadeiras lutas homéricas se desenvolvem então entre o capital e o trabalho, das quais quase sempre saíram vencedores os operários porque sabiam lutar à «outrance» contra os seus infames exploradores.

Se a vitória lhes sorria, os operários não abandonavam a luta enquanto não tivessem a certeza de que ela lhes pertencia completamente, mas se as lutas tinham como consequência uma funesta derrota proletária, eles só cediam após o dispêndio do último esforço e quando tinham a convicção de que o triunfo lhes era absolutamente impossível.

¹⁴⁰² «A situação da nossa terra», *O Distrito de Setúbal*, 28 de Maio de 1927, p1

¹⁴⁰³ «O problema nacional do desemprego», *O Proletário*, 13 de Setembro de 1930, p1

A vitória quase sempre se inclinava para o lado das hostes proletárias, porque os militantes, que pareciam animados de uma vontade inquebrantável, conseguiam interessar as massas pelo seu sindicato profissional que ficava assim transformado num baluarte quase inexpugnável e indestrutível.

Mas hoje doloroso é dizê-lo, tudo passou, parece que os operários adormeceram sobre os louros da vitória, os militantes pouco sinal dão de si e os sindicatos pouca força têm, porque a massa operária vive presentemente apática e cobarde. É este, em síntese, o estado mórbido que a organização local atravessa presentemente. Objectam-nos, alguns operários bem-intencionados, que este facto se deve principalmente à crise aterradora por que Setúbal tem passado nestes últimos anos»¹⁴⁰⁴.

Na viragem dos anos vinte para os anos trinta, os relatórios sobre Portugal, redigidos pelos elementos comunistas para a Internacional Sindical Vermelha descrevem esta mesma realidade. Bento Gonçalves relata que durante a guerra se assistiu a um pequeno desenvolvimento industrial, que se manteve até 1923. Nos anos seguintes a indústria atrofiou-se, pouco a pouco, dando lugar ao desemprego, à redução dos salários e ao aumento da jornada de trabalho. Segundo esta fonte, a ditadura fascista conseguira suprimir até 1930 quase todas as manifestações do movimento operário em Portugal. Nesta data, o PCP, dava todavia conta de uma revitalização do movimento operário e relatava várias greves, algumas com um carácter massivo como a dos trabalhadores da indústria têxtil (Manteigas) na qual participaram cerca de três mil trabalhadores (...). Os comunistas previam «algumas batalhas económicas mais generalizadas»¹⁴⁰⁵.

Em Fevereiro de 1931, a CGT realiza uma reunião magna com as comissões administrativas das federações a fim de «serem tomadas resoluções concretas tendentes a uma agitação colectiva geral com carácter permanente», a qual emite um manifesto a ser distribuído por todas as associações de classe, no qual se tratam «as principais questões que a todos os organismos interessam» - desemprego, salários, horários de trabalho e habitação.

¹⁴⁰⁴ Problemas Sindicais: o robustecimento da organização operária de Setúbal só será um facto depois da criação do Sindicato Único da Indústria Conserveira, *A Batalha*, 4 de Janeiro de 1927, p4

¹⁴⁰⁵ Relatório sobre o movimento sindical Português, do Comité Central Executivo PCP, de 25 de Abril de 1930, fotocópias cedidas pelo AHS do ICS

No dia 15 desse mês sai o primeiro número do jornal clandestino *Avante!* apelando à participação na manifestação internacional contra o desemprego de 29 de Fevereiro, que segundo as poucas fontes disponíveis e as interpretações de Patriarca e Arsénio Nunes não terá êxito. O *Avante!* justifica o fracasso com a repressão, que as imagens da prevenção militar publicadas n' *O Século* ajudam a ilustrar.

O n.º 2 do *Avante!*, no entanto, reforça a sua convicção na necessidade de seguir o caminho da manifestação e agitação de rua, o que se concretizará com maior êxito no 1º de Maio desse mesmo ano, «uma página brilhante na luta do proletariado contra a burguesia». Beneficiando de uma conjuntura favorável, a revolta da madeira, a greve dos estudantes, a implantação da República Espanhola, o 1.º de Maio de 1931 atingiu de facto uma dimensão admirável - confirmada até pelo *Diário de Notícias* - e estendendo-se para além de Lisboa e do Porto, a Braga, Viana do Castelo, Cartaxo, Óbitos, Almada, Tordosendo e Faro.

O Boletim *Trabalho Sindical*, naquele mesmo ano, faz uma análise mais aprofundada do movimento grevista, defendendo que: «As massas trabalhadoras, sob a pressão de um agravamento crescente da crise e contra as previsões capitulantes do anarco-sindicalismo, radicalizam-se. As greves são cada vez mais numerosas, apesar da repressão governamental e da abolição do direito à greve»¹⁴⁰⁶.

O ano de 1931 é caracterizado por uma série de greves espontâneas que marcam um fluxo sensível da onda revolucionária da classe operária em Portugal. São as greves dos manipuladores de pão em Lisboa, da construção naval da beira-rio e de Setúbal, dos operários da indústria têxtil no Porto, das mulheres das fábricas de conservas de Lagos, dos trabalhadores do mar de Setúbal.

O ressurgimento das greves que o PCP descreve pode ser confirmado nos diversos processos oficiais referentes às greves dos anos trinta conservados no fundo do Ministério do Interior. A sua análise dá conta da radicalização de determinados estratos das classes trabalhadoras e da revitalização da estrutura organizada do operariado.

3.2.3 AS ESTRATÉGIAS CENTRADAS NO ESTADO

¹⁴⁰⁶ Comissão do PCP responsável pela intervenção nos sindicatos, «Trabalho Sindical», n.º 6, ano I (Julho de 1931), p1-2

3.2.3.1 O ASSOCIATIVISMO E O ESTADO

É possível compreender à escala do lugar que a intervenção das autoridades no condicionamento da acção dos diversos movimentos associativos tendeu a potenciar a sua crescente formalização e articulação. No que respeita ao mutualismo, as autoridades locais zelaram pelo cumprimento do diploma de 28 de Fevereiro de 1891, proibindo as associações de se ocuparem de assuntos alheios aos fins expressos nos seus estatutos e de os discutir nas suas assembleias¹⁴⁰⁷. Em Março de 1892, por exemplo, as autoridades administrativas setubalenses mandam encerrar uma reunião que tinha lugar na *Associação de Socorros Mútuos Setubalense* por se estar a debater formas de reivindicar trabalho para os operários desempregados¹⁴⁰⁸.

Não obstante, as evidências empíricas recolhidas na Península de Setúbal, todavia, comprovam que estas sociedades foram larga e eficazmente utilizadas não só como forma de resistência à perda de controlo sobre o mercado de trabalho mas também como recursos organizacionais tendentes a colmatar as necessidades culturais e recreativas dos trabalhadores, entre outras.

É de sublinhar igualmente que, se a obrigação de enviar os estatutos e os relatórios anuais para a *Secretaria-Geral do Comércio e da Indústria* tinha por objectivo criar mecanismos de controlo das actividades destes organismos¹⁴⁰⁹, estas exigências acabaram por contribuir para que práticas ancestrais de entreajuda nas comunidades locais tomassem um carácter mais permanente e formal.

Por outro lado, a expansão do aparelho estatal e a sua crescente intervenção nas esferas económica e social fomentou a articulação translocal dos organismos de previdência, cooperação e resistência. Com efeito, desde o primeiro «Congresso Social» ou «Congresso das Associações», em 1865, que para além da promoção do associativismo, são sobretudo as reivindicações ao Estado – reconhecimento e protecção - que unem as estruturas locais. As associações da região em análise participaram activamente neste processo, participando nestas assembleias e enviando telegramas para

¹⁴⁰⁷ Organização das Associações de Socorros Mútuos aprovada por decreto de 2 de Outubro de 1896. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917

¹⁴⁰⁸ Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 26 de Março de 1892. Fundo próprio

¹⁴⁰⁹ Fundo documental da Secretaria-Geral do Comércio e Indústria. Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

a Câmara dos Deputados exigindo a aprovação de projectos de lei favoráveis aos trabalhadores¹⁴¹⁰.

Os anos que se seguem à implantação da República são aqueles em que se percebe um maior entusiasmo referente à união do movimento mutualista. O Primeiro Congresso Nacional das Mutualidades reuniu em 1911, na sequência dos Congressos Regionais do Porto (1904) e de Lisboa (1906), e neste estiveram já delegados de nove associações da região¹⁴¹¹. Os estatutos e as teses defendidas demonstram novamente que foi a pressão sobre o Estado, no sentido de promover seguros sociais obrigatórios, maternidades, habitações económicas, entre outras reivindicações políticas, bem como e uma «Direcção Geral do Trabalho e da Previdência Social» que unificou o movimento¹⁴¹².

Em Setúbal, por proposta da Federação Nacional de Mutualidade, chega-se a discutir ocupar um dos edifícios das congregações religiosas extintas para agrupar todas as sociedades de socorros mútuos, em conjunto com as associações de classe¹⁴¹³, uma tentativa de fundar uma estrutura local semelhante às *Bourses de Travail* ou *Cameras de Lavoro*.

No final do período em análise, os jornais regionais fazem a propaganda da mutualidade obrigatória, à imagem do que se passa noutros países, onde «cada pessoa, homem ou mulher, é obrigada a possuir um cartão de identidade ou cédula pessoal. Segundo *O Barreiro*, «o sentimento geral de protecção pelo pobre e de previdência e solidariedade constituirá a tábua de salvação no futuro desconhecido», dando o exemplo de França onde «depois da Grande Guerra Europeia tendo ficado com as suas economias em perfeita ruína, revestiu-se de calma e resignação aliadas à sua grande

¹⁴¹⁰ Actas da assembleia-geral da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 30 de Novembro de 1893. Fundo próprio.

¹⁴¹¹ Montepio de Aldeia Gallega Operário, Montepio de Nossa Senhora da Conceição, Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra, Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Boa Viagem, Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores do Alto Mar Seixalense, Associação Marítima de Socorros Mútuos de Setúbal, Associação Setubalense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, Associação de Socorros Mútuos Setubalense.

¹⁴¹² «Organização da Previdência Social, no Ministério do Trabalho», «Projecto de Lei reformando o exercício da Farmácia», «Projecto de Lei reformando a Lei das Associações de Socorros Mútuos».

¹⁴¹³ Actas das assembleias-gerais da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, 11 de Novembro de 1912 e 22 de Abril de 1913. Fundo próprio

solidariedade e civismo e hei-los a caminho do equilíbrio e progresso»¹⁴¹⁴. O mesmo periódico defende que «o Estado por leis sábias e fortes devia centralizar nas suas mãos, todas as medidas concernentes a este assunto», implementando «um salário mínimo que permitisse a todos um viver desafogado» e o «seguro social obrigatório para todos nas importâncias proporcionais aos seus vencimentos, e lucros de todos os industriais, comerciantes, etc.»¹⁴¹⁵.

A acção legisladora do Estado também modelou de forma significativa o cooperativismo. O código comercial de 1888, limitando as isenções fiscais às cooperativas que efectuassem transacções unicamente entre associados, potenciou o desenvolvimento de sociedades de pequena dimensão, firmadas em fortes laços comunitários e de ofício, que se podem observar na Península de Setúbal. A luta por um quadro legal mais vantajoso, porém, potenciou igualmente a sedimentação de laços translocais entre estas organizações. Em 1911, a alteração da lei das sociedades anónimas motivou a reunião das cooperativas de Almada, Seixal e Barreiro¹⁴¹⁶ e o protesto conjunto de todas as cooperativas da Península em 1912¹⁴¹⁷.

Durante a guerra, a crescente intervenção do Estado na economia contribuiu para reforçar os laços entre as sociedades cooperativas. Em 1916, a Cooperativa Cultural Operária Barreirense, em conjunto com as associações de classe, promove um protesto contra a subida de preço da farinha¹⁴¹⁸. Também em Almada, a crise das subsistências aproxima as associações locais, procurando-se mitigar em conjunto a carência e o alto preço dos géneros, nomeadamente através da pressão sobre as autoridades locais e governamentais¹⁴¹⁹.

O destacado papel que estas assumem no combate à carestia de vida conduzirá as autoridades locais a solicitar às cooperativas que produzissem pão para associados e

¹⁴¹⁴ «As causas da falta de mutualidade», *O Barreiro*, 27 de Janeiro de 1933, p5

¹⁴¹⁵ «Previdência», *O Barreiro*, 9 de Abril de 1933, p2

¹⁴¹⁶ Actas das assembleias-gerais da Cooperativa de Consumo Piedense, 9 de Agosto e 13 de Outubro de 1911. Fundo próprio

¹⁴¹⁷ *O Trabalho*, 14 de Abril de 1912, p3

¹⁴¹⁸ Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 25 de Outubro de 1916. Fundo próprio

¹⁴¹⁹ Actas das assembleias-gerais da Cooperativa de Consumo Piedense, 8 de Dezembro de 1915, 20 de Novembro de 1917, 24 de Outubro de 1917 e 3 de Outubro de 1918. Fundo próprio

não associados¹⁴²⁰. No entanto, esta cooperação entre associações e autoridades é tensa, transparecendo os conflitos de interesses que atravessavam estas comunidades. O representante da cooperativa operária queixava-se perante a assembleia-geral: «O sr. Administrador do concelho garantiu cinquenta sacas de farinha por dia para a nossa colectividade têm faltado farinhas dias consecutivos, dando a distribuição para outras padarias sem se preocupar com nós, resultando os padeiros fazerem a distribuição a seu belo prazer, e ele estando com a citada autoridade para lhe fazer sentir o mau serviço que estava fazendo a nada atendeu e não ligando importância ao caso sendo tratado com desdém e desta forma sentiu-se vexado como representante de uma colectividade de operários como é a nossa. Por esta forma propõe (e é aprovado) para que se oficie às associações de classe que são as forças vivas da existência, a pedir a delegados das mesmas para uma reunião e nela se assentar a haver um movimento de protesto. Pois que não se pode brincar com os que tudo produzem»¹⁴²¹.

Outros testemunhos induzem que, muitas vezes as autoridades cederam a pressões e interesses que punham em causa a participação do movimento cooperativo na resolução da questão das subsistências. Em Aldeia Galega do Ribatejo, a Associação dos Trabalhadores Rurais havia fundado durante o conflito uma padaria para abastecer os seus associados em condições melhores do que nas padarias comuns. No pós-guerra, porém, os donos das padarias, vendo-se lesados com esta iniciativa, conseguiram influenciar o administrador do concelho a reduzir o fornecimento de farinha à padaria operária de 40 para 25 sacos. Face a isto, os sócios enviaram uma comissão a Lisboa para pedir providências ao governo¹⁴²².

Não obstante estes casos de tensão, o Estado continuou a procurar envolver as cooperativas na resolução da questão das subsistências, promovendo a fundação da Federação Nacional de Cooperativas. Neste processo, tiveram as cooperativas da margem Sul uma agência fundamental. Meses antes, as cinco cooperativas do concelho de Almada – Almadense, Piedense, Fénix, 10 de Abril de 1918 e União Pragalense – convocaram uma grande reunião de cooperativas que se realizou em Almada em 27 de

¹⁴²⁰ Actas das assembleias-gerais da Cooperativa Cultural Popular Barreirense, 6 de Março de 1915. Fundo próprio.

¹⁴²¹ Actas da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 8 de Maio de 1918. Fundo próprio

¹⁴²² «Aldeia Galega: os rurais e os industriais de padaria; como o administrador «mantém» a ordem», *A Batalha*, 13 de Maio de 1921, p2

Julho de 1920, que deliberou que em conjunto com os cooperativistas da capital se tratasse de elaborar os estatutos de uma Federação. Nesta reunião participaram praticamente todas as sociedades da Península e ainda as localizadas nos bairros operários da capital¹⁴²³.

Malgrado o ambicioso projecto de alguns dirigentes políticos de utilizar a Federação Nacional das Cooperativas como parceira do Estado central no combate à crise das subsistências, as tentativas à escala local de envolver estas sociedades na regulação do preço dos géneros continuaram a testemunhar-se. Em Novembro de 1921, as cooperativas de Almada são convocadas para uma reunião com o administrador do concelho «a fim de tratar da melhor forma de montar neste concelho três ou quatro armazéns reguladores de preço de géneros»¹⁴²⁴.

Em suma, não obstante a inicial política de condicionamento do associativismo, o que é facto é que foi o reconhecimento oficial e as possibilidades abertas pela intervenção do Estado que induziram a formalização e articulação translocal do mutualismo e do cooperativismo.

No entanto, foi sobretudo contra o sindicalismo que o Estado dirigiu os mais rigorosos constrangimentos. O parecer do governador civil referente ao pedido de alvará da *Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas da Vila do Barreiro* deixa claro que a tendência demonstrada pelo movimento associativo de classe, durante as primeiras décadas do século, em romper progressivamente com o estreito corporativismo, era rigorosamente combatida pelas autoridades oficiais. É defendido que «no interesse da ordem pública e do prestígio da lei», os estatutos da referida associação não sejam aprovados. Segundo o governador, estes mostram que «se propõem fazer parte da associação diferentes classes operárias cujas profissões não podem ser consideradas correlativas, por exemplo a dos oleiros, ferreiros, funileiros,

¹⁴²³ Nessa reunião haviam-se reunido delegados das cooperativas Fenix, Piendende, União Pragalense, Almadense, 10 de Abril de 1918, Operária do Seixal, Fábrica da Pólvora em Chelas, 18 de Março de 1886, Sociedade Cooperativa, A Esperança, Regeneração Popular, Fraternidade Operária Ajudense, Cooperativa A Oriental, Cooperativa Corticeira Setubalense, Aliança Operária, União Operária da Lapa, A Xabreguense, Operária Amorense, Economia Emancipadora, Operária Barreirense, Pessoal de Lanifícios de Arrentela, da Casa Ramiro leão, do pessoal dos Armazéns Grandela, fabril, A naval Fraternidade Operária Ajudense, Caixa Económica Operária, Consumo Sesimbrense, Produção e Consumo A Comuna, dos Ofícios Inferiores da Marinha, Cooperativa do Entroncamento, A Comunista, Sacavenense, Bombarrelense. «As cooperativas: importante reunião em Almada: tomam-se resoluções atinentes ao envolvimento do cooperativismo», *O Combate*, 28 de Julho de 1919, p1

¹⁴²⁴ «Almada: as cooperativas e os armazéns reguladores», *A Batalha*, 24 de Novembro de 1921, p2

etc». O receio desta autoridade regional era que a formulação «artes correlativas» desse azo à «formação disfarçada de sindicatos de classes ou uniões do tipo da extinta casa sindical sob a protecção da lei»¹⁴²⁵.

De facto, como foi verificado além-fronteiras, um dos principais objectivos dos constrangimentos legais era evitar a estruturação nacional do movimento. No entanto, como também já foi referido, a expansão do Estado tornava as alianças translocais dos trabalhadores inevitáveis. Não obstante a lei, os corticeiros do Barreiro elegeram desde logo e estatutariamente o objectivo de «estabelecer íntimas relações com as demais associações de classe existentes no país e fazer-se representar nos congressos operários que julgar convenientes»¹⁴²⁶.

A Associação de Classe dos Manipuladores de Farinha define também nos seus estatutos, «o fim de estreitar íntimas relações de solidariedade com as demais associações de classe existentes no país», podendo fazer parte de federações locais ou nacional, bem como representar-se nos congressos operários quando o julgar conveniente¹⁴²⁷. A Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Almada assumia também como prioritário a permuta de relações com as associações congéneres do país e do estrangeiro, cooperando, federando-se ou confederando-se do modo a tornar profícua a sua existência na defesa dos empregados em geral¹⁴²⁸.

As associações de classe da Península de Setúbal não deixavam de contestar este constrangimento legal, defendendo «que a lei vigente tolhe às associações de classe a sua acção autónoma», que o «direito de reunião não cabe nem pode caber dentro dos limites de qualquer lei»¹⁴²⁹, queixando-se que a polícia assistia «a todas as reuniões das associações de classe como se tratasse de algum bando de malfeteiros» e denunciando que muito embora as associações possam representar ao governo, «este quase sempre atende aos industriais e não aos operários». A liberdade e autonomia exigidas não eram

¹⁴²⁵ Processo da *Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas da Vila do Barreiro* (1914). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴²⁶ Processo da *Associação dos Operários Corticeiros do Barreiro* (1898), Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴²⁷ Processo da *Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de Almada* (1912). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴²⁸ Processo da *Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Almada* (1931). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴²⁹ «Resposta da Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (1910) p236

incompatíveis com a utilização da estratégia estatista, antes pelo contrário. As associações de classe exigiam «liberdade associativa, incluindo de federações das associações congéneres e da Federação Geral do Trabalho a fim de actuar como reguladora e mantenedora dos horários de trabalho, tabelas de preços e ainda da eficácia das providências legislativas que digam respeito a operários»¹⁴³⁰.

As associações de classe da Península de Setúbal consideravam porém que as medidas legislativas tendentes à melhoraria da situação da classe operária eram letra morta e que o que era necessário era «uma reforma radical em toda a linha». Entre estas, queixavam-se sobretudo da falta de cumprimento da lei que regula o trabalho das mulheres e menores nas fábricas.¹⁴³¹ A sua descrença na acção política prendia-se com a ineficácia da protecção pautal à indústria e ainda com os impostos sobre o consumo e as rendas das casas¹⁴³², que exigiam a abolição¹⁴³³, «substituindo-os por outros que não recaiam no operariado»¹⁴³⁴.

Não obstante, particularmente as associações influenciadas pelo Partido Socialista Português continuavam a eleger como um dos principais objectivos do associativismo de classe «tratar de todas as questões de trabalho, procurando que as leis de carácter social existentes sejam devidamente cumpridas, estudando o alargamento das reivindicações especiais da classe que representa e as do proletariado em geral e interessando-se pela promulgação e aplicação de novas leis que interessem a causa operária»¹⁴³⁵. Por outro lado, e como veremos no próximo capítulo, mesmo entre as associações que elegiam a acção directa como tática exclusiva, era comum reivindicarem a intervenção do Estado no sentido de regular o mercado de trabalho e sustentar o seu controlo pelo operariado organizado.

¹⁴³⁰ «Resposta das Associações de Classe dos Operários Corticeiros de Lisboa, Setúbal, Barreiro e Alamada à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado». Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p413-416

¹⁴³¹ Resposta das Associações de Classe dos Operários Corticeiros de Lisboa, Setúbal, Barreiro e Alamada à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p413-416

¹⁴³² Resposta da Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conservas de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p93-94

¹⁴³³ Resposta da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p102

¹⁴³⁴ Resposta da Associação Comercial e Industrial do Barreiro à inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p692

¹⁴³⁵ Federação das Associações Operárias do Porto - Projecto espécimen de estatutos para Associações de Classe. Fundo do Partido Socialista Português. Caixa 120.

De facto, desde a sua origem que entre os objectivos das associações de classe se incluíam as reivindicações de carácter geral e político como o estabelecimento do dia normal e legal de oito horas de trabalho¹⁴³⁶ ou o cumprimento da lei do horário das mulheres e menores¹⁴³⁷. Para além da «boa e útil propaganda operária», pretendia-se «reclamar superiormente todas as vezes que o presente ou futuro da classe seja ameaçado»¹⁴³⁸. As associações de classe, após o seu reconhecimento legal, contavam «obter do município, ou de qualquer outra corporação pública, auxílio para a realização dos fins da sociedade»¹⁴³⁹ e o «o apoio das autoridades oficiais na defesa dos seus interesses económicos e sociais, tendo como fim prioritário o estudo dos mesmos para fornecer ao Estado informações relativas a salários, horas de trabalho, segurança no trabalho, entre outras, e reclamar superiormente todas as vezes que o interesse da classe assim o determine»¹⁴⁴⁰.

Mais, entre os corticeiros, classe profissional cuja acção colectiva mais marcou a região e o período em análise, o grande desenvolvimento do seu movimento associativo e reivindicativo, bem como o reconhecimento político e institucional que conquistaram, muito se deveu à necessidade de reivindicar a protecção estatal à indústria. No período republicano, a fiscalização da indústria corticeira foi realizada por um representante do governo e um operário eleito mensalmente pelas associações de classe, como comprovam os documentos assinados pelo governador civil de Lisboa onde constava, por exemplo: «O operário Júlio d'Almeida foi eleito pela Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada para exercer no corrente mês de Setembro o lugar de fiscal da indústria corticeira na circunscrição do Caramujo, nos termos do regulamento de 21 de Novembro de 1910»¹⁴⁴¹. A comissão de arbitragem das dissidências era

¹⁴³⁶ Livros de Caixa (1908-1922). Fundo Documental da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada. Arquivo Municipal de Almada.

¹⁴³⁷ Actas da associação de classe dos corticeiros de Almada, 4 de Abril de 1893. Arquivo Municipal de Almada.

¹⁴³⁸ Processo da Associação de Classe dos Operários Sapateiros de Setúbal (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴³⁹ Processo da Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada (1893). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT

¹⁴⁴⁰ Processo da Associação de Classe dos Manipuladores de Farinha (1911). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT.

¹⁴⁴¹ Comprovativo assinado pelo governador civil de Lisboa, 5 de Setembro de 1918. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 123.

igualmente composta por um agrónomo, um industrial e um operário escolhido entre os seus pares¹⁴⁴².

Não podendo dispensar a protecção estatal, os sindicalistas revolucionários procuraram, contudo, resistir à incorporação das associações de classe no aparelho estatal e à consequente perda de autonomia. Neste sentido, «a questão palpitante das cadernetas de matrículas é uma questão de vida ou morte para a dignidade operária e para a organização sindical». Segundo os mesmos, «o governo da República, submetendo-se às exigências dos patrões, pretende dar um golpe de morte na organização operária, escarnecendo sem reboço da dignidade dos operários (...)». Contrariando o decreto de 21 de Setembro de 1912, que pretendia instaurar cadernetas profissionais para funcionários públicos e extensíveis a operários, a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista defende em manifesto «que é às associações de classe, como legítimas e directas organizações operárias, que compete, quer moral, quer pela natureza, como os seus estatutos indicam, dar informes sobre a competência profissional dos seus associados e solucionar todas as questões corporativas e sociais, com terceiros, Estado ou particulares»¹⁴⁴³. Com efeito, o decreto contrariava o controlo sindical do mercado de trabalho – um dos principais esteios do movimento.

As associações de classe da área de estudo «apreciaram os decretos das cadernetas profissionais e da Agência Oficial de Trabalho, aprovando uma moção idêntica à firmada em Lisboa, considerando ainda «que as cadernetas profissionais criadas pelo projecto do actual ministro do fomento são prejudiciais para todas as classes trabalhadoras e mais tarde servirão para perseguições aos orientadores do movimento operário»¹⁴⁴⁴.

O Germinal deixa claro: «O ministro do fomento da República teve a luminosa ideia de decretar a matrícula dos operários, pondo-lhes nas mãos um livrete como se faz às desventuradas meretrizes. Semelhante atentado contra a dignidade individual dos operários tem sido repellido com a maior altivez e com o mais asco dos nossos camaradas de Lisboa. Como ele brademos também: Abaixo o imundo livrete! E ligando

¹⁴⁴² *O Correio de Sul*, 27 de Novembro de 1910, p2

¹⁴⁴³ «Manifesto: aos operários e ao público de todo o país», *O Sindicalista*, 17 de Novembro de 1912, p4

¹⁴⁴⁴ «Cadernetas, agência de trabalho e guerra: continuam os protestos», *O Sindicalista*, 29 de Dezembro de 1912, p2

os actos às palavras, que nenhum operário digno deste nome aceite tão infamante COISA. Está muito empenhada a honra, a dignidade de todos nós...»¹⁴⁴⁵.

Para além das reivindicações ao Estado relacionadas com as relações laborais, as associações de classe empenharam-se em reclamações centradas na esfera do consumo. Também estas contribuíram para a articulação das células de base, centradas no ofício. A título de exemplo, entre outros, em Junho de 1904 os delegados das Associações de Classe de Setúbal reclamam junto das autoridades municipais contra a fixação do preço do pão comum em 100 e 90 reis o quilo, exigindo o regulamento no fabrico do mesmo por serem imundas as padarias, e também a regulamentação da percentagem de farinhas de 2ª e 3ª classes¹⁴⁴⁶.

Foi também, numa reunião magna de todas as agremiações do concelho de Almada em Dezembro de 1910, que se exigiu a diminuição dos impostos sobre géneros de primeira necessidade. O Presidente da Câmara Municipal intervém em favor das classes, menos protegidas e aprova o comício¹⁴⁴⁷. Meses depois, realizou-se um comício com 3.000 pessoas no jardim do castelo, em que falaram os deputados Lopes da Silva e Gastão Rodrigues, Bartolomeu Constantino e outros oradores do movimento operário e foi aprovada uma moção para ser apresentada nas constituintes exigindo o barateamento do azeite¹⁴⁴⁸.

Ainda em 1911, «o proletariado de Setúbal intimamente ligado para defender os seus interesses», resolve «reclamar do governo a isenção de pagamento de contribuição de renda de casas; redução de preços nas passagens para Lisboa em caminho-de-ferro; a abolição do imposto do consumo; reacção contra a colecta industrial que se projecta decretar; questão do caminho-de-ferro do Vale do Sado e conquista do dia normal de oito horas»¹⁴⁴⁹. Em Junho desse mesmo ano, a Associação de Classe dos Corticeiros de Setúbal decide oficiar ao ministro das finanças sobre lei de isenção de décima de renda de casas e oficiar às colectividades locais para enviarem um delegado a uma reunião

¹⁴⁴⁵ «As infâmias do regime», *O Germinal*, 30 de Novembro de 1912, p1 (Manchete)

¹⁴⁴⁶ *O Trabalho*, 12 de Junho de 1904, p3

¹⁴⁴⁷ «Reunião magna de todas as agremiações do concelho de Almada», *O Correio do Sul*, 25 de Dezembro de 1910, p2

¹⁴⁴⁸ «A Questão do Azeite», *O Correio do Sul*, 30 de Julho de 1911, p2

¹⁴⁴⁹ «Sindicalista em Setúbal», *O Sindicalista*, 2 de Julho de 1911, p2

sobre o assunto, bem como referente aos impostos de consumo e «outros assuntos de carácter económico»¹⁴⁵⁰.

Estes movimentos permitem que, como ilustraremos, as associações de classe surjam à cabeça das tentativas de mitigar a questão das subsistências. Esta liderança verifica-se tanto em iniciativas oficialmente lícitas como representações às autoridades, organização de protestos, como em rebeliões violentas como a invasão de quintas ou o assalto a armazéns¹⁴⁵¹. A marca mais relevante da orientação sindical foi o redireccionamento destes movimentos para o campo da reclamação política, como são exemplo alguns dos casos relatados no próximo sub-capítulo, nos quais o operariado organizado procura obrigar as autoridades locais a reprimir os açambarcamentos.

Por último, é necessário sublinhar que a relação entre o associativismo e as autoridades locais diferia em muito daquela que se desenvolvia entre o poder central e o movimento dos trabalhadores. Com efeito, nas vilas operárias da Península de Setúbal, o peso social que o associativismo operário adquire a partir da última década do século XIX reflecte-se não apenas na inequívoca massificação do movimento mas também na sua crescente preponderância nas redes sociais locais e consequentemente no seu peso político, ao que também não era estranho o facto de os trabalhadores qualificados nesta região constituírem a maioria dos cidadãos elegíveis para votar¹⁴⁵².

Para caracterizar o movimento derivado do investimento popular no associativismo voluntário, distinguimos apenas as associações autónomas do Estado, da Igreja e dos partidos políticos. No entanto, é de sublinhar que aos olhos dos contemporâneos essa fronteira não era tão nítida. As associações integravam um mais complexo universo, que incluía todas as instituições emanadas da sociedade local e que mediavam a sua sociabilidade e conflitos.

Em 1909, o primeiro número do *Avante!: defensor das classes trabalhadoras e dos interesses locais*, fundado pelo Centro Socialista do Barreiro, dirige uma saudação

¹⁴⁵⁰ «Acção sindical», *O Sindicalista*, 12 de Junho de 1911, p3

¹⁴⁵¹ Segundo *A Aurora* do Porto, muitas vezes «o povo» era liderado pelas associações de classe, como por exemplo no caso do «importante movimento de protesto que a Associação das quatro Artes de Construção Civil de Vila Nova de Famalicão está levando à prática para que o milho não seja açambarcado». Neste, «os operários teem evadido os depósitos onde suspeitam que existe milho e põem-no à venda ao preço acima referido». «Os trabalhadores de Póvoa do Varzim resolveram também opor-se energicamente à saída da batata para o estrangeiro». *A Aurora*, 20 de Junho de 1915, p2

¹⁴⁵² Listas eleitorais do Barreiro e Aldeia Galega de 1919. Fundo do Governo Civil de Lisboa. IANTT; Listas eleitorais de Almada, vários anos, Arquivo Municipal de Almada

«à câmara municipal (...) às diversas entidades administrativas (...), às agremiações musicais (...), aos núcleos de *sport* (...), aos clubes teatrais (...), às heróicas agremiações de bombeiros (...)»¹⁴⁵³. Quando é inaugurado o Centro Socialista do Barreiro, «(...) as salas da sede social estavam cheias. Enviaram a sua adesão ou fizeram-se representar: o Futebol Clube Barreirense, a Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense, a Academia Recreativa Musical do pessoal da CUF, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Corticeira, a Sociedades de Instrução e Recreio Barreirense, a Sociedade Democrática União Barreirense, a Associação dos Descarregadores de Mar e Terra, o Grupo Dramático 22 de Novembro, a Associação da Construção Civil, a Sociedade Cooperativa Popular, o Centro Escolar e Eleitoral Republicano Dr. Estêvão de Vasconcelos, a Associação Comercial e Industrial, o Centro Republicano Português, a Associação dos Bombeiros Voluntários Herold, o administrador do Concelho e o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro»¹⁴⁵⁴.

Foi intensa a acção colectiva organizada com base na cooperação entre as várias colectividades da sociedade civil e as autoridades oficiais locais, como era o caso dos característicos bandos precatórios nos quais o «espírito de sacrifício sobejamente demonstrado pelo bondoso povo deste concelho [Almada] lembra a toda a gente a oportunidade que surge para mais esta afirmação de solidariedade social»¹⁴⁵⁵. O bando precatório em favor das vítimas do desastre da Murtosa em 1922, por exemplo, foi promovido pela *Associação Humanitária dos Bombeiros dos Caminhos do Sul e Sueste* e apoiado por todas as colectividades desta vila e também pelas entidades oficiais, desde a administração do concelho à polícia, logrando reunir 1.100 escudos. Para além disso, a *Cooperativa de Consumo Operária Barreirense* doou 20\$, a *Cooperativa Popular Barreirense* 20\$, a *Associação de Classe dos Carregadores de Mar e Terra* 10\$, os *Bombeiros da CUF* 19\$50, a *Associação de Classe dos Corticeiros* 10\$, entre outros contributos¹⁴⁵⁶.

Na realidade, as autoridades oficiais não estavam ausentes das redes que articulavam o associativismo voluntário à escala da comunidade local, confirmando que

¹⁴⁵³ «Saudações», *Ávante!*, 5 de Dezembro de 1909, p1

¹⁴⁵⁴ *O Trabalho*, 5 de Abril de 1914, p3

¹⁴⁵⁵ «Bando precatório pró famílias dos náufragos na costa da Caparica», *O Almadense*, 29 de Dezembro de 1929, p1

¹⁴⁵⁶ «Bando Precatório em favor das vítimas do desastre da Murtosa», *O Eco do Barreiro*, 1 de Abril de 1922, p2

a revolução liberal e a expansão do Estado tiveram um papel decisivo no progresso dos quadros de sociabilidade e cooperação. Esta colaboração permitiu expandir a laicização da assistência social até à data monopólio da Igreja.

Refira-se o caso eloquente da mobilização da sociedade civil para impedir o encerramento do hospital da Misericórdia de Setúbal, durante a guerra por falta de recursos e devido à carestia de vida. Foi aberta uma subscrição na secção sindical dos fabricantes de conservas, para a qual a cooperativa Corticeira e várias associações operárias contribuíram¹⁴⁵⁷. As colectividades sustentavam, em parceria com o Estado, instituições como o Asilo Bocage ou o Instituto da Infância Desvalida, com as suas iniciativas quase diárias¹⁴⁵⁸. Segundo o administrador do concelho de Setúbal, as instituições de beneficência eram sustentadas com subsídios do Estado mas também com «donativos e esmolas de associações e espectáculos de caridade»¹⁴⁵⁹.

Desta forma, à escala local, as instituições de base operária gozavam de uma assinalável notoriedade, reconhecida pelos representantes do poder local, que certificavam a identidade política do operariado organizado. Esta identidade foi inclusivamente materializada no tecido urbano. Após a revolução republicana, a Câmara de Setúbal decidiu que a rua do rei passar-se-ia a chamar José Fontana – fundador do Partido Socialista Português¹⁴⁶⁰. No rescaldo do ciclo de agitação social de 1910-1913, a edilidade «resolveu que a Rua Doka se passasse a chamar Rua 1º de Maio e que a Rua oriental do Lago tivesse a denominação de Rua dos Trabalhadores do Mar»¹⁴⁶¹. Em vários concelhos, foram baptizadas ruas com designações relacionadas com a luta de emancipação dos trabalhadores, como 1º de Maio ou Francisco Ferrer¹⁴⁶². No período que se seguiu à implantação da República, o 1º de Maio foi também declarado feriado municipal em vários municípios da região. No Dia do Trabalhador, não eram apenas as agremiações operárias a ser *embandeiradas* e iluminadas, também os edifícios públicos assinalavam esta data¹⁴⁶³.

¹⁴⁵⁷ *O Trabalho*, 12 de Novembro de 1916, p1, 19 de Novembro de 1916, p3 e 3 de Dezembro de 1916, p3

¹⁴⁵⁸ *O Trabalho*, 14 de Junho de 1914, p2

¹⁴⁵⁹ Correspondência expedida, Offício n.º 64 de 27 de Março de 1917 para o governador civil de Lisboa. Fundo da Câmara Municipal de Setúbal.

¹⁴⁶⁰ *O Germinal*, 16 de Outubro de 1910, p1

¹⁴⁶¹ *O Trabalho*, 3 de Maio de 1914, p3

¹⁴⁶² Correspondência recebida pelo administrador do Concelho de Almada

¹⁴⁶³ «1º de Maio», *O Correio do Seixal*, 4 de Maio de 1913, p2

Durante este período, foi comum as autoridades locais marcarem presença não só em acções colectivas não transgressivas mas também em acções com um carácter mais contestatário, particularmente se estas envolvessem o tecido associativo local. Entre outros exemplos refira-se o comício contra a carestia de vida, em Dezembro de 1910, no qual participaram o Presidente da Câmara de Almada, a Comissão Municipal de Almada, as Cooperativas de Consumo de Almada, Cacilhas e Piedade, os Centros Republicanos Elias Garcia e Capitão Leitão, as Sociedades Musicais de Almada e Piedade, as Associações de Classe e Socorros Mútuos, os Grupos de Futebol e a Associação Comercial¹⁴⁶⁴.

A influência social e política do movimento associativo do operariado na região significou também, que pelo menos no início do surto grevista, as autoridades locais evitassem tomar uma atitude claramente hostil ao mesmo. Em Novembro de 1911, «o operariado do Concelho de Almada reivindica os seus direitos: durante a semana finda, em diversas fábricas os operários pedem aumento de salário e um horário fixo para o trabalho». São criadas três comissões para se encontrarem com o Administrador do Concelho, com o Governador Civil e uma para ir às fábricas congéneres pedir apoio moral e material. O governador civil promete não interferir nem mandar força armada¹⁴⁶⁵.

Quando se agudizou a conflitualidade social, todavia, as autoridades começaram a reprimir a hegemonia dos postulados de emancipação social e a politização do quotidiano. Em Maio de 1919, «no teatro Cine desta vila, no decorrer do espectáculo de ontem, em que se representou a revista de costumes barreirenses, *A Piada*, o administrador do concelho, vendo um operário a distribuir uns manifestos, dirigiu-se-lhe prendendo-o, e fazendo a apreensão dum exemplar. Depois de ler e vendo que esse manifesto, editado pelo Soviet de Propaganda Socialista se referia ao 1º de Maio, à sua significação e às aspirações operárias, mandou o operário em liberdade. Foi uma...confusão mais»¹⁴⁶⁶.

¹⁴⁶⁴ «Reunião magna de todas as agremiações do Concelho de Almada», *O Correio do Sul*, 25 de Dezembro de 1910, p2

¹⁴⁶⁵ «Reclamações operárias», *O Correio do Sul*, 18 de Novembro de 1911, p2

¹⁴⁶⁶ «O administrador do Barreiro detém um operário por distribuir manifestos», *A Batalha*, 4 de Maio de 1919, p2

No mesmo ano, durante o aniversário do *Sindicato dos Ferroviários dos Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste*, «a enorme multidão que enchia o teatro dirige-se para a rua, no intuito de acompanhar as bandas de música à Associação de Classe, quando na frente destas surge um oficial da guarda republicana, a cavalo, acompanhado por várias praças da mesma guarda, que intima os regentes a não tocarem pelas ruas, nem um ordinário sequer. Com geral espanto e reprovação, esta intimação é recebida pela multidão que, tomando-a por um insulto e um desafio, a acatou, não satisfazendo os desejos que animavam as autoridades em provocar um conflito.

«As embocaduras das ruas foram tomadas pela força armada, assistindo-se ao vergonhoso espectáculo de ser exercida uma activa vigilância sobre os ferroviários (...) Foi o camarada Entrudo Júnior conferenciar com o administrador do concelho, que acabou por afirmar-lhe que tudo aquilo fora para evitar que se tocasse a *Internacional* (...). Não impedia que as bandas tocassem na associação, tudo quanto quisessem menos a *Internacional*»¹⁴⁶⁷.

Finalmente é de referir que é igualmente à escala do lugar, que melhor se observa o impacte da progressiva transformação da natureza do Estado, até à derradeira institucionalização de um regime corporativista e autoritário. O que distingue o período antes e depois do 28 de Maio, no que respeita a política governamental face ao movimento operário, não é a repressão à *posteriori* mas a vigilância preventiva que marcará a política coerciva da ditadura militar.

Segundo a *Voz Sindical*, de Setúbal, logo no dia 20 de Junho de 1926 recebem todas as Associações de Classe da cidade um ofício do administrador do concelho afirmando: «a fim de não se alegar ignorância chamo a atenção de Vossa Excelência para o determinado no decreto de 26 de Julho de 1893». Este obrigava à participação com antecedência de pelo menos 24 horas de qualquer reunião às autoridades, com a assinatura legível dos promotores, hora local e temática, proibia a reunião fora da respectiva sede e discussões de matérias alheias à temática autorizada. Avisam as

¹⁴⁶⁷ «A comemoração do quinto aniversário da Associação de Classe», *O Sul e Sueste*, 30 de Novembro de 1919, p1

autoridades que «à segunda infracção deste decreto a associação em causa será dissolvida»¹⁴⁶⁸.

As actas das assembleias confirmam estas restrições, sendo anunciado a partir de finais dos anos vinte que foi dada autorização pelo administrador no início de cada reunião e em algumas ocasiões que esta tem de ser dissolvida antes de acabar a discussão por ter terminado o tempo autorizado¹⁴⁶⁹. Estes encontros passam também a ser rigorosamente vigiados. Na assembleia-geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, em 28 de Abril de 1930, o seu presidente «começa por pedir ao representante da autoridade que perante o seu administrador faça ciente da cordura e a forma como decorre a assembleia, que é gente ordeira...»¹⁴⁷⁰

É de sublinhar que na investigação desenvolvida nos fundos locais verificamos que esta obrigação se estendeu a todas as colectividades operárias – de cultura e recreio, desportivas, de socorros mútuos, etc. A não autorização de reunião ou a anulação das suas resoluções – e até as misericórdias foram atingidas por estes processos – serviram de constante ameaça sobre as agremiações locais, que mantinham uma actividade dita «subversiva»¹⁴⁷¹.

Por outro lado, a análise da imprensa local entre o golpe militar de 1926 e a implementação da constituição de 1933, revela uma estratégia por parte dos partidários do regime, de sedução do operariado e do seu associativismo de classe, combatendo cirurgicamente as doutrinas de emancipação que o influenciavam. Elogia-se o carácter ordeiro das classes laboriosas, ao mesmo tempo que se elege o «sindicalismo revolucionário» e o «bolchevismo» como inimigos preferenciais. Os jornais nacionais sublinham que nesta região, «o perigo bolchevista, não é apenas uma hipótese, um devaneio (...) É uma certeza»¹⁴⁷².

Esta ameaça, bem como «a situação em verdade difícil do operariado português», justifica da parte do governo «a mais acrisolada atenção, um dos problemas

¹⁴⁶⁸ As classes trabalhadoras de Setúbal principiam a colher os frutos amargos da revolução caserneira in *Voz Sindical*, 20 de Junho de 1926, p1

¹⁴⁶⁹ Acta da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense de 21 de Abril de 1930. Fundo próprio.

¹⁴⁷⁰ Acta da Assembleia Geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense de 28 de Abril de 1930. Fundo próprio.

¹⁴⁷¹ Correspondência Administrador do concelho de Almada

¹⁴⁷² «O perigo bolchevista: o subsolo», *O Distrito de Setúbal*, 8 de Março de 1927, p1

para o qual devem ser desviados todos os olhares», sob o perigo do operariado se deixar «arrastar por teorias falidas, correndo ao som do barulhento sindicalismo revolucionário, cuja perniciosidade está demais demonstrada»¹⁴⁷³. Logo em 1927 começa-se a desenvolver a propaganda do «documento notabilíssimo (...) saído da iniciativa do Duce», a *Carta del Lavoro*, ao mesmo tempo que se criticam as «falsas fórmulas de reivindicação do sindicalismo revolucionário»¹⁴⁷⁴ e se defende que «o operariado necessita antes de orientadores que, promovendo a sua honesta organização sindical, o levem à defesa do utilitarismo, nem sempre honesto, daqueles em cujas mãos permanece o capital»¹⁴⁷⁵.

No entanto, bem mais que a propaganda ideológica é a própria acção dos governantes que comprova a influência social que o associativismo operário continuava a ter na região. Assim, é de destacar que uma das primeiras iniciativas do governador do novo distrito instaurado pela ditadura foi uma visita às associações de classe da nova divisão administrativa. Segundo o *Distrito de Setúbal*, «o Sr. governador ofereceu o seu préstimo no sentido de auxiliar a classe aceitando todas as sugestões e indicações honestas» e «aconselhou os associados a estudarem sempre os problemas com a maior imparcialidade e isenção, dentro da ordem e disciplina tão necessária ao progresso e melhoramento de todas as colectividades»¹⁴⁷⁶.

Em Agosto de 1933, o semanário regionalista do Barreiro explicava à população que «a organização dos Sindicatos Nacionais e dos Grémios, das Casas do Povo nas pequenas freguesias rurais, a obrigatoriedade do salário mínimo e a construção de casas económicas, são todo um plano de grande alcance, que convertido em realidade algo de benéfico nos poderia trazer». O articulista, contudo, lamenta-se do «fraco sentimento cooperativista existente na população essencialmente operária da importante e populosa vila do Barreiro» e confessa que «a nós tal facto não causa estranheza alguma. O operário tem sido o maior e mais desumano inimigo de si mesmo. Em mais de cem anos de liberdade para se emancipar, nada de útil fez nesse sentido e careceu de perder essa liberdade na Rússia com Lenine, na Itália com Mussolini, e possivelmente agora na

¹⁴⁷³ «O Operariado Português» *O Distrito de Setúbal*, 10 de Março de 1927, p1

¹⁴⁷⁴ «O Operariado», *O Distrito de Setúbal*, 30 de Abril de 1927, p1

¹⁴⁷⁵ «O povo», *O Distrito de Setúbal*, 18 de Abril de 1927, p1

¹⁴⁷⁶ «A visita do sr. Governador Civil às Associações de Classe», *Distrito de Setúbal*, 3 de Maio de 1927, p1-2

Alemanha e em Portugal, em pleno período reformador, para algo de benéfico ser forçado a aceitar em seu proveito»¹⁴⁷⁷.

Não foi fácil, todavia, inverter a evolução ideológica do movimento operário, que há muito seguia o caminho da luta de classes. Foram precisos sete anos de despedimentos, prisões e deportações para fazer vergar as mais poderosas associações de classe, impondo-lhes a sua capitulação ou extinção. Não chegaram, todavia, para que a doutrina subjacente ao Estatuto do Trabalho Nacional conquistasse o apoio das massas operárias.

Combatendo a propaganda corporativista, desde logo os sindicatos denunciaram a natureza da «organização corporativa de toda a Economia Nacional» proposta pelos ministérios do Comércio e Agricultura. Ainda em Junho de 1926, *A Batalha* advertia que o sindicalismo orgânico era igual ao sindicalismo integralista, propagado pelos reaccionários monárquicos, por forma a destruir a organização e o movimento operários, que o projecto corporativo pretendia entregar os operários à exploração dos patrões e à tirania do Estado centralizado. *A Batalha* avisava que o sindicalismo orgânico se radicava nas corporações medievais, espírito destruído pela Revolução Francesa, e recentemente revitalizado por Mussolini.

De facto, a experiência italiana alertava os dirigentes portugueses, que denunciavam que «este famoso sindicalismo reduz o operário a uma besta de carga – besta de carga que tem de trabalhar e de reproduzir-se sem um pensamento, sem uma atitude que não sejam o pensamento e a atitude do Estado e do patronato. Para que este sindicalismo funcione em Portugal é indispensável que se encerrem *A Batalha* e a CGT, que se assassinem os militantes e que se incendeiem os sindicatos. Sindicalismo orgânico - é a negação prática e jurídica do operariado como classe organizada e como entidade colectiva com direito a poder formular uma reclamação, ainda que ordeira. Sindicalismo orgânico é o massacre de militantes e dos operários conscientes, e só poderá ser imposto pela força das armas. Sindicalismo orgânico é, portanto, a morte do operário como classe e a abolição violenta e profunda da sua existência como indivíduo»¹⁴⁷⁸. Como Fátima Patriarca defende, quando é imposto o Estatuto do

¹⁴⁷⁷ «Reformas ministeriais», *O Barreiro*, 13 de Agosto de 1933, p1

¹⁴⁷⁸ «O Sindicalismo orgânico: todos os operários têm de preparar a defesa contra a mais ignóbil e mais criminosa das ameaças», *A Batalha*, 17 de Junho de 1926, p1

Trabalho Nacional «o movimento sindical — ou a parte mais activa e exuberante desse movimento situava-se, em termos de valores e quadros de pensamento, no outro ponto extremo, em que dominavam princípios como o da liberdade e autonomia perante o poder político»¹⁴⁷⁹.

3.2.3.2 A ACÇÃO COLECTIVA DE CARÁCTER TRANSLOCAL

Desde cedo que a acção colectiva dos trabalhadores da região em análise se dirige não só ao patronato mas também ao Estado. A adopção desta estratégia testemunha-se desde logo em sectores onde o mercado de trabalho era mais instável. Em Fevereiro de 1892, alguns operários da construção civil sem trabalho reúnem na sala da sociedade musical recreativa para combinarem o meio de representarem à Câmara ou aos proprietários para conseguirem mais trabalho¹⁴⁸⁰. Foi então criada uma comissão que, em representação dos perto de cem operários reunidos, foi pedir ao administrador para que este fizesse constar ao ministro das obras públicas da crise, reclamando providências. O administrador pediu nomes, profissões e moradas dos sem trabalho. A comissão instalou-se na rua das esteiras para tomar nota dos nomes dos operários sem trabalho. A breve trecho, o administrador pediu ao grande proprietário António José Baptista que antecipasse «uns trabalhos para minorar a crise»¹⁴⁸¹.

Percepcionando esta oportunidade de minorar a insegurança estrutural que caracterizava os vínculos laborais da época, outras classes profissionais direccionam as suas reivindicações ao Estado, reflectindo uma lógica de transição entre a preservação do controlo sobre o mercado de trabalho pelas associações de classe e a protecção estatal. Em Fevereiro de 1896, três associações de Sesimbra, entre estas a dos pescadores, enviavam uma representação ao governo reivindicando: «que na capitania do Porto só sejam exigidas as matriculas que eram de uso, provando os matriculados que são marítimos; que seja aberta a casa da Associação de Classe; que sejam aprovados os seus estatutos; que tenham os pescadores direito de tratar livremente com os armadores; que seja estabelecido um tribunal de árbitros avindores; que qualquer

¹⁴⁷⁹ Maria Fátima Patriarca, «A institucionalização do corporativismo – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)». *Análise Social*, vol.XXVI/110 (1991/1º) p50

¹⁴⁸⁰ «Crise de trabalho», *O Distrito*, 7 de Fevereiro de 1892, p2

¹⁴⁸¹ *O Distrito*, 14 de Fevereiro de 1892, p1

armação que levante não seja o seu lugar concedido sem a consulta da Associação de Classe, devendo inspeccionar-se as armações existentes naquela costa, e mandadas guardas as mais curtas distâncias, a fim de se criar lugar para outras, nomeadamente para as que a cooperativa de pescadores possa estabelecer; que haja uma autoridade marítima destinada a vigiar a segurança dos operários nos trabalhos de pesca, promulgando-se uma lei protectora dos trabalhadores»¹⁴⁸².

Por outro lado, entre alguns estratos sociais, como os empregados do comércio, a pressão sobre o Estado foi desde os alvares da sua organização considerada a única estratégia eficaz para fazer frente à exploração. Em 1905, os caixeiros de Setúbal enviam uma representação aos deputados da nação solicitando o «seu prestantíssimo auxílio para a consecução de uma lei que estabeleça o descanso semanal ao comércio de todo o país». Segundo a associação, reivindicando directamente ao patronato «os empregados do comércio apenas têm conseguido algumas irrisórias concessões parciais, a cada passo escarnecidas e desprezadas», chegando «à convicção de que só pela imposição de uma lei, conseguirão alcançar a regalia que tem sido a aspiração ansiada de toda a sua vida»¹⁴⁸³.

Não obstante o recurso ocasional ou sectorial à pressão sobre o Estado, como foi verificado além-fronteiras, a eleição massiva desta estratégia foi condicionada pela conjuntura e oportunidade política. Assim, foi após a implantação da República que «surgiu indubitavelmente uma nova fase para a classe operária (...) Agora melhor que nunca a classe operária tem ocasião de se unificar para reclamar do novo governo garantias de que os governos da monarquia não faziam caso»¹⁴⁸⁴.

Esta oportunidade, para além do mais, surgia após um longo período durante o qual o patronato, através do processo de concentração supra analisado, tinha logrado mitigar a eficácia de algumas estratégias baseadas no controlo operário do processo produtivo e do mercado de trabalho: «Desta crise avassaladora de que todos mais ou menos se ressentiam surgiu a questão política, reconhecendo os chefes da democracia a necessidade imperativa duma propaganda activa contra o regime da monarquia. Resultou destas lutas titânicas do partido republicano despertar atenção das classes

¹⁴⁸² «Pescadores de Sesimbra», *O Distrito*, 14 de Fevereiro de 1896, p1

¹⁴⁸³ «Descanso semanal», *Germinal*, 27 de Agosto de 1905, p2

¹⁴⁸⁴ «A República e a Organização Operária», *O Corticeiro*, 19 de Novembro de 1910, p2

operárias, que acudiram solícitas, ao seu chamamento, abandonando por completo a questão económica e social»¹⁴⁸⁵.

Após a transformação do regime, algumas classes profissionais procuram reverter o processo, recorrendo à acção directa mas também à pressão sobre os novos governantes. Em finais de 1910, os pescadores de Setúbal em greve para impedir a promulgação do decreto da liberdade de pesca¹⁴⁸⁶, obrigam o governo a intervir directamente na mediação do conflito¹⁴⁸⁷. De forma a convencer os marítimos a aceitar os vapores de arrasto, o delegado do governo, Estêvão de Vasconcelos, prometeu que o imposto tributado aos mesmos seria aplicado numa espécie de caixa de socorros para os marítimos, quando impossibilitados de trabalhar, conseguindo ainda a classe que o pessoal do mar fosse recrutado de entre os pescadores associados, «que só com um cartão passado pela respectiva associação de classe poderão ser admitidos nas diversas campanhas»¹⁴⁸⁸.

Na maior parte dos casos, esta lógica mista entre a acção dirigida ao Estado e ao patronato, vislumbra-se na táctica seguida pelos trabalhadores em luta, que procuram impor o cumprimento da lei ou das promessas governamentais através da acção directa. Dois anos depois, os marítimos de Sesimbra declaram-se em greve, porque os armadores não cumprem o acordo assinado na recente greve arbitrada pelo ministro da Marinha sobre a colocação do pessoal nas *companhas*¹⁴⁸⁹.

Como observado no caso do movimento associativo, também no que se refere ao reivindicativo, entre as principais consequências da crescente intervenção do Estado nas questões laborais destaca-se o reforço e expansão das redes sectoriais e translocais. Os operários corticeiros estiveram entre os mais activos na região e no país, tendo desempenhado um papel fundamental neste processo. Desde a última década de oitocentos que pressionavam o governo para que equiparasse os direitos sobre importação de rolha aos de Espanha, de forma a que a cortiça saísse transformada e não em prancha. Desde logo, este tipo de reivindicação tendia a alargar os movimentos, articulando os conflitos locais. Em Dezembro de 1893, os corticeiros de Setúbal

¹⁴⁸⁵ «A República e a Organização Operária», *O Corticeiro*, 19 de Novembro de 1910, p2

¹⁴⁸⁶ «A greve dos marítimos de Setúbal», *O Sindicalista*, 11 de Dezembro de 1910, p3

¹⁴⁸⁷ «A greve dos pescadores de Setúbal», *O Sindicalista*, 18 de Dezembro de 1910, p3

¹⁴⁸⁸ «Em Setúbal: Greve dos pescadores», *O Sindicalista*, 25 de Dezembro de 1910, p3

¹⁴⁸⁹ «Greve de Sesimbra», *O Correio do Sul*, 14 de Julho de 1912, 1 de Setembro de 1912 e 27 de Outubro de 1912, p2

aderiram plenamente às ideias do manifesto da Associação de Classe dos corticeiros do Poço do Bispo sobre esta temática, enviando uma «comissão à administração do concelho para que esta desse ao governo a ideia da unidade da classe rolheira»¹⁴⁹⁰.

A grande greve corticeira que abalou o último executivo da monarquia constitucional demonstra eloquentemente como a intervenção do Estado na regulação da actividade económica e nas relações sociais modelava o movimento operário, motivando a sua progressiva estruturação translocal. Nas vésperas do 5 de Outubro, «como a resposta do Sr. Teixeira de Sousa, ministro do reino, dada à comissão operária, fosse que não havia lei que proibisse a saída de cortiça em bruto, a comissão retirou-se pondo em prática o seu plano, de antemão aprovado em assembleia – a greve geral»¹⁴⁹¹.

Esta foi a primeira greve nacional organizada em Portugal, contribuindo para o reforço dos laços de ofício. Os delegados da Federação Corticeira decidiram a constituição de uma comissão para a elaboração do projecto de lei referindo-se à indústria corticeira e nomeadamente à proibição da cortiça em prancha. A comissão percorreu os centros corticeiros para debater o assunto com as associações locais¹⁴⁹².

Para além da paralisação, a organização convoca uma grande manifestação para o Terreiro do Paço, uma iniciativa igualmente inédita no repertório de acção colectiva do operariado português. «Em Almada a classe corticeira correspondeu entusiasticamente ao apelo da comissão central, e num momento, milhares de homens, rapazes e mulheres, marcham cheios de fé (...) indo a classe para Lisboa para se manifestar junto do ministério do reino. Foi imponente a manifestação. Milhares e milhares de proletários caminharam resolutamente à conquista dos seus direitos de trabalhadores que têm direito à vida! (...) Assim se mantém aquela massa de povo até que aparece a comissão (...). Transmitem as promessas do sr. Ministro, que sob a sua palavra de honra, não consentiria que até à abertura do parlamento saísse de Portugal um taco que fosse de cortiça portuguesa em bruto. Vejam os corticeiros e as demais classes o que vale a união»¹⁴⁹³.

¹⁴⁹⁰ «Indústria rolheira», *O Distrito*, 17 de Dezembro de 1893, p2

¹⁴⁹¹ «Corticeiros», *O Correio do Sul*, 20 de Novembro de 1910, p2

¹⁴⁹² *O Trabalho*, 16 de Outubro de 1910, p1

¹⁴⁹³ *O Correio de Sul*, 27 de Novembro de 1910, p2

Após a implantação da República, e durante o longo processo em que o projecto de lei foi discutido e combatido «pelos grandes indústrias e lavradores», a necessidade de exercer pressão sobre o poder político potenciou ainda mais o reforço dos laços translocais que uniam a classe corticeira, que «além dos comícios já realizados vai efectuar outros em diferentes pontos do país onde há fortes núcleos de corticeiros, promovendo uma agitação intensa de molde a prepará-los para um audacioso golpe de mão quando seja necessário»¹⁴⁹⁴. A comissão oficial que tinha apenas por finalidade participar na elaboração do projecto de lei, acabou por reclamar ao governo «a criação provisória do Mercado Central, fiscalização rigorosa acerca da admissão dos menores e mulheres nas fábricas, duração de trabalho, salários, higiene nas oficinas, etc.»¹⁴⁹⁵.

Segundo o decreto de 8 de Novembro, «considerando que é necessário estabelecer um regime transitório que, sem afectar os legítimos interesses da produção e indústria da cortiça, possa conciliá-los com a conservação do trabalho operário; Considerando que todas as classes interessadas na resolução da crise corticeira reconhecem a urgência de ser tomada uma providência que possa garantir esse trabalho, e finalmente; Considerando que o acordo estabelecido e sancionado sobre a base indicada pelo governo, permite esperar o estudo definitivo da questão, que deve encontrar soluções definitivas, entre outros meios, nos tratados de comércio; é mantida a portaria de 7 do corrente mês que previa a proibição legal da exportação da cortiça que não for cozida, raspada e recortada e devidamente enfeixada»¹⁴⁹⁶. Os ficais que garantiam o cumprimento da lei eram eleitos pelas associações de classe e certificados pelas autoridades regionais¹⁴⁹⁷.

Nas vésperas da implantação da República, não foram apenas os corticeiros a direccionar-se ao Estado para que, recorrendo a uma política proteccionista, protegesse os seus postos de trabalho. Também os tanoeiros o fizeram com eficácia. A dois de Outubro, «devido à resposta do ministro do reino, prometendo atender as justas reclamações dos operários tanoeiros, pode-se considerar terminado o movimento

¹⁴⁹⁴ «Comícios, greves e lock outs», *O Corticeiro*, 12 de Agosto de 1911, p1

¹⁴⁹⁵ «A situação», *O Corticeiro*, 19 de Agosto de 1911, p1

¹⁴⁹⁶ Federação Corticeira Nacional – Legislação sobre a indústria corticeira actualmente em vigor. Lisboa: Americana, 1925

¹⁴⁹⁷ Correspondência recebida. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 123. ANTT

grevista»¹⁴⁹⁸. Em 1913, os tanoeiros de Almada e Poço do Bispo apresentam novo pedido ao ministro das finanças para tributar vasilhame procedente das colónias¹⁴⁹⁹.

Ainda nas vésperas da queda da monarquia, e percebendo na crescente fragilidade do regime uma oportunidade para pressionar o poder político, também os operários da construção civil se organizam a uma escala translocal para exigir a intervenção do Estado na regulação das relações laborais. Em Junho de 1910, uma comissão nacional da construção civil apresenta um regulamento do trabalho destas classes, que entre outras coisas reclama o horário das oito horas, aos ministros do reino e das obras públicas, aprovado pelas Associações de Classe do Porto, Braga, Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, Póvoa do Varzim, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Tomar e Setúbal¹⁵⁰⁰.

Imediatamente após a transformação do regime, outras classes seguem o mesmo caminho. Os pescadores de Sesimbra, Setúbal, Seixal, Barreiro e alguns delegados do Norte, formaram uma comissão para apresentar uma exposição ao ministro da Marinha pedindo a protecção da sua indústria, garantindo que não querem criar embaraços ao governo republicano, mas que reclamam contra os «capitalistas» que querem aumentar os vapores de arrasto, lançando na miséria milhares de pescadores das artes de pesca menos intensivas¹⁵⁰¹. Os donos dos vapores continuam trabalhando para que seja decretada a liberdade de pesca e esperam consegui-lo. As classes marítimas manifestam-se hostis a semelhante pretensão¹⁵⁰², mas pouco menos de um mês após a revolução é decretada a liberdade da pesca de arrasto¹⁵⁰³. Em Dezembro de 1910 eclode a greve dos marítimos de Setúbal contra a liberdade da pesca, considerando estes que «a República pôs-se já do lado dos capitalistas e contra os trabalhadores»¹⁵⁰⁴.

Também os caixeiros, uma das classes profissionais mais fervorosamente republicana, se mostra descontente face ao decreto que regula o descanso semanal e as horas de trabalho e mobiliza-se para pressionar o poder político. A associação dos empregados do comércio de Setúbal aprova por unanimidade uma moção contra o

¹⁴⁹⁸ «Uma greve triunfante», *Correio do Sul*, 2 de Outubro de 1910, p1

¹⁴⁹⁹ *O Correio do Seixal*, 1 de Junho de 1913, p2

¹⁵⁰⁰ *O Trabalho*, 5 de Junho de 1910, p1

¹⁵⁰¹ *O Trabalho*, 23 de Outubro de 1910, p2

¹⁵⁰² *O Trabalho*, 6 de Novembro de 1911, p3

¹⁵⁰³ *O Trabalho*, 13 de Novembro de 1910, p1

¹⁵⁰⁴ *O Trabalho*, 11 de Dezembro de 1910, p3

decreto do governo da República, em solidariedade com o resto da classe, e nomeadamente as associações de classe de Lisboa e do Porto¹⁵⁰⁵.

Como é visível, todos estes movimentos dirigidos ao Estado tendem a potenciar a acção colectiva translocal. Os designados caixeiros, «como escravos, como bestas de carga», trabalhavam «quinze e dezasseis horas por dia»¹⁵⁰⁶. A redução do horário de trabalho e o descanso semanal sempre foram as suas principais reivindicações¹⁵⁰⁷. À medida que o Estado foi promulgando leis tendentes a regulamentar a situação, esta classe profissional reforçou as suas organizações e intervenção. Em Maio de 1913, os empregados do comércio realizavam o seu III Congresso em Coimbra, no qual se aprovou o projecto de Estatuto Federal, o projecto do Cofre de Resistência e o projecto de regulamentação das horas de trabalho e descanso semanal¹⁵⁰⁸.

À semelhança do que sucedia entre operários e industriais, a sua participação em greves e outras formas de luta ampliou-se perante a resistência dos comerciantes em cumprir os anteriores decretos e necessidade de impor o horário de trabalho pela acção directa. Em Maio de 1914, o sindicato dos empregados do comércio de Setúbal organizou uma sessão de propaganda pró regulamento das horas de trabalho, no Grande Salão Recreio do Povo, na qual participaram muito povo, delegados de várias associações operárias locais, bem como delegados da Federação dos Caixeiros Portugueses e da Associação dos Caixeiros de Lisboa. Um dos oradores reafirma que é «inviável qualquer pacto que se procure estabelecer com o patronato, para a regulamentação do horário de trabalho no comércio, pois que, em face das experiências colhidas, só por lei, mas uma lei severa a todos os títulos, tal garantia nos poderá ser garantida sem sofismas». O delegado da Associação dos Caixeiros de Lisboa lembra que após o congresso de Coimbra ficou claro que «o caminho mais prático a seguir de futuro é irmanado com as demais classes trabalhadoras» e manifesta-se «apologista da acção directa», mas «aceita como meio transitório, a intervenção do Estado na regularização do horário de trabalho»¹⁵⁰⁹.

¹⁵⁰⁵ *O Trabalho*, 15 de Janeiro de 1911, p2

¹⁵⁰⁶ «O Novo Horário de Trabalho», *O Eco do Barreiro*, 1 de Julho de 1925, p3

¹⁵⁰⁷ «Associação de Classe dos Empregados Comércio pugna pelo descanso semanal», *O Distrito*, 10 de Outubro de 1897, p1

¹⁵⁰⁸ «O Congresso de Coimbra», *Alvorada*, 2 de Junho de 1913, p1

¹⁵⁰⁹ «Horário de trabalho no comércio em Setúbal», *Alvorada*, 19 de Maio de 1914, p1

Quando em Janeiro de 1915 o senado da República aprova a lei regulamentadora do horário de trabalho no comércio, o quinquenário defensor dos empregados do comércio de Setúbal – *Alvorada* – apela para que a «classe mais e mais se una para poder efectivar, perante as câmaras municipais, a regalia que o Parlamento acaba de nos conferir»¹⁵¹⁰. O IV Congresso da classe, que teve lugar na Figueira da Foz em Agosto desse mesmo ano, centrou-se na tese sobre a regulamentação das horas de trabalho¹⁵¹¹.

No 22º aniversário do sindicato dos empregados do comércio de Setúbal, o delegado da Federação Portuguesa dos Empregados do Comércio relata à classe os trabalhos do organismo superior do caixeirato nacional em prol da efectivação das almejadas jornadas das oito horas, salário mínimo e contribuição industrial». Denuncia que não obstante a boa vontade de Augusto Dias da Silva, «depois da saída daquele senhor do governo os trabalhos têm decorrido de uma forma vergonhosa», pelo que «é preciso, portanto, que defendamos com a máxima energia aquela lei»¹⁵¹². No VI Congresso Nacional da Classe, que teve lugar em Santarém em Setembro de 1919, «pela sua importância foi este um dos assuntos que mais nos prendeu a atenção, pondo ao serviço desta causa todo o nosso melhor esforço toda a nossa inteligência»¹⁵¹³. Em Outubro de 1919, os empregados do comércio em comício, repudiam o regulamento da lei por se reconhecer uma burla para a classe¹⁵¹⁴.

Em 1922, o conselho geral (zona Sul) da Federação Portuguesa de Empregados do Comércio envia uma circular a todos os sindicatos referente à «forma como o patronato está surdamente guerreando as oito horas, verificando que se pretende levar a efeito em todo o país uma campanha a favor das 10 horas de Trabalho». A Federação apela para que as associações de base se preparem desde já para esta ofensiva e comunica que está elaborando uma representação ao governo reclamando a imediata aprovação do regulamento das oito horas de trabalho¹⁵¹⁵. Meses depois, perante o regulamento aprovado no parlamento, apelidado de *Mostrengo* pelas classes trabalhadoras, por prever um regime de turnos e a permissão de abertura dos

¹⁵¹⁰ «Salvé regulamentação das horas de trabalho!», *Alvorada*, 15 de Janeiro de 1915, p1

¹⁵¹¹ «O 4º Congresso da Classe na Figueira», *Alvorada*, 31 de Agosto de 1915, p1-2

¹⁵¹² «No vigésimo segundo aniversário do nosso sindicato», *Alvorada*, 1 de Agosto de 1919, p1

¹⁵¹³ «VI Congresso Nacional da Classe, em Setembro», *Alvorada*, 1 de Novembro de 1919, p1

¹⁵¹⁴ «O comício em Setúbal», *Alvorada*, 1 de Outubro de 1919, p1

¹⁵¹⁵ «Na defesa das 8 horas», *Alvorada*, 1 de Maio de 1922, p1

estabelecimentos até às 11 horas¹⁵¹⁶, apela à realização de uma enérgica campanha de repúdio contra o mesmo¹⁵¹⁷.

Se a intervenção do Estado potencia a estruturação translocal do movimento do operariado organizado, esta mesma articulação confere às reivindicações operárias um peso crescente na arena política. Logo em 1910, o deputado pelo círculo que incluía a região em análise, Sr. Gastão Rodrigues ao afirmar as suas impressões sobre a orientação da Assembleia Constituinte nas questões do trabalho, propõe a criação de uma comissão de inquérito ao trabalho e às condições da vida operária e a organização de um Conselho e Câmara do Trabalho. Segundo o próprio, «as populações do círculo 38 são na sua totalidade compostas por proletários. Proletários das oficinas, proletários dos campos, a todos interessa saber qual a atitude da Assembleia em face das aspirações e reivindicações da classe operária. Os concelhos de Almada, Barreiro, Seixal, Aldeia Galega, Alcochete e Moita têm numerosas populações operárias, todas prestaram relevantes serviços à causa republicana e da República esperam, não a compensação particular, mas a satisfação das suas justas e indispensáveis reivindicações»¹⁵¹⁸.

No entanto, durante o ciclo de agitação social de 1911-1913, o Estado abandona progressivamente o seu papel como mediador, assumindo quase exclusivamente o papel de repressor. De facto, durante esta onda de greves, na interacção entre a agitação social e a acção do poder político verifica-se sobretudo a conjugação de dois mecanismos com implicações recíprocas – a difusão e a repressão¹⁵¹⁹. A expansão e massificação do movimento terá contribuído para que os novos governantes cedo fizessem uso de antigas fórmulas. Porém, o uso da força determinou o reforço e a ampliação da solidariedade entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras, extravasando as fronteiras das comunidades locais.

Como já foi referido, entre as greves com maior adesão durante este primeiro ciclo de agitação contam-se as greves gerais contra a repressão governamental – a primeira decorreu depois do fuzilamento de dois operários conserveiros em Setúbal, em

¹⁵¹⁶ «Um verdadeiro aborto», *Alvorada*, 1 de Agosto de 1922, p1

¹⁵¹⁷ «O Horário de Trabalho», *Alvorada*, 5 de Outubro de 1922, p1

¹⁵¹⁸ «Reivindicações operárias», *O Correio do Sul*, 2 de Julho de 1911, p1

¹⁵¹⁹ Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow, *Dynamics of contention*.

1911. A onda de indignação com os «fuzilamentos de Setúbal» envolveu todas as classes profissionais organizadas da grande Lisboa, Porto e Coimbra¹⁵²⁰.

Em Almada, «logo que se tornaram conhecidos os acontecimentos... todos os operários das fábricas de cortiça, moagem e outras indústrias, levantaram-se e dirigiram-se até junto do edifício da administração deste concelho com o fim de lavrarem o seu protesto. Reuniram-se em comício no Centro Capitão Leitão e aprovaram a seguinte moção: 1ª Protestar veemente contra a intervenção da força armada defendendo o capital contra os legítimos direitos da família trabalhadora; 2ª Dar todo o apoio moral e material aos camaradas de Setúbal e nomear um comité secreto que dirija o movimento de protesto caso o governo não faça imediatamente entrar na ordem os industriais, satisfazendo as reclamações dos grevistas, para o que autoriza o comité a preparar a greve geral caso o governo não coibir a intervenção da força armada nos conflitos operários; 3ª Reclamar perante o governo a imediata liberdade dos grevistas presos em Setúbal; 4ª Que o povo reunido neste comício vá colectivamente participar estas resoluções ao administrador do concelho. O administrador do concelho declarou que prefere abandonar o seu lugar do que ter de empregar meios violentos em qualquer conflito operário. As associações puseram bandeiras a meia haste»¹⁵²¹.

Estes ressentimentos tiveram um peso considerável na articulação translocal do movimento. Ao apelar à greve do proletariado de Setúbal reivindicando a libertação dos dirigentes presos no verão seguinte, Carlos Rates afirmava: «Eu lembro aos operários setubalenses que quando dos morticínios de 13 de Março, ficaram desempregados 115 operários da construção civil por terem protestado contra esse crime; eu lembro-vos que em 20 de Março 80.000 operários de Lisboa abandonaram as oficinas para apoiar as nossas reivindicações e eu próprio devo a minha liberdade ao operariado de Lisboa e do Porto»¹⁵²².

Quando, no ano seguinte, durante a greve dos trabalhadores rurais, é assassinado um operário em Évora, a aglomeração de Lisboa volta a paralisar. Determinado em garantir a liberdade de trabalho, o governo intervém de forma decisiva, colocando os operários em clara desvantagem. Segundo *O Sindicalista*, na sequência da greve geral

¹⁵²⁰ «Os Sucessos de Setúbal», *O Sindicalista*, 19 de Março de 1911, p2

¹⁵²¹ «As greves: os acontecimentos de Setúbal», *O Correio do Sul*, 19 de Março de 1911, p3

¹⁵²² *Germinal*, 12 de Agosto de 1911, p1

de 1912, «pode o governo ufanar-se de ter prestado mais um serviço aos capitalistas. A sua intervenção (...), as violências e o papel de traidor que no mesmo movimento desempenhou, servindo-se de todos os meios para sufocar a greve, deram-lhe a vitória. Os nossos camaradas traídos por amarelos e agentes do ministério renderam-se»¹⁵²³. Segundo a comissão de operários que foi conferenciar com o Ministro do Interior, «havia sido operários obrigados a trabalhar à força, tendo-lhe sido apontadas carabinas pela Guarda Republicana. Retorquiu o ministro que os operários tinham por obrigação respeitar a liberdade de trabalho e que se os soldados haviam procedido assim era para defenderem os operários dos outros que não os deixavam trabalhar»¹⁵²⁴.

O papel do Estado na repressão do movimento de Janeiro de 1912 induz uma hiperpolitização do mesmo, sendo o governo eleito um dos inimigos principais do movimento. Em diversos comícios na região em análise são aprovadas moções afirmando que «o proletariado não pode nem deve receber passivamente as constantes arbitrariedades cometidas pelos detentores do poder» e que «o governo prendendo a esmo inúmeros trabalhadores somente pretendeu desmembrar a classe operária organizada»¹⁵²⁵.

Como já foi referido, a repressão e o dramatismo que adquiriram os *fuzilamentos de Setúbal* em 1911 ou o assassinato do trabalhador rural eborense em 1912, tenderam a potenciar e a formalizar os laços que uniam os trabalhadores da região de Lisboa e do seu *hinterland*. Em 1913, na «Majestosa e formidável manifestação organizada pela Associação de Classe dos trabalhadores das fábricas ao túmulo de Mariana Torres e António Mendes, todas as associações de classe de Setúbal se fizeram representar, bem como a União das Associações de Lisboa, a Federação da Construção Civil da Região Sul, a Associação de Classe da União Têxtil, Associação do Pessoal dos Hospitais, o Sindicato dos Operários de Farmácia, a Associação dos Corticeiros do Barreiro, a Associação de Classe dos Carpinteiros Civis de Lisboa, a Associação de Classe dos Serralheiros de Lisboa, a Associação de Classe dos Chauffeurs, a Associação de Classe dos Tanoeiros de Almada, a Associação de Classe dos Manipuladores de Bolachas, a Associação Auxiliadora dos Pedreiros de Portugal, a Associação de Classe dos

¹⁵²³ «A greve do Barreiro», *O Sindicalista*, 21 de Janeiro de 1912, p2

¹⁵²⁴ «A história da greve geral», *O Sindicalista*, 18 de Fevereiro de 1912, p1

¹⁵²⁵ «O movimento de protesto contra a prisão dos trabalhadores», *O Sindicalista*, 14 de Abril de 1912, p3

Serventes Estucadores de Lisboa, a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, a Associação de Classe Sapateiros de Sesimbra, a Associação de Classe Marítima de Sesimbra e a Federação dos rurais de Évora¹⁵²⁶.

3.2.3.3 OS CONFLITOS EM TORNO DO CONSUMO

A desestabilização da economia nos primeiros anos da guerra alterou profundamente a correlação de forças entre empregadores e trabalhadores. As indústrias dominantes na Península de Setúbal, foram obrigadas a reduzir o pessoal e os dias de trabalho. Os trabalhadores procuraram resistir, com os recursos organizacionais disponíveis, ao desemprego e à redução dos seus vencimentos, mas à medida que a situação se agravava, as estratégias centradas nos locais de trabalho perdiam toda a eficácia.

Logo no começo da Guerra, a direcção da fábrica corticeira *Bucknall & Sons*, em Almada, «prevendo a crise desastrosa por que iriam passar os negócios da Companhia, reduziu o trabalho a três dias por semana, abolindo ao mesmo tempo o trabalho de empreitadas. As dificuldade que os operários então encontraram na sua vida deram origem, passadas umas semanas, a uma agitação que assumiu proporções tais que a direcção, apesar de ter já aumentado alguma coisa as férias, viu-se obrigada, para restabelecer o sossego na fábrica, a ceder perante as reclamações dos operários, aumentando-lhes mais um dia de trabalho por semana. (...) Mais tarde, na primavera do ano passado, devida a uma nova agitação, a companhia com bastante sacrifício seu, aumentou todas as férias dez por cento para atenuar quanto fosse possível a constante e crescente carestia de vida. Com a continuação da guerra (...) os *stocks* têm aumentado a um ponto tal (...) que obrigam a Companhia (...) ou a encerrar a Fábrica por completo, ou a reduzir o pessoal de uma maneira drástica». Em Março de 1916, a *Bucknall* começa a despedir 10 a 20 operários por semana, pedindo providências ao governo para manter a ordem¹⁵²⁷.

No concelho ao lado, nas vésperas da eclosão do conflito já os operários vidreiros da Amora, na data 600, estavam em greve porque a fábrica não garantia mais

¹⁵²⁶ «13 de Março», *Germinal*, 22 de Março de 1913, p2

¹⁵²⁷ Henry Bucknall & Sons Limited. Carta dirigida ao governador civil de Lisboa em 20 de Março de 1916. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 100.

de 11 horas de trabalho por semana¹⁵²⁸. Em 1916 as dificuldades agravaram-se¹⁵²⁹. Em 1918, os operários vidreiros trabalhavam apenas três dias por semana¹⁵³⁰. Em Dezembro desse ano tem início a derradeira luta destes trabalhadores. Dia 15, a «Amora está de luto, há cinco dias, porque o mais importante estabelecimento está fechado». Os operários permanecem dentro da fábrica mas recusam-se a trabalhar «porque lhes foi retirada subvenção semanal, não lhes querem pagar as horas em que o forno esteja apagado ou a ferramenta estragada e o valor das garrafas voltava ao de 1914. Os operários não aceitam estas condições, a companhia manda fechar a fábrica, que é ocupada militarmente»¹⁵³¹. Seis meses depois as fábricas de garrafas continuam fechadas, estando «1000 operários sem trabalho, perto de 3000 pessoas na miséria»¹⁵³²

Mesmo nos sectores em expansão, como na indústria conserveira, a economia de guerra alterou a correlação de forças entre operários e empregadores. A introdução de maquinaria tornou-se rentável, até porque o recurso a mão-de-obra feminina estava cada vez mais facilitado. Em Agosto de 1914 foi autorizado, por decreto oficial, o trabalho nocturno das mulheres com 16 anos completos, contando que as horas suplementares não excedam as 180 em cada ano civil. O trabalho nocturno começava no verão às nove horas e no inverno às oito, podendo chegar a oito horas em cada dia¹⁵³³.

A perda de capacidade reivindicativa na esfera de produção e o agravamento sem precedentes da carestia de vida redirecciona então a conflitualidade social para a esfera do consumo. A conjuntura de guerra deu azo ao ressurgimento de formas ancestrais de acção colectiva no combate à crise das subsistências, as designadas revoltas da fome. Estas, contudo, assumiram um carácter distinto dos movimentos típicos do Antigo Regime, particularmente porque as suas reivindicações se dirigiam fundamentalmente ao Estado, exigindo uma efectiva intervenção das autoridades na regulação do comércio de bens de primeira necessidade.

A falta de pão, em particular, provocou comumente a alteração da ordem pública. Em Março de 1917, «os operários da fábrica *Mundet* invadiram a quinta dos

¹⁵²⁸ *O Trabalho*, 12 de Julho de 1914, p3

¹⁵²⁹ *A Voz da Amora*, 24 de Dezembro de 1916, p2 e 6 de Maio de 1917, p3

¹⁵³⁰ «Indústria Vidreira», *A Voz da Amora*, 30 de Junho de 1918, p3

¹⁵³¹ «As fábricas de garrafas paralisadas e confiadas à guarda militar – mais de 800 operários sem trabalho», *A Voz da Amora*, 15 de Dezembro de 1918, p1

¹⁵³² *A Voz da Amora*, 1 de Junho de 1919, p1

¹⁵³³ *O Trabalho*, 16 de Agosto de 1914, p3

franceses, contigua à fábrica, por constar que ali havia grande quantidade de cereais. Para cima de mil pessoas. Seguiram para a quinta do Outeiro (...). Na quinta das Cavadinhas apesar do Caseiro ter garantido não existir mais que milho preciso para semente, o povo assaltou a adega, e dentro dos tonéis encontrou grande quantidade de milho e feijão. Foi nesta quinta que o povo mais se indignou (...). Depois de invadirem outras quintas lá «dispersaram ordeiramente» com a palavra de honra do Presidente de que não havia mais açambarcamentos. Estes movimentos não eram espontâneos e muito menos desorganizados. Imediatamente «uma comissão foi avistar-se com o sr. Administrador, dizendo que no dia seguinte continuavam com o roteiro às restantes quintas do concelho, e queriam que sua ex.^a os acompanhasse»¹⁵³⁴.

A política de subsistências é percebida como uma oportunidade para mitigar o agravamento das condições de vida determinado pela guerra. Esta percepção será potenciada pela integração das classes trabalhadoras nos instrumentos de combate à crise, como as comissões de subsistências locais, nas quais as associações de classe estavam representadas¹⁵³⁵, bem como noutras comissões temporárias, como a comissão administrativa da Câmara Municipal do Barreiro destinada a apreciar o resultado da sindicância ordenada ao celeiro municipal¹⁵³⁶, e mesmo pelo apoio que as autoridades locais, em situações não excepcionais, deram à acção colectiva transgressiva.

Em Outubro de 1917, o administrador do concelho de Setúbal propõe ao governador civil uma série de medidas tendentes a mitigar o problema. Defende ser necessário «estudar a forma de impedir também a saída de géneros de primeira necessidade para fora do concelho, quando necessários ao seu abastecimento, contando para este efeito com a resistência passiva das classes trabalhadoras, não carregando, descarregando ou conduzindo estes géneros». Dias depois, a autoridade local envia ao governador a seguinte resolução da reunião entre a comissão de subsistências e os delegados das associações de classe: «Impedir a saída de arroz produzido no concelho; pedir ao governo para autorizar a câmara fixar preços e arroz e azeite municipalizando

¹⁵³⁴ *A Voz da Amora*, 25 de Março de 1917, p2

¹⁵³⁵ Em alguns concelhos as associações de classe chegaram a conquistar uma certa preponderância nas comissões de abastecimentos, como na de Aldeia Galega na qual se faziam representar a Federação Operária, a Associação dos Trabalhadores Rurais e a União Piscatória e Marítima. *O Domingo*, 16 de Setembro de 1917, p1

¹⁵³⁶ «Barreiro: um desfalque no celeiro municipal I – precária situação financeira da Câmara – o pão de 20 centavos, seu desaparecimento e seu aumento para \$23», *A Batalha*, 25 de Maio de 1919, p3

esta produção; não permitir a exportação de peixe sem que o concelho dele seja abastecido; impedir os açambarcamentos». O Presidente da Comissão Executiva «incitou as classes operárias a impedirem, por meio de resistência pacífica, a saída dos géneros de 1ª necessidade para fora do concelho».

No fim do mês, a Comissão Executiva da Câmara Municipal, a Comissão de Abastecimentos local, os delegados de todas as associações de classe, imprensa, etc. voltam a reunir e tomam diversas medidas tendentes a impedir a saída de géneros, os açambarcamentos e a especulação, resolvendo colectivamente «interessar na fiscalização e execução destas medidas todo o povo, tanto citadino como rural, recorrendo especialmente às associações de classe»¹⁵³⁷.

Os vários exemplos da cedência das autoridades locais às exigências operárias e populares, testemunhado pelos ofícios dos próprios administradores e governadores civis, ilustram como, nas palavras de Pacheco Pereira, «as lutas contra a carestia de vida

¹⁵³⁷ «Em resumo direi [administrador do concelho] a V. Ex.^a [governador civil] ter sido apreciado: a) a enorme carestia de géneros que Setúbal está sofrendo; b) a falta de pão que Setúbal mais uma vez está sofrendo; c) o poder central não ter feito cumprir a sua determinação para o distrito de Beja fornecer a Setúbal 20 vagons de farinha em rama; d) O governo não ter respondido às solicitações da Câmara e da Comissão de Subsistências local, em nome do povo de Setúbal, para que se fixasse imediatamente os preços do arroz e do azeite ou se autorizasse a Câmara a fazê-lo, bem como a conservar das colheitas o necessário para o consumo do povo; e) O facto dos povos dos restantes concelhos do país terem reservado para sue uso exclusivo as suas produções, impedindo, mesmo pela força, as saídas para fora deles; f) o terem comerciantes e a própria Câmara comprado e pago diferentes géneros (...) que não têm chegado (...) g) o direito que a população do concelho tem de, a exemplo dos restantes concelhos se garantir o possível contra a fome que já existe entre as classes pobres. E resolveu: a) Solicitar da autoridade administrativa que não impeça a realização de um comício público para, em nome do povo reunido, se solicitar do governo providências e apoio contra a grave crise alimentícia; b) Pedir à mesma autoridade para que continue a advogar junto do governo a promulgação de medidas tendentes a garantir contra a fome o concelho de Setúbal e muito especialmente a cidade; c) Apelar para a solidariedade dos produtores afim de reservarem para o povo do concelho as suas colheitas e a preços razoáveis; d) Impedir que o arroz (...) se esteja vendendo a 140 escudos e mais; Obstar, pacificamente, mas por todos os meios à saída de arroz, azeite e outros produtos de 1ª necessidade para fora do concelho, enquanto não for regulamentada esta situação aflitiva; f) Reservar em cada barco de pesca que for pescado, um [?] de sardinha para ser armazenado pela Câmara e vendido ao público por preço módico; g) Que todo o peixe vindo ao mercado (para a venda avulso) seja reservado para o povo até às 16 horas, podendo ser exportado para fora do concelho só depois dessa hora; h) que o peixe fornecido aos vendedores ambulantes tenha preço de venda fixado; i) Interessar na fiscalização e execução destas medidas todo o povo, tanto citadino como rural, recorrendo especialmente às associações de classe para que não se não produza trabalho tendente à condição dos citados géneros para fora do concelho; j) Mais uma vez, colectivamente, se insta o governo para que seja fornecido pão ao povo de Setúbal enquanto a sua falta se não tornar absoluta». O administrador do concelho termina por afirmar «cumpre-me também o dever de chamar a atenção do governo para a presente situação já difícil e tendente a tornar-se ameaçadora num breve prazo, embora a sua aparência pacífica. Até agora tenho conseguido conservar o operariado nos possíveis limites da ordem e na expectativa, esperanças ainda em medidas governativas; mas a falta de pão e outros géneros, a criminosa exploração em preços esgota-lhes a paciência já subjugada pela necessidade» Registo da correspondência expedida. Outubro de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

(...) e pela fiscalização dos abastecimentos, são perigosas para os poderes instituídos»¹⁵³⁸.

Estas lutas não eram ameaçadoras somente porque punham em causa a ordem pública, mas principalmente porque criavam tensões no seio das próprias forças de manutenção. Está bem documentada a participação de elementos da polícia civil e de militares nas invasões de padarias e mercearias durante a revolução da batata em Lisboa, bem como a recusa de batalhões da GNR em reprimir as mesmas. Também aqui é de ter em conta a importância dos vínculos comunitários, numa cidade, como era Lisboa no primeiro quartel do século XX, em que os bairros periféricos se caracterizavam por uma significativa homogeneidade social. Não será por acaso que é no Poço do Bispo que se verificam os acontecimentos mais graves – as forças da Guarda Fiscal recusam-se a reprimir os assaltos e confraternizam com as mulheres que gritavam «*a guarda está ao lado do povo*»¹⁵³⁹.

As autoridades locais e regionais acusavam uma tendência geral de rejeição das orientações do poder central, que na generalidade favorecia os proprietários e comerciantes em detrimento das classes mais desfavorecidas. Inúmeras ameaças e demissões colectivas de administradores, vereações e até governadores civis, surgem na correspondência entre o poder local, regional e central – o motivo é invariavelmente a questão dos abastecimentos. O dramático agravamento da mesma determinará o extravasar destas tensões institucionais para o domínio público.

Em Abril de 1919 tem lugar um comício em Setúbal «para tratar de se resolver o caminho a seguir perante o contínuo aumento do preço dos géneros alimentícios e das rendas das casas», presidido pelo representante da Associação dos Trabalhadores do Mar. Entre os oradores conta-se o delegado da União Operária Nacional mas também o próprio administrador do concelho, o Dr. Tomás dos Santos, que apresenta uma moção à Câmara Municipal pedindo a criação de casas reguladoras do preço dos géneros¹⁵⁴⁰.

É assim generalizada a percepção que era através desta pressão, e particularmente sobre as autoridades locais, que mais eficazmente se combateria a

¹⁵³⁸ José Pacheco Pereira – As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal, P53-54

¹⁵³⁹ Relatório da Guarda Fiscal de Poço do Bispo. M. I. Direcção Geral da Administração Política e Civil.

1ª Repartição. Correspondência recebida. Caixa 45

¹⁵⁴⁰ «Comício das Classes Operárias», *Alvorada*, 1 de Maio de 1919, p3

dramática situação. Como observado além-fronteiras, durante a guerra as lutas em torno do consumo tendem a politizar-se, e para isso as associações de classe têm um papel fundamental. É de sublinhar que desde o início da segunda década do século XX, o operariado organizado intervém noutras esferas que não apenas as das relações laborais. As associações de classe tiveram sempre na sua agenda a questão da carestia de vida, promovendo comícios e envolvendo as populações no combate à elevação do preço dos géneros¹⁵⁴¹. Como defendiam os delegados da União Local de Almada, em Março de 1911, «há mais alguma coisa a fazer do que tratar só dos interesses de oficina. Na vida social, têm muitíssimo as classes assalariadas de fazer para conquistar o seu lugar que incontestavelmente têm direito no convívio das gentes. Para tratar de assuntos de carácter geral, como o da alimentação, precisa-se que os operários se organizem fortemente para se impor»¹⁵⁴².

De facto, desde o início da década de dez que as associações de classe, as Uniões Locais e a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista – proto-central sindical – organizavam iniciativas contra «a carestia dos géneros alimentícios e o aumento da renda de casas», relacionando-os desde logo com a «militarização das escolas e guerras» e «falando em especial às mulheres»¹⁵⁴³. Em paralelo, as associações de classe organizavam protestos mais específicos, como por exemplo contra a pretensão dos padeiros em aumentar o preço do pão¹⁵⁴⁴.

Em 1915, por exemplo, quando os padeiros de Setúbal resolvem criar um novo tipo de pão, as associações de classe da cidade reúnem-se e declaram greve geral exigindo o tipo de pão antigo. Os trabalhadores organizados recusam as misturas de farinhas que os padeiros pretendem utilizar para confeccionar o pão ao preço tabelado. Os primeiros assaltos às padarias surgem neste contexto, durante a greve geral, «decidida na associação dos marítimos pelos representantes de diversas associações de classe desta cidade»¹⁵⁴⁵.

Durante a guerra, por toda a Península, os sindicalistas mobilizaram as populações no combate à carestia de vida. A repressão das formas de protesto não

¹⁵⁴¹ «Almada: Corticeiros», *O Sindicalista*, 1 de Janeiro de 1911, p4

¹⁵⁴² «Vida operária: União Local», *O Correio do Sul*, 19 de Março de 1911, p3

¹⁵⁴³ «Em Arrentela», *O Sindicalista*, 17 de Novembro de 1911, p2

¹⁵⁴⁴ «O Sindicalista em Arrentela», *O Sindicalista*, 9 de Abril de 1911, p4

¹⁵⁴⁵ Administrador do Concelho de Setúbal. Carta de 16 de Março de 1915. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 99.

transgressivas, como os comícios, proibidos em várias localidades¹⁵⁴⁶, induzem os activistas a «agitar a opinião popular de modo a provocarem quaisquer distúrbios ou desacatos¹⁵⁴⁷. Com ou sem autorização, as associações de classe levam a cabo inúmeras iniciativas para «tratar a carestia de vida», envolvendo estratos alargados da população¹⁵⁴⁸.

O empenho das associações de classe nas lutas no âmbito do consumo permitiu um alargamento sem precedentes do movimento sindical que esteve directamente ligado às designadas revoltas da fome. Na área de estudo, os assaltos e tumultos ditos espontâneos coexistiram na maior parte das vezes com greves organizadas e são planeados durante o movimento reivindicativo. O administrador do Barreiro, em Janeiro de 1920, requisitava vinte praças de cavalaria, porque os operários corticeiros estavam em greve há oito dias, «havendo informações seguras de que se projectam assaltos aos estabelecimentos»¹⁵⁴⁹.

Com efeito, não é possível dissociar o repertório de acção colectiva do operariado organizado destes movimentos. A greve geral foi utilizada diversas vezes contra a carestia de vida e os açambarcamentos, sendo normalmente acompanhada de assaltos aos estabelecimentos comerciais, como testemunham inúmeros relatos da época: «Hoje Setúbal está sem trigo, sem farinha e sem pão. A paralisação do trabalho é geral e não pode esta Comissão prever quais as suas terríveis consequências pois já hoje foram assaltados o Mercado municipal do Livramento, estabelecimentos, cargas de frutas e hortaliças»¹⁵⁵⁰.

No despoletar dos tumultos estão muitas vezes os activistas sindicais apoiados nos seus recursos organizacionais, como comprova a detenção de dois representantes de associações de classe pela polícia setubalense, acusados de ter agredido um vendedor ambulante. «Bastantes centenas de operários e marítimos se apresentaram em seguida e

¹⁵⁴⁶ Presidente do Concelho do Seixal. Telegrama de 4 de Agosto de 1918. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 122.

¹⁵⁴⁷ Administrador do Concelho do Barreiro. Carta de 13 de Setembro de 1918. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 122.

¹⁵⁴⁸ Administrador do concelho do Barreiro. Carta de 3 de Janeiro de 1918. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 122.

¹⁵⁴⁹ Administrador do Concelho do Barreiro. Carta de 22 de Janeiro de 1920. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 122.

¹⁵⁵⁰ Administrador do concelho do Setúbal. Carta de 30 de Janeiro de 1920. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 132.

rapidamente em frente da esquadra da polícia exigindo a soltura dos camaradas». O movimento de para a libertação dos presos e as moções que um grupo mais avançado conseguiu fazer passar na sessão do Casino Setubalense consta do jornal *O Setubalense*. O administrador do concelho foi obrigado a soltar os activistas¹⁵⁵¹. Sindicalistas e anarquistas faziam propaganda também fora dos núcleos urbanos, «transitando nos comboios indivíduos desconhecidos anunciando uma revolução, o que induzia «o estado de exaltação das populações»¹⁵⁵².

A «revolução da batata», o momento mais dramático deste ciclo de agitação social em Lisboa, teve grande impacte na margem sul do Tejo, que também esteve «a saque»¹⁵⁵³. Segundo os testemunhos dos administradores dos concelhos, o movimento foi liderado pelas associações de classe: «Houve também há um ano a esta parte, três levantamentos do operariado do concelho, coincidindo esses levantamentos com graves acontecimentos em Lisboa. Todos os movimentos revolucionários têm sido aqui secundados, para o que contribui um certo número de indivíduos, sindicalistas, que predominam nas associações»¹⁵⁵⁴.

Em Setúbal, as associações estiveram em sessão extraordinária esperando ordens de Lisboa para a greve geral. O comandante da GNR informa o comando militar que «segundo informações recebidas na madrugada de 24 elementos anarquistas e sindicalistas (...) pretendem promover tumultos (...). Estão planeados ataques a estabelecimentos de que parecem terem sido pronuncio os ataques a tiro à GNR no Bairro da Folha e à polícia no Campo do Bomfim nas noites respectivamente de 22/23 e 23/24¹⁵⁵⁵.

Nos dias que se seguiram aos acontecimentos de Lisboa, «muito povo invadiu a estação de caminhos-de-ferro para assaltar quem trazia pão para Setúbal. Compareceu a guarda republicana que impediu graves acontecimentos «vendendo-se o pão no

¹⁵⁵¹ Registo da correspondência expedida. Maio de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹⁵⁵² Registo da correspondência expedida. Março de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹⁵⁵³ Administrador do Concelho de Seixal. Telegrama de 21 de Maio de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 117.

¹⁵⁵⁴ Administrador do Concelho de Seixal. Carta de 26 de Setembro de 1917. Fundo do Governo Civil de Lisboa, Caixa 117.

¹⁵⁵⁵ Registo da correspondência expedida. Maio de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

local»¹⁵⁵⁶ No rescaldo do movimento, o tecido associativo glorificou a revolta e procurou apoiar as famílias das vítimas. As associações de classe mantiveram as bandeiras a meia haste e em Setúbal foi organizada uma festa de solidariedade promovida pelo Comité Pró Vitimas dos acontecimentos de 20 de Maio, no casino Setubalense. Os versos recitados na mesma atestam a radicalização e politização do movimento¹⁵⁵⁷.

De facto, para além de estruturarem a contestação num plano nacional, os sindicalistas revolucionários deram-lhe um carácter político, apresentando inclusive um caderno reivindicativo ao governo, que era aprovado em dezenas de comícios por todo o país. Era exigido no mesmo documento, entre outras reivindicações, «o deferimento das múltiplas reclamações dos organismos operários pendentes nos vários ministérios» e «que os municípios adquiram nas fontes de origem as subsistências para venda directa ao consumidor, dispensando-se assim os intermediários; e que as comissões criadas nos municípios para esse efeito tenham a representação de delegados das organizações operárias»¹⁵⁵⁸.

Os protestos em torno do consumo surgem comumente relacionados com as reivindicações laborais, como a sessão de propaganda para protestar contra o aumento

¹⁵⁵⁶ Registo da correspondência expedida. Maio de 1917. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹⁵⁵⁷ «Trabalhadores do mar, do campo, da oficina,/Como protesto largo a essa horda assassina,/Lacaios do Milhão, da vil casta burguesa,/Que os filhos do trabalho acoçam com fereza,/Prendendo, fuzilando os peitos revoltados/Que querem extorsões e roubos acabados,/Que combatem, erguendo o facho do Direito,/As nulas convenções, o falso preconceito,/Mostremo-nos, num elo, unidos, solidários,/Dispostos a ceifar a corja de argentários./Recusemos – o sim! – o pão da caridade,/Pois basta tão somente a solidariedade./Socorrer a orfandade, a viuvez, a dor/É causa que compete ao povo produtor./A pretexto da guerra, essa hidra criminosa,/Em que irmão contra irmão, em luta vergonhosa,/Faz ouvir do canhão o ribombar funéreo,/Tornando o mundo inteiro em negro necrotério,/Na sede de ganhuça, a raça expoliadora,/Fez presa da ganância, a massa sofredora,/Roubando-a, espoliando-a, infame, instantemente,/Cercando-a de miséria informe e bem pungente,/Tornando o seu viver, de há muito miserável,/Em luta verdadeira atroz insustentável./Até que um dia, enfim, no auge da tortura,/O ódio a germinar dos dias de amargura,/A cólera contida, imensa a transbordar,/Num fogo que liberta, intenso, a crepitar,/Explodiu, estalou em um protesto ousado!/E o povo que trabalha, que o produtor que sua/Das alfurjas saiu e acorreu p'rá rua,/Formando uma compacta, enorme multidão,/Cumpru um dever ser: fez a expropriação./A guarda fera e bruta, estúpida e venal,/Escrava obediente, à voz do capital,/Ferindo o povo irmão, em luta atroz, ferina,/A defender a lei, provocou a chacina.(...)/P'ra que a revolta irrompa um dia grandemente,/Honremos o esforço ao estóico combatente/Que caiu do seu posto, heróico sem temer,/Anunciando ao povo um novo alvorecer!.../Prestemos-lhe à memória o preito mais sentido,/Minorando à família – é um dever requerido/A miséria em que está, imersa em dor atroz,/Ó paria, ó produtor, compete-nos a nós/Os mártires honrar, que souberam cair/Pela causa que é nossa – a causa do porvir!/Mostrar que o sentimento, a grande humanidade/Amigos, ainda está na solidariedade! Anexo de Carta do Administrador do Concelho de Setúbal de 31 de Julho de 1917. Fundo do Governador Civil de Lisboa. Correspondência recebida, Caixa 113

¹⁵⁵⁸ Joana Dias Pereira, O Sindicalismo Revolucionário: a história de uma *Idéia*, p112

das rendas da habitação, contra a carestia de vida e a favor das oito horas, organizada pelo Conselho Técnico e de Melhoramentos do Sindicato Único Metalúrgico em Almada¹⁵⁵⁹, ou a promovida pelos delegados das associações de classe de Setúbal na Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela, na qual se incitou à reivindicação de regalias laborais e foi nomeada uma comissão que organizasse o movimento contra a carestia de vida naquela localidade. Demonstrou-se ainda a necessidade e os benefícios da associação e abriu-se uma *quête* a favor dos presos por questões sociais¹⁵⁶⁰. Em 1920, inúmeras greves decorridas na Península de Setúbal, nomeadamente as dos metalúrgicos, eram anunciadas da seguinte forma: «Ante a carestia de vida: lutando por um salário maior»¹⁵⁶¹.

A articulação das reivindicações em torno da produção e do consumo também se verifica em representações apresentadas às autoridades locais. Em Maio de 1919, a União dos Sindicatos Operários do Barreiro apresentava à Câmara Municipal as exigências votadas no comício do 1º de Maio e em assembleia de delegados: «1º Extinção do celeiro municipal pelo facto de o mesmo, em vez de trazer benefícios para o povo trabalhador, por diversas vezes ter agravado ainda mais a questão das subsistências. 2º Proibição de no mercado público, se vender a intermediários antes do meio-dia. 3º Rigorosa fiscalização nas padarias, pois é tanto o descaramento, que sendo a farinha igual, chegam a fabricar pão muito diferente. 4º Cumprimento das leis do horário de trabalho em todos os ramos da indústria e comércio. 5º Que se mantenha um só tipo de pão ao preço de \$20 o quilo, enquanto as farinhas se conservem no actual preço. 6º Que seja expressamente proibida a venda de peixe que costuma ficar dos dias anteriores»¹⁵⁶².

Esta articulação vislumbra-se ainda nas iniciativas de protesto das associações de classe organizadas à escala local: «A fim de tratar de efectivar as reclamações do recente comício realizado em Setúbal sobre a carestia de vida, esteve ontem junto do ministro do trabalho uma comissão composta dos delegados dos trabalhadores de Mar, de Setúbal, operários das fábricas, soldadores, apanhadores de peixe, Metalúrgicos,

¹⁵⁵⁹ «Secção do S.U.M. de Almada», *A Batalha*, 26 de Novembro de 1919, p1

¹⁵⁶⁰ «Em Palmela: sessão de propaganda contra o aumento das rendas das casas e carestia de vida», *A Batalha*, 24 de Dezembro de 1919, p2

¹⁵⁶¹ *A Batalha*, vários dias

¹⁵⁶² «União dos Sindicatos Operários do Barreiro», *A Batalha*, 24 de Maio de 1919, p3

Artes Gráficas, pessoal de limpeza do Município e um delegado da UON. O ministro, recebendo amavelmente a comissão, com ela falou demoradamente sobre o assunto, aproveitando a ocasião de estar presente o vereador Sr. Henrique Claro e o presidente do Sindicato dos Fabricantes de Setúbal. Depois de trocadas várias explicações entre estes e os comissionados, pois parece que alegando dificuldades de fazer reunir a vereação toda, se negará a câmara a atender as reclamações do povo trabalhador de Setúbal, o ministro do trabalho prometeu remediar o mais possível a situação terrível por que, no respeitante à alimentação está passando o povo de Setúbal. Prometeu ainda remeter batata para aquela cidade, a fim de a câmara a vender a \$15 quilo e barateando o actual preço do pão, pronunciando-se a favor do fabrico de um único tipo, ao que o respectivo vereador diz ser impossível, visto a quantidade de farinha adquirida pela antiga vereação não dar margem a tal. Os comissionados saíram bem impressionados com a atitude do ministro, que além do exposto, participou aos presentes que vai tratar da mobilização da indústria de conservas e da do peixe»¹⁵⁶³.

Muito embora no imediato pós-guerra as lutas em torno da produção e por aumentos salariais se sobreponham novamente aos conflitos em torno do consumo, o tema da carestia de vida continua a marcar o movimento, tendendo a unir trabalhadores qualificados, indiferenciados, homens e mulheres. Já em Junho de 1916, as mulheres das fábricas de Setúbal reivindicam aumentos salariais «reconhecendo que a vida está cara, e que as mulheres, nem por serem mulheres, deixam de comer, vestir e calçar». Todo o pessoal das fábricas se solidarizou com as operárias, parando por isso a produção naquelas em que existia a pendência»¹⁵⁶⁴. Também, segundo o Sul e Sueste, «é a própria carestia de vida» que arrasta os ferroviários para as grandes greves de 1918, 1919 e 1920¹⁵⁶⁵.

Por outro lado, a par da onda grevista, continuam a realizar-se com significativa frequência os comícios em que as associações operárias «apreciam a carestia de vida e a situação em que se encontram as classes proletárias»¹⁵⁶⁶. Em alguns locais, criaram-se organismos próprios, como a *Comissão Central da Liga dos Consumidores de Almada*,

¹⁵⁶³ «Carestia de Vida: os representantes do povo de Setúbal entrevistam o ministro do trabalho», *A Batalha*, 22 de Abril de 1919, p2

¹⁵⁶⁴ *O Trabalho*, 18 de Junho de 1916, p3 e 7 de Julho de 1916, p3

¹⁵⁶⁵ «Singular contraste», *O Sul e Sueste*, 18 de Janeiro de 1920, p1

¹⁵⁶⁶ «Comício Operário em Almada», *A Batalha*, 27 de Março de 1919, p.1

para organizar os protestos em torno do consumo, nos quais procuravam integrar «todas as companheiras, que são quem mais sofre com o estado da situação»¹⁵⁶⁷. No último trimestre de 1919, foram organizados vários comícios na região pelos sindicatos e organizações destes emanados, «contra a desenfreada roubalheira de que há muito o povo vem sendo vítima por parte dos gananciosos, alto e, em parte, pequeno comércio, que não se cansam de promover que o povo morra em desesperada luta com a terrível tuberculose, consequência da miséria de que há longo tempo sofre»¹⁵⁶⁸.

Estas iniciativas dirigem-se sobretudo ao Estado, como sublinha a moção aprovada no Barreiro, que termina com o seguinte aviso: «Não sendo ouvidos os nossos justos protestos, declinamos toda a responsabilidade pelos futuros conflitos nos poderes constituídos»¹⁵⁶⁹. Perante o agravamento da carestia de vida, os activistas «condenaram unanimemente a criminosa apatia dos governantes, que deixam à solta os maiores criminosos, que são os que provocam a miséria do povo, enquanto metem na prisão os que contra tal protestam dando assim uma prova de que estão mancomunados com os açambarcadores»¹⁵⁷⁰. Também as autoridades locais são alvo de críticas. Em Setúbal, destaca-se «a posição das juntas de freguesia que, apesar de haverem criado uma comissão de subsistência, nada fazem na prática para impedir a galopante subida de preços». No entanto, em carta, as juntas manifestaram vontade de actuar, convocando uma reunião e comunicando a pretensão de constituir um advogado que defenda a população dos abusos dos senhorios. Para isso, foi criada uma comissão. Os sindicalistas sugerem às mesmas juntas que se façam representar no comício contra a carestia de vida e que esclareçam o povo quanto às suas intenções¹⁵⁷¹.

Em Agosto de 1920, é proclamada greve geral em Setúbal contra «a carestia das subsistências», na sequência de infrutífera conferência com o administrador do concelho. Secundo os sindicalistas, o administrador do concelho e câmara municipal «sacodem as responsabilidades da falta de géneros uma para a outra. Membros da comissão asseguram que há géneros em grande quantidade açambarcados em armazéns, géneros que deveriam ser colocados à venda para evitar desgraças maiores. Perante a

¹⁵⁶⁷ «Comissão Central da Liga dos Consumidores de Almada», *A Batalha*, 23 de Outubro de 1919, p1

¹⁵⁶⁸ «Almada: comício contra a carestia de vida», *A Batalha*, 29 de Outubro de 1919, p1

¹⁵⁶⁹ «No Barreiro: comício contra a carestia de vida», *A Batalha*, 24 de Março de 1919, p1

¹⁵⁷⁰ «Uma sessão de protesto em Almada», *A Batalha*, 30 de Novembro de 1919, p1

¹⁵⁷¹ «Setúbal: a carestia de vida e as juntas de freguesia», *A Batalha*, 13 de Janeiro de 1920, p3

inacção e desinteresse das autoridades, avançou-se então para a greve geral, só se retomando o trabalho quando for garantida a subsistência do povo¹⁵⁷².

Em Setembro do mesmo ano, foi a esta localidade o presidente do ministério com o objectivo de evitar que a greve se prolongasse. «Apesar desta aparição, a greve continua, pois motivos que a ela conduziram persistem também: é que o povo já não vive de promettimentos e farto está de ser ludibriado, contando só com o seu esforço para ver realizadas as suas aspirações. Não tem subsistências o povo de Setúbal, mas não faltam metralhadoras e espingardas para se lhe abafar a voz»¹⁵⁷³.

Estas críticas e descrenças, porém, encontram o seu reverso no apoio explícito a agentes políticos que dão provas de capacidade de intervenção. Em Fevereiro de 1921, *A Batalha* transcreve de *O Setubalense*, a notícia de uma acção organizada por «defensores da República, alheios às lutas políticas», em que participaram também colectividades operárias, a fim de protestarem contra atitudes de Liberato Pinto e manifestarem a Peres Trancoso [comissário dos abastecimentos] a sua confiança e apoio desde que ele prossiga na sua enérgica luta contra os açambarcadores, «castigando todos aqueles que não cumpram as leis do país, e que ao abrigo das benevolências do governo pretendam explorar as classes desprotegidas»¹⁵⁷⁴.

No entanto, perante a inacção e repressão governamental, já no período do pós-guerra, voltam a verificar-se os movimentos transgressivos em torno do consumo. Estes, contudo, surgem cada vez mais claramente orientados pelas associações de classe, como ilustram os seguintes exemplos. Em Dezembro de 1919, as classes operárias de Setúbal, sancionadas pelas assembleias-gerais dos respectivos sindicatos, decidiram paralisar o trabalho das 12 horas até ao final do comício em preparação. Pretendia-se com esta paralisação «reforçar o protesto contra a carestia de vida e aumento das rendas». O comício realizar-se-ia no campo de Futebol do Vitória e esperava-se que operários abandonassem o trabalho e comparecessem em massa. Devido à chuva, a comissão organizadora do comício obteve autorização à empresa do teatro Isabel Costa para aí o realizar. Já com tudo tratado, as autoridades resolvem proibir abruptamente a realização do comício. O jornalista d'*A Batalha* tenta interceder junto das autoridades locais mas

¹⁵⁷² «A greve geral em Setúbal: provoca-a a carestia das subsistências», *A Batalha*, 19 de Agosto de 1920, p1

¹⁵⁷³ «A greve geral em Setúbal», *A Batalha*, 14 de Setembro de 1920, p1

¹⁵⁷⁴ «A proeza de Alfredo da Silva e a atitude do Sr. Liberato», *A Batalha*, 27 de Fevereiro de 1921, p1

acaba por ser detido¹⁵⁷⁵. Perante a repressão do movimento organizado e o agravamento da situação, «o povo faz justiça por suas próprias mãos». «Devido à falta de géneros, têm-se exaltado os ânimos nesta localidade [Setúbal], sendo a situação agravada pelo ilibar de um comerciante que andava a vender bacalhau podre. População, enraivecida, provocou estragos em alguns estabelecimentos. Intervenção policial saldou-se na morte de dois populares, alguns feridos e muitas detenções, cerca de 50»¹⁵⁷⁶.

Em Julho de 1920, *A Batalha* notícia uma reunião dos sindicatos operários de Setúbal com o fim de se promoverem reclamações destinadas a serem apresentadas a entidades superiores. No fim da reunião, com ânimos ao rubro, as pessoas seguiram pela rua e apedrejaram portas de armazéns, protestando contra os açambarcadores. Alguns estabelecimentos foram saqueados. Segundo os sindicalistas, «a revolta foi natural, instintiva, não tendo outro incitamento mais do que a ganância dos capitalistas».

No início da década de XX a repressão sobre estes movimentos agrava-se e mais uma vez o dramatismo dos acontecimentos induz a sua expansão. No decorrer dos protestos supradescritos, as autoridades entraram em campo, destacando-se a selvajaria da Infantaria 11. Esta força foi recebida a tiro pela população, registando-se feridos (alguns militares) e dois mortos (soldadores)». *A Batalha* realça «o *sadismo* das tropas. Registaram-se 200 detenções, mas a maioria foi liberta do dia seguinte. Mortos foram transportados de noite para o cemitério, sob instruções do administrador, para que operários não pudessem acompanhar o funeral. Em protesto, soldados compareceram em massa no funeral de um camarada que morreu de tuberculose»¹⁵⁷⁷. Cerca de 6.000 operários acompanham cortejo fúnebre do soldador tuberculoso, por solidariedade para com os camaradas abatidos nos motins do passado dia 10. As Sociedades filarmónicas Capricho e União participam também¹⁵⁷⁸. «Nos dias seguintes Prosseguem os protestos contra a atitude da polícia perante o saque dos estabelecimentos comerciais, situação produzida pela carestia de vida»¹⁵⁷⁹.

¹⁵⁷⁵ «Um comício em Setúbal: contra o aumento da renda das casas e a carestia de vida; paralisação geral do trabalho», *A Batalha*, 30 de Dezembro de 1919, p2

¹⁵⁷⁶ «Em Setúbal: ante a carestia dos géneros, o povo faz justiça por suas próprias mãos; mortos e feridos», *A Batalha*, 10 de Julho de 1920, p1

¹⁵⁷⁷ «Os sucessos de Setúbal: as proezas de um sapateiro; as selvajarias da tropa e um discurso do comandante», *A Batalha*, 11 de Julho de 1920, p2

¹⁵⁷⁸ «Os acontecimentos de Setúbal: 6.000 pessoas vão em cortejo ao cemitério; o alferes Carmona em foco, boatos tendenciosos», *A Batalha*, 12 de Julho de 1920, p1

¹⁵⁷⁹ «Ainda os acontecimentos de Setúbal: o protesto da organização operária contra os crimes

Meses depois, na mesma vila, «afluiu grande número de pessoas ao comício, realizado na Praça da República (estimam-se cerca de 2000 pessoas). É dada a palavra a vários operários que se espraíam sobre diversos assuntos correlacionados. É aprovada por unanimidade uma moção que: 1º exija do governo medidas imediatas para suavizar a situação do povo; que uma comissão nomeada se dirija ao governo elencando os géneros em falta; 3º que a mesma comissão dê conta ao povo dos resultados obtidos; que se proteste contra o ataque a este jornal; 5ª que se exija do governo o apuramento das responsabilidades deste assalto. Tudo decorreu com normalidade e ordeiramente»¹⁵⁸⁰. Em todos estes movimentos vislumbra-se que é na pressão sobre o Estado que a organização aposta.

A partir de Setembro proliferam os protestos contra o desaparecimento do tipo único de pão e contra o aumento do preço dos dois tipos e reúnem-se as associações de classe para deliberar que medidas tomar perante o decreto da fome. São aprovadas moções de protesto, de repúdio aos dois tipos de pão, de apoio à CGT e de luta incessante aos magnatas da moagem. Neste movimento envolve-se um «grande número de mulheres»¹⁵⁸¹.

No início dos anos vinte, a adopção de uma estratégia centrada na pressão sobre o Estado, no que concerne ao consumo, ganha terreno perante refluxo do movimento grevista contra o patronato. Em Janeiro de 1921, logo após as grandes derrotas de 1920, organiza-se uma greve geral em Almada contra a falta de pão. Segundo *A Batalha*: «Desde ontem que todas as fábricas e estabelecimentos comerciais da cidade se encontram desertos. Contesta-se a inacção das autoridades face à falta do pão. Espíritos exaltados só se têm acirrado com o sistemático envio de forças armadas para as ruas, e o aspecto desta localidade é verdadeiramente desolador, dada a anormalidade em que se encontra desde ontem, com todos os estabelecimentos encerrados, encontrando-se as ruas peçadas de operários que, em grupos, comentam asperamente a atitude tomada pelo ministro da agricultura e comissário dos abastecimentos, sr. Peres Trancoso, que em vez de remediar o mal, conforme era seu dever, deixam que isto corra ao deus dará, como

praticados», *A Batalha*, 19 de Julho de 1920, p2

¹⁵⁸⁰ «A carestia de vida: o povo do Barreiro reúne em comício para tratar do seu difícil viver e protesta contra o “assalto à Batalha”, *A Batalha*, 2 de Setembro de 1919, p2

¹⁵⁸¹ «Comício no Barreiro» e «No Seixal, um comício público», *A Batalha*, 11 de Setembro de 1920, p2

se a laboriosa população de Almada merecesse ser tratada com tanto menosprezo»¹⁵⁸².

Por outro lado, as estruturas organizativas do operariado, cada vez mais articuladas entre si, ultrapassam os intermediários locais, administradores e presidentes concelhios, e dirigem-se directamente aos mais altos responsáveis pelas questões reivindicadas, neste caso os abastecimentos. «A USO de Almada resolveu em reunião apelar aos operários do concelho para não retomarem o trabalho enquanto uma comissão da União não se entrevistar com o dito comissário, o que acontecerá hoje, e na condição de desta entrevista sair uma resolução satisfatória para a população»¹⁵⁸³. No dia seguinte o «movimento por pão de segunda iniciado ontem surtiu efeito por volta das 3 da manhã, quando terminou a entrevista com o comissário dos abastecimentos, de quem se obteve autorização para o levantamento da farinha». *A Batalha* sublinha «os bons resultados deste movimento, em que se manifestou de uma maneira admirável a solidariedade do povo de Almada, devem-se exclusivamente aos esforços da União dos Sindicatos Operários local e não ao administrador do concelho, como foi afirmado»¹⁵⁸⁴.

Paralelamente, a crescente intervenção do Estado na questão da subsistência agudiza a politização e massificação das lutas em torno do consumo. Em Setembro de 1921, para tratar da questão do pão, a União dos Sindicatos Operários de Almada envia um telegrama ao Presidente do Ministério, protestando energicamente contra o decreto dos três tipos de pão e resolveu também organizar um comício de protesto contra as várias carestias e convidar a CGT a aí enviar um seu delegado¹⁵⁸⁵.

Segundo *A Batalha*, participaram neste comício contra o novo regime da panificação mais de 5000 pessoas. Considerou-se o decreto dos três tipos de pão uma burla, um atentado à já miserável bolsa dos trabalhadores, pelo que estes são convidados a manifestarem-se neste dia na rua. Defende-se o tipo único de pão, a preços acessíveis ao comum trabalhador. Apela-se ao proletariado para que dê força aos seus sindicatos. *A Batalha* destaca na sua reportagem a grande afluência de público feminino. A assembleia aprova a seguinte moção: «Considerando que a criação de dois tipos de pão vem motivar o encarecimento do mesmo; Considerando que o governo de mãos dadas

¹⁵⁸² «Contra a falta de pão: a greve geral em Almada», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1921, p1

¹⁵⁸³ «Contra a falta de pão: a greve geral em Almada», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1921, p1

¹⁵⁸⁴ «Em Almada: já ontem apareceu pão à venda», *A Batalha*, 22 de Janeiro de 1921, p1

¹⁵⁸⁵ «Em Almada: a União dos Sindicatos Operários enviou um telegrama de protesto ao presidente do ministério», *O Trabalho*, 28 de Setembro de 1921, p1

com a moagem, acaba de cometer a maior das infâmias e lançar mais uma afronta ao rosto da família trabalhadora com a criação de três tipos de pão; Considerando que a aprovação de tal lei só teve em mira beneficiar os cavalheiros da moagem e da lavoura; Considerando ainda que o pão de 3ª qualidade é intragável por ser manipulado por qualquer coisa que de farinha só tem o nome, e por esse facto ser o povo trabalhador obrigado a comer outro mais caro e que não cabe nas suas possibilidades financeiras; E atendendo que se verifica mais uma vez a disposição dos governantes em protegerem a moagem, a maior envenenadora do povo, o povo de Almada, reunido em comício público, a convite da USO, resolve: 1º Protestar energicamente contra a atitude tomada pelo governo, ao apresentar tal projecto sem se importar se vinha ou não afectar mais a miséria que lavra em nossos lares e no de todos os trabalhadores; 2º Reclamar do governo a criação de um único tipo de pão a um preço comportável às nossas magras bolsas; 3º Reclamar a abolição da lei que criou os três tipos de pão; 4º Dar conhecimento desta moção ao governo; 5º Estar a postos para acompanhar os organismos centrais como sejam a CGT, ou a USO de Lisboa, em qualquer acção que tentem levar à prática neste sentido»¹⁵⁸⁶.

Outras acções contra o referido decreto têm lugar na margem Sul do Tejo, como a sessão de protesto realizada na sede dos Lanifícios da Arrentela na qual vários delegados compareceram, inclusive um da CGT e em que foi aprovada a seguinte moção de protesto: «Optar pelo tipo único de pão, a um preço compatível com os salários dos trabalhadores; secundar qualquer movimento que a USO venha a realizar, indo até à paralisação de trabalho se for necessário». Ou a sessão pública promovida pela USO do Seixal, com grande concorrência, onde se deliberou reclamar do governo a revogação do decreto dos três tipos, exigir o tipo único de pão, compatível com os salários do operariado e aguardar resoluções da USO»¹⁵⁸⁷.

3.2.3.4 A CONJUNTURA EXCEPCIONAL DO PÓS-GUERRA

Na conjuntura excepcional do pós-guerra, as estratégias centradas no Estado

¹⁵⁸⁶ «Um comício em Almada a que assistiram mais de 5.000 pessoas», *A Batalha*, 1 de Outubro de 1921, p2

¹⁵⁸⁷ «Na Arrentela: o operariado dá o seu apoio à campanha encetada pela USO» e «No Seixal: realizou-se uma sessão de protesto contra o decreto», *A Batalha*, 8 de Outubro de 1921, p2

destacaram-se, perante a perda de eficácia das centradas nos locais de trabalho. Este redireccionamento obedeceu a uma série de factores. Por um lado, era cada vez mais difícil acompanhar a galopante inflação com aumentos salariais. Por outro, o patronato estava melhor organizado e em vantagem, tendo em conta a contracção do mercado de trabalho. Finalmente, a ameaça da reacção conservadora induzia a cada vez mais acentuada repressão dos movimentos grevistas e a crescente necessidade de defender as conquistas históricas dos últimos anos, a liberdade de imprensa e reunião, o reconhecimento dos sindicatos ou as oito horas de trabalho.

Durante o *biénio rosso*, como vimos, as lutas centradas nos locais de trabalho foram em parte coroadas de sucesso. No entanto, a táctica da acção directa contra o patronato, sem intermediários, defendida pelos sindicalistas revolucionários, não foi rigorosamente cumprida. Até na grande greve dos corticeiros, na Primavera de 1919, foi pedida a intervenção do governo e mais precisamente do ministro do Trabalho socialista. Uma comissão de operários corticeiros, representando a Federação e as Associações e Almada, Seixal, Barreiro, Belém e Poço do Bispo «insistiram para que o ministro convocasse uma reunião com os industriais a fim de se procurar a solução ao conflito grevista. Respondeu o ministro depois de larga discussão que pela sua pasta ia sair uma lei estabelecendo um salário mínimo (...) superior ao aumento exigido pelos grevistas (...). Resolveram os operários em greve continuar a luta pelo aumento de salário pedido, até que se torne em facto e lhes seja aplicado o salário mínimo que a lei venha a estipular»¹⁵⁸⁸. As negociações entre a FNC e os industriais da cortiça foram ao longo de todo o conflito arbitradas por Augusto Dias da Silva.

Por outro lado, durante o ciclo de agitação social de 1917-1920 o crescente descontentamento popular e o vigor do movimento reivindicativo do operariado organizado induziram a intensificação dos conflitos em várias frentes, não só nas esferas da produção e do consumo, mas também na exigência de legislação social, nomeadamente na regulamentação legal do horário de trabalho. De facto, não obstante a orientação sindicalista revolucionária da CGT, os trabalhadores defendiam a orientação reformista dos primeiros governos do após guerra, como comprova a moção aprovada no Barreiro: «Consideramos que a organização operária em Portugal tem merecido de todos os políticos que têm passado pelas cadeiras do poder o máximo desprezo pelos

¹⁵⁸⁸ «Greve geral corticeira», *A Batalha*, 26 de Abril de 1919, p1

seus direitos, noutros países devidamente reconhecidos; Consideramos que o actual ministro do trabalho, representante no governo do Partido Socialista, se esforça por fazer uma política essencialmente operária, defendendo os interesses e as aspirações da organização; Consideramos que o mesmo ministro elaborou um projecto de lei tendente ao reconhecimento jurídico das associações de classe, federações e outros organismos congéneres que, tendo existência de facto, a não possuem legalmente; Consideramos que à acção do ministro do trabalho se tem oposto o espírito conservador, impedindo que se torne em realidade, as aspirações da organização operária. O povo operário do Barreiro, reunido em comício público para protestar contra a carestia de vida, resolve: Apoiar a obra que o actual ministro do trabalho pretende efectivar, manifestando ao mesmo tempo o seu apoio para que o reconhecimento legal da organização operária se faça como o momento que passa o aconselha»¹⁵⁸⁹.

A questão das oito horas de trabalho, particularmente, foi determinante para o empenho das classes trabalhadoras na defesa das reformas sociais propostas pelos socialistas. Há muito que eram recorrentes os conflitos sobre o horário de trabalho. Algumas classes, como os metalúrgicos, impunham as oito horas através da greve, mas logo que possível os industriais faltavam ao compromisso obrigando os trabalhadores a jornadas superiores¹⁵⁹⁰. Neste sentido, é compreensível que o operariado organizado tenha defendido a regulamentação legal desta conquista. No 1º de Maio de 1919 em Setúbal foi possível ouvir «vivas à Emancipação Operária, à Revolução Social e ao Ministro do Trabalho»¹⁵⁹¹.

A lei de 9 de Maio de 1919 veio potenciar a pressão sobre o Estado, particularmente tendo em conta a contra-ofensiva patronal»¹⁵⁹². O sindicato único da

¹⁵⁸⁹ «No Barreiro: comício contra a carestia de vida», *A Batalha*, 24 de Março de 1919, p1

¹⁵⁹⁰ «Metalúrgicos de Setúbal», *O Sindicalista*, 19 de Maio de 1912, p3

¹⁵⁹¹ «1º de Maio», *O Defensor da República*, 3 de Maio de 1919, p1

¹⁵⁹² «Uma comissão delegada de várias associações industriais do país, entre as quais as de Vila Real de Santo António, Olhão, Lagos, etc., procurou ontem o presidente do ministério, cuja interferência pediu no sentido de que pela regulamentação de publicar sobre o horário de trabalho, sejam ressaltados os interesses das indústrias de conservas. Os industriais acatam o princípio das 8 horas como base do salário, mas desejam que se permita o acordo entre patrões e operários, para o prolongamento do trabalho pelo tempo que se tornar necessário». «Jornada de 8 horas: industriais de conservas», *A Batalha*, 13 de Maio de 1919, p2; «A direcção da união da Agricultura, Comércio e Indústria enviou ao ministro do trabalho uma exposição acerca do decreto sobre as 8 horas de trabalho, alvitando que, a exemplo do que se fez em Inglaterra, seja nomeada uma comissão para elaborar a lei a tal respeito. Nessa comissão entrariam representantes do governo e delegados das associações industriais e comerciais e das colectividades operárias. Também os representantes das fábricas de fição e tecidos de Guimarães representaram o

Construção Civil de Almada aprova uma moção em que defende: «Manter o horário das 8 horas de trabalho através de todos os sacrifícios, custe o que custar; que se empreguem todos os esforços necessários para se conseguir que o regulamento da lei de 8 horas de trabalho continue em vigor, visto estar suspenso; aconselhar todos os operários a ingressar nos seus Sindicatos e cerrar fileiras para a luta que se vai encetar, caso a confederação patronal leve a efeito o seu tenebroso plano anunciado nos jornais declarando guerra de morte a esses mesmos organismos; dar todo o seu apoio moral e material à F. da C. C. e à CGT (...); que esta moção seja enviada aos ministros do trabalho e comércio»¹⁵⁹³. Também no Seixal, os operários da construção civil em Assembleia defendem que «os trabalhadores devem compreender que a conquista das 8 horas foi uma das vitórias da organização operária e por tal motivo deve ser respeitada custe o que custar»¹⁵⁹⁴.

Adiada a aplicação da lei, as classes profissionais procuram impor o novo horário pela via da acção directa. «A Liga das Artes Gráficas de Setúbal, reunida em assembleia-geral resolve: saudar as classes operárias organizadas e o lúcido defensor do proletariado português *A Batalha*. Protestar energicamente contra a forma sofismática pela qual o governo adiou a execução do decreto relativo ao regime das oito horas de trabalho, obedecendo à pressão do patronato, provando assim aos produtores da riqueza social que só pelo seu próprio esforço essa e outras regalias poderão tornar-se efectivas. Aconselhar as classes operárias que ainda não desfrutavam o horário das oito horas a agir no sentido de levá-lo a efeito sem esperar que o respectivo decreto seja posto em vigor»¹⁵⁹⁵.

governo, pedindo que o decreto das 8 horas de trabalho seja alterado de forma que a par dos interesses do operariado também sejam acautelados os interesses da indústria, e as associações comerciais e industriais da Póvoa de Varzim, Barcelos, Tomar e Porto, e ainda outras entidades, pediram a interferência do ministro do comércio no sentido de que o decreto seja alterado, permitindo-se o regime de 10 horas de trabalho». «Jornada de 8 horas: o patronato comercial e industrial contra o horário das 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 20 de Maio de 1919, p2; A associação Comercial de Lojistas enviar ao presidente do Senado um telegrama saudando os senadores que defenderam a proposta das 10 horas e a Confederação Patronal telegrafar oferecendo ao Estado todo o seu apoio material para a concretização desta alteração legislativa. «A Confederação Patronal e a defesa da ordem. Aquela colectividade oferece ao governo a sua cooperação material para impor o regime das 10 horas de trabalho», *A Batalha*, 22 de Maio de 1921, p1

¹⁵⁹³ «A agitação contra as horas suplementares: Sindicato Único da Construção Civil de Almada», *A Batalha*, 25 de Maio de 1921, p2

¹⁵⁹⁴ «A agitação contra as horas suplementares: Construção Civil do Seixal», *A Batalha*, 3 de Junho de 1921, p2

¹⁵⁹⁵ Setúbal: convénio do trabalho, *A Batalha*, 27 de Maio de 1919, p3

Também a Associação dos Operários Metalúrgicos desta cidade, em assembleia-geral, «apreciou a incompetência dos governos burgueses para fazer executar uma das mais antigas aspirações das classes operárias, que é o regime das oito horas de trabalho. Resolveu, por isso, nomear uma comissão composta dos camaradas Ricardo Aleixo, Joaquim da Conceição Cunha e Alberto Eugénio Águas para se entender com os industriais metalúrgicos desta cidade acerca da implantação do referido regime nas suas oficinas. A comissão, no desempenho do seu mandato, encontrou-se em 19 do corrente e em primeiro lugar com os representantes da firma *Cândido & Ribeiro* que receberam agradavelmente a mesma comissão, prontificando-se a anuir aos desejos da classe dos operários metalúrgicos de Setúbal como também os restantes seus colegas da indústria, principiando o dito regime a vigorar regularmente naquele mesmo dia, o que, sobremaneira, agradou aos referidos operários e à sua comissão, cujas *démarches* nesse sentido foram coroadas dum êxito completo. Concluindo esta informação, recomendamos a todos os nossos camaradas que não tenha obtido esta regalia que sigam o nosso exemplo e que não estejam à espera que o patronato lhes conceda, sem reclamação o que de direito pertence aos operários, cuja união se torna absolutamente indispensável para o bom resultado da sua luta económica. Ao terminar, saudemos a U.O.N., o nosso jornal *A Batalha* e o operariado universal»¹⁵⁹⁶.

No entanto, perante a dificuldade em impor a lei nos locais de trabalho, a maior parte dos grupos profissionais recorria ao Estado. Em Julho de 1919, a Associação dos Trabalhadores das Fábricas de Setúbal aprova uma moção na qual sublinham que as classes conservadoras fizeram «guerra de morte» ao decreto das oito horas e que o próprio Augusto Dias da Silva teria dito aos industriais de conservas de Setúbal que, além das oito horas de trabalho, se podia trabalhar mais quatro horas sem mais recompensa alguma, o que representa um atropelo à lei. No entanto, a estratégia utilizada perante esta situação continua a ser a enviar um delegado ao ministério do trabalho para tratar deste assunto¹⁵⁹⁷.

A realidade, tendo em conta a intransigência patronal, é que é sobretudo recorrendo à lei, quando esta é finalmente regulamentada, que as classes profissionais com menos capacidade reivindicativa conseguem impor as oito horas de trabalho. Para

¹⁵⁹⁶ «Metalúrgicos de Setúbal», *A Batalha*, 28 de Maio de 1919, p2

¹⁵⁹⁷ «Jornada de 8 Horas: trabalhadores das fábricas de Setúbal», *A Batalha*, 17 de Junho de 1919, p. 3

isso os sindicatos recorriam à própria polícia para os acompanhar na fiscalização do cumprimento do decreto¹⁵⁹⁸. Os trabalhadores do comércio, particularmente basearam largamente as suas lutas numa *estratégia estatista*, chegando a conseguir que os administradores dos concelhos mandassem fixar no interior de todos os estabelecimentos editais estabelecendo para esta classe, horários de trabalho e dias de descanso semanal¹⁵⁹⁹.

Por outro lado, a crise económica e a retracção do mercado de trabalho obrigam o operariado a exigir cada vez mais a intervenção do Estado na generalidade dos conflitos laborais. Perante a intransigência dos industriais em baixar os salários dos operários vidreiros da Amora, a própria *A Batalha* defendia que: «o Estado tem obrigação de prestar atenção a este assunto para acudir à precária situação desses nossos camaradas», e «o governo tem o dever de pôr cobro a este verdadeiro crime. Assim o esperam os operários vidreiros da Amora»¹⁶⁰⁰. «Sr. Presidente do Ministério! Sr. Ministro do Trabalho, reparaí para esta infâmia e evitaí a sua continuação»¹⁶⁰¹.

De facto, com o agudizar da crise, a intervenção do Estado é cada vez mais reclamada, por todos os sectores da sociedade, considerando-se que «o Estado tem a mais imperiosa obrigação de ajudar (...) acudindo às nossas indústrias que são por si, uma das maiores fontes de riqueza nacional»¹⁶⁰².

A classe corticeira, confrontada com as sucessivas imposições patronais de reduções salariais, volta a exigir a intervenção do Estado na protecção à indústria. Em Julho de 1921 a Federação tinha recebido de muitos sindicatos aderentes a incumbência de reclamar junto do governo e das administrações das companhias ferroviárias as indispensáveis providências para que fossem o mais breve possível fornecidos às diferentes fábricas de cortiça existentes em vários pontos do país os meios de transporte para produtos industrializados e por industrializar, a fim de as mesmas não paralisarem ou diminuírem os dias de trabalho, tendo este organismo entregue ao ministro do

¹⁵⁹⁸ Registo da correspondência expedida. Dezembro de 1919. Fundo do Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal

¹⁵⁹⁹ «Descanso semanal e horário de trabalho», *O Almadense*, 5 de Janeiro de 1930, p1

¹⁶⁰⁰ «Os vidreiros da Amora: interessantes pormenores e esclarecimentos – protesto contra uma calúnia tendenciosa», *A Batalha*, 3 de Maio de 1919, p1

¹⁶⁰¹ «Os Vidreiros da Amora: os industriais e o governo empurram-nos para um acto de desespero», *A Batalha*, 20 de Maio de 1919, p2

¹⁶⁰² «A nossa crise», *O Distrito de Setúbal*, 23 de Fevereiro de 1927, p1

Comércio e Comunicações todos os documentos que habilitam o governo a tomar as medidas necessárias para resolver o assunto. Para além disso, como já foi referido, o Conselho Central, na sua última reunião, apreciando a actual crise de trabalho, resolveu pedir uma entrevista à Secção de Cortiças da Associação Industrial Portuguesa, com o objectivo de indagar os industriais «até que ponto poderiam ser aproveitados os esforços dos seus sindicatos para ser debelada a crise, apresentando diferentes soluções, tais como reclamarem, em conjunto, a redução do máximo que possa ser dos pagamentos das tarifas dos caminhos-de-ferro e fornecimento rápido do material de transportes; a isenção de todas as contribuições durante o tempo da crise; mais facilidades na colocação dos produtos corticeiros no Armazém Geral Industrial; etc., etc. Os industriais declararam que os pontos pela nossa comissão propostos, já haviam sido por eles reclamados do governo e mais entidades de quem o assunto depende e que esperavam nova oportunidade para renovar a mesma reclamação»¹⁶⁰³.

Ainda nesse ano, a Federação entrega uma representação ao ministro do Comércio pedindo que o decreto 7630 de 3 de Agosto último seja anulado na parte que se refere à exportação de cortiça em bruto, ficando em vigor a portaria de 28 de Setembro de 1910¹⁶⁰⁴, conseguindo apenas, «após várias *démarches*, a rectificação do artigo 4º do decreto 7650, considerada insuficiente, na medida em que não proíbe explicitamente a exportação da cortiça em bruto». Face à situação dúbia, a FNC decide enviar nova representação ao governo, pedindo que se esclareça a proibição¹⁶⁰⁵. Após várias tentativas, consegue entrevista com o ministro do comércio, que afirma concordar com a Federação, revelando-se contra a exportação da cortiça em bruto, prometendo tratar deste assunto com urgência. Marcou-se encontro para a semana seguinte. Tentaram também falar com ministro das Finanças ou seu secretário, mas não foi possível. O director das alfândegas informa que a reclamação entregue estava ainda pendente de despacho, o que se lamenta dada a urgência do assunto evidenciada pela crise profunda no sector»¹⁶⁰⁶.

¹⁶⁰³ «Federação Nacional Corticeira: nota oficiosa», *A Batalha*, 13 de Julho de 1921, p1

¹⁶⁰⁴ «A crise corticeira: contra a exportação de cortiça em bruto», *A Batalha*, 3 de Setembro de 1921, p2

¹⁶⁰⁵ «A crise corticeira: deliberação do conselho federal da Federação da Indústria», *A Batalha*, 5 de Outubro de 1921, p3

¹⁶⁰⁶ «A exportação de cortiça: uma comissão da Federação Corticeira insta pela sua proibição», *A Batalha*, 10 de Setembro de 1921, p1

Em 1927, perante a pretensão dos industriais de extinguir a fiscalização da indústria, em vigor desde 1910, a FNC dirige-se ao ministro das Finanças, que por seu turno decide consultar os sindicatos sobre o assunto conservação, modificação ou extinção da fiscalização. Sobre isto, a Federação Nacional Corticeira reuniu, deliberando os seguintes pontos: «conservar todas as medidas de protecção a esta indústria levadas a efeito pelos anteriores governos; criar três circunscrições de fiscalização (Aldeia Galega, Grândola e Lisboa) e extinguir as de Santarém (sob alçada de Abrantes) e de Alcácer do Sal (pertencente a Grândola); proibir corte de cortiça em árvores com menos de 10 anos; impedir corte de sobreiros aptos a dar cortiça e, finalmente, que a acção dos fiscais seja uma garantia do cumprimento destas normas. A Federação já entregou ao governador civil de Lisboa uma representação contendo estes pontos. Aos sindicatos da indústria aconselha a Federação Corticeira a responderem imediatamente à circular do governador civil e nos termos que mais se harmonizem com o espírito da organização sindical corticeira»¹⁶⁰⁷.

No relatório da FNC referente ao período 1924-1929, é possível comprovar que esta estrutura, quando «as condições de uma longa resistência às reduções salariais eram muito precárias, «opta por uma estratégia nitidamente centrada na pressão sobre o Estado «procurando influir junto das entidades competentes (...) quase sempre recebendo as melhores promessas, dando-lhes essas entidades as mais fagueiras esperanças». E embora considere, «que aquelas ou outras reclamações são letra morta para os governos», «voltou de novo a fazer a entrega ao governo dessa série de reclamações, e de novo se esforça junto de quem de direito, para que essas reclamações, no todo ou em parte sejam atendidas»¹⁶⁰⁸. Na realidade, ao expor pormenorizadamente todos os seus trabalhos no sentido de debelar os efeitos dramáticos da conjuntura vivida, o relatório da FNC frisa que «um dos pontos mais importantes foi o de ter conseguido que se mantivesse a proibição da exportação de cortiça em bruto, por decreto publicado em 21 de Março de 1929»¹⁶⁰⁹.

¹⁶⁰⁷ «A Fiscalização das Cortiças: A Federação Corticeira Nacional representou ao governador civil de Lisboa sobre o assunto», *A Batalha*, 12 de Janeiro de 1927, p4

¹⁶⁰⁸ «Relatório da Federação Corticeira Nacional», *O Corticeiro*, 6 de Novembro de 1929, p8

¹⁶⁰⁹ «A Conferência dos Sindicatos Corticeiros Portugueses», *Vanguarda Operária*, 29 de Dezembro de 1921, p2

A pressão sobre o Estado foi também levada a cabo pelas estruturas locais, que se organizaram no fim do período em análise para mitigar a crise de trabalho. Em Janeiro de 1931, «as classes operárias de Setúbal», «a abraços com a mais tremenda crise de trabalho que há memória nesta cidade (...) vêm muito respeitosamente perante vós Excelentíssimo Senhor [Presidente do Ministério], expor a breves traços a angustia da sua situação e pedir-vos (...) um desvelado auxílio, que possa minorar a miséria extrema em que se encontram». Os trabalhadores setubalenses alvitavam, entre outras coisas, a promulgação de disposições legais tendentes ao barateamento dos géneros, a abertura por parte do Estado de novos trabalhos de construção civil, que se proceda ao cadastro profissional dos desempregados e se favoreça a sua colocação, que a todos os necessitados e dentro das probabilidades do Estado, sejam concedidos quaisquer auxílios, que sejam cumpridas as oito horas de trabalho, bem como os regulamentos de protecção às mulheres e menores, que a introdução de maquinismos na indústria se faça sem prejuízo dos operários, que se tribute a industria mecânica em favor dos recursos necessários à instituição dos seguros sociais obrigatórios, que do auxílio e faculdades a conceder ao comércio e à indústria faça sempre parte integrante a correlativa compensação na colocação dos trabalhadores desses ramos desempregados, que ao movimento cooperativista seja prestado auxilio e promulgada legislação adequada»¹⁶¹⁰.

Finalmente, é de sublinhar que o crescente recurso a estratégias estatistas beneficiou da própria expansão do Estado, na medida em que eram cada vez mais os seus funcionários. Pudemos ver como os ferroviários do Sul e Sueste, mesmo lutando no seu lugar de trabalho, tendo o Estado como patrão, reivindicaram sobretudo a intervenção política e governamental na regulação das suas condições de trabalho. Também é possível compreender, através do órgão dos funcionários administrativos de Portugal – *O Eco Administrativo* –, dirigido pelo secretário da administração do Concelho de Almada, que a sua mobilização tinha como principal aspiração a forte intervenção do Estado na esfera da protecção social. Assim, a questão dos vencimentos, embora presente, tendo em consideração a degradação salarial que atingia esta camada¹⁶¹¹, era secundarizada face à exigência do cumprimento do decreto que criou os seguros sociais obrigatórios e à promulgação de outras disposições que prevejam «a

¹⁶¹⁰ «A crise de trabalho em Setúbal», *O Almadense*, 25 de Janeiro de 1931, p5

¹⁶¹¹ «A questão dos vencimentos», *O Eco Administrativo*, Julho de 1927, p2

assistência e protecção às classes trabalhadoras que devem ser aplicadas ao funcionalismo público». O Estado, segundo os administrativos, «tem o dever de garantir aos seus servidores a assistência na doença, na velhice, na invalidez e na sobrevivência»¹⁶¹².

Em oposição à eficácia desta estratégia, contudo, destacaram-se, como já foi referido e verificado além-fronteiras, dois factores interdependentes. A reacção conservadora e a consequente intensificação da repressão do movimento operário. Se durante a greve corticeira foram mandadas forças de infantaria para a margem Sul, mas com «instruções para manterem as melhores relações com os operários enquanto estes se conservarem em atitude ordeira»¹⁶¹³, a partir de meados do ano começam a abundar os protestos «contra a perseguição dos operários por parte das autoridades»¹⁶¹⁴, a «grande indignação contra as violências praticadas pelo governo sobre a organização operária»¹⁶¹⁵, «o encerramento arbitrário de várias associações e organismos»¹⁶¹⁶e, inclusive, «contra a deportação dos operários para Cabo Verde»¹⁶¹⁷.

Por toda a Península proliferam os protestos, «demonstrando-se repúdio pela repressão e abuso da força da guarda republicana»¹⁶¹⁸. Em Agosto de 1920, na sequência do assalto ao edifício de *A Batalha* por alegados defensores da República, é proclamada uma greve geral de todo o operariado por 24 horas, em sinal de protesto¹⁶¹⁹. Em Outubro, é realizado um comício, no salão da Academia Almadense, contra os manejos dos reaccionários políticos, equiparados a Loyola e Torquemada. Protesta-se contra perseguições, prisões de sindicalistas e jornalistas e encerramento de sindicatos¹⁶²⁰.

O Núcleo da Juventude Socialista do Barreiro, recém-organizado, resolve protestar contra a perseguição governamental levada a cabo contra as juventudes sindicalistas, manifestando deste modo todo o seu apoio aos camaradas presos.

¹⁶¹² «Previdência», *O Eco Administrativo*, Setembro de 1927, p1

¹⁶¹³ «O governo perante a greve», *A Batalha*, 26 de Abril de 1919, p1

¹⁶¹⁴ «Sindicato Único da Construção Civil de Almada», *A Batalha*, 16 de Janeiro de 1920, p2

¹⁶¹⁵ «União dos Sindicatos Operários», *A Batalha*, 22 de Março de 1920, p2

¹⁶¹⁶ «União dos Sindicatos Operário: reunião de direcção e delegados», *A Batalha*, 26 de Abril de 1920, p1

¹⁶¹⁷ «As greves: classe corticeira», *A Batalha*, 25 de Janeiro de 1920, p2

¹⁶¹⁸ «Corticeiros do Seixal», *A Batalha*, 31 de Julho de 1920, p2

¹⁶¹⁹ «Proclamação», *A Batalha*, 28 de Agosto de 1920, p1

¹⁶²⁰ «Em Almada: Comício protesto contra a reacção», *A Batalha*, 31 de Outubro de 1920, p2

Convidam todos os agremiados a assistir aos julgamentos destes camaradas no Tribunal da Boa Hora¹⁶²¹. Na assembleia-geral do Sindicato Único da Construção Civil de Almada faz-se igualmente referência «à atitude repressiva e ridícula do governo perante as juventudes sindicalistas» e aprova-se uma moção de protesto contra abusos governamentais»¹⁶²².

Os trabalhadores vêem-se confrontados com uma verdadeira alteração da conjuntura política, não podendo contar com o apoio nem do poder central nem das autoridades locais, forçadas a intervir em defesa da «ordem». Como ilustra on seguinte exemplo, no decorrer de um conflito entre as associações operárias e os fabricantes de conservas de Setúbal em Agosto de 1919, o presidente do ministério e ministro do Interior, após receber uma comissão dos segundos, avisa os primeiros que «não vai permitir que o actual administrador do concelho continue a manter-se com imparcialidade ante os conflitos entre operários e patrões, acrescentando que o povo de Setúbal está descontente com certos casos ali ocorridos»¹⁶²³. O governador civil de Lisboa declarou em relação ao administrador do concelho, que este seria demitido, o que, segundo a comissão operária «não é para estranhar, atendendo a que o governo e os seus delegados de confiança, na febre em que estão de hostilizar a classe operária, não permitiriam que à frente de um centro industrial como é Setúbal estivesse uma criatura que soubesse manter-se com imparcialidade, como tem feito o actual administrador»¹⁶²⁴.

Não era o caso do administrador do concelho de Almada, que perante a greve das operárias conserveiras da localidade mandou prender uma comissão de quatro operários enviada para falar com o gerente da *Fábrica Invencível*¹⁶²⁵. Em Setembro, «foram apontados ao director da Polícia de Segurança do Estado alguns nomes de grevistas, acusados de serem gente perigosa para o conselho, com o fim de desmoralizar os grevistas. A polícia manda então prender alguns camaradas, solidários com as operárias em greve. Foram também detidas duas mulheres»¹⁶²⁶. Segundo *A Batalha*, «o administrador do concelho é acusado de funcionar como joguete nas mãos dos

¹⁶²¹ «Os jovens sindicalistas do Barreiro», *A Batalha*, 30 de Setembro de 1919, p1

¹⁶²² «Sindicato Único da Construção Civil de Almada», *A Batalha*, 4 de Outubro de 1919, p3

¹⁶²³ «O Povo de Setúbal e os Fabricantes», *A Batalha*, 12 de Agosto de 1919, p.1

¹⁶²⁴ «Em Setúbal: as autoridades ao lado dos fabricantes. Vão paralisar as fábricas?», *A Batalha*, 13 de Agosto de 1919, p2

¹⁶²⁵ «As greves: operários das fábricas de conservas (Almada)», *A Batalha*, 29 de Agosto de 1919, p1

¹⁶²⁶ «Em Almada: a greve das fábricas de conservas. Prisão de vários camaradas – a atitude dos industriais», *A Batalha*, 5 de Setembro de 1919, p2

industriais, que vilipendiam e desacreditam estas mulheres em luta. O administrador do concelho, instrumentalizado por industriais, ordena prisão de vários camaradas: Já são três homens e cinco mulheres que são remetidos para Lisboa sob prisão»¹⁶²⁷.

Não obstante este segundo divórcio entre a República e o operariado, e muito embora a historiografia tradicional sublinhe o alheamento do movimento anarco-sindicalista face à conjuntura política vivida no pós-guerra, existem suficientes testemunhos da tomada de posição dos sindicatos face à ascensão de uma solução autoritária.

Dias depois da *noite sangrenta*, «os ferroviários do Sul e Sueste, que numa justa ânsia de liberdade, realizaram uma paralisação de todos os serviços nos dias 19, 20 e 21 do corrente, emocionados pela trágica morte dos republicanos António Granjo, Machado dos Santos, Carlos da Maia, Freitas e Silva, Botelho de Vasconcelos e do *chauffer* Carlos Jorge Gentil, protestam energicamente contra a intolerância política que a motivou e denunciam a sua indignação contra a ausência de sentimentos humanos, manifestada pelos autores dos bárbaros atentados. Usando duma tolerância inexcedível para com os indivíduos que durante um ano violentaram os ferroviários e contra eles empregaram os mais infames processos de perseguição, o Comité signatário, traduzindo os sentimentos nobres da classe ferroviária, regista o paralelo estabelecido entre esse procedimento e o dos infames assassinos que na noite de 19 salpicaram de sangue o próprio regime republicano, negando o sentimento mais nobre com que a Natureza dotou o homem, exercendo uma vingança ignóbil e revoltante, e curva-se perante os cadáveres das vítimas imoladas em holocausto às paixões políticas. O Comité Executivo dos Ferroviários do Sul e Sueste»¹⁶²⁸.

Dia 21 de Outubro de 1921, foi realizada por iniciativa dos ferroviários do Sul e Sueste uma reunião no teatro República, que contou com a presença de cerca de 2000 pessoas, «estando representado o elemento feminino», na qual foi decidido enviar ao presidente do ministério o seguinte telegrama: «Exmº Presidente do Ministério, a classe ferroviária do Sul e Sueste reunida nesta data em sessão magna, saúda o governo e a junta do movimento nacional republicano, pela vitória alcançada e espera que o governo

¹⁶²⁷ «O que se passa em Almada: a autoridade administrativa parece servir de joguete nas mãos dos industriais», *A Batalha*, 6 de Setembro de 1919, p2

¹⁶²⁸ «Contra os atentados: uma nota oficiosa dos Ferroviários do Sul e Sueste», *A Batalha*, 27 de Outubro de 1921, p2

satisfaça as reclamações entregues ao delegado da junta do movimento nacional, para terminar de vez a reacção predominante». Foi também pedido ao presidente do ministério para afastar os superiores desta companhia que se comportam que nem carrascos, nocivos à própria República¹⁶²⁹.

Também no Seixal, os acontecimentos de Outubro de 1921 tomaram proporções graves, «esperando-se a todo o momento cenas sangrentas como aquela em que o tal Lata, criatura sem escrúpulos nem vergonha, roubou a vida ao honrado e estimado republicano daqui sr. Fernando de Sousa». Devido a isto a população local encontra-se dividida em duas vias: «a liberal (republicanos, anarquistas, sindicalistas e socialistas) e a reaccionária (que maneja os marítimos, maioritariamente analfabetos). No primeiro dia da revolução, liberais dirigiram-se a casa de alguns reaccionários, entre eles à do padre Salvador, detendo-os e entregando-os à administração do concelho, tendo talvez contribuído para que não houvesse vítimas a lamentar»¹⁶³⁰.

Nas vésperas do golpe militar de 28 de Maio de 1926, realizaram-se inúmeras iniciativas «contra a ditadura fascista». Em Março, teve lugar na Associação dos Trabalhadores do Mar, «com extraordinária concorrência», um comício da esquerda democrática contra a ameaça autoritária¹⁶³¹. No mesmo mês, no Cinema-Teatro da vila do Barreiro, «uma sessão de propaganda anti-fascista em que intervieram os oradores Srs David Ferreira, Santos Ferro, Camara Reis e o nosso conterrâneo Sr. José Francisco Teixeira. Decorreu muito animada e foi bastante concorrida pela classe operária, especialmente pela classe ferroviária. Também fez uso da palavra o sr Miguel Correia»¹⁶³². Nesse mesmo mês, na casa dos ferroviários, teve lugar «uma sessão de propaganda republicana da esquerda democrática, muito concorrida, especialmente por operários»¹⁶³³. Em Abril, a «União dos Sindicatos Operários de Setúbal convida as classes trabalhadoras e todo o povo liberal a assistirem à sessão de propaganda contra o fascismo que pretende transformar um povo livre em uma rédua de escravos». Na sessão de protesto discursarão alguns delegados da Grande Comissão Anti-fascista¹⁶³⁴.

¹⁶²⁹ «No Barreiro: os ferroviários do Sul e Sueste efectuem uma importante reunião», *A Batalha*, 21 de Outubro de 1921, p2

¹⁶³⁰ «Seixal: a propósito dos acontecimentos», *A Batalha*, 30 de Outubro de 1921, p3

¹⁶³¹ «Comício contra a ditadura fascista», *A Voz Sindical*, 21 de Março de 1926, p1

¹⁶³² *Eco do Barreiro*, 1 de Abril de 1926, p2

¹⁶³³ *Eco do barreiro*, 13 de Abril de 1926, p2

¹⁶³⁴ «Contra a ditadura fascista», *A Voz Sindical*, 4 de Abril de 1926, p1

Existem também inúmeros testemunhos da participação dos trabalhadores da região nas tentativas de reverter a *situação*, durante a ditadura militar. Nos acontecimentos de 7 de Fevereiro de 1927, participaram activamente os ferroviários das linhas do Estado, e particularmente os do Sul e Sueste, facilitando a circulação dos revoltosos, participando nos assaltos aos quartéis e na construção de barricadas. O apoio dos ferroviários à revolta de Fevereiro de 1927 será fatal para a classe. Simbolicamente, durante a repressão do movimento, a GNR faz do Sindicato dos Ferroviários o seu quartel-general. Todas as noites são feitas buscas a várias casas, as prisões contam-se às dezenas. No rescaldo do movimento, o sindicato é selado, o pessoal eventual dispensado, os efectivos transferidos para outros pontos da linha¹⁶³⁵.

Também em Setúbal é testemunhada a «agitação de desordeiros»¹⁶³⁶, «uma manifestação bolchevista»¹⁶³⁷. «A população foi ao quartel de Infantaria n.º 11 exigir a soltura dos presos», a mesma «turba desenfreada entrou no jornal [*O Setubalense*] e obrigou a que se publicasse um placard com as notícias vindas de Lisboa que diziam presos os ministros da justiça e dos negócios estrangeiros e davam os revoltosos como ganhando terreno». Da janela do jornal foram realizados dois discursos: «o primeiro bolchevista, em que se aconselhou o assalto como vingança contra os crimes do militarismo e da burguesia», o segundo «foi de igual teor»¹⁶³⁸. A associação dos Trabalhadores do Mar em Setúbal foi encerrada e os seus bens arrolados¹⁶³⁹.

Não obstante, em Julho de 1928, o movimento sindical volta a apoiar uma tentativa do revirinho, a *Revolta do Castelo*, chegando a proclamar uma greve geral revolucionária. Mais uma vez os ferroviários do Sul e Sueste destacam-se no movimento, transportando os revoltosos de Setúbal para o Barreiro. Esta aliança, entre movimento operário e revirinhistas, tem o seu canto do cisne em 1931, quando os sindicalistas estão já desfalcados dos seus mais combativos dirigentes e os sindicatos das suas bases, fustigadas pela crise e o desemprego¹⁶⁴⁰.

¹⁶³⁵ «Para a história...repondo a verdade», *O Distrito de Setúbal*, 2 de Julho de 1927, p4

¹⁶³⁶ «É tempo: fale-se claro», *O Distrito de Setúbal*, 24 de Maio de 1927, p1

¹⁶³⁷ «O perigo bolchevista: Setúbal e os “meneurs” da desordem», *O Distrito de Setúbal*, 7 de Março de 1927, p1

¹⁶³⁸ «Para a história...repondo a verdade», *O Distrito de Setúbal*, 2 de Julho de 1927, p4

¹⁶³⁹ «Quando reabrem os sindicatos marítimos encerrados?», *A Batalha*, 27 de Abril de 1927, p4

¹⁶⁴⁰ Luís Farinha, «Sindicalismo Livre e I República. Percursos paralelos, convergências efémeras (1908-1931). In: Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira – Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX, p94-96

Nos anos que se seguem é decepada toda a rede de influências que permitira estas revoltas reviralhistas, na qual se integravam as associações de classe, ainda legais, e as suas estruturas federativas actuando na semiclandestinidade. O golpe de morte ao movimento operário decorre entre 1933 e 1934, com a extinção do sindicalismo livre e o sufocação da greve geral de 18 de Janeiro¹⁶⁴¹.

3.3 CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE

À semelhança do espaço e da população, a germinação do associativismo operário pode ser observada como um processo sobre o qual actuam conflitualmente diversos agentes. Em primeiro lugar, os trabalhadores que erguem ou adaptam associações de acordo com as suas necessidades, impostas pela difusão do trabalho assalariado, dando continuidade a estratégias colectivas informais ou herdadas do regime corporativo, baseadas na ajuda mútua. Em segundo lugar, os empregadores e outros elementos das elites que encaram as associações como potenciais instrumentos de controlo e harmonização social. E finalmente, o Estado, que procurará cingir a sua actuação e mais tarde enquadrá-las no seu aparelho.

À escala local observa-se sobretudo a progressiva formalização e complexificação das solidariedades operárias, a intervenção dos industriais e outros notáveis locais no sentido de tutelar as associações voluntárias e incutir-lhes um carácter paternalista, a gradual autonomização dos trabalhadores na sustentação financeira e gestão das mesmas, e finalmente o desenvolvimento de uma identidade crescentemente classista. Este processo é indissociável da intervenção política dos sindicalistas em oposição a outras correntes que preconizavam a conciliação dos interesses do capital e do trabalho.

A integração do Estado, muito embora melhor perceber à escala nacional também se vislumbra no condicionamento da actividade associativa por parte das autoridades locais, que se esforçam por cingir a acção colectiva formal às esferas económica e social e impedir a estruturação translocal dos movimentos. Não obstante estes movimentos sofrem uma significativa evolução no período em análise que contraria os intentos, quer das elites quer do Estado.

¹⁶⁴¹ Fernando Rosas, Salazar e o poder: a arte de saber durar, p74-77

No seu período de germinação, o mutualismo, a forma de organização primordial dos trabalhadores no regime liberal, caracteriza-se pela continuidade face às formas de organização corporativa do trabalho artesanal. Destacam-se, numa primeira fase, as hierarquias ainda presentes nas oficinas e também nas unidades de produção de média e grande dimensão que não as destruíram de imediato. A burguesia liberal e o patronato, com o apoio do Estado através de legislação reguladora, procuraram perpetuar o carácter interclassista destas associações, conferindo-lhes um carácter moderado e previdencial contra o esforço dos trabalhadores de utilizá-las como forma de controlo do mercado de trabalho, num período em que o processo produtivo era cada vez mais disciplinado pelos industriais.

Nas mais antigas associações, genericamente de base profissional, era negada a participação activa ao proletariado fabril. Os trabalhadores indiferenciados não tinham um ofício, que era ainda a base destas organizações, e eram sobretudo mulheres e menores, encarados como dependentes do *chefe de família*. Como membros de um agregado familiar, estes beneficiaram de subsídios na doença ou invalidez e do fornecimento de medicamentos, não podendo todavia filiar-se sem autorização do pai ou marido nem participar nas assembleias gerais. Paulatinamente, as trabalhadoras não casadas e as viúvas foram sendo reconhecidas como sócias de plenos direitos.

Ao longo do período em análise, o desenvolvimento do sistema fabril e da nova organização do trabalho enfraqueceu as estratégias seculares dos artesãos, precursores do movimento mutualista. A morosidade deste processo, na Europa meridional, permitiu a adaptação destas primeiras estruturas organizativas tendente a enquadrar uma mais alargada base social. O progressivo alargamento a trabalhadores indiferenciados, num período em que a estratificação da classe operária é ainda muito acentuada, é perceptível sobretudo no quadro da coesão social dos bairros operários em germinação e nas solidariedades informais que os atravessavam.

De facto, foi apenas nas associações de socorros mútuos com uma base territorial e não profissional que ingressaram os novos contingentes de trabalhadores das fábricas. Facilitando esta gradual integração, actuava um profundo enraizamento destas estruturas entre as comunidades residenciais, garantido pela diversidade de funções que assumiam, nomeadamente culturais e recreativas e pela articulação das suas iniciativas

com outras colectividades locais. A expansão das bases associativas permitiu progressivamente abdicar do apoio financeiro do patronato e outros notáveis locais, como foi comprovado além-fronteiras e igualmente nos relatórios de contas das sociedades da Península de Setúbal.

Em suma, muito embora a superação do corporativismo e do interclassismo não seja completa nem generalizável, é indiscutível que através desta tipologia de associação germinaram novos valores – o ingresso voluntário ou a gestão democrática –, bem como inéditas solidariedades horizontais – através da evacuação dos empregadores e de um progressivo esbatimento das hierarquias entre os trabalhadores. Esta evolução induziu a proliferação de outras formas de associação mais inclusivas, como as cooperativas, e com um maior pendor classista e reivindicativo, como as associações de classe.

O movimento cooperativo europeu surgiu em meio operário e intimamente ligado ao mutualismo. Nas cooperativas de produção é ainda possível vislumbrar a pesada herança do corporativismo. Muitas destas sociedades são fundadas por antigos artífices ou trabalhadores qualificados, procurando restaurar a autonomia da oficina artesanal. Surgem comumente no seguimento de movimentos grevistas derrotados e tendem a apresentar um carácter exclusivista.

O cooperativismo de consumo, no entanto, contribui inquestionavelmente para a amplificação da base social do movimento associativo. Intimamente relacionado com os graves problemas enfrentados em contexto urbano, nomeadamente a especulação e a carestia de vida, tem um assinalável eco entre os novos estratos na classe operária – o proletariado fabril. Esta tipologia de associação enraíza-se profundamente nas comunidades operárias, herdando o carácter multifuncional das mutualidades, inserindo-se no tecido associativo local, e também actuando em períodos de crise, como a falta de trabalho ou as greves, enquanto suporte fundamental para a resistência dos trabalhadores.

Na área de estudo foi possível verificar que estas sociedades reflectem distintas proximidades e distâncias sociais, unindo trabalhadores qualificados e indiferenciados mas também, noutros casos, artesãos e pequenos proprietários ou comerciantes. Porém, as sociedades com mais alargada base associativa e duração assumem um carácter

nitidamente classista. Os industriais e seus agentes são estatutariamente excluídos e os trabalhadores indiferenciados filiam-se em massa. Neste processo, aprofunda-se o reconhecimento da mulher trabalhadora.

O associativismo de classe oitocentista caracteriza-se igualmente pela herança corporativa. No entanto, no período em análise assiste-se a uma decrescente eficácia das estratégias assentes no ofício e na qualificação. A perda de controlo sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho industrial prende-se com a nova organização do trabalho, que permite empregar largos contingentes de mão-de-obra indiferenciada. Este foi um processo global na alvorada do século XX, dando origem ao que ficou classificado como *novo sindicalismo*. Por toda a Europa procurou-se adaptar as estruturas organizativas tradicionais de forma a poder enquadrar os novos protagonistas do trabalho nas fábricas. A composição social das antigas e das novas estruturas organizativas demonstram a crescente capacidade de articular os interesses dos operários qualificados e indiferenciados sob a bandeira de reivindicações mais abrangentes, como os aumentos salariais, mas também as relacionadas com as esferas exteriores à produção e relacionadas com os interesses comuns das populações.

Na região meridional, a comunidade local teve um destacado papel na articulação interprofissional do sindicalismo. Foram sobretudo as relações sociais territorialmente articuladas que permitiram superar o estratificado universo do trabalho industrial meridional. As *Unões locais* tiveram um maior sucesso do que as *federações de indústria*, mas as antigas redes de ofício foram igualmente fundamentais para a estruturação translocal do movimento. As confederações nacionais, nestes contextos, adquiriram assim um carácter dual, articulando ambas as fórmulas federativas.

Entre os factores de exclusão, mais uma vez se destacaram as questões de género. Não obstante, e particularmente nos países latinos, se ter investido sobretudo em sectores assentes na sobre-exploração da mão-de-obra feminina e infantil, a integração das mulheres nos sindicatos foi limitada. A secular divisão sexual do trabalho e as economias domésticas tradicionais foram aproveitadas pelos industriais para baixar o custo do factor trabalho, determinando o carácter irregular e a muito baixa remuneração do trabalho feminino, o que por sua vez significou uma menor propensão das mulheres em organizar-se formalmente.

Nas primeiras décadas do século XX, todavia, a expansão do mercado de trabalho industrial e a relativa estabilização dos postos de trabalho, mesmo entre as mulheres e crianças, terá potenciado a acção colectiva destes grupos. Na Península de Setúbal, em particular na segunda década do século XX, é possível observar em detalhe, à escala do lugar, de que forma as estruturas organizativas tradicionais apoiaram a mobilização dos trabalhadores indiferenciados. Nas vésperas da guerra, estes ingressaram em massa em associações de classe já formadas – como nas dos corticeiros - e formaram diversas organizações autónomas – como a das conserveiras em Setúbal. Este processo beneficiou da inserção dos sindicatos no tecido associativo local e no seu destacado papel como espaços de sociabilidade e lazer, bem como da ampliação das suas áreas e intervenção com especial destaque para as lutas em torno do consumo.

Ainda antes das estratégias centradas na pressão sobre o Estado se tornarem preponderantes, o repertório de acção colectiva dos trabalhadores europeus conheceu uma importante metamorfose, reflectindo a evolução do trabalho industrial, do mundo social e dos recursos organizacionais do operariado. Os ciclos de agitação social que marcam as primeiras décadas do século XX demonstram de que forma a produção social do espaço e das populações estão co-implicados neste processo. Segundo o padrão meridional, são as áreas industriais metropolitanas as mais atingidas pelas ondas grevistas e protestos populares, em paralelo com o *hinterland* rural, a partir de onde se organizaram os principais fluxos migratórios em direcção aos subúrbios. Germinado e profundamente enraizado entre as comunidades operárias, o papel do tecido associativo local é determinante nos processos de mobilização massiva que caracterizam o período em análise.

Na última década de oitocentos tem particular destaque a resistência à nova organização do trabalho, concretizada em conflitos em tornos da disciplina e regulamentos nas fábricas. Perante a inexorável perda de controlo sobre o processo produtivo, os artesãos e trabalhadores qualificados investiram também fortemente no controlo do mercado de trabalho, através das suas organizações, pelo que as greves em defesa do direito de associação estiveram entre as mais efectivadas até à I Guerra. Estas estratégias conheceram níveis de eficácia distintos, consoante o grau de concentração, mecanização, investimento de capitais, dependência dos industriais face à mão-de-obra

qualificada, entre outras variáveis relacionadas com o lento processo de industrialização.

Na aglomeração de Lisboa, estas foram eficazes, onde os pequenos industriais, por um lado, tinham pouca capacidade de resistir às imposições dos artesãos no que respeita ao processo produtivo e, por outro, apoiavam a sua resistência à concentração e mecanização que também punha em causa os seus interesses. Nos sectores e nas empresas menos dependentes do trabalho especializado, os conflitos opunham as tentativas patronais de baixar os salários, através da substituição dos antigos trabalhadores qualificados por indiferenciados ou semi-qualificados, nomeadamente mulheres e menores, à resistência dos primeiros com base no controlo sindical. Enquanto o mercado de trabalho industrial esteve em expansão, estas estratégias foram relativamente eficazes, potenciando até uma gradual integração do proletariado fabril no movimento reivindicativo dos trabalhadores.

Paralelamente, a entrada das mulheres nas fábricas e o seu comprovado papel na organização das solidariedades informais permitiu relacionar as lutas em torno da produção e do consumo. A íntima relação estabelecida pelos sindicalistas entre salário e custo de vida permitiu aos trabalhadores não qualificados e nomeadamente às mulheres participar quer em greves quer em protestos contra a carestia de vida, accionando e articulando as redes informais, vicinais e comunitárias com outras mais formalizadas.

A aparente espontaneidade dos processos de mobilização em torno do consumo relaciona-se com o carácter informal dos recursos organizacionais utilizados. No entanto, em alguns contextos, entre estes a Península de Setúbal, tem-se observado que as associações locais bem enraizadas nas comunidades de residência, e nomeadamente os sindicatos, participaram na organização destes protestos.

As designadas *food riots*, nesta conjuntura, distinguem-se claramente das *jaqueries* típicas do Antigo Regime não só pelo envolvimento do operariado organizado nas mesmas mas também pelo novo papel assumido pelo Estado na regulamentação dos preços e distribuição dos géneros. O redireccionamento da contestação face ao poder oficial facilita a formalização e articulação translocal dos protestos, que os sindicalistas vão orientar e transformar em greves gerais contra a carestia de vida, que se multiplicam nos últimos anos da guerra e primeiros do pós-guerra. O protagonismo do Estado

facilita ainda a articulação entre as lutas dos produtores e dos consumidores, tendo em conta que os últimos reivindicam sobretudo a repressão oficial dos açambarcamentos e os primeiros exigem a implementação da lei das oito horas de trabalho e outros regulamentos legais das relações laborais.

Não obstante o papel estruturante do espaço industrial e das comunidades operárias, a construção do Estado moderno e a sua crescente intervenção económica e social tiveram também um efeito relevante sobre o movimento autónomo dos trabalhadores. Os estados liberais, que começaram por encarar o movimento associativo com desconfiança, perante a sua difusão foram obrigados a discipliná-lo e a circunscrever a sua acção ao campo social, o que paradoxalmente, devido à aspiração de reconhecimento e apoio oficial por parte das associações, motivou uma crescente formalização das suas práticas.

As federações regionais e nacionais nasceram invariavelmente da necessidade de pressionar a intervenção governamental, como comprovam os debates e as teses aprovadas nos primeiros congressos associativos à escala nacional - a protecção social no congresso mutualista de 1911, o combate aos açambarcamentos no congresso cooperativo de 1920, a regulação legal das relações laborais nos congressos nacionais operários de 1914 e 1919.

De facto, se a certificação da identidade política e social das agremiações operárias é desde logo garantida nas comunidades de lugar, a estruturação translocal do movimento está intimamente relacionada com a eleição de estratégias *estatistas*. A resposta do Estado às mesmas, através de uma ainda que rudimentar legislação social, potenciou o desenvolvimento inédito deste processo. No final do período em análise, as três tipologias de associações em foco – sociedades de socorros mútuos, cooperativas e sindicatos – conheciam uma significativa expansão em número de sócios e estavam associadas em estruturas que cobriam todo o território nacional.

Na conjuntura excepcional do pós-guerra, a politização deste tecido associativo e do movimento reivindicativo dos trabalhadores acentuou-se, face à perda de eficácia das estratégias centradas nas economias domésticas e nos locais de trabalho. Com efeito, a inflação galopante, a desvalorização dos salários, a contracção do mercado de trabalho e a própria reacção patronal determinavam no seu conjunto que fosse cada vez mais na

arena política que se arrecadavam as mais significativas vitórias. No decorrer dos anos vinte, e mesmo após a imposição de uma ditadura militar, é ao Estado e às autoridades locais e regionais que se dirigem a maior parte das reclamações.

4. CONCLUSÃO FINAL

Na introdução desta dissertação foram apontados como fenómenos históricos co-implicados na aproximação social dos diferentes estratos sociais do universo operário e na emergência do seu movimento organizado, a segunda revolução industrial, a germinação de áreas metropolitanas e a construção do Estado Moderno, sublinhando-se desde logo a sua interdependência .

Ao longo da primeira parte da tese foi demonstrado como as estratégias familiares e colectivas dos trabalhadores procuraram dar resposta quer à transfiguração das relações sociais, no quadro da metaformose das relações de produção, quer à transformação dos padrões de mobilidade geográfica, ocupacional e social, induzida por este mesmo processo. Na segunda parte ilustrámos como o associativismo operário emergiu destas estratégias, formalizando-se e estruturando-se translocalmente, neste período, muito devido a uma cada vez maior intervenção do Estado nas esferas económica e social.

A ideia de produção social permitiu-nos destacar a acção conflitual de industriais e operários, senhorios e inquilinos, comerciantes e consumidores, bem como a agência reguladora, protectora, repressora e mediadora do Estado. Valorizando a perspectiva historiográfica, foi relevada igualmente a estrutura de oportunidade política constituída pela transformação do regime político, bem como as conjunturas globais, nomeadamente a guerra, a crise revolucionária europeia e a reacção conservadora.

A espacialização desta produção social permitiu destacar as suas repercursões no território (nas áreas industriais, nas fábricas, nas áreas residenciais circundantes, nos espaços e equipamentos colectivos) e nas populações (nas mobilidades, nas hierarquias, nas diversas redes sociais, nos grupos domésticos e profissionais) e, sobretudo, destringer as conexões entre estes diferentes objectos e fenómenos.

Esta abordagem baseou-se num longo e heterogéneo percurso historiográfico que se tem vindo a dedicar ao processo de recomposição da classe operária, explorando quer os movimentos demográficos e as redes sociais quer o papel das instituições, e que recentemente procura articular as observações monográficas com a estruturação translocal dos movimentos e sua crescente intervenção na arena política nacional.

Confrontando o caso de estudo da península de Setúbal com os resultados provenientes de diversas investigações incidindo em contextos franceses, italianos e espanhóis, foi possível traçar os principais vectores de resistência e de transformação, e as suas intercepções, contribuindo para o mapeamento de um complexo processo histórico marcado simultaneamente por significativas continuidades face ao Antigo Regime e pelo alvorecer da modernidade.

Como vectores de resistência é de destacar, no que se refere aos espaços de trabalho: a liberdade do uso do solo garantida pela omissão do Estado; a incipiente mecanização da produção industrial, induzida pela disponibilidade de mão-de-obra; a perseverança do papel da oficina em praticamente todos os sectores, mesmo que funcionando na dependência dos grandes empreendimentos; a persistência dos padrões de mobilidade ocupacional e social entre os diferentes estratos do universo operário; a monopolização do trabalho qualificado pelos homens e o emprego das mulheres nas tarefas indiferenciadas, ocasionais e pior remuneradas.

Nos espaços residenciais observam-se também significativas continuidades: na afluência de trabalhadores indiferenciados provenientes de áreas rurais e de trabalhadores qualificados oriundos de pequenos centros industriais na província e do centro da cidade; na omissão do Estado na regularização do crescimento e ordenamento das periferias urbanas e na consequente autonomia e liberdade dos pequenos proprietários fundiários para construir desregradamente; na também ainda limitada iniciativa dos industriais e outros empregadores para construir habitações e outras infra-estruturas para os seus empregados e na igual abstenção do Estado na mitigação das lacunas infra-estruturais e na prestação de serviços sociais; e, finalmente, no subdesenvolvimento da rede de transportes metropolitanos a preços acessíveis aos trabalhadores.

Nas redes sociais que atravessam os bairros operários também se verifica a manutenção: da vitalidade das redes de ofício e da endogamia profissional na defesa do valor e do mercado de trabalho; da indispensabilidade das redes familiares e comunitárias na organização dos movimentos migratórios, na integração das famílias recém-chegadas, no acesso ao mercado de trabalho industrial e na mitigação das carências materiais impostas pela insegurança do trabalho assalariado.

As estratégias dos trabalhadores são igualmente resilientes perante o processo de transformação em curso: os artesãos retardam a perda de controlo sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho, bem como a mecanização, desqualificação e desvalorização do trabalho manual masculino; as famílias trabalhadoras mantêm a ligação à terra e ao mar como estratégia para lidar com a precariedade do trabalho assalariado e continuam a gerir as economias domésticas com base na partilha dos salários.

Nas associações voluntárias também se perpetuam: as hierarquias do mundo do trabalho artesanal reflectidas nas primeiras associações; o paternalismo e a tentativa de tutela por parte das elites; a exclusão das mulheres, ou a limitação da sua participação na gestão das associações; a organização das associações profissionais com base nos ofícios e a preponderância dos trabalhadores qualificados; as práticas e funções herdadas do Antigo Regime, nomeadamente a multifuncionalidade, incluindo a previdência, a cooperação, a recreação, entre outras. É ainda de salientar a resistência do papel do Estado em reconhecer estas agremiações, primeiro, e o esforço das autoridades em limitar o seu âmbito e acção, o que induziu a germinação de agremiações de pequena dimensão.

Na acção colectiva é de destacar sobretudo a previvência: das lutas pelo controlo do processo produtivo e do mercado de trabalho; do recurso à violência e nomeadamente contra a mecanização e modernização; da organização dos movimentos com base em redes sociais informais, articuladas à escala do lugar, e o consequente envolvimento de diferentes estratos sociais no quadro do bairro popular.

Como vectores de transformação é de elencar, no que respeita aos espaços de trabalho: a concentração e o aumento de escala das unidades de produção, a emergência da fábrica e de áreas de vocação quase exclusivamente industrial; a introdução de maquinaria rudimentar em substituição do trabalho artesanal; a divisão e reorganização das tarefas e o emprego massivo de mão-de-obra não qualificada; a crescente disciplina, dependência e desqualificação do trabalho manual masculino; a feminização do trabalho indiferenciado e semi-qualificado.

No que concerne aos espaços residenciais, sublinhe-se: um expressivo crescimento populacional, derivado da progressiva fixação dos trabalhadores rurais sazonais e de mão-de-obra especializada absorvida pela indústria moderna em

expansão; a emergência com grande destaque e dramatismo do problema da habitação operária; a progressiva intervenção do Estado nesta esfera, nomeadamente na legislação das relações de inquilinato e na promoção de habitação social; a acção colectiva dos trabalhadores na mitigação da falta de equipamentos e serviços sociais.

Nas redes sociais e nos padrões de relacionamento interpessoal verifica-se sobretudo: a lenta dissolução dos laços de ofício e da comunidade artesanal; a emergência de uma nova endogamia social que integra os trabalhadores indiferenciados, semi-qualificados e os empregados não manuais, sobretudo os do comércio; a diluição das solidariedades organizadas nos contextos de partida em novos laços comunitários construídos nos bairros subúrbãos; a construção ou apropriação de espaços e equipamentos colectivos que procuram colmatar a omissão do Estado nesta esfera.

As estratégias individuais e colectivas das famílias trabalhadores também se diversificam progressivamente, mobilizando-se todo o grupo doméstico para o aproveitamento dos vários segmentos do mercado de trabalho industrial e urbano, mas também procurando integrar redes informais de entreajuda para mitigar os períodos de doença, falta de trabalho ou inabilidade.

Nas associações, saliente-se como indicadores de modernidade: a parcial integração do proletariado fabril nas associações profissionais; o surgimento de associações de base territorial mais inclusivas; a crescente identidade classista que assumem as associações de base operária; a formalização e estruturação translocal do movimento associativo nas suas diferentes tipologias.

O repertório de acção colectiva também evolui, dando lugar a movimentos reivindicativos extensivos e altamente organizados, mas também a novos movimentos na esfera do consumo, abrangentes e articulados à escala nacional, e, finalmente, protestos dirigidos ao Estado, reivindicando a assunção de funções sociais e exigindo a sua intervenção na regulação das relações laborais, mas também dos mercados de abastecimento e imobiliário.

Ao longo do período em análise, os vectores de transformação suplantam os de resistência, dando lugar em 1930 a uma realidade radicalmente diferente da de 1890. Não obstante, este processo decorreu de forma progressiva ao longo destes quarenta anos, verificando-se, num período intermédio, um relativo equilíbrio entre o peso destes vectores, com resultados sociais e políticos muito relevantes.

Assim, pode-se constatar que, em 1910, o mundo do trabalho industrial se caracterizava pela coexistência nas áreas industriais de grandes fábricas e de uma enorme plêiade de oficinas, bem como do trabalho artesanal em regressão com o semi-mecanizado em expansão, o que pôs em estreito contacto artesãos e proletariado fabril. Verifica-se também que a pervivência dos padrões de fluidez ocupacional oitocentista é concomitante com altas taxas de auto-recrutamento entre os trabalhadores manuais, caracterizando-se o universo operário naquela década por um mundo internamente estratificado mas pouco hierarquizado e relativamente fechado sobre si próprio. E, finalmente, observa-se que a entrada massiva das mulheres nas fábricas não deixa de reproduzir uma ancestral divisão sexual do trabalho, baseada no trabalho ao domicílio e nas antigas economias domésticas, nas quais era fundamental o salário do *chefe de família* e complementares da mulher e dos filhos.

Estas características favoreceram um interesse comum por parte dos trabalhadores, qualificados e indiferenciados, homens e mulheres, em salvaguardar o valor do trabalho manual masculino, procurando integrar as tarefas semi-qualificadas na estrutura salarial artesanal e resistir ao emprego de mulheres nas mesmas. A contínua pressão por parte dos industriais no sentido de substituir os salários masculinos por femininos, também induziu a solidariedade dos homens face às reivindicações salariais das mulheres.

Paralelamente, as áreas residenciais do subúrbio industrial continuam a ser palco de intensos fluxos migratórios, ao mesmo tempo que as famílias recém-chegadas tendem a fixar-se e a conhecer uma relativa estabilidade residencial graças à expansão do mercado de trabalho industrial. Este fenómeno, aliado à persistente ausência de transportes metropolitanos, induz uma crescente homogeneidade social destes espaços, pela sobreposição física dos locais de trabalho e residência.

Por outro lado, o Estado, ao mesmo tempo que continua a permitir a construção desregrada e a especulação imobiliária nestes contextos espaciais, não deixa de legislar no sentido de regular as relações de inquilinato, induzindo a contestação e a politização da questão da habitação. As autoridades locais mantêm igualmente limitadas funções, mas não deixam de reconhecer a necessidade de equipamentos e serviços, certificando o papel social das iniciativas colectivas no sentido de mitigar esta lacuna, normalmente pelo operariado organizado.

Este cenário, marcado por uma realidade material comum aos diferentes estratos do universo operário favorece a sua aproximação social e a evolução dos seus padrões de relacionamento, reflectida na articulação entre ancestrais e modernas redes sociais. De facto, como já foi referido, interceptam-se nestes sócio-espacos antigas redes de ofício paleo-industriais, presentes na região e trazidas por artífices e operários qualificados provenientes do centro da cidade e de outros centros industriais, e redes familiares e comunitárias provinciais, que mantêm a sua vitalidade enquanto se renovam os ciclos de migração, favorecendo a construção de um extenso e complexo tecido de conexões e solidariedades entre os trabalhadores.

Para além da solidariedade, todavia, os trabalhadores contavam com uma longa experiência no que respeita à persecução de estratégias de sobrevivência individuais e colectivas. Também neste campo, como já referimos, houve inovações, que não deixaram de se inspirar e perpetuar tácticas já testadas. A preservação do controlo sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho, por parte dos artesãos, não foi incompatível com a integração do trabalho semi-qualificado na estrutura salarial artesanal. A mobilização de todo o grupo doméstico na aquisição de rendimentos nos diferentes segmentos do mercado de trabalho industrial e urbano não se fez em detrimento dos trabalhos sazonais na agricultura e na pesca, o que favoreceu a capacidade de negociação dos trabalhadores. A persistência das economias domésticas baseadas na partilha dos salários não impediu que as mulheres trabalhassem na indústria, mas potenciou o empenho colectivo, de trabalhadores e trabalhadoras, na preservação do valor do trabalho manual masculino.

No que respeita às estratégias colectivas de carácter mais formal, também é de sublinhar que coexistem, neste período de transição, agremiações que herdaram o capital social e as práticas corporativas das associações do Antigo Regime com sociedades de novo tipo que procuram dar resposta às novas necessidades do proletariado urbano e assumem um carácter mais inclusivo. Este processo potencia um verdadeiro surto associativo e oferece aos trabalhadores um diversificado conjunto de serviços e espaços de participação e agregação.

É de destacar que o papel do Estado no sentido de limitar o âmbito das associações, ao mesmo tempo que potencia a germinação de pequenas associações, profundamente enraizadas nas comunidades de lugar, favorece a sua formalização e

articulação translocal. As federações e confederações nacionais das associações de socorros mútuos, cooperativas ou associações de classe desempenharam um relevante papel social e político nos contextos nacionais, onde não existiam ainda partidos operários de massas.

A acção colectiva nestes anos reflecte também a articulação: de lutas corporativas com a acção directa das massas proletárias; de protestos assentes em redes informais locais com movimentos organizados e extensivos; de greves locais, sectoriais e gerais; da contestação em torno do consumo, com a exigência da intervenção do Estado nas esferas económica e social. Como ilustrámos, esta articulação esteve na base dos grandes ciclos de agitação que marcaram a década de dez e, tendo em conta os paralelos estabelecidos com o mesmo fenómeno noutros contextos nacionais, com a crise revolucionária europeia que marca os últimos anos da guerra e os primeiros do pós-guerra.

5. FONTES

5.1 FUNDOS DOCUMENTAIS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Arquivo Salazar (1908-1974). Arquivos Nacionais Torre do Tombo

Colecção Associações de Classe (1843-1936). Arquivos Nacionais Torre do Tombo

Colecção cartográfica, fotográfica e iconográfica. Arquivo Municipal do Barreiro.

Colecção cartográfica, fotográfica e iconográfica. Centro de Documentação e Informação. Ecomuseu do Seixal.

Colecção cartográfica, fotográfica e iconográfica. Museu da Cidade de Almada.

Fundo da Administração do Concelho (1825 e 1939). Arquivo Municipal do Barreiro.

Fundo da Administração do Concelho de Almada (1839-1943). Arquivo Histórico de Almada.

Fundo da Administração do Concelho do Seixal. Arquivo Municipal do Seixal.

Fundo da Administrador do Concelho de Setúbal. Arquivo Distrital do Setúbal.

Fundo da Paróquia da Amora (1560-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia de Nossa Senhora da Anunciada (1581-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia de São Sebastião (1595-1911). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia de São Tiago de Almada (1635-1911). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia do Barreiro (1589-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia do Barreiro (1589-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia do Barreiro (1589-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo da Paróquia do Monte da Caparica (1575-1910). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do 1º Cartório Notarial de Almada (1567-1996). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do 1º Cartório Notarial de Setúbal (1581-1996). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do 1º Cartório Notarial do Barreiro (1879-1996). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial de Almada – 1º Ofício (1626-1919). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial de Almada – 2º Ofício (1568-1911). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial de Setúbal – 1º Ofício (1578-1900). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial de Setúbal – 3º Ofício (1761-1916). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial de Setúbal – 4º Ofício (1639-1902). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial do Seixal – 3º Ofício (1900-1916). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Cartório Notarial do Seixal (1845-1950). Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Governo Civil de Lisboa (1752-1990). Arquivos Distrital de Lisboa

Fundo oral do Museu da Cidade de Almada

Livros de registos de casamentos. Conservatórias dos registos civis de Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal

Plantas à escala 1:1000 das zonas urbanas da Península de Setúbal, 1942. Arquivo das Obras Públicas. Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

Processos das Associações de Socorros Mútuos e Cooperativas. Fundo da Direcção Geral do Comércio e da Indústria (1859-1911). Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

5.2 FUNDOS DOCUMENTAIS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Arquivo Histórico Social [c. 1900-199?]. Biblioteca Nacional

Espólio de José António Marques (1920-1969). Arquivo Municipal do Barreiro

Espólio Pinto Quartim (finais do século XIX até aos anos 50 deste século).
Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais.

Arquivo do Partido Socialista Português 1895 - 1967. Arquivos Nacionais Torre
do Tombo

Fundo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada (1892-
1930). Arquivo Histórico de Almada

Fundo da Associação de Socorros Mútuos Setubalense (1888-). Arquivo próprio

Fundo da Associação de Socorros mútuos Aliança Operária e piscatória da vila
do Seixal. Arquivo Municipal do Seixal

Fundo do Montepio da Nossa Senhora da Consolação em Arrentela. Arquivo
Municipal do Seixal

Fundo da Sociedade Filarmónica Protectora e Montepio da freguesia de Nossa
Senhora do Monte da Caparica. Arquivo Histórico de Almada

Fundo documental da Associação de Instrução e Recreio Familiar Almadense
(1895-). Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (1848-).
Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade Recreativa de Instrução e Recreio Barreirense
(1892-). Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade Democrática União Barreirense (1870-).
Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense (1867-).
Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade União Setubalense (1899-). Arquivo próprio

Fundo documental da Sociedade Musical Capricho Setubalense (1867-).
Arquivo próprio

Fundo da Cooperativa Cultural Popular Barreirense (1913-). Arquivo próprio

Fundo da Cooperativa Cultural Operária Barreirense (1913-). Arquivo próprio

Fundo da Cooperativa de Consumo Piedense (1893-). Arquivo próprio

Fundo do Luso Futebol Clube (1920-). Arquivo próprio

Fundo do Futebol Clube Barreirense (1911-). Arquivo próprio

Fundo do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas [1939-1978]. Museu do Trabalho de Setúbal

Fundo do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros, secções de Almada e Seixal [1939-1978]. União dos Sindicatos de Setúbal

Fundo do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil, secção do Barreiro. União dos Sindicatos de Setúbal

Espólio Sindicato dos Ferroviários (1888-2000). Arquivo Municipal do Barreiro

Livros de ponto da Cork Company Limited de 1895 e 1896. Fundo da Casa Reynolds. Arquivo Municipal do Barreiro

Fundo da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1860-1975). Centro Nacional de Documentação Ferroviária.

5.3 FONTES PUBLICADAS

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social, Boletim de Previdência Social, 1916-1934

Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição do Trabalho Industrial, Boletim do Trabalho Industrial, nº1 à 163, 1906-1939

PIRES, Caldeira, Anuário comercial ou anuário oficial de Portugal Ilhas e Ultramar. A. 17 (1897)-a. 21 (1901). Lisboa: Imprensa Nacional, 1896-1900

PIRES, Caldeira, Anuário comercial ou anuário oficial de Portugal Ilhas e Ultramar.. A. 22 (1902)-. Lisboa: [s-n.], 1902-

ALBUQUERQUE João da Costa Brandão e - **Censo de 1864 - relação das freguesias do continente e ilhas: população, sexos, fogos ; divisão civil, militar, judicial e eclesiástica**. Lisboa, 1866.

ALBUQUERQUE João da Costa Brandão e - **Censo de 1878 - relação das freguesias do Continente e Ilhas: população, sexos, fogos**. Lisboa, 1879.

Ministério de Obras Públicas, Comercio e Industria, Repartição de Estatística Geral - **Censo da população do Reino de Portugal no 1o de Dezembro de 1890**. Vol. I : Fogos-população de residencia habitual e população de facto; sexo, naturalidade, estado civil e instrução. - Vol. II : População de facto agrupada segundo as idades, distinguindo o sexo, o estado civil e a instrução elementar. - Vol III : população de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais por sexos e grupos de idades, numero e composição das familias. Lisboa : Imprensa Nacional. 1896-1900.

Instituto Nacional de Estatística - **Censo da população de Portugal no 1o de Dezembro de 1911**. Parte I : Fogos - população de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução. - Parte II : População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução : quadros comparativos. - Parte III : Cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados, por sexos. - Parte IV : Longevidade - indivíduos de 80 ou mais anos, agrupados por idades, distinguindo o sexo. - Parte V : População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, por grupos de idades. - Parte VI : Censo das povoações : fogos - população de facto classificada por distritos, concelhos, freguesias e povoações. Lisboa : Imp. Nacional, 1913 e 1917

Direcção Geral de Estatística - **Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1930**. Vol. I : Famílias, população de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução. - Vol. II : População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução. - Vol III : População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão. - Vol IV : Número de cegos, surdos-mudos e alienados, distinguindo sexo, idades, naturalidades, estado civil e instrução. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933e 1934.

Ministério das Obras Públicas do Comercio e da Industria - **Repartição de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal – 1884**. Lisboa, 1886.

Ministério das Obras Públicas - **Inquérito Industrial de 1881**. Lisboa, 1881.

Direcção Geral do Commercio e Industria - **Inquérito industrial de 1890**, Lisboa, 1891.

Ministério das Obras Públicas do Comercio e da Industria - **Inquérito aos pateos de Lisboa – 1902 e 1905**, Lisboa, 1903 et 1905.

Ministro das Obras Públicas e Comunicações - **Inquérito sobre o abastecimento e saneamento das sedes dos concelhos do país, realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações**. Lisboa, 1934

Oliveira, Soares José António de; Neto, Carlos Amaral; Mexia, Joaquim Nunes - **Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto**. Lisboa: Typographia de A Editora, 1912.

Organização das Associações de Socorros Mútuos aprovada por decreto de 2 de Outubro de 1896. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917

Câmara Municipal de Almada - **Estudos dos núcleos históricos de Almada: Rua Manuel Febrero – Cova da Piedade**. Texto policopiado, 1988

GUIMARÃES, Gonçalves - **Memória Histórica dos Antigos Comerciantes e Industriais de Vila Nova de Gaia**. Vila Nova de Gaia : Associação Comercial e Industrial, 1997

Inquérito sobre as condições de trabalho manual nas fábricas de tabaco e situação dos respectivos operários de 1887. Lisboa : Imp. Nacional, 1887

Federação Corticeira Nacional – **Legislação sobre a indústria corticeira actualmente em vigor**. Lisboa: Americana, 1925

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal; o Grémio dos Industriais de Conservas de peixe do Centro; Sindicato Nacional dos Operários da

Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal - **Indústria de conservas de peixe: Contrato colectivo de trabalho.** - Setúbal : [s.l.], 1943.

CORRÊA, J. Candido - **Memória sobre a industria da pesca em Portugal.**
Lisboa: Tipografia Freitas Brito, 1927.

5.3 IMPRENSA

Título	Local	Anos	Autores
A Capricho	Setúbal	1924-1927	dir. J.A.Pinto
ABC	Setúbal	1915-	
Acção	Barreiro	1920-1924	
Acção Cooperativa	Lisboa	1922-1925	prop.e dir.FNC, red.princ. Armando Marsano
Acção Desportiva	Barreiro	1924	red. José de Oliveira Gendre
Acção Regionalista	Barreiro	1935-1937	ed. João Inácio Nunes, dir. Tomé Vieira
Almada Sport	Almada	1922-1923	ed. Luís Salgueiro, dir. António Serra, red. Carlos Rodrigues
Almadense, O	Almada	1928-1932	dir. João Luís Cruz,
Almadense, O	Almada	1933-	dir. Felizardo Artur, Sebastião Lopes, Pinto Gonçalves
Alvorada	Setúbal	1911-1915- 1929	dir. Rui Matos Paulo
Alvorada	Setúbal	1918-1920	
Aldegalense, O	Montijo	1895-1899	
Aldegalense, O	Montijo	1896	ed. Jacinto Pedro d'Oliveira
Aldegalense, O	Montijo	1896	ed. Jacinto Pedro d'Oliveira
Aldegalense, O	Montijo	1898	ed. Jacinto Pedro d'Oliveira
Aldegalense, O	Montijo	1899	
Alma Académica	Setúbal	1927	dir. Fernando Almeida
Almanaque d' A Batalha para 1926	Lisboa	1926	
Almanaque d' A Luta para 1910 e 1911	Lisboa	1909	
Ar Livre	Setúbal	1934	dir. Heliodoro Silva
Arrentela, O	Arrentela	1934	ed. Augusto Gama Reis
Arrentela, O	Arrentela	1935	ed. Augusto Gama Reis
Associação, A	Setúbal	1898	

Azeitonense, O	Azeitão	1919-1920	dir. Gastão Faria de Bettencourt, ed. Empresa Azeitonense
Avante	Barreiro	1909-1910	fundado pelo Centro Socialista do Barreiro
Batalha, A	Lisboa	1919-1927	Dir: Alexandre Vieira e Manuel Joaquim de Sousa
Bandeira, A	Setúbal	1910-1911	dir. R. Ramos
Barreirense, O	Barreiro	1927-1928	dir. J.J.Fernandes Canhão
Barreirense, O	Lisboa	1933	dir. António P. Marques
Barreiro, O	Barreiro	1932-1935	dir. António Augusto dos Santos
Binóculo, O	Setúbal	1923	dir. Jorge Claro e Alberto Fialho, prop. O Setubalense
Boletim Corticeiro	Lisboa	1925-1926	red. Calisto Grilo, ed. J. Cabruja
Boletim do Grupo Desportivo dos Empregados do Comércio	Setúbal	1931	dir. Eduardo Pedro Gomes, ed. Grupo Desportivo
Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência	s.l.	s.d.	
Bombeiros Voluntários de Setúbal	Setúbal	1933	
Cabra-cega, A	Barreiro	1919-1920	dir. Júlio Costa, prop. Júlio Isidro
Cadernos Corporativos	Lisboa	1933	ddir. Augusto da Costa
Capricho, O	Moita	1933	prop. da Sociedade Filarmónica Moitense
Cegarrega, A	Setúbal	1911	dir. Jorge Martinho Claro, ed Zophino Luz
Cegarrega, A	Setúbal	1912	
Cetóbriga	Setúbal	1926	dir. Óscar Pacheco
Cetóbriga	Setúbal	1933	ed. Miguel Rodrigues Bastos
Cezimbrense, O	Sesimbra	1894	red.princ. Francisco Pacheco
Cezimbrense, O	Sesimbra	1919-1920	
Cezimbrense, O	Sesimbra	1926-1935	dir. Abel Gomes Pólvora
Cidade, A	Setúbal	1929	ed. António Águas Pratas
Clamor da Pátria, O	Montijo	1890	ed. Aniceto Gomes
Clamor da Pátria, O	Montijo	1890-1892	
Comarca, A	Montijo	1888	red. Garcia de Lima, prop. José Rodrigues
Comarca, A	Montijo	1888	red. Garcia de Lima

Comarca, A	Montijo	1909-1910	
Combate, O	Setúbal	1908	
Comemoração	Setúbal	1910	
Comércio de Setúbal, O	Setúbal	1899	
Comércio de Setúbal, O	Setúbal	1901	
Comércio e Indústria	Setúbal	1909-1911	
Concelho do Barreiro, O	Barreiro	1897	red. Domingos Figueiredo Silva
Concelho do Barreiro, O	Barreiro	1897	red. Domingos Figueiredo Silva
Concelho do Barreiro, O	Barreiro	1931	dir.e ed. Ernesto da Costa Lisboa
Conserveiro, O	Setúbal	1933	dir. dos Sindicatos Nacionais dos Operários da Indústria de Conservas de Portugal, ed. Ismael Rodrigues
Construção Civil, A	?	1913	ed.da Associação de Classe da Construção Civil da Região Sul, red. Francisco Aparício
Correio de Sports	Setúbal	1930	prop. Diário Setubalense, jornal de desporto e ed. Física, red. Neto Gomes e António Fráguas
Correio do Sado	Setúbal	s.d.	
Correio do Sado	Setúbal	1916	dir. António Fonseca Duarte, ed. Amílcar Soromenho Coelho
Correio do Sado	Setúbal	1932	dir.e ed. Álvaro Prazeres, Prop. Gráfica de Setúbal
Correio do Seixal	Seixal	1913	
Correio do Sul, O	Almada	1910-1913	
Cortiças de Portugal	Lisboa	1928-1932	dir. Paulino José Machado, dir. António Frederico Assis
Corticeiro, O	Almada	1899	
Corticeiro, O	Lisboa	1909	dir. José Tavares
Corticeiro, O	Lisboa	1909-1914-1930	dir. José Tavares
Defensor da República	Setúbal	1919	dir. Alberto Junqueiro da Rosa, ed. José Pacheco e Chaves
Democracia Nova	Setúbal	1923	dir.política José Cândido Godinho, ed. Jorge Chaves
Desafronta, A	Montijo	1912	
Despertar, O	Almada	1922-1924	dir. Gil Gonçalves, ed. Quinino Rocha
Despertar, O	Trafaria	1922-1926	dir. Gil Gonçalves, ed. Quinino Rocha
Destino, O	Setúbal	1922	ed. Fernando Ventura
Diabo, O	Barreiro	1911	ed. Alípio das Neves, dir. Júlio Costa
Diabo, O	Barreiro	1923	dir.e.ed. Júlio Costa

Diário de Setúbal, O	Setúbal	1932	dir. Joaquim Ameixa, admi.e prop. Tipografia Simões
Distrito, O	Setúbal	1886-1899	red.princ.Campos Rodrigues
Distrito, O	Setúbal	1886-1908	
Distrito de Setúbal, O	Setúbal	1927	dir.Lameiras de Figueiredo
Domingo, O	Montijo	1901-1904-1920	
Domingo, O	Montijo	1903	ed.e prop.José Augusto Saloio
Eco Administrativo, O	Barreiro	1927-1928	dir.Mário Ramos
Eco de Alcochete, O	Alcochete	1896	red.princ.João Baptista Nunes Júnior
Eco de Alcochete, O	Alcochete	1896	red.princ.João Baptista Nunes Júnior
Eco de Almada, O	Almada	1911	
Eco de Setúbal, O	Lisboa	1893	dir.pol.e lit. Paulino d'Oliveira, ed.Paulo Fonseca
Eco de Setúbal, O	Setúbal	1932-1934	dir.António José Fráguas
Eco do Barreiro, O	Barreiro	1922	ed.Eco do Barreiro, ed.Leonel (Leonardo?) Carvalho
Eco do Barreiro, O	Barreiro	1923-1929	
Eco Metalúrgico, O	Lisboa	1927-1931	
Ecos da Cidade	Setúbal	1924	secre.red.e ed. Óscar Pacheco
Ecos do Barreiro	Barreiro	-1913	
Ecran, O	Setúbal	1931-1933	dir.Miguel Manjua, prop.ed.red. Jacques Tavares da Silva
Elmano, O	Setúbal	1893	
Elmano, O	Setúbal	1893	red. Manuel de Padilha
Elmano, O	Setúbal	1894	red.princ.Manuel de Padilha, ed.resp. Ernesto Albano da Cunha
Elmano, O	Setúbal	1895	red.princ.Manuel de Padilha, red.gerente Leonardo Duarte Júnior
Elmano, O	Setúbal	1898-1922	
Espectro, O	Moita	1913	dir. António Carvalho
Espírita, O	Barreiro	1920-1921-1924-1926	
Estivador, O	Lisboa	1930-1933	ed. António Maria da Silva
Eu sei tudo	Setúbal	1918	dir. Marília Martins, adm.e ed. Augusto Martins

Evolução	Montijo	1913	
Evolução	Montijo	1914-1915- 1918-1919	
Excursionista,O	Almada	1933	dir. Raimundo José Moreira
Expansão de Setúbal	Setúbal		
Expansão de Setúbal	Setúbal	1935	dir. J.M. Gomes
Exposição Operária em 1889, A	Lisboa	1889	
Fadinho,O	Setúbal	1910	
Ferro em Brasa	Setúbal	1924	prop. Empresa Gráfica Lda., dir. Carlos de Almeida Trigo
Festa, A	Almada	1900	
Festa, A	Almada	1900	
Filme, O	Setúbal	1934	dir. Miguel Manjua, ed. Jacques da Silva
Folha de Setúbal, A	Setúbal	1899-1900	
Folha de Setúbal, A	Setúbal	1912-1915	dir. pol. Joaquim Brandão, ed. Fernando Aval. Prop. Grupo Solidariedade Republicana (
Folha de Setúbal, A	Setúbal	1923	dir. pol. Joaquim Brandão, adm. Fernando Aval, prop. A Folha de Setúbal
Francês, O	Barreiro	1930-1932	dir. José Pedro Gomes, ed. Manuel da Silva Simplício
Futuro, O	Moita	1917	
Gazeta Académica, A	Setúbal	1923-1924	ed. Fernando Palma Soares, secr. red. Francisco Torres Vieira
Gazeta de Almada	Almada	1921	red. princ. C. Hereno
Gazeta de Almada, ou Telescópio Português	Lisboa	1809-1910	
Gazeta de Palmela	Palmela	1929	dir., ed. Mário Lino Silva
Gazeta de Setúbal	Setúbal	1933	dir. Joel Mira, prop., ed. Eurico Maia
Gazeta Setubalense, A	Setúbal	1924	dir., prop., ed. Afonso de Macedo e Castro
Gente Moça	Barreiro	1923	dir. Artur Marques Esteves, ed. Celestino Taborda
Germinal	Setúbal	1903-1907- 1913	
Germinal	Setúbal	1910	red., prop. Martins dos Santos, adm. José Gago da Silva

Greve, A	Lisboa	1908	
Heraldo, O	Setúbal	1907	
Heraldo, O	Setúbal	1908	
Ideia, A	Montijo	1931-1932	adm.e prop. António Tavares Marques
Ideia, A	Montijo	1934	dir. António Rosado
Ideia Nacional	Setúbal	1934	dir.e prop.Comissão Municipal da União Nacional, ed. Jorge Santos
Ideia Nova	Setúbal	1917	
Independente, O	Setúbal	1907-1909	
Indústria, A	Setúbal	1923-1930-1934	red.prin.Artur José da Silva, ed. António Alves da Mota
Infantil, O	Sesimbra	1931-1933	dir. António Nunes Gonçalves
Infantil Ilustrado, O	Setúbal	1931-1938	corpo dir. Celso Fonseca e outros, ed. Cordeiro Boto
Inquilinato, O	Porto	1922	red., ed. Direcção de A Fraternal
Instituto, O	Barreiro	1932	red., ed. Comissão Administrativa do Instituto
Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste	Barreiro	1932	red., ed. Comissão Administrativa do Instituto
Jornal de Almada	Almada	1916-1918	
Jornal de Cezimbra, O	Sesimbra	1899	adm. Marques Pereira, ed. Felix Cascais
Jornal de Debates	Setúbal	1924	dir. José Cândido Godinho
Jornal de Sesimbra, O	Sesimbra	1899	
Jornal de Setúbal	Setúbal	1915	dir. Afonso de Macedo e Castro, ed.e. Prop. Frederico Gouveia
Jornal de Sports	Setúbal	1929-1931	dir. Mário Rocha, ed. Alfredo Gomes da Silva
Jornal do Montijo	Montijo	1933	dir. Alfredo Oliveira, ed.e.adm. João Lopes
Jornal dos Pequeninos, O	Setúbal	1907-1908	
Justiça, A	Setúbal	1915	dir.e.ed. Silvério Júnior
Justiça, A	Setúbal	1920	dir.e.ed. Libânio Braga
Independente	Setúbal	1907-1909	
Indústria, A	Setúbal	1923-1930-1934	red. Artur José da Silva
Infantil, O	Sesimbra	1931-1933	dir. António Nunes Gonçalves
Infantil Ilustrado, O	Setúbal	1931-1938	dir. Celso Fonseca e outros, ed. Cordeiro Boto
Influências do franquismo nas classes operárias	Lisboa	1905	
Instituições, As	Almada	1890	red. Viriato Tavares

Instituto,O	Barreiro	1932	red.e.ed. Comissão Administrativa do Instituto
Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste	Barreiro	1932	red.e.ed. Comissão Administrativa do Instituto
La Vero	Barreiro	1922-1923	
Lespa	Barreiro	1933	
Liberal, O	Almada	1902-1904	
Liberal, O	Almada	1905-1906	
Liberdade, A	Montijo	1921-1925	prop.da empresa A Liberdade, dir.e.ed. Manuel Paulino Gomes
Libertador, O	Setúbal	1901	
Luso Foot Ball Club	Barreiro	1936	
Luso Sport	Barreiro	1926	dir. Vitor Hugo Velez Frito, red. Carlos Jerónimo Soares, ed. Guilherme Vasconcelos
Luz, A	Barreiro	1913	
Margem Sul, A	Almada	1932	dir.,prop.e ed. Felizardo Artur, adm. João Silva
Metalúrgico, O	Lisboa	1902	
Metalúrgico, O	Lisboa	1904	
Mocidade, A	Cova da Piedade	1924	dir. Paiva Correia
Mocidade, A	Setúbal	1905-1933	dir.Joaquim Cabacinha
Montijo	Montijo	-1930	dir. João António Xavier Lopes, prop.e.ed. Renato Augusto Soares, adm. Frederico Guilherme Ribeiro Costa
Mosquito, O	Caramujo	1894	ed. Garcia Lima
Mosquito, O	Mutela- Almada	1894	ed. Garcia Lima
Mosquito, O	Mutela- Caramujo	1894	
Mosquito, O	Setúbal	1915	prop. Gomes & Lança, dir. Augusto Gomes
Mundo Corticeiro, O	Barreiro	1922	dir. Horácio Alves, ed. Alberto Tomé Vieira
Município, O	Setúbal	1923-1924	dir. Henrique Augusto Pereira, adm.e ed. Diogo de Brito
Nabo, O	Setúbal	-1913	dir.e prop. Augusto C. Campos
Notícias de Almada	Almada	1905	
Notícias de Almada	Almada	1928	dir.José Martins Vieira e outros
Notícias do Montijo	Montijo	1932	dir. Teodoro da Silva, ed. Passos de Figueiredo
Notícias do Montijo	Montijo	1934	

Notícias de Setúbal	Setúbal	1908	dir. Luís Cardim
Notícias de Setúbal	Setúbal	1909	
Onze de Abril, O	Sesimbra	1901	
Opinião, A	Setúbal	1889	
Opinião, A	Setúbal	1889	
Opinião, A	Setúbal	1889	
Opinião, A	Setúbal	1889	
Rail, O	Barreiro	1915	dir. João dos Santos Pimenta, prop.da empresa “O Rail”
Raio X,O	Barreiro	1921-1922	dir. João Ramalho Gaspar, Guilerme Aníbal Vasconcelos, ed. Leonardo Carvalho, prop. Grupo Editor O Raio X
Ratazana, A	Setúbal	1926-1927	dir.Luís Dias e outros
Rato, O	Setúbal	1891	red.princ. Cipião Heitor
Rato, O	Setúbal	1891	adm. H.G.Sant'Anna
Rato, O	Setúbal	1891	
Razão, A	Montijo	1916-1921	prop.Centro Republicano Democrático, dir.pol. Manuel Paulino Gomes
Reclamo, O	Setúbal	1909	
Recreio do Povo, O	Setúbal	1932	dir.ed.Alberto Fialho, prop. Empresa do Grande Salão de Recreio do Povo
Recreio e Sport	Sesimbra	1928-1929	dir. Abel Ribeiro, adm.António Baptista, ed. Luís Palma, secr.red. João Crespo
Reformista, O	Almada	1921	ed. Eugénio Chagas, prop.e.dir. António Moura
República, A	Setúbal	1910-1922	prop.e ed. Luís Silva
República Radical, A	Barreiro	1924-1925	red. Henrique José Sousa Rodrigues,Ludgero Conceição Cigarrito, ed. Albino Maria Figueiredo
Restauração	Setúbal	1918-1920	dir. Augusto Costa
Revista de Setúbal	Setúbal	1899-1906	
Revista de Setúbal	Setúbal	1907-1909	
Revolta de Almada, A	Lisboa	1926	dir. José Maria de Almeida Júnior
Ribatejo, O	Moita	1922-1923	dir. Luís Costa Santos, secr. António Pessoa, ed. Manuel Raia
Ribatejo, O	Montijo	1899	ed. Thomaz Lopes
Riso, O	Barreiro	1930	dir.e ed. Januário Ramos Toscano
Riso, O	Barreiro	1930-1931	dir.e ed. Januário Ramos Franco, red. Américo Marinho
Roteiro, O	Setúbal	1909	

Rotunda, A	Almada	1917	dir. Raul Carvalho
Sadino, O	Setúbal	1930	dir. Moreira Silva, Ferreira Mota, Eugénio Chagas e José Rafael
Sado,O	Setúbal	1908-1909	
Sado,O	Setúbal	1929	dir. e prop. Francisco Marques Pereira, ed. João Mariano Carvalho
Sado Reclama	Setúbal	1929-1934	
Seixal, O	Seixal	1928	dir. Duarte Alves e outros
Seixal Futebol Club, O	Seixal	1936	
Seixalense, O	Seixal	1902	
Seixalense, O	Seixal	1902	
Seixalense, O	Seixal	1925-1932	red princ. Casanova Ferreira, secr. António Alves Ferreira, ed. José Martins
Semana de Setúbal, A	Setúbal	1922-1923	dir. José Cândido Godinho
Semana de Setúbal, A	Setúbal	1927	dir. Guilherme Faria
Semeador, O	Setúbal	-1915	dir. Comité Dirigente do Centro
Sesimbrense, O	Sesimbra	1894	red. Princ. Francisco Pacheco, secr. Artur Moita
Sesimbrense, O	Sesimbra	1894	
Setúbal Sport	Setúbal	1927-1928	dir. José Severino e outros
Setubalense, O	Setúbal	1856-1908	resp. José Carlos Almeida Carvalho
Setubalense, O	Setúbal	1920-1922-1936-1937-1938	dir.Luís Faria Trindade
Setubalense Sports	Setúbal	1928	dir. Amílcar Soromenho Coelho
Sindicalista, O	Lisboa	1910.1916	
Sociedade Filarmónica União Seixalense	Seixal	1921	ed. Alfredo dos Reis Silveira
Sport Barreirense, O	Barreiro	1930	dir. Ferro Gomes, adm.Manuel Silva Simplício, ed. José Francisco Ferreira
Sport Setúbal	Setúbal	1921-1924	ed. João de Matos Sepúlveda Dias
Stick,O	Setúbal	1932	
Sul, O	Setúbal	1901-1902	
Sul do Tejo, O	Barreiro	1893	dir. Afonso Trigueiros, ed.resp. Augusto César Vasconcelos
Sul do Tejo, O	Barreiro	1893	dir. Afonso Trigueiros, ed.resp. Augusto César Vasconcelos
Sul do Tejo, O	Seixal	1901-1902	
Sul e Sueste	Barreiro	1919-1920-1921-1931	red. Princ. Miguel Correia, prop. Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste

Terra e Liberdade	Barreiro	1930	red. Pedro Lourenço, Germina Brandão, Eduardo Ferreira Júnior, adm. Virgílio Barroso, prop. Grupo Editor Terra e Liberdade
Trabalho, O	Setúbal	1900-1904-1907-1909-1910-1921	
Trabalho, O	Setúbal	1905-1906	
Trafaria, A	Trafaria	1917-1918	dir. José Rocha Júnior
Verdade, A	Almada	1923	
Verdade Nua e Crua, A	Almada	-1923	dir. José Martins Vieira, António Pereira Cruz, ed. Joaquim Barreto Monteiro
Vigilante, O	Barreiro	1925-1926	red. princ. Gregório Matoso, ed. Adriano Pimenta. Prop. Grupo Editor
Vila, A	Almada	1894	secr. red. Alberto Carlos de Carvalho Pessoa, ed. Joaquim Pedro dos Santos
Vila, A	Almada	1894-1896	adm. Aprígio Augusto Serra Moura, secr. red. Alberto Carlos de Carvalho Pessoa, ed. Joaquim Pedro dos Santos
Vitória, A	Moita	1911	
Vitória, A	Setúbal	1929-1933	dir. ed. Santos Ferro, adm. A. Barroso
Vitória, A	Setúbal	1932	
Voz da Amora, A	Amora	1916-1919	dir. Damião Valdez Mendes, prop. e ed. Manuel Saraiva Carvalho
Voz da Mocidade, A	Setúbal	1915	dir. Gumerzinho Pires de Rocha, ed. Alberto Junqueira da Rosa
Voz da Mocidade, A	Setúbal	1915-1916	dir. Gumerzinho Pires de Rocha, ed. Alberto Junqueira da Rosa
Voz de Almada, A	Almada	1927	dir. J. Alaiz
Voz de Setúbal, A	Setúbal	1929	dir. e ed. António Luís Pinto Guimarães, red. Alfredo Luciano da Silva
Voz do Barreiro, A	Barreiro	1900	ed. Cândido Chaves, prop. e red. Pereira de Gouveia
Voz do Barreiro, A	Barreiro	1930-1934	dir. Aníbal Pereira Fernandes, ed. António Ferreira
Voz do Barreiro, A	Barreiro	1900	
Voz do Descarregador, A	Almada	1896	
Voz do Descarregador, A	Almada	1896	
Voz do Povo, A	Montijo	1898	
Voz do Povo, A	Montijo	1898	prop. dir. adm. J.P. d'Oliveira, ed. Thomaz Rodrigues Mathias
Voz do Povo, A	Montijo	1898	
Voz do Seixal, A	Seixal	1927-1928	dir. Vargas Silva e outros,

Voz do Seixal, A	Seixal	1927-1940	dir. vargas Silva e outros, adm.e.ed.Amadeu Dinis,prop. Do grupo Editor “A Voz do Seixal”
Voz Sindical, A	Setúbal	1923-1926	dir. princ. João Maria Moya, ed. Januário Conceição Silvino

6. BIBLIOGRAFIA

ABELEDÓ, Maria Luisa Muñoz, «Políticas patronales y sindicales en el sector de conservas de pescado (1890-1936)». In: BORDERÍAS, Cristina (coord.) - **Género y políticas del trabajo en la España contemporánea: 1836-1936**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007, p229-247

AFONSO, Albérico, «Linhas de evolução da Indústria Conserveira em Setúbal». In: "Actas do 1.º Encontro de Estudos locais Distrito de Setúbal" p. 17-44

AFONSO, Fátima - «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», Carta do Património do Concelho do Seixal, n.º 42 (2007) p14-17

AFONSO, Fátima, «O sítio industrial da Mundet (Seixal)», Ecomuseu Informação, n.º 46 (2008) p15-17

AGULHON Maurice e BODIGUEL Maryvonne - **Les Associations au Village**. Le Paradou: Actes Sud, 1981.

AGULHON, Maurice, «Exposé de clôture». In: LEVASSEUR, Roger (dir.) - **De la sociabilité. Spécificité et mutations**. Montréal: Éditions du Boréal, 1990, p327-345.

ALDEIA, João Augusto, «Industrialização e Socialismo em Sesimbra no final do século XIX». In: MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias – Monteiro, Bruno; Pereira, Joana Dias - **De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal**, no prelo.

ALEXANDER R. S., Europe's uncertain Path: State formation and Civil Society, p221

ALHO, Albérico Afonso Costa - **Cronologia geral da história de Setúbal (1249-1910)**. Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal, 1988.

ALHO, Albérico Afonso Costa - **Cronologia geral da história de Setúbal (1249-1910)**. Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal, 1988.

ALMEIDA, Ana Nunes de - **A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro**. Lisboa: [s.n.], 1990.

ALMEIDA, Ana Nunes de, «Trabalho feminino e estratégias familiares». Análise Social, Vol. XXI, 1.º, n.º 85 (1985) p7-4

ALVAREZ, José Sierras, «Linajes obreros: movilidad geográfica y continuidad profesional en el tránsito de la manufactura a la fábrica». In: CASTILLO, Santiago (coord.) – **El trabajo a través de la historia: Actas del II Congreso de la Asociación de Historia Social**. Madrid: Asociación Historia Social, 1996, p329-336

AMINZADE, Ronald, «The transformation of Social Solidarities in Nineteenth-Century Toulouse». In: MERRIMAN, John M. (dir.), **Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe**. Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979, p85-106

ANDRADE, Inácio Rebelo de - **Cooperativismo em Portugal: das origens à actualidade**.

ANSELL, Christopher K. - **Schism and solidarity in social movements: The politics of labor in the French Third Republic**. Cambridge: University press, 2001.

ANTONIOLI, MAURIZIO E GANAPINI, LUIGI - **I SINDACATI OCCIDENTALI DALL'800 AD OGGI IN UNA PROSPETTIVA STORICA COMPARATA**. PISA: BIBLIOTECA FRANCO SERANTINI, 1995.

ARRANJA, Álvaro - **A indústria de conservas de peixe em Setúbal : (1930-1960)**. [s.n. : s.l., 1988]. Documento fotocopiado.

ARRANJA, Álvaro - **Anarco-sindicalistas e republicanos: Setúbal na I República**. [Setúbal]: Centro de Estudos Bocageanos, 2009.

Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste - **A Greve de 30 de Setembro de 1921. A atitude e o procedimento da Confederação Geral do Trabalho**. Lisboa: Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, 1921.

ÁVILA, Carlos Lobo de - **Movimento Operário em Portugal** – Lisboa: Ferreira & Oliveira, s.d., (Inclui Carta de Anselmo de Andrade)

BACELAR, José - **A greve de Barcelona**. Lisboa: Typ. do Expresso, 1902. (Biblioteca operária)

BALLON, Pieter - “Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres”, in *Revue Belge d'Histoire Contemporaine*, XXVIII, 1998.

BAÑALES, José Luis Oyon, «Historia urbana e historia obrera: Reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», Historia Social, n.º 24 (2002) p45-49

BAÑALES, José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», Historia Social, n.º 58 (2007) p123-151

BAPTISTA, Jacinto - ‘‘Emílio Costa e a sua Contribuição para a definição ideológica operaria portuguesa durante a Primeira Republica’’ in *Diário Popular* de 3 de Novembro de 1977

BARATA, Ana Reis e GAUTIER, Rosa - **O Barreiro na transição do século XIX para o século XX**. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 2005.

BARRETO, José, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», Análise Social, vol. xxix, 125-126 (1994 - 1.º-2.º) p287-317

BASTIEN, Bernard, **Saint-Denis : évolution urbaine, évolution du mode de vie et de la sociabilité populaire**. Thèse de 3e cycle d’Histoire, Univ. Paris VII, 1984.

BATTILANI Patrizia - «Consumer cooperation in Italy: a network of cooperatives with a multi-class constituency». Comunicação apresentada no congresso Towards a global history of consumer co-operation, Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012.

BLANCHET, Didier e KESSLER, Denis, «La mobilité géographique de la naissance au mariage». In: Dupâquier, Jacques et Kessler, Denis - **La société française aux XIXe siècle: tradition, transition, transformations**. Paris: Fayard, 1992. p343-377

BONACCHI, Gabriella e PESCAROLO Alessandra - «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana», Movimento Operaio e Socialista, ano III (1980) p39

BORDERIAS, Cristina, «Introducción: Instituciones y género en la formación de los mercados de trabajo». In: Cristina Borderias (coord.), **Género y políticas del trabajo en la España contemporánea: 1836-1936**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007, p9-38

BOTELHO, Adriano - “Hilário Marques (1878/1949)” in *A Ideia* n. 5 de Junho de 1976

BRÁS, Rui Manuel - **Formas Institucionais e Sistemas de Valores: as associações de Sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo**. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, ISCTE, 1996.

BREUILLY, John - *Labour and Liberalism in nineteenth Europe: essays in comparative history*. Manchester: Manchester University Press, 1994.

BREULLY, John, «Artisan economy, ideology and politics: the artisan contribution to the mid-nineteenth-century European labour movement». In: John Breully (coord.), *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: Manchester University Press, 1994. P76-114

BRUNET, Jean Paul - **Une banlieue ouvrière: Saint-Denis (1890-1939): problèmes d'implantation du socialisme et du communisme**. Lille: Service de Reproduction des Theses, 1982.

CABRAL, Manuel Vilaverde - **O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX**. Porto Regra do Jogo, 1976.

CABRAL, Manuel Vilaverde, «Situação do operariado nas vésperas da implantação da República» in *Análise Social*, vol. XIII/50 (1977-2º) p419-420

CABRAL, Manuel Villaverde - **Portugal na Alvorada do Século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979

CALHOUN, Craig, **The roots of radicalism: tradition, the public sphere and early nineteenth-century social movements**. Chicago: The University of Chicago, 2012.

Câmara Municipal de Almada - **Estudo dos núcleos históricos de Almada: Caramujo e Romeira**. Texto policopiado. 1988

Câmara Municipal de Setúbal - **Setúbal Anos vinte**. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1986.

Câmara Municipal de Setúbal. Departamento Sociocultural - **A história do abastecimento da água a Setúbal e hábitos de higiene**. Setúbal : Câmara Municipal, 1994. Fotocópia

Câmara Municipal do Barreiro - **O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado**. Barreiro: Câmara Municipal, 2005

CARDOSO, José Luís e Rocha Maria Manuela, «O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente», Análise Social, vol. XLIV/192 (2009) p439-470

CARMONA, Rosalina - **Barreiro: O lugar e a História: séculos XIV a XVIII**. Barreiro: Junta de freguesia do Barreiro, 2009.

CARMONA, Rosalina; CARVALHO, Guta de - **Do Barreiro ao Alto do Seixalinho: um passado rural e operário**. Alto do Seixalinho: Junta de freguesia de Alto do Seixalinho, 2005.

CARQUEJA, Bento - **O povo português: aspectos sociais e económicos**. Porto: Chardron, 1916.

CARVALHO, David - **Os Sindicatos Operários e a Republica Burguesa**. Seara Nova: Lisboa, 1977

CARVALHO, David de - **Os sindicatos operários e a república burguesa (1910-1926)**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

CASALINI, Giulio - **Il problema delle abitazioni popolari a Torino: ricerche sul movimento migratório e sul fabbisogno di abitazioni popolari in Torino**. Torino: Società Tipographico-Editrice Nazionale, 1908. (Extrato dalla Riforma Sociale. Fasc. 6, Anno XV, Vol. XIX – Novembre-Dicembre).

CHAMBOREDON, Jean-Claude, COSTE, Michel, ROCAYOLO, Marcel, «Populations et pratiques urbaines». In: DUBY, Georges (ed.) - **Histoire de la France Urbaine**, vol. V. Paris: Editions Seuil, 1985. p439-475

CHASTAGNARET, Gérard, «Les divertissements dans les cites minières espagnoles». In: MAURICE Jacques (coord.) - **People, mouvement ouvrier, culture**

dans L’Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936, p99-111

CIERI, Alejandro Andreassi - «La conflitividad laboral en Cataluña a comienzos del siglo XX: sus causas», Historia Social, n.º 29 (1997) p21-43

CIUFFETTI, Augusto, **La Città Industriale. Un percorso storiografico.** Crace: Strumenti e documenti, 2002

Clapson, Mark, **Suburban Century: Social Change and Urban Growth in England and the United States**, New York: Berg, 2003

Colecção de Documentos acerca de Sociedades Cooperativas: Leis, decretos, etc. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871

CORDEIRO, Graça Índias - **Um lugar na Cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica.** Lisboa: D. Quixote, 1997.

CORREIA, José Manuel Ribeiro Sérulo – **O sector cooperativo português: ensaio de uma análise de conjunto.** Lisboa : [s.n.], 1970.

COSTA JUNIOR - **Movimento Operário Português.** Lisboa: Verbo [197-?].

COSTA, ANTÓNIO FIRMINO DA - **SOCIEDADE DE BAIRRO: DINÂMICAS SOCIAIS DA IDENTIDADE CULTURAL.** OEIRAS: CELTA EDITORA, 2008.

COSTA, Emílio Martins - **É preciso a República?** Lisboa: Imp. Libanio da Silva, 1903.

COSTA, Emílio Martins - **Sindicalismo Independente.** Lisboa: Seara Nova, 1931.

COSTA, Emílio Martins; Ventura, António; Pedroso, Alberto - **Emílio Costa e o sindicalismo : da formação libertária à Casa Sindical.** Lisboa: Seara Nova, 1977.

COSTA, Ramiro da - **Elementos para a história do movimento operário em Portugal.** Lisboa: Assírio e Alvim, 1979

COSTA, Ramiro da - **O desenvolvimento do capitalismo em Portugal sobre o movimento operário 1850-1910.** [S.l.] : s.e. s.d.

COTTEREAU, Alain, «The distinctiveness of Working-Class Cultures in France, 1848-1900, In: KATZNELSON, Ira and ZOLBERG, Aristide (eds) - **Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1986, p111-154

CRONIN, James, «Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe». In: CRONIN, James E. e SIRIANNI, Carmen - **Work, Community, and Power: The Experience of Labor in Europe and America, 1900–1925**. Philadelphia: Temple University, 1983, p20-48

CRONIN, James, «Neither Exceptional nor peculiar: comparative study of labour in advanced society», International Review of social History, 38 (1993) p59-75

CRUZ, Maria Alfreda da - **A margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do Espaço**. Lisboa: Livraria Portugal, 1973.

CURLI, Barbara, «Gli operai della Pirelli Bicocca: 1908-1919». In: MUSSO, Stefano (ed.) - **Tra fabbrica e società: mondi operai nell'Italia del Novecento**, Annali della Fondazione Feltrinelli, Volume 33 (Março de 1999) p431-489

CUSTÓDIO, Jorge, «Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade». In: MOITA, Irisalva (coord.) - **O livro de Lisboa**. Lisboa : Horizonte, 1994. p435-492

DELESSAULE, Paul - **A Confederação Geral do Trabalho: história, constituição, fins, meios**. Lisboa: Sementeira, 1909.

DIOGO, Maria Paula, População e Indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo, Tese de

DUPÂQUIER, JACQUES E KESSLER, DENIS – **LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE AU XIX SIÈCLE: TRADITION, TRANSITION, TRANSFORMATIONS**. PARIS: FAYARD, 1992.

DUTTON, Paul - **Origins of the French Welfare State: The struggle for social reform in France, 1914-1947**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

EALHAM, Chris, «Una “Geografía imaginada”: ideología, espacio urbano y protesta en la creación del “Barrio Chino” de Barcelona, C. 1835-1936», Historia Social, n.º 59 (2007) p65-76

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Água, fogo, ar, cortiça**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2002.

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Barcos, memórias do Tejo**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2008.

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Do montado à fábrica de cortiça: fotografias de Júlio Pereira Dinis**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2001.

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Iconografia industrial: pintura de Luis Badosa**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 1998.

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Mundet no pulsar do tempo: fotografias de Rosa Reis**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 1998.

Ecomuseu Municipal do Seixal - **Os vagares do tempo. Mundet: 1997: fotografias de Armindo Cardoso**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2001.

EDWARDS, Bob, FOLEY, Michael W. e DIANI, Mario - **Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital debate in comparative perspective**. Hanover: University press of New England, 2001

EVANS, Peter B., RUESCHMEYER, Dietrich, SKOCPOL, Theda - **Bringing the State Back in**. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.

EVZEROV, Robert Ia.; MADOR, Iulii P.; TIMOFEEV, Timur T., «Strike movement in western countries after the October revolution of 1917». In: HAIMSON, Leopold e SAPELLI, Giulio (ed.) - **Strikes, social conflict and the First World War**. Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992, p533-552

FARIA, Carlos Vieira - **História urbana de Setúbal : olhar o passado - perspectivar o futuro**. Setúbal: LASA, 1985. Documento policopiado

FARIA, Carlos Vieira de, «História Urbana de Setúbal: Olhar o Passado». In: CLARO, Peres - **Setúbal na História**. Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 1990, p41-91

FARIA, Carlos Vieira de, «Industrialização e Urbanização em Portugal: Que relações? O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957», Malha Urbana, 9, (2010) p79-101

FARIA, Guilherme - **Setúbal e a Indústria de Conservas (1950)**.

FARIA, Guilherme - **Setúbal e a indústria de conservas**. Setúbal: Câmara Municipal, 1950.

FARINHA, Luís, «Sindicalismo Livre e I República. Percursos paralelos, convergências efémeras (1908-1931). In: VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias – **Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX**. Lisboa: Colibri, IHC, 2012

FERNÁNDES, Ángeles González, «Una aproximación a los movimientos sociales en la Andalucía rural: Écija, 1900-1924». In: Mariana Martín Ojeda (ed.) - **Écija en la Edad Contemporánea: Actas del V Congreso de Historia de Écija**. Éjita: Ayuntamiento de Éjita, 2000, p461-479

FERNANDES, António Teixeira, «Espaço Social e suas representações». Separata da Revista da Faculdade de Letras, I Série, vol. II (1992) p61-99

FERNANDES, Jorge Alves, «A Indústria Têxtil do Vale do Ave». In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - **Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro**. Vila Nova de Famalicão: Andrave, 2002, p112-125.

FERRÃO, Carlos - **História da I República**. Lisboa: Terra Livre, 1975

FERREIRA, Sónia Sofia de Sousa Alves - **Mulheres e Fabricantas: resistência operária em Almada**. Tese de doutoramento em Antropologia, FCSH, 2008.

FERREIRA, Victor Matias - **A cidade de Lisboa de capital de império a centro da metrópole**. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Univ. Técnica de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1986.

FILIPE, Graça (coord.) - **O abastecimento público de água no concelho do Seixal**. Disponível em linha: [http://www2.cm-](http://www2.cm-seixal.pt)

seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1113788&col_ext=content1&tab=ecom_publication

FILIPE, Graça e Afonso, Fátima - **Quem diz cortiça, diz Mundet**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2010.

FITAS, Fernando - **Histórias Associativas: Memórias da Nossa Terra**. Seixal: Câmara Municipal, 2001.

FLORES, Alexandre - **Almada Antiga e Moderna: a freguesia da Cova da Piedade**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1990.

FLORES, Alexandre - **Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Almada**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1985.

FLORES, Alexandre - **Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Cacilhas**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1985.

FLORES, Alexandre - **Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003.

FOLGADO, Deolinda Maria da Ressurreição - **A nova ordem industrial : da fábrica ao território de Lisboa : 1933-1968**. Tese de doutoramento, História (Arte Património e Restauro), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

FONSECA, Carlos da - **A origem da 1ª Internacional em Lisboa**. Lisboa: Estampa, 1973.

FONSECA, Carlos da - **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal**. Mem Martins: Europa-América, 1980. (1º v.: Cronologia; 3º v.: O operariado e a igreja militante: De rerum novarum à implantação da República.; 4º v: Greves e agitações operárias)

FONSECA, Carlos da - **História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal**. 4 vols. Mem Martins: Europa-América, 1980.

FONSECA, Carlos da - **Para uma análise do movimento libertário e da sua história**. Lisboa: Antígona, 1988.

FOURCAUT, Annie - **Bobigny, Banlieue rouge**. Paris: Presses de Sciences Po, 1985

FOURCAUT, Annie (dir.) - **Un siècle de banlieue parisienne (1859 - 1964): Guide de recherche.** coll. Villes et entreprises. Paris: L'Harmattan, 1988.

FRANCISCO, José - **Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1982.

FRANCISCO, José - **Páginas da história cêgêta.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1983

FRANCISCO, José - **Recordações de um Proletário.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1985

FREIRE, João - **Anarquistas e Operários, Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940.** Porto: Afrontamento, 1988

FREIRE, João (Estudo Introdutório); VASCO, Neno - **Concepção Anarquista do Sindicalismo,** Porto: Afrontamento, 1984.

Gabinete de Investigações Sociais, Exposição de documentos do espólio de Pinto Quartín : integrada no seminário "O Movimento Operário em Portugal", Lisboa : G.I.S., 1981

GABRIEL, Pere, «Sociabilidade obrera y popular y vida política en Cataluña, 1868-1923», L'Histoire sociale en débat. Número especial del Bulletin d'Histoire Contemporaine de L'Espagne, n.º 17-18 (1993) p150

GARCÍA, Agustín Galán, «Estratégia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936». In: ALONSO, Santiago Castillo (coord.) - **El trabajo a través de la historia : actas del IIº congreso de la Asociación de Historia Social. Córdoba, Abril de 1995.** Madrid: Asociación de Historia Social, 1996, p419-426

GIBAUD, Bernard - **De la mutualité à la Sécurité Sociale: Conflicts et Convergences.** Paris: Éditions ouvrières, 1986.

GIRAULT, Jacques, «Industrialisation et ouvriérisme de la banlieue parisienne», In: GIRAULT, Jacques (coord.) - **Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles.** P95-107

GOLDSTEIN, Robert Justin, «Political mobilization in nineteenth-century Europe», European History Quarterly, 32 (2002) p233-250

GOMES, Luís Gonçalves (coord.) - **Estuário do Sado: tesouro da região de Setúbal: : apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto**. Setúbal: Navigomes, 1996

GONÇALVES Elisabete, **Memórias do Ginjal**. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2000.

GONCALVES, Bento - **Escritos (1927/1930)**. Lisboa: s.e., s.d.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, «Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)», Revista da Faculdade de Letras do Porto, III Série, vol. 8 (2007) p261-272.

GONÇALVES, Luís - **Evolução do Movimento Operário em Portugal**. Lisboa: Adolfo de Mendonça Editores, 1905

GOODOLPHIM, José da Costa – **A Associação: História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas**. Lisboa: Typographia Universal, 1876.

GOODOLPHIM, José da Costa – **A Previdência: Associações de Socorro Mútuo, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas**. Prefácio de M. V. de Armelim Júnior. Lisboa: Sociedade de Geografia, 1889.

GOODOLPHIM, José da Costa – **Les institutions de Prévoyance du Portugal**. Lisbonne: Société de Géographie de Lisbonne, 1883.

GOODOPHIM, Costa - **A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas**. Lisboa: Tipografia Universal, 1976, reed. Lisboa, Seara nova, col. Biblioteca Socialista Portuguesa, 1974.

GRIBAUDI Maurizio - **Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle** sociales, 1987.

GRIBAUDI Maurizio - **Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo novecento**. Turin: G. Einaudi, 1987.

GRIFFUELHES, Victor - **L'action syndicaliste**. Paris : Marcel Rivière et Cie., 1908.

GRIFFUELHES, Victor - **Les objectifs de nos luttes de classes**. Paris : La Publication Sociale, [19--].

GRÖER, Etienne, «Urbanização do concelho de Almada: 1946». Anais de Almada, 7-8 (2006) p156-223

GUERENÑA, Jean-Louis, «Socialistes et culture: la Casa del Pueblo de Madrid». In: MAURICE, Jacques; MAGNIEN, Brigitte; GENEVOIS, (coord.), **People, mouvement ouvrier, culture dans L'Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936**. Saint-Denis: Presses universitaires de Vincennes, 1990. p23-37

GUESDE, Jules - **Le parti socialiste et la confédération du travail**. Paris: Marcel Rivière, 1908.

GUIMARAES, Paulo Eduardo - **Setúbal: a cidade na história e na arte: a era industrial**. [S.l : s.n.], 1993.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo, **Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial**. Texto policopiado.

HAIMSON, Leopold e SAPELLI, Giulio (ed.) - **Strikes, social conflict and the First World War**. Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992.

HAMELIN, David, «Les Bourses du Travail: entre education politique et formation professionnal», Le Movement Social (Avril-Juin 2011) p23-37

HANAGAN, Michael - **The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three French towns, 1871-1914**. Urbana: University of Illinois Press, 1980.

HANAGAN, Michael e Stephenson, Charles - **Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation**. Westport, Conn.; London: Greenwood Press, 1986

HARRIS, Bernard – **The origins of the British Welfare-State: Society, State and Social Welfare in England and Wales 1800-1945**. Nova York: Palgrave MacMilan, 2004.

HAVÉLY, Élie - **História do socialismo europeu**. Amadora : Bertrand, 1948.

HILSON, MARY - **POLITICAL CHANGE AND THE RISE OF LABOUR IN COMPARATIVE PERSPECTIVE: BRITAIN AND SWEDEN, 1890-1920**. LUND: NORDIC ACADEMIC PRESS, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J., «O *Novo Sindicalismo* em perspectiva». In: **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Coleção Oficinas da história). p225-256

HOMEM, Esperança Lopes – **Análise Histórica da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada**. Setúbal : Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, 1989.

JALLA, Danielle, «Le quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turin au début du XXe siècle», Le Mouvement Social, n.º 118 (Janeiro-Março de 1982) p79-97.

JULLIARD, Jacques - **Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe**. Paris : Seuil, 1971.

JUSTINO, David - **A formação do Espaço Económico Nacional 1810-1913**. 2 vols. Lisboa: Vega, 1988.

KATZNELSON, Ira, «Constructing Cases and Comparisons». In: KATZNELSON, Ira e ZOLDBERG, Aristide - **Working Class Formation: Nineteenth-Century patterns in Western Europe and United States**. Princeton: Princeton university press, 1986. P3-41

KOCKA Jürgen, «The New trends in labour movement historiography: a German perspective», International Review of social history, 42 (1997) p67-78

KOHN, Margaret– **Radical Space: building the house of the people**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KOK Jan (ed.) – **Rebellious Families: household strategies and collective action in the nineteenth and twentieth centuries**. International Studies in Social History, Vol. 2. New York; Oxford: Berghahn, 2002.

LAGARDELLE, Humbert - **Sindicalismo e Socialismo**.

LAMBERSENS, Simon et al., «Histoire des Coopératives de consommation en France : de la conquête de la consommation des masses au défi de la consommation de masse». Comunicação apresentada no congresso Towards a global history of consumer co-operation, Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012.

LARRUBIA, Teresa Mirri - **El proceso de formación del proletariado en un barrio industrial. El caso de San Martí de Provençals. Integração e diferenciação social. 1862-1925.** Universitat de Barcelona. Departament d'Història Contemporània, 1994

LARRUBIA, Teresa Mirri, «Migrantes en las jóvenes sociedades industriales: integración y diferenciación social». Historia Social, n.º 26 (1996) p93-95

Lawrence, Jon - **Speaking for the people: Party language and popular politics in England, 1867-1914.** Cambridge: University Press, 2002.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - **Portugal antigo e moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, a archeologico, historico, biographico é etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal, e de grande numero de aldeias... Notizia de muitas cidades... da Lusitania.** Vol. I, vol. II, vol. III e vol. IX. Mattos Moreira & Ca., 1873.

LEDESMA, Manuel Pérez, «El Estado y la movilization social en el siglo XIX Español». In: LEGARDA, José María Ortiz de Orruño; ALONSO, Santiago Castillo (coord.) - **Estado, protesta y movimientos sociales: actas del III Congreso de Historia Social de España: Vitoria-Gasteiz, julio de 1997.** Barcelona: Universidad del País Vasco, Servicio de Publicaciones, 1998. p215-264

LEDRUT, Raimond - **Les images de la ville**

LEFEBVRE, Henri - **La production de l'espace.**

LEQUIN, Yves - **La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914).** Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977

LEQUIN, Yves, «Le citadins, les classes et les luttes sociales». In: DUBY, Georges, AGULHON, Maurice (dir.) - **La ville de l'âge industriel: le cycle haussmannien.** Paris: Editions Seuil, 1983, p471-560 (**Histoire de la France Urbaine, vol. IV**)

LEQUIN, Yves, «Ouvrières dans la ville», Le Mouvement Social, n.º 118 (Janeiro-Março de 1982) p3-7.

LEVASSEUR, Roger, «Présentation », Roger Levasseur, dir., De la sociabilité. Spécificité et mutations, Montréal, Éditions du Boréal, 1990, p 9-15. (348 p.)

LIMA, Campos - **O movimento operário em Portugal**, Porto: Edições Afrontamento, 1972. (Dissertação para a cadeira de Ciência Económica, da Faculdade de Direito, apresentada no ano lectivo de 1903-1904)

LIMA, Manuel A. S. - **Amora: memórias e vivências d'outroa**. [S.l.] : Porto Ed., 2006.

LINDEN, Marcel Van der, «Introduction». In: KOK Jan (ed.) – **Rebellious Families: household strategies and collective action in the nineteenth and twentieth centuries**. International Studies in Social History, Vol. 2. New York; Oxford: Berghahn, 2002, p7-9

LOPES Maria Filomena Rocha - **O movimento Sindicalista Português na transição do sindicalismo livre para a formação dos sindicatos nacionais**. Tese de mestrado em História. FCSH da UNL, 2005.

LOPES, Luís Castanheira - **Trabalho: informação e debate sobre o movimento operário**. Lisboa: Centro O Trabalho, 1981

LOUSADA, Maria Alexandre, «Associações profissionais: Tradição e renovação». In: FREIRE, João (coord.) - **As associações profissionais em Portugal**. Oeiras: Celta, 2004, pp. 21-55.

LUEBBERT, Gregory M. - **Liberalism, Fascism, or Social Democracy: Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe**.

MAILLARI, Maria Teresa (coord.) - **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

Mann Keith - **Forging political identity. Silk and metal workers in Lyon France 1900-1939**. New York; Oxford: Berghahn, 2010.

MARGARIDO, Alfredo - **A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)**. Lisboa: Guimarães, 1975

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A primeira república portuguesa : para uma visão estrutural**. Lisboa: Livros Horizonte, [196-?].

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A primeira república portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, [D.L. 1972].

MARQUES, A. H. de Oliveira - **História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d.

MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.) - **Portugal da Monarquia para a República**. Lisboa: Presença, 1991 (Nova História de Portugal, 9)

MARQUES, A. H. de Oliveira; Silva, João M. Gonçalves da; Torre Gómez, Hipólito de la - **Contra-revolução : documentos para a história da primeira república portuguesa**. [Lisboa]: Perspectivas & Realidades, [19--].

MARRIMAN, John M. - **The Margins of City Life : Explorations on the French Urban Frontier, 1815-1851: Explorations on the French Urban Frontier, 1815-1851**. Oxford: University Press, 1991.

MARUCCO, Dora, «Iniziativa Pubblica e associazionismo operaio». In: MAILLARI, Maria Teresa (coord.) - **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

MARX, Karl. - **O 18 brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Avante, 1984.

MATIAS, Elias - **O Alentejo em luta..** Lisboa: Sementeira, 1985

MATIAS, Maria Goretti - “Catálogo de Brochuras do Espólio de Pinto Quartim com Interesse para os Estudos Operários” in *Boletim de Estudos Operários*, n.^a 7, Maio de 1984, pp. 16-38.

MATOS, Fátima Loureiro de - **A habitação no grande Porto : uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio**. Porto: [Edição do Autor], 2001.

MATTOSO José (dir.) – **A segunda Fundação (1890-1926)**. Lisboa: Circulo de Leitores: 1994. (História de Portugal, 6)

MEDEIROS, Eulália de e GUINOTE, Paulo, **A banda d'além Tejo» na História: roteiro histórico da margem do estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Ed. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MEDEIROS, Fernando - **A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978. 1978.

MEDEIROS, Fernando, **A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo**.

MEDINA, João - **Guerristas e antiguerristas : Portugal na Grande Guerra : estudos e documentos**. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 1986. (Cadernos CLIO. Série História Contemporânea de Portugal; 1)

MEDINA, João - **História contemporânea de Portugal: primeira República: da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar**. Lisboa: Amigos do Livro, 1986.

MEDINA, João (dir.) - **História Contemporânea de Portugal: Primeira República I e II**, Lisboa, Amigos do Livro, s.d.

MEDINA-ALBALADEJO, Francisco José, «Consumer Co-operatives in Spain (1869-2010): an overview». In: HILSON, Mary e NEUNSINGER, Silke - Papers of the congress Towards a global history of consumer co-operation. Stockholm (Sweden), 2-4 May 2012.

MENDES, José Amado - “Para a História do Movimento Operário em Coimbra” *in Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º

MERLIN, Pierre - **Les banlieues des villes françaises**. Paris: La documentation française, 1998.

MERRIMAN, John M. (dir.), **Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe**. Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979.

Mestrado em Demografia Histórica e Social da

MIKKELSEN, Flemming - **Working-class formation in Europe: in search of a synthesis**.

MILES, Andrew e VINCENT, David - **Building European Society: Occupational change and social mobility in Europe**. Manchester; New York: New York: Manchester University Press, 1992

MOCH, Leslie Page e TILLY, Louise A., «Joining the Urban World: Occupation, Family, and Migration in Three French Cities». Comparative Studies in Society and History, 27/ 1 (Jan., 1985) p33-56

MÓNICA Maria Filomena e PATRIARCA, Maria de Fátima - **O Movimento Operário em Portugal**. Lisboa: [s.n.] 1981

MÓNICA, Maria Filomena - “A CGT orgulhosamente só” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 de Maio de 1980

MÓNICA, Maria Filomena - “As Aristocracias Operárias uma Herança Perdida” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 30 de Dezembro de 1984

MÓNICA, Maria Filomena - **A formação da classe operária portuguesa :antologia da imprensa operária (1850-1934)**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, imp. 1982

MÓNICA, Maria Filomena - **A queda da monarquia: Portugal na viragem do século**. Lisboa: D. Quixote, 1987.

MÓNICA, Maria Filomena - **Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal**. Lisboa: ICS, 1986

MONICA, Maria Filomena - **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. Lisboa: IN-CM/IED, 1985

MÓNICA, Maria Filomena, **Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal 1870-1934**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa, 1986.

MÓNICA, Maria Filomena, e MATOS, Luís Salgado – “Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)” in *Análise Social*, n.º 67/68/69, de Julho–Dezembro de 1981, pp. 1013-78.

MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias - **De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal**. ISBN: 978-989-98170-1-2.

MORRIS, JONATHAN - **THE POLITICAL ECONOMY OF SHOPKEEPING IN MILAN 1886-1992**. CAMBRIDGE: UNIVERSITY PRESS, 1993.

MUÑOS, Manuel Morales, «Un espacio próprio. Sociabilidad e identidade obrera en Andalucía». História Social, n.º56 (2006) p62

MUNÕZ, Manuel Morales, «Un Espacio próprio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía». História Social, n.º 56 (2006) p53-70

MUSSO, Stefano - «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: HAIMSON, Leopold e SAPELLI, Giulio (ed.) - **Strikes, social conflict and the First World War**. Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992, p213-246

MUSSO, Stefano, «Gli operai nella storiografia contemporânea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali», Annali, XXXIII (1999), pIX-XLVI

NARRISENS, André e PEREIRA, Joana Dias, «A influência do movimento operário francês em Portugal: Da Comuna de Paris ao Sindicalismo Revolucionário», Vértice, n.º 160 (2011) p5-26

NOGUEIRA, César - **Notas para a história do socialismo em Portugal..** Lisboa: Portugalia, 1964-1966

NOGUEIRA, César - **O Primeiro de Maio : esboço histórico das suas origens**. Porto: República Social, 1976.

NOGUEIRA, César - **Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português**. Porto: Rev. Pensamento, 1932.

NOGUEIRA, Franco - **História de Portugal, II: Suplemento**. Porto: Livraria Civilização, 1981

NORD, Philip; BERMEU, Nancy - **Civil Society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe**. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield publishers, inc, 2000.

OLIVEIRA, César - “Contribuição para a Historia do Partido Comunista Português na I Republica (1921-1926)” in *Análise Social*, (67/68/69), 1981, pp675-713

OLIVEIRA, César - “Imprensa Operaria no Século XX – Agitadores e Funcionários” in *Diário de Noticias*, 8 de Janeiro de 1984

OLIVEIRA, César - **A comuna de Paris e os socialistas portugueses**. Porto: Brasília, [D.L. 1980].

OLIVEIRA, César - **A criação da União Operária Nacional**. Porto: Afrontamento, 1973

OLIVEIRA, César - **A revolução russa na imprensa portuguesa da época**. Lisboa: Diabril, 1976

OLIVEIRA, César - **Antologia da imprensa operária portuguesa: 1837-1936**. Lisboa: UGT-União Geral de Trabalhadores : Perspectivas & Realidades, imp. 1984

OLIVEIRA, César - **Contribuição para o estudo da Filosofia Política do Socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX**. Porto: A. Oliveira, [198-].

OLIVEIRA, César - **Imprensa operária no Portugal oitocentista : 1825 a 1905**. Lisboa: [s.n.], 1973. Sep. *Análise social*, 39

OLIVEIRA, César - **O Movimento Operário em Portugal, A Primeira Cisão**. Lisboa: Europa-America, 1983

OLIVEIRA, César - **O movimento sindical português: a primeira cisão**. Mem Martins: Europa-América, [D.L. 1982].

OLIVEIRA, César - **O socialismo em Portugal : 1850-1900**. Porto: C. Oliveira, 1973.

OLIVEIRA, César - **O socialismo em Portugal 1850-1900**. Porto: Ed. do Autor, 1973.

OLIVEIRA, CÉSAR - **O SOCIALISMO EM PORTUGAL: 1850-1900: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DE FILOSOFIA POLÍTICA DO SOCIALISMO EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**. PORTO: ED. DO AUTOR, 1973.

OLIVEIRA, César - **Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-18**. Lisboa: Gab. de Investigações Sociais, 1973

OLIVEIRA, César (comp.) - **O Estado, a democracia burguesa, a prática revolucionária e o anarquismo**. Porto: Paisagem, 1975.

PAIS, Armando da Silva - **Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho**. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1963.

PAIS, Armando da Silva - **O Barreiro Contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial**. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1965.

PATRIARCA, Maria de Fátima - **A questão social no Salazarismo (1930-1947)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.

PATRIARCA, MARIA DE FÁTIMA - **SINDICATOS CONTRA SALAZAR: A REVOLTA DO 18 DE JANEIRO DE 1934**. LISBOA: INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2000.

PATRIARCA, Maria Fátima, «A institucionalização do corporativismo – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)». Análise Social, vol.XXVI/110 (1991/1º) p50

PELLOUTIER, Fernand - **La vie ouvrière en France**. Paris : Librairie C. Reinwald : François Maspero 1975. (Bibliothèque Internationale des Sciences Sociologiques)

PELLOUTIER, Fernand; SOREL, Georges - **Histoire des bourses du travail : origine, institutions avenir**. Paris: Schleicher Frères, 1902.

PENTEADO, Pedro - **Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 1995

PEREIRA Pacheco - **Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917**. Porto: Convergência, 1971

PEREIRA, David - **As políticas sociais em Portugal (1910-1926)**. Tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada na FCSH da UNL em 2012.

PEREIRA, Gaspar Martins, «As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX», p2

PEREIRA, Joana Dias - **O Sindicalismo Revolucionário, a história de uma Idéa**. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio, 2011.

PEREIRA, Joana Dias, «A ofensiva operária do pós-guerra», In: ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda - **A Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta-da-china, 2009. P421-440

PEREIRA, Joana Dias, «O sindicalismo revolucionário na origem do movimento autónomo dos trabalhadores», Vértice, n.º 151 (2010) p35-61

PEREIRA, José Pacheco - “Contribuição para a Historia do Partido Comunista Português na I Republica (1921-1926)” in *Análise Social*, (67/68/69), 1981, pp675-713

PEREIRA, José Pacheco - “Imprensa Operaria no Século XX – Agitadores e Funcionários” in *Diário de Notícias*, 8 de Janeiro de 1984

PEREIRA, José Pacheco - **As lutas contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918**, 1971

PEREIRA, José Pacheco – **As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal**. A Greve Geral de Novembro de 1918. Lisboa: Portucalense Editora, 1971.

PEREIRA, José Pacheco - **Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas**. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1982.

PEREIRA, José Pacheco, «A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)», Análise Social, n.º 65 (1981) p135-151.

PEREIRA, Miriam Halpern - **Das revoluções Liberais ao Estado Novo**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern - **Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern, «As origens do Estado-Providência em Portugal: As novas fronteiras entre o público e o privado». In: PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano - **A primeira República Portuguesa – entre o liberalismo e o autoritarismo**. Lisboa: Colibri; IHC, 2000, p47-76

PEREIRA, Miriam Halpern - **Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal**. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado coração, 2012

PEREIRA, Nuno Teotónio, «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário». Análise Social, n.º 127 (1994) p509-524

PERES, Damião de (dir.) - **História de Portugal. Suplemento**, Porto, Portucalense Editora, 1958.

PERETTI, Pierre de - **Saint-Denis 1870-1920**. Plaqueette publ. dans le cadre de l'exposition "Saint-Denis, 1870/1920" organisée par la ville de Saint-Denis. Réalisation: Centre Culturel Communal, Archives Municipales 1981.

PERROT, Michelle, «On the formation of French working class». In: KATZNELSON, Ira and ZOLBERG, Aristide (eds) - **Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1986, p71-110

PETERSON, LARRY, «The One Big Union in international perspective: Revolutionary Industrial Unionism 1900-1925». In: CRONIN, JAMES E. e SIRIANNI, CARMEN - **WORK, COMMUNITY, AND POWER: THE EXPERIENCE OF LABOR IN EUROPE AND AMERICA, 1900–1925**. PHILADELPHIA: TEMPLE UNIVERSITY, 1983, p49-87

PIGENET, MICHEL, «La nascita dei sindacati d'industria alla vigilia della prima guerra mondiale: le ambiguità francesi». In: Antonioli, Maurizio e Ganapini, Luigi - **I sindacati occidentali dall'800 ad oggi in una prospettiva storica comparata**. Pisa: Biblioteca Franco Serantini, 1995.

PINHEIRO, Magda, «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», Ler História, n.º 20 (1990) p105

PINHEIRO, Magda, «O Subúrbio entre o arrabalde antigo e a metrópole. Identidade e Temporalidade – os territórios do urbano». Ler História, n.º 48 (2005).

PINHEIRO, Magda, «Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada». Ler História, 43 (2002) p157 e seguintes

PINTO, Ana Catarina, «A transformação política da República». In: ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernando, **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2009, p411-420 e 441-462.

PINTO, António Costa e ALMEIDA, Pedro Tavares de, «On Liberalism and the emergence of Civil Society in Portugal», In: BERMEJO, Nancy Gina e NORD, Philip G. - **Civil Society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe**. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield publishers, inc, 2000, p3-21

PIRES, Ana Paula Soares e ROSAS, Fernando (orient.) - **A indústria de moagem de cereais [Texto policopiado] : sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)**. Dissertação de mestrado em História do século XX. FCSH da UNL, 2004

POINSARD, Léon - **Portugal ignorado**. Porto: Magalhães & Moniz, 1912

PRICE, Richard, «The future of British Labour History», International Review of Social History, 36 (1991) p249-260

PROCACCI, Giovanna, «Dalla rassegnazione alla rivolta: osservazione sul comportamento popolare nella prima guerra mondiale», In: Ricerche Storiche, Ano XIX, n.º 1 (Gennaio-Aprile 1989), p46-111

PUTMAN Robert - **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUINTAS, Maria da Conceição - **A mulher na indústria de conservas de peixe, em Setúbal, desde o início do século XX**. - [s.l. : s.n., s.d]. Documento original

QUINTAS, Maria da Conceição - **Monografia de S. Julião**. Setúbal: Junta de Freguesia de São Julião, 1993.

QUINTAS, Maria da Conceição - **Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento**. Setúbal: Porto de Setúbal, 2003.

QUINTAS, Maria da Conceição - **Setúbal: economia, sociedade e cultura operária: 1880-1930**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

QUINTELA, João - **Para a história do movimento comunista em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1976.

RAB, Sylvie, «Culture et loisirs, l'encadrement des prolétaires». In: FOURCAUT, Annie, **Banlieue rouge 1920-1960, années Thorez années Gabin archétype du populaire banc d'essai des modernités**, Paris : Ed. Autrement, 1992p80 e seguintes

RALLE, Michel, «Un socialisme des métiers?». In: MAURICE Jacques (coord.) - **People, mouvement ouvrier, culture dans L'Espagne contemporaine: cultures populaires, ouvrières en Espagne de 1840 à 1936**. Saint-Denis: Presses universitaires de Vincennes, 1990, p169-178

RAMELA, Franco - «Aspetti della società operaia nell'Italia dell'Ottocento. Analisi di un caso». In: MAIULLARI, Maria Teresa (coord.) - **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. p171-178

RAMELA, Franco, «Famiglia, terra e salario in una comunità tessile dell'Ottocento», Movimento operaio e socialista, XXIII/1 (1977) p7-44

RAMOS, António Alberto - **Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1994

RAMOS, Rui - **A segunda fundação, 1890-1926**. [Lisboa]: Estampa, 1993-1994. (História de Portugal, 6)

REBELO, Manuel de Oliveira – **Retalhos da Minha Terra: monografia do Concelho do Seixal**. Seixal : [s.n.], 1959.

REGO, Raul - **História da República**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986-87.

REICH, Wilhelm; FIGUEIREDO, Maria Bigotte de (trad.) - **O que é a consciência de classe: contribuição no debate sobre a reconstrução do movimento operário**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1975

REIS, Rosa - **Cortiça: expressões do trabalho**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu do Seixal, 2000.

RÉMY, Jean-Paul - **Ville Ordre et Violence: forms spaciales et transaction sociale**. Paris: Presses universitaires de France, 1981.

RHEIN, Catherine, «Structures d'emploi et marchés du travail dans l'agglomération parisienne au cours de l'entre-deux-guerres». In: Susanna Magri e Christian Topalov (eds.) - **Villes Ouvrières 1900-1950**. Paris: Harmattan, 1989, p201-217

ROBERT, Jean Louis, «The Parisian Strikes (Agosto de 1914-Julho de 1919)». In: HAIMSON, Leopold e SAPELLI, Giulio (ed.) - **Strikes, social conflict and the First World War**. Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992. P29-44

ROBERT, Jean-Louis, «La Banlieue dans le Paris ouvriers de la Première Guerre Mondiale». In: GIRAULD, Jacques (coord.) - **Ouvriers en banlieue XIX e XX siècle**. Paris: Éditions Ouvrières, 1998. P65-77

ROBERTSON, NICOLE - **THE THE CO-OPERATIVE MOVEMENT AND COMMUNITIES IN BRITAIN, 1914-60: MINDING THEIR OWN BUSINESS**. FARNHAM: ASHGATE, 2010

ROBOTTI, Diego, «Associativismo professionale Torinese». In: MAILLARI, Maria Teresa (coord.) - **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

RODRIGUES, Edgar, **A Resistência Anarco-Sindicalista a Ditadura, Portugal 1922-1939**. Lisboa: Sementeira, 1981

RODRIGUES, Edgar, **Os Anarquistas e os Sindicatos, Portugal 1911-1922**. Lisboa: SEMENTEIRA, 1981

RODRIGUES, Jorge de Sousa, «O arranque da metropolização na margem Sul», In: PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luis V. e VAZ, Maria João (coord) - **A cidade e a Metrópole: centralidades e marginalidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001, p53-64

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado - **História da indústria portuguesa da Idade Média aos nossos dias**. Mem Martins: Europa-América, 1999.

RODRIGUES, Teresa F. e Ferreira, Olegário A. Vieira, As cidades de Lisboa e do Porto na viragem do século XX. Comunicação apresentada no Congresso «O Porto de Fim do Século (1880-1910)» (Ateneu Comercial do Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991)

RONCAYOLO, Marcel, «La production de la ville». In: DUBY, Georges, AGULHON, Maurice - **La ville de l'age industriel: le cycle haussmannien**. Paris: Editions Seuil, 1983. (**Histoire de la France Urbaine, vol. IV**)

RONCAYOLO, Marcel, «Logiques Urbaines». In: DUBY, Georges, AGULHON, Maurice - **La ville de l'age industriel: le cycle haussmannien**. Paris: Editions Seuil, 1983. (**Histoire de la France Urbaine, vol. IV**)

ROSAS, Fernando - **O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (MATTOSE, José (dir), História de Portugal, vol. 7).

ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda - **A Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta-da-china, 2009. P421-440

ROSAS, Fernando – Salazar e o poder: a arte de saber durar. Lisboa: Tinta-da-china, 2012

ROSENDO, Vasco - **Mutualismo em Portugal : dois séculos de história e suas origens**. [Lisboa]: Montepio Geral, D.L. 1996.

ROSENTAL, Paul-André - **Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations dans la France du XIXe siècle**. Paris: Ecole de sociales, 1999

ROTBURG, Robert I. – **Patterns of social capital: stability and change in historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SÁ, Vítor de - **Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal..** Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, 1981.

SÁ, Vítor de - **Formação do movimento operário português : memória de uma repressão**. Coimbra: Centelha, 1978.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, **Sob o signo da guerra [Texto policopiado] : "verdes" e "vermelhos" no conturbado ano de 1918**. Dissertação em História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX, FCSH da UNL, 2001

SANTOS, João Paulo dos - «O núcleo urbano antigo do Seixal», Ecomuseu Informação, n.º 30 (2004) p12-13

SANTOS, Lúcia Castelo dos - **Setúbal nos primórdios da sua elevação a cidade**. Setúbal: SALPA, 1985.

SARAIVA J. Andrade - “Especulação e Alta dos Preços” in *Boletim da Previdência Social*, nº 7 do Ano II, Outubro a Maio de 1919, p315-316

SARAIVA, Ana Paula Rocha da Costa - **Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Departamento de História, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

SAVAGE, Michael - **The Dynamics of Working-class Politics: The Labour Movement in Preston, 1880-1940**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SAVAGE, Michael - **The remaking of the British working class: 1840-1940**. London; New York: Routledge, 1994.

SAVAGE, Michael, «Classe, História do Trabalho e da Classe Trabalhadora na Europa». In: C. H. M. Batalha, F. T. da Silva e A. Fortes - **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p25-48

SAVAGE, Michael, «Space, networks and class formation». In: KIRK, Neville (ed.) - **Social Class and Marxism: defenses and challenges**. Aldershot: Scolar Press, 1996, p58-86.

SCOT, Jean Paul, «La crise sociale des années trente en France: Tendences et contre-tendences dans les rapport sociaux», Mouvement Social, n.º 142 (Janeiro-Março de 1988) p75-99

SCOTT, James C. - **Domination and arts of resistance: Hidden Transcripts**. Yale: University Press, 1990

SERRANO, Armando - ‘Portugal no Movimento Sindical – 1º Período 1870-1925’ in *Historia*, Lisboa, (14), Dezembro de 1979 e (17) Janeiro de 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **História de Portugal**, Lisboa, Verbo, 1988, Vols. X e XI

SERRÃO, Joel - **Dicionário de História de Portugal**, (dir.). Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, 6 vols.

SERRÃO, Joel - **Temas oitocentistas: para a história de Portugal no século passado**. Lisboa: Edições Ática, 1959.

SEWELL, William H., «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789-1948». In: KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (eds.) - **Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1986, p45--70

SHORTER, Edward e TILLY, Charles, **Strikes in France, 1830-1968**. New York: Cambridge, 1974.

SILVA, Leonardo - **Ser conserveira** [DVD]. [Setúbal : L. Silva,].

SILVA, Maria de Lurdes Reizinho e, «Os movimentos migratórios e a naturalidade dos residentes em Setúbal», População e Sociedade, n.º 7 (2001) p197-233

SILVA, Maria de Lurdes Reizinho, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», População e Sociedade, n.º 5 (1999), p61-79

SKOCKPOL, Theda - **Social policy in the United States: future possibilities in historical perspective**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1995

SMITH, Angel - **Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan labour and the crisis of the spanish State, 1898-1923**. New York : Berghahn, 2007

SMITH, Laurajane; SHAKEL, Paul A. e CAMPBELL, Gary - **Heritage, Labour and the working class**. Abingdon Routledge, 2011

SOARES, Joaquina, «Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal nos anos 20», Movimento Cultural, nº 6 (1989) p98-134.

SOARES, Joaquina, «Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal nos anos vinte», Movimento Cultural, nº 6 (1989) p. 98-134

SOUSA, Manuel Joaquim de - **O sindicalismo em Portugal : esboço histórico**. Lisboa: Comissão Escolar Propaganda do Pessoal da Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.

SOUSA, Manuel Joaquim de - **O Sindicalismo em Portugal**: Porto: Afrontamento, 1974

SOUSA, Manuel Joaquim de - **Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante**. Lisboa: Antígona, 1989.

SPAMPINATO, Rosario, «Il movimento sindacale in una società urbana e meridionale. Catânia 1900-1914», Archivio Storico per la Sicilia Orientale, LXXIV (1978) p211-278

STEINBERG, Marc, «The riding of the Black Lad and other ritualistic actions: towards a spacialized and gendered analisis of nineteenth-century repertoires», In: HANAGAN, Michael P., MOCH, Lesli Page e BRAKE, Wayne te (ed.), **Challenging Authority: the historical study of contentious politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, p17-35.

STOVALL, Tyler - **Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012

TAYLOR Lynne, «Food riots revisited», Journal of Social History, Winter, 1996. Disponível em linha: <http://www.jstor.org/pss/3789390>

TEIXEIRA Manuel C., «A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro», Análise Social, vol. XXIX/127, (1994) 555-579

TEIXEIRA, Manuel - **Habitação popular oitocentista: as ilhas do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa - **A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo**. Lisboa: Colibri : IHC, 2000. (Curso de Verão organizado pelo Instituto de História Contemporânea)

TELO, António - **Decadência e Queda da I República**. 2 Vol. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

TELO, António José - **As Associações Patronais e o fim da República** [Texto policopiado]. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980. -p. 317-341. (Actas do Colóquio, Fac. de Letras, Março 1980)

TELO, António José - **Decadência e queda da I República Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980

TELO, António José - **O sidonismo e o movimento operário : luta de classes em Portugal**. 1917-1919 [Lisboa : Ulmeiro], 1977.

TELO, António José - **Portugal na segunda guerra**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, D.L. 1987.

TELO, António José: **Alfredo da Silva e a CUF** [Texto policopiado]. [S.l. : s.n., 19--].

THOMPSON Edward Palmer - **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON Edward Palmer - **A formação da classe operária inglesa: A força dos trabalhadores**. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON Edward Palmer – **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TILLY, Charles - **France Conteste de 1600 à nos jours**. Paris: Fayard, 1986.

TILLY, Charles - **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1990.

TILLY, Charles - **The Contentious French**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1986.

TILLY, Charles, «Contention over space and place», Mobilisation, 8/2 (2003).

TILLY, Charles, «Demographic Origin of the European Proletariat». In: David Levine (ed.), **Proletarianization and Family History**. New York: Academic Press, 1984, p1-85.

TILLY, Charles; MCADAM, Doug; TARROW, Sidney - **Dynamics of Contention**. Cambridge: University press, 2001.

TILLY, Louise e SCOTT, Joan, «Women's work and the family in nineteenth-century Europe». Comparative Studies in Society and History, 17/1 (Janeiro de 1975) p36-64

TILLY, Louise, *Politics and class in Milan: 1881-1901*. Oxford: University Press, 1992

TOCQUEVILLE, Alexis de, **Democracy in America: in relation to political institutions**. New York: Edward Walker, 1850.

TOLEDO, Edilene - **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004

TOMASSINI, Luigi - «L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale». In: MUSSO, Stefano (ed.) - **Tra fabbrica e società: mondi operai nell'Italia del Novecento**, Annali della Fondazione Feltrinelli, Volume 33 (Março de 1999) p3-42

TOPALOV, Christian e MAGRI, Susanna (eds.) - **Villes Ouvrières 1900-1950**. Paris: Harmattan, 1989.

TREZZI, Luigi - «Eredità Corporativa nella cooperazione». In: MAILLARI, Maria Teresa (coord.) - **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

TREZZI, Luigi, «Eredità corporativa nella cooperazione». In: MAILLARI, Maria Teresa (coord.), **Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenomeno associativo durante XVIII e XIX secolo**. Firenze: Leo S. Olschki, 1990.

TURNER, Patricia R., «Hostile Participants? Working-Class Militancy, Associational Life, and the Distinctiveness of Pre-War French Labor Movement», The Journal of Modern History, 71/1 (Março de 1999) pp28-55

URÍA, Jorge, «Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo». In: LEGARDA, José María Ortiz de Orruño; ALONSO, Santiago Castillo (coord.) - **Estado, protesta y movimientos sociales: actas del III Congreso de Historia Social**

de España: Vitoria-Gasteiz, julio de 1997. Barcelona: Universidad del País Vasco, Servicio de Publicaciones, 1998.

VALENTE, Vasco Pulido - **A República velha : 1910-1917 : ensaio.** Lisboa: Gradiva, 1997.

VALENTE, Vasco Pulido - **O Movimento Sindical Português.** Prospectivas: Lisboa, (1),1980

VALENTE, Vasco Pulido, «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)» Análise Social, Vol. XVII/3, 4 e 5 (1981) p615-678

VALENTE, Vasco Pulido, «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)», Análise Social (1981) p615-678

VARGAS, João Tristan - **O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República.** Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 2004.

VENTURA, A.; PEDROSO, A. - **Alexandre Vieira: 30 anos de Sindicalismo em Portugal**, Lisboa: s.e, 1985

VENTURA, António - **Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal : as convergências possíveis (1892-1910).** Lisboa: Cosmos, 2000.

VENTURA, António - **Emílio Costa e o sindicalismo : da formação libertária à Casa Sindical.** Lisboa: Seara Nova, 1977

VENTURA, António - **Emílio Costa entre a República e a Acrácia.** Lisboa: Colibri, 1994

VENTURA, António - **Inventário da imprensa de Portalegre : 1836-1970.** Portalegre: Câmara Municipal, 1981.

VENTURA, António - **O sindicalismo no Alentejo : a "tourné" de propaganda de 1912.** [Lisboa] : Seara Nova, 1977.

VENTURA, António, **Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910 - 1914).** Lisboa: Seara Nova, 1976.

VERÍSSIMO, Fátima, «A Ponta dos Corvos e as Secas de Bacalhau», Ecomuseu Informação, n.º 50 (2009) p16-18

VIANA, J. M. - **Evolução Anarquista em Portugal**, Lisboa, Seara Nova, 1975

VIANA, J. M. - **Historia do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal**, Mem-Martins, Europa-America, 1979, 4vols.

VIDAL, Frédéric, «As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?», Ler História, 46 (2004) p223-238

VIDAL, Frédéric, **Les habitants d'Alcântara ai debut du XXe siècle: identités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne**. Thèse de doctorat d'histoire, Faculté de Géographie, Histoire, Histoire de l'Art et Tourisme Université Lumière – Lyon 2, 2003

VIEIRA, Alexandre - **Delegacia a um congresso sindical**. Lisboa : [s.n.], 1960.

VIEIRA, Alexandre - **Figuras gradas do movimento social português**. Lisboa: A. Vieira, 1959.

VIEIRA, Alexandre - **Para a história do sindicalismo em Portugal**. Lisboa: Seara Nova, 1970.

VIEIRA, Alexandre - **Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919**. Lisboa: Edições Base, 1977.

VIEIRA, Alexandre, **Em volta da minha profissão : subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental**. Lisboa: A. Vieira, 1950

WRIGLEY, Chris - **Challenges of labour: Central and Western Europe 1917-1920**. New York: Routledge, 1993.

YEO, Eileen, «Labour and Community, Past and Future: or why Merrie (White Male) England and Mateship are not enough». In: **Labour & Community: proceedings of the sixth national conference of the ASSLH**, Labour & Community, Wollongong, 1999, p3-11

ZIEMANN, Benjamin e MERGEL, Thomas - **European Political History: 1870-1914**. Aldershot: Ashgate 2007.